

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARCOS LEANDRO MONDARDO

**OS PERÍODOS DAS MIGRAÇÕES
TERRITÓRIOS E IDENTIDADES EM FRANCISCO BELTRÃO/PR**



Dissertação de Mestrado

DOURADOS - MS

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARCOS LEANDRO MONDARDO

**OS PERÍODOS DAS MIGRAÇÕES
TERRITÓRIOS E IDENTIDADES EM FRANCISCO BELTRÃO/PR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Área de Concentração: Produção do Espaço Regional e Fronteira), da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: **Prof. Dr. Jones Dari Goettert**

**DOURADOS - MS
2009**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jones Dari Goettert (Orientador)
(Presidente da Comissão)

Prof. Dr. Adáuto de Oliveira Souza (Membro-UFGD)

Prof^ª. Dr^ª. Eda Maria Góes (Membro-UNESP)

Dourados, 06 de março de 2009.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais (Amauri Osmar Mondardo e Ivanir Picoloto Mondardo) e ao meu irmão (Fernando Mondardo) pelos ensinamentos, incentivos e esforços realizados para que eu continuasse estudando. À minha companheira (Thaine Regina Backes) pelo carinho e a todos que, de alguma forma, tornaram possível a realização de um objetivo/sonho.

Agradecimentos

Ao professor Jones Dari Goettert pela orientação *cuidadosa* e pelo *incentivo* em estudar, ajudando-me a romper *fronteiras* do pensar geográfico e histórico; além do que, da convivência e do *colorido* de sua família (Elaine, Pablo e Maria Júlia), deixam também uma *grande* amizade.

Ao professor Adauto de Oliveira Souza, pela análise pormenorizada, pelas sugestões e contribuições teóricas, além do apoio e incentivo durante o exame de qualificação.

À professora Eda Maria Góes, pelas críticas, sugestões e pelo diálogo profícuo durante o exame de qualificação.

Às professoras de Dourados (MS), especialmente aquelas que tiveram um diálogo mais próximo durante a participação das disciplinas e que, além da amizade construída, ajudaram a produzir direta e indiretamente essa pesquisa através das reflexões discutidas e elaboradas durante as aulas, e nas mais variadas conversas que tivemos.

Foram *elas*:

A professora Maria José Martinelli Silva Calixto, com as discussões e diálogos sobre a urbanização e a produção do espaço urbano;

A professora Flaviana Gasparotti Nunes, com as discussões a respeito da dimensão econômica na Geografia e suas transformações no contexto da modernidade e da pós-modernidade;

A professora Márcia Yukari Mizusaki, com as análises e diálogos em torno da Geografia Agrária e das transformações do campo brasileiro;

A professora Lisandra Pereira Lamoso, que além das discussões e diálogos em torno das questões econômicas no espaço de fronteira em sua disciplina, se mostrou sempre uma competente e “demasiadamente humana” coordenadora do programa de pós-graduação em Geografia da UFGD.

Aos professores de Francisco Beltrão (PR), especialmente aqueles das amizades e dos diálogos que foram construídos, na *ausência* e na *presença*, durante as conversas amigas, nos bares, nas festas, na Unioeste.

Foram *eles*:

O professor Alexandre Domingues Ribas, que durante a orientação da monografia me incentivou a continuar os estudos;

O professor Luiz Carlos Flávio, que nas inúmeras idas e vindas a Francisco Beltrão, foi companheiro de *valioso* diálogo – na sua casa, na Unioeste ou nos bares – sobre as dúvidas e questões que afluíam durante a realização da pesquisa;

O professor Marcos Aurélio Saquet, pelo diálogo e pela ajuda com a sugestão/disponibilização de artigos e livros, além de abrir as portas do grupo de estudos Geterr para a consulta de material e informações.

As amizades que foram sendo construídas no mestrado em Dourados durante as disciplinas ou durante os mais variados encontros e conversas cotidianas: José Roberto (Zé), Antonio Carlos (ACM), Débora, Maria Amábili, Eliseu, João Vanderley, Thiago (conversas amistosas/provocadoras entre o chimarrão ou o tereré), Aldo, Robinson, Roberson, Alexandre, Valéria, Ângelo, Hamilton, Júlio, Adriano Cosma, Adriano Arcari e vários outros.

Aos amigos de Francisco Beltrão, especialmente ao Fernando Farias (exemplo de perseverança no estudo), Jairo, Agnaldo, Marcelo (compadre), Evandro, Roberson (compadre), Leonir, Marcelo Zamarch, Adilson e outros.

A meus pais, Amauri Osmar Mondardo e Ivanir Picoloto Mondardo, pelo incentivo e força constantes, e ao meu irmão, pela ajuda e carinho no Paraná.

A minha companheira Thaine Regina Backes pelo carinho, pela ajuda e pela convivência, nas alegrias e nas crises. Esse mestrado, desde seu projeto desenvolvido no último ano de graduação até sua realização foi compartilhado com o dela, nos dramas e nos *êxtases* de um relacionamento “demasiadamente humano”.

Aos professores do curso de História da UFGD, especialmente ao professor Protasio Langer, pelo diálogo estimulante e provocador sobre os caboclos e indígenas no Sudoeste paranaense, e ao professor Paulo Roberto Cimó, pela sugestão de leitura sobre a Marcha para Oeste.

Ao pesquisador Walter Roberto Marschner, da Assesoar, pela atenção e diálogo, além de prontamente abrir as portas da biblioteca da Associação para a pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Municipal de Francisco Beltrão, onde durante aproximadamente um mês que passei ali pesquisando, especialmente no acervo dos jornais locais, os funcionários prontamente me ajudaram em tudo o que precisei.

Aos dirigentes do Movimento Tradicionalista Gaúcho e ao CTG Recordando os Pagos, em Francisco Beltrão, principalmente a Iduir Bortot, que além de me conceder

entrevista, abriu as portas do CTG para a realização da pesquisa na biblioteca e fez indicações para entrevistas com outros sócios.

À agência do IBGE de Francisco Beltrão, pela colaboração valiosa ajudando-me a encontrar os dados referentes às migrações.

À amiga Odete Castelli, que além de se aventurar a andar de moto comigo, foi *fundamental* na ajuda de indicação de migrantes para entrevista, além de companhia indispensável e prazerosa durante a realização de boa parte das entrevistas.

Ao Adalberto, pela indicação, ajuda e companhia durante uma entrevista chave para a pesquisa.

Ao Jacson Gosman de Lima, pela companhia e ajuda durante a realização das entrevistas no bairro Padre Ulrico.

Aos ex-alunos da disciplina que ministrei durante o estágio docência na UFGD, que, pelos questionamentos sobre meu trabalho, ajudaram-me a pensar melhor e aprofundar algumas questões.

À secretária Elaine e ao secretário Cleber, atenção e disponibilidade permanentes e imprescindíveis na secretária da Pós-Graduação em Geografia da UFGD.

À CAPES, pela bolsa de estudos que possibilitou a minha dedicação integral para a realização da pesquisa, para cursar as disciplinas e para participar de eventos.

Sobretudo, essa investigação não teria sido possível sem a ajuda e a colaboração amistosas dos migrantes entrevistados. Somos gratos a todos aqueles homens e a todas aquelas mulheres de Francisco Beltrão que nos receberam em suas casas e que concederam as entrevistas, uma tarefa, aliás, tão agradável quanto esclarecedora.

A todos, minha gratidão e meu muito obrigado!

(...) a população humana é um fenômeno em marcha.

Vidal de La Blache
Princípios de Geografia Humana

*(...) devemos estar atentos ao componente relacional da vida.
O homem em relação. Não apenas a relação interindividual,
mas também a que me liga a um território, a uma cidade,
a um meio ambiente natural que partilho com outros.
Estas são as pequenas histórias do dia-a-dia:
tempo que se cristaliza em espaço.*

Michel Maffesoli
O tempo das tribos

Mas o que é este peculiar “em casa”? Para crianças, enquanto ainda não são autônomas, é em geral a casa de seus pais. Mas mesmo quando a pessoa tem sua própria casa e sua própria família, isso ainda não é nenhum ponto final absoluto. Talvez ela não se sinta bem onde hoje reside, e tenha saudades de sua moradia de outrora, que, sem mais nem menos, abandonou, ou teve de deixar contra a sua vontade. Será devorada por essa dor de estar distante. No fundo e no escuro se encontra, de algum modo, a pátria de sua infância. Atrás da casa aparece, logo, a casa, não mais como um real ponto de referência, mas como um território central de todas as relações espaciais. Mas mesmo com isso não está dado nenhum marco zero absoluto. Até mesmo a pátria pode ter se tornando estranha à pessoa, e ela pode desde então ter criado para si uma “nova pátria”. A pessoa pode, também em sentido figurado, ter-se perdido e, deste auto-estranhamento, buscar a volta ao seu verdadeiro ser. Ou pode sentir-se sem pátria na terra e almejar por uma “pátria eterna”.

Otto Friedrich Bollnow
O homem e o espaço

Resumo

Essa dissertação discute, no interior do processo multidimensional da des-territorialização, as migrações para, no e do município de Francisco Beltrão, Paraná. O processo foi dividido em três períodos espaço-temporais: o primeiro período compreende as “raízes” da mobilidade cabocla entre 1900 a 1940, dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, especialmente, para o Sudoeste paranaense, através do deslocamento territorial da frente de expansão e das relações vinculadas à economia de subsistência, além da inserção do capital comercial através da venda de suínos no território; o segundo período analisa a diáspora de gaúchos e de catarinenses descendentes de italianos, alemães e poloneses entre 1940 a 1970, a partir do avanço territorial da frente pioneira com a incorporação de uma nova racionalidade pelo capital monopolista para o Sudoeste paranaense, e o Paraná, em função do desdobramento do projeto político/ideológico “*Marcha para Oeste*”, do governo Getúlio Vargas. Destaca-se o papel do Estado na atração da migração através da criação, em 1943, da Colônia Agrícola General Osório (CANGO) que, conseqüentemente, fez nascer Francisco Beltrão, além da produção discursiva, simbólica e material de uma ideologia do trabalho, do progresso e das representações afirmando a “positividade” de lugares; e, o terceiro período discute as crises territoriais oriundas da “crise agrícola” produzida pela “modernização da agricultura” entre 1970 a 2008, que através da inserção de uma nova técnica e de uma nova divisão territorial do trabalho produziram uma re-funcionalização ao território, des-territorializando muitos pequenos agricultores e acarretando migrações de origem rural e destinos rural e urbano. Houve uma multipolarização desses fluxos migratórios que se direcionaram para as regiões do Centro-Oeste e Norte do país, para os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e para além das fronteiras nacionais, como para o Paraguai, dentre os quais analisamos algumas trajetórias migratórias. Assim, apresentamos uma discussão em torno das migrações em que pedaços de tempo tiveram significativas mudanças em relação à mobilidade espacial da população no território. Evidenciamos, no interior da análise, a construção da representação do estereótipo do caboclo no Brasil e suas implicações históricas e geográficas em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense; o papel desempenhado pelas redes sociais que se processaram através dos contatos e vínculos tecidos com amigos e parentes situados no interior da teia reticular e, por extensão, na produção de um território-rede na migração; os conflitos entre *estabelecidos* (gaúchos e catarinenses) e *outsiders* (os caboclos) e o peso destes últimos na apropriação e configuração do território ao longo dos três períodos; algumas situações/relações em que a transterritorialidade apareceu na condição de *ser e/imigrante* através do embaralhamento nas referências espaciais; e a construção histórica da identidade territorial beltronense através do acionamento e mobilização de recursos simbólicos e materiais do trabalho, do progresso e da religião.

Palavras-chave: Migrações, espaço-tempo, território-rede, identidade, Francisco Beltrão/PR.

Resumen

En este ensayo se discute, en el proceso multidimensional de des-re-territorialización, la migración, en el municipio de Francisco Beltrão, Paraná. El proceso se partió en tres espacio-tiempo: la primera comprende el período de “raíces” de la movilidad cabocla entre 1900 y 1940, los estados de Rio Grande do Sul y Santa Catarina, sobre todo al sudoeste Paranaense a través de los desplazamientos territoriales la parte frontal de la ampliación y las relaciones vinculadas a la economía de subsistencia, comercial y de integración de capital por la venta de cerdos en el territorio, la segunda mira a la diáspora de gauchos y catarinense descendientes de italianos, alemanes y polacos de 1940 a 1970, a partir del avance territorial de la frente pionera con la incorporación de una nueva justificación de monopolio de capital hacia el Sudoeste de Paraná en el Paraná, sobre la base del proyecto de despliegue político-ideológico de “Marzo para en el Oeste”, el gobierno de Getúlio Vargas. El papel del Estado en la atracción de la migración a través de la creación en 1943, la Colonia Agrícola General Osório (CANGO), en consecuencia, nació Francisco Beltrão, además de la producción discursiva, simbólica y material de una ideología del trabajo, indicando el progreso y las representaciones de la “positividad” de los lugares, y el tercero período analiza de crisis territorial de la “crisis agrícola”, producido por la “modernización de la agricultura” de 1970 a 2008, que mediante la inclusión de una nueva técnica y un nueva división territorial del trabajo producido una re-funcionalización en el territorio, desterritorialización de muchos de estos pequeños agricultores del origen rural para la migración para los destinos urbanos y rurales. Hubo un multipolarización esas corrientes que se dirigen hacia el Centro-Oeste y Norte del país, para los estados de São Paulo, Santa Catarina y Rio Grande do Sul y más allá de las fronteras nacionales, y para el Paraguay, entre los que analizar algunas rutas migratorias. Así pues, se presenta un debate sobre la migración en la que trozos de tiempo fueron los cambios significativos en relación con la movilidad espacial de la población en la zona. Pone de manifiesto en el análisis, la construcción de la representación del estereotipo de caboclo en el Brasil y sus implicaciones históricas y geográficas en Francisco Beltrão y el Sudoeste paranaense, el papel desempeñado por las redes sociales que se procesan a través de los contactos y relaciones con amigos y familiares tejidos situados dentro de la red reticular y, por extensión, para producir un espacio-rede en la migración, y los conflictos entre establecidos (gauchos e catarinenses) y foráneos (caboclos) y el peso de este último en la propiedad y la configuración del territorio durante los tres períodos; algunas situaciones/relaciones en la que parecía ser transterritorialidad siempre y remodeló inmigrantes a través de las referencias espaciales, y la construcción histórica de la identidad territorial beltronense a través de la acción y la movilización de recursos materiales y simbólicos de trabajo, el progreso y la religión.

Palabras clave: Migración, espacio-tiempo, territorio-red, identidad, Francisco Beltrão/PR.

SUMÁRIO

Resumo	9
Resumen	10
O PERCURSO	16
A experiência anterior	18
Método e metodologia	19
Os objetivos e o recorte territorial	20
O trabalho de campo	21
Estrutura da dissertação	28
CAPÍTULO 1	
DAS PERIODIZAÇÕES À EMPIRICIZAÇÃO: a aventura de marcar o tempo no espaço e o espaço no tempo	33
CAPÍTULO 2	
O TERRITÓRIO: das dimensões política, cultural e econômica à perspectiva integradora-híbrida	63
2.1 Mobilidade e territorialidade: <i>entre</i> des-territorialização e re-territorialização	95
2.2 Migração, multiterritorialidade e transterritorialidade	100
CAPÍTULO 3	
AS TEORIAS MIGRATÓRIAS NO CONTEXTO DA MODERNIDADE E DA PÓS-MODERNIDADE: das dimensões econômicas e culturais à multidimensionalidade das relações sociais	112
3.1 Modernidade e Pós-Modernidade	114
3.2 Modernidade, Pós-Modernidade e o estudo das Migrações	123
3.2.1 Migrações e Modernidade	123
3.2.2 Migrações e Pós-Modernidade	131
3.3 Identidades Territoriais	144

CAPÍTULO 4

O “SERTÃO INÓSPITO” : a invenção do Sudoeste paranaense entre 1900-1940 ...	165
4.1 O estereótipo do caboclo no Brasil.....	177
4.2 “Raízes” da migração cabocla para o Sudoeste do Paraná.....	191
4.3 O período (hegemônico) da natureza e o tempo lento das relações: apropriação e uso do território pelos caboclos	198

CAPÍTULO 5

O PROJETO POLÍTICO/IDEOLÓGICO “MARCHA PARA OESTE” : a conquista/expansão do território nacional através da migração	224
5.1 A expansão territorial da fronteira agrícola e urbana: da criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) à criação do município de Francisco Beltrão.....	234
5.2 O “lugar do futuro”: a (re)invenção do Sudoeste paranaense entre 1940-1970	271
5.3 A mobilidade gaúcha e catarinense e o território-rede: da des-re-territorialização à transterritorialidade.....	284
5.4 O trabalho enquanto recurso mobilizado para a construção da identidade territorial	327
5.5 Encontros e os desencontros identitários entre descendentes de italianos, alemães e poloneses (<i>estabelecidos</i>) e caboclos (<i>outsiders</i>)	348

CAPÍTULO 6

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM FRANCISCO BELTRÃO : das crises às migrações entre 1970-2008	371
6.1 Modernização conversadora da agricultura e desterritorialização: da expropriação à migração	375
6.2 Industrialização e urbanização: a marcha dos desterritorializados para a(s) cidade(s)	395
6.3 Do Paraná para o Centro-Oeste e a Amazônia: a migração dos desterritorializados e a política do Estado na colonização de novas terras.....	418
6.4 “De volta para o Sul”: o fluxo migratório paranaense para Santa Catarina	439
6.5 A desterritorialização do caboclo no processo de modernização	453
6.6 A construção da identidade territorial beltronense: dos recursos simbólicos à identificação e pertencimento espacial.....	466

OS PERÍODOS, OS SENTIDOS E AS REDES SOCIAIS DAS MIGRAÇÕES.. 498

Referências 506

Lista de Tabelas

Tabela 1: Número de famílias e número de habitantes em Francisco Beltrão – 1947 a 1956	259
Tabela 2: Jogo contrastivo de identidades entre descendentes de europeus e caboclos	369
Tabela 3: População urbana e rural de Francisco Beltrão (1960/1970/1980/1991/2000)	382
Tabela 4: População rural e urbana no Sudoeste do Paraná (1970/1980/1991/2000)..	384
Tabela 5: População total e população residente, e nascidos no Paraná, em Joinville – SC (2000).....	441

Lista de Mapas

Mapa 1: Localização do município de Francisco Beltrão/PR	31
Mapa 2: Município de Francisco Beltrão – Paraná	32
Mapa 3: “Raízes” da migração para o Sudoeste do Paraná (1900 a 1940)	197
Mapa 4: Caminhos do Sudoeste em 1938	216
Mapa 5: Sudoeste do Paraná: porcentagem de população sul-riograndense até a década de 1970	267
Mapa 6: Sudoeste do Paraná: porcentagem de população catarinense até a década de 1970	267
Mapa 7: Municípios de origem da gaúcha e catarinense para Francisco Beltrão (1940 a 1970).....	326
Mapa 8: Principais fluxos migratórios inter-estaduais e inter-nacionais de Francisco Beltrão de origem rural e de destino rural e urbano	400
Mapa 9: Paraná: Principais fluxos migratórios intermesorregionais de origem rural e de destino urbanos – 1986/1991	401
Mapa 10: Paraná: Principais fluxos migratórios intermesorregionais de origem e destinos rurais – 1986/1991	402
Mapa 11: Migração do Sudoeste do Paraná – 1995	416
Mapa 12: Migração do Sudoeste do Paraná – 2000	417

Lista de Fotos

Foto 1: Vara de suínos no Sudoeste paranaense – década de 1940.....	212
Foto 2: Acampamento de caçadores no Sudoeste paranaense – década de 1940.....	215
Foto 3: Casa de caboclo – década de 1940.....	218
Foto 4: Francisco Beltrão, visão parcial – 1952.....	252
Foto 5: Barracão da CANGO – década de 1940/1950.....	258
Foto 6: Chegada de migrantes de carroça a Francisco Beltrão – 1953.....	285
Foto 7: Migrantes na balsa após chegada de caminhão a Francisco Beltrão – 1955....	286
Foto 8: Serraria em Francisco Beltrão – década de 1950.....	309
Foto 9: Migrantes demonstrando as enxadas que utilizavam na abertura de estradas – década de 1950.....	347
Foto 10: Francisco Beltrão, visão toporâmica da área central – década de 1970.....	374
Foto 11: Sadia – 2008.....	404
Foto 12: Paisagem de Francisco Beltrão 1: a “cidade norte” – 2008.....	411
Foto 13: Paisagem de Francisco Beltrão 2: a área central – 2008.....	412
Foto 14: Monumento ao pioneiro.....	473
Foto 15: Morro do Cristo.....	478
Foto 16: Igreja São Francisco de Assis.....	480
Foto 17: Regularização da propriedade da terra.....	482
Foto 18: Homenagem aos Tradicionalistas.....	494

O PERCURSO

A investigação que apresentamos aqui constitui uma análise geográfica das migrações *para, no e do* município de Francisco Beltrão (mapa 1), localizado no Sudoeste do estado do Paraná¹ (mapa 2). O objetivo principal de nosso estudo foi compreender a dinâmica migratória na área onde se re-territorializam e des-territorializam historicamente as relações dos migrantes na formação e desenvolvimento do município, a partir de três períodos históricos: o primeiro, com a migração cabocla, compreendido entre 1900 a 1940; o segundo, com migração gaúcha e catarinense, compreendido entre 1940 a 1970; e, o terceiro, com migração “paranaense”, compreendido entre o período de 1970 a 2008.

Através da mobilidade socioespacial da população² de diferentes sujeitos, *grosso modo*, caboclos, gaúchos, catarinenses e paranaenses, consideramos estes/estas migrantes de nossa investigação sujeitos sociais³ capazes de criar e levar adiante *estratégias migratórias* políticas, culturais e econômicas através, especialmente, das *redes* de relações sociais e dos processos de des-re-territorialização, bem como do que estamos propondo para compreender o entre-lugar (ou “terceiro espaço”) da migração, ou seja, da relação *tensa* entre os lugares de origem e de destino da migração através da

¹ Fazem parte da região Sudoeste do Paraná, segundo a classificação do IBGE, os municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Coronel Vivida, Chopinzinho, Santo Antonio do Sudoeste, Capanema, Ampére, Realeza, Planalto, Marmeleiro, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, São João, Nova Prata do Iguaçu, Itapejara do Oeste, Barracão, São Jorge do Oeste, Verê, Pérola do Oeste, Renascença, Vitorino, Mariópolis, Enéas Marques, Nova Esperança do Sudoeste, Flor da Serra do Sul, Salgado Filho, Saudades do Iguaçu, Bela Vista da Caroba, Cruzeiro do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis, Sulina, Bom Sucesso do Sul, Boa Esperança do Iguaçu e Pinhal de São Bento.

² Estamos cientes das implicações que a palavra “população” comporta por não demonstrar, por exemplo, as classes sociais, as diferenciações sociais internas ao grupo denominado “população” e, também, porque a “população” é uma invenção e/ou faz parte de um processo histórico de invenção da quantificação dos indivíduos e da retirada da dimensão social e política da noção. Como assinala Le Bras (2000, p. 11), definir uma “população” é um ato de força: “impõe-se a um conjunto de indivíduos uma categoria, que irá constranger a sua acção”. Logo, o termo ou noção “população”, segundo o autor, foi forjado/inventado depois de 1750 na França e na Inglaterra, pois, “Pensar a população como um conjunto dos humanos presentes ou ligados a um local determinado é uma idéia recente e muito particular, cuja invenção podemos fixar na época moderna” (p. 17). Por isso, utilizaremos à palavra “população” no decorrer da pesquisa sabendo das contradições que a mesma carrega.

³ Utilizaremos na pesquisa a noção de sujeito e ator sociais como sinônimos, mesmo sabendo das ambigüidades e das diferenças de uso e de significação que carregam, durante os diferentes contextos histórico-geográficos. De acordo com Sader (1988, p. 54-55), “As noções de ator e de agente (...) são portadoras de uma tradição sociológica que justamente definia o primado do sistema social. O ator social, como aquele que representa um papel, designava o portador de papéis definidos no nível da estrutura social. O que acontece é que, a partir do momento em que surgiram movimentos de contestação às concepções sistêmicas, vários termos foram reconotados. A. Touraine retomou a noção de ator, já pensado como elemento dotado de autonomia. Nada impediria que o mesmo ocorresse com a noção de agente. O fato é que no Brasil (...) foi a noção de sujeito que emergiu com esse novo sentido”.

condição de *transterritorialidade* que compreende o embaralhamento das referências espaciais.

Também, movemos nossa análise transitando entre os contextos macro e microestruturais, imbricados, por um lado, através das relações de mediação do Estado e do Mercado através da expansão territorial e do desenvolvimento do capitalismo e, por outro, das *trajetórias* socioespaciais na migração e das *estratégias* e *recursos* mobilizados através das relações do cotidiano, de parentesco, de amizade, de solidariedade, dos conflitos étnicos e identitários, de alteridade e da construção da identidade territorial.

Não se pode, entretanto, negar as causas macroestruturais e as relações econômicas na mobilidade espacial da população; contudo, as causas econômicas não podem explicar satisfatoriamente em sua multidimensionalidade o processo migratório e as motivações dos sujeitos para migrar, pois não intervêm apenas decisões “racionais” que apontam equilibrar custos e benefícios. Por isso, nossa perspectiva teórico-conceitual aborda a problemática das migrações como um fenômeno eminentemente social e geográfico e nos conduz a enfatizar os aspectos subjetivos, estruturais e conjunturais. Através de um enfoque *qualitativo*, analisamos as dimensões *subjetivas* do processo histórico da mobilidade espacial da população *para, no e do* município de Francisco Beltrão, através da “micro-história” buscando aproximações na tentativa de construção de uma “micro-geografia”.⁴

Voltamos-nos, portanto, ao ator social do processo migratório (o migrante) e procuramos recuperar a função explicativa das perspectivas e das experiências nas quais os protagonistas viveram, dos contextos e relações que se encontravam envolvidos; isso se vincula ao estudo das *redes* de relações sociais e das *estratégias* migratórias levadas e

⁴ Segundo Pedone (2003, p. 102), a micro-história é um enfoque dentro da história social que pretende reconstruir, a partir de uma situação particular, a maneira em que os indivíduos produzem o mundo social mediante as alianças e os conflitos. Logo, a micro-história estuda o cotidiano, as representações, as estratégias familiares, as relações de parentesco, as redes de relações sociais e, busca, também, analisar o passado, o presente e o futuro sob o olhar de uma pequena comunidade. De acordo com Revel (1998, p. 28), “o que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber [é] uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou mutilada, de realidades macrosociais: é (...) uma versão diferente”. Logo, a micro-história “baseia-se na disposição de um capital ‘material’ feita de informações, de conhecimento” e sendo esta produzida por uma experiência mais elementar como, a do grupo restrito e, até mesmo, do indivíduo “é mais a esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes” (pp. 31- 32). E, ainda, para Bensa (1998, pp. 53 e 62), “a micro-história reconstrói, em torno de alguns personagens precisos, aquilo que o seu espaço social foi” e nos dá, também, “a consciência aguda do tempo curto, aquele que os homens acionam efetivamente sem suas vidas. Em troca, é também o peso do tempo longo que é desvelado, porque muitas das formas que os atores integram ao seu próprio presente se encontram em outras épocas e mesmo em outros lugares”.

acionadas nas trajetórias socioespaciais pelos indivíduos durante a mobilidade. Desenvolvemos, portanto, uma análise das *práticas cotidianas* e das *representações* dos migrantes através das dimensões políticas, econômicas e culturais, buscando *percorrer* os contextos micro e macroestruturais na dinâmica migratória.

A experiência anterior...

Esta pesquisa se desdobrou a partir de uma experiência anterior, obtida no desenvolvimento de uma monografia de bacharelado, no ano de 2005, na qual estudamos as migrações gaúcha e catarinense para uma pequena comunidade localizada no interior do município de Francisco Beltrão. Isso nos permitiu, naquele momento, adentrarmos no “universo” da pesquisa da dinâmica migratória e, ainda, possibilitou e potencializou criarmos as perguntas, as questões/dúvidas e hipóteses que buscamos desenvolver, em parte, nessa investigação; ou seja, naquele momento começava a germinar o embrião de uma problemática e, deste modo, para uma futura análise em uma dissertação.

A monografia, neste sentido, foi o embrião que nos proporcionou conhecer e compreender aspectos singulares da dinâmica migratória de uma pequena comunidade rural, inserida no contexto geográfico-histórico do município. O trabalho foi um passo para compreendermos, naquele momento, enquanto sujeito pesquisador, como era feita uma pesquisa sob o olhar da geografia e qual a sua relevância para a sociedade; foi um momento imprescindível para nós, enquanto pesquisador, despertando as dúvidas, as questões, ou seja: *a busca!* A busca por querer pesquisar, por querer aprofundar, por querer compreender as relações e as tramas visíveis e invisíveis em Francisco Beltrão a partir e na mobilidade espacial da população.

Enfim, a experiência na pesquisa anterior ajudou a verticalizar a discussão a respeito das migrações e compreender melhor o lugar onde nasci e de onde vou tecendo, criando e recriando laços e relações com outros sujeitos, com outros lugares, isto é, com o mundo. Nesse sentido, o desenvolvimento desta pesquisa foi propiciado, em parte, pela experiência no trabalho que realizamos anteriormente.

Método e metodologia

Para realizarmos a pesquisa foi imprescindível buscar/construir um método para delinear o caminho e os passos que nos orientaram no desenvolvimento da investigação empírica. Assim, não utilizamos um único método na análise das migrações. Realizamos uma discussão no sentido de agregar um conjunto de idéias que pudessem estabelecer conexões – a partir de métodos distintos estudados – objetivando, fundamentalmente, compreender a realidade da mobilidade espacial da população em cada período que se apresentou com inúmeros condicionantes e motivações a partir das entrevistas e no trabalho de campo.

Neste âmbito, construímos uma análise multidimensional, multi(trans)territorial e multitemporal das migrações, buscando compreender a partir de trajetórias individuais e/ou familiares, nos períodos e nos contextos, o fenômeno utilizando-se de elementos estruturais, conjunturais, da subjetividade, das representações, das redes sociais de interdependência entre os indivíduos (de funções, de solidariedades e de conflitos), do cotidiano e das identidades. A busca pelo imbricamento destes elementos a partir dos períodos, dos contextos e das trajetórias nos possibilitou discutir a migração como deslocamento socioespacial multifacetado e inserida nas inúmeras relações estabelecidas no lugar de origem e de destino do(s) migrante(s).

Participaram nas trajetórias espaciais motivações e condicionantes econômicos (como pela procura de terras, de trabalho e de recursos naturais como a madeira), políticos (como a partir das representações inferindo “positividades” e “negatividades” aos lugares e dos projetos do Estado) e culturais (como das redes sociais através da ajuda e apoio para a travessia e re-territorialização através de parentes e amigos). Compreender a migração enquanto totalidade exigiu, portanto, um método que incorporasse a partir de cada período, de cada contexto e de cada trajetória individual inserida na teia de relações sociais, um conjunto de elementos estruturais, conjunturais, da subjetividade e do cotidiano entre aqueles/as que se deslocaram no espaço, que se relacionaram com o espaço e que foram portanto o próprio espaço se fazendo em movimento, em transformação, ou, num nível mais restrito, o território.

A metodologia, neste sentido, foi previamente estabelecida através da utilização de ferramentas-chaves em torno das discussões dos conceitos de espaço-tempo (periodizações), território (ligados ao processo de des-territorialização, re-territorialização e transterritorialidade) migrações (discutidas no interior dos contextos

da modernidade e da pós-modernidade) e identidade territorial. Contudo, no desenvolver/desenrolar da pesquisa, a metodologia foi, em alguns momentos, reconstruída ao longo do trabalho, numa imbricação de sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados e com o objeto/tema (as migrações) ao decorrer do processo.

Nesse sentido, procuramos, através das ferramentas, isto é, pelos conceitos escolhidos, aliar teoria e “realidade”, buscando compreender a imbricação que há entre os eventos concretos (materiais e imateriais) e a análise, ou seja, aquilo que é praticado cotidiana e geograficamente pelos sujeitos e a teorização. Isso implica em buscar re-fazer, constantemente, a teoria com a prática e vice-versa, numa *re-visão* teórico-empírica dos fenômenos, enfim, das relações socialmente produzidas aqui, em especial, pela e na dinâmica migratória.

Os objetivos e o recorte territorial

Nossos objetivos tiveram no centro as migrações *para, no e do* município de Francisco Beltrão, no período de tempo-espço de 1900 a 2008, e se desdobraram a partir das seguintes questões:

a) a primeira questão diz respeito à “origem” dos caboclos que vieram e estavam no Sudoeste do Paraná entre 1900 a 1940. Buscamos compreender, também, quais os elementos da territorialidade cabocla, suas apropriações e domínios do território no período de espaço-tempo referido;

b) a segunda questão se referiu à compreensão do impacto da migração gaúcha e catarinense e suas transformações do espaço-tempo (entre 1940 a 1970), a partir da atuação do Estado, fundamentalmente, com a criação da Colônia Agrícola General Osório – CANGO – em 1943. Objetivamos compreender qual a velocidade e as transformações dessa migração, resultante do processo de desterritorialização de gaúchos e catarinenses de seus estados de origem, e quais suas práticas de reterritorialização no novo território: o município de Francisco Beltrão. Buscamos discutir, também, a importância do *Estado* para o agenciamento da migração; qual a relevância das *redes de relações sociais* nesse fluxo migratório; como foi mobilizado o trabalho enquanto recurso (político) e cultural para a construção da identidade territorial beltronense; e qual o impacto dos encontros e desencontros identitários e das relações de poder entre descendentes de italianos, alemães e poloneses (*estabelecidos*) e caboclos (*outsiders*);

c) o terceiro objetivo consistiu em apreender as relações que se processaram no período entre 1970 a 2008 ligadas, especialmente, à emigração de beltronenses para outros estados brasileiros e também, em menor intensidade, para outros municípios do Paraná e para o Paraguai. Analisamos e discutimos o papel das *crises* (territoriais), especialmente a “crise agrícola” instaurada com a modernização conservadora e excludente da agricultura que originou, em grande parte, o processo de “expulsão” de beltronenses para o Centro-Oeste e para a Amazônia e para o Sul do Brasil, principalmente para Joinville, no estado de Santa Catarina.

d) ademais, analisamos a desterritorialização do caboclo frente ao processo de modernização e o peso de sua participação em uma sociedade hegemonicamente formada por gaúchos e catarinenses. Por fim, foram discutidas através do processo histórico e geográfico as *práticas e construções discursivas* que construíram a identidade beltronense, que ora se relacionou (acionou ou não) a identidade do sudoestino, ora do paranaense e, ainda, ora com a do sulista (“gaúcho”). Aliado a isso se objetivou compreender quais os recursos simbólicos que foram mobilizados para re-significar e acionar a identidade beltronense – “sudoestina”, “paranaense”, “sulista”.

Portanto, buscamos apreender analiticamente as relações no município de Francisco Beltrão, tendo como referenciais os processos sociais ligados às migrações *para, no e do* recorte territorial priorizado. Entretanto, é interessante frisar que a análise não se restringiu apenas ao município de Francisco Beltrão. Esta abrange, em alguns momentos, relações que se estabelecem com outros *recortes, sobrepondo* relações e *articulando* interna e externamente as *situações* e os *contextos* que se inter-relacionam com a dinâmica migratória beltronense e, até, em sentido amplo, com o estado do Paraná, com o Brasil e com o mundo.

O trabalho de campo

Partimos do pressuposto de que o trabalho de campo é imprescindível na análise socioespacial, portanto geográfica, das relações sociedade-natureza. De acordo com Suertegaray (2002, p. 3), a pesquisa de campo compõem “um sistema mundo da qual faço parte como observador/transformador de mim e de mim nele”, pois “pesquisar é busca”! O trabalho de campo é, assim, conhecimento prático através da vivência em transformação dos fatos cotidianos, das histórias e geografias, dos fazeres, das ações, dos dramas e das tramas feitas pelos sujeitos. Nesse sentido:

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de *observação* da *realidade* do *outro*, interpretada pela lente do *sujeito* na *relação* com o *outro* sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SUERTEGARAY, 2002, p. 3, [grifos nossos]).

Segundo Yves Lacoste (1985, p. 3), o trabalho de campo é uma prática indispensável, mas não suficiente na análise geográfica da sociedade e de seu espaço. Assim, “o trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se a formação teórica que é, ela também, indispensável”, na medida em que “saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas” (p. 20). Desse modo, para Lacoste, a pesquisa de campo corresponde à extração de um *abstrato* a partir de um *concreto*, ou seja, é pela pesquisa e observação de campo de uma realidade socioespacial que é produzida a análise, a problematização e a conceituação.

Mao Tzu, citado pelo geógrafo Bernard Kayser (1985, p. 26), considera que “qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo (praticá-lo) dentro do próprio meio deste fenômeno” (p. 26). Entretanto, para Kayser (1985, p. 31), isso não quer dizer que “só tem direito a falar quem faz pesquisa de campo”, pois, para o autor, a “pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesmo”; mas, para o desenvolvimento de pesquisas com natureza igual ou semelhante à nossa, entendemos que o trabalho de campo é indispensável à análise de uma determinada situação social.

O geógrafo ressalta, também, que no trabalho de campo a *observação* do *cotidiano* de uma situação social deve ser feita para “descobrir o inexplicável!” Logo, a análise social a ser realizada através de trabalho de campo “deve ser feita a partir do que está no cerne da vida das pessoas, do que condiciona sua existência atual e seu futuro, do que o passado fez deles. Daí a importância dos níveis culturais e político” (KAYSER, 1985, p. 35).

Nesse âmbito, para o autor, a formação/educação política e a base teórica são indispensáveis para analisar uma realidade social e, também, é condição imprescindível na formação do pesquisador que fará o trabalho de campo. Assim:

(...) começar a apoiar-se exaustivamente em obras gerais, fontes estatísticas e de arquivo, referências metodológicas, estudos locais, como é recomendado fazer antes de ir para o terreno é não apenas uma perda de tempo como também um risco de deformar antecipadamente a própria capacidade de análise. Esta deve ser elaborada, educada pacientemente, pela aquisição progressiva de uma base doutrinal (não doutrinária, nem sectária!) sólida: a formação teórica é indispensável – mas quem a dá? É preciso adquiri-lá e a educação política também. Sem base teórica e política, como analisar uma situação? (KAYSER, 1985, p. 33, [grifos do autor]).

Neste contexto, o método de investigação aqui contou em parte, com a “observação participante”, embora uma “observação participante” desenvolvida não na sua concepção clássica, mas a partir da convivência diária por quatro meses (de janeiro a abril de 2008) com os migrantes em Francisco Beltrão, com a realização de entrevistas através do trabalho de campo, com as conversas informais aliadas às observações *in loco* na produção do espaço beltronense, com suas desigualdades, em um acompanhamento cotidiano das relações dos migrantes no/com o município.⁵ Essa convivência foi importante para conhecermos a realidade (geográfico-histórica) dos sujeitos pesquisados e, também, para a relação e interação destes com nós enquanto “sujeito pesquisador” e “sujeitos pesquisados”.⁶

⁵ Claudia Pedone (2000a) assinala a importância de pensar, estruturar e desenvolver o trabalho de campo através de *métodos qualitativos*. Segundo a autora ao final dos anos 1970, a crise do paradigma quantitativo hegemônico nas décadas precedentes, abriu as portas para os estudos antropológicos interessados nos enfoques qualitativos e nas dimensões subjetivas do processo histórico e da micro-história. Retoma-se o ator social e recupera-se a função explicativa das perspectivas com a qual os protagonistas haviam vivido; logo, os métodos qualitativos encontram-se em amplo desenvolvimento em investigações de geografia humana, pois, “La importancia del discurso y del significado son centrales en las aproximaciones cualitativas. La información es obtenida por una variedad de técnicas, como la observación participante, la entrevista en profundidad, la entrevista semiestructurada, las discusiones en grupos focalizados, etc.. Además, dentro de este marco, el análisis del discurso tanto en textos escritos como orales y, en menor medida, el uso de material fotográfico y de video, son elementos valorados para llevar a cabo las investigaciones. Esta apretada síntesis en torno al estado de la cuestión de los métodos cualitativos, nos introduce en dos temas claves para la investigación basada en esta metodología: el trabajo de campo y la utilización de las historias de vida como una técnica para recabar información” (p. 5).

⁶ Conforme Claudia Pedone (2000a, p. 7), o desenvolvimento de entrevista através de trabalho de campo permite a produção de um texto interativo entre o diálogo do sujeito pesquisado e do sujeito pesquisador: “El texto interactivo se crea mediante el diálogo entre el entrevistador y el entrevistado. Sin embargo, el investigador, en la area de dar orden y coherencia a la narración, construye una interpretación de la entrevista; es aquí donde aparece nuevamente la cuestión del espacio intermediario, puesto que se necesita tener una posición crítica en constante movimiento desde afuera y desde adentro, puntualizando

Entretanto, pelo nosso recorte temporal e espacial (de 1900 a 2008), também recorremos a outras fontes. Pesquisamos em alguns estudos realizados sobre o município de Francisco Beltrão, sobre o Sudoeste do Paraná, sobre o Paraná, Brasil e mundo especialmente aqueles aspectos ligados à migração, mas que não se restringiu a eles. Por isso, recorremos a livros, artigos e palestras de geógrafos, historiadores, economistas, filósofos, antropólogos, sociólogos, literatos buscando fontes e inspirações para a construção de uma análise *transdisciplinar*.

Outra fonte utilizada por nós foram os jornais. Através do acervo do jornal local do município de Francisco Beltrão, criado/mantido por famílias tradicionais e constituído, num primeiro momento de sua existência enquanto jornal “Tribuna do Sudoeste” e, num segundo momento, enquanto “Jornal de Beltrão”, houve a possibilidade para que levantássemos informações e *discursos* sobre as migrações e os aspectos históricos da formação de Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná e Paraná.

Buscamos, além disso, alguns dados no IBGE sobre os migrantes que vieram e saíram de Francisco Beltrão. Na prefeitura municipal encontramos fotografias sobre o processo de ocupação do município: fotos do trabalho, da festa, da chegada na migração etc. Ademais, fotografamos *in loco* alguns monumentos onde são recorrentes homenagens aos imigrantes enquanto “pioneiros”, “colonizadores” e “desbravadores”, além das paisagens, dos bairros e das construções de Francisco Beltrão.

Recorremos, também, à biblioteca da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – onde procuramos, em monografias de graduação e especialização e em dissertações e teses de doutorado, informações sobre o município. Nessa mesma instituição “trocamos algumas idéias” com professores dos cursos de Geografia e Pedagogia sobre as migrações no Sudoeste do Paraná.

Estivemos, também, visitando a ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – onde conseguimos material sobre o município produzido por esta instituição, além de outros estudos que encontramos na sua biblioteca. Conversamos e entrevistamos alguns pesquisadores que nos possibilitaram inúmeras informações, tanto sobre o município propriamente dito quanto sobre outras pessoas com as quais poderíamos realizar entrevistas.

Conseguimos, ainda, alguns relatórios da CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório – que nos possibilitou obter informações sobre a instalação, com as

los silencios, las interrupciones; es en este momento cuando aparecen asimetrías, ventajas y ambigüedades tanto para el entrevistador como para el entrevistado según sea el contexto”.

intenções/ações do Estado através da implantação do projeto de colonização e, ainda, de como foi a vinda dos migrantes gaúchos e catarinenses para Francisco Beltrão.

Visitamos o CTG “Recordando os pagos”, onde conversamos e entrevistamos alguns sócios do mesmo e tendo, também, a oportunidade de conhecer melhor essa organização, sua origem, seus sócios, além de participarmos de uma reunião em que estavam sendo formadas as chapas para concorrer à nova direção do CTG; também, conseguimos na biblioteca do CTG revistas sobre a origem de Francisco Beltrão e a migração, especialmente, aquelas ligadas aos gaúchos e aos descendentes de italianos.

Além disso, percorremos o município, seus bairros na cidade e suas comunidades no interior, a pé ou de moto. Procurando entender sua produção espacial, andamos por algumas partes do mesmo (não todas) onde fotografamos paisagens, fizemos anotações. Nessas observações, conseguimos visualizar mais de perto como se dá a produção e a organização desse espaço, especialmente através de conversas informais com moradores e trabalhadores, tanto na cidade quanto no campo. Esse exercício foi muito produtivo na medida em que tivemos mais tempo e calma para olharmos o modo de organização da vida das pessoas, no trabalho, na festa, na casa, na rua, no dia-a-dia, ou, como diria Certeau (1994), “nas artes do fazer cotidiano”.

Em função disso, nossa principal fonte foram as entrevistas realizadas com os sujeitos que fizeram e fazem as migrações, os territórios e as identidades⁷. Utilizamos um questionário que logo foi substituído por uma conversa mais aberta, que nos possibilitou deixar livre o entrevistado para falar da sua vida e, assim, para nos dar maiores detalhes sobre os processos, o que resultou para nós maior riqueza no resgate das informações através da memória dos sujeitos. Trabalhamos com uma entrevista não-direta (conversa) e com uma entrevista dirigida (questionário), a partir de um roteiro de questões que não seguiu uma ordem padronizada, mas aleatória, e de acordo com o que o entrevistado nos informava e/ou relembrava.

⁷ De acordo com Armando Corrêa da Silva (1988, p. 84), “a entrevista consiste na apreensão dos fenômenos ao nível do indivíduo”. Entretanto, como afirma Norbert Elias (1994, p. 16), “os indivíduos formam a sociedade e a sociedade os indivíduos”, ou seja, “a sociedade e os indivíduos são a mesma coisa”. Por isso, podemos chegar ao entendimento da sociedade através dos indivíduos, das suas trajetórias, das suas relações, ou seja, do processo em que o indivíduo se relaciona com a sociedade e a sociedade com o indivíduo. Nesse contexto, as entrevistas constituem, em nosso entender, elemento fundamental para o entendimento dos indivíduos e da sociedade, enfim, da “sociedade dos indivíduos”. Ademais, como assinala Claval (1979, p. 40), “entre o indivíduo e a sociedade, tomada em seu conjunto, estabelecem-se relações. A sociedade não age em bloco, mas manifesta sua coesão através da ação de cada um de seus membros”.

Entrevistamos 39 pessoas, a maioria entre os meses de janeiro a abril de 2008. Todas foram gravadas e transcritas na íntegra. Entretanto, adotamos algumas medidas para dar mais “vida” as falas e, também, para contextualizá-las na difícil tarefa da passagem do oral para a escrita; tentamos, ao decorrer das transcrições, apontar situações que ocorreram durante a fala do entrevistado, como expressões, pausas, linguagem corporal, risos, choros etc. Adotamos também a postura de transcrever as falas de forma literal, ou seja, sem “correções”, pois entendemos que estes sujeitos expressam uma fala de uma época e, portanto, de um período. Assim, buscamos em certas ocasiões esclarecer termos e/ou expressões que os entrevistados nos relataram durante as entrevistas e que foram utilizadas neste trabalho. Aliado a isso, muitas vezes apontaremos as condições em que a entrevista foi realizada, como por exemplo: o lugar, os sons, a forma com que o entrevistado nos atendeu e as dificuldades e/ou facilidades para a realização das entrevistas. Aliamos, também, às entrevistas, as anotações pessoais de campo que concomitantemente nos auxiliaram e proporcionaram ricas informações na interpretação posterior a respeito do objeto/tema (as migrações) e os sujeitos em estudo. Enfim, consideramos que a passagem do oral para a escrita é uma tarefa difícil, na medida em que implica em colocarmos pontos e vírgulas nas falas das pessoas; isso denotou em buscarmos sempre, através da pontuação e das palavras, a melhor e mais fiel passagem do oral para a escrita num processo de *valorização da informação* e, portanto, dos sujeitos entrevistados.

As fontes orais foram consideradas em nossa investigação enquanto *informação qualitativa*. As falas obtidas diretamente com os sujeitos envolvidos no processo (os migrantes) permitiram, aliás, dar luz aos interstícios das relações de poder, das representações, da memória e da história oficial, da identidade, do conflito e da alteridade, das negociações, dos contatos tecidos na trajetória migratória, das estratégias criadas e levadas durante o itinerário da mobilidade, do conflito e da solidariedade entre parentes e amigos que ajudaram (ou não) na reterritorialização através da ressignificação cultural e política no novo território. Contudo, as fontes orais nos ajudaram a questionar o *status* de verdade através das redes de poderes e de dizeres de uma determinada produção territorial e de uma identidade hegemônica, que se circunscreve historicamente em Francisco Beltrão.

Questionar e problematizar, assim, o *status* de verdade que foi instaurado em Francisco Beltrão através do processo migratório, com a difusão de projetos da classe hegemônica local e pelo Estado assentados nas ideologias do progresso, da Igreja

Católica, do trabalho e do desenvolvimento econômico (que estão inseridas no projeto da modernidade e alicerçadas nos pressupostos do Iluminismo), também fez parte de nossa perspectiva teórico-metodológica e política no desenvolver da pesquisa.

Nesse sentido, considerando que o primeiro período a ser analisado se refere ao intervalo de tempo entre 1900 a 1940, encontramos poucos sujeitos ainda vivos desse tempo-espaço que nos pudessem conceder entrevistas. Entretanto, aqueles que encontramos foram de grande valia. Ademais, recorreremos a seus descendentes (filhos e netos, principalmente) que nos passaram informações relevantes sobre “aquela época”. Contudo, utilizamos também entrevistas feitas com e sobre esses sujeitos por outros pesquisadores. Essas entrevistas e/ou informações foram colhidas há algum tempo atrás e deixaram grandes contribuições, que podem ser melhores exploradas.⁸

No segundo período analisado (1940 a 1970), encontramos muitos migrantes que nos ajudaram, sempre com muita boa vontade, para nos contar as suas histórias e geografias da migração, seus dramas, suas alegrias, suas realizações etc. Apesar de muitos já estarem também com uma idade avançada, suas memórias nos auxiliaram a apreender o processo migratório gaúcho e catarinense para Francisco Beltrão. Nossa escolha desses migrantes não foi aleatória; nosso critério estabelecido foi entrevistar pessoas que vieram neste período para Francisco Beltrão; foram entrevistadas pessoas com mais de 50 anos de idade, especialmente entre 50 e 95 anos de idade.

No terceiro e último período (1970 a 2008), buscamos entrevistar migrantes retornados ou beltronenses que tem parentes (filhos, principalmente) que se deslocaram para outros estados brasileiros. No entanto, pelo grande número de lugares de destino de beltronenses, optamos por priorizar em nossa análise os fluxos mais significativos de contingentes migratórios através de trajetórias individuais, especialmente, de trajetórias espaciais inseridas naqueles fluxos direcionados para a cidade de Joinville-SC e para o município de Apuí-AM. Isso possibilitou compreender elementos singulares na migração, ao mesmo tempo em que os mesmos são analisados inseridos em um processo mais amplo de “expulsão” de beltronenses para outros lugares.

Para entrevistar os sujeitos de nossa pesquisa, buscamos operacionalizar o trabalho de campo da seguinte maneira: procuramos na maioria das vezes chegar até os migrantes através de uma pessoa que pudesse nos acompanhar e que fosse conhecido/a desses sujeitos por nós entrevistados; no entanto, algumas poucas entrevistas foram

⁸ Serão utilizadas, por exemplo, entrevistas realizadas por Boneti (1998), Wachowicz (1987 e 1988) e Abramovay (1981); além de entrevistas encontradas no Jornal de Beltrão.

feitas somente por nós. Nesse processo, fomos à busca daqueles amigos (conhecidos antes ou no desenrolar da pesquisa) que nos auxiliariam a chegar até aqueles e aquelas que queríamos entrevistar. Isso nos possibilitou, pelo que constatamos, uma maior *confiança* do entrevistado em nos relatar fatos da sua vida. Percebemos que na companhia de uma pessoa conhecida, o entrevistado ficava mais à vontade e falava mais, especialmente sobre sua trajetória migratória e os desdobramentos desta. Por isso, fomos tecendo, no avançar da pesquisa, uma rede de relações que nos levou até os sujeitos que buscávamos. Essa rede de contatos foi imprescindível para a realização das entrevistas e para “adentrar”/“mergulhar” nos sujeitos e no objeto/tema (as migrações) de nossa análise.

Optamos por realizar pessoalmente todo o trabalho de campo para que houvesse uma melhor interação e imbricação recíproca *entre* o objeto/tema (as migrações), com os sujeitos pesquisados e com o sujeito pesquisador. Pois, conhecer as “entranhas” do objeto-sujeito da pesquisa é começar a desvendar as relações e, a partir daí, as suas contradições: a igualdade e a desigualdade, os hegemônicos e os não-hegemônicos (hegemonizados), os conflitos, as solidariedades, as tramas e dramas. Com isso, nos aproximamos melhor da produção da trama territorial, das relações de poder, da delimitação e manutenção dos territórios, das identidades, dos tempos-espacos, enfim, das migrações.

Estrutura da dissertação

Nosso trabalho se estrutura em seis capítulos, divididos em duas partes. A primeira parte está dividida em três capítulos e teve como finalidade analisar os conceitos que construíram previamente a metodologia utilizada na pesquisa e, deste modo, a perspectiva teórico-metodológica que ajudou a construir a investigação e a análise.

No capítulo 1, desenvolvemos uma análise sobre a relação entre espaço e tempo através das periodizações, ou seja, através da idéia da empiricização/ *fusão* do tempo e do espaço que foi o método histórico e geográfico utilizado nessa pesquisa.

No capítulo 2, realizamos uma sistematização e discussão acerca do conceito de território, suas inter-relações com a mobilidade, desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade, aliadas à proposta que estamos propondo para compreender o

entre-lugar (de origem e de destino) e/ou embaralhamento das referências espaciais na migração, através do que estamos denominando de *transterritorialidade*.

No capítulo 3, analisamos as teorias migratórias à luz das discussões/questões da modernidade e da pós-modernidade, apontando para a imbricação dos elementos econômico, cultural e político na compreensão do fenômeno migratório, apreendendo, assim, a multidimensionalidade, multiterritorialidade e multitemporalidade desse processo socioespacial. Apresentamos, contudo, as novas formas de análise através dos novos elementos inseridos na problematização/compreensão da mobilidade espacial da população desdobrando, com isso, mais detidamente a questão das identidades territoriais.

A segunda parte de nosso trabalho está dividida em três capítulos e faz referência ao “estudo de caso” e aos nossos “resultados” teórico-empíricos.

No capítulo 4, analisamos teórica e empiricamente a “invenção” do Sudoeste paranaense no início do século XX, enquanto uma representação do espaço nominado e classificado como “sertão inóspito”. Buscamos compreender também a migração cabocla entre 1900 a 1940, apreendendo, à luz do processo histórico-geográfico do estereótipo do caboclo no Brasil, as relações com o capital comercial e de apropriação e domínio do território pelo tempo lento que hegemonizou um “período natural”.

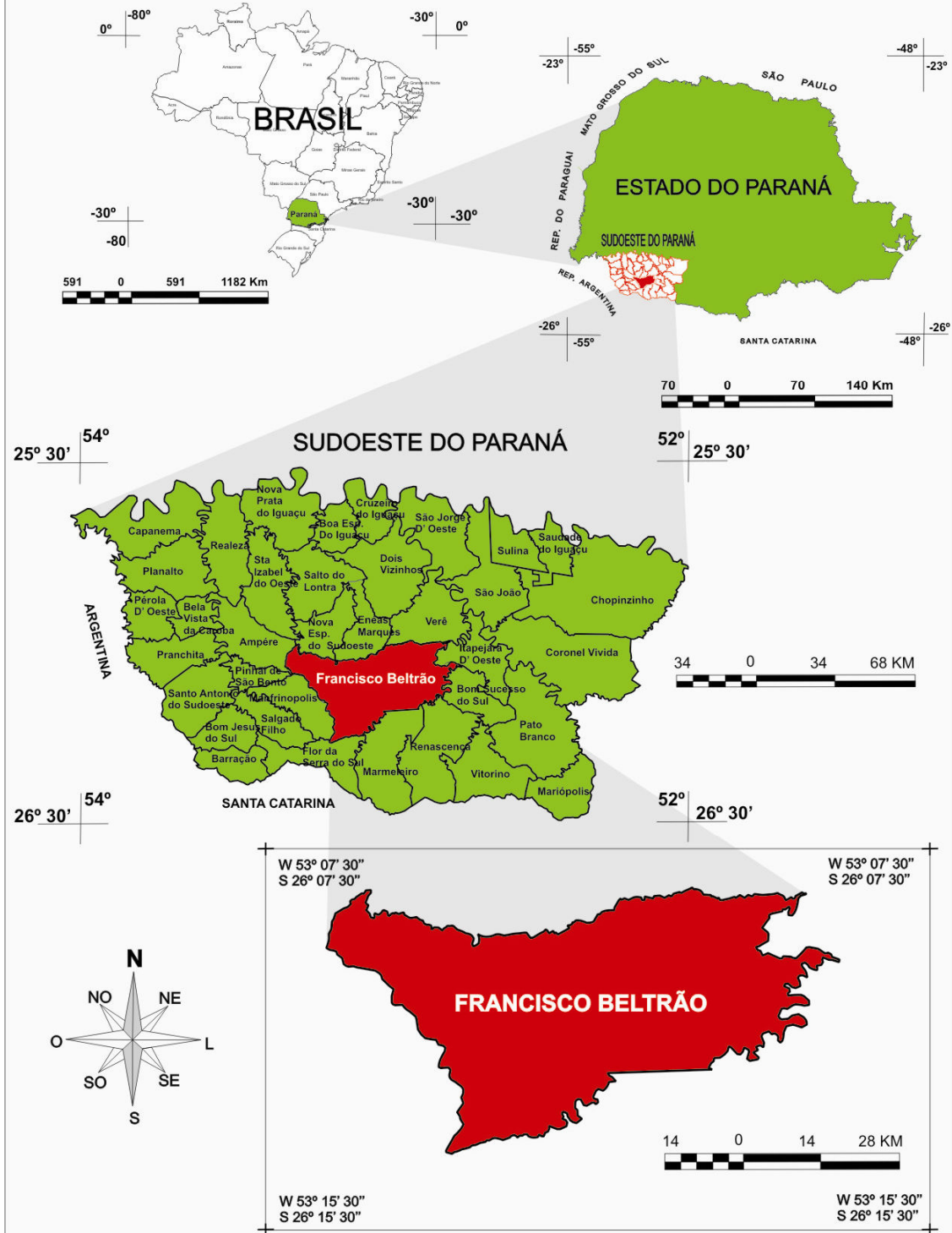
No capítulo 5, nos centramos na discussão da migração gaúcha e catarinense para o Sudoeste paranaense entre 1940 a 1970, apreendendo esse fenômeno no contexto do projeto político/ideológico da “*Marcha para Oeste*” de Getúlio Vargas, a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório e do município de Francisco Beltrão, demonstrando, assim, o papel do Estado-Nação no processo da mobilidade espacial da população através, também, da (re)invenção do Sudoeste paranaense com uma nova representação do espaço, isto é, como “região do futuro” e Francisco Beltrão como o “lugar do futuro” para os migrantes. Entretanto, e em contraponto, analisamos através das trajetórias socioespaciais da diáspora as estratégias migratórias construídas pelas redes de relações sociais com os contatos tecidos e das informações recebidas no processo de ajuda, solidariedade e de conflito entre parentes e amigos. Também, refletimos sobre o trabalho enquanto recurso mobilizado para construção da identidade territorial do beltronense; seu acionamento para mobilização e ação de um sujeito trabalhador, ordeiro e disciplinado, inserido no interior das relações de expansão da fronteira agrícola e urbana brasileira com a adentrada do capital monopolista. Evidenciamos, nesse processo, as relações de contato, conflito e alteridade entre

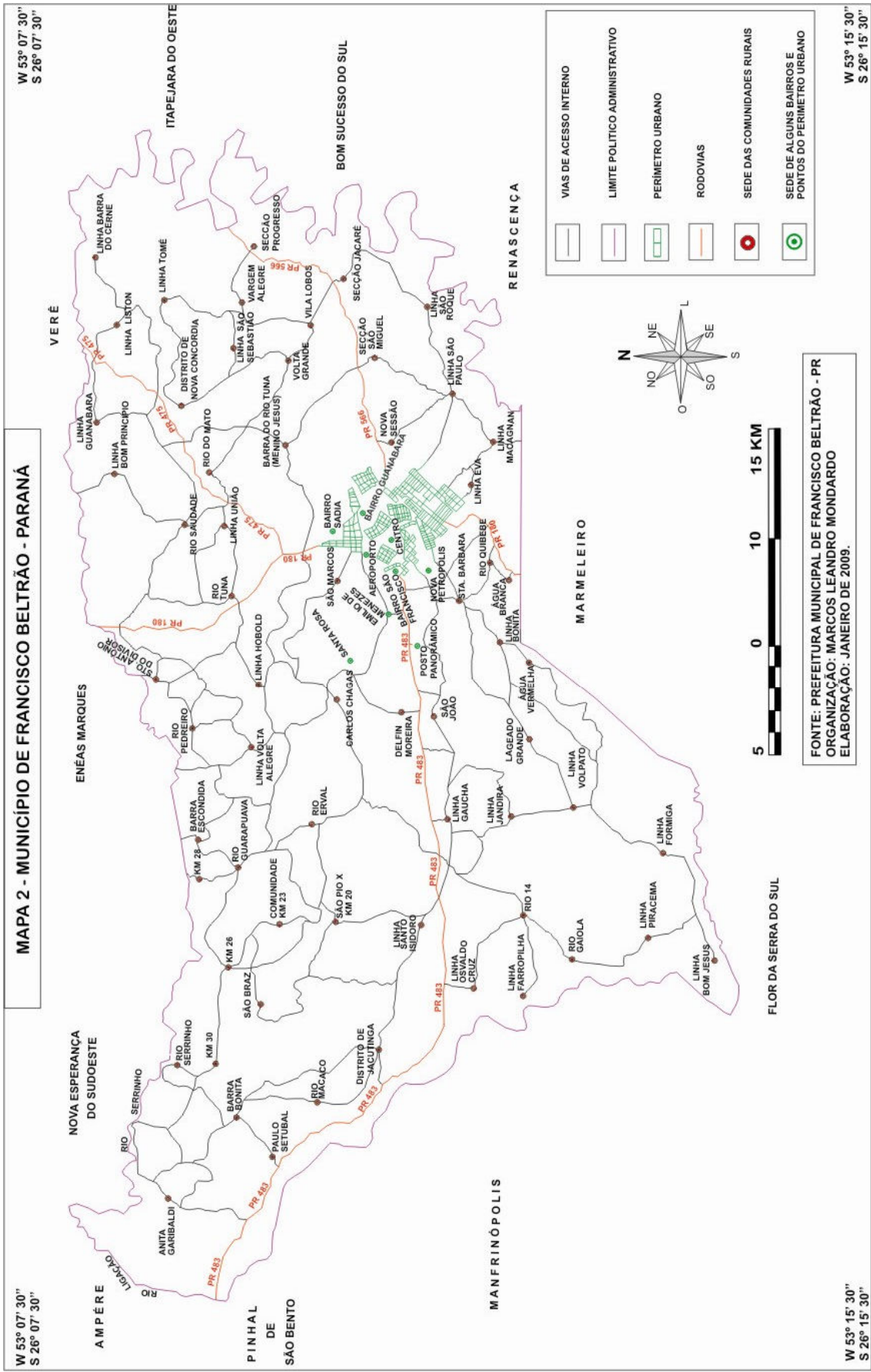
descendentes de italianos, alemães e poloneses (*estabelecidos*) e caboclos (*outsiders*), apreendendo os conflitos de visões de mundo, de projetos, de racionalidades, ou seja, do “encontro de dois mundos” pelo embate de tempos e espaços diferentes.

No capítulo 6, analisamos a expansão do período técnico-científico-informacional que acarretou transformações profundas no território, especialmente com a “crise agrícola” resultante da introdução da “modernização da agricultura” e com a industrialização. Esses novos elementos que passaram a estar presentes na apropriação e na dominação do território, fizeram com que no campo milhares de pequenos agricultores fossem forçados, sobretudo, a deixar suas terras migrando para outras fronteiras agrícolas que estavam se abrindo, especialmente para o Centro-Oeste e para a Amazônia e, também, para a cidade de Francisco Beltrão, que com a industrialização, acabou absorvendo parte desses desterritorializados. Por isso, analisamos o processo de migração para o Centro-Oeste e Amazônia a partir de uma trajetória migratória e, também, tentamos compreender o fluxo migratório para o Sul, especialmente para Joinville, em Santa Catarina, através de outra trajetória migratória. Tentamos compreender, ainda, a desterritorialização do caboclo em Francisco Beltrão frente ao processo de modernização e qual seu peso na sociedade no período de 1970 a 2008, hegemonicamente constituída por gaúchos e catarinenses e seus descendentes, os paranaenses. Por fim, tentamos apreender a construção histórica e geográfica da identidade territorial beltronense a partir da mobilização de recursos simbólicos e discursivos.

Nas consideramos finais, construímos uma “síntese” dos processos analisados em cada período, interligados com a dinâmica de criação e destruição de territórios, de acionamentos de identidades e de deslocamentos migratórios *para, no e do* território de Francisco Beltrão. Finalizamos este trabalho apresentando as contribuições construídas, apontando uma proposta teoria-metodológica para a dinâmica migratória que permite relacionar contextos econômicos, políticos e culturais entre níveis micro e macro-estruturais, apreendendo, assim, a multidimensionalidade da mobilidade espacial da população no contexto da multi e da transterritorialidade.

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO/PR





CAPÍTULO 1

DAS PERIODIZAÇÕES À EMPIRICIZAÇÃO: a aventura de marcar o tempo no espaço e o espaço no tempo

*Visito os fatos, não te encontro. Onde te ocultas, precária síntese,
penhor de meu sono, luz dormindo acesa na varanda?*

*Carlos Drummond de Andrade
Tempos atuais*

Francisco Beltrão apresenta uma historicidade em torno dos processos de transformação do território, “circunscrita”, em parte, através de momentos significativos, a partir, fundamentalmente, do elemento chave da migração. Em momentos distintos a mobilidade espacial da população deixou marcas no tempo e no espaço. São situações e contextos de eventos que atribuem modificações na política, na cultura e na economia do município. Estas são influenciadas e influenciam em outras escalas (em menor ou maior medida) transformações a nível da mesorregião do Sudoeste do Paraná, do estado do Paraná, do Brasil e do mundo. São momentos da história e da geografia (de)marcados territorialmente a partir dos sujeitos que migram *para, no e do* município, por ações que sucedem no tempo atribuindo diferentes contornos no espaço beltronense.

Neste contexto, nosso objetivo consiste aqui em buscar, para o desenrolar/desenvolver desta pesquisa, um método que compreenda qualitativamente os fenômenos historicizados no espaço em diferentes períodos. Para isso, discutimos e analisamos em diferentes pesquisadores geógrafos, historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas, filósofos etc, elementos conceituais para referenciar nossa pesquisa de cunho espaço-temporal, para apreendermos, assim, a dimensão temporal dos e nos processos socioespaciais.

Na geografia, o principal interlocutor de nossa análise, e um dos autores que mais evidenciou em sua obra o uso das periodizações na pesquisa geográfica, foi Milton Santos (em alguns momentos também ao lado de outras autoras e autores). Em seus livros, o autor chama a atenção para a utilização das periodizações enquanto *método* para uma melhor compreensão dos fenômenos no tempo e no espaço. Por isso, “escolher um caminho de método significa levar em conta diversas escalas de

manifestação da realidade, de modo a encontrar as variáveis explicativas fundamentais” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 11), e, “na verdade, o que dá unidade às partes é a visão de conjunto que precede e acompanha o exercício de análise” (p. 12).

No livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, Milton Santos & Maria Laura Silveira demonstram “uma teoria do Brasil a partir do território”, que é, poder-se-ia afirmar, uma generalização num segundo nível, mas que tem “a ambição de ser uma teoria e um método porque utiliza materiais e relações retirados das situações reais e, por isso, aplicáveis a esses níveis ‘inferiores’”, isto é, a outras escalas “menores” do território brasileiro (2006, p. 12).

Neste livro, propuseram entender o território brasileiro ao longo de seu desenvolvimento histórico, a partir de três grandes momentos: o *primeiro período* seria constituído pelos meios “naturais”; o *segundo período* pelos meios técnicos; e, o *terceiro período* pelo meio técnico-científico-informacional. No entanto, estes autores afirmaram que um método de trabalho a partir das *periodizações* do território usado, “a escala municipal levaria a um nível de detalhamento maior” (p. 12), e, portanto, é este o objetivo deste trabalho, tendo como principal variável no tempo e no espaço as migrações, devido a suas relações marcadas na historicidade do território de Francisco Beltrão.

Também, no referido livro, Milton Santos & Maria Laura Silveira analisam o Brasil a partir do território, reiterando que a “periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos”. Assim:

(...) Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais. Mas a evolução que se busca é a dos contextos, e assim as variáveis escolhidas são trabalhadas no interior de uma situação (...) que é sempre datada. *Interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças* (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 20, [grifos nossos]).

Nas periodizações, a busca na evolução da sociedade se dá pelos contextos, que a partir de variáveis escolhidas demonstram situações datadas no tempo e materializadas no espaço e, que, também, os contextos variam suas escalas de influência em cada período analisado. Além disso, em cada momento histórico é demonstrada a importância de se verificar o peso das novidades e das heranças no estágio do recorte

espacial analisado. Nesse sentido, para Santos & Silveira (2006, p. 248), “(...) o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações”. E ainda em outro trabalho, Silveira (1999a, p. 24) afirmou que “Uma periodização impõe-se como regra de método fundamental, pois permite distinguir pedaços coerentes de tempo nos quais um novo arranjo territorial revela uma modernização material e organizacional”.

No entanto, a questão implica também, segundo os autores, na escolha das variáveis-chave que, em cada pedaço do tempo, irão comandar o sistema de variáveis, cujo conjunto de eventos/ações/situações/objetos compreende um período. Para Santos & Silveira (2006, p. 23), esse é “(...) o princípio do qual podemos *valorizar os processos e as novas realidades da história do território*” (grifos nossos). Além disso, estes autores nos alertam para o fato de “como um elemento não pode evoluir isoladamente, nem é capaz de se transformar sem arrastar os demais no seu movimento, o nosso problema não é o da evolução particular de um elemento, mas o da evolução global” (p. 24).

Os períodos, neste contexto, são pedaços do tempo que (de)marcam as continuidades e as discontinuidades do processo mais amplo da sociedade que é, portanto, o movimento das relações materializadas no tempo e no espaço socialmente construído. Como considera Silveira (1999a, p. 24), o período é um “conjunto de possibilidades do mundo, num dado momento, que dá significado às oportunidades diversas dos lugares”. Todavia, para a autora, na análise espaço-temporal é importante ser consideradas as diferenças no interior de um período, vendo-o como uma grande *brigolage* e substituindo a idéia de fluxo laminar da história no espaço por a de fluxo *turbulento e instável*. Sobre os períodos, também Santos & Silveira (2006, p. 24) afirmam que:

Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período.

Em *Espaço e Método*, Santos realiza uma reflexão a respeito do método de investigação da espacialização dos fenômenos, se debruçando novamente em apreender

elementos para a reflexão acerca da *dimensão temporal*. Este nos alerta sobre as periodizações em estudos de escala menor (como será o nosso objetivo, a partir de um município), que tendem a terem uma maior complexidade a partir das subdivisões que poderão ser feitas, pelo maior nível de detalhamento que pode ser realizado, pois, “quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre. Daí a complexidade do estudo do mais pequeno” (SANTOS, 1997a, p. 2-3).

Para o nosso estudo, a partir das migrações enquanto principal variável-chave de compreensão analítica, buscaremos entender os homens e mulheres que fazem parte do espaço, enquanto elemento importante cultural, político e economicamente. Especificamente, sobre os homens, enquanto elemento do espaço, Santos afirma que:

Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso, trate-se de jovens, de desempregados ou não empregados. A verdade é que tanto os jovens quanto os ocasionalmente sem emprego ou os já aposentados, não participam diretamente da produção, mas o simples fato de estarem presentes no lugar tem como consequência a demanda de um certo tipo de trabalho para outros. Esses diversos tipos de trabalho e de demanda são a base de uma classificação do elemento homem na caracterização de um dado espaço (SANTOS, 1997a, p. 6).

A partir das variáveis temporal e espacial, buscaremos entender a geografia da população não apenas de maneira quantitativa (aumento ou diminuição populacional), mas, fundamentalmente, a partir da mobilidade, das modificações, dos usos, apropriações e dominações espaciais de forma qualitativa, isto é, apreendendo as inter-relações e os processos culturais, políticos e econômicos na análise da mobilidade espacial da população ao longo de períodos (histórico-geográficos) que evidenciaremos. Assim, sobre a variável demográfica e sua evolução/transformação na história:

Ao longo da História, toda e qualquer variável se acha em evolução constante. Por exemplo, a variável demográfica está sujeita as evoluções e mesmo a revoluções. Se considerarmos a realidade demográfica sob o aspecto do crescimento natural ou sob o das *migrações*, a cada momento da História suas condições respectivas variam. Assim, no curso da História humana, contam-se diversas revoluções demográficas, cada qual com um significado diferente. Da mesma maneira, *os tipos e formas de migrações variam, assim como os respectivos significados* (SANTOS, 1997a, p. 9, [grifos nossos]).

A cada momento, portanto, o elemento tomado como variável significante deve ser analisado com o movimento do todo, isto é, com os demais elementos que compõe o espaço e o tempo do presente período e do que permanece do(s) período(s) perpassado(s). “O que nos interessa é o fato de que a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais valores” (SANTOS, 1997a, p. 9). Desse modo, os elementos do espaço estão submetidos a variações quantitativas e (sobretudo) qualitativas (aquelas dos significados) no movimento da história.

Assim, a partir do contexto – em nosso caso em Francisco Beltrão – é que poderemos chegar ao entendimento do conjunto, ou seja, o movimento do todo. Nesta situação, movimentos de elementos do município, que ocorrem em menor ou maior magnitude em outras esferas espaciais, isto é, em outras escalas, nos proporcionam, assim, as *comparações*, pois “somente através do movimento do conjunto, isto é, (...) do contexto, é que podemos corretamente valorizar cada parte e analisá-la, para, em seguida, reconhecer concretamente esse todo” (SANTOS, 1997a, p. 11). E, a partir dessa reflexão, Santos alerta sobre a consideração de uma variável enquanto “todo”:

Se considerássemos a população como um todo, as firmas como um todo, a nossa análise não levaria em conta as múltiplas possibilidades de interação. Ao contrário, quanto mais sistemática for a classificação tanto mais claras aparecerão as relações sociais e, em consequência, as chamadas relações espaciais (SANTOS, 1997a, p. 12, [grifos nossos]).

A dimensão temporal do e no espaço depende de várias relações entre o novo e o velho, entre escalas diferentes, entre elementos e/ou variáveis-chave que caracterizam períodos e que se espacializam ou não em atividades socialmente construídas. A importância se dá em compreender o espaço em cada período enquanto um *mosaico* de situações e inter(rel)ações de diferentes estágios de desenvolvimento das sociedades, que circunscreve suas marcas territorializadas em um recorte espacial e temporal. Nestes apontamentos, podemos apreender que:

A situação atual depende, por isso, de influências impostas. O comportamento do novo sistema está condicionado pelo anterior. Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros da mesma classe, porém mais modernos; outros elementos resistem à modernização; em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem. Alguns elementos podem desaparecer completamente sem

sucessor e elementos completamente novos podem se estabelecer. O espaço, considerado como um *mosaico* de elementos de diferentes eras, *sintetiza*, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade (SANTOS, 1997a, 21-22, [grifos nossos]).

Também, a partir da escala, busca-se entender a influência de fenômenos externos a e na escala local. As variáveis são influenciadas em menor ou maior intensidade por movimentos maiores da sociedade que interferem e/ou auxiliam no desenvolvimento (ou na retração) de determinado elemento no interior de um período de espaço-tempo. Sobre a importância da escala e de suas relações nos períodos no espaço-tempo, Santos afirma que:

(...) não se pode fazer uma interpretação válida dos sistemas locais na escala local. Eventos à escala mundial, sejam os de hoje ou os de ontem, contribuem mais para o atendimento dos subespaços que os fenômenos locais. Estes últimos não são mais que o resultado, direto ou indireto, das forças cuja gestação ocorre à distância. Isto não impede aos subespaços de também estarem dotados de uma relativa autonomia, que procede do peso da inércia, isto é, das forças produzidas ou amalgamadas localmente, embora como um resultado de influências externas, ativas em períodos precedentes (SANTOS, 1997a, p. 22).

Por isso, a produção do espaço geográfico nunca está desassociada do tempo histórico, pois, a cada momento o espaço geográfico é produto e produtor do movimento (devir) da história. Através do movimento do devir ocorrem transformações e situações em escala local, regional, nacional e mundial. Aliado a isso, Santos (1997a, p. 22) alerta para muitos estudos espaciais serem debilitados pelo mal e/ou não uso da dimensão temporal: “Estes estudos freqüentemente tendem a representar situações atuais como se elas fossem um resultado de suas próprias condições do passado”, e que os elementos considerados chaves devem fazer parte, isto é, pertencer à época de sua existência na história, para que se compreendam devidamente suas manifestações incrustadas no espaço:

Mas o recurso às realidades do passado para explicar o presente nem sempre significa que se apreendeu corretamente a noção de tempo no estudo do espaço. Se um elemento não é considerado como um dado dentro do sistema a que pertence (ou ao qual pertencia na época da sua apresentação), não se está utilizando um enfoque espaço-temporal. A mera referência a uma situação histórica ou a busca de explicações

parciais concernentes a um ou outro dos elementos do conjunto não são suficientes (SANTOS, 1997a, p. 22).

Assim, as periodizações, para o referido autor, são capazes de compreender as diferentes formas (estágios) de uso do território e/ou da organização do espaço. Esta fornece, também, um recurso para entender/para demonstrar diferentes apropriações e domínios entre diferentes territórios, isto é, compreender as diferenças estabelecidas historicamente em territórios singulares e realizar, assim, as comparações e os porquês dos diferentes movimentos temporais e espaciais da sociedade. A partir disso, as periodizações se caracterizam por:

Primeiro, o significado da mesma variável muda no curso do tempo, isto é, na história do lugar. Segundo, do ponto de vista espacial, do ponto de vista do lugar – que nos interessa primordialmente –, a sucessão de sistemas é mais importante que a de elementos isolados. *O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada.* Sozinha, uma variável é inteiramente carente de significado, como é fora do sistema ao qual pertence. *Quando ela passa pelo inevitável processo de interação localizada, perde seus atributos específicos para criar algo novo* (SANTOS, 1997a, p. 22, [grifos nossos]).

Para Santos, uma das principais variáveis para se entender as sucessões dos momentos espaciais são as *técnicas*. “É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo”; deste modo, as técnicas:

(...) são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalhador e o tempo da cooperação (SANTOS, 2004, p. 54).

Logo, Silveira (1999a, p. 24) acrescenta que a evolução da técnica é um ponto chave para compreender o tempo e espaço, e isso é possível através de uma “periodização que permite dar valor às coisas” no seu tempo e no seu espaço. Essa periodização, essa fusão do tempo e do espaço “só poder ser concretizada a partir de uma variável ou de um conjunto delas”: “os sistemas técnicos, isto é, as técnicas funcionando como sistema, delineiam as nossas escolhas. Eles possibilitam entender, a um só tempo, os objetos e as formas de ação e de organização e as normas”, elementos que formam o espaço geográfico.

Contudo, Santos (1997a, p. 23) afirma também que “a sucessão dos sistemas [temporais] coincide com a das modernizações”: as “modernidades foram e desmancham períodos”. E, é por essa razão que se pode falar da “invenção do método da invenção”, pelo fato que as inovações são grande consequência de uma técnica que alimenta a si mesma, isto é, as modificações do espaço e do tempo pela técnica dão condições e se modifica no devir da própria técnica.

Por isso, Silveira (1999a, p. 22) assinala que “encontrar um caminho quer dizer, também, descobrir o que é moderno em cada período histórico”. Mas, assim temos que compreender o que é modernidade no território? De acordo com a autora a modernidade “é o resultado de um processo pelo qual um território incorpora *dados centrais do período histórico vigente que importam em transformações nos objetos, nas ações, enfim, no modo de produção*”. Desse modo:

Em cada período, o sistema procura impor *modernizações características*, operação que procede do centro para a periferia. Não se trata de uma operação ao acaso. Os espaços atingidos são aqueles que respondem, em um momento dado, às necessidades de crescimento ou de funcionamento do sistema, em relação ao seu centro (SANTOS, 1997a, p. 31, [grifos nossos]).

Nesta perspectiva, o autor afirma que a (trans)formação do espaço compõe uma acumulação de ações localizadas em diferentes momentos históricos. E, isso traz consigo, segundo Santos (1997a, p. 33), “um problema teórico, o de transferir as relações de tempo dentro das relações de espaço”. As relações que ocorrem no tempo também ocorrem no espaço, num indo e vindo (in) finito. São relações que denotam o processo do movimento da vida no tempo e no espaço, e, estas dimensões vividas e experienciadas pelos sujeitos e/ou grupos humanos devem ser consideradas, concomitantemente, nos estudos geográficos, pois:

Não se pode atingir esse objetivo sem compreender o comportamento de cada variável significativa através dos períodos históricos que afetam a história do espaço que se está estudando. Sem dúvida, este espaço já tinha uma história antes do primeiro impacto das forças externas elaboradas a níveis espaciais mais elevados, incluindo o nível mundial. (...) *a ação de um sistema temporal deixa, sempre, rastros, a situação é outra*. Frequentemente se está na presença de *superposições*, exceto no caso de espaços virgens, tocados, pela primeira vez, por um impacto *modernizador* com origem e *forças externas* (SANTOS, 1997a, p. 33, [grifos nossos]).

Assim, o espaço deve ser compreendido e apreendido como uma “acumulação desigual de tempos”, e que “(...) através do significado particular, específico, de cada segmento do tempo, que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento” (SANTOS, 1982, p. 83). E, desse modo, esta “(...) acumulação [desigual] do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial” (SANTOS, 1997a, p. 53). Cada período portará, portanto, acumulações desiguais de tempos que acarretaram acumulações materializadas no/do espaço, sendo que:

Cada período poderá ser delimitado no tempo pelo que se poderá chamar de *regime*, isto é, o pedaço de tempo ou duração, no qual, em torno de um dado tipo e forma de produção, formas materiais e não materiais de vida se mantêm mutuamente integradas com o processo produtivo. (...) No momento em que essa lógica particular se modifica, seja por evolução interna, seja por impacto externo, dá-se também uma *ruptura* que acarreta uma mudança de regime, isto é, uma mudança de nexos ou de relação estrutural e funcional entre os componentes e uma alteração da importância relativa dos fatores (SANTOS, 1997a, p. 73, [grifos nossos]).

Aqui, demonstra-se a importância do regime composto pelo período de tempo e a mudança deste que se dá pela *ruptura*, influenciada tanto pelas modificações/elementos internos do recorte temporal e espacial, quanto pelas modificações/elementos externos. Há, portanto, uma relação solidária e contraditória entre elementos internos e externos ao período temporal e espacial que podem denotar no amadurecimento de novos processos, gerando, conseqüentemente, uma ruptura e o surgimento de um novo período, com novas situações e contextos (histórico-geográficos) hegemônicos. Assim:

Se a periodização é definida como evolução interna capaz de provocar mudanças de regime ou como evolução externa com o mesmo resultado, parece claro que, na medida em que o número de variáveis aumenta, as possibilidades de distorções aumentam paralelamente, e assim também as chances de *ruptura* (SANTOS, 1997a, p. 73, [grifo nosso]).

Deste modo, ainda de acordo com Milton Santos, a noção de periodização nos leva a duas coisas: a noção de *regime* e a noção de *ruptura*, que se concatenam funcionalmente para a formação de períodos espaciais e temporais no devir da historicidade dos processos sociais. Desse modo, o regime de um período se caracteriza pelo fator da organização e “harmonia” das variáveis/elementos que são hegemônicos

naquele momento. Por isso, a des-organização dos elementos fundamentais que compõe um período causa *turbulências* (e “*fraturas*” no tempo-espaço existente), avançando e gerando *crises* e, com isso, gestam-se as *rupturas* no amadurecimento de um novo e/ou outro período. Pois:

O regime é dado pelo conjunto de variáveis funcionando harmonicamente, ao longo de um pedaço considerável de tempo, mas cuja evolução não é homogênea. Há, sempre, desníveis entre as diversas variáveis. O que lhes permite trabalhar, isto é, funcionar em conjunto, é a existência de uma organização, encarregada de impor regras de ação. É a organização que mantém as coisas durante um certo período de tempo funcionando de uma dada maneira, apesar do movimento real da sociedade. Isto se mantém até o momento em que a organização deixa de ser eficaz. É aí que se dá uma *ruptura*, *signal de crise* e de *passagem a outro período* (SANTOS, 1988, p. 83, [grifos nossos]).

A partir dos apontamentos, podemos afirmar que cada território é composto pelo resultado da combinação espacialmente seletiva, solidária e contraditória de variáveis diferentemente datadas. Estas variáveis adquirem caráter de *novo* ou *velho* dependendo de sua “função” e/ou de surgimento no interior de cada regime. Entretanto, o duo novo/velho deve ser analisado de forma dialética, compreendendo suas formas hegemônicas ou não no período:

O *novo* é essencialmente representado pelas inovações, cuja matriz atual é dada pela ciência e pela técnica, isto é, as comunicações modernas, os mecanismos modernos de captura de acumulação e da poupança, os transportes modernos, etc. (...) O *velho* é, sobretudo, o domínio das relações sociais, da provisão de serviços públicos, da maior parte da produção destinada ao consumo, dos transportes de massa, assim como as velhas formas de povoamento. (...) Novo e velho se encontram ambos, permanentemente, em estado de mudança, que é dialética. *Sendo contraditórios, funcionam, porém, em forma complementar e conjunta*. As combinações do novo e do velho variam segundo os lugares (SANTOS, 1997a, p. 79, [grifos do autor]).

Novo e velho, neste sentido, fazem parte do mesmo processo, ou seja, os processos de mudanças temporais e espaciais que conduzem as (trans)formações que ocorrem entre homens e mulheres e nas formas de representações por eles re-criados (constantemente) e “cristalizados” nas relações através do meio espaço-temporal. Assim, o método da “(...) periodização é fundamental, porque nos permite definir os conceitos e, ao mesmo tempo, autoriza a empirização do tempo e do espaço, em

conjunto” (SANTOS, 1988, p. 83). Silveira (1999b, p. 22) destaca, ainda, que “sem a recorrência a uma periodização, apagam-se os processos históricos e corre-se o risco da naturalização dos conteúdos e dos conceitos”.

Porém, a periodização, qualquer que seja, é sempre uma *redução*. Milton Santos (1996, p. 15) alerta que “é sempre perigoso buscar reduzir a história a um esquema”. Além disso, não há uma única periodização válida, mas elas “podem ser muitas em virtude das diversas escalas de observação” do pesquisador (p. 70). O autor propõe, ainda, apreender as relações em que espaço e tempo devem ser compreendidos e empiricizados conjuntamente, entendendo que “tempo é espaço, e espaço é tempo”:

Na verdade o nosso grande problema não é o de empiricizar o espaço, que é também formado de coisas materiais e tangíveis; mas o de empiricizar o tempo e o espaço ao mesmo tempo. Fazer isso equivale a utilizar, no domínio da análise espacial, do extraordinário aporte epistemológico de Einstein, para quem o espaço e o tempo se equivalem sendo não apenas simultâneos. *Tempo é espaço, e espaço é tempo. Para serem trabalhados em conjunto e de forma concreta, têm que ser empiricizados e tal empiricização é impossível sem periodização* (SANTOS, 1998, p. 83, [grifos nossos]).

E, neste sentido, Santos reitera que por ser uma teoria empiricizável, é aí que se encontra a sua *riqueza*, isto é, pela busca em demonstrar as transformações pelos usos diversos do território através das épocas, aqui o método se torna relevante. Por isso, a empiricização dos processos sociais no espaço e no tempo só poderá ocorrer através e quando uma periodização for alcançada:

Uma empiricização, efetiva, útil, eficaz, só se pode, aliás, fazer à medida que uma periodização é alcançada. É esta que permite definir, ou melhor, redefinir as coisas. Estas se nos dão como se fossem as mesmas pela sua forma, pela realidade de sua existência, pelo seu corpo. Por isso mesmo abrem-nos a possibilidade de incorrer em falsidade, porque uma mesma coisa deixa de ser o que antes ela era através do percurso da história, à medida que muda o seu conteúdo histórico (SANTOS, 1988, p. 84, [grifos nossos]).

A empiricização dos processos em um dado período de tempo e espaço comporta, assim, as experiências advindas das relações estabelecidas com os elementos que participam daquele momento da historicidade e da geograficidade. A empiricização compõe um desenvolvimento das experiências humanas em que turbulências, crises, rupturas, organização, harmonia, novo e velho participam (formam, desmancham e

[trans]formam o período) de forma dialética gerando novas situações e contextos, sendo que os períodos compõem, assim, “(...) pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas” (SANTOS, 1997a, p. 70). Ainda, neste contexto, sobre o tempo, o espaço e a Geografia, Santos afirma que:

Poderíamos mesmo dizer com certa ênfase, talvez com algum exagero, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas diferenças, suas possibilidades diferentes, suas possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo. (...) *Esse é um dos problemas mais apaixonantes e difíceis em Geografia. O casamento entre o tempo e o espaço se dá porque há, sempre homens usando o tempo e o espaço.* Da mesma forma que não se entende o espaço sem o homem, a noção de tempo também não existe sem o homem. Se as duas noções se casam, e aparecem juntas e indissolúveis, é porque o homem vive no Universo (SANTOS, 1997a, p.164, [grifos nossos]).

Portanto, a problemática que envolve o “casamento entre o tempo e o espaço” é reiterado por Santos como “um dos problemas mais apaixonante na Geografia”, pois homens e mulheres sempre usam concomitantemente o tempo e o espaço, o espaço e o tempo. É, neste sentido, que através da dialética do uso do tempo e do espaço que a vida se reproduz.

Além disso, segundo o autor, na Geografia, ao se trabalhar com as formas-conteúdos, devemos buscar suas relações com o tempo, isto é, com o espaço produzido pelos homens e mulheres materializados nas formas, para, assim, poder datá-las no tempo socialmente construído/vivido, pois, “as formas, quando empiricizadas, apresentam-se seja como objeto, seja como relação a obedecer. Entretanto, é também necessário empiricizar e precisar o tempo, se nós queremos trabalhá-lo paralelamente às formas” (SANTOS, 1997a, p. 68). Deste modo:

As formas antigas permanecem como a *herança* das divisões do *trabalho no passado* e as *formas novas* surgem como exigência funcional da *divisão do trabalho atual* ou recente. Elas são também uma condição, e não das menores, de realização e uma nova divisão do trabalho. Assim, *as formas não têm as mesmas significações ao longo da história universal, do país, da região, do lugar* (SANTOS, 1979, p. 42, [grifos nossos]).

Seria impossível, portanto, pensar em *evolução* do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico; é igualmente impossível imaginar que a sociedade se possa realizar sem o espaço ou fora dele. Dessa forma, “a sociedade evolui no tempo e no espaço” (SANTOS, 1979, p. 42). Também, tempo e espaço se desenvolvem num movimento que é ao mesmo tempo contínuo, descontínuo e irreversível. Isoladamente tempo é sucessão, enquanto espaço é acumulação, justamente acumulação (desigual) de tempos. Sendo assim:

O tempo que trabalha para que as coisas evoluam é o tempo presente; o palimpsesto formado pela paisagem é a acumulação de tempos passados, mortos para a ação, cujo movimento é dado pelo tempo vivo atual, o tempo social. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente (SANTOS, 1979, p. 42-43).

Através, portanto, do tempo presente os objetos se transformam através do palimpsesto formado pela paisagem que é resultado de acumulação (desigual) de tempos passados, “mortos”. O espaço, assim, é o movimento do tempo social, do tempo construído pelas ações e inter-relações dos homens e mulheres que produzem suas idéias, sonhos, construções... Enfim... O espaço é composto de materialidades e de imaterialidades, de objetos e ações, gerando um processo não dicotômico, mas sim, amalgamado na vida. Neste sentido, “Espaço atual e Tempo atual se *completam*, mas também estão em *contradição*. (...) Somente a partir da *unidade* do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo é que se podem *interpretar* as diversas modalidades de *organização espacial*” (SANTOS, 1979, p 43, [grifos nossos]).

Além disso, temos no estudo do tempo e do espaço as diferentes temporalidades, ou seja, aquela do objeto a ser analisado: o tempo interno; e aquilo que está fora do recorte territorial: o tempo externo. Para Santos (1979, p. 44), o *tempo interno* é o tempo histórico e empírico considerado à escala geográfica do objeto a ser recortado territorialmente, “ele representa as modalidades particulares a cada dimensão espacial de escandir o tempo social”; o *tempo externo* é o tempo socialmente construído de maneira mais ampla, isto é, dos processos temporais rápidos, do mundo, ou de outros territórios, aquém e além do território a ser compreendido. Representa as modalidades gerais da dimensão espacial.

Na utilização das periodizações enquanto método de análise empiricizável, é imprescindível compreendermos os momentos de *crise* de cada *regime*. As crises são de fundamental importância para a des-ordem do e no funcionamento dos períodos, na gestação e amadurecimento de novas formas-conteúdos para o surgimento de um outro período, pois:

Um período sucede o outro, *mas não podemos esquecer que os períodos são, também, antecédidos e sucedidos por crises*, isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida. *Torna-se impossível harmonizá-las quando uma dessas variáveis ganha expressão maior e introduz um princípio de desordem* (SANTOS, 2002, p. 90, [grifos nossos]).

Carlos Walter Porto-Gonçalves, em seu artigo *A Geografia está em crise. Viva a Geografia!*, analisa a chamada crise da geografia perante as transformações do mundo, nos trazendo contribuições acerca das crises, dos momentos de rupturas, da análise evolucionista da historiografia da geografia etc. Porto-Gonçalves (1982, p. 96), neste sentido, afirma que “Para nós, não é centrando a atenção simplesmente na cronologia que poderemos dar conta da natureza das crises, mas, ao contrário, ou seja, procurando compreender esses momentos cinzentos em que se realiza a passagem de hegemonia (...).”

Analisando as correntes do pensamento geográfico, Porto Gonçalves reitera que as *crises de hegemonia* são provenientes da não-resposta de uma dada “visão” a uma realidade historicamente determinada e, portanto, não satisfatoriamente explicada, segundo as necessidades daqueles que controlam as instituições. Buscando compreender a passagem, isto é, os “momentos turbulentos” e/ou de crises de um período para o outro na produção do espaço geográfico, podemos afirmar, a partir das considerações feitas pelo autor, que as crises de um período seriam não respostas da economia, da política ou da cultura as necessidades humanas e do capital para um dado modo de viver e, deste modo, é neste momento de turbulências que são gestados novos modos de *ser* e *produzir* o mundo e, portanto, o novo espaço-tempo “nasce”.

As crises marcam, portanto, desordens no período vigente indo em direção de transformações dos elementos hegemônicos, gerando novos elementos. As crises também são gestações de rupturas que se dão pela busca de novos modos de (re)produzir, novas técnicas, novas formas de pensar o presente em busca do futuro. Como afirma Santos (2002, p. 89, [grifos nossos]), “as *crises territoriais revelam*,

brutalmente, as crises – nem sempre imediatamente percebidas – da economia, da sociedade e da política”.

Porto-Gonçalves, ainda em seu texto citado anteriormente, critica o evolucionismo na análise da historiografia da Geografia. Segundo o autor, “o fato é que ao se limitar a dispor através do tempo a predominância de uma ‘visão’ sobre as demais, num determinado momento, pouco nos permite extrair acerca da natureza das mudanças (...)” (1982, p. 96). A partir disso, podemos afirmar que analisar a sucessão dos períodos, ou seja, o desenvolvimento dos processos sociais em perspectiva evolucionista, não abre espaço para pensar a análise das rupturas, das mudanças, das revoluções e contra-revoluções, isto é, das continuidades e discontinuidades na dimensão temporal e espacial. Portanto, a análise evolucionista não nos permite compreender a *síntese* de cada período que é composta pelas *marcas* sempre dialéticas (entre o elemento novo e velho, interno e externo, Estado e mercado) no período de tempo e espaço vigente.

O sociólogo Michel Maffesoli (2003, p. 25), chama a atenção para a dificuldade em se definir o que seria a crise, pois “ninguém chega a defini-lá com precisão”, e, que o faz questionar, se está não seria “mais que a expressão do fim de um determinado ciclo?”. Para o autor, a crise “não pode ser outra coisa senão o fim das grandes estruturas econômicas, políticas ou ideológicas”, e, o começo de outras (1987, p. 137).

Maffesoli também associa crise com decadência. Esta decadência seria o momento da “morte”, mas, que conteria a capacidade de um “re-nascer”. Segundo o autor, se “considerarmos decadência o fato daquilo que está morrendo, conter, ao mesmo tempo, tudo que vai nascer. As flores que se despetalam esgotadas em sua perfeição, são a promessa de belos frutos” (1987, p. 159). E, deste modo “a destruição é, ao mesmo tempo, construção”, construção em novas/velhas bases, isto é, re-construção.

O geógrafo Armando Correia da Silva (1988, p. 88), afirma que a crise “(...) implica uma nova maneira de ver as coisas, no plano do conhecimento”. A crise implica, também, oportunidades, novas formas, novas técnicas, novas idéias etc. A crise é, também, gerada e/ou acionada pelos homens em momentos que o interesse pela e nas mudanças é maior. Assim, a busca das e nas crises se dá por compreender no movimento o que fica e o que se cria em períodos que “nascem”. Neste sentido, sobre o movimento constante de transformação do espaço geográfico:

Não se trata do truísmo de que o espaço geográfico está sempre mudando. Disso só pode derivar o conhecimento ingênuo. O problema é mais complexo porque se trata, no movimento do real, de caracterizar o que permanece na mudança e que, ao *mesmo tempo*, indica a permanência do movimento (SILVA, 1988, p. 2, [grifos do autor]).

O espaço geográfico, deste modo, deve ser analisado através do tempo e no movimento do real, buscando apreender o que permanece e o que é re-criado. Silva (1988, p. 89) afirma, também, que “parece pacífico, a esta altura, que o que interessa à Geografia não é a História, num sentido específico e próprio, mas sim o da historicidade dos fenômenos sociais e naturais, enquanto processo”. Através do movimento da sociedade a geografia busca entender a historicidade dos fenômenos, ou seja, a *união* e/ou *fusão* do tempo e do espaço (desigual, contraditório e solidário) socialmente construídos pelos homens e mulheres. Além disso, sobre o tempo e o espaço, o autor afirma que:

(...) o tempo que interessa ao geógrafo, não tanto como seqüência cronológica e significativa de eventos, mas do ponto de vista de como o espaço natural e o ocupado pelo homem estão organizados e estruturados em cada momento. Do ponto de vista dos pesquisadores, podem interessar, em particular, os momentos – da história natural e da história humana – por assim dizer, críticos, de organização espontânea ou racional do espaço (SILVA, 1988, p. 82).

Sobre este ponto de vista, o espaço geográfico deve ser analisado através da empiricização do tempo-espaço durante um período – momento singular de reproduzir e viver –, através da organização e da estruturação do espaço ocupado (trans)formado pelo homem no processo do “movimento da vida”.

Michel Foucault (1985), em sua análise sobre o poder, também se reporta à importância das periodizações na análise da sociedade como método de investigação e desvendamento dos discursos, dos poderes hegemônicos que historicamente produz(iram) o espaço e o tempo social. Para o autor, “cada camada de acontecimentos pede sua periodização”, sendo que isso nos leva à “metodologia complexa da descontinuidade”, pois:

Cada periodização recorta na história um certo nível de acontecimentos e, inversamente, *cada camada de acontecimentos pede sua periodização*, uma vez que, segundo o nível que se escolha, dever-se-á delimitar periodizações diferentes. Chega-se assim à

metodologia complexa da descontinuidade (FOUCAULT, 1985, p. 156, [grifos nossos]).

A partir disso, reitera-se a importância de um método que busque demonstrar as descontinuidades na produção do tempo e do espaço, e que desvende, a partir disso, os discursos que legitimam e privilegiam a produção da “história (e geografia) da verdade”, isto é, dos axiomas que perduram e que afirmam constantemente (no tempo e no espaço) o desenvolvimento da sociedade. Como afirma Foucault (1985, p. 231), “a história da ‘verdade’ – do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros – está totalmente por ser feita”!

Ruy Moreira (1982) também ressalta a importância das periodizações para a empiria e a fusão concomitantemente do tempo e do espaço socialmente construído. Neste contexto, o:

(...) espaço é história, estatuto epistemológico sobre o qual a geografia deve erigir-se como ciência se pretende prestar-se a alguma utilidade na prática da transformação social. E tal noção reside não na mera constatação de que a história desenrola-se no espaço geográfico, mas, antes de tudo, de que o espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e do mecanismo de controle da sociedade (MOREIRA, 1982, p. 35).

O “espaço é história”, ou seja, apresenta uma historicidade dos processos socioespaciais. No entanto, o mesmo autor alerta para que esta história não seja vista numa perspectiva evolucionista, mecanicista, desprezando assim as descontinuidades e escamoteando (em certa medida) as contradições dos processos sociais que se desenrolam na historicidade do espaço geográfico. Alerta que:

Durante todo o tempo os geógrafos trabalharam seu objeto escamoteando-o e tendo uma noção do tempo, quando tinham mecanicista, evolucionista. Ao separarem o espaço do tempo, pagaram seu tributo ao Kantismo; ao desprezarem a historicização do espaço geográfico, pagaram seu tributo ao positivismo (geografia clássica) e ao neopositivismo (*new geography*) (MOREIRA, 1982, p. 45, [grifo do autor]).

A partir disso, o espaço geográfico é espaço produzido (pelo e para o homem) e produtor (para e pelo homem) social e historicamente, através do processo do movimento real, desigual, contraditório e por isso descontínuo. Assim, como afirma Moreira (1982, p. 45), “todo objeto tem dupla dimensão: a espacial e a temporal”. E:

(...) o tempo não é só movimento, mas movimento dialético. Movimento que combina continuidade e descontinuidade, estabelecendo uma periodização na qual cada período caracteriza-se por formas historicamente específicas de relações de *produção*. (p. 45). (...) *O modo de produção é uma descontinuidade no tempo*, razão porque permite-nos uma correta periodização do tempo histórico (MOREIRA, 1982, p. 62, [grifos nossos]).

A partir do modo de produção, podemos entender as relações historicamente gravadas no tempo e no espaço, constituindo as descontinuidades nos processos sociais, sendo que, segundo Moreira (1982, p. 45), “a introdução da dialética espaço-tempo nos estudos de geografia é fundamental para compreender-se as leis de movimentos das formações espaciais e seu conteúdo histórico”. Ainda, segundo o autor, “somente através da dialética espaço-tempo podemos acompanhar os processos e os *estágios* de desenvolvimento das formações espaciais, no interior dos quais encontraremos *diferentes estágios de relação homem-meio*” (p. 45, [grifos nosso]).

Nesta perspectiva, a dialética entre espaço e tempo ajuda no desvendamento dos diferentes estágios de desenvolvimento das formações espaciais, ou seja, dos variados momentos da relação homem-meio. Através da dialética espaço-tempo, cada período é a *síntese* do período(s) anterior(es) com o momento presente. Cada período, momento, regime etc., é a síntese da fusão e da metamorfose entre o tempo e o espaço. Desta forma, como afirma Moreira (1982, p. 62), “(...) o espaço sem a dimensão do tempo é um ‘espaço congelado’”.

Também Douglas Santos, em a *Reinvenção do espaço*, nos ajuda a entender a mudança de um período para o outro. O autor analisa a transformação/reinvenção na concepção de espaço a partir das mudanças de entendimento de mundo, apoiadas, fundamentalmente, na mudança do modo de produção feudal para o capitalista. Nessa mudança de modo de produção e de entendimento/concepção do espaço, o autor chama a atenção para a alternância de um período para outro, demonstrando os principais elementos na/da gestação do novo, contextualizando os fenômenos de crise, ruptura e *superação*. Neste contexto:

(...) a defesa da hegemonia do pensamento cristão-católico-romano *explica* em seus textos e carrega, na verdade, as *condições fundamentais de sua própria superação*. (...) a “retomada” do pensamento aristotélico como criação da perspectiva e da música polifônica são singularidades de um *movimento social muito mais*

amplo: a crise feudal ou, em outras palavras, a proposição de que, *enquanto o feudalismo faz sua revolução para sobreviver, cria as condições básicas para seu desaparecimento* (D. SANTOS, 2002, p. 50, [grifos nosso]).

Assim, o que é demonstrado é que através da revolução, da busca pela superação da crise no feudalismo, este modo de produção cria suas próprias condições para sua superação e seu desaparecimento enquanto modo hegemônico de produção. Enquanto os elementos que organizam o período – ao se desorganizarem e buscarem uma nova (re)organização, isto é, a *superação* da crise –, criam-se condições através do surgimento do(s) novo(s) elemento(s) para a gestação de um outro período, um outro momento da história da sociedade e, portanto, do espaço e do tempo socialmente construídos.

Também, segundo o autor, espaço e tempo são representações, *sistematização* simbólica, produto e condição do processo de nossa relação com o mundo. Assim:

Espaço e tempo, da forma como hoje os concebemos, são a *sistematização* simbólica criada pelas e através das transformações advindas do desenvolvimento da sociedade burguesa. Produto e condição do processo, *o que pensamos ser espaço e tempo são, na verdade, a ferramenta que possuímos para sistematizar a nossa relação com o mundo da maneira como hoje ele se nos apresenta*. O mundo da acumulação, que só se torna praticamente possível na medida em que conquista o controle sobre a dinâmica das coisas, criou, a seu favor, o discurso da “transformação”, pois a mera descrição é incompatível com um processo produtivo que, cada vez mais e melhor, deve colocar tudo de que dispõe – como matéria-prima, máquina, força de trabalho etc. – a serviço da produção e reprodução ampliadas dos processos de apropriação do trabalho (D. SANTOS, 2002, p. 29, [grifos nossos]).

A partir desses apontamentos, o espaço e o tempo criados são representações, ferramentas de nossa relação com o mundo, mas que sofrem alterações no devir da historicidade e da geograficidade gerando novos elementos e mudando nossa compreensão das relações, das materializações, das idéias etc. Por isso, em cada momento o elemento *novo* é importante para a ruptura, a desordem e a criação de um novo *regime*. Nesta perspectiva, entendendo *período* enquanto a síntese das relações sociais no tempo e no espaço, Adolfo Sanches Vázquez, em *As idéias estéticas de Marx*, afirma que:

O novo, o criador, e, portanto, o verdadeiramente revolucionário, é ruptura, negação, mas, como noutras esferas, não se trata aqui de uma

negação absoluta, radical. Toda negação, em sentido dialético, reassume, assimila e absorve o que há de valioso no passado (VÁZQUES, 1978, p. 107).

Assim, dialeticamente, em cada período sucessor o novo é carregado da negação que estaria assimilado pelo que foi absorvido do elemento velho. O elemento do passado é que dá as condições para a gestação do novo elemento, que gestou e gerou a ruptura de um momento para o outro na história da sociedade, em seu espaço-tempo.

Nesta perspectiva, considerando que o saber é importante elemento (se não o maior) para com as rupturas, as discontinuidades no devir da sociedade, seguimos Paulo Freire sobre o saber e a dialética entre o novo e o velho, como movimento da procura:

O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber. E é por isto que todo saber nôvo se gera num saber que passou a ser velho, o qual, anteriormente, gerando-se num outro saber que também se tornara velho, se havia instalado como saber nôvo. (...) Há, portanto, uma sucessão constante do saber, de tal forma que todo nôvo saber, ao instalar-se, aponta para o que virá substituí-lo (FREIRE, 1983, p. 47).

O autor afirma também que “o homem não é apenas o que é, mas também o que foi (...)” (FREIRE, 1983, p. 60), o que nos permite considerar que o espaço e o tempo não são apenas o que são “hoje”, mas, também, o que foram outrora; ou seja, o espaço e o tempo atual, composto pelo período hegemônico, são aquilo que sua historicidade e sua geograficidade o fizeram. Portanto, passado e presente se interpenetram:

Há, desta forma, uma solidariedade entre o presente e o passado, em que o primeiro aponta para o futuro, dentro do quadro da continuidade histórica. Não há, portanto, fronteiras rígidas no tempo, cujas unidades “epocais”, de certa forma, se interpenetram (FREIRE, 1983, p. 60).

Rogério Haesbaert (2006d) também admite e ressalta a importância de se compreender a importância das “escalas espaço-temporais”. Para o autor, “(...) admitir que é possível compreender o espaço e o tempo socialmente instituídos/incorporados é reconhecer a necessidade de analisar suas partes, ‘esquadrinhando’, de certa forma, suas múltiplas escalas” (p. 101).

O autor afirma que a busca pela compreensão e análise das “escalas espaço-temporais” implica em reconhecer e compreender, conjuntamente e de forma indissociável, “as dimensões espacial/geográfica e temporal/histórica da realidade”

(HAESBAERT, 2006d, p. 102). Assim, a busca pela apreensão das dimensões da história e da geografia é de fundamental importância para um estudo com uma complexidade de interação entre os elementos espaciais e temporais no desenrolar do movimento do real, isto é, da vida acontecendo em “um tempo e um espaço”.

Nesta perspectiva, as dimensões espacial e temporal dão maior complexidade pela *fusão* e ou interação entre o movimento do tempo e do espaço no desenrolar dos acontecimentos, pois, “qualquer estudo que se pretenda denso, apreendendo o social na sua complexidade, deve enfrentar o dilema da (...) interação entre as escalas de tempo e espaço” (HAESBAERT, 2006d, p. 113).

No entanto, o autor questiona também até que ponto uma escala de tempo implicaria em uma escala de espaço:

(...) até que ponto uma determinada escala de tempo implica uma determinada escala de espaço, e vice-versa. É claro que, para responder se há uma lógica nesse íntimo relacionamento espaço-tempo, geografia-história, por meio da análise das escalas aqui definidas, seriam necessários muitos estudos concretos (HAESBAERT, 2006d, p. 114, [grifos nossos]).

Assim, é ressaltada a necessidade de estudos com o relacionamento tempo-espaço para a compreensão e na análise das “escalas espaço-temporais”, e sua verificação no movimento do real da ocorrência e da *fusão entre* espaço e tempo e *entre* tempo e espaço.

Outra importante contribuição para os estudos espaço-temporais é dada pelo sociólogo alemão Norbert Elias, em *Sobre o tempo*, especialmente. Elias realiza uma apurada análise sobre o tempo, se reportando a esse como um aspecto fundamental do “processo civilizador”.

Neste sentido, o tempo não existe em si, afirma Norbert Elias, não é nem um dado objetivo, como sustentava Newton, nem uma estrutura a priori do espírito, como queria Kant. O tempo é antes de tudo um *símbolo social*, resultado de um longo processo de *aprendizagem*. Para o autor, foram necessários milênios para que a noção de tempo fosse assim depurada.

Além disso, sua reflexão sobre o tempo reitera a importância dos períodos, ou como afirma o autor, “a *padronização dos acontecimentos da sociedade*”, para se obter e se alcançar uma dimensão temporal dos processos sociais. De acordo com ele,

Não é possível comparar diretamente a duração de um período de vida com a de outro. Para tanto, é preciso tomar como quadro de referência uma outra seqüência de acontecimentos cujas divisões repetitivas sejam objeto de uma padronização na escala da sociedade. (...) A sucessão irreversível dos anos representa, à maneira simbólica, a seqüência irreversível dos acontecimentos, tanto naturais quanto sociais, e serve de meio de orientação dentro da grande continuidade móvel, natural e social (ELIAS, 1998, p. 10).

Assim, um período de tempo, para Elias (1998, p. 13), seria composto pelas posições e trajetórias que se apresentam sucessivamente e que precisam de uma segunda sucessão de acontecimentos, em que as mudanças individuais, obedecendo à mesma lei da irreversibilidade, sejam marcadas pelo reaparecimento de seqüências elementares parecidas, se não idênticas, que sirvam, desta forma, de referenciais padronizados que permitem comparar, (in)diretamente, as seqüências da primeira sucessão de acontecimentos. Neste contexto:

A expressão “tempo” remete a esse relacionamento de posições ou segmentos pertencentes a duas ou mais seqüências de acontecimentos em evolução contínua. Se as seqüências em si são perceptíveis, relacioná-las representa a elaboração dessas percepções pelo saber humano (ELIAS, 1998, p. 13).

Portanto, o autor liga a expressão “tempo” ao relacionamento de acontecimentos que são sucessivos com a mesma ordem de relação evolutiva. Estas relações de acontecimentos são apreendidas através da percepção pelo saber humano. Deste modo, o tempo seria um tempo constituído de relações, pois, “o tempo tornou-se, portanto, a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas seqüências de caráter individual, social ou puramente físico”, sendo que, através das relações, o “tempo é um símbolo representativo das *sínteses* dos processos” socioespaciais (ELIAS, 1998, pp. 17 e 27). Neste ponto, o tempo, através das relações, se ligaria aos processos sociais que são estabelecidos em uma base e/ou numa dimensão espacial socialmente produzida. Assim, o tempo resultaria da percepção dos seres humanos em (de)marcar (as fronteiras) dos acontecimentos que se sucedem:

A percepção de eventos que se produzem “sucendo-se no tempo” pressupõe, com efeito, existirem no mundo seres que sejam capazes, como os homens, de identificar em sua memória acontecimentos passados, e de construir mentalmente uma imagem que os associe a outros acontecimentos mais recentes, ou que estejam em curso. Em outras palavras, a percepção do tempo exige centros de perspectiva –

os seres humanos – capazes de elaborar uma imagem mental em que eventos sucessivos, A, B, e C, estejam presentes em conjunto, embora sejam claramente reconhecidos como não simultâneos (ELIAS, 1998, p. 33).

O conceito que temos hoje de tempo foi obtido através do desenvolvimento histórico da sociedade, que pressupõe um alto grau de generalização e de síntese dos processos socioespaciais através do saber. Aliando a memória a esta síntese, os homens e mulheres – hegemônicos – estabelecem momentos padronizados – também hegemônicos – dos acontecimentos através da história⁹. Deste modo:

O conceito de tempo, no uso que fazemos dele, situa-se num alto nível de generalização e de síntese, que pressupõe um riquíssimo patrimônio social de saber no que concerne aos métodos de mensuração das seqüências temporais e às regularidades que elas apresentam. (...) a palavra “tempo”, diríamos, designa simbolicamente a relação que um grupo humano, ou qualquer grupo de seres vivos dotado de uma capacidade biológica de memória e de síntese, estabelece entre dois ou mais processos, um dos quais é padronizado para servir aos outros como quadro de referência e padrão de medida (ELIAS, 1998, p. 40).

A partir dos apontamentos, podemos afirmar que a memória e o alto grau da síntese do tempo, a que se reporta Elias, derivam, concomitantemente, da relação com a dimensão espacial. Estaria aí então à *fusão* entre tempo e espaço, pois os acontecimentos, as relações sucessivas e padronizadas no tempo ficam registradas, marcadas no espaço onde são materializadas as ações dos homens e mulheres através da história.

Nesta perspectiva, vejamos o que Elias caracteriza, enquanto período de tempo ou enquanto um “continuum evolutivo” dos processos sociais:

Em sua forma mais elementar, portanto, a *operação de “determinação do tempo” equivale a decidir se tal ou qual transformação, recorrente ou não, produz-se antes, depois ou simultaneamente a uma outra.* Consiste, por exemplo, em *avaliar o intervalo* que separa uma *série de transformações*, graças a um *padrão de medida socialmente reconhecido*, como o *intervalo entre duas colheitas* ou *entre uma lua nova e seguinte*. Num nível superior de diferenciação, mede-se a

⁹ Norbert Elias (1998), aliás, ao analisar os períodos espaço-temporais hegemônicos no “processo civilizador” europeu, acaba, em alguma medida, desprezando as espacialidades e temporalidades “fora” do processo civilizacional. Por isso, os próprios períodos são re-produzidos através de processos, concepções e narrativas historicamente hegemônicas, “não participando”, portanto, outras concepções espaço-temporais não-hegemônicas e/ou “marginais” na construção de cada período histórico-geográfico da sociedade diversa e variada.

distância temporal separando o começo e o fim de uma corrida de cem metros, de um governo ou de uma vida humana, ou ainda o intervalo entre o que chamamos de “Antiguidade” e o “mundo moderno”. Para esse fim, utilizamos um continuum evolutivo socialmente reconhecido e padronizado (ELIAS, 1998, p. 41, [grifos nossos]).

O que ocorre, portanto, para definir nossa concepção de tempo é padronizar este através de acontecimentos e/ou das relações socioespaciais. Assim, os homens e mulheres vivenciam e experienciam seus acontecimentos através da dimensão do tempo, concomitantemente e através da dimensão do espaço, organizando assim as relações que vão se estabelecendo. Sobre essa relação do homem com o tempo:

Os grupos humanos são capazes de recolocar e de vivenciar os acontecimentos na dimensão do tempo, na exata medida em que, por um lado, dentro de sua vida social colocam-se problemas que requerem uma determinação social, e, por outro, sua organização e seus conhecimentos lhes permitem utilizar uma série evolutiva como quadro de referência e padrão de medida para outra (ELIAS, 1998, p. 41).

Aliado a isso, a noção de tempo também está ligada ao “quando”, ou seja, em que momento da história vivida pelos homens e mulheres o evento ocorreu, isto é, quais foram as relações naquele tempo do acontecimento. O “quando”, neste sentido, busca fixar materializações no tempo, *unindo* tempo e espaço para determinar “começos” e “fins” em determinadas relações sociais. Sobre esta relação entre acontecimentos e a dimensão do “quando”, Elias afirma que:

A noção de “tempo” remete a alguns aspectos do fluxo contínuo de acontecimentos em meio aos quais os homens vivem, e dos quais eles mesmos fazem parte. Esses aspectos podem ser designados como o que constitui, nos acontecimentos, *a dimensão do “quando”*, ainda que esta definição não abranja todo o campo de sua realidade. Se tudo ficasse imóvel, não poderíamos falar de tempo. (...) as perguntas referentes ao “quando” visam a situar acontecimentos específicos em meio ao fluxo incessante dos que lhes são semelhantes, a fixar limites que *materializem* começos e fins em relação ao interior do fluxo, a distinguir um dado intervalo de outro, ou a compará-los do ponto de vista de seu respectivo comprimento ou “duração”, e a muitas outras operações similares (ELIAS, 1998, p. 59, [grifos nossos]).

Elias reporta-se, em outro momento, ao espaço e sua relação com o tempo. Para o autor, o espaço e o tempo (embora não use a palavra dialética) seria o que entendemos

pela “dialética da transformação”. Assim, as mudanças ocorridas no espaço são mudanças no tempo e no espaço e vice-versa:

Resumidamente, *toda mudança no “espaço” é uma mudança no “tempo”, e toda mudança no “tempo” é uma mudança no “espaço”*. Não devemos deixar-nos enganar pela idéia de que seria possível ficar em repouso “no espaço” enquanto o “tempo” escoasse, pois, nesse caso, nós mesmos seríamos a entidade que avança na idade. O coração bate, nós respiramos e digerimos, as células do corpo crescem e morrem. *A mudança pode operar-se em nós num ritmo lento, mas nem por isso é menos contínua “no tempo e no espaço”*: todos envelhecemos cada vez mais, todos fazemos parte de uma sociedade em evolução, e todos somos habitantes desta Terra que não pára de se mover (ELIAS, 1998, p. 81, [grifos nossos]).

Assim, Elias demonstra a relação indissociável *entre* tempo e o espaço ao afirmar que as mudanças não ocorrem apenas no tempo. Utiliza, em sua argumentação o exemplo da relação entre o homem e do planeta Terra, afirmando que todos fazem parte e são habitantes de um planeta, e que, desta forma, se desenvolvem, nascem, crescem e envelhecem no tempo e no espaço, com maior ou menor intensidade, mas sempre em interação e permanente movimento.

Neste contexto, Elias (1998, p. 99) afirma que “os homens são figuras inseridas de tal modo no espaço e no tempo que, a qualquer instante, sua posição pode ser localizada e datada”. Apesar de reduzir espaço à localização e o tempo à data, o autor nos traz uma importante relação entre a *fusão* do tempo com o espaço e do espaço com o tempo. Assim, o homem e seu meio são constituídos pelas “noções” de espaço e tempo e/ou pelas dimensões espaço-temporais, ou seja, pelas experiências dotadas de espaço-tempo.

Também, o autor se refere à noção de tempo enquanto forma de ligar os acontecimento e realizar a síntese dos processos socioespaciais, pois “(...) a atividade de determinação do tempo representa uma maneira específica de *ligar os acontecimentos* ou de efetuar sua *síntese*” (ELIAS, 1998, p. 78, [grifos nossos]). Neste sentido, os períodos seriam:

(...) a experiência do tempo que é própria de cada um só é compreensível para ele mesmo à luz de uma reconstituição do passado, de um confronto com estágios anteriores da determinação do tempo; e estes, por seu turno, só se tornam inteligíveis quando os concebemos como diferentes patamares na escala do desenvolvimento (ELIAS, 1998, p. 130).

Elias ainda reforça a idéia das comparações para com o a utilização do tempo, na análise dos processos sociais através das periodizações. Para o autor, “(...) frequentemente podemos representar simbolicamente as evoluções a longo prazo, e determinar a direção geral de um processo de longa duração, com a ajuda de comparações sistemáticas entre exemplos extraídos de suas fases precoces e tardias” (ELIAS, 1998, p. 150). Estas comparações seria uma maneira coerente de apreender os processos temporais e espaciais e ajudaria a compreender o processo de desenvolvimento dos homens e mulheres em cada período de tempo-espço. Nesta perspectiva, Elias (1998, p. 129) afirma que “é a partir dessas comparações que, com o tempo, poderá emergir um quadro mais completo do desenvolvimento da humanidade e, portanto, também da sucessão de suas fases”.

Outro elemento apontado por Elias se reporta ao número de variáveis escolhidas e/ou dos fatos tomados para se obter a *síntese* de cada período analisado. Para o autor, o que interessa não é a quantidade de acontecimentos que darão uma “melhor síntese”, e sim através da “fórmula”, isto é, da maneira e da complexidade da análise que serão realizadas se constituirão as condições para se obter uma síntese elucidativa dos processos espaço-temporais. Assim:

Na lógica do código tradicional do trabalho histórico, o estudo dos processos de longo prazo parece exigir que se domine uma erudição cada vez mais ampla, assim ultrapassando as possibilidades do indivíduo. Entretanto, a competência num nível superior de síntese não requer, necessariamente, o conhecimento de um nível superior de sínteses que, não requer, necessariamente, o conhecimento de um número maior de fatos. Pode suceder o inverso. Os matemáticos da Babilônia tinham que trazer na memória uma multidão de casos particulares, enquanto os matemáticos gregos podiam contentar-se em memorizar uma única fórmula, a de Pitágoras (ELIAS, 1998, p. 150).

Sobre o desenvolvimento do tempo histórico, Elias faz uma crítica muito construtiva aos modelos evolucionistas que compreendem os processos espaço-temporais através do chamado “*mito do progresso*”. Estas análises confundem, para o autor, o conceito de “*evolução*” com o de “*progresso*”. Nesta perspectiva:

Quer falemos do desenvolvimento da instituição social da cronologia, quer da evolução das sociedades em geral, o conceito de “*evolução*” é comumente posto no mesmo saco com o antigo ideal de “*progresso*” da época das Luzes. Parece implicar a idéia de que cada estágio posterior comporta um valor moral mais elevado que os precedentes, ou representa um passo em direção a uma felicidade maior. É comum

não se estabelecer uma distinção clara entre essa representação ideal do progresso e uma *abordagem* sociológica *evolucionista que tome por regra a simples evidência dos fatos, quer ela ateste um progresso ou um retrocesso*, como, por exemplo, na ordem da diferenciação ou na da síntese (ELIAS, 1998, p. 75, [grifos nossos]).

Elias mostra que a análise “progressista” traz uma não compreensão dos fatos dos períodos anteriores, por um inferiorização destes e da não compreensão das descontinuidades dos processos (descontínuos) que fizeram com que o desenvolvimento da sociedade se desse, pois períodos anteriores poderia(m) ser tão ou mais importantes que o atual. Assim, o autor considera a “simples evidência dos fatos” como importante método (e coerente) de análise dos períodos históricos no desenvolvimento da sociedade, demonstrando “progressos [e] ou retrocessos”. Nesta perspectiva, o autor lembra do “modelo” de análise realizado por Darwin:

Lembre-nos da maneira como Darwin abordava o problema da evolução biológica. Ele não se preocupava em saber se os batráquios eram moralmente superiores aos peixes, os mamíferos, melhores do que os répteis, ou os homens, mais felizes do que os macacos. Apenas se perguntava por que e como as diversas espécies haviam-se transformando no que eram no presente, e buscava uma explicação para a superioridade funcional de que dispunham, em relação às demais, as espécies surgidas mais tardiamente no processo evolutivo. O problema geral da evolução das sociedades, em particular o do “tempo”, requer uma abordagem similar. Pelo fato de que as formas dominantes da determinação do tempo e, em correspondência com elas, o próprio conceito de “tempo” se haverem *transformado* no que são hoje, não temos como esperar explicar e compreender seu estado atual, a menos que sejamos capazes de descobrir como e por que elas se desenvolveram nessa direção (ELIAS, 1998, p. 76, [grifos do autor]).

Aliado a isso, Elias reportasse em sua crítica ao progresso e à confusão com a noção de evolução através da comparação de dois modos de vida, ou na organização temporal e espacial em dois períodos distintos da história. Para ele,

Todos os componentes da população de um dos Estados nacionais altamente diferenciados e industrializados de nossa época têm ancestrais que, num dado momento do passado, constituíram grupos tribais, ou, talvez, aldeias cujo nível de desenvolvimento era equiparável ao representado hoje, por exemplo, pelas tribos indígenas da Amazônia (ELIAS, 1998, p. 109).

As partir destas considerações, verificamos que um estudo sobre e no tempo deve ser realizado de maneira que contemple a complexidade dos processos temporais e espaciais de cada momento, de cada *regime* e de cada organização têmporo-espacial específica, com seus “avanços e recuos”, entendendo os acontecimentos no tempo e no espaço enquanto processo. Nesta perspectiva, de crítica ao progresso, Elias (1998, p. 76), afirma que “uma investigação sobre o tempo (...) pode ser útil como ponto de partida para a grande limpeza que se impõe há muito tempo”.

Neste sentido, os *regimes* devem ser compreendidos, segundo Elias (1998, p. 63-65), “em sua qualidade de simbolizações de períodos vividos”, e que nas sociedades humanas se ligam “(...) a experiência vivida de sua estrutura evolutiva [que] pode contribuir para modelar o desenrolar dos próprios processos sociais. (...) a experiência vivida das seqüências de acontecimentos é parte integrante, na ordem social, do próprio desenrolar dessas seqüências”. Ainda, os períodos dos acontecimentos, para o autor, poderiam ser chamados de “síntese do sucessivo”, pois caracterizam aquilo que constitui a estrutura dos processos espaço-temporais.

Nesta análise e compreensão dos fenômenos, enquanto processo temporal e espacial, Norbert Elias também faz uma crítica alertando que a fragmentação do passado humano, em períodos, pode impedir uma percepção dos processos contínuos que se estendem a longo prazo e que não se detêm entre as delimitações de um período. Com isso, quer apontar que:

(...) fragmentando o passado humano em períodos individualizados, que parecem dotados de vida própria, atrapalha ou impede a percepção de processos contínuos que se estendem a longo prazo, e que não se detêm nas fronteiras dos diferentes períodos, mesmo que possam sofrer a influência deles. A predominância da concepção do passado como história favorece, com efeito, a percepção das descontinuidades. Ela habitua o homem a considerar o passado como uma multidão de períodos não ligados entre si. Esse hábito é tão poderoso, que ainda são bastante raras as pesquisas referentes a evoluções cujo longo prazo ultrapasse as fronteiras entre um período. Não faltam exemplos desses processos (ELIAS, 1998, p. 152).

Portanto, a compreensão dos períodos, enquanto *síntese do sucessivo* de um processo social (temporal e espacial) mais amplo, deve ser considerado para não dotar *regimes* de tempo e espaço com vida própria, *descolando-os* do movimento maior da sociedade – o “movimento da vida” em processo de (re)produção e sobrevivência. A

compreensão de cada momento do tempo e do espaço deve assumir o caráter de *períodos vividos*, com “específico” modo de vida cultural, político e econômico.

Sobretudo, como também afirma Santos (2004, p. 53), não devemos considerar o espaço e o tempo “absolutos” na esteira dos acontecimentos. O que devemos é compreender que “a fusão do espaço relativo e do tempo relativo (...) permite (...) insistir no fato de que tempo e espaço reciprocamente se substituem, numa total integração”. Nesta perspectiva:

A questão da medida *recíproca* pode ser vista como *uma maneira de dizer que tempo e espaço são uma só coisa, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias*. Mas se queremos ir além do discurso e operacionalizá-lo para que se torne um conceito eficaz, temos de igualar espaço e tempo, isto é, tratá-los segundo parâmetros comparáveis (SANTOS, 2004, p. 53, [grifos nossos]).

Deste modo, reciprocamente tempo e espaço se interpenetram, se substituem, se unem, se fundem, numa total “integração” dialética em que a *síntese* (dos processos sociais) é o movimento temporal e espacial de cada *regime*. Assim, tempo e espaço se metamorfoseiam tornando um só processo; constituem “noções” que os seres humanos utilizam – inseparáveis no vivido – para suas realizações, para suas relações sociais. Sobre essa realização humana e o tempo e o espaço, Santos afirma que:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições (SANTOS, 2004, p. 54).

Assim, a partir deste aporte epistemológico que reunimos, nossa preocupação direciona-se na busca das periodizações à empiricização. Para isso, nosso intuito consiste em empiricizar não só o espaço, mas também o tempo, concomitantemente, a partir das realizações humanas que se desenrolam historicamente, pois a “empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época” (SANTOS, 2004, p. 54). E, neste sentido, podemos afirmar que a des-estruturação/“abolição” de um período espaço-temporal é concomitante com o deslocamento (das relações socioespaciais) e a re-definição/re-criação/re-funcionalização de um outro período espaço-temporal. Os períodos são, portanto, transitórios e as

oportunidades de um período não são iguais para todos. O período histórico é um sistema de eventos, um sistema de acontecimentos, um sistema de objetos e ações. E por isso, o período que produz um espaço-tempo é a soma desigual (solidária e conflitante) do passado, do presente e do futuro.¹⁰

Assim, nosso objetivo é o de encontrar, através da historicidade de Francisco Beltrão, secções de espaço-tempo que, comandados por uma variável significativa – as migrações –, um conjunto de variáveis mantém uma certa forma de relações conflitantes e solidárias. Cada período empiricizado representando, assim, um conjunto de formas de ações e de objetos circunscritos no desenrolar da realização humana, isto é, nos períodos a partir do recorte espaço-temporal analisado discutindo e problematizando a dinâmica migratória.

¹⁰ Conforme apontou Silveira (2008) sobre a produção do espaço e os períodos históricos: “O presente carrega seletivamente o passado nessas obras, mas na realidade o presente, e aí que está o desafio, ele é movido pelo futuro, é a intencionalidade que completa a mão, é a intencionalidade que mede a ação. Essa mediação que se completa entre o presente e o futuro, que é a intencionalidade, é uma antecipação do futuro que graças às normas e as obras é processo desigual. E, portanto, um processo solidário e conflitante”.

CAPÍTULO 2

O TERRITÓRIO:

das dimensões política, cultural e econômica à perspectiva integradora-híbrida

O território é onde vivem, trabalham, sofrem [se alegram] e sonham todos os brasileiros. Ele é, também, o repositório final de todas as ações e de todas as relações, o lugar geográfico comum dos poucos que sempre lucram e dos muitos perdedores remitentes, para quem o dinheiro globalizado – aqui denominado “real” – já não é um sonho, mas um pesadelo.

*Milton Santos
O País distorcido*

O espaço é a categoria da geografia que delimita seu campo teórico-metodológico de estudo. A geografia, portanto, é a ciência social que é objetivada a partir daquilo que Corrêa (2003, p. 16) chamou de conceitos-chaves, sendo estes a paisagem, a região, o lugar, o território e o espaço, que definem o objeto da geografia no seu relacionamento com os processos sociais. No entanto, segundo o autor, embora tenha ligação (e até imbricação mútua), cada corrente do pensamento geográfico optou, ao longo do tempo, por dar ênfase na sua análise a um ou outro destes conceitos-chaves, fundamentalmente, no sentido de “adaptação” e da compreensão das modificações que ocorreram e/ou ocorrem na sociedade.

Neste contexto, o objetivo, aqui, não é o de demonstrar como que cada conceito foi utilizado por cada corrente geográfica para analisar e compreender a sociedade do seu tempo-espaço. Objetivamos sistematizar algumas leituras (clássicas) que buscaram lançar luz sobre a concepção de território, possibilitando, entendemos, construir as bases para compreender o principal elemento de nossa análise, isto é, a migração.

Inicialmente, sobre as modificações no mundo e sua relação com o conceito de território, Claval afirma que:

Os geógrafos dos anos sessenta atribuíram tudo ao espaço. Hoje em dia, eles falam mais comumente de território. Essa mudança reflete em parte os debates epistemológicos internos à geografia. Ela é, sobretudo, testemunha de uma profunda transformação do mundo, e de uma mutação correlata das maneiras de compreendê-lo (...). A partir do início do século [XXI], os geógrafos são levados a falar de território na medida em que se voltam para os problemas de geografia

política e tratam do espaço destinado a uma nação e estruturado por um Estado (1999, p. 7-8).

Entendemos que o conceito de território é a ferramenta chave para compreendermos a migração em Francisco Beltrão, pois este se liga ao processo de territorialização e desterritorialização, aos seus usos, domínios e apropriações ao longo do tempo, ou seja, aos processos migratórios que ocorreram em períodos distintos (não lineares), da produção espacial que buscamos analisar. Também, porque o território concebe um “arsenal” teórico-metodológico para compreender não apenas a produção “material” do espaço, mas, também os sentimentos ligados a este, suas filias e não filias intrincadas a uma parcela do espaço, ou seja, a um pertencimento gerador de uma identidade territorial que cada sujeito, grupo e/ou classes cria em habitar e produzir um determinado espaço.

Assim, hoje o território toma vulto como conceito utilizado não só pela geografia, mas, por outras ciências, como uma “ferramenta” de fundamental importância para compreender as transformações da sociedade. Como afirma Santos (2002, p. 70), “*nunca* o território foi tão importante para a economia, para a sociedade e até para a cultura”, pois, para o autor, “nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o Território” (2006, p. 13).

Deste modo, algumas questões se fazem necessárias. O que é o território? Que conceito abrange e como pode ajudar a problematizar/compreender a condição humana? Que abordagem pode contemplar as múltiplas situações/realizações na sociedade? Que relações e práticas sociais podem estar circunscritas ao território? O que constitui a territorialidade? Qual abordagem pode compreender a territorialidade sem cair num “determinismo” espacial e que, ao mesmo tempo, não despreze a condição inerente do espaço enquanto a própria vida humana se fazendo?

Um dos precursores em analisar a sociedade através do conceito de território foi Friedrich Ratzel (1990). Este autor fundamenta sua análise (antropo)geográfica nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas. Seu método está centrado na indução, observação, descrição, comparação e classificação, compreendendo a sua *Antropogeografia* como uma ciência comparada. O cientificismo buscado no ideário positivista se fundamentou nas ciências naturais. Por isso, para Ratzel, a “geografia é antes de tudo uma ecologia” (1990, p. 4).

Esta concepção (bio)geográfica em sua análise pode ser verificada na sua idéia de “complexo Terra”, ligada a sua *Antropogeografia*:

Nossa Terra constitui em si um único complexo graças à força da gravidade a que obedecem todos os corpos e todos os seres; e esse complexo é também conectado ao espaço externo, mantido no sistema solar pela mesma força e alimentado por aquela fonte inesgotável de força viva representada pelo Sol. Mas, todas as coisas sobre a Terra encontram-se ligadas e unidas por uma ordem de tão profunda necessidade, que só a abundância de seus desenvolvimentos singulares é que permite às vezes vislumbrar a afinidade que as cimenta (RATZEL, 1990, p. 5).

Também, para Ratzel (1990, p. 123-124) a natureza, o povo e o território seriam os elementos de formação do Estado-nação. O *solo* é o elemento fundamental do Estado e de sua unidade, condicionando, entre outros fatores, o crescimento espacial dos Estados. O território aparece em Ratzel ora como sinônimo de ambiente, ora como *solo*, ora como Estado-nação.

Ainda, para Ratzel (1990), os Estados apresentariam formas definidas e localizadas no espaço, sendo, também, que o Estado deve ser considerado como um dos “pontos culminantes entre outros fenômenos resultantes da difusão da vida”. Esta concepção “biogeográfica de Estado” faz parte do fenômeno, que o autor define como *Antropogeografia*, pois está ligada à difusão e sobrevivência da vida humana no planeta Terra.

O território, portanto, é entendido como substrato/palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de *solo/terra* e outras condições naturais fundamentais a todos os povos, “selvagens” e “civilizados” sob o domínio do Estado. Entretanto, esta concepção ratzeliana “biogeográfica de Estado”, muitas vezes *pode* “naturalizar” as relações (entre) e nos Estados (através) e com os grupos (dominantes e dominados) das sociedades.

Outra importante discussão sobre a conceituação de território e territorialidade foi desenvolvida por Robert Sack (1986). Para o autor, a “territorialidade será definida como a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre

uma área geográfica. Esta área será chamada território” (p. 19, [tradução nossa¹¹]). Assim, para Sack, a territorialidade humana é uma estratégia que pode ser ativada e desativada. Isso demonstra uma mobilidade inerente às estratégias de controle (dominação e apropriação) do território e sua relativa flexibilidade, ou seja, sua possibilidade de acionar (ou não) a territorialidade. Como afirma Sack (1986, p. 20, [tradução nossa¹²]), “a maioria dos territórios tendem a ser fixados em um espaço geográfico, mas alguns podem mover-se”.

Dessa forma, a territorialidade vinculada às relações de poder, em Sack, é uma estratégia, compõem um “arsenal” estratégico, ou seja, um *recurso* de estratégias que pode (ou não) ser mobilizado (ou até mesmo flexibilizado) de acordo com o grupo social e o seu contexto histórico-geográfico. Neste sentido:

A territorialidade para os seres humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através de áreas. Territórios políticos e propriedade privada da terra podem ser suas formas mais familiares de territorialidade que acontece a grau variado em numerosos contextos sociais. É usada em relações cotidianas e em organizações complexas. Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É os meios pelos quais espaço e sociedade se inter-relacionam. As territorialidades mudam suas funções ajudando-nos a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo (SACK, 1986, p. 5, [grifos e tradução nossa¹³]).

Sack enfoca, portanto, a importância da territorialidade como “poderosa estratégia” de controle de pessoas e coisas, em determinada área, através de relações sociais, isto é, de relações de poder. Por isso, a territorialidade é concebida como uma “expressão geográfica e primária do poder social”. Outro elemento apontado se refere à importância da territorialidade para se compreender as estratégias de dominação das sociedades, no espaço e no tempo. A territorialidade muda suas funções de acordo com a estratégia adotada a atender os interesses de determinados tempos-espacos, de determinados indivíduos e/ou grupos. Assim, “a territorialidade, através da significação

¹¹ No original: “territoriality will be defined as the attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area. This area will be called the territory”.

¹² No original: “Most territories tend to be fixed in geographical space, but some can move”.

¹³ No original: “Territoriality for humans is a powerful geographic strategy to control people and things by controlling area. Political territories and private ownership of land may be its most familiar forms but territoriality occurs to varying degrees in numerous social contexts. It is used in everyday relationships and in complex organizations. Territoriality is a primary geographical expression of social power. It is the means by which space and society are interrelated. Territoriality’s changing functions help us to understand the historical relationships between society, space, and time”.

variável no espaço e no tempo (...) representa um papel fundamental na especificação da função e dos significados da mudança” (SACK, 1986, p. 217, [tradução nossa¹⁴]).

Sack também reconhece que a territorialidade é uma “base e/ou estratégia de poder”, entretanto, não a encara como parte de um *instinto*, muito menos associa poder exclusivamente com *agressividade*. Segundo o autor:

Embora eu veja a territorialidade como uma base de poder, eu não vejo isto como parte de instinto, nem eu vejo o poder como essencialmente agressivo. O poder que um pai exercita sobre uma criança pode ser para o bem da criança, e aquele poder pode, ou não, ser territorial. Um pai pode decidir que está mais seguro manter a criança em lugar fechado e longe do molhado e do frio da chuva. Insistindo a criança ao homem, nós veremos que se trata de uma restrição territorial. Pode ser uma estratégia conveniente, mas não são os únicos meios de manter a criança quente e seca (SACK, 1986, p. 1, [tradução nossa¹⁵]).

A territorialidade humana envolve, portanto, para Sack, uma forma de classificação e, o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e *comunicado*. O uso da territorialidade depende de quem está influenciando e controlando quem, no sentido que pode incluir (possessão) ou excluir pessoas e/ou objetos de determinada área. Assim:

(...) territorialidade tem que conter uma forma de comunicação. Isto pode envolver um marcador ou pode assinalar como é achado comumente em um limite. Uma pessoa pode criar um limite por um gesto como apontar. Um limite territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma declaração sobre uma direção em um espaço e, uma declaração sobre posse ou exclusão (SACK, 1986, p. 21, [tradução nossa¹⁶]).

O território, neste sentido, pode ser usado para conter, como também para excluir os indivíduos e/ou objetos que participam do exercício do poder,

¹⁴ No original: “Territoriality, and the changing meaning of space and time (...) but they did play fundamental roles in specifying the function and meanings of change”.

¹⁵ No original: “Although I see territoriality as a basis of power, I do not see it as part of an instinct, nor do I see power as essentially aggressive. The power that a parent exercises over a child may be for child’s good, and that power may or may not be territorial. A parent may decide it is safer to keep the child indoors and away from the wet and cold of the rain. Keeping the child at home, as we shall see, is a territorial restraint. It may be a convenient strategy, but it is not the only means of keeping the child warm and dry”.

¹⁶ No original: “(...) territoriality must contain a form of communication. This may involve a marker or sign such as is commonly found in boundary. Or a person may create a boundary through a gesture such as pointing. A territorial boundary may be the only symbolic form that combines a statement about direction in space and statement about possession or exclusion”.

necessariamente exercendo o controle, ou que não estão fazendo parte do território, impedindo-os de entrar. “Esta delimitação se torna um território somente quando suas *fronteiras são usadas para afetar* o comportamento pelo *controle do acesso*” (SACK, 1986, p. 19, [grifos e tradução nossa¹⁷]). Desta forma, a territorialidade é constituída como “uma estratégia para estabelecer graus diferentes de acesso para as pessoas, coisas e relações” (p. 20, [tradução nossa¹⁸]). A fronteira e o controle do acesso, portanto, são atributos fundamentais na definição de territorialidade, defendida pelo autor.

Outro importante elemento é que a territorialidade é envolvida intimamente com o contexto social, pois, a “territorialidade não existe a menos que haja uma *tentativa*, por indivíduos ou grupos, de efetuar inter-relações uns com os outros” (p. 30, [tradução nossa¹⁹]). Sack reitera que espaço e tempo são componentes fundamentais de experiência humana. Espaço e tempo não são apenas determinados fatos da realidade geográfica, mas são transformados por e afetam as pessoas, as relações deles/delas uns com os outros. Por isso:

Territorialidade é o fundamento geográfico de influência e de poder e, provem de um vínculo essencial entre sociedade, espaço e tempo. Territorialidade faz parte de um contexto geográfico e, é o dispositivo pelos quais as pessoas constroem e mantêm organizações no espaço. Para os seres humanos, territorialidade não é um passeio de instinto, mas uma estratégia importante e complexa para afetar, influenciar e controlar o acesso de pessoas, coisas, e relações (SACK, 1986, p. 216 [tradução nossa²⁰]).

Sack liga territorialidade à história. Para ao autor, “diferentes sociedades usam diferentes formas de poder”. A geografia histórica analisa um contexto social em que o espaço foi organizado e significado; a territorialidade aponta ao fato de que a organização geográfica e seu significado dependem de muitas coisas, mas que também pressupõe a manutenção de graus diferentes de acesso para as pessoas, coisas e relações em uma determinada área. Assim, as organizações do espaço e seus *significados* contêm

¹⁷ No original: “This delimitation becomes a territory only when its boundries are used to affect behavior by controlling access”.

¹⁸ No original: “Territoriality is a strategy to establish different degrees of access to people, things, and relationships”.

¹⁹ No original: “Territoriality does not exit unless there is an attempt by individuals or groups to affect the interactions of others”.

²⁰ No original: “Territoriality, as the basic geographic expression of influence and power, provides na essential link between society, space, and time. Territoriality is the backcloth of geographical contexto – it is the device through which peple construct and maintain spatial organizations. For humans, territoriality is not an instinct or drive, but rather a complex strategy to affect, influenc, and control access to people, things, and relationships”.

histórias que foram e vão sendo construídas a partir dos usos de parcelas territoriais do espaço (1986, p. 26, [tradução nossa²¹]).

Apesar de centralizar sua abordagem na perspectiva política, Sack também reconhece a dimensão econômica, tais como o “uso da terra”, da propriedade privada, através do controle de área etc., mas, também, demonstra ênfase na dimensão cultural da territorialidade, isto é, o significado e a significação do território.

Assim como a cultura, a tradição e a história medeiam a mudança econômica, também medeiam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra (...). A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico por meio do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, pp. 218-219, [tradução nossa²²]).

A territorialidade aparece, portanto, como uma estratégia na qual criamos e mantemos em uma dada parcela do espaço as experiências da vida, ou seja, as relações e as significações e, os significados que são criados e recriados para a manutenção de uma determinada ordem cultural e, de um modo de vida estabelecido através de uma singularidade nas relações sociais.

Para Sack (1986), portanto, o território aparece como controle de acesso de pessoas, coisas e relações em determinada área; a territorialidade é analisada como estratégia geográfica e de poder para a efetivação desse controle. Sack, com isso traz importante contribuição no sentido que possibilita a análise do território para além e aquém do Estado-nação, podendo-se conjugar inúmeras escalas, ou seja, compreender inúmeros territórios justapostos e sobrepostos, do mais “pequeno” recorte territorial ao mais “grande”. O território, também, aparece como móvel, trazendo uma outra visão

²¹ No original: “Different societies use different forms of power. They have different geographical organizations and conceptions of space and place. Geographical landscapes and meanings change as societies change. Historical geography is concerned with these interconnections. Historical geography points to the socially historically dependent context of spatial organizations and meaning; and territoriality points to the fact that geographical organization and meaning, while depending on many things, also presupposes the maintenance of different degrees of access to people, things, and relationships. Spatial organizations and meanings of space have histories and so too do the territorial uses of space; the three histories are indeed closely interrelated”.

²² No original: “Just as culture, tradition, and history mediate economic change, they also mediate the way people and place are linked, the way people use territoriality, and the way they evaluate land (...) Territoriality, as a component of power, is not only a means of creating and maintaining order, but is a device to create and maintain much of the geographic context through which we experience the world and give it meaning”.

que a não “fixação” em determinado contexto socioespacial, como a conceituação do Estado-nação de Ratzel.

Sua concepção é relacional, privilegiando as relações no e com o espaço geográfico, concebendo o território e a territorialidade não como palco/substrato da atividade humana, mas, a partir de relações de controle e de acesso, de poder(es), de comunicação e de relacionamentos entre homens e mulheres, entre pessoas e objetos, entre pessoas e informações em determinada área, assumindo a *comunicação* uma centralidade importante, pois, o território é uma relação de comunicação e depende de quem pode comunicar, de quem tem o poder e a legitimidade de comunicar, de quem “sofre” a comunicação, de como a apreende, de como dialoga com ela, de como a transgride.

Outro importante autor que construiu uma perspectiva teórico-metodológica acerca do território foi Claude Raffestin. Este elabora uma análise do território a partir da realidade *material*, entendendo o objeto de compreensão da geografia sendo formado por atores histórico-sociais (de poder), tramados e efetivados entre os sujeitos e o objeto, isto é, as relações que se concretizam materializadas no território e que constroem territorialidades. Pois, “conhecer e operar sobre uma realidade material supõe – e até mesmo postula – um sistema de relações no interior do qual circula o poder, uma vez que este é o consubstancial à toda relação” (1993, p. 6).

Para Raffestin, a população constituiria o primeiro elemento para entender o território. Isso se deve, sobretudo, porque a população para o autor compõe a “fonte do poder”, o fundamento próprio do poder, por ter uma capacidade de criação e inovação ligada ao potencial de trabalho. Assim, é pela população “que passam todas as relações” (1993, p. 7). Sobre a população e sua relação com o território, o autor afirma também que:

(...) na análise da população a linguagem utilizada é composta por certos signos específicos: número, distribuição, estrutura, composição, para citar apenas os mais representativos. Poder-se-á se notar que são característicos de um ponto de vista coerente em relação àqueles do território, no sentido de que a população é tomada como um recurso. Esses signos servem para identificar e caracterizar a população na condição de fator da potência. Na geografia do Estado, a população perde seu significado próprio, isto é: concebida, e não vivenciada. Ela só tem significado pela ação do Estado. Seu significado deriva da finalidade do Estado. De fato, se notará que os signos utilizados permitem muito mais definir e exprimir um potencial do que uma identificação diferenciada (RAFFESTIN, 1993, p. 26).

O território é, portanto, produto da população e de suas relações sociais, sendo também, para Raffestin, “um *produto* ‘consumido’”, consumido na forma de produto que é “vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio”. Este *recurso* não seria uma “coisa”, mas “uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades” (1993, p. 8).

Neste sentido, Raffestin considera então como “trunfos” do poder a população, os recursos e o território. Entretanto, Souza (2003) critica esta postura de Raffestin ao separar a população e os recursos do território. Por isso, Souza reitera para a utilização destes “trunfos” (população e recursos) enquanto “materialidade do espaço” ao invés de território, já que não há território sem recursos e, muito menos, sem “população”, condição inerente a sua formação. Essa separação de elementos que formam (e são) o território, é que fazem Souza afirmar que Raffestin está trabalhando com a “materialidade do espaço” e não com o “território em si”.

Raffestin tem no centro de sua abordagem as relações sociais, entendidas através da premissa de Foucault em que todas as relações sociais comportam poder. Assim, para o autor, a “existência é tecida por relações”, é um “vasto complexo relacional” e as relações “são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais” (1993, p. 31). Os elementos constitutivos da relação para Raffestin “são: os atores, a política dos atores – ou o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades –, a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediatos da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação” (p. 38).

O autor liga, também, as relações ao tempo e ao espaço buscando uma forma de analisar relacionalmente estes e suas manifestações produzidas espacialmente, pois, “a relação nasce num dado lugar e para um dado lugar, num dado momento e por uma duração determinada ou indeterminada” (p. 33). Assim, “toda relação, no que refere ao seu conteúdo é política” (p. 34), e, que o poder “é imanente a toda relação que é o teatro e o lugar de confronto” (p. 50).

Deste modo, toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua *multidimensionalidade*. “A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dessimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Mas, as relações não estão/são somente presentes nas trocas materiais, elas são “co-extensiva e co-fundadora de toda relação social” e, se

quisermos identificá-las com precisão e profundidade, devemos analisá-las nas suas múltiplas dimensões, isto é, na “multilateralidade das relações” (p. 32). Ainda, sobre as trocas não materiais, o autor afirma que “a troca pode ser também verbal, ou seja, lingüística. A língua resulta do trabalho humano, é um produto que se troca e que é, em consequência, objeto de relações” (p. 37).

Raffestin (1993) busca em Foucault elementos para compreender/precisar o poder. Segundo ele:

- O poder não se adquire: é exercido a partir de inumeráveis pontos;
- As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
- O poder [também] vem de baixo; não há oposição binária e global entre dominador e dominados; (...)
- Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

No entanto, Raffestin também dá ênfase ao poder simbólico, afirmando que “o poder normativo se funda sobre a manipulação de recursos simbólicos” (p. 55), e, aliado a isso, afirma que “o ideal do poder é jogar exclusivamente com símbolos” (p. 60). Portanto, o poder, além de material, estaria ligado à “semiosfera”, aos signos, à forma de crença de fazer crer, ver e sentir aquele determinado espaço e/ou território.

Para Raffestin (1993), o trabalho é elemento imprescindível na compreensão do território. O trabalho seria o “agente” modelador/transformador do território em que a *inovação* constituiria a forma de acarretar as mudanças na territorialidade dos indivíduos e na constituição/apreensão do espaço. Portanto, é efetivamente “o homem que, por seu trabalho (energia informada), ‘inventa’ as propriedades da matéria”. A matéria é “reinventada” pelos homens, resultando de um processo analítico e empírico que é acionado pelo homem que submete a matéria a operações diversas (p. 223). Essa manipulação da matéria pelo trabalho seria um dos elementos constituintes do território. Há um processo, ao que parece, apontado pelo autor, que materializa as relações do

homem, apesar deste trazer a informação como elemento inerente, a (re)invenção da matéria, no trabalho.

Mas, então, para Raffestin, o que é o território? Para o autor, espaço e território não são a mesma “coisa”, não são equivalentes. Por isso, “o espaço é anterior ao território”, pois:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, *revela relações marcadas pelo poder*. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 144, [grifos nossos]).

Assim, para o autor, o território é formado a partir do espaço; é uma produção a partir do espaço; é onde um ator sintagmático (que exerce um poder) realiza um programa através das intencionalidades, representando, por exemplo, sua “territorialização” abstrata ou concretamente. Através do trabalho (entendido em sentido amplo pelo autor, como sendo energia ou informação) o ator circunscreve marcas do poder formadoras/modeladoras do território.

Entretanto, numa “visão kantiana”, o autor sinaliza sua compreensão de espaço como “dado”, “como se fosse ‘matéria-prima’”, numa distinção (reducionista, ao nosso ver) de espaço e território, ou melhor, privilegiando a compreensão de território (seu objetivo) e simplificando a compreensão de espaço. Assim:

O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Neste ponto, é importante destacar a crítica que Souza (2003) tece a Raffestin, em relação a sua definição de espaço e território e sua distinção. Há um dissenso entre

os autores, sobretudo, em relação à questão da definição do “território em si”. Souza (2003) se opõe à definição de Raffestin de território pois entende que há uma sobrevalorização do “substrato material”. Se o espaço natural é transformado através do trabalho, nele se incorpora valor e significados que se estabelecem a partir de relações sociais, portanto, há territorialidade ali incorporada. Ainda, Souza marca sua oposição citando o exemplo de uma “cidade fantasma” (outrora com vigoroso desenvolvimento), que pela inexistência de habitantes deixa de ser um território, pois nela não mais se circunscrevem relações sociais (e, portanto, de poder) e, mesmo assim, a área urbana não voltou a ser espaço natural, espaço “dado”.

Aliado a isso, para Souza (2003), “Raffestin praticamente reduz o espaço ao espaço natural, enquanto que território de fato torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social” (p. 97), resultando num empobrecimento/simplificação do “arsenal” conceitual relativo ao território. Souza afirma ainda que:

Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território *não* é o substrato, o espaço social em si, um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*. (Sem sombra de dúvida pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território, e não do conceito de território em si) (SOUZA, 2003, p. 97, [grifo do autor]).

Contudo, Raffestin contribui enormemente para o desenvolvimento do conceito de território na geografia. Deste modo, seguindo nossa análise sobre os elementos teórico-metodológicos do conceito de território em Raffestin, sublinhamos que, para o autor, “espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido”. Aqui, o autor aponta para o cotidiano, ou seja, como que o território é vivido através/no do cotidiano e, por extensão, das representações (criadas) que o fazem de espaço, território. Este espaço se tornou, através das relações de poder e de representação, “o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação”, sendo que esta “representação resulta de um trabalho e como tal pode ser qualificada como energia informada. Essa energia informada, como todas as outras, aliás, não é estável” (1993, p.147), ou seja, sofre transformações.

Num jogo muito interessante de escalas, do “Estado ao indivíduo”, das “organizações pequenas ou grandes”, o autor afirma que se encontra, em graus diversos, atores sintagmáticos que produzem territórios. Assim:

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mas modestamente ainda, para aqueles que arrumam um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios” (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Para o autor, também, em toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos, ocorre uma “produção territorial”. Esta seria formada por tessituras, nós e redes. Estes elementos constituem o território, por traduzirem a “forma” (regulada e/ou aleatória) da produção do território. São elementos para desvendar a “armadura territorial”, sua condição ao fator *distância* e sua completetriedade o *acesso*. Deste modo:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, reguladores ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. (...) A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realizam uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferencial comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Neste contexto, a importância da tessitura implica a noção de limite, no sentido mais geral do termo. Como afirma Raffestin, “Definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir implica a noção de limite: é preciso delimitar”. Por isso, compreender o “território é fazer uma referência implícita à noção de limite” que,

mesmo não sendo traçado “concretamente”, como em geral ocorre, “exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”. “A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação”, pois, “caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente” e, sendo a “ação sempre comandada por um objetivo”, este limite “é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis” (1993, p. 153).

O recorte, portanto, para o autor, mesmo não sendo “concreto”, é imprescindível na análise do território. Delimitar expressa a manifestação de um poder em determinada área. “O desenho de uma malha ou de um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção de território” (1993, p. 154).

Raffestin (1993) também se refere à territorialidade humana como a “multidimensionalidade do vivido”. Considera a territorialidade um conjunto de relações fomentadas pelo homem que pertence a uma sociedade, com relações exteriores “promotoras” de alteridades e mediadas através de instrumentos. Através da produção do território e suas relações existenciais e produtivas, modificam o território e, sem se darem conta disso, se automodificam também. Raffestin estabelece, assim, uma importante imbricação entre território, territorialidade e alteridade, sempre (de)marcada pelo poder nas relações. Neste sentido:

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a *multidimensionalidade do “vivido” territorial* pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, processo territorial por intermédio de um sistema de relações *existenciais* e/ou *produtivistas*. Quer se trate de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação ente os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. *Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também*. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 159, [grifos nossos]).

Contudo, o autor enfatiza que sendo a “vida tecida por relações”, a “territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia [para quem?] possível, compatível com os recursos do sistema”. (p. 160). A territorialidade aparece, então, como constituída por “relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade”, sendo que se circunscreve cotidianamente “no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas” (p. 161).

Raffestin (1993) também se preocupa em demonstrar em que condições a territorialidade é produzida, pois “cada sistema territorial *segrega* sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer, que, de certa forma é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (p. 162). Outro elemento de suma importância é a ênfase dada à territorialidade produzida em contextos sócio-histórico e espaço-temporal definidos, apreendendo o que a constrói, ou seja, seus lugares, suas singularidades, seus ritmos, seus habitantes, suas diferenças etc., pois:

(...) a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal. (...) Entretanto, não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Outro geógrafo com importante contribuição para o conceito de território é (o já mencionado) Marcelo José Lopez de Souza. Este afirma (em síntese) que o território surge na “tradicional Geografia Política” e se desenrola como conceito de análise na geografia:

O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidades: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) (SOUZA, 2003, p. 84).

Souza (2003) considera que “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 78). Este autor dá ênfase à relação de poder e território, na sua produção, transformação, controle e acesso, dominação e apropriação.

Entretanto, sendo para o autor “o território essencialmente um instrumento de exercício de poder”, é imprescindível que façamos sempre a seguinte pergunta na busca de “desnudar” suas relações mais íntimas, mais escondidas e camufladas no

estabelecimento da “ordem” e exercício do poder: “quem *domina ou influência quem nesse espaço, e como?*” (2003, p. 79). Isso aponta a possibilidade de distinguirmos dominantes (hegemonicamente) e dominados (hegemonizados), e quais os meios utilizados para essa dominância.

Outro elemento da sua análise se reporta às escalas, à construção e desconstrução dos territórios, pois os:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 2003, p. 81).

Souza também faz uma análise sobre o “território-rede”, que deve ser chamado, segundo seu entendimento, de “território descontínuo”. O território “descontínuo associa-se a um nível de tratamento” onde os nós aparecem “como pontos adimensionais”, não se colocando “evidentemente a questão de investigar a estrutura interna desses nós”, ao passo que, “à escala do *território contínuo*, que é a uma superfície e não a um ponto, a estrutura espacial interna precisa ser considerada”. Ocorre, portanto, que “cada nó de um território descontínuo é, concretamente e à luz de outra escala de análise bidimensional, um espaço, ele mesmo um território”. Deste modo, “cada *território descontínuo é, na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos*” (2003, p. 94, [grifos do autor]). O território descontínuo se liga, ou melhor, contém a rede inerentemente a sua qualidade, a sua especificidade, isto é, a ligação de dois ou mais territórios.

Contudo, para Souza (2003), o território compõe a materialidade que fundamenta a sustentação econômica e a identificação cultural-simbólica de um grupo e/ou indivíduo e seu território, compondo, através disso, qualidades fundamentais para a autonomia dos sujeitos, ou seja, a busca pela sua não-alienação, a suas melhores condições de sobrevivência tanto política, cultural e economicamente. Deste modo:

Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e,

mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessas qualidades, indispensável fator de autonomia (SOUZA, 2003, p. 108).

Esta análise comporta uma importante distinção entre o uso econômico, funcional do território, e sua identificação cultural-simbólica, vinculado à significação/pertencimento. Aliado a isso, para o autor, a criação de identidade territorial é apenas relativa, se ligarmos essa a sua realização estritamente econômica, esta (a identidade) se expressaria mais propriamente em sua funcionalidade do que a sua afetividade a uma parcela do espaço (SOUZA, 2003, p. 88). (Retornaremos a estes importantes elementos, imprescindíveis ao território, mais adiante, na conceituação de território em Rogério Haesbaert).

Aliado a isso, Souza apresenta a imbricação do território em suas relações sociais e o trabalho, numa visão ampla, para além do elemento econômico:

Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuado valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – *ao menos enquanto o homem também estiver presente* (SOUZA, 2003, p. 96, [grifos do autor]).

Numa visão, que lembra de longe a abordagem de Sack, Souza (2003) compreende que “a territorialidade seria a estratégia de controle do território” (p. 99). Souza faz, também, uma distinção entre territorialidade (no singular) e territorialidades (no plural). “A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, de acordo com (...) *relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial* [!]”. Já “as territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica etc.” Entretanto, para o autor, ao falar de territorialidade, o que se tem “é um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos *mediatizada* pelo espaço” (p. 99).

No entanto, na geografia brasileira, foi Milton Santos o primeiro geógrafo a dar mais consistência à argumentação/utilização do território, em que o “uso” (econômico,

na maioria das vezes) é o seu definidor, aliado às técnicas e às redes. Santos utiliza a expressão “*território usado*” como sinônimo de espaço geográfico.

Para Santos, o território deveria constituir uma totalidade que conseguisse abarcar uma abordagem integradora da sociedade, pois “o território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (SANTOS *et al*, 2000, p. 12).

De acordo com Santos & Silveira, “num sentido mais restrito, o território é um *nome político* para o espaço de um *país*” (2006, p. 19). Portanto, podemos entender o território (num sentido estrito) a partir de um estado, município, que são, sem dúvida, espaços político-administrativos de um país e, situados no interior dele. Contudo, para Santos & Silveira:

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 19, [grifos dos autores]).

É importante considerar que para Santos & Silveira, o “território é uma extensão apropriada e usada”, isto é, uma extensão que apresenta na sua “apropriação” uma dimensão cultural-simbólica e, no seu “uso”, uma dimensão econômica, ligada, como já mencionamos, às técnicas. Quanto à territorialidade, os autores a consideram “como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence”; isso remete a “nossa” parcela de espaço em que vivemos/vivenciamos nossas experiências, nosso trabalho, nossa família, nossas amizades, nossos sonhos etc., e que, para os autores, a territorialidade expressaria também “esse sentimento de exclusividade e limite”, portanto, de ser de um território e que esse sentimento impõe limites: até onde nos pertence tal parte do espaço, que é, assim, “exclusivamente nossa”.

Deste modo, para Santos *et al* (2000, p. 3), o território *usado* “constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo”. Assim:

Consideremos o território como o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. Ele seria formado pelo *conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial*, e mais o seu *uso*, ou, em outras palavras, *a base técnica e mais as práticas sociais*, isto é, uma *combinação de técnica e de política*. Os acréscimos são destinados a permitir, em cada época, uma nova modernização, que é sempre seletiva (SANTOS, 2002, p. 87, [grifos nossos]).

Deste modo, o território compõe um “conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial”, ou seja, sua base material natural e/ou produzida e seu “uso”, que se constituiria através da “base técnica e das práticas sociais”. Aqui, portanto, Santos concebe o território para além da técnica, assumindo as práticas sociais, da política e, assim, de poder da sociedade que incide e (trans)forma o território. Além disso, traz (como o faz para o espaço) a dialética entre o novo/velho, as modernizações (seletivas) e as épocas (o tempo).

Santos também analisa a produção/dominação do território pelo tradicional (mas não menos importante) Estado-nação. Santos corrobora, também, para uma análise que considere a imbricação do Estado e do capital como provedores do território, buscando desvendar a especificidade das ações em cada recorte espacial; por isso, reitera a relevância da origem, escala e nível de ações dos vetores, que são múltiplos:

Base da vida material que transcende a nação mas cujo uso, em última instância, é regulado pelo Estado, o território é hoje marcado pelo fato de que não há mais espaços vazios, sendo todo ele ocupado por dados atuais – do mundo já concreto ou do mundo das intenções. O Estado e o capital estão em toda parte, embora de forma diferenciada. Diante do território, falar hoje em capital de maneira generalizada em nada contribui à sua análise. Também não se deve generalizar quanto à ação do Estado, como provedor de infra-estruturas e serviços, regulador do crédito, tomador de impostos etc. *Origem, escala e nível da ação dos múltiplos vetores são diversos* (SANTOS, 2002, p. 21, [grifos nossos]).

Buscando assimilar as especificidades, Santos afirma que enquanto o “dinheiro, na sua forma pura, busca se impor como um dado absoluto”, o território “é sempre impuro – porque misto –, [é] o resultado de todas as relações entre a existência dos homens e as suas bases físicas e sociais” (2002, p. 47). Por isso, “trata-se de uma forma impura, um *híbrido* [!], uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser o nosso quadro de vida” (1996, p. 15).

Além da sua forma “híbrida” e “impura”, o autor chama a atenção para sua historicidade, sendo o território produto socialmente construído por homens e mulheres. Entretanto, para Santos, “o processo histórico não pode ser considerado uma tábula rasa, uma tela neutra, um espelho, porque é indissociavelmente integrado a todas as pessoas, empresas, instituições que o habitam” (2002, p. 47), que dinamizam a sociedade em constante mutação/atualização, pois “o território é a construção da base material sobre a qual a sociedade produz sua própria história” (2002, p. 70).

Santos também, através da sua ênfase ao “uso” do território, realiza uma distinção entre “território em si” e o “território usado” (distinção que se aproxima, em alguma medida, da feita por Raffestin em relação a espaço e território), pois é “o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (1996, p. 15). Neste sentido, para Santos & Silveira, o “uso” do território seria constituído pelos “sistemas de engenharia” que, “puxados” pelas técnicas, dinamizariam a economia da sociedade, pois:

O *uso* do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (...) (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 21, [grifos nossos]).

Para Santos (2002, p. 69), “o território permite fazer a nação falar”, ele é também dinâmico, vivo. “A sociedade incide sobre o território, e este, sobre a sociedade” (2002, p. 70). Há uma “imbricação mútua” entre sociedade e território.

Na definição de Santos (1996, p. 16), o território aparece como “forma”, “mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. O autor, ao definir o território enquanto “sinônimo de espaço humano”, isto é, o território e seu “uso”, composto por “objetos e ações”, de “fixos e fluxos”, do “velho e do novo”, do “capital e do Estado”, não concebe apenas esses componentes através de seu sentido funcional, pois, objetos e ações são sempre dotados de *significados* e de *intenções*, como, por exemplo, na utilização da técnica, que nunca é neutra nas relações sociais. Ou seja, esses “objetos e ações” também são simbólicos, são carregados de (e expressam)

sentidos, signos. Na expressão de Santos, há na “tecnoesfera” uma “psicoesfera”, que através das relações histórico-sociais expressa, também, relações de poder.

Ademais, como afirma Santos (1996, p. 13), o território é onde “desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Porque “o território não é apenas um conjunto de formas naturais, mas um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições e as empresas que abriga, não importa o seu *poder*” (2002, p. 84).

O território, em Santos, não é apenas um “território-zona”, este é constituído por redes, um “território-rede”, contínuo e descontínuo, pois hoje, o território pode “ser formado de lugares contíguos e lugares em rede” (SANTOS, 1996, p. 16). Aliado a isso, o autor distingue o “território de todos”, o “espaço banal”, que se contrapõe à noção de “rede global”, ou seja, ao espaço e/ou território que estão a serviço de alguns; em suas palavras o “espaço banal, isto é, o território de todos, [está] freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns” (1996, p. 18). Para Santos, as redes constituem uma realidade nova, que se liga à verticalidade e que se liga a uma parcela do espaço que serve a alguns.

Outro elemento importante e, normalmente pouco explorado em Santos, e que está presente em suas idéias, são os elementos simbólico-culturais:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a *identidade*. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o *fundamento do trabalho*, o lugar da *residência*, das *trocas materiais e espirituais* e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a idéia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro (...). *Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe* (SANTOS, 2006, p. 14, [grifos nossos]).

Na sua argumentação sobre o território usado, o autor demonstra que esse “uso” vai além do elemento econômico, sendo o território usado “o chão mais a identidade”. Santos se reporta assim ao sentimento de pertencimento a uma parcela do espaço, dos significados, dos signos etc. Considerando o território “o fundamento das trocas,

materiais e espirituais”, o autor resgata as transformações do território pelo trabalho (sentido material e funcional), mas também se reporta ao território enquanto “o lugar da residência”, portanto, do território enquanto abrigo, o “território do lar” de cada indivíduo-família. Considera, além das trocas materiais, as *espirituais*, apontando e demonstrando uma concepção de território articuladora de elementos materiais e imateriais. Por exemplo, para Santos, “o território ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe”, ou seja, resgata a produção de sentidos e significados relacionadas à identidade territorial dos sujeitos, nesse caso, em função do Estado-nação, da “afeição” ao território nacional.

Na concepção produzida por Santos de “território do abrigo”, do lar, o autor faz uma interessante distinção entre o território dos “atores hegemônicos”, considerando este enquanto “recurso”, “garantia da realização de seus interesses particulares”, e o “território do abrigo” dos “atores hegemonzados”, que buscam “constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (SANTOS *et al*, 2000, p. 12).

Assim, para Santos (2002, p. 48), hoje, o território, seja qual for a escala, constitui o “melhor revelador de situações, não apenas conjunturais, mas estruturais e de *crise*, mostrando, como no caso brasileiro, melhor que outra instância social, a dinâmica e a profundidade da tempestade dentro da qual navegamos”. O território deve ser tomado, nesta perspectiva, como um “todo dinâmico” e “numa visão não-fragmentada”, que busca “unir” na análise os diversos “processos sociais, econômicos e políticos” (p. 101).

Outro geógrafo que contribui para o entendimento de território é Marcos Saquet. Esse autor chama a atenção, especialmente, para a importância da dimensão econômica, também enraizadora e, por isso, formadora/modeladora dos territórios (2004, p. 123). Embora privilegiando a dimensão econômica em sua discussão teórico-metodológica, destaca a produção do território também sob as forças políticas e culturais e da natureza, entendendo que a abordagem territorial é um *caminho* para se elaborar e atuar em projetos de desenvolvimento local (2007, p. 122).

Para o autor, o território “é compreendido, antes de qualquer ‘coisa’, como um espaço de organização e luta, de vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual” (2003, p. 129), reiterando, com isso, suas relações de poder como parte do movimento no interior das lutas e da participação. Assim:

Ao mesmo tempo, as relações de poder estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle *do* e *no* espaço geográfico, de indivíduos, no processo de apropriação e domínio social, cotidianamente. As relações sociais, de influência, interesse, símbolos, dominação etc. caracterizam e condicionam nossa vida cotidiana, tanto no *estar fixo* como no *estar em mobilidade* (SAQUET, 2003, p. 129, [grifos do autor]).

Em sua análise, destaca que no próprio movimento do capital há territorialidades e territorialização, que resultam na produção de um *campo de forças* produzido pelos grupos e/ou classes sociais constituintes do território:

(...) no próprio movimento de circulação e reprodução do capital, há territorialidades e territorialização. O território é resultado e determinante desta unidade, inscrevendo-se num *campo de forças*, de relações socioespaciais. O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território (SAQUET, 2007, p. 127, [grifos do autor]).

O desenvolvimento econômico, para o autor, produz, desigualmente, e a um só tempo, territórios. Por isso, é através do processo de “territorialização das forças e das relações de produção”, e “dos aspectos políticos e culturais interconectados” no tempo e no espaço, que os territórios são construídos. O território é, portanto, um dos produtos da produção capitalista e está centrado na reprodução ampliada do capital (SAQUET, 2004, p.141). Assim, para o autor, o território é “fruto da integração, no mercado, entre diferentes agentes produtivos; é enraizamento e articulação, fluxo (p. 130).

Contudo, entendemos que, apesar de o autor diferenciar a reterritorialização no sistema capitalista através, das classes e/ou grupos sociais envolvidos no processo, essa reterritorialização pode implicar no escamoteamento das contradições. Primeiro, porque se não bem esclarecidos os atores hegemônicos e hegemonzados no processo de reterritorialização, isso pode, resultar, em alguma medida, em uma análise homogeneizadora na/da territorialização dos atores sociais; segundo, porque a reterritorialização através do “enraizamento”, pode, inclusive, ser apenas funcional (ligado muito mais ao mercado de produção/comércio e do trabalho), do propriamente ao enraizamento simbólico-cultural, ou seja, daquela relação ligada ao sentimento de

pertencimento a uma dada parcela do espaço. Este enraizamento no mercado capitalista, por ser funcional, pode *não* vir a *ser* simbólico-identitário.

A importância do tempo histórico (dos tempos lentos e rápidos), na sua concepção de território, também aparece amalgamada às transformações decorrentes dos processos socioeconômicos. Por isso:

O estudo do território ou dos territórios pode ser centrada no processo histórico (periodização dos elementos e momentos mais significativos e na análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças e permanências ocorridas) conjugado ao tempo coexistente (tempos *lento* e *rápido*, e a multiescalaridade), pois essa relação está presente em nossa vida diária e faz parte do processo de apropriação e produção do território, considerando-se os processos econômicos, políticos e culturais (SAQUET, 2003, p. 131, [grifos do autor]).

Aliado a isso, o autor afirma que cada território, independentemente de sua extensão/tamanho/escala, deve ser estudado na tentativa de apreensão de suas *singularidades*, das suas relações com a natureza e nas suas relações consigo próprio e com o outro. Nesse sentido, é imprescindível a apreensão da escala na sua análise, nas relações do território.

Também, o autor chama a atenção para a apreensão do cotidiano na formação/relação no território:

As forças sociais efetivam o território, o processo social, *no (e com o)* espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana nos indivíduos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam nossa vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos fundados em desigualdades e diferenças. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão uma certa forma e determinados *conteúdos* ao território e aos territórios (SAQUET, 2004, p. 128, [grifos do autor]).

Saquet (2003, p. 129) afirma que a territorialidade compreende as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente: “a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território”; ela é múltipla, sendo que, por isso, “os territórios também o são”. Isso

revela a complexidade social e, ao mesmo tempo, “as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico”.

Contudo, Saquet apresenta uma proposta de abordagem (i)material de território. Nessa abordagem relacional e processual da (i)materialidade, busca reconhecer “a unidade dos tempos histórico e coexistentes, as descontinuidades e aspectos da relação sociedade-natureza” (2003, p. 131). O território (i)material é, para o autor, um conjunto de experiências e vivências, multi-escalares e multi-temporais:

Experimentamos, vivemos territorialidades distintas e plurais, múltiplas, tanto política como econômica e culturalmente, num único movimento. As relações religiosas modificam-se, permanecem; alteram-se relações entre os Estados, que também têm elementos que são conservados; as relações entre os Estados e as empresas; enfim, há *novas* territorialidades, reterritorializações, constantemente, que contêm, em si, o *velho*: há des-continuidades históricas e multiescalares; um movimento processual e relacional, de apropriação, dominação e produção (i)material (material-imaterial) do território. (p. 158). A territorialidade significa cotidianidade, (i)materialidade, no(s) tempo(s), na(s) temporalidade(s) e no(s) território(s), no movimento relacional-processual (SAQUET, 2003, p. 164, [grifos do autor]).

Assim, sua análise privilegia o elemento econômico nas relações sociais que, por extensão, está ligado ao poder. Para o autor “um território é produzido, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas”, em que “as relações de poder inerente às relações sociais estão presentes num jogo [*jugo*] contínuo de dominação e submissão [expressando resistências], de controle do espaço geográfico” (SAQUET, 2004, p. 129). Nesse processo econômico, o território é visto como um campo de poder, um campo de forças.

Uma perspectiva “idealista” – ou, talvez, mais fenomenológica – do território é apresentada por Armando Corrêa da Silva. Para este autor, o território aparece enquanto consciência, pois “o território da consciência tende a tornar-se consciência do território. Mas, como espaço mágico” (1996, p. 258).

Silva define o território na escala do indivíduo e suas relações de poder consigo e com os outros e, com sua exterioridade. Assim, “dominar o território é, em primeiro lugar, dominar a si mesmo, pois o impulso inicial tem sempre raízes na natureza, agora natureza humana, mas ainda não natureza social” (1996, p. 257).

O autor entende também uma certa materialidade na relação consigo e com o outro; uma espécie de jogo de alteridade. O território possuiria um aspecto físico e, por

isso, “conhecer o território é, inicialmente, conhecer a si mesmo, nas partes e no todo. Em segundo lugar, conhecer o território é conhecer o outro” (p. 259).

Ainda, para Silva, o território se liga à natureza, a relação com a natureza e com o(s) indivíduo(s). Deste modo, o território seria o “domínio de um evento natural ou humano” e, sendo “natural”, o território pode ser de “um rio, de uma montanha, de um deserto, de uma espécie animal”, mas pode ser também uma construção eminentemente humana, “resultado do povoamento ou das migrações” (1996, p. 259). Silva, portanto, apresenta uma concepção “natural” e “social” do território, ligada a fenômenos da “natureza” e dos seres humanos.

Outro geógrafo e grande sistematizador sobre as concepções de território, que analisou e aprofundou o conceito, é Rogério Haesbaert. Para esse autor, o “território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre sociedade e seu espaço”. Segundo ele, “hoje, quando tanto se fala em enfraquecimento” dessa relação com/no/do espaço, “em perda de ‘valor’ e da *mediação* das relações sociais”, o “mais importante se torna rediscutir o território e suas transformações” (2004, p. 87), buscando, de forma coerente, identificar, no processo de desterritorialização, novas formas de reterritorialização dos sujeitos ou dos grupos envolvidos no processo.

Entretanto, segundo Haesbaert, apesar de território e territorialidades serem conceitos centrais para a Geografia, estes tem tradição também em outras áreas científicas, sendo que cada enfoque centra uma perspectiva. Esta amplitude do conceito revelaria que:

(...) Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2006a, p. 37).

Aliado a isso, o território apareceria enfocado pelas diversas áreas do conhecimento em três vertentes básicas: a política, a cultural e a econômica:

a) política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-político (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

b) cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

c) econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo (HAESBAERT, 2006a, p. 40).

Para Haesbaert, desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, “material e simbólica”, pois, “etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar)”, isto é, “tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no ‘territorium’ são impedidos de entrar”. Aliado a isso, podemos afirmar que “para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’” (2005a, p. 6774).

O autor, por outro lado, busca analisar o território através de uma perspectiva integradora, reconhecendo as múltiplas dimensões da sociedade (cultural, política e econômica). Na perspectiva de Haesbaert, o território envolve sempre as relações de poder e seu entrelaçamento, concomitante, com o poder simbólico, ligando dominação (político-disciplinar-econômica) e apropriação (identitária-afetiva) de uma parcela do espaço. Pois:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (p. 42). (...) o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um *domínio* ou controle politicamente estruturado, mas também de apropriação que incorpora

uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (HAESBAERT, 1997, 41, [grifo do autor]).

Na perspectiva integradora defendida por Haesbaert (2004), devemos “trabalhar com a idéia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma ‘total’, pelo menos de forma articulada/conectada”, isto é, “integrada”, Deste modo, “pelo menos a nível pessoal ou de grupo precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural” (p. 114).

Essa afirmação do autor pode nos remeter à reflexão de que não vivemos apenas uma dimensão cultural, ou econômica e/ou política na vida, separadas e isoladamente. Habitamos e produzimos relações políticas, econômicas e culturais uns com os outros. Nesse sentido, mesmo que alguns “neglijenciem” parcialmente alguma destas dimensões da vida, por si próprios ou por “forças estranhas”, os sujeitos (re)produzem constantemente o território e (re)vivem a todo momento relações econômicas, políticas e culturais, em variadas escalas, da “mais local” a “mais global”. No mundo, as relações se dão através de diversas dimensões, em que os sujeitos reproduzem relações múltiplas, dependendo de suas necessidades e interesses de produzir e viver.

Nesse sentido, para Haesbaert, deve-se buscar uma análise:

(...) vendo o território (e, conseqüentemente, a espacialidade na qual ele é construído), como *sempre* um “híbrido” [!] entre materialidade e imaterialidade, funcionalidade e expressividade, pelo simples fato de que estas dimensões são inseparáveis e que os processos de territorialização e desterritorialização só podem se dar através de uma perspectiva permanente conjugada entre elas (2006a, p. 270).

Assim, sua análise implica na apreensão de uma relação imbricada entre o sentido “funcional” do território (como a funcionalidade da produção material, expressa através do trabalho, por exemplo), e os significados, a “expressividade”, o sentimento (positivo ou negativo) identitário-simbólico que cada indivíduo e/ou grupo cria e têm, *no* morar, habitar, trabalhar etc., em determinada parcela do espaço. Isso pode se verificar, por exemplo, no caso em que uma territorialidade de um migrante não se “adapta ao lugar que chegou”. O migrante tem um trabalho, mas, no entanto, esta condição de ter trabalho pode não o fazer gostar da parcela do espaço, como o município que está habitando, trabalhando e sobrevivendo. É claro que este exemplo

não expressa a magnitude do fenômeno, mas serve para ilustrar minimamente um caso de apropriação funcional e/ou simbólica do território.

Assim, para Haesbaert (2006a, p. 96), de acordo com “o grupo e/ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica”. Entretanto, enquanto “alguns se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo”.

Ainda, para o autor, todo “território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico”, pois exercemos “domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’”. O território é, portanto, “funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (‘lar’ para o nosso repouso)”, ou, “como fonte de ‘recursos naturais’ – ‘matérias-primas’” que alternam sua importância “de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s)” (HAESBAERT, 2005a, p. 6776).

Deste modo, o autor reconhece o território em nível material e imaterial, sempre em movimento simultâneo de relações. Nesse sentido, Haesbaert entende o território em sentido amplo, pois:

(...) percebemos que essa “necessidade territorial” ou de controle e apropriação do espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas com água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião etc (HAESBAERT, 2006a, p. 340).

O território é transpassado pelo poder, pois “o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto *mediação espacial do poder*, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder”, perpassando “desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política” (2006a, p. 93). Haesbaert aponta, assim, para uma relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, que “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à

apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólico’ [afetiva]” (p. 97, [grifo do autor]).

Assim:

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. *Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc.* As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (HAESBAERT, 2005a, p. 6776, [grifo do autor/grifo nosso]).

Quanto à territorialidade, o autor afirma que essa se liga aos processos simbólico-culturais, da formação/mutação das identidades territoriais. Para Haesbaert (2006a, p. 74), “a territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural”. Entretanto, para o autor a territorialidade não deve ser vista apenas como a simples “qualidade de ser território”, mas, como a capacidade/qualidade de criação de relações simbólico-afetiva e político-disciplinar-econômica.

Nesse contexto, o autor reconhece uma visão mais abrangente de territorialidade considerando, também, as relações econômicas e culturais, “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2005a, p. 6776).

Assim, para o autor a territorialidade é “algo abstrato”, não no sentido radical do termo, mas enquanto “imagem” ou símbolo de um território que existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural em concomitância, com as relações econômicas do território. Evidencia-se, portanto, o poder simbólico inerente à territorialidade. Deste modo:

A territorialidade, no nosso ponto de vista, é “algo abstrato”, como diz Souza, mas não no sentido radical que a reduz ao caráter de abstração analítica. Ela é uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado (...). Ou seja, o poder no seu sentido simbólico também precisa ser devidamente considerado em nossas concepções de território (HAESBAERT, 2005a, p. 6783).

Outro elemento importante referente ao território, na análise de Haesbaert, diz respeito a sua relação com a história, ou melhor, com a historicidade dos processos “socioterritoriais”. Para o autor, “uma das características mais importantes a ser trabalhada sobre o conceito de território é a sua *historicidade*”. É imprescindível, portanto, “mesmo que consideremos ‘território’ um constituinte de todo grupo social, presente em qualquer *período histórico*, delimitá-lo na especificidade de sua caracterização histórica” (2006b, 55). Há uma relação importante, nesse sentido, entre os períodos históricos na sua dominação apropriação e produção do território.

Deste modo, o território deve ser analisado buscando desvendar o tipo de controle e apropriação simbólica ou material, e “este tipo de controle deve ser sempre histórica e geograficamente contextualizado, ou seja, deve ser visto em sua especificidade espaço-temporal” (2006b, p. 143). Por isso, para o autor, o território se define antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo²³) e na sua relação com o contexto histórico e geográfico no qual está inserido, “demarcado” e demarcando tempo e espaço.

Como produto social e histórico, o território está impregnado em relações de poder. Pois, relação sócio-história é relação de poder, de poder historicamente inserido num contexto demarcado e demarcador do território. Essa imbricação entre poder, historicidade e contexto singular atribui ao território seu caráter relacional. Sobre a característica relacional do território e o poder, Haesbaert afirma que:

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx. Além disso, outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. Justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões (HAESBAERT, 2006b, p. 55).

²³ Conforme afirma Stuart Hall (2003, p. 136), “A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas – ‘dentro de identidades e correspondências inesperadas’, assim como em ‘descontinuidades de tipos inseparadas’ – dentro ou subjacente a *todas* as demais práticas sociais. A análise da cultura é, portanto, ‘a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos’. Começa com ‘a descoberta de padrões característicos’. Iremos descobri-los não na arte, produção, comércio, política, criação de filhos, tratados como atividades isoladas, mas através do ‘estudo da organização geral em um caso particular’. Analiticamente, é necessário estudar ‘as relações entre esses padrões’”.

O território envolve também a conjugação e sobreposição de escalas. A análise que possibilite essa “conversação” do objeto em relação a suas múltiplas escalas, pode possibilitar uma análise mais complexa, “multiescalar”, aliando suas múltiplas dimensões, ou seja, “multidimensional”, jamais se restringindo a um “espaço uniescalar como o do Estado nação” mas que “não implica menosprezar suas especificidades geohistóricas, sua diferenciação de acordo com os contextos históricos e geográficos em que é produzido” (HAESBAERT, 2006a, p. 96).

Também, hoje teríamos além dos tradicionais “territórios-zona”, os “territórios-redes”, ligados à globalização, aos fluxos migratórios (diásporas), de circulação de capital, do ciberespaço, das redes de produção e circulação de informação mundial, da mobilidade etc. Haesbaert (2006a, p. 286) define o “território-zona” como “mais estático”, “pode ser visto como ‘absoluto’ não apenas num sentido epistemológico”, mas, também, “em termos ontológicos, como realidade quase sem movimento, reduzida basicamente a suas formas, enquanto materialidades a-temporais”. Por outro lado, o “território-rede” é, para o autor:

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, *estamos pensando a rede* não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, num perspectiva euclidiana, mas como *o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território* e que, conjugada com a “superfície” territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão (...) e “profundidade”, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (HAESBAERT, 2006a, pp. 286-287, [grifos nossos]).

Assim, o “território-rede” estaria ligado às relações mediadas pelo espaço (material ou imaterial, como no ciberespaço) que enfatizam a dimensão temporal-móvel, buscando dar conta das relações que se estabelecem cada vez mais conectadas entre indivíduos, grupos, empresas, estados etc. A rede corresponde a um dos momentos constituintes hoje do território, como elemento fundamental para compreender os novos fenômenos de mobilidade da globalização, mas não é o único, ou seja, deve estar ligado aos outros processos de relações, de poder, de dominação, apropriação, controle etc. Observa, contudo, que “território-zona e território-rede, como espécies de ‘tipos ideais’, de fato nunca se manifestam de forma completamente distinta” (HAESBAERT, 2006a, p. 290).

Buscamos apresentar aqui alguns autores que apresentam conceituações de território. Nosso objetivo consistiu em buscar compreender o que se entende, especialmente, na geografia, por território, quais seus elementos inerentes e suas relações estabelecidas com a sociedade-natureza, com o tempo-espaço, com o grupo-indivíduo, com o(s) poder(es) etc. Apesar de nos debruçarmos sobre diferentes concepções de território, que muitas vezes podem parecer como distintas, elaboradas em tempos-espaços diferentes, por matrizes teórico-metodológicas singulares, devemos apreender que por traz da aparente diferença de argumentação e, por extensão, de conceituação de território, se esconde a possibilidade de utilização de um conceito mais “híbrido” e “integrador” das experiências vividas no tempo-espaço. Essa essência, que se esconde, pode lançar luz a uma interpretação mais consistente e coerente com a realidade vivida mediada pelo espaço-tempo de homens e mulheres. Pretendemos, deste modo, interpretar a realidade com uma concepção de território que possa integrar, simultaneamente, as dimensões material e simbólica, objetiva e subjetiva.

2.1 Mobilidade e territorialidade: *entre* des-territorialização e re-territorialização

Nosso intuito, no que se segue, consiste em estabelecer uma relação entre os processos de mobilidade espacial da população e sua relação com os processos de des-territorialização e re-territorialização. Busca-se demonstrar a relação intrínseca entre mobilidade e desterritorialização, fundamentalmente, envolvendo a migração para, no e de Francisco Beltrão. Destacamos que um dos elementos fundamentais que interessa discutir são os fenômenos que envolvem migração e os indivíduos e/ou grupos sociais que se desterritorializam, como o ato de “abandonar o território” no lugar de origem e a “recriação do território” (mesmo que apenas relativamente funcional) no lugar de destino. Concebemos, desse modo, que desterritorialização e reterritorialização são processos inseparáveis.

Deleuze & Guattari (1997), embora não ligando estes conceitos como são pensados na geografia, demonstram essa indissociabilidade do processo de des-territorialização e re-territorialização, pois:

A desterritorialização (...) é inseparável de reterritorializações correlativas. É que a desterritorialização nunca é simples, mas sempre múltipla e composta: não apenas porque participa a um só tempo por *formas diversas*, mas porque faz *convergirem velocidades* e

movimentos distintos, segundo os quais se assinala a tal ou qual *momento* um “desterritorializado” e um “desterritorializante” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 224, [grifos nossos]).

Haesbaert (2006a, 127), afirma (influenciado talvez por Deleuze & Guattari) que, simplificadamente, podemos compreender a desterritorialização como o movimento pelo qual se abandona o território, “a operação da linha de fuga”, e a reterritorialização como o movimento de construção do território. Para o autor, “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. *A escala espacial e a temporalidade é que são distintas*” (p. 138, [grifos nossos]).

Para o autor, o território – e por ligação a desterritorialização – estaria impregnado, mais do que nunca, de diversas formas de mobilidade, sendo construídos, abandonados e destruídos pela e na mobilidade:

Fruto muitas vezes dessa visão de espaço – e, em consequência, do território – mais estática e quase a-temporal, o discurso da desterritorialização torna-se assim o discurso da(s) mobilidade(s), tanto da mobilidade material – onde destacamos a mobilidade de pessoas – quanto da mobilidade imaterial – espacialmente aquela diretamente ligada aos fenômenos de compressão tempo-espaço, propagada pela informatização através do chamado ciberespaço. Tudo isto como se o território não incorporasse também a idéia de movimento, e como se hoje não pudéssemos encontrar a reterritorialização no interior da própria mobilidade (...) (HAESBAERT, 2006a, p. 236).

Contudo, para Haesbaert, a associação entre desterritorialização e migração, embora mais implícita do que explicitamente presente, é uma constante na literatura vigente. Entretanto, o autor questiona em que medida e sentido “podemos dizer que as migrações são também processos de desterritorialização?” (2006a, p. 245).

Desde modo, para o autor, a migração, num sentido estrito, em que a mobilidade ocorre muito mais como um meio em busca de satisfação através do consumo (fundamentalmente ligado às classes sociais dominantes, como por exemplo, pelos turistas em busca de “paisagens bonitas” pelo mundo), certamente não poderá ser visto como um processo de “desterritorialização”. Precisamos, portanto, segundo Haesbaert (2005b), em primeiro lugar, distinguir entre a desterritorialização das classes dominantes e a desterritorialização das classes subalternas, pois:

Desterritorialização, para os ricos, pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade “opcional” (a “topoligamia” ou o “casamento” com vários lugares (...)). Enquanto isto, para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, em que a mobilidade é compulsória [quando lhes é dada como opção], resultado da total falta de (...) alternativas, de “flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana (HAESBAERT, 2005b, p. 39)

Assim, para Haesbaert (2006a, p. 246), “a migração pode ser vista como um processo em diversos níveis de des-reterritorialização”, e que, deste modo, “há tantos tipos de migrantes quanto de indivíduos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios”. Deste modo:

Assim como os processos de des-territorialização podem ser multidimensionalmente caracterizados, o mesmo ocorre com as migrações, com a importante constatação de que também se trata de processos internamente diferenciados – por exemplo, a análise da desterritorialização depende do momento em que a trajetória do migrante está sendo analisada. (...) Essa mesma multiplicidade de fatores que desencadeia os fluxos migratórios deve ser relacionada ao tipo ou ao nível de desterritorialização que está em jogo. Através da figura do migrante podemos, então, entender as diversas formas com que a desterritorialização é focalizada (...) (HAESBAERT, 2006a, p. 246).

Nos processos de des-territorialização na migração, o migrante carrega diferentes possibilidades em relação ao “controle” do “seu espaço”, ou seja, à sua reterritorialização, o que inclui também, é claro, o tipo de relação que ele continua mantendo com o “espaço de partida”, que se liga às *redes de relações sociais*, ou, “redes de solidariedade”. As interpretações para a explicação dos processos que perpassam a desterritorialização dos migrantes, podem, também, aliar e ser entendidas pelo papel desempenhado através/pelas *redes sociais*, aquelas que são tecidas no “mundo da vida”. Trata-se de relações de parentesco, de vizinhança, de amizade etc., nas quais os grupos interagem no seu cotidiano (RANDOLH, 1999).

Haesbaert (2005b) realiza, contudo, uma distinção em relação às redes sociais. Considera diferentes as relações estabelecidas através das redes regionais e das redes transnacionais, ligadas aos migrantes, e aos processos de desterritorializações. Assim, “as redes regionais se distinguem das redes transnacionais de migrantes em primeiro lugar pela escala – escala não somente no sentido físico, mas sobretudo sociopolítico”,

isso influenciaria, “na medida em que as redes regionais de migração ocorrem no interior do estado-nação e as redes de diásporas ocorrem entre estados diferentes” (p. 40).

Em relação ao nosso caso, a migração de gaúchos e de catarinenses para Francisco Beltrão se deu no interior do território brasileiro. Sua “desterritorialização” pode ser muito relativa, fundamentalmente, para os migrantes da classe hegemônica, devido aos intensos laços econômicos, culturais (afetivos) e políticos que os indivíduos e/ou grupos mantêm com as áreas de onde migraram. Contudo, deve-se ressaltar que a mudança, por mais simples (nada simples) que seja de deslocamento, de um lugar para o outro, já acarreta, em algum nível, uma “desterritorialização”, especialmente, para as classes menos privilegiadas e hegemônicas da sociedade.

Também, ligada aos processos de desterritorialização, se liga a identidade, ou seja, grosso modo, ao sentimento de pertencer à determinada parcela do espaço, pois:

A força da identidade entre muitos grupos migrantes é um dos principais fatores responsáveis pela coesão mantida pelo grupo, mesmo longe de seu território de origem. Isto faz com que muitos, ao contrário do discurso corrente da desterritorialização, acabem se envolvendo em processos claros de reterritorialização, ou seja, de recomposição de seus territórios e outras bases, territórios estes recriados por meio do amálgama proporcionado pela força das redes mantidas no interior da dinâmica migratória (HAESBAERT, 2005b, p. 40).

Para o autor, devemos considerar a desterritorialização do migrante como um processo altamente complexo e diferenciado, que aparece acoplada com:

A) às classes sociais e aos grupos culturais a que está referida;

B) aos níveis de desvinculação com o território no sentido de:

B1) presença de uma base física minimamente estável para a sobrevivência do grupo social, o que inclui seu acesso à infra-estrutura básica (redes de água, luz, esgoto e comunicações, por exemplo);

B2) acesso aos direitos básicos de cidadania, garantidos, ainda hoje, sobretudo no interior do território estatal-nacional onde o migrante esteja situado;

B3) referenciais espaciais que compõem uma identidade sociocultural (HAESBAERT, 2005b, p. 38).

Nesse sentido, sendo a entidade “migrante” abstrata, pois comporta múltiplas somas das mais diversas condições socioespaciais e de identidades étnico-culturais, devemos definir, em primeiro lugar, qual movimento migratório estamos evidenciando, seu contexto histórico-geográfico, seus tempos e intensidades, seus indivíduos e/ou grupos envolvidos, suas relações econômicas-políticas-culturais, para buscarmos apreender, a partir desse pressuposto, a intensidade e as características ligadas ao processo de desterritorialização na migração. Assim:

Podemos falar, então de um migrante “desterritorializado” no sentido cultural ou simbólico, na medida em que, destituído de seu lugar e de suas paisagens de origem, ele vê destituído também de valores símbolos, que ajudam na construção de sua identidade. (...) O migrante pode ser visto, como um desterritorializado, no sentido da perda de uma “experiência total” ou “integrada” do espaço, fruto, sobretudo, dos processos de exclusão socioespacial que ele sofre (HAESBAERT, 2005b, p. 37).

Assim, as características do processo migratório, ligado à desterritorialização e à reterritorialização, podem ser sintetizadas em:

- ✓ Ao movimento de des-territorialização (no lugar de origem) corresponde um outro de re-territorialização (no lugar de destino);
- ✓ A re-territorialização do indivíduo e/ou grupo social se vincula ao sentimento de pertencimento (identidade territorial) a uma coletividade e/ou grupos (e estes a um espaço de referência), e de mediação das relações sociais;
- ✓ No processo de reterritorialização, as redes sociais desempenham importante papel no momento em que ocorre a sua reconstituição (re-significação de outro espaço), a fim de marcar uma “territorialidade” (mesmo que funcional), ou até mesmo, em certos casos, da (re)criação de uma identidade territorial.

Elemento importante a considerar, também, é que o migrante traz consigo sempre “marcas” das suas relações estabelecidas em outro espaço-tempo vivido, em outro território que “sempre está presente” na memória e que se liga às “geografias imaginárias”, como menciona Haesbaert:

É interessante perceber, contudo, que, ao mesmo tempo em que se manifesta como um dos elementos centrais do processo

desterritorializador, é no campo simbólico ou das representações que o migrante pode melhor se “segurar” a fim de manter um mínimo da territorialidade perdida no decorrer do seu deslocamento espacial. Sobram sempre “geografias imaginárias” que, juntamente com outros elementos constituidores de sua cultura, podem ser revividos/rememorados, reconstituindo assim a identidade do migrante enquanto grupo. Claro que a identidade em seu sentido de origem, mas um amálgama, híbrido, em que a principal interferência é dada pela leitura que o “Outro” faz do indivíduo migrante (2005b, p. 40).

Deste modo, nosso objetivo consiste também em explorar a relação entre os processos de migração e des-re-territorialização, especialmente a partir da partida, do “abandono de território”, junto às “razões” que se explicam através das falas dos migrantes. Esses processos podem ser verificados e identificados quando os entrevistados explicam os motivos pelos quais tiveram que sair (deixar) o lugar onde viviam. Busca-se analisar, também, na “perda do território”, as decisões relativas ao deslocamento, as situações de “*des-localização*”, que implica *perdas* de amigos, de relações, de “lugares” etc. Por outro lado, buscando entender o processo da migração e da desterritorialização, analisamos como se deram e se dão as relações de re-territorialização no novo lugar, no “território da chegada”, “da morada nova”, das novas relações, dos cheiros, gostos, ventos e sabores diferentes do novo lugar. Dos estranhamentos com moradores de “origem do território”, das diferencialidades, do encontro e do desencontro.

Assim, os processos de migração e des-re-territorialização se imbricam na análise, na tentativa de compreender as relações socioespaciais de deslocamento e dos *significados* da *mudança*, da mudança que sempre implica *nova mediação* (e novas relações) pelo e no espaço.

2.2 Migração, multiterritorialidade e transterritorialidade

A idéia de multiterritorialidade foi construída por Haesbaert para demonstrar, antes de tudo, a forma dominante contemporânea e/ou “pós-moderna” da reterritorialização, e para se “contrapor” ao que muitos equivocadamente acredita(va)m acontecer hoje, ou seja, a desterritorialização em favor de uma menor relação/mediação/referência dos indivíduos e/ou grupos com o espaço. A desterritorialização “é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível”, e “das relações sociais

construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais através de territórios-zona, que marcam aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal” (2006a, 338). O que não implica no desaparecimento, em hipótese alguma, de formas “antigas” de território que ainda continuam presentes, complexificando e formando novas organizações espaciais.

Deste modo, de acordo com o autor, é interessante percebermos que:

Mais do que “território” unitário como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou “multiterritorialidade”, melhor expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. Essas dinâmicas se desdobram num *continuum* que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrado, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço (HAESBAERT, 2006a, p. 341, [grifo do autor]).

Esta “diversidade territorial”, para o autor, expressa uma multiterritorialidade em termos de dimensões sociais, dinâmicas (ritmos) e escalas, uma justaposição ou convivência (imbricada e/ou contraditória), lado a lado, de tipos territoriais distintos, correspondendo à existência de “múltiplos territórios” ou “múltiplas territorialidades”, de múltiplas experiências de vida mediadas sobre parcelas diversas de espaço, com variadas relações. Para Haesbaert, essa multiplicidade territorial alterna significados, movimentos, ritmos e relações, segundo o contexto cultural, histórico e geográfico.

Esta possibilidade de “conviver com vários territórios” se dá por uma “maior mobilidade”, aventada por uma “condição pós-moderna” da “compressão tempo-espaço” que vivemos, como se refere Harvey (1994). Entretanto, esta pretensa mobilidade deve ser relativizada e problematizada, buscando compreender para quem ela serve e quem se beneficia dela. Pois, para os mais ricos a mobilidade se dá como uma possibilidade real de efetivação em virtude de seus interesses próprios; já para os mais pobres, a mobilidade pode ser mais um sonho, uma ilusão que pode se torna “real” “apenas” no deslocamento diário, da casa para o trabalho e vice-versa.

Contudo, esta experiência múltipla de territórios está ligada:

À multiplicidade justaposta (e muitas vezes hierárquica) visível até o terceiro desses conjuntos de territorializações, devemos acrescentar a

efetiva “multiterritorialização” visível no último tipo, resultante não apenas da sobreposição ou da imbricação entre múltiplos tipos territoriais (o que inclui territórios-zona e territórios-rede), mas também de sua experimentação/reconstrução de forma singular pelo indivíduo, grupo social ou instituição. A esta reterritorialização complexa, em rede e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não-hierárquicas, é que damos o nome de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2006a, p. 343, [grifo do autor]).

Ainda, para o autor, à escala do indivíduo, a multiterritorialidade se daria através das relações sociais que possibilitam uma nova experiência justaposta e “integrada” do espaço, constituindo-se diariamente na possibilidade de adentrarmos em vários territórios, construindo “(multi)territórios”. Assim, “produzir e habitar mais de um território, [envolve] um fenômeno de multipertencimento e superposição territorial” (HAESBAERT, 2006a, p. 344).

Para Bhabha (1999), a *marca* do presente, da “pós-modernidade” e/ou do “pós-colonialismo”, é a “arte de viver na fronteira”, que se liga às hibridizações, o que leva Canclini (2003, p. 348) a afirmar “que hoje todas as culturas são de fronteira”, que “todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes”; e, que “as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento”.

Entretanto, relativizando a tamanha força que os processos de hibridização aparecem na literatura (cultural, sobretudo), Hall (2003) afirma que não existe cultura sem mescla, sem união de inúmeras outras culturas. Haesbaert (2006a, p. 231) afirma que “devemos partir do pressuposto de que o termo híbrido e seus correlatos, hibridismo e hibridização, tão em voga nos nossos dias, não representam exatamente uma novidade”, pois “culturas híbridas” sempre existiram, “pelo simples fato de que toda nova cultura brota da mescla entre distintas identidades e conjuntos de valores culturais previamente dominantes”.

Contudo, o que queremos demonstrar é que esses processos de “hibridização”, “da arte de viver na fronteira”, estão presentes também, como nunca, na migração. Aliado à multiterritorialidade, aludida por Haesbaert, temos nos processos migratórios uma *transterritorialidade*, que implica entender o processo de imbricação (conflituoso) do sentimento de pertencer, das relações “carregadas” consigo (na memória) dos outros territórios perpassados pelo migrante, além dos estranhamentos, das relações *dúbias*, ambivalentes etc., que se dão na mobilidade espacial.

Aliado à migração, portanto, podemos entender que “o hibridismo *não* se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados como os ‘tradicionais’ e ‘modernos’ como

sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural (...) que nunca se completa, mas que permanece em sua indecibilidade” (HALL, 2003, p. 74). Neste contexto, para Hall, a tentação de essencializar a “comunidade”, criada a partir da *migração*, pelos princípios positivistas e universalistas, tornando-a homogênea, não passa de fantasia. “As comunidades migrantes”, para o autor, “trazem *marcas* da diáspora, da ‘hibridização’ e da *différance*²⁴ em sua própria constituição” (p. 83).

Bhabha se refere à “arte de viver na fronteira” como uma “luta” entre “passado-presente”, com a idéia do novo que reconfigura o sujeito, criando como resultado um “entre-lugar”:

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-se como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, então da nostalgia, de viver (BHABHA, 1999, p. 27).

Bhabha afirma, portanto, que esse processo de neo e/ou pós-colonialismo, vinculado a “arte de viver na fronteira”, cria, através de uma “maior mobilidade” da cultura (e por extensão, das pessoas), hibridismos – que na migração, reflete-se em transformações. Segundo o autor, há “fixações deslizantes”, que criam um “eu e seus duplos, onde o traço é recusado não é reprimido, mas sim repetido como algo *diferente* – uma mutação, um híbrido” (BHABHA, 1998, p. 162), “surgindo”, a partir dessa “ligação”, um sujeito-migrante transterritorial que “carrega” consigo vários territórios, na sua multiterritorialidade do *des*-locamento, da mudança de um lugar para o outro, num “jogo” entre o contato e o estranhamento, entre o desencontro (o “confronto”) e a alteridade. Como afirma Hall (2003), a “experiência diaspórica” é tensa e prenhe de conflitos – assim como a transterritorialidade migratória.

²⁴ Hall (2003, p. 61), referenciado em Jacques Derrida (1971), afirma que *différance* se refere ao “movimento do jogo que ‘produz’ (...) essas diferenças, esses efeitos de diferença” (Derrida). Não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente ‘Outro’. É uma ‘onda’ de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas. *Différance* caracteriza um sistema em que ‘cada conceito [ou significado] está inscrito em uma cadeia ou em um sistema, dentro do qual ele se refere ao outro e aos outros conceitos [significados], através de um jogo sistemático de diferenças’ (Derrida). O significado aqui não possui origem nem destino final, não pode ser fixado, está sempre *em processo* e ‘posicionado’ ao longo de um espectro. Seu valor político não pode ser essencializado, apenas determinado em termos relacionais”.

Desse modo, analisar o migrante através da perspectiva da transterritorialidade, é apreender a criação e destruição de territórios no e pelo movimento, num jogo dialético entre desterritorialização e reterritorialização. Significa criar elementos de interpretação para entender a *tensão* entre “dois lugares” (de origem e de destino da migração), como que num “jogo dialético relacional”, tornando possível olhar com os olhos fixos uma imagem não fixa, móvel, importando o seu movimento ao invés de tentar seu enquadramento (cf. BHABHA, 1998, p. 165).

Essa “relação dialética” entre lugar e sujeito, entre tempo e território, entre conhecimento e estranhamento, são partes do mesmo processo, isto é, da transterritorialidade na/da migração, do deslocamento, do migrante *des*-locado. Da saída de um território para a chegada em outro. É importante mencionar, segundo Haesbaert & Porto-Gonçalves (2006c, p. 23), “que *des*-locar é não só tirar um sujeito de seu lugar”, mas é, também, “retirar *dos do lugar*, enfim, é retirar daqueles e daquelas que são do lugar a riqueza que ali se reproduz”, portanto, a riqueza das relações, das mediações espaciais, das referências etc. Assim, como a vida do migrante se dá *em* fronteira, como espaço cultural híbrido, podemos percebê-lo como movimento processual de transterritorialidade, ocorrendo pelo e no entrecruzamento cultural e político (em sentido amplo) entre múltiplas identidades, territorialidades e temporalidades.

Desse modo, a migração provoca na saída (abandono do território de origem) um sentimento e/ou situação de inquietação e, por outro lado, desperta e/ou provoca no encontro com o território novo (chegado) outro sentimento de inquietação. Há o desprendimento de suas raízes daquele recorte espacial no qual o/a migrante viveu parte da sua vida. Desprender-se é “desligar-se” de uma porção do espaço em que fez amizades e inimigos, viveu e experienciou momentos incríveis, momentos de satisfação, momentos em que o fazia “se sentir em casa”. É território do abrigo, da religiosidade, da família, da festa, do mover-se, do ir e vir “*entre iguais*”. Por outro lado, desprender-se também *pode* se caracterizar em “linha de fuga”, isto é, pode se constituir no abandono de um “território saturado”. Esta “fuga” do território se daria em virtude de alguma rusga, de um mal estar naquele recorte espacial vivido, da busca por um novo território, por novas relações, por “novos ares”, novas oportunidades, experiências e convivências, pela “aventura”.

Goettert (2004) estudando a migração gaúcha para o Mato Grosso propõem, como tentativa para compreensão/explicação analítica da mobilidade a idéia de

transitoriedade migratória. Para o autor, mais restritamente, “a *transitoriedade migratória* é o estado em *trânsito* dos sujeitos que se colocam em mobilidade, em migração. Um *ser deslocado* porque *não-locado* sobre um único lugar” (p. 19, [grifos do autor]). Assim, *trânsito* e *des-locamento* compõem a *transitoriedade migratória* que ultrapassa o momento – menor – do deslocamento em si e abarca desde as preliminares da decisão de migrar até a definição de que o *seu* lugar é outro – não mais o de origem –, na medida que define o novo lugar como aquele que lhe *pertence*, ou mesmo o lugar de origem se o retorno vier a definir o “fim” da *transitoriedade*. A *transitoriedade* entre dois lugares, de origem e de destino. Um *continuun* que depende de cada migrante e por isto mesmo um *processo* eminentemente individual, calcado pela subjetividade e pelas relações que a migrante ou o migrante vai desenvolvendo no lugar novo, como também, ainda, no lugar *deixado*.

Desse modo, a *transitoriedade migratória* apontada por Goettert (2004, p. 20) é uma condição da migração em que o migrante “simultaneamente pertencente a dois lugares, [e que] também não pertence a nenhum deles. Um *ser em trânsito* que também é um *ser cambiante* entre o lugar onde está e o lugar *deixado*” (grifos do autor). Essa relação dúbia ajuda nos compreender a transterritorialidade na migração como a condição de ser de dois (ou mais territórios) e não ser de nenhum, caracterizado, pelo *translocamento* do migrante. Como afirma Goettert (2004, p. 20) se o deslocamento do migrante de um lugar para o outro redefine o sujeito, por outro lado não retira dele as características do *ser* do lugar de origem. Assim, é impossível deixar de ser migrante, pois, as experiências, as relações (positivas ou negativas) estarão sempre de alguma maneira sendo “carregadas” consigo no novo lugar, nas novas relações. O lugar anterior da morada, do trabalho, do estudo etc., do migrante serão sempre condição imanente da sua vida, na sua memória, na formação do sujeito, pois:

No *novo lugar*, a “imigração” se coloca como “a maneira de estar ausente, sobre os efeitos da ausência, posto que a presença aqui deve muito à ausência lá, e posto que todo imigrante continua sendo, em algum sentido, um emigrante de algum lugar”. A própria percepção da paisagem dos lugares de origem e destino são apreendidos pelas referências de um e de outro, criando e recriando representações desses lugares, como aponta Ana Fani Alessandri Carlos ao destacar que “O ser humano guarda múltiplas dimensões, seu processo de

constituição é sempre aquele da criação, da recriação da superação”²⁵ (GOETTERT, 2004, p. 25, [grifos do autor]).

Nesse sentido, por viver em lugares que dividem sua existência, o migrante é sempre aquele que *foi*, ao mesmo tempo que *permanece*. É um “ser ou não ser” o que *foi* ou o que deve *ser*; uma condição que o coloca na *fronteira* entre lugares. Não é “de dentro” “nem de fora”: são “indivíduos fronteiriços”, que devem “adaptar-se” a um novo contexto, novas normas, novos valores, sobre às quais pesam variadas limitações que repercutem na vida cotidiana²⁶. Através da transterritorialidade os lugares, de *antes* e *depois*, são construídos e reconstruídos pelo migrante mesmo com limitações, pesos do passado e constrangimentos do presente, do novo lugar. Essa construção/reconstrução é, sobretudo, realizada pela *ação* humana singular de relação com o entorno e por isso também com os sujeitos do lugar (e até de outros lugares), especialmente pelo trabalho, mas, também, pela comunicação, pela religião, pelas relações cotidianas etc.

O contato inicial com um novo lugar, segundo Goettert (2004, p. 151), renova ou esmorece expectativas. A renovação é dada pelas relações que direcionam ou que podem auxiliar no estabelecimento de condições mínimas de trabalho, de remuneração, ou na aproximação delas; além, das relações sociais de comunicação, de amizade e vizinhança que possibilitam “ajustar”, o mais rápido possível, o migrante ao novo lugar. O esmorecimento, ao contrário, ocorre na medida que as primeiras experiências tendem a indicar o esfacelamento da positividade na qual se construíra o “desejo” de *mudança*. No primeiro caso acentuam-se as tendências de permanência e, no segundo, de uma nova *partida*. Ao mesmo tempo, ambas as tendências – permanência e *partida* – podem oscilar para o/a migrante na medida que as próprias relações no lugar *chegado* oscilem do melhor para o pior ou do pior para o melhor. O “julgamento” será, nestes casos, sempre da mulher ou homem migrante na consideração tanto das condições encontradas no lugar como também na comparação com o lugar de origem ou, com um possível lugar outro, o que dependerá das *informações* e dos *contatos* sobre tal lugar ou lugares.

²⁵ Goettert (2004) faz referência e uso da citação do livro de: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

²⁶ Pierre Bourdieu afirma em sua análise sobre os efeitos do lugar na vida das pessoas que (2001, p. 165, [grifo do autor]) “sob a pena de se sentirem *deslocados*, os que penetram em um espaço devem cumprir as condições que ele exige tacitamente de seus ocupantes. Pode ser a posse de um certo capital cultural, cuja ausência pode impedir a apropriação real dos bens ditos públicos ou a própria intenção de apropriar deles”. “Adaptar-se”, portanto, a um lugar é “beber” dos seus “(de)efeitos”, das suas relações. O novo lugar para o migrante pode ser um “paraíso” ou um “pesadelo”.

As relações, portanto com o novo lugar expressam positividade antes da migração (nos motivos para migrar para o novo lugar), e também na chegada ao novo lugar, que podem, como apontamos, continuar reforçando essa positividade ou, também desapontar essas expectativas, tornando-se negativas, motivo que poderá potencializar também uma nova mudança.

Desse modo, o migrante enquanto sujeito transterritorial se aproxima daquilo que Bhabha (1998) denominou de “entre-lugar”. Para o autor o deslocamento de migrantes de um lugar para outro é construído de um “terceiro espaço”²⁷: nem a do seu lugar de origem – pois está alhures – nem a do lugar de chegada – pois esse não lhe pertence, lhe é estranho. Assim, constroem um “entre-lugar”, nem lá nem cá: uma memória construída entre um “espaço” intermediário, um espaço entre o “lá” (passado) e o “aqui” (presente). A transterritorialidade se aproxima do “terceiro espaço”, aludido por Bhabha, na medida que busca apreender as dimensões *dúbias* na migração entre o território “velho” (deixado) e o território “novo” (chegado). São relações entre as situações de pertencer a dois lugares e a nenhum, estabelecendo a condição do “entre-lugar”, criador do “terceiro espaço”, ou seja, da transterritorialidade.

Apoiando-se em Maffesoli (2001, p. 87), pode-se afirmar que a transterritorialidade é “*a tensão entre um lugar e um não-lugar*”. Há uma relação tensa e de não-lugar entre o lugar presente do migrante e o lugar ausente. Considerando, a partir do antropólogo Marc Augé (1994, p. 95), que o “não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude”, pode-se ressaltar que a transterritorialidade pode se caracterizar como a possibilidade de compreender a relação entre o lugar deixado pelo migrante e o lugar chegado. No entanto, tanto o lugar deixado pode se caracterizar como um não-lugar (lugar não identitário), como o lugar chegado pode ser apresentar como não-lugar. O importante e fundamental para a proposição que estamos buscando construir é compreender a tensão entre o lugar (identitário, afetivo e simbólico), e o não-lugar (não identitário, do estranhamento, do “confronto”) em que o migrante perpassa.

Por isso, o migrante é, por um lado, a “união” através da tensão dos lugares contrários: do lugar e do não-lugar, do lugar-presente e do lugar-ausente. De acordo

²⁷ Para Bhabha (1998, p. 68), “É o Terceiro Espaço, que embora em si irrepresentável, [que] constitui as condições discursivas da enunciação que garantem que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo”. Isso, portanto, nos ajudará a compreender através da transterritorialidade, as relações imbricadas (tensas e/ou solidárias) entre o território de origem e de destino na migração.

com Maffesoli (2001, p. 139), o migrante “é de um lugar sem sê-lo integral ou totalmente” e, nesse sentido, “se é verdade que o ‘território é o *topos* do mito’”, não é menos verdade que todo indivíduo “tem necessidade de um não-lugar (*u-topos*), utopia que, curiosamente, lhe serve de fundamento” (p. 87). Assim, pela transterritorialidade é que se pretende compreender a ligação e a tensão com o lugar presente do migrante e com o seu inverso: o lugar-ausente pelo migrante, pois:

Todo mundo é de um lugar, e crê, a partir desse lugar, ter ligações, mas para que esse lugar e essas ligações assumam todo o seu significado, é preciso que sejam, realmente ou fantasiosamente, negados, superdados, transgredidos. É uma marca do sentimento trágico da existência: nada se resolve numa superação sintética, tudo é vivido em tensão, na incompletude permanente (MAFFESOLI, 2001, p. 79).

Mudar de espaço, portanto, implica em mudar de territorialidade que pressupõe, dentre outros elementos, “mudança” de significados, de símbolos, de modos de ver e sentir, de comunicação; relações que eram produzidas em outro território e que agora são reproduzidas em um novo espaço, em novo contexto, com novas pessoas e novas relações. Assim, mudar de espaço é “carregar” consigo valores de outros lugares que serão “adaptados”/“contrastados” ao novo lugar, as novas pessoas e as novas relações. Como aponta Sayad (2000), o espaço comporta a *nostalgia*, a relação de afetividade que, podemos aludir que marca a transterritorialidade na migração, no *translocamento* de um espaço para o outro. Assim, o espaço de origem ou destino nunca é neutro no deslocamento, os espaços são vividos, são espaços praticados, são espaços vivos através das relações estabelecidas pelos sujeitos. Isso caracteriza a relação de fronteira, de migrantes fronteiriços, do “terceiro espaço” (na acepção de Bhabha) que é formador do migrante, da condição de transterritorialização, ou seja, de navegar entre a tensão de dois territórios (de origem e destino na migração).

Nesse sentido, sobre a *nostalgia* do espaço e o deslocamento, Sayad afirma que:

(...) *mudar* de espaço – *deslocar-se* no espaço, que é sempre um espaço qualificado – é descobrir e aprender simultaneamente que o espaço é, por definição, um “espaço nostálgico”, um lugar aberto a todas as nostalgias, isto é, carregado de afetividade. O espaço não é, portanto, esse espaço abstrato, contínuo e homogêneo dos matemáticos, esse conjunto de lugares indiferentes e intercambiáveis entre os quais se pode ir e vir em espírito, e com toda a liberdade, como o postula a geometria. Se existe uma nostalgia agarrada ao espaço, e se este é no fundo de si mesmo um lugar de nostalgia, como

se experimenta em todos os deslocamentos, é porque se trata de um espaço vivo, concreto, qualitativa, emocional, e até mesmo apaixonadamente distinto (SAYAD, 2000, p. 12, [grifos do autor]).

A transterritorialidade comporta, portanto, a *condição de fronteira* entre o aqui e o lá; entre o antes e o depois; entre o passado-presente; entre o território deixado e chegado. Devemos, portanto, ter em mente sempre que a migração é um movimento construído pelo “emigrante” (aquele que sai) e pelo “imigrante” (aquele que chega), “fundidos” num só sujeito. Nesses aspectos, nossa proposição acerca da transterritorialidade se remete em buscar compreender a migração a partir de uma abordagem territorial, ligada ao conceito de território. Esta busca compreender não só a condição do migrante no território de origem e de destino, mas, sobretudo, sua condição de sujeito transterritorial, deslocado, entre-lugar; com territorialidades e territórios vivenciados entre o aqui e o lá, entre o antes e o depois de um território emigrado, entre o passado e o presente, entre a ausência e a presença²⁸. Essa transterritorialidade ainda busca compreender aspectos tanto materiais quanto simbólicos, numa relação entre elementos subjetivos e funcionais dos territórios abandonados e (re)criados.

Aliado a isso, para Pierre Bourdieu a condição de migrante não se liga apenas à condição do trabalho, da produção, mas, também, da reprodução de um modo de vida, de e em um lugar. Por isso, a “separação” – pela migração – de um lugar para o outro não se dá sem sofrimentos, pois, se reproduz a partir de “pessoas deslocadas”, do deslocamento de um lugar e, por extensão, das relações estabelecidas nele. Nesses aspectos, para Bourdieu o imigrante é um “deslocado”, um “inclassificável”, um “bastardo”:

Como Sócrates, o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. (...) Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo” de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita o embaraço que sua inexistência incômoda cria. Incômodo em torno do lugar, e doravante tanto em sua sociedade

²⁸ Ausência e presença, de acordo com Goertert (2004, p. 32), “é condição imprescindível para compreensão da migração entre o lugar deixado e o lugar chegado. A *condição* de ausência e presença permite perceber a condição da *transitoriedade migratória* através das relações, na presença e na não-presença entre o lugar deixado e lugar chegado, entre as relações do presente no novo lugar e do ausente no lugar outrora vivido”. A ausência e a presença, nesse sentido, nos ajudam também a compreender aspectos da transterritorialidade, das condições do migrante ausente e presente entre os lugares pelos quais passou e está vivendo.

de origem quanto em sua sociedade receptora (BOURDIEU, 1998, pp. 11-12).

Eis, portanto, a *transterritorialidade*: situação *dúbia*, ambivalente, da *di-visão* de sentido/significados/pertencimentos *entre* o território deixado e o território encontrado. Para Maffesoli (1987, 203), “em torno dos valores que lhes são próprios, os grupos sociais dão forma a seus territórios e às suas ideologias. Em seguida, por força das circunstâncias, são *constrangidos a ajustar-se entre eles*” (grifos nossos). Portanto, essa transterritorialidade, que estamos nos referindo aqui, para o fenômeno das migrações, acarreta lutas, tensões e “ajustamento(s) *entre-lugar(es)*”, tolerâncias, repulsões e atrações. Busca-se nas relações uma “convivência” no entrecruzamento de territórios, de culturas, de cheiros, da forma de trabalhar etc.

Edward Said (2003, 50), embora refletindo sobre o exílio, nos traz um exemplo de como se dá essa relação ambivalente de “estar entre dois territórios”. Para o autor, “logo adiante da fronteira entre ‘nós’ e os ‘outros’ está o perigoso território do não-pertencer”, para o qual, “em tempos primitivos, as pessoas eram banidas e onde, na era moderna, imensos agregados de humanidade permanecem como refugiados e pessoas deslocadas”. Ou seja, é a condição de ser de “dois territórios” e não ser de nenhum.

Neste contexto, nossa preocupação se dá em compreender a transterritorialidade para além da migração de um Estado-nação para o outro. Como o conceito de território evolui na geografia, buscando dar conta e compreender hoje as inúmeras escalas, desde a escala do corpo²⁹ (se quisermos) até a escala do mundo, podemos compreender os processos de transterritorialidade na migração a partir do deslocamento de um indivíduo e/ou grupo, de um bairro para o outro, de uma cidade para outra, de um estado para o outro, ou seja, abrangendo uma multidimensionalidade escalar. O que, em nosso entender deve ser levado em conta, é a centralidade das relações mediadas sempre pelo espaço (mesmo no movimento contínuo), pois, o que interessa, fundamentalmente, é a relação de entrecruzamento cultural e, por extensão, política; é a relação de conflito e estranhamento com o outro território em que o migrante se deslocou, e/ou, dessa relação

²⁹ Conforme assinala Neil Smith (2000, p. 145), “O local físico primário da identidade pessoal, a escala do corpo, é socialmente construído. O lugar do corpo marca a fronteira entre o eu e o outro em um sentido tanto físico quanto social, e envolve a construção de um ‘espaço pessoal’, além de um espaço fisiológico definido (...) Como lugar do prazer e da dor, também tem vontades, desejos e medos, e é o órgão biológico em torno do qual as definições de doença e saúde são construídas. O cuidado com o corpo, o acesso físico ao corpo e pelo corpo e o controle sobre o corpo são as avenidas centrais da disputa nessa escala”.

de confronto com o território abandonado pelo migrante que, o fez migrar e, que o carrega na sua memória, na sua “geografia imaginária”.

Assim, para o migrante, os hábitos de vida, expressão ou atividade do novo território, do novo lugar de destino/morada, ocorrem inevitavelmente contra o “pano de fundo” da memória, das relações outrora vividas em outro território. Deste modo, ambos os territórios “são vividos”, reais (e/ou imaginários), lado a lado ou em contraponto. Há, portanto, para o migrante, em especial nessas justaposições contrapontísticas de territórios perpassados e vivenciados, um sujeito (de) “entre-lugar(es)”, que o tornam um ser transterritorial, ou seja, que “carrega” consigo vários territórios. O paradoxal, como Sayad (1998) aponta, é que o migrante é o *mesmo sujeito* do lugar de origem e do lugar de destino na migração. Para o autor, o migrante carrega assim uma *dupla* condição: o de ser ao mesmo tempo *e/imigrante*, mas como não se pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, sua existência individual e social é ambigualmente vivida para o grupo de onde parte, o que caracteriza sua condição de emigrante é sua *ausência* corporal, o que implica a não-participação na vida imediata do seu grupo do qual abandonou, passando a participar de outras relações pela presença em outro lugar. Assim, para Sayad (1998, p. 243), o “migrante é antes de tudo uma condição social”, condição social entre dois ou mais lugares, entre “lugar passado” e “lugar presente”.

O migrante, portanto, está inserido “entre dois lugares”, que o fazem comportar a transterritorialidade entre o aqui e o lá. Segundo Martins (1986, p. 49), o migrante é aquele que se considera “fora de seu lugar”, fora de “suas relações sociais”, e que, “no limite, não se considera dentro [do território], mesmo quanto está”. Pois a ausência do lugar de origem é o núcleo da consciência do migrante pela presença no lugar de destino na migração. Esta condição comporta dois momentos extremos e excludentes: a dessocialização nas relações sociais de origem, e a ressocialização, nas relações sociais de adoção. Para Martins, o migrante se mantém, pois, na *duplicidade* de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade de duas situações sociais, de dois territórios, ou seja, a transterritorialidade.

CAPÍTULO 3

AS TEORIAS MIGRATÓRIAS NO CONTEXTO DA MODERNIDADE E DA PÓS-MODERNIDADE: das dimensões econômicas e culturais à multidimensionalidade das relações sociais

Foi nestes lugares que vim ao mundo, foi daqui, quando ainda não tinha dois anos, que meus pais, migrantes empurrados pela necessidade, me levaram para Lisboa, para outros modos de sentir, pensar e viver, como se nascer eu onde nasci tivesse sido consequência de um equívoco do acaso, de uma casual distração do destino, que ainda estivesse nas suas mãos emendar (...) Só eu sabia, sem consciência de que o sabia, que nos legíveis fôlios do destino e nos cegos meandros do acaso havia sido escrito que ainda teria de voltar à Azinhaga para acabar de nascer.

*José Saramago
As pequenas memórias*

Como considera José Saramago, o lugar de nascimento do sujeito é uma condição territorial que o liga umbilicalmente a terra, as relações com aquela parcela referencial de onde veio ao mundo, de onde se fez e se faz constantemente *ser* no/do mundo. Terra que não é apenas um recorte territorial físico, mas que é, também, e fundamentalmente um território de nascença em que se criam as primeiras relações e que as estendem com o passar do tempo com *o* e *no* mundo e, por extensão, é de onde se constroem as relações com o outro.

Nesse sentido, historicamente a dialética mobilidade e fixação são inerentes à condição do *ser* humano. Em diferentes períodos, com maior ou menor magnitude, homens e mulheres, individualmente e/ou em grupos migraram em função de inúmeras situações, contextos e relações que estiveram envolvidos tanto no sentido econômico, político e cultural. Sendo assim, ontem e hoje, as migrações – deslocamentos populacionais no e pelo espaço – desafiam pesquisadores em busca de métodos e teorias para compreender o fenômeno. No interior das análises, historicamente foram apresentadas diversas maneiras de se estudar/problematizar e compreender a mobilidade espacial da população, sendo que muitas dessas perspectivas analíticas, nesse processo, se tornaram clássicas e referenciais para os estudos migratórios.

As dificuldades de compreensão se devem ao fato de que a sociedade sofre constantes transformações e porque há inúmeros motivos que condicionam os sujeitos,

grupos e/ou classes a migrar. Contudo, algumas mudanças contextuais ocorridas nas últimas décadas, especialmente aquelas referentes ao processo de acumulação do modo de produção capitalista, foram substanciais. A transição do sistema de acumulação fordista pelo sistema de acumulação flexível, que se inicia nas décadas de 1970 e 1980, proporcionou “um conturbado período de reestruturação econômica e de ajustamento social e político”, que acarretaram, dentre outros processos, na globalização e na compreensão do tempo-espaço (HARVEY, 1994, p. 140). Essas transformações possibilitaram o maior deslocamento de fluxos de pessoas, de informações, de capitais e do desenvolvimento/espraiamento (desigual) do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004). Essa mudança resultou, portanto, em novas/velhas formas de mobilidade espacial da população.

No âmbito das teorias migratórias e dos estudos sobre o fenômeno, importantes transformações ocorreram resultantes da chamada “crise da razão” e/ou do “embate” decorrente entre a ciência considerada moderna com a pós-moderna. A partir da década de 1970, sobretudo, vive-se um período denominado de “pós” em que as *incertezas* se encontram no âmbito das ciências em função da necessidade de compreender uma sociedade com novas relações e, por isso, pela tentativa de romper com os referenciais considerados da ciência moderna em busca de resultados “aceitáveis”, menos dicotômicos e que apontem para a superação (principalmente no estudo das migrações) da exclusividade do elemento *econômico* nas teorias e nas análises.

Nesse contexto, nosso objetivo consiste em analisar, no interior do desenvolvimento histórico das teorias migratórias, como as questões sobre a modernidade e a pós-modernidade estiveram e estão presentes no desenvolver das análises. Pretende-se verificar o papel do elemento econômico nas migrações (os quais ergueram as bases para o estudo), até a incorporação de novos elementos para compreensão, principalmente com a maior ênfase do elemento cultural.

Para isso, sistematizaremos na primeira parte alguns dos principais pressupostos de suporte nas discussões entre modernidade e pós-modernidade e, na segunda parte, voltamos nossa análise para as principais teorias migratórias (ou troncos teóricos), quais as ligações destes com as questões da modernidade e da pós-modernidade e, quais os novos estudos/elementos incorporados nas reflexões em torno da mobilidade espacial da população. Por fim, apresentamos nossas considerações sobre as teorias migratórias no contexto da modernidade e da pós-modernidade, suas transformações com a “crise da razão” e a incorporação de novos elementos para os estudos.

3.1 Modernidade e Pós-Modernidade

Um dos principais elementos na construção/legitimação da modernidade é a *racionalidade* (HISSA, 2006, p. 51). A razão é a fonte da ciência moderna. Modelos matemáticos, leis gerais e o “progressivo” e constante desenvolvimento científico e tecnológico fazem parte, da cientificidade da ciência moderna. Segundo Gomes (1996, p. 25), “A razão é a fonte de toda generalização, da norma, do direito e da verdade. A ordem, o equilíbrio, a civilização, o progresso são noções saídas diretamente deste sistema moderno que se proclama como a única via de acesso a um mundo verdadeiramente humano”.

Sousa Santos (2004) concebe a modernidade como um paradigma sócio-cultural que se constitui a partir do século XVI e se consolida entre finais do século XVIII e meados do século XIX. Segundo o autor, os componentes da modernidade seriam “a emancipação social que é concebida como o processo histórico da crescente racionalização da vida social, das instituições, da política e da cultura e do conhecimento com um sentido e uma direção unilineares precisos, condensados no conceito de progresso” (p. 14).

Nesse contexto, para Harvey (1994) a modernidade está assentada no *projeto do Iluminismo*:

Embora o termo “moderno” tenha uma história bem mais antiga, o (...) projeto da modernidade entrou em foco durante o século XVIII. Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade, as leis universais e a arte autônoma nos termos de própria lógica interna destas. A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, de religião, da superstição, da liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais eternas e inventáveis de toda a humanidade ser reveladas (HARVEY, 1994, p. 23).

Assim, o projeto do Iluminismo é desenvolvido pela modernidade através e fundamentalmente pela idéia de “progresso”. Esse movimento pretendia provocar uma ruptura através da desmistificação, da dessacralização do conhecimento e da organização social para libertar os seres humanos de seus mitos. No entanto, na medida em que esse projeto também acenava para a criatividade e para a descoberta científica em nome do “progresso” (humano), a modernidade acolheu e propagou um turbilhão de mudanças em função do “novo”.

Essa constante transformação proposta pela modernidade é expressa pela idéia de Karl Marx, parafraseada por Marshall Berman (1986, p. 12), afirmando que a vertigem e o terror do mundo moderno é que “tudo o que é sólido desmancha no ar”. Por isso, para o autor ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É estar num mundo em constante autotransformação e autodestruição, a destruição criativa e/ou reinvenção pela destruição do velho para a instalação do novo; é experimentar a aventura moderna que conduz a “expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz”.

Assim, o autor designa a modernidade enquanto um conjunto de experiências:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986, p. 15).

Nesse sentido, Paulo César da Costa Gomes considera a modernidade construída “sob a forma de um duplo caráter: de um lado, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo; do outro, diversas ‘contracorrentes’, contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito universalizante” (1996, p. 26). A modernidade é considerada como um novo código de valorização que se espalha pelas mais diversas esferas da vida social tomando diferentes formas, “e que possui uma dinâmica espaço-temporal muito complexa para ser objeto de uma precisa localização, ainda que uma época moderna seja facilmente identificada”

(1996, p. 28). É como parte do espectro deste processo de reconfiguração dos valores sociais, que a ciência ocupa um destacado papel como discurso fundamental do novo código de valores da modernidade.

Zygmunt Bauman (1999a) considera que a modernidade se refere ao mundo da ordem que é fadada a instalar-se e tornar-se universal como ordem *racional*; com isso, a verdade fadada a triunfar era a verdade *universal*. A história da modernidade que deriva seu dinamismo excepcional da grande velocidade de transformação “pode ser vista como a história do *progresso*, como a *história natural* da humanidade” (p. 17, [grifos do autor]). Assim, podemos pensar a modernidade, como um tempo em que se refere à *ordem*: “a ordem do mundo, do hábitat humano, do eu humano e da conexão entre os três” (p. 12). Essa ordem, contudo, está vinculada a um processo *racional* de *organização*, pois:

Podemos dizer que a existência é moderna na medida em que é produzida e sustentada pelo *projeto, manipulação, administração, planejamento*. A existência é moderna na medida em que é administrada por agentes capazes (isto é, que possuem conhecimento, habilidade e tecnologia) e soberanos. Os agentes são soberanos na medida em que reivindicam e defendem com sucesso o direito de gerenciar e administrar a existência: o direito a ordem e, por conseguinte, por de lado o caos como refugio que escapa à definição (BAUMAN, 1999a, p. 15).

A ciência moderna, portanto, pressupõem dotar-se de um “método próprio”, sistemático, que permitisse a construção de leis; utiliza a metodologia científica como se houvesse apenas uma, insubstituível, representativa do rigor e da objetividade. Para Hissa (2006, p 73), na modernidade “a ciência e a técnica são a referencia do mundo e a razão, sua inteligência. A emoção pertenceria, segundo tais concepções, ao ambiente da subjetividade, da incerteza e do fracasso iminente”. A ciência na modernidade pressupõe, desse modo, controle: pelo método, pelas fronteiras do conhecimento científico, pelo rigor teórico-metodológico, pela sistematização que produzirão um pensamento “totalizante”.

A modernidade constitui, nesse sentido, um tempo histórico, é o tempo das modernizações referentes ao “tempo das luzes”:

(...) toma-se a modernidade como o tempo das luzes: origens ou marcos pós-medievais; tempo das explorações intercontinentais, da ampliação do conhecimento dos territórios, dos povos e das descobertas; tempo da gênese da ciência moderna e dos Estados

modernos; tempo da divisão de tarefas, da ampliação da produtividade e da produção; tempo histórico da expectativa do progresso estendido a todos. Para referir-se à ciência, do método, da objetividade da imparcialidade, do rigor, do trabalho científico especializado (HISSA, 2006, p. 62).

Contudo, a modernidade é um tempo de transformações, de idas e vindas, mas, é também um tempo de *crise*. De crise pelo mudar (in)constante, tempo de dúvidas, de questionamentos, tempo de novas perguntas que exigem novas respostas, tempo de superposições de movimento da sociedade e de idéias. Tempo de fissuras que se abrem, de expectativas e de ansiedades diante da novidade. Tempo do novo, sempre ostensivo, aparentemente pronto para ocupar “espaços vagos”. É o tempo que sempre deixa algo prometido e não solucionado para o futuro.

Conforme assinala Haesbaert (2006d), uma das características essenciais do pensamento moderno é o desenvolvimento da razão crítica; razão, portanto, que não é apenas o simples domínio de uma racionalidade instrumental, controladora, voltada para o “progresso” tecnológico e o conseqüente domínio virtualmente “ilimitado” sobre a “natureza”. Logo, para o autor, podemos distinguir dois modos possíveis de conceber e/ou definir a modernidade: “uma, que prioriza o campo das idéias, da proposição de valores, da criação de mitos (como o da mudança/ inovação permanente, o da ruptura radical/revolucionária com o passado e o da conjugação entre razão, técnica e progresso pelo domínio irrestritivo sobre a natureza)”; e, a “outra que leva em conta a construção da sociedade, em suas múltiplas dimensões (econômica, política, cultural, geográfica...), realizando ou não a modernidade ‘ideial’” (p. 63).

Contudo, a modernidade implanta o novo através do *ser moderno*:

Se ser moderno é “estar de acordo com sua época”, como o senso comum legitimou, também é, como indica a própria raiz do termo, “estar na moda”, acompanhar o momento. Mas viver o presente ignorando o passado é *modismo*, é seguir constantemente “na crista da onda” que marca o presente, é não se fixar-se enraizar em objetos e idéias, é mutação/“desterritorialização” permanente, velocidade que não pára, só passa – rede/fluxo que pensa a mudança como simples mobilidade, pois mutação que se dá todo tempo acaba se tornando um mudar por mudar, sem atingir mais do que a superfície dos fatos (HAESBAERT, 2002d, p. 57, [grifo do autor]).

A modernidade impõe a “transformação” constante do mundo, das idéias, das pessoas, das coisas. Instaura constantemente o novo que se torna velho rapidamente

através da alta velocidade nos processos de consumo, de produção/circulação, da articulação de idéias, na alta produtividade.³⁰ Aliado a isso, Gomes (1996) assinala a hipótese de que a modernidade retém em sua base um duplo caráter fundamental formado pelo par novo/tradicional.³¹ Embora sejam noções antigas (novo/tradicional), elas se tornaram um verdadeiro sistema de valores. Para se falar de tradição, por exemplo, há de se referir a um sistema de valores apoiados no “novo”, assim, “são dois sistemas que se opõem, mas que estruturam uma mesma ordem” (p. 29).

Por outro lado, o moderno refere-se ao fortalecimento de instituições e de práticas articuladas envolvendo Estado, capital, sociedade e ciência. Nesta perspectiva, Giddens (2002, p. 221) define a modernidade como “a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade”. Assim, segundo o autor:

A “modernidade” pode ser entendida como aproximadamente equivalente ao “mundo industrializado” desde que se reconheça que o industrialismo não é sua única dimensão institucional. Ele se refere às relações sociais implicadas no uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de reprodução. Como tal, é um dos eixos institucionais da modernidade. Uma segunda dimensão é o capitalismo, sistema de produção de mercadorias que envolve tanto mercados competitivos de produtos quanto a mercantilização da força de trabalho (GIDDENS, 2002, p. 21).

A industrialização, o Estado e a ciência constituem desse modo, os grandes pilares da modernidade. Giddens (1991, p. 173-177) afirma, ainda, que “uma das conseqüências fundamentais da modernidade (...) é a globalização”, “a modernidade é inerentemente globalizante (...), ou seja, à experiência de viver num mundo em que

³⁰ Segundo Haesbaert (2006d, p. 57), “Na ânsia pelo novo e no fascínio por essa velocidade de crescimento avassalador, teríamos desembocado no paradoxo lavouiseiriano defendido hoje pelos pós-modernistas: de tanto acelerar sua mudança, o mundo moderno teria caído no ‘nada se cria, tudo se repete’ (ou se copia, se simula).”

³¹ Para Gomes e Haesbaert (1998, p. 50), um dos marcos fundamentais da modernidade é o surgimento permanente do novo. Entretanto, isso não quer dizer que tenham que direcionar nosso olhar apenas para o novo; devemos incorporar em nossas reflexões a diversidade e nela a convivência/resistência na relação do “velho” com o “novo” na complexa virtualidade da mudança. Por isso, “a modernidade pode ser vista como um período em que se estabelece esse movimento permanente de rápidas substituições e interações do antigo com o novo. (...) De certa forma, a modernidade é o tempo de conflitos entre o ‘moderno’ e o ‘tradicional’, mas também entre as visões do novo e a imprevisibilidade das transformações, entre as versões proclamadas da mudança e os processos efetivamente vividos. Compreende assim uma convivência – a vivência conjunta de múltiplas intensidades entre conflitos e transformações, resistências e ambigüidades, desordem e organização, compondo uma atmosfera com a qual podemos nos confrontar em diversas escalas e contextos espaciais”.

presença e ausência se combinam de maneiras historicamente novas”, entrelaçando-se “concomitantemente”.³²

No entanto, a partir de 1980, segundo Sousa Santos (2004), o mundo desenhado e afirmando constantemente pela razão começa a ser questionado e até mesmo “rejeitado”. Fala-se de “crise da modernidade”, “envelhecimento da modernidade”, “crise da razão” etc. Pode-se dizer que a “crise da modernidade”, em síntese, resulta da inserção dos indivíduos na sociedade de forma desigual; resulta de promessas não cumpridas, advindas do próprio ambiente histórico da modernidade; resulta da crise da sociedade, sendo também decorrente da crise do capital; é função da crise do Estado e da crise política (da crise da democracia).

Segundo, Hissa (2006), a modernidade passa a ser questionada de maneira mais incisiva e a racionalidade passa a ser vista com *desconfiança*. Logo, surgem novas formas de ver e fazer a sociedade, novas formas de problematizá-la e compreendê-la, novas sensibilidades afloram:

(...) a crise da razão – crise da própria ciência – permite e abre espaço para a discussão de novos formatos de produção do saber, de novos métodos e de posturas alternativas. Discute-se a emergência de novas sensibilidades, também no âmbito da ciência. Por essa ótica, o debate percorre meandros ainda mais tortuosos e reforça novas polêmicas (HISSA, 2006, p. 64).

Segundo Harvey (1994), a pós-modernidade valoriza o pensamento que destaca o caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ela pela via racional; não sendo possível, assim, por uma metalinguagem, uma metanarrativa ou metateoria revelar uma conexão entre os fatos, o que significa a inexistência de uma determinada ordem na vida. De acordo com Hissa (2006, p. 92), “os espaços-tempos pós-modernos sugerem uma demarcação cronológica a iniciar-se na ‘era pós-industrial’, por volta dos anos cinquenta”.

Outro aspecto que Harvey (1994) destaca na pós-modernidade diz respeito ao seu lado *psicológico*; enquanto a modernidade dedica-se à busca do futuro, a pós-modernidade concentra-se nas circunstâncias induzidas pela fragmentação e instabilidade características da vida, de modo que impede o planejamento do futuro. Assim:

³² Giddens (1991, p. 69), afirma que a globalização pode assim “ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distancia e vice-versa”.

O pós-moderno em contraste [ao moderno], privilegia “a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural”. A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar um termo favorito) “totalizantes” são o marco do pensamento pós-moderno. A redescoberta do pragmatismo na filosofia (...) a mudança de idéias sobre a filosofia da ciência promovida por Kuhn (...) e Feyerabend (...), a ênfase foucaultiana na descontinuidade e na diferença na história e a primazia dada por ele a “correlações polimorfias em vez de causalidade simples ou complexa”, novos desenvolvimentos na matemática – acentuando a indeterminação (a teoria da catástrofe e do caos, a geometria dos fractuais) – o ressurgimento da preocupação na ética, na política e na autopologia com a viabilidade e a dignidade do “outro” – tudo isso indica uma ampla e profunda mudança na “estrutura do sentimento”. O que há em comum nesses exemplos é a rejeição das “metanarrativas” (interpretações teóricas de longa escala pretensamente de aplicação universal) (HARVEY, 1994, p. 19).

Nesse âmbito, a pós-modernidade pode ser caracterizada como uma *reação*, sobretudo, da cultura ao modo como se desenvolveu historicamente os ideais da modernidade, associada à perda de otimismo e confiança no potencial universal do projeto moderno assentado na razão. Fundamentalmente, configura-se como uma rejeição à tentativa de universalização de uma ciência pautada na razão e na homogeneização de grandes modelos científicos de interpretação da realidade, o que vem acompanhado do clamor pela liberdade e heterogeneidade, que haviam sido suprimidas pela esperança de objetividade à luz da racionalidade. Enquanto reação cultural, a pós-modernidade traz consigo fortes tendências ao irracionalismo, a estética, ética, a moral, a diferença, da subjetividade.

Neste contexto, Sousa Santos (2004) afirma que a idéia da pós-modernidade aponta “para a descrição que a modernidade ocidental fez de si mesma e nessa medida pode ocultar a descrição que dela fizeram os que sofreram a violência com que ela lhes foi imposta. Essa violência matricial teve um nome: o colonialismo” (2004, p. 6-7). Assim, vivemos, de fato, um tempo intelectual complexo que se pode caracterizar desta forma algo paradoxal: “cultura e especificamente a cultura política ocidental é hoje tão indispensável quanto inadequada para compreender e transformar o mundo” (2004, p. 7); e, nesse sentido, a idéia da “exaustão da modernidade ocidental facilita a revelação do caráter invasivo e destrutivo da sua imposição no mundo moderno, uma revelação cara ao pós-colonialismo” (2004, p. 11), que, o autor entende por:

(...) um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações foram construídas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. Para esta corrente, é problemático saber até que ponto vivemos em sociedade pós-coloniais. Por outro lado, o caráter construtivo do colonialismo na modernidade ocidental faz com que ele seja importante para compreender, não só as sociedades não ocidentais que foram vítimas do colonialismo, mas também as próprias sociedades ocidentais, sobretudo os padrões de discriminação social que nelas vigoram. *A perspectiva pós-colonial parte da idéia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis.* Daí o interesse desta perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar que produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz (SOUSA SANTOS, 2004, p. 9, [grifos nossos]).

E, nesse sentido, para Hissa (2006), a “crise da modernidade” ou o seu “envelhecimento” se refere:

(...) a pós-modernidade não significa a transição espontânea para um momento, ou situação, posterior à modernidade, mas para além da modernidade. *O pós-moderno sinaliza uma ruptura que se inicia pelo próprio modernismo*, indicando um movimento substancial para além ou longe dele. (...) No entanto, a transição se realiza, na esfera do pensamento, como subversão à ordem e às normas instituídas pela modernidade, e não como passagem espontânea e inevitável (HISSA, 2006, p. 95, [grifos nossos]).

A pós-modernidade seria, portanto, uma sinalização de ruptura diante da modernidade em crise. Mas é, sobretudo, uma reflexão (tendência de ruptura) que se constrói através da crítica do moderno. Essa crítica pós-moderna da modernidade traz no seu cerne, segundo Sousa Santos, a:

(...) crítica do universalismo e das grandes narrativas sobre a unilinearidade da história traduzida em conceitos como progresso, desenvolvimento ou modernização que funcionam como totalidades hierárquicas; renúncia a projetos coletivos de transformação social, sendo a emancipação social considerada como um mito sem consistência; celebração, por vezes melancólica, do fim da utopia, do cepticismo na política e da paródia na estética; concepção da crítica como desconstrução; relativismo ou sincretismo cultural; ênfase na fragmentação, nas margens ou periferias, na heterogeneidade e na pluralidade (das diferenças, dos agentes, das subjetividades);

epistemologia construtivista, não fundacionalista e anti-essencialista (SOUSA SANTOS, 2004, p. 9-10).

Harvey (1994, p. 275 -276) assinala que na “condição pós-moderna” ocorre a compressão do espaço-tempo que enseja uma mudança nos nossos mapas mentais, nossas atitudes e instituições; porém, esta transformação não ocorre na mesma velocidade das transformações empreendidas no espaço pelo vetor técnico científico, de modo que há uma defasagem que pode trazer sérias conseqüências ao nível de decisões dos mais diversos tipos (ordem financeira, militar, etc.). Logo, essa compressão espaço-tempo, na pós-modernidade, acarretaria em um “novo padrão espacial”, a polarização a nível global (no topo) e a pulverização a nível local, correlato ao novo padrão de acumulação flexível, que traz uma outra maneira de organização espacial.

Portanto, os sintomas daquilo que pode ser caracterizado como “crise da modernidade” dizem respeito “à saturação dos grandes mitos da Razão, da Pátria e do Progresso – os grandes valores constitutivos daquilo que ficou conhecido como a Modernidade. É no nível da valorização do cotidiano que são encontrados indícios dessa saturação (...)” (HISSA, 2006, p. 105). Sobre a valorização do cotidiano, Certeau, em *A invenção do cotidiano*, constrói uma teoria das práticas cotidianas para extrair de seus ruídos as maneiras de fazer que, majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes senão a título de resistência ou de inércia em relação ao desenvolvimento da produção sócio-cultural. Assim, “(...) os relatos cotidianos contam aquilo que, apesar de tudo, se pode aí fabricar e fazer. São feitura de espaço” (CERTEAU, 1994, p. 207). Há, portanto, uma crítica à forma da ciência moderna lidar com os elementos do cotidiano.

Desta maneira, Gomes (1996, p. 41), afirma que na pós-modernidade “não há exatamente novos paradigmas, trata-se muito mais de um processo de renovação em relação às posições fundadoras da modernidade científica”. Sendo assim, o “pós” de pós-modernidade não pode denotar, de fato, ruptura ou esgotamento da modernidade, não pode significar seu obituário, mas, ao contrário, *pode* revelar uma crise na modernidade que representa, assim, uma “nova” sensibilidade e/ou modo de “experimentar” a modernidade. Em uma perspectiva muito próxima, Sousa Santos considera que:

A transição pós-moderna é concebida como um trabalho arqueológico de escavação nas ruínas da modernidade ocidental em busca de elementos ou tradições suprimidas ou marginalizadas, representações particularmente incompletas porque menos colonizadas pelo cânone

hegemônico da modernidade que nos possam guiar na construção de novos paradigmas de emancipação social. Entre essas representações ou tradições, identifico, no pilar da regulação, o princípio da comunidade, e no pilar da emancipação, a racionalidade estético-expressiva (SOUSA SANTOS, 2004, p. 19).

Portanto, segundo Hissa (2006, p. 106), o pós-moderno valorizaria as sensibilidades cotidianas, o que é local e singular, o que é sensível e, em termos gerais, “a ética da estética”, que foram, em certa medida, negligenciados e/ou suprimidos pelo movimento hegemônico da ciência racional na modernidade. Há, portanto, nesse processo, a valorização dos “habitantes [sujeitos] que vivem e constroem o cotidiano dos lugares” (p. 107). Assim, a pós-modernidade resgataria, também, elementos culturais e subjetivos nas análises científicas.

3.2 Modernidade, Pós-Modernidade e o estudo das Migrações

3.2.1 Migrações e Modernidade

A partir de agora, pretendemos percorrer as teorias migratórias situadas no contexto da modernidade. Considerando que a modernidade se caracteriza, dentre outros elementos, pela racionalidade científica, pelos modelos matemáticos, pela sistematização, pelo desenvolvimento e aplicação de conceitos “totalizantes” etc. Pretendemos, nesse sentido, compreender como esse processo racional da ciência perpassou no decorrer dos estudos migratórios, principalmente, verificando como o fator *econômico* (ou, em certos casos *economicista*) esteve presente nas pesquisas e nas teorias/conceitos elaborados. Por esse motivo, percorreremos sumariamente os grandes *trancos teóricos* através dos quais a migração foi sendo analisada.³³

Na análise que se segue, procura-se apresentar brevemente três grandes trancos teóricos nos quais pode ser “enquadrada” a maior parte da produção teórica sobre as migrações no contexto da modernidade. Também a produção empírica pode ser situada quanto aos mesmos, na medida em que faz uso (por vezes não assumido) de concepções sobre a migração, as quais acabam tendo conseqüências quanto aos estudos.

³³ Trancos teóricos foi uma expressão utilizada, dentre outros, por Salim (1992, p. 122), e, posteriormente também utilizada por Póvoa Neto (1997, p. 15), para designar uma classificação de trabalhos existentes segundo suas filiações teóricas e os aspectos da realidade priorizados.

Pode-se apresentar, em primeiro lugar, um conjunto de autores que faz uso de uma *concepção neoclássica* do espaço e das migrações. É de fundamentação liberal, pois permite ao indivíduo escolher seu destino de acordo com suas expectativas, especialmente, econômicas. A partir dessa perspectiva, as migrações não têm uma expressão apenas demográfica, mas principalmente *econômica*, representando deslocamentos espaciais de trabalhadores no espaço geográfico. Para Salim (1992, p. 122), “Para este tronco teórico, os movimentos populacionais correspondem à mobilidade geográfica dos trabalhadores. Esta, por sua vez, surge de desequilíbrios espaciais dos ‘fatores de produção’: terra, capital e recursos naturais”.

Segundo Póvoa Neto (1997, p. 15) o migrante seria, segundo tal abordagem, um portador de *trabalho*, fator produtivo que, em combinações adequadas com a *terra* e o *capital*, apresenta interesse para os processos de desenvolvimento *econômico*. O espaço pode ser, para os neoclássicos, “equilibrado” ou “desequilibrado”, conforme a combinação de fatores mais ou menos próxima de um determinado “ótimo”. Vainer (2005) aponta que a análise da migração, nesta perspectiva, apresentaria os seguintes contornos:

A migração tem como origem, por um lado, a liberdade e o *cálculo racional*; por outro lado, sua condição é a existência de desequilíbrios espaciais, desequilíbrios que os deslocamentos de homens (e também de capitais) contribuirão para eliminar, isto é, à homogeneização: na verdade, desequilíbrio e homogeneização são a condição geral (VAINER, 2005, p. 261, [grifos nossos]).

Como consequência das diferenças regionais, a migração teria papel decisivo na eliminação dessas mesmas diferenças, atuando como fator corretivo dos desequilíbrios sócio-econômicos no espaço. É o mecanismo que restaura o equilíbrio e, como tal, otimiza a oferta e a procura entre diferentes setores e subespaços, incidindo positivamente nos níveis de produtividade *econômica* e, principalmente, nos diferenciais regionais quanto às condições de *emprego* e de *renda* (SALIM, 1992, p. 123). Para Póvoa Neto (1997, p. 16), “seguida esta perspectiva, pode-se supor que o espaço geográfico caminharia para uma homogeneização”. Desse modo:

(...) correspondem à perspectiva neoclássica pelo menos três supostos básicos sobre a migração, ou seja, i) os diferenciais de salário e de oportunidade de emprego entre áreas distintas; ii) o cálculo racional do indivíduo face aos custos e utilidades entre a permanência e a

mudança; iii) as correntes migratórias como somatório das decisões individuais (SALIM, 1992, p. 123).

Como destaca Gaudemar (1977, p. 173-174), a concepção neoclássica traz implícita, assim, a idéia de recusa da imperfeição causada pela desigualdade estrutural e de aceitação tácita das variações conjunturais, além, é claro, da propensão “natural” da força de trabalho ao movimento, logo que a diferenciação social se manifeste a nível do espaço.

Ainda, para Salim (1992, p. 123), nessa concepção, “o indivíduo é a unidade da análise, e sua propensão natural ao movimento é um pressuposto”.³⁴ O migrante, como um portador do fator trabalho, busca o máximo retorno para seu “investimento” em um dado ponto do espaço. Conseqüentemente, os diferenciais de salário, na espacialidade heterogênea, configura-se como fator básico da migração. Assim, “Tal imagem se assemelha a uma caricatura da *primazia do econômico* na análise social” (PÓVOA NETO, 1997, p. 17, [grifos nossos]). Nesse sentido:

Tais teorias podem ser qualificadas como “neoclássicas” pela continuidade que representam quanto às preocupações dos *economistas ditos “clássicos”*, ao lidarem com a questão do *equilíbrio econômico* e a da fundação do trabalho no mesmo. Para os “neoclássicos”, a mobilidade do trabalho deveria ser perfeita, acompanhando a tendência geral da circulação das mercadorias num espaço que tendia à homogeneidade. Todavia, as suas análises confrontavam-se inevitavelmente com a existência, no espaço econômico europeu dos séculos XVIII e XIX, de evidentes imperfeições nesta mobilidade (PÓVOA NETO, 1997, p. 16, [grifos nossos]).

Assim, a concepção neoclássica implica em considerar o econômico na análise das migrações, através da “vontade” do mercado de trabalho e do indivíduo em buscar melhores condições de vida através de uma melhor remuneração.³⁵ Ravenstein (1980) publicou no final do século XIX um texto sobre as “leis das migrações”, acerca de fluxos internos e internacionais no qual construiu um modelo teórico-metodológico para compreender a mobilidade da população. Essa acepção que encontramos nestes modelos

³⁴ O papel do indivíduo na abordagem neoclássica é denominada por Ferreira (1986, p. 99) de “comportamentalista”, que enfatiza as atitudes possíveis de indivíduos que, ao migrar, atenderiam aos apelos do mercado capitalista.

³⁵ Ainda, segundo Vainer (2005, p. 262), na concepção neoclássica, “O homem que se localiza é o homem que *calcula*, que faz do *cálculo econômico* o *princípio de seu comportamento* e, portanto, só existe na condição de homem livre. O espaço no qual circulam capitais e trabalhadores é espaço abstrato, homogêneo, *puro espaço econômico* onde se condensam ou dispersam recursos econômicos e capitais de vários tipos” (grifos nossos).

é típica de uma leitura econômica neo-clássica da migração. Os fatores e as “variáveis intervenientes” apenas atuam como precursores da decisão de um agente racionalmente motivado a migrar.

O segundo tronco teórico a ser analisado é nomeado por diversos autores como concepção *histórico-estrutural* das migrações. Esta enraíza sua análise no “solo” dos contextos históricos e geográficos específicos e procura explicar a mobilidade à luz do desequilíbrio entre os diferentes níveis econômicos do território. Se a concepção anterior colocava toda a ênfase na decisão soberana do indivíduo inserido na dinâmica do mercado capitalista, o que se tem agora é a análise de grupos e classes sociais a sofrer a força de estruturas sociais e econômicas que explicam a maior ou menor propensão para a migração. Assim:

Enraizado no *materialismo histórico*, este tronco teórico vê a migração não como ato soberano do indivíduo ou soma de escolhas individuais, mas como fenômeno (relação ou processo), social, onde a unidade é a corrente ou fluxo composto por *classes sociais* ou grupos sócio-econômicos que emanam de estruturas societárias geograficamente delimitadas (SALIM, 1992, p. 125, [grifos nossos]).

Para Póvoa Neto (1997, p. 18), na concepção *histórico-estrutural* prioriza-se a percepção de *processos sociais gerais*, dentro dos quais a migração ganha sentido e tende a assumir um papel, que implica na *saída* de *trabalhadores* anteriormente inseridos e *estruturas sociais tradicionais* e na sua condução *rumo* ao *mercado de trabalho* propriamente *capitalista*. No Brasil, muitos estudos foram importantes nessa perceptiva, dentre os quais destacamos *Economia Política da Urbanização*, de Paul Singer.³⁶ Segundo o autor, o “estudo das migrações a partir de um ângulo de classe deve permitir portanto uma análise da contribuição das migrações para a formação de estruturas sociais diferentes e para a constituição de novos segmentos da economia capitalista” (1981, p. 57).

Desse modo, segundo Póvoa Neto (1997, p. 18), nos estudos histórico-estruturais existem problemas quanto à conciliação entre níveis macro e micro. A

³⁶ Segundo Singer (1981, p. 38), “Os *fatores de expulsão* que levam as *migrações* são de duas ordens: *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego (...) e *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários” (grifos nossos).

migração é fenômeno social cujos determinantes e conseqüências remetem a outros fenômenos sociais *historicamente* determinados e que se relacionam a processos de *mudança estrutural*. O foco de análise é redirecionado para as contradições no âmbito das relações sociais de produção, do desenvolvimento das forças produtivas e dos mecanismos subjacentes de dominação. São utilizados uma variedade de modelos nas análises como a “teoria da dependência”, o “colonialismo”, a relação “centro-periferia” e a “acumulação global”.

Para Salim (1992, p. 125), “a abordagem histórico-estrutural enfatiza, antes de tudo, a visão da estrutura como um todo (...) os diferentes movimentos da população são ‘explicados’ pelas mudanças no âmbito da estrutura da produção”. Ocorre a “tendência predominante de dimensionar a migração pelo aspecto *econômico* – modos de produção, relação de produção, mecanismos de exploração, etc – sem relacioná-la com outros processos macrossociais importantes, como os de natureza social e cultural” (p. 126).

Assim, a migração redistribui a força de trabalho segundo as necessidades específicas do processo de acumulação, em contextos históricos concretos. O migrante é concebido simultaneamente como integrante do *exército industrial da ativa e da reserva* e, via de regra, resulta de transformações nas relações sociais de produção nas áreas de origem da migração (SALIM, 1992, p. 126-127). Desse modo:

No modelo estrutural, os indivíduos não fazem escolhas, ou melhor, não são os indivíduos e suas escolhas individuais que explicam os fluxos e a localização da população. No espaço – que não é mais o espaço da liberdade individual, mas o espaço da estrutura capitalista (espaço estrutural ou estruturado) – é o movimento do capital, da expansão ou retração, seu deslocamento ou permanência que comandam a mobilidade e a localização do trabalho. Agora, o que se impõe é a relação que submete à lógica e à dinâmica do capital todos os movimentos locais e toda a estrutura do espaço (VAINER, 2005, p. 263).

Portanto, na abordagem histórico-estrutural, o desenvolvimento do capitalismo assume a centralidade na análise da mobilidade populacional. A estrutura tem influência dominante na migração, sendo que a estrutura histórica do capitalismo é quem hegemonicamente “desloca” no espaço as pessoas. O econômico é central na análise através do modo de produção capitalista. Dessa maneira, “o modelo estruturalista opõe um sujeito quase inexistente, simples epifenômeno da estrutura” (VAINER, 2005, p. 263).

O terceiro tronco teórico a ser analisado baseia-se, principalmente, na teoria *marxista* do trabalho, e propõe um enfoque apoiado no conceito de *mobilidade do trabalho*. Passa-se a utilizar a expressão mobilidade da força de trabalho, ao invés de migração.³⁷ Segundo Póvoa Neto (1997, p. 19), esse tronco teórico pretende ressaltar que as migrações não podem ser encaradas fora da realidade do *trabalho social*, e sim como pressupostos *econômicos* do mesmo. A atenção às migrações conduz necessariamente, portanto, às condições em que ocorre a produção e se estruturam as relações de trabalho em um determinado espaço. Assim:

Temos na ótica da mobilidade da força de trabalho, um novo foco de análise centrado na *relação capital/trabalho*, produção e reprodução ampliada desta relação. A migração deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado para atuar como agente de transformação, e a dimensão espacial, traduzida como conjunto de relações sociais, é retida para possibilitar a análise de formas concretas de mobilidade da força de trabalho. Na realidade, segmentos da população ou contingentes da força de trabalho deslocam-se no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento. Significa dizer que existe uma característica adquirida da força de trabalho – a mobilidade – que faculta não apenas o seu movimento, mas também a localização e realocação espacial do capital, nas diversas esferas de produção (SALIM, 1992, p. 127, [grifos nossos]).

A obra clássica que caracteriza esse tronco teórico é *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*, de Jean Paul de Gaudemar (1977), na qual se realiza uma autêntica arqueologia do pensamento econômico resgatando a mobilidade como “noção perdida”, traçando uma genealogia do conceito e, sobretudo, mostrando que, a partir do século XVIII, as formas de mobilidade surgem como fenômenos marcadamente estruturais.

A partir da leitura da obra de Marx, Gaudemar concebe o trabalho como forma de trabalho em atividade, e a acumulação de capital como relação social que se desenvolve qualitativa e quantitativamente. Para Salim (1992, p. 128), “Esta seria a condição estrutural da qual emerge a mobilidade. A partir daí, busca um conceito unitário – unidade conceitual, apesar da multiplicidade de suas formas –, onde a

³⁷ De acordo com Rocha (1998, p. 10), “Os meios de trabalho em exercício são as forças de trabalho – força produtiva. O desenvolvimento das forças produtivas criam as relações de produção que se apropriam da natureza. As relações de trabalho efetivam a apropriação social da natureza pelo homem, o trabalho humano implica uma interação entre natureza, meios e objetos de trabalho, com a comunidade de trabalho. Define-se assim a força de trabalho.”

natureza das relações social de produção tem papel determinante na sua conformação concreta”.

Gaudemar concebe a mobilidade do trabalho como elemento do jogo do capitalismo. O trabalhador portador de força de trabalho participa desse “jogo econômico como simples peão no tabuleiro”, como instrumento do capital:

Os homens não passam de instrumentos, e a força de trabalho não é mais do que um “continuum móbile”. O trabalhador move-se apenas ao serviço da máquina e do capital que a possui. Num tempo e num espaço de que é desapossado. Peão num tabuleiro, ponto ínfimo nas curvas de crescimento, está sujeito aos movimentos alternativos da expansão do capital (GAUDEMAR, 1977, p. 35).

A análise da obra de Marx leva Gaudemar a designar, como mobilidade do trabalho, a qualidade que permite o uso capitalista dos corpos dos trabalhadores, nas localizações, condições de intensidade e ritmos de produção requeridos para a máxima produção de valor. Não se trata apenas de uma descrição de deslocamentos espaciais de trabalhadores; mais que isso, o conceito marxista de mobilidade do trabalho surge assim como “trave mestra de toda a estratégia de desenvolvimento capitalista” (GAUDEMAR, 1977, p. 51).

A mobilidade forçada é vista a partir da mercantilização do homem, o homem se torna uma *mercadoria em movimento*. Peliano (1990) considera que nessa perspectiva, a circulação da força de trabalho é o momento da *submissão* da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado, onde o trabalhador se desloca geográfica e funcionalmente em razão do capital(ismo). Em síntese, a mobilidade vista a partir do sistema de produção capitalista é regida por uma lógica própria, onde capital e trabalho se articulam dando a forma de uma mobilidade da força de trabalho, portanto, de uma mobilidade forçada. O indivíduo nesta análise é compreendido como uma mercadoria a serviço do capital, o seu deslocamento no espaço é determinado pelas leis gerais de acumulação capitalista.

Assim, o ponto central da explicação do fenômeno da mobilidade a partir da teoria marxista, é a noção de trabalho, pois:

O trabalho é o ponto de partida e de chegada na análise. São as relações de trabalho estabelecidas pelo processo social de produção que determinam a existência de trabalho e, portanto, a distribuição espacial (territorial) das atividades de trabalho. Estão, dados assim os condicionantes da migração. Os trabalhadores estão condenados a

trabalhar onde, como e quando quer o processo social de produção – em uma palavra: o capital [determinar] (PELIANO, 1990, p. 11).

Segundo Salim (1992, p. 128), a acumulação capitalista e seus corolários, como concentração, centralização, composição orgânica e técnica do capital, por um lado, e a proletarização e a exclusão social, via crescimento do excedente populacional relativo, por outro, não passam de elementos que conformam sua própria contra-face, ou seja, a mobilidade da força de trabalho e suas possibilidades concretas.

O desenvolvimento do capitalismo seria o motor da mobilidade do trabalho. Para Póvoa Neto (1997, p. 19), nessa concepção, “a migração não é pois mero mecanismo de redistribuição espacial de populações, adaptando-se às solicitações do sistema econômico”. Em estruturas capitalistas marcadas pela rigidez ou expansão de sua morfologia econômica, as formas de mobilidade do trabalho surgem como fenômenos de submissão e não de liberdade, devido à tendência geral do capitalismo de açambarcar todas as formas pretéritas de produção. Nesse sentido, o trabalho e a força de trabalho se tornam uma mercadoria. “Toda estratégia de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade *forçada*” (GAUDEMAR, 1977, p. 17, [grifo do autor]).

Assim, na concepção da mobilidade do trabalho, a mobilidade se liga à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como *condição* e *conseqüência* do desenvolvimento das forças produtivas. Por seu papel essencial no processo de acumulação, as condições em que ela se manifesta podem retratar a própria natureza do *ciclo econômico*, na medida em que permite o uso extensivo da força de trabalho pelo capital (SALIM, 1992, p. 128).

Dessa maneira, esses são os troncos teóricos que abarcam os estudos das migrações e/ou mobilidade do trabalho. Muitas críticas se fazem atualmente a esses modelos teóricos pela sua inconsistência para interpretar, de maneira abrangente e/u “totalizante” a realidade. Salim (1992, p. 131) afirma que “o maior problema desses modelos encontra-se, todavia, na passagem do micro para macro (...)”. Já para Póvoa Neto, os problemas ocorrem, pois:

Torna-se possível, assim, a crítica dos discursos existentes sobre a migração, na medida em que os mesmos podem ser encarados como constituindo um campo de debates sobre os trabalhadores e sua localização espacial. Os *problemas* detectados quanto a esta localização são, via de regra, problemas referentes à utilização do trabalho e à acumulação do capital (PÓVOA NETO, 1997, p. 20, [grifo do autor]).

Segundo o autor, os modelos teóricos não abarcam a realidade existente, principalmente, pela primazia do elemento econômico e pela utilização do fator trabalho na análise conjunta à acumulação do capital. A realidade se apresenta de maneira complexa e as teorias neoclássicas, estruturalistas e da mobilidade do trabalho não conseguem abarcar esse movimento multifacetado, multiterritorial e multidimensional das variadas formas da mobilidade espacial da população. Desse modo:

(...) temos uma crise da modernidade e de sua mitologia da liberdade. Os estudos dos processos de deslocamento de população evocam a frustração da promessa de liberdade que a modernidade proclamou (...). Crise, portanto, de teorias que não dão conta dessa dimensão da modernidade madura, mas crise também da própria modernidade e de suas promessas (VAINER, 2005, p. 272).

É dessa forma que as transformações do mundo, e a crise da modernidade estão presentes nos estudos das migrações. Assim como na ciência em geral surgem novas maneiras de interpretar a realidade (com a pós-modernidade), através (como já mencionamos) da valorização do cotidiano, do lugar, das identidades, dos indivíduos etc., nos estudos das migrações surgem, também, nesse movimento, novas maneiras de conceber a migração em um mundo em constante processo de transformação. São essas outras formas de entender e estudar as migrações que evidenciaremos e traremos ao debate a partir de agora.

3.2.2 Migrações e Pós-Modernidade

A pós-modernidade e/ou “envelhecimento”/crise da modernidade trouxeram novos elementos e novas sensibilidades para a análise na ciência. Nas migrações, novas formas de problematização/compreensão são incorporados nas teorias e estudos. Surgem com evidencia, principalmente, aqueles estudos que apresentam os elementos culturais, as relações do eu com o outro, os elementos psicológicos, as identidades etc. Para Menezes (2007, p. 115), a “Pós-modernidade é, sobretudo, uma hiperexposição à alteridade, à capacidade de perceber o ‘Outro’”; e, por isso, a “Pós-modernidade é inseparável da psicologia, o que vale dizer, da visão simbólica e poética” (p. 11). Sobre as migrações e a pós-modernidade, Menezes também afirma que:

As migrações contribuem nesse cenário de conflito como carreadoras de valores étnicos para outras culturas assim como contribuem, num sentido pós-moderno, para a diversidade, aportando instrumentos de criatividade para sistemas afundados na mesmice diga-se, normalidade (MENEZES, 2007, p. 119).

Dessa forma, a pós-modernidade tem a ver com uma perspectiva diversificadora; interpretações múltiplas para uma infinidade de fenômenos interligados as migrações. Surgem, neste contexto diferentes interpretações do fenômeno como, por exemplo, a análise de Menezes que destaca elementos culturais, através da perda, da identidade e da consciência coletiva em relação à referência (base material/simbólica) territorial:

Seja qual for a razão da migração, bem ou mal sucedida há nela uma constante psicologia a ser lembrada: a perda. Perde-se a referência territorial, os valores culturais e as pessoas conhecidas. Perde-se também a identidade – *identitas* que quer dizer ‘o mesmo’ ou ‘repetição do mesmo’ como em *identidem*. A identidade do migrante, assim, como a de qualquer indivíduo, é formada nesse momento de crise (*crisis* é oportunidade), quando se é forçado a escolher o que não se é e o que não se quer ser. É quando se começa a escolher o que não se é e o que não se quer ser. (...) O cerne dessa identidade é, em muito, determinado pelas imagens que lhe aparecem através do Outro, dos seus semelhantes, dos que lhe são importantes, da herança cultural e da consciência coletiva (MENEZES, 2007, p. 120, [grifos do autor]).

A cultura toma uma dimensão importante nos estudos da migração na pós-modernidade. Segundo Bhabha (1998, p. 241), “A dimensão transnacional da transformação cultural – migração, diáspora, deslocamento, relocação – torna o processo de tradução cultural uma forma complexa de significação”, pois:

(...) a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia *autocumpridora* – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito – isto é, ser *para* um *Outro* – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade. A identificação (...) é sempre retorno de uma imagem de identidade que traz a marca da fissura no lugar do Outro de onde ela vem (BHABHA, 1998, p. 77, [grifos do autor]).

A importância da identidade na migração, da identificação do sujeito na mobilidade “intensa” e “desterritorializante” do mundo pós-moderno, é elemento de inúmeras análises. Segundo Hall (2004, p. 87), na migração “a identidade e a diferença estão inextricavelmente articuladas ou entrelaçadas em identidades diferentes, uma

nunca anulando completamente a outra”, sempre em processo.³⁸ Para o autor, os migrantes das novas diásporas, criadas pelas migrações pós-coloniais, devem “aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As *culturas híbridas* constituem um dos diversos tipos de identidades distintivamente novos *produzidos* na era da *modernidade tardia*” (HALL, 2005, p. 89, [grifos nossos]).

Assim, um aspecto da experiência migratória é a redefinição das (e negociação entre) identidades culturais e nacionais, quando os migrantes deixam uma sociedade e uma cultura e tornam-se parte de outra, surgindo, nesse processo, como assinala Berry (2004), fenômenos como a “exclusão”, “segregação”, integração/“adaptação”, *aculturação*, ou seja, um “multiculturalismo”. Assim:

No caso da migração, indivíduos são socializados em uma cultura e vão morar depois em uma outra. Isto envolve uma seqüência de processos muitas vezes únicos ao fenômeno imigratório, que podem ser compreendidos ao utilizarmos o conceito de *aculturação* tanto no nível grupal como no nível individual (DEBIAGGI, 2004, p. 17).

Surgem, também, novas formas de compreender o fenômeno migratório com a incorporação de *redes sociais*. Esta surge como uma crítica à determinação do mercado de trabalho como explicação da mobilidade. Para Ramella (1995, p. 19), o conceito de rede tem se revelado um instrumento valiosíssimo para estudar a ação social: a rede de relações do indivíduo de condicionamento que exerce em seu comportamento. Assim, “as relações pessoais que constituem canais de transmissão da informação, é que determinam *quem terá qual* trabalho”.³⁹ Pois, “São as redes de relações sociais que formam parte, e que constroem e que estruturam as oportunidades. (...) são esses elementos que abrem e fecham o acesso as oportunidades” (p. 21).⁴⁰

³⁸ Como afirma Hall (2004, p. 39), “(...) a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não inato, existe na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formulada”. (...) A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de *nosso exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*” (grifo do autor).

³⁹ No original: “son las relaciones personales, en tanto canales de transmisión de la información, las que determinan *quién* tomará *cuál* trabajo”.

⁴⁰ No original: “Son las redes de relaciones de las que forman parte, y que ellos construyen, las que estructuran las oportunidades”. (...) son estos elementos los que abren o cierran el acceso a las oportunidades”.

Dessa forma, as redes de relações dos migrantes influenciam na inserção no mercado de trabalho da sociedade receptora. Para Ramella (1995) nas redes sociais a questão é compreender como que a informação é transmitida e adquirida pelo migrante. Pois, a informação não é um bem “livre” em um mercado disponível para todos na mesma medida; os indivíduos (migrantes) têm informação limitada e, por isso, dependem de suas redes de relações sociais. Assim, para o autor a informação não é endêmica, ou seja, ela não está disponível para todos os indivíduos e sim para aqueles que têm algum tipo de relação/contato/vínculo no lugar que deseja migrar. Nesse sentido, podemos dizer que as oportunidades são socialmente construídas através do processo de interação em rede entre parentes e amigos e/ou contatos de outra natureza e o mercado de trabalho.

Ramella (1995) considera, ainda, que a maioria dos pesquisadores na tentativa de apresentar a existência de uma rede social e a coesão de um grupo, tende a apresentar os imigrantes como um grupo homogêneo, indiferenciado, com as mesmas aspirações/motivações a migrar. Por isso, uma das dificuldades para utilização do conceito de rede é compreender e demonstrar que no interior de um grupo os indivíduos têm características similares, mas diferentes; migram através da rede de relações, porém, muitas vezes com interesses, com motivações diferentes e/ou parecidas.

Nesse âmbito, os imigrantes são atores sociais e perseguem seus objetivos mobilizando para tais fins os *recursos* que têm à disposição: são os *recursos relacionais* construídos através de *contatos* que criam vínculos pela relação de amizade, parentesco, identidade, religião etc. Esses contatos que criam vínculos servem para o migrante conseguir informação, eleger o destino para o qual pretende migrar, inserir-se no mercado de trabalho, etc.

Para o autor, contudo, a noção das redes só pode ser compreendida se percebemos a *trama reticular* existente entre os indivíduos e o mercado de trabalho no lugar de destino em que o imigrante pretende dirigir-se. Neste caso, a disponibilidade à informação e a qualidade da informação são elementos fundamentais no ato de migrar. As relações pessoais, através das redes sociais, conectam os indivíduos, migrantes e não migrantes a milhares de quilômetros de distância. Por isso, a *comunicação* e a *informação* são componentes centrais para a construção e para a interação dos sujeitos envolvidos no processo migratório em uma ou mais redes.

Neste contexto, ocorre, a partir da incorporação das redes sociais, a crítica ao modelo macroestrutural e econômico nas migrações:

(...) propiciar a superação do uso débil do conceito de redes na história da emigração é algo muito maior que defender a causa da experimentação de novas metodologias. É uma maneira de transformar nosso estudo setorizado em um campo de investigação capaz de oferecer uma contribuição original a um debate histórico que tem o objetivo de superar as discussões das visões dos enfoques estruturalistas-funcionalistas e economicistas (RAMELLA, 1995, p. 21).⁴¹

Outro estudo sobre as migrações que abarca novos elementos para a análise, é do sociólogo Abdelmalek Sayad (1998), especialmente em *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Nele, o autor analisa a e/imigração de argelinos para a França evidenciando, principalmente, os aspectos *sociais* dos e/imigrantes argelinos no processo. Utiliza-se para isso de fontes orais, obtidas através de entrevistas, retratando os elementos mais “íntimos” das vidas dos imigrantes, demonstrando as condições *cotidianas* dos sujeitos pesquisados.

Para Sayad (1998), a emigração é um “fato social completo” e uma condição social: a condição de ser e/imigrante (p. 243). Assim, há o “emigrante”, aquele que saiu de sua própria sociedade, e há o “imigrante”, aquele que chegou a uma terra de estranhos: o *paradoxal* é que ambos são a mesma e única pessoa. Logo, pensar a migração implica pensar dois processos complementares/conflituosos/solidários: a emigração e a imigração. Não há emigração sem imigração e nem imigração sem emigração. Quem sai de um lugar é emigrante para quem fica, mas se torna imigrante para a sociedade que o recebe. O migrante carrega assim uma dupla condição: o de ser ao mesmo tempo e/imigrante, mas como não se pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, sua existência individual e social é ambigualmente vivida para o grupo de onde parte, o que caracteriza sua condição de emigrante é sua ausência corporal, o que implica a não-participação na vida imediata do seu grupo e, ainda, ausente de uma participação política.

No entanto, embora apresentando elementos culturais e subjetivos do migrante, o autor afirma que a razão do e/imigrante é o trabalho:

⁴¹ No original: “(...) proporcionar un rebasamiento de la utilización del concepto de la debilidad de las redes en la historia de la emigración es algo mucho más grande que la defensa de la causa de la experimentación con nuevos métodos. Es una forma de transformar nuestro estudio sectorized en un campo de investigación capaz de ofrecer una contribución original a un debate histórico que tiene por objeto superar los debates de las visiones estructuralistas de los enfoques-funcionalista y la economía”.

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante (SAYAD, 1998, p. 54-55).

Mesmo, resgatando a importância do trabalho como “razão de ser imigrante”, Sayad aponta para aspectos como a *provisoriedade*, enfatizando as *ausências* e *presenças* na vida do e/imigrante; do par provisório/permanente: característica inerente do imigrante no processo de deslocamento espacial. Assim, sua abordagem também se volta para a dimensão social, cultural e psicológica na análise do e/imigrante.

Outro estudo que enfatiza as dimensões culturais na análise da migração é o da geógrafa Claudia Pedone (2003), que faz uma abordagem acerca da utilização da metáfora das redes de relações sociais como instrumento teórico-metodológico para a análise das migrações, sobretudo, internacionais a partir de seu estudo sobre a migração de famílias equatorianas para a Espanha.

A partir da década de 1980, conforme assinala Pedone (2000b), a crise do paradigma quantitativo hegemônico nas décadas precedentes, abriu as portas para os estudos *antropológicos* interessados nos enfoques *qualitativos* e nas dimensões *subjetivas* do processo histórico e da *micro-história*. Retoma-se o ator social (o migrante) e recupera-se a função explicativa das perspectivas com a qual os protagonistas haviam vivido o processo e onde desenvolveram relações de amizade e de conflito.

Pedone (2003, p. 107), também, desenvolve a idéia de *cadeia migratória* e de *rede social*. Nesse sentido, a cadeia migratória seria o processo de transferência de informação e apoios materiais que familiares, amigos e conterrâneos oferecem aos migrantes em potencial para decidir, ou eventualmente, realizar sua viagem.⁴² As cadeias migratórias fazem parte de uma estrutura maior: as redes migratórias. As redes

⁴² No original: “entendemos por *cadena migratória* a la transferencia de información y apoyos materiales que familiares, amigos o paisanos ofrecen a los potenciales migrantes para decidir, o eventualmente, concretar su viaje”.

para a autora, é uma importante ferramenta para compreender as representações, as histórias vividas com a recuperação do cotidiano e a incorporação das “vozes silenciadas”.

Nesse sentido, uma das questões apontadas pela autora e que busca complexificar a análise para relativizar e complementar o elemento econômico no condicionamento do migrante, é que os migrantes constroem socialmente *representações* sobre os diferentes lugares de destino, sobre as potencialidades de trabalho e sobre as vantagens que estes oferecem para homens e mulheres. De acordo com Pedone (2003, p. 109-110), a representação é uma imagem (mental) que tem um indivíduo acerca de alguma coisa, evento, ação; processo que percebe de alguma maneira em um lugar. “Estas representações se confundem, se solapam e entram em conflito entre si no momento em que ao chegarem aos destinos”.⁴³

Neste contexto, a idéia de *cadeia migratória* e de *rede social* está vinculada à crítica/complexificação das concepções neoclássicas que privilegiam os enfoques macro-estruturalistas na análise das migrações. Assim, através do enfoque proposto pela autora, pretende-se resgatar o comportamento social, *subjetivo e cotidiano* do migrante, pois:

As redes não são nem espontâneas nem efêmeras, mudam e se complexificam com o passar do tempo devido às relações que geram com a entrada de outros atores dentro de sua estrutura. Deste modo, o enfoque das correntes e redes migratórias são úteis para estudos mais dinâmicos, e para reconstruir processos sociais deixados de lado por outras perspectivas acerca das migrações e, assim, superar as aproximações estáticas, abstratas e simplificadoras que apenas analisam variáveis macro-estruturais, próprias das abordagens neoclássicas (PEDONE, 2003, p. 109).⁴⁴

⁴³ No original: “Los migrantes construyen socialmente representaciones sobre los diferentes lugares de destino, sobre las potencialidades laborales y sobre las ventajas que estos lugares ofrecen para hombres y mujeres. Em este contexto entendemos a la *representación* como una imagem (mental) que tiene un individuo acerca de alguna cosa, evento, acción, o proceso. Las representaciones individuales devienen en sociales por médio de la comunicación entre todos los miembros de una comunidad, al tiempo que las representaciones sociales devienen em individuales por el mismo mecanismo comunicativo. Estas representaciones se confunden, se solapan y entran em conflicto entre si cuando el migrante arriba a los destinos”.

⁴⁴ No original: “Las redes no son ni espontâneas ni efimeras, cambian y se complejizan com el tiempo debido a las relaciones que genera la entrada de otros actores dentro de su estructura. De este modo, el enfoque de cadenas y redes migratórias es útil para realizar estudios más dinámicos y para reconstruir procesos sociales dejados de lado por otras perspectivas acercade las migraciones y, así, superar las aproximações estáticas, abstratas y simplificadoras que solo analizaban variables macroestructurales, propias de los enfoques neoclásicos”.

Para a autora, ainda, abordar o fenômeno das migrações internacionais sob a perspectiva das redes migratórias permite-nos recuperar a experiência vivida pelos migrantes, além de desconstruir um dos postulados, tanto do neoliberalismo, quanto do marxismo: apresentar a problemática das migrações apenas como um fluxo eminentemente econômico.⁴⁵

No Brasil, consideramos dois estudos que entendemos serem singulares nessa “nova” maneira de compreender o processo migratório através de elementos culturais, simbólicos, subjetivos. O primeiro é o de Rogério Haesbaert (1995) que analisa em sua tese, intitulada *“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade*, a diáspora “gaúcha” (sulista) que se difunde pelo interior brasileiro acompanhando, concomitantemente, a “modernização” capitalista, estendendo-se na década de 1980 com a expansão da soja na área de cerrados, até a região Nordeste. Haesbaert toma por base o encontro entre sulistas e nordestinos, buscando analisar na migração sulista a reterritorialização que estes produzem nos cerrados baianos. Busca, principalmente, no sentido cultural e político, analisar aspectos da identidade na migração “gaúcha”, evocando elementos de “tradicionalismos” contraditórios entre sulistas e nordestinos.

Desse modo, sua análise da diáspora “gaúcha” é importante porque busca compreender o processo migratório a partir de uma perspectiva inovadora, isto é, através do processo de reterritorialização dos sulistas, buscando entender aspectos culturais e políticos desse fenômeno. O autor desenvolve a idéia de território-rede, considerando que os migrantes constroem um território-rede na medida em que observamos processos de reterritorialização através da rede migratória constituída, pois, no mundo de constantes mudanças, territorializar-se implica cada vez mais, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais num espaço em mudança, em constante movimento.

O outro estudo é o de Jones Dari Goettert (2004), em sua tese *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*, no qual desenvolveu uma análise da migração gaúcha para Mato Grosso, *vista/dita* por quem partiu e por quem ficou. Com isso considerou o processo migratório nos lugares

⁴⁵ No original: “Abordar el fenomeno de las migrações internacionales em la actualidad, des la perspectiva analítica de las cadenas y redes migratórias permite recuperar la experiência vivida por los sujetos sociales; además, proporciona elementos para desconstruir uno de los postulados tanto del neoliberalismo como del marxismo: plantear la problemática de las migraciones internacionales como um fluxo eminentemente económico”.

de origem (por aqueles que ficaram), e nos lugares de destino (através daqueles que migraram). Através de três dimensões – subjetiva, conjuntural e estrutural – compreende ambos os lugares e as gentes, cada um com seus jeitos, os jeitos das pessoas dos lugares. A categoria central na análise é o lugar e os sujeitos que, através da *memória* e das *representações*, compreende o *comportamento subjetivo* dos migrantes através da relação presença/ausência. Objetiva, a partir da idéia de *transitoriedade migratória* resgatar as lembranças, os desejos e os medos dos migrantes em suas trajetórias de vida. Sua análise é muitas vezes subjetiva, mas a faz sem deixar de analisar aspectos estruturais e conjunturais na migração, como, por exemplo, dos *projetos* do Estado de deslocamento populacional, da expansão da fronteira agrícola e da “modernização” da agricultura.

Também, em outro estudo, Goettert (2003, p. 17), “observando” migrantes em uma viagem de ônibus pelo interior do Brasil, considera que a procura por melhores condições de vida faz parte das migrações, “mas ao falarem dos lugares onde viveram ou vivem, também outros aspectos participam de suas experiências, como a morte do filho, o estudo das filhas, a tristeza ou a alegria das pessoas, a família e a mulher...”. Desse modo, as migrações devem ser analisadas e problematizadas para além do condicionamento econômico, pois:

(...) penso que o diálogo e a problematização daquilo que nos falam as e os migrantes trabalhadores, palavras sobre questões de ordem econômica ou não, podem e devem participar de nosso jeito de fazer uma Geografia das migrações no Brasil, principalmente porque denunciam, mesmo sem o saber, que as gentes dos lugares – daí os próprios lugares – são portadores de humanidades que a coisificação capitalista está longe de destruir (GOETTERT, 2003, p. 17).

Outra forma de analisar a mobilidade na pós-modernidade é realizada por Zygmunt Bauman (1999b). Este, afirma que a globalização traz conseqüências ao fenômeno da mobilidade: “Hoje em dia estamos todos em movimento” (p. 85). Segundo o autor, nos movimentamos como “turistas” ou como “vagabundos”. Estas são duas formas extremas da mobilidade na globalização: os “turistas mundiais” buscando caçar emoções e experiências, e os “vagabundos”, que são viajantes que não têm lugar na

sociedade, e por isso buscam através da indesejável mobilidade, um lugar (sempre *provisório*) e melhor para ficar.⁴⁶ Assim:

O que se aclama hoje como “globalização” gira em função dos sonhos e desenhos dos turistas. Seu efeito secundário – *colateral* mais inevitável – é a transformação de muitos outros em vagabundos. Vagabundos são viajantes aos quais se recusa o direito de serem turistas. Não se permite nem que fiquem parados (não há lugar que lhes garanta permanência, um fim para a indesejável mobilidade) nem que procurem um lugar melhor para ficar (BAUMAN, 1999b, p. 101).

Assim, sendo a pós-modernidade uma nova sensibilidade, uma nova leitura e uma nova experiência de mundo, diretamente vinculada aos novos paradigmas tecnológicos que balançam as antigas certezas e os antigos laços da sociedade com o espaço, a pós-modernidade denota transformações nas formas de deslocamento espacial das pessoas. Como afirma Haesbaert (2006a, p. 238), “o migrante é parcela integrante – ou que está em busca de integração – numa (pós) modernidade marcada pela flexibilização – e precarização – das relações de trabalho”, sendo ligado inclusive ao processo de desterritorialização:

Um dos fenômenos mais freqüentemente ligados à desterritorialização diz respeito à crescente mobilidade das pessoas, seja como “novos nômades”, “vagabundos”, viajantes, turistas, imigrantes, refugiados ou como exilados – expressões cujo significado costuma ir muito além de seu sentido literal, ampliando-se como poderosas (ou ambivalentes e, assim, controvertidas) metáforas. Toda uma cultura das viagens e mesmo uma *travelling theory* passou a se desenhar a partir da crescente mobilidade “pós-moderna” (HAESBAERT, 2006a, p. 237, [grifos do autor]).

Com essa pretensa e “intensa” mobilidade pós-moderna, através das viagens dos turistas, dos “vagabundos”, dos imigrantes, dos trabalhadores, há um processo de valorização do lugar. Justamente pela anunciação da pretensa homogeneização do mundo através da globalização, é que o “lugar mostra sua força”, como afirma Santos (2004). Desse modo, a mobilidade:

(...) se tornou praticamente uma regra, o movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens

⁴⁶ Bauman (1999b, p. 103), afirma que nesse processo de mobilidade “Tanto o turista como o vagabundo são consumidores – e os consumidores dos tempos modernos avançados ou pós-modernos são caçadores de emoções e colecionadores de experiências; sua relação com o mundo é primordialmente *estética*: eles percebem o mundo como alimento para a sensibilidade, uma matriz de possíveis experiências (...)”.

mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Daí a idéia de desterritorialização. Desterritorialização é, freqüentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização (SANTOS, 2004, p. 328).

Santos ainda destaca a valorização da cultura na migração: “Vir a cidade grande é, certamente, deixar para atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra” (2004, p. 329). Ainda, o autor analisa o papel da memória individual e o papel do novo lugar que realiza transformações na vida do migrante: “O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação” (p. 330).

Desse modo, sobre a importância do lugar na *identificação* do migrante, Hall (2004, p. 72) afirma que “O ‘lugar’ é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades são estreitamente ligadas”. Assim, para o autor, “Os lugares permanecem fixos; é neles que temos ‘raízes’” (p. 73).

Percebemos, no entanto, que o lugar, a memória e a identidade fazem parte do processo da migração e são imprescindíveis na análise. Zygmunt Bauman (2005), em seu livro *Identidade*, comenta sobre a sua própria experiência como migrante, reiterando esse processo de reconhecimento *entre* identidade e lugar:

(...) uma vez tendo sido obrigado a me mudar, expulso de algum lugar que pudesse passar pelo meu “*habitat* natural”, não haveria um espaço a que pudessem considerar-me ajustado, como dizem, cem por cento. Em todo e qualquer lugar eu estava – algumas vezes ligeiramente, outras ostensivamente – “deslocado” (BAUMAN, 2005, p. 18, [grifo do autor]).

Assim, as migrações atualmente estão sendo estudadas por novas matrizes teóricas. Destaca-se a importância dos estudos que apresentam a cultura como elemento principal, justificada através do encontro e contato com inúmeras culturas no processo de mobilidade “intensa” na pós-modernidade. Para Ortiz, isso ocorre porque:

Como as culturas entram em contato por meio dos homens, a base referencial deve ser um agrupamento, uma coletividade de indivíduos que se desloca espacialmente. O choque ou a assimilação cultural se faz sempre no seio de um território, a nação, a cidade, o bairro. Dentro deste quadro, o conceito de memória coletiva torna-se fundamental para a análise (...), pois sabemos que as trocas se fazem em detrimento

do grupo que parte, para se implantar, em condições adversas, em terras estranhas. (...) Entretanto, para ser vivificada, a memória necessita de uma referência territorial, ela se atualiza no espaço envolvente. (...) Os mecanismos da memória coletiva lhes permite recuperar as lembranças do esquecimento (ORTIZ, 2006, p. 75).

Assim, reconhecemos um movimento que estimula novas formas de compreender a migração. Estudos que demonstram fatores para além do econômico das concepções clássicas da modernidade.

Contudo, tentando “sintetizar” o que discutimos aqui, podemos afirmar que na modernidade as análises sobre a migração estavam inseridas em uma racionalidade cientificista e centralizavam seu desenvolvimento a partir da quantificação (especialmente, utilizando dados de órgãos oficiais dos Estados-Nações), com modelos gerais e de perfil macro-estruturalista, tendo, forte centralidade o elemento econômico, considerado único definidor da mobilidade espacial da população. A migração era compreendida como necessidade do capital de mobilizar trabalhadores para determinados lugares onde havia a necessidade de (mais) força-de-trabalho. O migrante era reduzido a mero epifenômeno no processo e considerado sem vontade própria; a migração era reduzida a uma opção racional e funcional pela possibilidade de inserção social em outro lugar, tendo destaque o salário como definidor do movimento de mudança. Assim, o modelo macro-estruturalista e com centralidade racional do elemento econômico opõe um sujeito quase inexistente no processo migratório; o migrante é um simples epifenômeno da estrutura e da conjuntura.

No entanto, com a emergência da pós-modernidade novos elementos foram incorporados nas últimas décadas aos estudos migratórios, especialmente, aqueles que consideram o elemento cultural com grande centralidade ou, até mesmo, participante no processo de mobilidade espacial da população. Novos elementos estão sendo incorporados à luz do contexto pós-moderno como os processos identitários (de conflitos e alteridade), da relação eu/outro, da subjetividade, do cotidiano, das representações, da memória individual e coletiva, das redes de relações sociais e das estratégias espaciais mobilizadas no processo da migração.

Por isso, as relações individuais, as estratégias, as vontades (sonhos e desejos) dos migrantes são considerados, também, enquanto condicionantes do processo migratório. Através de métodos qualitativos, das relações do cotidiano, dos dramas e das tramas e das redes socioespaciais tecidas no processo da migração entre o lugar de origem de destino da migração é que são delineadas novas formas de análise da

migração. Esses novos elementos acenam para maior *ênfase* ao *indivíduo* e as relações culturais e, até mesmo, políticas no processo migratório.

Contudo, compreendemos que modernidade e pós-modernidade devem ser consideradas como momentos do mesmo processo; é necessária a tentativa de compreensão da modernidade e da pós-modernidade enquanto uma dialética de elementos (econômicos, políticos e culturais) para melhor compreensão do fenômeno migratório. Logo, é temeroso desconsiderar o elemento econômico em prol do elemento cultural e vice-versa.

Por isso, *urge* a necessidade e a possibilidade da análise da mobilidade espacial da população através de elementos subjetivos, estruturais e conjunturais. É através da imbricação entre os elementos considerados dos contextos modernos e pós-modernos que a mobilidade pode ser mais bem compreendida, tendo em vista a impossibilidade de analisar, na contemporaneidade, a migração por apenas um paradigma. A migração deve ser considerada como “fenômeno social completo” e analisada, por isso, enquanto um processo multidimensional, multiterritorial, multitemporal, multiescalar e, que, incorpore os elementos culturais, econômicos e políticos, ou seja, um movimento humano que se circunscreve numa totalidade entre subjetividade, estrutura e conjuntura apontando para a perspectiva que desdobraremos aqui, de *trans*-territorialidade.

Nesse contexto, pretendemos a partir de agora, discutir e analisar de maneira mais profunda um novo elemento incorporado à análise da migração no contexto da pós-modernidade, ou seja, a *questão* das identidades sociais. Fundamentalmente, pretendemos compreender aquelas identidades que tem como principal referência para construção o território e/ou que são acionadas/produzidas/inventadas no processo de *territorialização*.

3.3 Identidades Territoriais

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua fusão de tempo/espaço.

*Manuel Castells
O poder da identidade*

Compreender e desvendar como a identidade é produzida/inventada, ativada e reivindicada em uma parcela referencial de espaço-tempo para dar sentido a um território, remete, primeiramente, à incursão sobre conceito de identidade e como esta se liga ao território e, em nosso caso, em especial, à migração. Por isso, apontaremos algumas questões em que a identidade tem sido discutida, na Geografia, pois emerge o interesse cada vez maior pelos estudos referentes às identidades regionais e/ou territoriais, mas, também, buscaremos compreender as identidades através da Sociologia e das Ciências Sociais em geral.

As discussões sobre a questão da identidade são complexas e polêmicas, já que o conceito é portador de ambigüidades teóricas e políticas. Stuart Hall (2007) afirma que só é possível estudá-lo sob “rasura”, ou seja, sob uma perspectiva em que – apesar de demonstrar sua precariedade ou imprecisão explicativa – o conceito de identidade comporta algo de “irredutível”, que está no intervalo e na emergência de uma idéia que não pode ser pensada de forma “antiga” e que, sem a qual, certas questões não podem ser pensadas/analizadas.

Analisamos anteriormente que os conceitos de migração e território tem passado por transformações significativas na sua conceituação, através das mudanças sociais ocorridas na economia, na política e na cultura. Desse modo, a identidade não pode mais ser entendida enquanto relacionada exclusivamente ao Estado-Nação, pois esta relação é muito restrita ao potencial de compreensão nos estudos culturais e políticos, especialmente.

A partir destas transformações que ocorreram na sociedade e, por extensão, nas Ciências Sociais, Stuart Hall (2004, pp. 10-13) apresenta três concepções de identidade

que alternaram sua significância/significado na sociedade através do tempo e do espaço. São elas, a do:

- a) *sujeito do Iluminismo*: baseava-se na concepção de pessoa humana como indivíduo “centrado totalmente”, “unificado” e dotado das capacidades da razão, de consciência e de ação, sendo que seu “centro” era formado num núcleo interior, emergindo pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, permanecendo o mesmo “linear” e “idêntico” ao longo da existência do sujeito;
- b) *sujeito sociológico*: era concebido pela crescente complexidade do mundo moderno, sendo construída na consciência interior do sujeito que não era autônomo e nem auto-suficiente, mas sim formando na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para este os sentidos, os símbolos e os valores, ou seja, a cultura dos mundos que ele/a habitava. A identidade, nessa concepção, costura e entrelaça o sujeito à estrutura, estabilizando os sujeitos e os “mundos culturais” em que habitam, de forma recíproca e unificada;
- c) *sujeito pós-moderno*: aponta-se que esse sujeito está se tornando “fragmentado”, composto não mais de uma única identidade mas de várias, podendo ser identidades contraditórias ou não-resolvidas. Resultado de mudanças estruturais e institucionais, a identidade não é mais “fixa”, “unificada”, “essencial”, mas variável, provisória e problemática. A identidade se torna uma “celebração móvel”, constituída, continuamente, em relação às formas que somos representados ou nos deparamos em sistemas culturais múltiplos que nos rodeiam.

Neste contexto, no período que, de acordo com Hall, antecede à era moderna, as *diferenças* eram toleradas e até mesmo *valorizadas*, na medida em que se procurava torná-las aparentes. Trata-se da concepção da identidade do *sujeito do Iluminismo*.

Com a emergência e estabelecimento da modernidade, cujos fundamentos principais são a separação entre aparência e essência, sujeito e objeto, objetivo e subjetivo, racional e irracional e o científico e o não-científico, haveria, o pressuposto da “eliminação” e/ou supressão da diferença nas análises e, a conseqüente transformação na concepção de identidade do sujeito. De acordo com Moreira (1999),

em conformidade com tal proposição, pode-se associar esse método da modernidade baseado, sobretudo, na razão, onde ocorre a supressão da diferença, ou seja, busca-se suprimir o que é singular, o que é particular, sendo que, desta forma, ocorre “uma co-habitação tensa da diferença e da unidade” (p. 44).

A concepção de identidade do “*sujeito do Iluminismo*” desliza dando “lugar” para o conceito de identidade do “*sujeito sociológico*”, frente às complexas transformações ocorridas/estabelecidas no mundo moderno. O sujeito sociológico, enfim, foi tomado de forma monolítica, subjugando diferenças, ignorando o mencionado abismo entre indivíduo e sociedade. Assim, o conflito entre parte e todo se tornou latente e insolúvel.

Entretanto, a modernidade e suas correspondentes metanarrativas, reivindicando explicações totalizantes nas Ciências Sociais, *parece* ter se tornando vencedora, posto que o paradigma cartesiano se impõe como dominante. Como caracterização de identidade do sujeito, ressalta-se que podia ser considerada monolítica, imutável, estável e determinada pelo contexto social da modernidade, tendo como seu agente correlato a nação, como “comunidade imaginada”⁴⁷ (WOODWARD, 2007).

A globalização, tomada como movimento homogeneizador, fez com que se reforçasse um discurso oposto, o da diferença. A nossa experiência espaço-temporal, parecendo solidamente determinada, “desmanchou-se no ar”, fragmentando os sujeitos e suas respectivas identidades, criando a identidade do *sujeito pós-moderno*. Paradoxalmente, segundo Castells (1999a, p. 85), ocorre, também, aliado a essa fragmentação das identidades, uma busca maior por pertencer a um grupo, a algum lugar. Para o autor, “quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com o que podem conceber” e, por isso, “quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram a espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica”.

Nesse sentido, para Hall (2004), esse processo de fragmentação das identidades:

⁴⁷ Para Hall (2004), a nação seria “construída” pela *narrativa* enquanto “comunidade imaginada”. Essa comunidade imaginada seria forjada a partir de um discurso do qual narra a nação homogênea, negando, na maioria das vezes a diversidade e, com isso, outras formas de ser e fazer que não a “idealizada” pela nação. Nesse sentido, para o autor “as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (...). As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades [leia-se forjam identidades]. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (pp. 50-51, [grifos do autor]).

(...) solapa a idéia da nação como cultura unificada. As unidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferenças e não estão livres do jogo do poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade (p. 65).

Após os anos 1970, tanto o alcance quanto o ritmo da integração global aumentaram enormemente, acelerando os fluxos e os “laços” entre as nações. Com o processo social pelo qual os fenômenos se aceleram e se difundem pelo globo, compreendido enquanto “compressão espaço-tempo” (HARVEY, 1994), e com a emergência da “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999b), as identidades culturais passaram por profundas transformações.

Aliado a isso, Bauman (2005) vê a globalização como uma forma de mudança radical e irreversível. Para o autor, ocorre uma “grande transformação” que afetou as estruturas estatais, as condições de trabalho, as relações entre os Estados, a subjetividade coletiva, a produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o eu e o outro.

A partir dessas transformações, Hall (2004, p. 69) aponta a coexistência dos seguintes processos identitários:

- As identidades nacionais estão se *desintegrando*, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”;
- As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo *reforçadas* pela resistência à globalização; e,
- As identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades – híbridas – estão tomando seu lugar (grifos do autor).

O impacto da globalização sobre a identidade se dá porque se altera a forma com que o tempo e o espaço, como coordenadas de sistemas de *representação*, são relacionados com os processos sociais. Para Hall (2004), diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo e, portanto, as formas de representação da relação identitária e, poderíamos acrescentar, com a construção da identidade referente a uma parcela de espaço-tempo.

Isso posto, sobre as transformações que estão ocorrendo com as identidades, gostaríamos de passar a analisar agora alguns aspectos que consideramos fundamentais para o entendimento da identidade, sobretudo para nosso recorte espacial. Assim, partimos do pressuposto de que a identidade territorial é construída discursivamente no e através de um recorte espacial; é uma construção demarcada a partir de um recorte territorial onde se estabelecem relações. A identidade territorial é definida a partir de um território ou, num sentido mais amplo, a uma formação do espaço geográfico. Entretanto, pode-se afirmar, de acordo com Haesbaert (2007, p. 44), que “como toda relação social, toda identidade cultural é ‘espacial’, na medida em que se realiza no/atraves do espaço, pelo referente espacial em estratégias de apropriação, culturais e políticas, dos grupos sociais”, ou seja, que mantêm o “elo entre espaço, política e cultura”.

Woodward (2007, p. 13-14) afirma que a conceituação de identidade precisa ser decomposta “em suas diferentes dimensões”, e envolve *sistemas classificatórios* “que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas”, por exemplo, pela oposição em, pelo menos, dois grupos: “nós” e “eles”. Uma destas dimensões é a relativa ao sentimento de pertencimento ou não do sujeito a determinado grupo identitário, que pode ter como critério o sexo, a raça e o parentesco, ou, quando a história do passado, de um determinado território é apresentado, discursivamente, como “imutável”, ou seja, se apresenta enquanto construção identitária “imutável” para mobilizar um consentimento e/ou ação. Isso pode ser verificado, por exemplo, através das tradições. Nessa perspectiva:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de *formas de exclusão social*. As identidades, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios*. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles (WOODWARD, 2007, p. 39-40, [grifos da autora]).

A autora nos diz ainda que a identidade é relacional, como se nascesse da diferença (que pode ser encoberta ou enaltecida), a partir de uma marca simbólica (de

distinção⁴⁸), como, por exemplo, pelo discurso, por um monumento, pela linguagem etc. A identidade está associada a condições *materiais*, onde, por exemplo, um grupo pode diferir de outro pelos recursos disponíveis que, por sua vez, determinam marcas simbólicas e sociais, delimitando as fronteiras entre exclusão e inclusão e “é por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais” (WOODWARD, 2007, p. 13).

Desse modo, acrescenta a autora, as identidades “não são nunca unificadas”, o que pressupõe a sua *negociação* (2007, p. 14). Um exemplo, relacionado à migração, é que um mesmo indivíduo, num recorte territorial é baiano, noutra recorte é nordestino e, ao mesmo tempo, é brasileiro. Ou seja, em diferentes relações (ou escalas) há diferentes partilhas de identidades, dependendo da situação, do grupo social e dos contextos na qual o sujeito esteja inserido. E, finalmente, como consequência dessas *negociações*, o sujeito assume/aciona diferentes *posições* de identidade e se identifica com elas.

O sociólogo Roberto Damatta (2004) também afirma que a construção das identidades implica relações. Para o autor, qualquer identidade, mesmo aquelas que se definem como “individuais”, realiza-se por referências internas e externas, por meio de *comparações* com outras comunidades que se situam no seu âmbito histórico-geográfico. As identidades, assim, internas e externas, são “buriladas, acentuadas, negadas, construídas ou inibidas em situações de contato que agenciam a comparação e a flexibilidade – a mais profunda e perturbadora alteridade” (p. 20). A identidade se faz num jogo relacional “entre o que deve ser necessariamente lembrado e o que deve ser necessariamente esquecido em certas situações” (p. 24).

As identidades, desse modo, são construções discursivas, como as narrativas, e servem para enaltecer determinado contexto e relação e encobrir outras relações e contextos. Por isso, Damatta (2004) afirma que nenhuma identidade é fixa, imutável, permanente e dada por essência, embora elas apareçam desse modo no senso comum, pois, aí está a sua força, ou seja, a capacidade de “naturalização” das relações para um devido fim.

Também, sobre o caráter relacional das identidades e o jogo entre inúmeras escalas, que é de suma importância na migração, Damatta nos dá o seguinte exemplo:

⁴⁸ Segundo Pierre Bourdieu (1998, p. 4), “(...) a dinâmica da distinção social não se esgota no conflito simbólico pela imposição de uma dada representação da sociedade, mas prolonga-se na produção incessante de novos gostos socialmente diferenciadores e no abandono progressivo das práticas culturais entretanto aplicado pelas camadas subalternas”.

Tomemos como exemplo dessa segmentação-estruturante o tema nacional e o regional. Num dado nível, as regiões são importantes e um gaúcho pode se distinguir radicalmente de um catarinense (“barriga verde”); mas se ambos – o gaúcho e o catarinense – vão para Belém, os dois se juntam como “sulistas” em oposição aos “nortistas”. Mas se um gaúcho, um catarinense e um paraense se encontram em Buenos Aires, eles imediatamente se definem como “brasileiros”, por oposição aos argentinos [vistos como “gringos”]. Agora, se um argentino e esses três brasileiros se encontram em Chicago, eles invocam sua identidade de “latino-americanos”, em oposição à cultura local: ianque, individualista monoglota, provinciana, etc. Nesse nível, então, o “nacional brasileiro” e o “nacional argentino” se regionalizam. (...) E isso não é tudo, pois se um americano, um argentino e três brasileiros se encontram em Paris ou Berlim, eles agora podem ser englobados pela identidade de “americanos”, por contraste com uma identidade “européia”. Finalmente, se um francês, um americano, um argentino e três brasileiros se encontram em Tóquio ou em Calcutá, na Índia, eles se transformam em “ocidentais” por oposição aos “orientais” (DAMATTA, 2004, p. 25).

A identidade, deste modo, se apresenta como algo relacional e escalar. Através da relação entre o nacional e o regional emerge a forma de identidade que se chama de “regional”. Esta é, segundo Damatta, *agenciada* por disputas políticas – não apenas no sentido que a disputa faça surgir a identidade – mas, também, porque a identidade é acionada, burilada e percebida dentro de uma situação com conseqüências práticas e concretas.

Para Bhabha (1998), a identidade é “fixada” (parcialmente) através da diferença, em um processo deslizante de significados e posições de sujeito. Para ocorrer a identificação, a identidade nunca será um *a priori* e nem um produto terminado. A identidade é, para o autor, um processo problemático de acesso e constituição de uma “imagem da totalidade”. Através de condições *discursivas*, essa *imagem psíquica* da identificação é construída enquanto representação, que é a marca de uma diferença, mas também é lugar de uma ambivalência, pois “sua representação é sempre espacialmente fendida – ela torna *presente* algo que está *ausente* – e temporalmente adiada: é a representação de um tempo que está sempre em outro lugar, uma repetição” (p. 85, [grifos do autor]).

Assim, as reivindicações e/ou acionamentos de identidade são, para Bhabha (1998, p. 322), nominativas e normativas em um determinado momento, que é preliminar e passageiro. As identidades nunca são produções historicamente progressivas com os mesmos conteúdos; mudam seus discursos através do tempo e no espaço de acordo com a situação, a intencionalidade e o interesse. As formas de

identidade social, portanto, “devem ser capazes de surgir dentro-e-como a diferença de um-outro”, assumindo o significado de tradução cultural, ou seja, jogam com a diferença do outro constituindo um ato de tradução do outro e de si mesmo.

Para Hall (2003), a identidade é eminentemente uma *questão histórica*. Para o autor, a maioria dos sujeitos que estão em um lugar hoje, pertenciam, originalmente, a outro. Por isso, longe de constituir uma continuidade com o nosso passado, nossa relação com a história é marcada pelas rupturas, pelos silêncios, que são muitas vezes aterradores, violentos e abruptos.

Assim, as identidades parecem reivindicar para suas práticas discursivas, suas construções e classificações, uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência, quando necessário, para um acionamento de determinados atributos. Hall (2007, p. 108) alude que as identidades *se* utilizam dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção “não daquilo que nós somos, mas daquilo do qual nos tornamos”. Por isso, a identidade tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tomar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. Entretanto, não há um “retorno às raízes”, mas uma *negociação* com nossas “rotas”.

As identidades, portanto, surgem de uma narrativa “ficcional”, mas que não diminui no processo sua eficácia discursiva material, simbólica e política, mesmo que essas identidades sejam apenas construídas pelo imaginário e, portanto, em parte, construída a partir de alguma fantasia e/ou invenção, esta terá eficácia na relação de pertencimento. Nesse sentido, o discurso toma centralidade importante para a produção da identidade. Para Hall (2007, p. 119), “o sujeito é produzido ‘como um efeito’ do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria”. O discurso aciona a identidade através da posição-de-sujeito, ou seja, a posição que os sujeitos assumem entre a divisão: entre o nós e o eles; entre o eu e o outro.

Portanto, as identidades são construídas através do discurso e são produzidas em locais históricos e institucionais específicos, pois:

(...) as identidades são construídas *dentro* e não fora do *discurso* que nós precisamos compreendê-las como produzidas em *locais históricos*

e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional - isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2007, p. 109, [grifos nossos]).

Hall (2007) afirma ainda que, essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento do sujeito, seja parte da natureza socialmente transformada (ou seja, da paisagem), impressa através do parentesco e da linhagem dos genes e seja parte constitutiva de nosso eu mais interior pressupondo uma construção subjetiva. Entretanto, essa construção, mesmo subjetiva, lida com aspectos materiais e simbólicos.⁴⁹

Para Castells (1999a), a identidade é uma construção histórica dos significados sociais e culturais que referenciam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo. As identidades, para o autor, são construídas culturalmente e organizadas em torno de um *conjunto específico de valores*, cujo significado e uso compartilhado “são marcados por códigos específicos de auto-identificação, a comunidade de fiéis, os ícones do nacionalismo, a geografia do local” (p. 84). Por isso, assim como a construção discursiva das identidades para Castells não é arbitrária, ela depende da forma como é trabalhada e re-significada a “matéria-prima fornecida pela história, geografia, língua e ambiente”. Assim, as identidades são construídas discursivamente, tanto material quanto simbolicamente, em torno de reações e *projetos* políticos determinados por fatores históricos e geográficos.

Desse modo, Castells entende por identidade:

(...) o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social (1999a, p. 22).

⁴⁹ De acordo com Mendes (2005, p. 323), “A subjetividade, o *self*, não é um corpo isolado, mas encontra-se sim distribuído em diferentes materialidades e práticas. E, mais importante, cada pessoa não é uma fortaleza, mas sim algo que ganha em ter fronteiras permeáveis de forma a ser ajudado por outro. A subjetividade e a corporalidade são ativadas e constituídas numa variedade de formas e processos. As identidades não são essências desencarnadas, mas teias complexas de relações, materiais e desejos”.

A identidade é construída a partir de significados, que criam identificação com a prática social simbólica que é discursivamente conduzida por parte de um ator social, que dá finalidade a uma ação prática. Essa ação que pode, entre outras coisas, criar o sentimento de pertencimento de um indivíduo a um grupo social e a um recorte espacial.

A eficácia das estratégias identitárias irá depender do poder de mobilização e de legitimação. Contudo, isso irá depender do capital econômico, político e, em especial, do capital simbólico que se possui na estrutura de determinado recorte espacial e na estrutura de um grupo social. É através da afirmação do poder de “autoridade legítima” e do poder simbólico que, pela força do “discurso performático”, do poder quase mágico das palavras, das imagens, dos símbolos, dos cortes e recortes da historicidade local, dos enunciados escolhidos e da repetição induzida por estes, que a identidade pode produzir o consenso, a mobilização e a ação.

Através do “discurso performático”, de acordo com Silva (2007), as identidades buscam ser completamente unificadas, estáveis, fixas, únicas; entretanto, o mesmo “discurso performático” que repetidamente tende a fixar e a estabilizar uma identidade, silenciando outras, pode, também, subvertê-la, desestabilizando-a, ou seja, o que está na “margem” pode se tornar o “centro”. Assim, esse discurso pode desqualificar o outro e, por extensão, a outra identidade, buscando tornar-se uma identidade hegemônica.

Assim, a identidade é uma constante disputa pelo poder, como aponta Bauman (2005). É uma luta, uma guerra discursiva e legitimadora de um consenso, de uma “naturalização” das relações. As identidades são construídas no interior das relações de poder, nas disputas, nos campos de força entre a legitimação e a não legitimação, entre a identidade hegemônica e a identidade subalterna, num jogo de anunciação e aceitação da “verdade” historicamente construída.

Nesse sentido, a identidade está eminentemente dentro de um campo de disputa pelo poder:

As identidades, portanto, são construídas no interior das relações de poder (Foucault). Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é “um efeito do poder”. Deve haver algo “exterior” a uma identidade (...). Esse “exterior” é constituído por todos os outros termos do sistema, cuja “ausência” ou falta é constitutiva de sua “presença” (...). Sou um sujeito precisamente porque não posso ser uma consciência absoluta, porque algo constitutivamente estranho me confronta. Cada identidade, portanto, é *radicalmente insuficiente* em termos de seus “outros” (HALL, 2003, p. 85, [grifos do autor]).

Neste contexto, para Silva (2007), a identidade tal como a diferença é uma relação social. Isso porque a capacidade de definir e/ou classificar discursivamente está inserida em um campo como vetores de força, ou seja, com as relações de poder, de luta e disputa. Essas relações não convivem harmoniosamente uma ao lado da outra, em um campo sem hierarquias: são disputadas e impostas. A identidade e a diferença estão em estreita conexão com relações de poder, pois “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (SILVA, 2007, p. 81).

A afirmação da identidade e a demarcação da diferença implicam, necessariamente, em operações de incluir e de excluir. Por isso, a identidade está sempre relacionada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação, está ligada às classificações e às distinções. Segundo Silva (2007, p. 82), a separação entre “nós” e “eles” não são simples categorias gramaticais, mas “evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder”. Assim, pode-se dizer que:

(...) onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. (...) São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”) (SILVA, 2007, p. 81-82).

Nesse sentido, a identidade é construída a partir de *recursos simbólicos* que são utilizados e acionados para mobilizar o sentimento de pertencimento, a ação e o “consenso”. Há mobilizações *discursivas* assim como de recursos simbólicos para forjar a identidade cultural (e “política”), como, por exemplo, a identidade nacional, que contribuem para ativar o sentimento de pertencimento. Dentre os principais recursos destacamos o *mito fundador* (CHAUI, 2006), a *invenção das tradições* (HOBSBAWM & RANGER, 1997), a *narrativa* da nação e a *memória*, que dão forma ao que Said (*apud* HALL, 2004) chama de “geografias imaginárias”.

O mito fundador, segundo Chauí (2006), oferece um repertório construído enquanto “inicial” de representações da realidade em um determinado lugar, e em cada momento da formação histórica “esses elementos são reorganizados tanto do ponto de

vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo)” (p. 9).

Para a autora, as ideologias acompanham e/ou são formadas concomitantemente com o movimento histórico da formação de uma nação, por exemplo, alimentando-se das representações produzidas pelo mito fundador, atualizando-se e se adequando à renovação da sociedade. Por isso, o mito pode repertir-se indefinidamente no desenrolar da história, sobre nova “roupagem”, assumindo novas “faces” que são re-produzidas constantemente pelo discurso, pois “*Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo*” (CHAUI, 2006, p. 8, [grifos totais da autora]).

Aliado a isso, para Hall (2003), os mitos fundadores são *transitórios*; estão fora da história e, por isso, são fundamentalmente a-históricos. Sua estrutura tem dupla inscrição: se por um lado seu poder redentor encontra-se no futuro que está por vir, por outro lado, funcionam atribuindo o que predizem à sua descrição do que já aconteceu, do que “era no princípio”. Assim, a estrutura narrativa dos mitos é cíclica, ou seja, vai e volta, é acionada ou não, o que implica, na história e na geografia, que seu significado seja freqüentemente transformado, adaptado, dependendo do contexto e do resultado que se quer atingir.

Quanto às “tradições inventadas”, Hobsbawm (1997, p. 9) afirma que muitas vezes as “tradições” que aparecem ou são consideradas antigas e/ou tradicionais, são na verdade bastante recentes, quando não inventadas. As “tradições inventadas” são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações e contextos anteriores em um lugar, ou estabelecem seu próprio passado através da *repetição* quase obrigatória para sua manutenção. Essas “tradições inventadas” aparecem como contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e se constituem como uma tentativa de estruturar-se de maneira “imutável” e “invariável”, ao menos em alguns aspectos da vida social (como, por exemplo, os rituais, as festas etc., mas, também os comportamentos, as regras, os modos de ver, sentir e comportar-se etc.), tornando-se “invenções” ligadas a um passado distante que, como apresentado, podem nunca ter existido daquela maneira como é expressa, como é “inventada”.

Hobsbawm (1997, p. 13) considera, portanto que a “invenção de tradições” é essencialmente um processo de “formalização e ritualização”, caracterizado, por referir-se ao passado, “mesmo que apenas pela imposição da repetição”.

Nesse sentido:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Outro elemento importante na construção da identidade cultural se refere às estratégias discursivas de narrativa ligadas a cultura nacional e, num sentido mais restrito, de um recorte espacial como um estado ou município etc. Para Hall (2004), a narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas “oficiais”, na mídia e na cultura popular fornecem discursivos que contêm uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais que representam o *compartilhamento* de experiências: de perdas, de alegrias, de vitórias, de derrotas, de silêncios e de gritos etc.⁵⁰ Assim, podemos dizer que membros de um recorte espacial compartilham, em alguma medida, de uma narrativa que simboliza e materializa uma relação e, com isso, um (con)sentimento (o que não impede, entretanto, que haja resistência, pois, como afirma Michel Foucault [1985], onde há poder há resistência).

Também, para Hall (2004), a narrativa é construída a partir e na ênfase das origens de determinado grupo social. A identidade, nesse sentido, é “representada por ‘coisas’ que estão sempre lá, estão ‘adormecidas’ mas podem ser ‘acordadas’ a qualquer momento” (p. 56). Por isso, para o autor, os elementos e/ou a carga simbólica que participa dessa narrativa permanecem como “imutáveis”, apesar de todas as discontinuidades da história e, portanto, da geografia. Essa narração é construída e se apresenta a partir da história “oficial” do “nascimento” enquanto “unificada”, “imutável”, “eterna” ao longo das transformações da sociedade, das discontinuidades, das rupturas etc. Assim, tem-se a idéia construída simbolicamente, segundo Hall, de

⁵⁰ É interessante ressaltar, que esse compartilhamento de experiências se deve a um compartilhamento territorial, ou seja, a uma relação estabelecida “univocamente” entre as experiências dos indivíduos e uma parcela referencial e mediadora do espaço.

povo “original”, “pioneiro”, “puro”, “superior”, com suas práticas que são “únicas” e com qualidades que são “especiais”, “acima” de quaisquer espaço(s)-tempo(s) outro(s). Entretanto, na realidade, na dura realidade vivida, raramente é o povo “especial” e “único” que exercita o poder da sociedade, o poder de controlar, de “viver bem” etc.

A narração é, portanto, um discurso que mascara e encobre viveres e saberes que se quer homogêneo, que deturpa as “qualidades” e os “defeitos” de um povo, de um grupo social. São construções que servem para encobrir, para generalizar, para subverter a realidade em prol de alguns, ou seja, dos detentores do poder hegemônico local, regional e/ou nacional. A narrativa é uma construção discursiva dentro de um campo de poder, de um campo daqueles que exercem o poder sobre determinado contexto, situações e relações, sobre e em um território.

Outro recurso simbólico para o acionamento da identidade é a memória. Para Mendes (2005), com a multiplicação das opções de relações e de contatos com a globalização, “ocorre em simultâneo, e em aparente contradição, um tempo de localismos, territorializações de identidade, de singularidades, de genealogias e de memórias” (p. 513).

Por isso, para o autor, a temática das identidades se cruza com a questão da produção e perpetuação das memórias sociais. “Estas, para serem eficazes, têm que ser celebradas e comemoradas”. Papel relevante, portanto, cabe aos mediadores, aos empresários da memória (na concepção de Michel Pollack [1992]), que num trabalho identitário constante procuram reiterar as “certezas adquiridas”, os “axiomas”, “fixar” e “cristalizar” e/ou adaptar a tradição, contra o efeito perturbador e desafiador do “acaso” e dos “imprevistos”. Para Mendes (2005, pp. 513-514), os mediadores da memória procuram impossibilitar o pensar de alternativas, fechar o campo celebratório. Na solidificação das memórias, essencial é a possibilidade de *simbolização* e da sua reprodução ritualística. As identidades, nesse sentido, se ligam ao “discurso performático”, um discurso que é ativado e que se aplica no cotidiano em uma fusão parcial na coletividade e na comunidade, ou seja, em um território.

Assim, a memória é um elemento fundamental na apreensão da construção e desconstrução das identidades. Como afirma Pollak (1992, p. 2004), “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva”. Para Mendes (2005, pp. 514-515), a memória é marcada pela descrição e pelos predicados que buscam uma qualificação ou não dos acontecimentos e traços que deixou. Para o autor, através do estudo da memória temos um melhor acesso ao sentido

de certos acontecimentos, uma verdade subjetiva e não-referencial a uma “história oficial”, “colonizada”. Busca-se o desvendamento, a “escavação” que permite conhecer no interior de um grupo e no seu contexto as experiências dos que detém as ideologias e/ou discursos opostos, ou seja, chegar até as contradições, os conflitos, as relações.

Mas também, para o autor, o estudo da identidade não deve desconsiderar ou ir em oposição à “história oficial”, mas sim, estabelecer uma relação de complementariedade. À “verdade” construída pela “história oficial” deve se acrescentar a “verdade” de desvendamento característica da memória. Com isso, o interessante é compreender como que as pessoas utilizam a memória e a cultura como um tema para reivindicarem, descartarem, imputarem ou resistirem a relações particulares e específicas de um determinado contexto de enunciação, de um determinado espaço de relação. Assim, em relação à memória:

É preciso indagar como e por quem os fatores sociais se solidificam e se dotam de durabilidade e estabilidade. *A memória torna-se, assim, campo e objeto de luta, havendo que identificar como funcionam as redes sociais e cognitivas que procuram impor a sua versão do passado e da identidade oficial. A memória resulta sempre de um trabalho de construção e reconstrução permanente, de um trabalho de enquadramento.* Este trabalho de enquadramento da memória tem os seus atores profissionais, aquilo a que Michael Pollak chama de “empresários da memória”. *O resultado deste trabalho fica visível em objetos materiais (monumentos, museus, etc.) e é um dos ingredientes essenciais na manutenção dos grupos e das estruturas institucionais de uma sociedade.* Por uma lógica de simetria, a análise das memórias individuais permitirá salientar os limites do trabalho de enquadramento e especificar o trabalho pessoal, *pela narrativa e pelo discurso, de gestão das contradições, conflitos, rupturas ou continuidades entre a imagem oficial do passado e da identidade e as memórias e experiências pessoais* (MENDES, 2005, p. 514, [grifos nossos]).

É importante afirmar, contudo, que a memória não existe sem a mediação/referência/relação com o espaço e o tempo. De acordo com Halbwachs (2006), a memória é enfatizada a partir da inseparabilidade entre o *tempo e o espaço*, como um conjunto de *lembranças* construídas socialmente e referenciadas no espaço-tempo. Por isso, toda memória coletiva⁵¹ tem como “suporte um grupo limitado no

⁵¹ Ainda, segundo Halbwachs (2006, p. 102), a memória coletiva “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém o passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo” E, também, “Na realidade, existe muitas memórias coletivas”. Para Oliven (1992, p. 20), “A memória coletiva está ligada a um grupo relativamente restrito e portador de uma tradição, aproximando-se do mito

tempo e no espaço” (p. 106) e, por isso, não pode haver memória coletiva “que não se desenvolva num quadro espacial” (p. 164).

Desse modo, segundo Mendes (2005), as identidades emergem da *narrativização* do sujeito (ou de um grupo) e das suas vivências sociais, *buscando não deixar* que a natureza necessariamente ficcional deste processo afete na eficácia discursiva, material ou política da construção e “manutenção” das mesmas. Nesse sentido, “as identidades constroem-se no e pelo discurso, em lugares históricos e institucionais específicos, em formações prático-discursivas específicas e por estratégias enunciativas precisas” (p. 505).

No entanto, as identidades também contêm o seu reverso e aí reside a importância da relação e do desvendamento da memória dos sujeitos. Todas as sociedades, grupos e classes sociais produzem memórias subterrâneas, escondidas, silenciadas, camufladas, esquecidas no “discurso performático” que enaltece umas e encobre outras relações. Por isso, para Mendes (2005, p. 506), é imprescindível que se privilegie na análise “os espaços onde exista conflito e competição entre memórias concorrentes”, pois as “memórias subterrâneas constituem-se e reproduzem-se em redes sociais informais, cabendo verificar como se relacionam com as memórias oficiais e quais as condições materiais, sociais e simbólicas para se reproduzirem”.

Assim, Mendes (2005), baseado em Stuart Hall, ressalta que a identidade funciona como articulador e como ponto de ligação entre os discursos e as práticas sociais. Os discursos buscam interpelar, falar, impor e produzir os sujeitos de um lugar com relações características singulares, distintivas, particulares; esses discursos produzem a subjetividade que constrói os sujeitos que podem falar e ser falados.

Ademais, para o autor, as identidades são ativadas estrategicamente pelas contingências, pelas lutas, sendo permanentemente reconstruídas na ação. Assim, as práticas identitárias são relacionais e múltiplas, baseadas na diferenciação e na identificação que são sempre situacionais, históricos e geográficos, havendo em cada período de espaço-tempo expressões, discursos, narrativas, estratégias e/ou práticas identitárias que são hegemônicas, dominantes. Essa permanência identitária hegemônica é elaborada pela narrativa, dentro de discursos ativados em contextos singulares. Também, a questão do poder e da desigualdade no processo identitário devem ser

e manifestando-se através da ritualização dessa tradição. Já a memória nacional refere-se a uma entidade mais ampla e genérica (a nação), aproximando-se mais da ideologia e, por conseguinte, estendendo-se à sociedade como um todo e definindo-se como universal”.

analisados, pois “a posição no espaço social, o capital simbólico de quem diz o quê, condiciona a construção, legitimação, apresentação e manutenção das identidades” (MENDES, 2005, p. 505).

Uma perspectiva eminentemente geográfica, para entender a questão das identidades, é a proposição feita por Haesbaert (1999), de que determinadas identidades são construídas a partir da relação concreta/simbólica e material/imaginária dos grupos sociais com o território. Estas seriam identidades territoriais por serem construídas pelo processo de territorialização. O *território* enquanto *processo* se realiza por um sistema de classificação que é ao mesmo tempo funcional e simbólico, incluindo e excluindo por suas fronteiras, (re)forçando as desigualdades sociais e as diferenças culturais entre indivíduos e/ou grupos sociais. Assim, o processo de territorialização, seja pela funcionalização (domínio) ou pela simbolização (apropriação), ou pela combinação simultânea desses dois movimentos, constrói diferenças, alteridades e identidades. De acordo com o autor, cada território se constrói por uma combinação e imbricação única de múltiplas relações de poder, do mais material e funcional, ligado a interesses econômicos e políticos, ao poder mais simbólico e expressivo e às relações de ordem mais estritamente cultural.

Nesse sentido:

A identidade, em primeiro lugar, pode tanto estar referida a pessoas como a objetos, coisas. Em segundo lugar, ela implica uma relação de semelhança ou de igualdade. Este é talvez seu maior paradoxo: encontrar a igualdade num “objeto” ou “pessoa”, ou seja, defini-la a partir de características que a revelem na sua totalidade, na sua “inteireza”, encontrar um significado, um sentido geral e comum. Esta busca do igual do idêntico, pode ser trocada pela busca do “verdadeiro”, do “autêntico”, como se a verdade fosse uma e indivisível. Se a identidade de um indivíduo é dificilmente ainda, revelada, uma identidade mais ampla, envolvendo um grupo de indivíduos ou mesmo uma “cultura”, ou “civilização”, pode ser uma temeridade (HAESBAERT, 1999, p. 173).

A identidade está relacionada a pessoas e objetos, em situação de semelhança ou de desigualdade. Por isso, para o autor (talvez) o maior paradoxo seja encontrar a diferença e igualdade num “objeto” ou “pessoa”, ou seja, buscar aquilo que é singular, “único”, com o geral, com a totalidade, apreendendo o significado específico e geral. Também, a identidade individual e/ou social está carregada, ao mesmo tempo, de subjetividade e de objetividade, pois, “por mais que se reconstrua *simbolicamente um*

espaço, sua dimensão mais concreta constitui, de alguma forma, um componente estruturador da identidade” (HAESBAERT, 1999, p. 174, [grifos do autor]).

Nesse âmbito, para compreendermos como que a identidade social é através da mediação do espaço, identidade territorial, segundo Haesbaert, é importante a atuação do símbolo, ou, se quisermos, do poder simbólico. Por isso, para o autor, os símbolos contêm e mantêm uma relação direta com a nomeação (ou poder de nomear as coisas e as pessoas), que é carregado de subjetividade; o símbolo tem a capacidade de criar sentidos, indiretos, secundários e, até mesmo, inesperados; a identidade social, desse modo, é mobilizada e mobiliza um poder simbólico (tal como definiu Bourdieu [1989]) que se desdobra e é espaço. O símbolo é alocado em ponto estratégico e referencial do espaço, que atua como constructo fundamental do poder simbólico.

Contudo, nos símbolos, haveria sempre um deslocamento de sentido, nunca de todo definido ou explicado; esse “deslizamento” de sentido, de acordo com Haesbaert (2001a), nunca pode ser total e o símbolo precisa sempre de algum referente concreto e espacial para se realizar. Este referente, por exemplo, pode ser um recorte ou uma característica espacial através de uma *di-visão* geográfica; neste caso, podemos ter a construção de uma identidade pelo/com o território, ou seja, construindo aquilo que o autor chama de identidade territorial. Assim,

(...) a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção dessa *identidade parte do ou transpassa* o território. Território que pode ser percebido em suas múltiplas perspectivas, desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, “vivido”, que “simboliza” uma comunidade, até um recorte geográfico mais amplo e em tese mais abstrato, como o do Estado-nação (HAESBAERT, 1999, pp. 178-179, [grifos do autor]).

Nessa perspectiva, o poder simbólico constrói a identidade através de sua eficácia em “naturalizar” a ação, a mobilização e o “(con)sentimento” sobre (e em) um território; é o poder que constrói a identidade territorial pela eficácia da “naturalização” das relações, tornando a identidade um elemento puramente “objetivo”, “dado”, mas que, no entanto, é permeado de subjetividade. Essa construção, segundo Haesbaert (1999), transforma a complexidade do poder simbólico e sua trama territorial no “simplismo” de uma “construção natural”, a-histórica e aparentemente imóvel, pois “seu poder, assim, é muitas vezes mais forte e eficaz do que o poder ‘objetivo’, mais

concreto, porque o poder simbólico é mais sutil em suas formas de manifestação e, portanto, mais dificilmente reconhecido” (p. 178).

Assim, as identidades são construções ancoradas/produzidas em determinados referenciais de espaço-tempo, ganhando aparência de “concretude” pela “naturalização” de sua existência e atuação. Desse modo, segundo Haesbaert (2007), as identidades, em seu caráter múltiplo e relacional, são sempre re-configuradas tanto em relação ao passado, aliando memória e/ou imaginação (poderíamos dizer, também, aqui, invenção), portanto, aliados à dimensão história, produzem o presente apontando o futuro, do qual se utilizam do entorno e dos contornos espaciais dos quais são vividos, vivenciados, experienciados, “comidos”, “roídos”, recorrendo, também, à dimensão geográfica, sócio-espacial.

A identidade, nesse sentido, cria e re-cria espaços de referência identitária. Esse referente espacial é produzido tanto concreta como simbolicamente, onde se produz e se ancora determinada cultura que é, em alguma medida, também política. Refere-se, portanto, ao recorte espaço-temporal das relações onde se realiza, simbólica e materialmente a experiência social, política e cultural. É nele que são *mobilizadas* as práticas materiais (formas de uso, produção e organização do espaço) e as representações espaciais (os significados, os símbolos, a imaginação, a invenção, os modos de ver, sentir e “provar” o espaço), que constroem o sentimento e o significado de pertencimento dos grupos ou indivíduos em relação a um território, isto é, *são* e re-produzem constantemente o território. Nessa perspectiva:

A identidade territorial só se efetiva quando um referente espacial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo, um espaço em que a apropriação é vista em primeiro lugar a partir da filiação territorial, e onde tal filiação inclui o potencial de ser ativada, em diferentes momentos, como instrumento de reivindicação política. Os casos mais conhecidos e “tradicionais” são os das identidades de bairro (articulando “associações de moradores”, por exemplo), de municípios, regiões Estados-nações. Mas vários outros grupos ou comunidades podem também, ocasionalmente, acionar identidades territoriais de acordo com as estratégias políticas em jogo, muito além do simples jogo “tradicional” das identidades territoriais “encaixadas” que caracterizam o mundo estatal moderno (da propriedade privada e do município ou zona administrativa ao Estado-nação ou Bloco de Poder) (HAESBAERT, 2001b, p. 45, [grifos nossos]).

A identidade territorial, tal qual propõem o autor, aciona-se em espaços e tempos, geografias e histórias para produzir e moldar uma mobilização e consentimento, de modo que os sujeitos de um determinado recorte espacial, de um território, se reconheçam, em alguma medida, como participantes de um espaço-tempo e de uma “sociedade comum”. Cria-se, portanto, uma consciência sócio-espacial de pertencimento; é o sentido de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os sentimentos de reconhecimento com indivíduos e/ou grupo social em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Essa consciência identitária não é natural ou essencial, é uma construção simbólica-política e estratégica-posicional-discursiva. Constroem-se através de representações espaciais que envolvem, concomitantemente, o domínio funcional-estratégico sobre um demarcado espaço (através de finalidades) e a apropriação simbólico/expressiva do espaço (através de afetividades).

Haesbaert (2007) ressalta, também, que a identificação é um processo espacial. A identificação está ligada ao identificar-se com uma pessoa, com um lugar, com um território. Identificar-se, assim, se desdobra com e a partir da dimensão espacial; identificar-se produz também comparações e classificações; identificar-se com um território pressupõe não se identificar com outro território, o que, pressupõe, novamente, comparações, classificações etc., que são construídas através de disputas e, portanto, de relações de poder. Assim, “se identificar(-se) é também, de alguma forma, classificar, estas classificações com que re-significamos o mundo, nós e os outros”, inclusive através dos territórios, “são objeto de intensas disputadas entre aqueles que têm o poder de formular e mesmo de fixar estas classificações” (p. 37).

Por isso, para Haesbaert (2006a), toda relação de poder espacialmente medida é também produtora de identidade, pois controla, distingue, classifica, exclui, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia, *classifica* (e, portanto, exclui) os indivíduos e os grupos sociais das relações, dos territórios. Por outro lado, todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como (geo)estratégia em momentos de conflito e/ou negociação. Desse modo, a identidade busca construir um “cimento entre as classes” podendo produzir tanto a dominação quanto à resistência.

Assim, em função dessas considerações sistematizadas a partir de alguns autores, compreendemos que a identidade é construída tanto geográfica quanto historicamente pelas relações sociais. Envolve, concomitantemente, a dimensão espacial, material e simbólica da realidade praticada, vivida. Assim, a identidade é

aberta, é múltipla, é relacional, é uma construção (um constructo), um efeito mobilizador, um processo de produção, um ato performático e político, discursivo e narrativo que pode produzir consentimento e ação. A identidade é instável, contraditória, “inconsistente”, inacabada. A identidade está ligada às representações: classificações, divisões, comparações, exclusões e nomeações. E, por tudo isso, está estreitamente conectada, impregnada e preñe de conflitos, de disputas, de *di-visões*, de ações, do (con)sentimento, da mobilização, do silenciar, do legitimar, do exaltar/enaltecer ao esconder/dissimular, da dominância e da resistência, isto é, de profundas relações de poder.

Nesse sentido, segundo Mendes (2005, p. 534), na análise da construção cultural e política da identidade, “não é de esperar que o analista saia incólume, mas espera-se um esforço de apresentação das diferentes perspectivas, numa contribuição modesta para o sublinhar da humanidade que habita em todos nós”. E, com isso, concordamos com Boaventura de Sousa Santos (1997, p. 30), quando afirma que “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes, quando a igualdade os descaracteriza”.

CAPÍTULO 4

O “SERTÃO INÓSPITO”:

a invenção do sudoeste paranaense entre 1900-1940

Revisitar os enunciados e as práticas sociais que promoveram o “surgimento” do Sudoeste do Paraná como representação do espaço, permite revelar como ocorre(u) o processo de invenção, da criação de novos sentidos e de novas formas para a região, quais contextos sócio-políticos, culturais e econômicos que ativa(ra)m o poder de representação do espaço e, portanto, de seus habitantes.

Nosso objetivo, portanto, é o de compreender a produção de uma representação imagético-discursiva do Sudoeste paranaense como um espaço regional de fronteira entre os países da Argentina, do Paraguai e do estado brasileiro de Santa Catarina, no início do século XX. Para isso, a análise dos discursos imagéticos passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês, que se repetem e que inventaram a região e seus habitantes. A *região*, portanto, é uma *invenção* enquanto *representação* do *espaço* produzida através de determinadas relações de poder e de saber a elas correspondente, a elas criadas com a intencionalidade de dotar o espaço de significados, de valores, de conteúdos, enfim, de *função* política.

A região é muitas vezes criação do pesquisador, mas também pode ser forjada, inventada e reinventada a partir de alguns interesses, pois, como diz Bourdieu (1998), a região é alvo de disputas, de lutas pelo poder “quase mágico”, isto é, do poder simbólico, de fazer crer e ver determinada realidade espacial, ordem e significado.

Para Albuquerque Júnior (2001), inventar uma região é tarefa dos discursos que produzem imagens, que produzem fronteiras através de modos de ser, de se portar, de se relacionar, de ver a si mesmo e ao outro, ao seu território, ao seu mundo. Por isso, “*definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza*” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 24, [grifos, em itálico, totais do autor]).

Também, é importante mencionar que a região é normalmente localizada/produzida no interior de um Estado-Nação e, por isso, se constitui enquanto uma escala subnacional. Logo, a região se constitui a partir de uma nação, de um

território nacional. Historicamente, as regiões podem ser pensadas como emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder e da divisão social e territorial do trabalho. São recortes que surgem a partir de enfrentamentos que ocorrem entre os diferentes grupos sociais no interior da nação. A diferenciação, portanto, é atribuída a um caráter de luta, de disputa de interesses específicos. A região se define, frente ao Estado-Nação, como um “território” contínuo não fragmentado e moldado espacialmente no estilo “colcha de retalhos”, em que, especialmente a modernidade capitalista tentou inserir em todos os pontos do planeta. Assim, a região é:

Um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológica-cultural e representatividade política, *articulado em função de interesses específicos*, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco “regional” de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução (HABESBAERT, 1988, p. 26, [grifos nossos]).

No início do século XX, o Sudoeste do Paraná teve uma imagem construída a partir de representantes do Estado e por intelectuais que atribuíram significados e adjetivos para “qualificar”, inventar e representar a região. A maioria dessas representações *nomeia e classifica* a região enquanto “sertão”.⁵² Este “sertão” ainda foi adjetivado com muitas “qualidades”, dentre as quais iremos desdobrar algumas dessas imagens/representações produzidas por discursos com interesses específicos.

Logo, é importante afirmar, de acordo com Almeida (2003, p. 74), “que o sertão/espaço não existe em si mesmo, mas unicamente através de um conjunto de efeitos ou de interações que ele engendra”. Para a autora, o sertão deve ser analisado e compreendido enquanto “campo topológico”, como produto particular de uma história, de uma cultura, de uma política.

Ainda, para Almeida (2003, p. 72), o sertão/espaço apresenta duas visões/representações: a primeira é aquela representação do sertão elaborado pelos “de fora”, viajantes, cronistas, representantes do exército etc., cujas narrativas destinavam-se a saciar a curiosidade de outros e a ensinar o que havia no interior do Brasil; a segunda visão resgata os sertões enquanto lugar, espaço de experiência e vivência dos sertanejos, dos seus valores, das suas práticas sociais, ou seja, a visão dos “de dentro”.

⁵² Conforme assinala Arruda (2000, p. 28), “O termo ‘sertões’ é uma representação cultural, leitura elaborada da realidade constituída do real, dos próprios lugares físicos e também, talvez principalmente, da memória de um processo de transformação da paisagem, com todos os conflitos ocorridos na concreta “reocupação” espacial do chamado ‘sertão’”.

Deste modo, analisaremos aqui, neste item, a representação/visão do Sudoeste paranaense enquanto sertão inventado/representado pelos “de fora”.

Um dos “primeiros” discursos performáticos, mobilizados para inventar a região Sudoeste paranaense, foi produzido por Domingos Nascimento em seu livro *Pela fronteira*. Este paranaense, membro de uma elite intelectual republicana, do exército e do governo do Estado, tentava de alguma forma estabelecer, através da escrita, um Paraná “ideal”.

Domingos Nascimento (1903), a partir de uma perspectiva positivista, buscou, através de uma viagem feita pelo interior do Paraná, no início do século XX, construir uma imagem, uma representação do interior do Paraná (logo, do Sudoeste paranaense), sobretudo, a partir das suas comparações feitas com Curitiba, a capital do estado. Seus ideais, portanto, passavam pela industrialização, pela adoção de uma “agricultura racional”, pelo progresso científico, pela valorização de um corpo sadio e de uma sociedade ordeira e pacífica.

Nas comparações feitas por ele entre Curitiba e o interior, tem-se a dicotomia entre litoral e civilização. Nascimento (1903) denominava o interior paranaense enquanto “*sertão inóspito*”, que era o lugar da “*barbárie*” e da “*incivilização*”. Em contraponto, o Paraná “ideal” por ele representado deveria ter Curitiba como modelo, por esta ser considerada sinônimo de *civilização, racionalidade, industrialização e progresso*. O sertão aparece, portanto, sempre distante da “civilização”, espaço “atrasado”, “arcaico” e que precisa ser modificado, transformado, “dominado”, “racionalizado”.

No início do século XX, o Sudoeste continha a imagem e o discurso, criado a partir do *sertão*, da não-civilização, do interior que era “inferior” ao litoral. Em 1903, quando o Coronel Domingos Nascimento partiu em sua viagem de União da Vitória em direção ao Sudoeste paranaense, ele escreveu: “partimos ao couro estrada afora”. Daí em diante, deixava-se a civilização para trás e adentrava-se no domínio da pistola, da incivilização, da barbárie. A representação do espaço é criada através de uma maquinaria discursiva-imagética da região enquanto refúgio de bandidos, ou, pelo menos, dos fora da lei. O “couro” era a terra marcada pela ilegalidade, pela falta de lei, portanto, de uma região “sem leis”.

Tais discursos, segundo Albuquerque Júnior (2001), tendem a valorizar (e até sobrevalorizar) a sociedade da lei e da disciplina, em contraposição à sociedade da indisciplina, da falta de leis, da falta de códigos escritos, de normas e valores

“racionais”. Essas representações procuram produzir a região ilegal em contraposição à região legal, que deve ser implantada sobre aquela; demonstra-se a oposição entre o sertão arcaico e o litoral moderno. Buscava-se reproduzir repetidamente essas representações do espaço para ressaltar as diferenças, criando, assim, uma demanda, uma relação a uma ordem futura que é necessária criar, estabelecendo naquela região a dominação e a “racionalização”: a modernização deveria ser levada até o sertão.

Nesse sentido, no Brasil nesse período, o que temos foi à invenção de várias regiões-sertões pelo interior do país, do qual o Sudoeste paranaense seria uma delas. Galetti (2000, p. 33), por exemplo, discute como que no período que se estende de inícios do século XVIII a princípios do XIX o espaço geográfico aonde viria a se definir o território do estado de Mato Grosso era concebido inicialmente como *sertão* e que vai se configurando como uma *região colonial* na sua condição específica de *fronteira*. Segundo a autora, Mato Grosso foi inventado nesse período com aqueles significados no qual *sertão* ora designou a “região” limite entre natureza e cultura, civilização e barbárie; e, ora definiu os marcos simbólicos de uma alteridade entre selvagens e civilizados e entre soberanias distintas.

Assim, as invenções de regiões-sertões no interior do país assumiram valores estratégicos para construir “o projeto de fazer do Brasil uma nação civilizada” instalando “o ideário liberal burguês de progresso e civilização” sendo que “Mato Grosso será representado no mapa do país a partir de sua emancipação política” (GALETTI, 2000, p. 34). E por isso, as regiões enquanto base do poder territorial como considera Becker (1983, p. 9), “em diferentes momentos, diferentes escalas regionais assumem valor estratégico”. Para “as forças dominantes, a valorização de uma determinada escala se efetua em função da otimização da ação econômica e política, e para as forças dominadas, como base territorial para reivindicações políticas”.

Nesse sentido, o sociólogo Ricardo Abramovay, realizando estudos sobre as transformações na agricultura camponesa no Sudoeste paranaense, fez a seguinte afirmação, ao período espaço-temporal que estamos analisando: “até o final dos anos de 1940, o Sudoeste Paranaense, era um ‘sertão bravo’” (1981, p. 5). Assim, o sertão era qualificado como “bravo”, uma região de “difícil acesso”, uma “região inóspita”.

Para Abramovay (1981), a região era sinônimo de “atraso”, possuía sujeitos com modos arcaicos de viver. Os caboclos, habitantes da região neste período, eram qualificados como “primitivos” pela sua “não-racionalidade”, pela sua imprevidência em relação ao acúmulo de bens; pelas suas relações de trabalho diferentes à lógica

“racional” e da ciranda mercantil (voltaremos e desdobraremos melhor esta questão sobre os caboclos no próximo item deste capítulo).

O historiador Ruy Wachowicz, autor de grande contribuição para a análise do Sudoeste do Paraná, sobre a região em análise, apontou: “No início do século XX, o sudoeste paranaense, de Mariópolis até a fronteira Argentina, continuava a ser um imenso vazio demográfico” (1987, p. 55). Em outro livro, este autor considerou o Sudoeste paranaense como “uma região mal povoada, com *sertões brutos* e desabitados” (WACHOWICZ, 1988, p. 141, [grifos nossos]).

Segundo Klauck (2005, p. 246), a representação do espaço enquanto “vazio” se configura pela *ausência* de populações “*reconhecidamente*” ocupantes desta região. A representação da região atua, portanto, no sentido de *legitimar* que outras pessoas se desloquem para ocupar o espaço denominado “vazio”, pois as pessoas que lá estão não são consideradas e nem reconhecidas como pertencentes e produtoras do referido espaço-temporal subnacional.

Por isso, as afirmações imagético-discursivas sobre o “vazio” revelam que os clichês são constantemente retomados e *acionadas* em períodos em que, de alguma forma, o Estado, sobretudo, direciona *olhares* ou *ações* para esta região. Ou seja, inventava-se através da representação uma região enquanto “vazio” e “sertão inóspito” para criar uma demanda, uma futura necessidade de colonização, de “ocupação definitiva e densa” da região. Para Souza (1997, p. 139), no interior da “sociografia” a fronteira significa a “expansão territorial da nação” a partir de um projeto e de um conjunto de representações semânticas e espaciais. Por isso, segundo a autora “conceber a transformação do ‘sertão-vazio’ central como deslocamento de fronteira carrega definições que trazem novidades”, isto é, mudanças em grande medida impostas por um olhar de fundo econômico e exterior. Conforme Souza, “os efeitos mais imediatos, a intensificação e a definitiva supremacia de um paradigma com semântica econômica para olhar e descrever o vazio, bem como para justificar a ação sobre ele”. Assim, os objetivos da transformação e da utilização das “regiões sabidas desertas de capitais”, necessitam de uma “maior precisão na demarcação do sertão de que se fala. Alvos que precisam estar em foco inconfundível”, ou seja, um recorte territorial precisamente delimitado para a *atuação* do projeto da nação e conseqüentemente da expansão territorial da fronteira “nacionalizante”.

João Bosco Feres (1990, p. 494) afirmou que “o Sudoeste do Paraná era um sertão selvagem onde se localizava alguns habitantes primitivos”, era uma “terra de

ninguém”, uma “mata virgem”. O autor produzia a região como “selvagem”, terra que precisa ser “amansada”, “domada”, “dominada” por outros homens com concepções modernas de mundo. A região precisava, na ótica do autor, ser integrada ao mercado, à lógica da reprodução econômica, a ciranda mercantil para se desenvolver, para o progresso etc. A região aparecia representada como sinônimo de estagnação, de “vazio”, de falta de população, de falta de trabalho e trabalhadores qualificados e com mentalidades para a transformação do espaço que se quer moderno, racional, desenvolvido.⁵³

É recorrente também, nas obras do historiador Hermógenes Lazier e do economista Pedro Calil Padis – que analisaram o Sudoeste do Paraná – aparecer o discurso da região enquanto sertão, enquanto espaço que não havia nada, que estava tudo por ser feito, por ser ocupado, por ser transformado e “integrado” ao território nacional brasileiro. Para Padis (1981), o Sudoeste do Paraná era uma região representada enquanto “sertão fechado” e como “floresta densa”, onde o Estado nacional deveria colonizar, deveria estar presente através da instalação de órgãos políticos administrativos.

Lazier (1998) afirma que, no início do século XX, na região “existiam alguns moradores dispersos, inclusive fugitivos da justiça” (p. 30-31). Esses moradores eram estereotipados de maneira pejorativa e não eram reconhecidos enquanto ocupantes e pertencentes a essa região. Assim, a representação inventa o presente e aponta para o futuro a necessidade de se trazer outras pessoas para a região, para ocupá-la em grande número, por sujeitos que fossem “aceitáveis” a aquela região idealizada pelo autor. A preocupação com os “foragidos da polícia” aparece no discurso do autor, que representa a região enquanto “refúgio da ilegalidade”.

O geógrafo Roberto Lobato Corrêa, em seu texto *O Sudoeste paranaense antes da colonização*, analisou como a região era constituída antes da migração gaúcha e catarinense, que se dá a partir da década de 1940, construindo a seguinte representação do espaço: para o autor, o Sudoeste paranaense era um “longínquo e pouco conhecido sertão florestal” (1970a, p. 87). Ademais:

⁵³ Conforme aponta Bauman (1999a, pp. 15-16), “a prática tipicamente moderna, a substancia da política moderna, do intelecto moderno, da vida moderna, é o esforço para exterminar a ambivalência: um esforço para definir com precisão – e suprimir ou eliminar tudo que na poderia ser ou não fosse precisamente definido. A prática moderna não visa à conquista de terras estrangeiras, mas o *preenchimento* das *manchas vazias* no *compleat mappa mundi*. É a prática moderna, não a natureza, que realmente não tolera o vazio”.

Em 1900, segundo o Recenseamento daquele ano, a população do então vastíssimo município de Clevelândia, onde em grande parte se incluía o *Sudoeste paranaense*, era pouco superior a 3000 habitantes. *Tratava-se, portanto, de um vazio demográfico (...)* (CORRÊA, 1970a, p. 88, [grifos nossos]).

Ora, se a região continha uma população um pouco superior a 3000 habitantes, como pôde considerar esse espaço enquanto “vazio demográfico”? Quais os critérios para tal afirmação? Criava-se, portanto, uma representação imagético-discursiva do Sudoeste paranaense para tornar “visível” o “dizível”, como reitera Albuquerque Júnior (2001). Ou seja, mesmo a região sendo habitada por mais de 3000 habitantes, estes não eram “reconhecidos” enquanto pertencentes à parcela do espaço.

De acordo com Mota (1994, p. 9), no interior do Paraná os agentes da projeção dessa representação do espaço como “vazio demográfico” foram: a história oficial das companhias colonizadoras; as falas governamentais e sua incorporação nos escritos que fazem a apologia da colonização exaltando seu pioneirismo; e, a idéia de vazio demográfico e de sertão produzida por geógrafos, historiadores e sociólogos. Segundo o autor, a construção do “vazio demográfico” foi uma forma de *ocultar* os conflitos indígenas e caboclos no Paraná. Por isso, a idéia de “vazio demográfico” esteve assentada na ideologia de espaço desabitado, o que *encobre* os sujeitos existentes nesses espaços. Essa representação espacial mistificou a idéia de um processo harmonioso e pacífico elaborado pela ótica colonialista de expansão territorial das relações capitalistas e de um processo civilizador.

Neil Smith (1988) analisando a literatura da conquista do século XIX do território norte-americano assinala que a ideologia de dominação da natureza, da natureza como algo exterior ao social, ao homem que a subjuga, foi e é um produto social que tem função política de dominação e apropriação de “territórios” ao sistema capitalista e a civilização. Assim:

Embora a linguagem fosse refinada, a imaginação menos ativa, e focalizasse mais ênfase sobre a conquista que sobre aquilo que era conquistado, a literatura de conquista do século dezenove reflete a mesma antipatia com relação à natureza selvagem. O sertão é a antítese da civilização; ele é estéril, terrível, até mesmo sinistro, não tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu habitat “natural”. O natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização (SMITH, 1988, p. 37).

Inventava-se e representava-se, portanto, o Sudoeste paranaense como um “vazio demográfico” a ser ocupado pela colonização “pioneira”. “Vazio” criado pelo e para o encobrimento, expulsão e/ou eliminação das populações indígenas e caboclas que desse modo, foram colocadas a margem do tempo-espaço, da história e geografia. E, nesse sentido a região foi inventada, pois:

(...) se institui, paulatinamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si, um não representa o outro. *A verdade sobre a região é constituída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível.* O que emerge como visibilidade regional não é representado, mas construído com a ajuda do dizível ou contra ele. Falar e ver são formas diversas de dominar este objeto regional, que podem se dirigir ou não no mesmo sentido. Nem sempre o enunciável se torna prática e nem toda prática é transformada em discurso. Os discursos fazem ver, embora possam fazer ver algo diferente do que dizem. São as estratégias de poder que orientam os encontros ou as divergências entre o visível e o dizível e o contato entre eles (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 46, [grifos nossos]).

Assim, as representações sobre o espaço produziram historicamente a região Sudoeste paranaense enquanto *sertão*, especialmente, entre o período de 1900 a 1940. Através de um conjunto de textos, enunciados, discursos e imagens, produziram-se a representação da região. Para Lefebvre (1983, p. 29), “as representações são produtos da mente humana (...). Interpretações da prática mutiladora e transformadora que se utiliza politicamente”⁵⁴. Entretanto, “a representação não consiste em um imaginário, em uma reflexão ou, em uma abstração qualquer, mas, em uma *medição*”⁵⁵ (p. 37). É uma relação exata entre o que é representado, o fenômeno, e a representação que se dá através da medição, da função⁵⁶. Por isso, o Sudoeste do Paraná é o objeto, o representado, e a representação implica na sua “qualificação”, ou seja, no discurso de “região-*sertão*” que deve ser transformada, que deve ser ocupada, colonizada. A representação da região, enquanto “vazio demográfico”, inventa sua medição, sua *função* enquanto representação do espaço que é a de ser ocupada, “preenchida de pessoas” com outro perfil do que aqueles “dispersos, rarefeitos, caboclos e fugitivos da lei”, que até então, estão e são no espaço.

⁵⁴ No original: “as representaciones son productos de la mente humana (...). Interpretaciones de la práctica, mutiládola o transponiéndola, se utilizan políticamente”.

⁵⁵ No original: “La representación no oconsiste en una imaginaria, en um reflejo o en una abstracción cualquiera, sino en una *medición*”.

⁵⁶ No original: “La relación exacta entre lo representado (fenómeno) y la representación (medición, función, curva)” (p. 36).

Mas, as representações são falsas ou verdadeiras? Para Lefebvre:

Inevitáveis e talvez necessárias, as representações não são sem embargo verdadeiras por vocação, por essência. Nem falsas. É uma operação ulterior, uma atividade reflexiva que lhe confere verdade e/ou falsidade relacionada com as condições que são falsas e que apontam e dizem, porém, verdades com respeito ao que suporta⁵⁷ (1983, p. 52).

Assim, quando afirmamos que o sertão é uma invenção, enquanto representação do espaço no Sudoeste do Paraná, não estamos considerando nem falsa nem verdadeira sua condição. O que consideramos é a sua construção através de enunciados, através de discursos, através de “falas” que foram sendo construídas, dotando significados e, portanto, qualidades “negativas” e/ou “positivas” à região; a representação da região tem a *função* de construir a necessidade de ocupar, com outras pessoas, aquela parcela do espaço.

O que queremos sinalizar com isso são o saber e o poder de mobilização, da demanda criada para colonização e ocupação de um espaço *nominado* e *classificado* de “sertão”, “vazio demográfico”, “terra de ninguém”, “mata virgem” etc. Ou seja, buscamos compreender a representação como uma atividade reflexiva, que reflete uma imagem, um discurso, uma relação e uma *função* socioespacial, isto é, para demonstrar para que a representação serve, como afirma Lefebvre (1983).

Através dos textos e dos discursos que contêm em sua produção a região, o poder simbólico assume papel fundamental na sua invenção, na medida em que este espaço foi representado por aqueles que detêm o poder, e o saber de tornar “visível” o “dizível”. Desse modo, sobre a região e o poder simbólico (o ato “quase mágico”), Bourdieu afirma que:

A etimologia da palavra região (*regio*), tal como escreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrissis* que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc.). *Regere fines*, o acto que consiste em “traçar as fronteiras em linhas rectas”, em separar o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do estrangeiro”, é um acto *religioso*

⁵⁷ No original: “Inevitables y quizá necesarias, las representaciones no son sin embargo verdaderas por vacación, por esencia. Ni falsas. Es una operación ulterior, una actividad reflexiva, la que les confiere verdad y/o falsedad relacionándolas con las condiciones son falsas en lo que apuntan y dicen, pero verdaderas con respecto a lo que las suporta”.

realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobreviver o porvir enunciado (1998, p. 113-114, [grifos do autor]).

Neste contexto, a região Sudoeste do Paraná foi produzida e encenada como “vazio” a partir do poder simbólico, do poder “quase mágico” que produz um discurso que classifica, que recorta e que dota de significado um espaço. “Inóspito sertão” é, portanto, a designação recorrente da região correspondente ao Sudoeste do Paraná no início do século XX, até o início da década de 1940. Essa construção imagético-discursiva contou com a contribuição de diversos agentes com saber e poder, tais como representantes do Estado e dos intelectuais, que inventaram e configuraram este espaço como desprovido de populações, ou, pelo menos, com uma densidade populacional ínfima.

Estes discursos, estas imagens, esses enunciados, levam a entender a importância do significado que determinada parcela do espaço assume para um território nacional. Criava-se a demanda pela ocupação desse espaço, da sua “efetiva” ocupação, dominação e apropriação. O “inóspito sertão” era desprovido de estradas que o ligassem ao Sul e ao Norte brasileiro havendo, apenas, algumas picadas.

Há, deste modo, uma produção de discursos que se tornaram “verdadeiros” e que foram cristalizados no espaço em um tempo. Segundo Foucault (1985, p. 12), os discursos produzem regimes de verdade que são a “política geral” de verdade; são “os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos” e “a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de *dizer* o que funciona como verdadeiro”.

Para Albuquerque Júnior (2001, p. 23), uma região é produto de um discurso que precisa demarcar e medir o espaço para onde se enuncia. Assim, o discurso tem uma *topografia certa*, uma instituição certa, ou seja, a região, um espaço subnacional delimitado a partir de um poder e de um saber. A partir disso, a região é encenada, é produzida, é inventada para e a partir de um discurso que a representa enquanto espaço e que se cristaliza enquanto verdade “absoluta”, “imutável”, “homogênea”.

Representação esta que trabalha com o “poder quase mágico”, com o poder simbólico de fazer ver e crer. Assim,

(...) *dis-cursus* é, originalmente, a *ação* de correr para todo lado, são idas e vindas, *démacrhes*, intrigas e que os espaços são áreas reticulares, tramas, retramas, redes, desredes, de imagens e falas tecidas nas relações sociais. (...) Os discursos não se enunciam, a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para se legitimarem (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 23, [grifos do autor]).

O Sudoeste paranaense foi representado espacialmente através de um conjunto de verdade(s), de poder(es), da política que instituiu a verdade e o significado sobre a região. A região foi representada como lugar da ilegalidade, que criou, necessariamente, a demanda para a implementação da legalidade, da modernidade, da racionalidade, da transformação para dar “lugar” a novas espacialidade de poder e saber. Os textos, os enunciados, as imagens, os discursos que analisamos e que apresentam o Sudoeste paranaense entre 1900 a 1940, são aqueles que partem, quase sempre, de um “olhar civilizado”, de uma “fala urbano-industrial”, de um Brasil civilizado sobre um Brasil rural, tradicional, “arcaico”. O Sudoeste paranaense foi inventado enquanto uma região “rebelde” para onde deveriam ser levadas a ordem e a disciplina burguesas, a lógica capitalista, o progresso, a civilização.⁵⁸

Houve, portanto, a invenção (enquanto representação do espaço) de um *outro geográfico* que se pretendia transformar (a “região-sertão inóspito” que não era espaço do trabalho, da agricultura racional e da industrialização), e um *outro sujeito* (aqueles homens e mulher que não eram ordeiros, trabalhadores, da civilização e do progresso, enfim, que não tinham as práticas do ideal liberal burguês). Assim, o outro geográfico (a região sertão) e o outro “sujeito” (o caboclo “incivilizado”) foram constituídos e instituídos por uma representação *imaginária* da sociedade hegemônica (do Estado e do capital), que buscavam expandir territorialmente suas relações pelas regiões de fronteira

⁵⁸ Segundo Elias (1994b) a civilização é um processo, uma questão que se coloca continuamente ao indivíduo, a uma sociedade, e não um estado, que uma vez alcançado permanece estático. Em seu livro “O processo civilizador” Elias admite a dificuldade em definir civilização pelo fato de existirem várias interpretações sobre este conceito, tais como: “o nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes” (p. 23). Contudo, o processo civilizador para o autor diz respeito a modificações de fenômenos humanos, das relações sociais de autoregulação, especialmente. Em outras palavras, o processo civilizador ocorre a partir da formação planejada e não planejada de distintas relações sociais (econômicas, políticas e culturais), que interferem no tipo de relação de interdependência e de funções complementares que os indivíduos mantêm entre si. Essas modificações acabam por instaurar uma diferente realidade social.

a Oeste do território nacional brasileiro. Circunscreveu-se, geográfica e historicamente, uma configuração imaginária da região que produziu a uma invenção do espaço como região-sertão “inóspito”. Essa configuração territorial foi tramada por fios de um imaginário (que detinham um saber e um poder) para a representação do espaço afirmado constantemente pelo discurso imagético da “negatividade”.

Através da dicotomia civilização *versus* barbárie, houve uma representação da sociedade “ilegal” para a valorização de uma sociedade da lei, da ordem, da modernidade, da razão etc. Eram criados discursos que apresentavam o Sudoeste paranaense como uma região de bandidos, de pessoas foras da lei, de fugitivos da polícia do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, de uma região sem leis... de um espaço, portanto, não regulado pelo Estado e pela civilização.

Esse Sudoeste paranaense, inventado e representado do início do século XX, era “rebelde”, “bárbaro”, “primitivo”. Este espaço deveria ser “domado” pela sociedade civilizada, capitalista e estatal. É do ponto de vista de uma nova ordem que se olha este espaço, esta região. É do ponto de vista do poder ou da “luta pelo poder” que se lê este espaço. O sertão deveria ser substituído, deveria ser ocupado pela civilização. A região habitada até então por indígenas e caboclos, passou a ser projetado como um espaço “vazio improdutivo” e que era necessário ser ocupado pela economia nacional produtiva.

O Sudoeste paranaense do início do século era, portanto, uma região “indefinida” em relação ao Brasil e que deveria ser conquistada. Era um espaço ainda não (de)marcado de forma permanente e organizada pelo poder e pelo saber racional. O Sudoeste foi produzido enquanto imagem do “sertão inóspito”, do “vazio”; foi à região por onde se perambulava, por onde passava o homem nômade a pé ou a cavalo. Homem sem rosto, sem identidade, apenas mais um “primitivo”, um “nômade”. A terra do nada. Neste discurso, portanto, houve toda uma preocupação em *enclausurar* este espaço, em dar-lhe um novo sentido, um novo rosto, um outro significado: uma outra *função*. Houve uma preocupação de marcá-lo com adjetivos, com representações, com formas, com contornos.

4.1 O estereótipo do caboclo no Brasil⁵⁹

No início do século XX, o Brasil, especialmente incentivado e mediado pelo Estado, buscava se modernizar pela implantação da industrialização, tendo conseqüente um grande aumento populacional nas cidades. Também, objetivava-se implementar uma “agricultura racional”, apoiada no desenvolvimento da tecnologia e da técnica. Para isso, esforços foram feitos para atrair investimentos financeiros, especialmente os estrangeiros, tanto para o campo, mas, fundamentalmente, para as cidades, pois o discurso tornado hegemônico era de que o país precisava industrializar-se para desenvolver-se. Um dos governos que desempenhou papel fundamental nesse processo foi o Estado Novo (1937-1945), de Getúlio Vargas (LENHARO, 1986b). Segundo Ianni (1989, 15), esse período caracterizou-se com um desenvolvimento planejado, em que o Estado orientava e mediava os processos de expansão e acumulação do capital no território brasileiro.

Com o crescimento de cidades e das populações urbanas através da industrialização, Martins (1975, p. 2) considera que houve, concomitantemente, a rápida “elaboração de uma ideologia urbana, sublinhadora dos valores concebidos, então, como típicos das cidades e a elas inerentes”. O aumento da densidade demográfica nos meios urbanos, estimulado pela imigração nacional e estrangeira de pessoas com ou sem tradição urbana, promoveu ou incentivou o enfraquecimento dos caracteres comunitários do sistema social. Esse processo apoiou-se nos próprios fundamentos novos, econômicos, da existência cidadina. Houve a necessidade, para o autor, “tanto ao funcionamento de um mercado livre de trabalho, como à ‘liberdade de enriquecimento’, de alcançar o ‘êxito’”.

Em contrapartida, isso desencadeou uma redefinição cultural e política ligada à constituição de uma *sociedade centrada* nos valores urbanos, ocasionando, segundo Martins (1975, p. 5), “rapidamente à distinção valorativa, também, entre o rural e o urbano”. A afirmação da “supremacia urbana”, ainda que em expansão, “exprimiou-se culturalmente na construção de *estereótipos*, alguns negativos, do homem rural”. A figura do caipira, do caboclo, do caçara, para o autor, “tem reafirmadas e atualizadas,

⁵⁹ É importante esclarecer que nesse item, não utilizamos de forma cronológica e nem contextualizamos os estudos e concepções ideológicas dos autores sobre a construção, invenção e representação do caboclo no Brasil. Por isso, é importante mencionar que cada autor escreveu em um determinado tempo e contexto histórico-geográfico diferente que, influenciou e participou, portanto, da maneira como compreendem o sujeito em análise.

nessa fase, as suas conotações fundamentais: ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente, maltrapilho, rústico, desambicioso, etc”. Neste contexto:

O estereótipo, por sua vez, conduziu a duas atitudes básicas: o seu uso para reforçar as características urbanas da existência dos que o utilizavam (e que, ao que parece, não se distanciavam demasiado dele, transformando-o numa afirmação verbal e ideal) e sua manipulação para advogar a “intervenção” das instituições urbanas na vida rural, dinamizá-la e propiciar as condições para transformar o caipira do estereótipo no cidadão das concepções urbanas (MARTINS, 1975, p. 4).

Um documento exemplar, a esse respeito, está na literatura brasileira com a história do personagem *Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato⁶⁰. Vejamos a *imagem* retratada do caboclo pelo autor, em seu livro *Urupês*, cuja primeira edição remonta ao ano de 1918:

Funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive a beira dela, na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização das terras, vai ele refugindo em silêncio, com seu cachorro, o seu pilão a pica-pau e o isqueiro, de modo à sempre conservar-se *fronteiriço* mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, *recua para não adaptar-se* (LOBATO, 1982, p. 141, [grifos nossos]).

O caboclo, portanto, era o “homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização” estereotipado no “Jeca Tatu” por Monteiro Lobato. Esse estereótipo expressa “limpidamente” os componentes ideológicos fundamentais da consciência urbana recente sobre o mundo rural, e denuncia os vínculos reais entre o rural e o urbano. Verificava-se a “incapacidade” da sociedade agrária, através da sua população “nacional”, desenvolver-se social, cultural e economicamente, presa na inércia “doentia”, aferida por Monteiro Lobato. A ideologia urbana fundada, de ação exterior ao meio rural, de preeminência do meio e das concepções urbanas na definição do modo

⁶⁰ Albuquerque Júnior (2007, pp. 66-67) ressalta que o “Jeca Tatu de Monteiro Lobato busca as diferenças culturais entre este homem do interior (caipira) e o homem da cidade, de suas formas de falar e de comportar, visto por um olhar citadino que busca nesta diferença motivo para riso e troça, vão construir o estereótipo do caipira, ainda muito arraigado em nossa cultura (...). O caipira é visto e dito como um homem simplório, puro, analfabeto, mal vestido e pobre, que não domina os códigos de civilidade presentes na cidade. Ele é fruto do emergente processo de urbanização estabelecido no país (...). A cidade e o citadino geram o caipira, como seu contraponto estereotipado e preconceituoso. Ser ou vir do campo passa agora a marcar negativamente as pessoas, que passam a ser vistas como necessariamente ignorantes, desinformadas, atrasadas, conservadoras, quando não bobas, rudes e violentas”.

como a sociedade agrária deveria integrar-se a totalidade do sistema social, ou seja, como compradora e consumidora de mercadorias industrializadas.

Deste modo, como afirma Monteiro Lobato, ao caboclo estava vinculada a *condição* de *ser* um sujeito *fronteiriço* pela forma de viver à *margem* da sociedade civilizada e “oficial”, pois, à medida que o “progresso” se expandia e chegava até seu território, o caboclo recuava para não se adaptar e/ou ser “absorvido” pela sociedade civilizada, sofrendo, no entanto, um duplo processo de uma surpreendente “adaptação”: a adaptação enquanto *r*-existência de um modo de vida particular frente à civilização, e a “adaptação” enquanto incorporação/assimilação/aculturação junto às *novas* e diferentes áreas de floresta para onde migrava.

Ainda, em livro intitulado *Jeca Tatu*, Monteiro Lobato apresentou o seguinte estereótipo do caboclo:

Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza, em companhia da mulher, muito magra e feia, e de vários filhinhos pálidos e tristes. Jeca Tatu passava os dias de cócoras, pitando enormes cigarrões de palha, sem ânimo de fazer coisa nenhuma. Ia ao mato caçar, tirar palmitos, cortar cachos de brejaúva, mas não tinha idéia de plantar um pé de couve atrás de casa. Perto, corria um ribeirão, onde ele pescava de quando em quando uns lambaris e um ou outro bagre. E, assim, ia vivendo. (...) Jeca possuía muitos alqueires de terra, mas não sabia aproveitá-la. Plantava todos os anos uma rocinha de milho, outra de feijão, uns pés de abóbora e mais nada. (...) Jeca só queria beber pinga e espichar-se ao sol, no terreiro. Ali ficava horas, com o cachorrinho. A vida que rodasse, o mato que crescesse na roça, casa que caísse. Jeca não queria saber de nada. Trabalhar não era com ele (LOBATO, 1973, p. 1-2, [grifos nossos]).

Percebemos, a partir desta passagem, a criação do estereótipo do caboclo não afeito ao trabalho, criado no mundo da inércia. Seus hábitos eram vistos de maneira pejorativa através de uma “racionalidade” diferente, externa ao seu “mundo” e aos seus valores. Os elementos que eram mencionados para caracterizar o modo de vida do caboclo sempre foram numa mesma direção: expressava a visão negativa que buscava desqualificar o outro, o outro modo de ver e ser que não o da racionalidade capitalista, que não o da modernidade. Essa imagem construída a partir deste discurso comportava uma relação de poder e saber, que estava mergulhada em um novo ideário urbano, que buscava emergir com maior intensidade para se tornar dominante, hegemônico. A visão “progressista” de Monteiro Lobato o impedia de ver no caboclo, naquele contexto

histórico que escreveu (década de 1920), um outro tempo e um outro espaço, um outro raciocínio, uma outra forma diferente de ver e ser no mundo que a do “desenvolvimento econômico” brasileiro.⁶¹

Para Martins (1975, p. 26), esse processo foi resultado do mundo urbano buscando se sobrepor ao mundo rural, especialmente através dos valores sociais. Através da ideologia da modernização, em geral, a “ignorância” e o “analfabetismo” são os atributos ressaltados no homem rural, como obstáculos à modernização. A modernização, por sua vez, foi compreendida como modificação da cultura das populações rurais, pelo abandono de práticas rotineiras e de instrumentos “arcaicos” e pela adoção de práticas “modernas”, “racionais”, tanto de produção quanto nos modos de vida que deveriam ser “adequados” à civilização, à instalação das normas e regras burguesas.

O homem rural estereotipado como caboclo foi construído discursiva e imagetivamente como “resistente à mudança”, como “personagem apático” etc. E é em função dessas concepções que a *ação modernizadora* era desencadeada, era acionada, era construída como *estratégia política* para a implementação de uma sociedade urbana e de um *novo rural*, com valores distribuídos por todo o território nacional e, conseqüente, para a “eliminação” do caboclo estereotipado como “indolente”, “preguiçoso”, “não afeito ao trabalho”, “magro”, “rotineiro” etc. Em contrapartida, buscava-se a implementação do “empresário rural”, do homem rural com outra racionalidade: a da “modernidade”, do “progresso”, da “razão”, do “desenvolvimento”, do empreendimento capitalista para acumulação e expansão de capital.

O estereótipo do caboclo era, portanto, negativo, pejorativo, tendo seu contraponto nas “virtudes” opostas, isto é, os atributos e os valores do homem urbano. De certo modo, para Martins (1975, p. 26), a hostilização do caboclo através dos “valores” da “cidade e a valorização do ‘moderno’ contra o ‘tradicional’ – que ocorre na literatura e na sociologia brasileiras há várias décadas – constituem, na verdade, o cerne

⁶¹ É importante ressaltar que, posteriormente, Monteiro Lobato “reconheceu”, em parte, seu equívoco frente a sua análise estereotipada do homem do campo na 4ª edição de *Urupês*: “Eu ignorava que eras assim, meu caro Jeca, por motivo de doenças tremendas. Estás provado que tens no sangue e nas tripas todos um jardim zoológico da peor espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorântão que outrora só via em ti mamparra e ruindade” (LOBATO, *apud* MARIANO, 2001, p. 19)

da ideologia da urbanização [e do progresso], pela negação do mundo rural recente ou mediato”.⁶²

De acordo com Kowarick (1994), essa negação ao mundo rural estava vinculada, também, à *herança escravista* do Brasil e ao *trabalho desvalorizado* do *nacional* em função da sua imagem construída enquanto desqualificado. Em contrapartida, valorizava-se em uma sociedade de *homens livres*, o trabalho considerado qualificado (ou a partir de outra racionalidade) do imigrante. Inscrevia-se, assim, o quadro das *tensões* oriundas do processo de *substituição* do trabalho escravo pelo trabalho livre na agricultura brasileira, após a abolição da escravatura em 1888, contando com a opção pela imigração e na não incorporação, em grande parte, dos ex-escravos ao *novo modo de produção* brasileiro agrário-exportador no campo e urbano-industrial na cidade. Por isso, o caboclo era o *símbolo* de um modo de vida considerado “inferior”, tradicional, “arcaico” que não se encaixava e que não se inseria no *projeto* (moderno) do Estado e nos interesses da classe hegemônica do Brasil a partir, sobretudo, do início do século XX.

Goettert (2002a) considera que a representação do “negro indolente” e pouco afeito ao trabalho começou a figurar no Brasil (ou no mínimo a se intensificar) quando o próprio sistema escravista entrou em *crise* (que se estendeu até o último quartel do século XIX), quando o tripé monocultura, latifúndio e escravidão entrou em colapso. Era preciso, assim, *substituir* o escravo por outra força de trabalho para a necessária acumulação de capital.

Nesse sentido, para o autor, foi produzida a *representação* sobre os “nacionais” (os “*vadios*”) considerando que:

De sujeito indispensável para o trabalho durante mais de três séculos, o negro escravo passou a ser representado justamente por suas práticas que assumiu nesse longo tempo enquanto resistência à compulsoriedade do trabalho: o negro é lento no trabalho, indolente, sabotador e mais afeito à festa. Desprovido de hábitos de disciplina ao trabalho, pouco afeito ao mando e à ordem (já que a desobediência e as fugas eram constantes), o negro escravo passa a ser representado

⁶² Souza (1997) considera que para um grande número de intérpretes do Brasil, o sertão representava espaço vazio, imensidão desértica a ser conquistada. Se essa porção incógnita do país constituía fonte permanente de preocupações intelectuais e políticas, já que trazia à tona o dilema da formação do território e da nação, carregava também consigo o selo da brasilidade. O ambiente sertanejo, onde seriam produzidos os “brasileiros originais”, parecia abrigar o corpo e a alma da pátria. Cobiçado, explorado e temido, o sertão foi, antes de mais nada, imagem fabricada, invenção dos homens cultos que, das varandas costeiras, olhavam para o interior. Por isso, a *pátria geográfica* foi inventada/representada por versões e visões construídas sobre o espaço interior do país.

como atrasado e inapto para o trabalho livre (GOETTERT, 2002a, p. 264).

Com a valorização dos imigrantes e de seu trabalho considerado “superior”, qualificado e, portanto, “ideal”, os negros tornados homens livres e libertos com o declínio da escravidão no Brasil passaram a não ser mais considerados importantes para o trabalho no campo e na cidade, sendo freqüentemente transformados em *itinerantes* que vagueiam pelos campos e cidades, vistos e ditos pelos detentores do capital e pelos representantes do Estado (os homens brancos) como a encarnação de uma “corja inútil” que prefere a vagabundagem, o vício, a festa ou o crime à disciplina do trabalho, ao mesmo tempo em que, para os “nacionais” pobres, todo trabalho manual era considerado coisa de escravo e, em decorrência, aviltante e repugnante, portanto, de valor humano “inferior”. Não poderiam ser os negros ex-escravos e/ou a miscigenação destes, segundo Kowarick (1994, p. 47) os “escolhidos” para comporem o elemento humano no qual estava se construindo a idéia de nação: o povo brasileiro racional e desenvolvido.

Era necessário, como assinala Goettert (2002a, p. 271) um *novo sujeito* para fazer progredir e desenvolver o Brasil; era preciso investir no *branqueamento do povo brasileiro*; era necessário, para isso, importar uma “raça” “superior”; era imprescindível o trabalho de alguém de fora e, portanto, a opção pelos imigrantes. O imigrante foi escolhido uma vez que para o desenvolvimento do “progresso” da nação, impulsionado pelo imaginário existente, esses trabalhadores viriam disciplinados para o trabalho e com outra concepção: a concepção moderna e racional considerada mais desenvolvida e de valor humano “superior” que a dos negros e/ou caboclos do/no Brasil. Assim, o imigrante foi considerado:

O trabalhador ideal – aquele que reunia em si, enquanto agente coletivo, de forma acabada, todas as qualidades do bom trabalhador – sóbrio e morigerado. Elemento capaz de, por si só, promover a recuperação da decadente raça brasileira nos mais diversos aspectos: sangue novo, raça superior (branca), civilizado, disciplinado, trabalhador, poupador, ambicioso... No extremo oposto desse imaginário, como contrapartida, estava o brasileiro – vadio, indisciplinado, mestiço, racialmente inferior. Foi, portanto, da depreciação do brasileiro como tipo social que emergiu a valorização do imigrante (NAXARA, 1998, p. 63).

Criaram-se, deste modo, *representações* de ex-escravos e de imigrantes, sendo que cada sujeito foi colocado em um pólo oposto construído em torno de características humanas “negativas” e “positivas”, “inferiores” e “superiores”. Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro (1995), depois da abolição da escravatura continuavam atuando sobre o negro livre, como fatores de redução de sua expansão demográfica e territorial, as terríveis condições de penúria a que ficou sujeito: “Basta considerar a miserabilidade das populações brasileiras das camadas mais pobres, dificilmente suportável por qualquer grupo humano, e que afeto ainda mais duramente os negros, para se avaliar o peso desse fator” (p. 231).

Com isso, essa *camada* mais pobre de *homens livres* (os negros ex-escravos) passaram por fortes e complexos processos de adaptação, assimilação e aculturação no interior da sociedade brasileira. Ribeiro (1995) reitera que é bem provável que os negros ex-escravos, após a abolição da escravidão no Brasil, já estavam “totalmente desafrikanizados pela mó aculturativa da escravidão”, ou seja, em grande medida “desenraizados” de suas práticas culturais, econômicas e políticas oriundas de seu continente de origem, a África, em função da grande violência física e cultural sofrida durante a escravidão em território brasileiro.

Por isso, para Ribeiro (1995) “esses mulatos ou eram brasileiros ou não eram nada, já que a identificação com o índio, com o africano ou com o brasilíndio era impossível” e, com isso, “além de ajudar a propagar o português como língua corrente esses *mulatos*, somados aos *mamelucos*, formaram logo a maioria da população que passaria, mesmo contra a vontade, a ser vista e tida como a *gente brasileira*” (p. 128, [grifos nossos]).

No entanto, é importante assinalar um possível deslize de Darcy Ribeiro, pois, o “desenraizamento” dos ex-escravos é um processo que deve ser relativizado. Entendemos, que esse deslocamento passou por um processo de transterritorialização, que gerou, conseqüentemente uma assimilação de novos elementos, mas, também, uma “manutenção” (mesmo que parcial, nas memórias, na imaginação, nas recordações) de muitos traços culturais trazidos da África para o Brasil e mantidos, mesmo após o período da escravidão. Robert Slenes (1999), por exemplo, considera que no Brasil as heranças culturais trazidas pelos escravos africanos e seus descendentes permaneceram no processo de formação do povo brasileiro. Assim, o autor aponta que:

Nas regiões de grande lavoura no Rio de Janeiro e em São Paulo, e nas áreas agropecuárias mais dinâmicas do Sul de Minas Gerais, a escravidão na primeira metade do século XIX era quase literalmente “africana”. Recenseamentos da época indicam que cerca de 80% dos cativos adultos (acima de 15 anos) nessas regiões provinham da África. Além disso, os adultos “crioulos” (nascidos no Brasil) provavelmente eram, majoritariamente filhos de africanos e recordações implica necessariamente em voltar a atenção para a herança cultural que os desterrados da África trouxeram consigo (SLENES, 1999, p. 142).

As recordações e outros traços culturais foram (mesmo que parcialmente) mantidos através da relação de transterritorialidade que esses ex-escravos comportavam. Portanto, nesse deslocamento houve uma “força inversa” que, ao invés de acarretar a “plena” desterritorialização e/ou “desafricanização”, detonou um vai e vem de lembranças, de recordações e de práticas sócio-culturais para “recompôr”, em parte, um tempo e um espaço perdido pela migração forçada do continente africano para o Brasil.

Contudo, mesmo com esse deslize que Ribeiro (1995) possivelmente cometeu, o descendente de escravo ou ex-escravo, o mameluco, o “brasilíndio” para o autor formou o “primeiro brasileiro”, pois:

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos – que ele desprezava –, nem com os europeus – que o desprezavam –, e sendo objeto de nala dos reinóis e dos luso-nativos condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro (RIBEIRO, 1995, p. 127).

Nesse âmbito, o caboclo, para Darcy Ribeiro, passou por um processo histórico de extraordinária *adaptação ecológica* à floresta tropical brasileira. Como concebe o autor, “estava constituída já uma fórmula extraordinariamente feliz de *adaptação* do homem ao trópico como uma civilização vinculada ao mundo português mas profundamente diferenciado dele” (1995, p. 130). Seriam, portanto, uma massa de neobrasileiros “feitos” pela transfiguração adaptativa de suas matrizes culturais.⁶³

⁶³ Darcy Ribeiro (1995) assinala sobre a perspectiva da *aculturação* do povo brasileiro que se “processou uma fórmula extraordinariamente *feliz* de *adaptação*” do caboclo à floresta tropical. Entretanto, é importante deixar claro e, talvez, em alguma medida contrapor Darcy Ribeiro, que essa adaptação foi forçada em função de condicionantes históricos de lutas por territórios e pelos seus recursos naturais, da escravidão e da exploração do trabalho etc. Portanto, uma adaptação inserida em amplo processo de luta, de conflitos, de disputas em que o índio e o africano (ex-escravo), especialmente, passaram por um processo *perverso* de adaptação *forçada*, adaptação *imposta* por uma sociedade hegemônica autoritária, branca e europeia.

Assim, houve um extraordinário processo de *adaptação*, *aculturação* e *assimilação* à vida em meio à floresta tropical, tendo como característica básica, segundo Ribeiro (1995, p. 308), “sua tecnologia adaptativa, essencialmente, indígena, conservada e transmitida, através de séculos sem alterações substanciais” que caracterizou a identidade do nacional, isto é, do brasileiro resultante do “hibridismo” cultural entre negros, indígenas e portugueses, especialmente.

Assim, sobre esse processo de miscigenação e/ou “hibridismo” cultural entre diferentes sujeitos e a *adaptação* à floresta tropical brasileira, Ribeiro ressalta ainda que:

Aquela protocélula cultural, plasmada nas primeiras décadas, quando o elemento africano ainda estava ausente ou era raro, operou, daí em diante, como denominador comum do modo de vida popular dos futuros brasileiros de todas as regiões. Seu patrimônio básico estava constituído pelas técnicas milenares de *adaptação* dos povos Tupi à floresta tropical, que se integraram na herança cultural do mameluco (RIBEIRO, 1995, pp. 128-129, [grifos nossos]).

Inscreeveu-se, portanto, nesse processo, uma extraordinária capacidade de *adaptação* às condições que se delineavam através do tempo e nos variados lugares do território brasileiro, através da miscigenação de culturas como a indígena, a africana e a portuguesa, sobretudo, à floresta tropical. Através desse processo da miscigenação, no interior do território brasileiro, foi surgindo uma população *nova* (híbrida), *herdeira* da cultura tribal e que foi criando, na medida de suas necessidades, a “fórmula adaptativa” à floresta tropical. Assim, essa adaptação constitui-se, também, em uma *r*-existência, pois constitui o resistir através da adaptação/assimilação/aculturação para continuar existindo enquanto grupo social, como cultura singular e, portanto, com um “território único”.

Neste sentido, foi dentro deste contexto de desvalorização do caboclo e de seu mundo rural que é criado e acionado o discurso da estereotipia. Albuquerque Júnior (2007, p. 13) considera que o discurso da estereotipia é um discurso assertivo, imperativo, repetitivo, caricatural e que nasce de um preconceito de origem geográfica ou de lugar que, no caso do caboclo, refere-se ao “lugar rural” desqualificado. Para o autor, o estereótipo “é uma fala arrogante, de quem se considera superior ou está em posição de hegemonia, uma voz segura e auto-suficiente que se arroga no direito de dizer o que o outro é em poucas palavras”. Também, o estereótipo, para o autor, “nasce

de uma caracterização grosseira, rápida e indiscriminada do grupo estranho; este é dito em poucas palavras, é reduzido a poucas qualidades que são ditas como sendo essenciais” e/ou “totalitárias” do(s) sujeito(s). Na maioria das vezes, o estereótipo “é uma espécie de esboço rápido e negativo do que é o outro”.

No Brasil, algumas explicações e derivações surgiram em relação ao estereótipo de “caboclo”, tendo como variável de sua caracterização e/ou representação a sua localização geográfica e, fundamentalmente, seu modo particular de vida⁶⁴. A etimologia para caboclo é aquela dada por Cascudo (1972, p. 193): “Caboclo vem [do tupi] *caá*, mato, monte, selva, e *boc*, retirado, saído, provindo, oriundo”. Os franceses Françoise e Pierre Grenand (*apud* BOYER, 1999, p. 8), quando estiveram no Brasil na segunda parte do século XVII, consideraram que o termo caboclo foi primeiramente usado pelos índios Tupi localizados no litoral, para designar os seus inimigos morando no interior, isto é, “no mato”. Teixeira (1997, p. 321) afirma que os caboclos constituíam a última camada do tecido social brasileiro dentro do regime econômico patriarcal, em particular a chamada camada de *homens livres*.⁶⁵

Segundo Franco (1983) na *ordem escravocrata* haviam homens livres que se dedicavam ao trabalho. Eram homens sem posses, que na maioria das vezes estavam vinculados a atividades “residuais” e/ou “inferiores” na hierarquia social e que estavam em domínio do fazendeiro. Eram estancieiros e agregados sobre os quais pesava a “maldição” do trabalho: “Cabia-lhes as tarefas arriscadas, como as derrubadas de florestas, ou aquelas usualmente não confiadas ao escravo (tropeiro, carreiro), ou, ainda, as ocupações ligadas à criação de gado” (p. 33). Portanto, foi a partir dessa ordem que se originaram muitos caboclos, *homens livres* do regime escravista do Brasil.

Jacques Lambert, em seu livro *Os dois Brasis*, analisou o modo de vida do caboclo e reproduz seu estereótipo através da existência de duas grandes regiões brasileiras: uma desenvolvida e outra subdesenvolvida. Segundo o autor, os estados

⁶⁴ “Diferentes autores se referem à composição étnica dos caboclos, sendo estes resultantes da miscigenação de índios, brancos e negros. Socialmente, tudo indica que se tratavam, principalmente, de antigos ocupantes do espaço das fazendas - peões, agregados, escravos e até estancieiros empobrecidos – que, excedentes nesse espaço, penetraram nas matas em busca de alternativas à sobrevivência” (BLOEMER, 2000, p. 3).

⁶⁵ Para Goettert (2002a, 268), “antes da abolição da escravidão, os ‘nacionais’ [trabalhadores pobres e livres] estiveram presentes onde o cativo, pelos riscos de fuga ou perigos inerentes a certas atividades, era pouco utilizado, tais como transportes, abertura e conservação de estradas, obras públicas. Faziam também o desmatamento e cumpriam a tarefa de desbravamento do vasto território. Os ‘nacionais’ também trabalharam na implantação de ferrovias, em atividades de subsistência, em guerra e sublevações, como executores da violência na conquista e manutenção das propriedades e repressão aos escravos. Era, portanto, a mão-de-obra acessória”.

brasileiros do “Sul constituem o coração do Brasil evoluído”, já os estados “do Norte, são grandemente subdesenvolvidos”; no Nordeste, por exemplo, o estado “como Piauí ou Ceará desempenham o papel de *freio* na evolução geral do Brasil”, enquanto os estados de “São Paulo, do Paraná ou do Rio Grande do Sul são o seu *motor*”. Entretanto, o autor ressaltou que “os dois Brasis estão presentes em todas partes, mas no Nordeste *predomina* o Brasil arcaico, no Sul, o Brasil moderno” (1953, p. 49, [grifos nossos]).

Lambert considerou, assim, que nas zonas rurais “arcaicas” do interior brasileiro, encontra-se o “tipo” não totalmente europeu, mas de cor relativamente clara, para o qual contribuíram os antigos cruzamentos do conquistador português com o índio. Para o autor, esse “tipo tão largamente difundido do caboclo (...) parece o mais autenticamente brasileiro (1953, p. 89). Entretanto, Lambert assinalou que o estereótipo de caboclo atribuíam-se, sobretudo, a mais antiga das mestiçagens (índio e europeu), que “acabou sendo usado para designar o homem do campo, seja qual for a sua raça ou cor; o caboclo é o camponês brasileiro, branco, pardo, negro ou amarelo (1953, p. 86).

A imagem que Lambert retratou sobre o estereótipo do caboclo brasileiro foi a seguinte:

O caboclo brasileiro encontrou no isolamento a liberdade do homem primitivo, mas não produzindo mais do que este e, como este, sujeito aos imperativos do clima e do solo, também lhe conhece a miséria. Sua habitação, em geral, limita-se a uma cabana de terra batida, coberta de sapé ou de folha de zinco, que ele mesmo construiu; seus móveis se reduzem a um estrado de madeira, sobre o qual coloca, para dormir, um colchão de palha seca, e, em geral, mas nem sempre, uma mesa e algumas cadeiras; os utensílios caseiros constam de algumas cestas, pratos de madeira, um almofariz e um pilão de madeira, pratos e xícaras de folha ou de latas de conservas; suas roupas consistem em uma calça e uma camisa de chita, e, às vezes, um par de sapatos que, aos domingos, ele carrega na mão para calçá-los à porta da igreja; seus instrumentos agrícolas se reduzem á enxada e ao facão de mato (LAMBERT, 1953, p. 118).

O caboclo foi construído discursivamente através da imagem da “miséria” que “apresenta” o interior do Brasil através do isolamento, dos métodos “arcaicos” de vida, da simplicidade e até “rusticidade” nos seus objetos, na sua casa, nas suas relações cotidianas. Desse modo, para Lambert (1953, p. 120), “o caboclo miserável constitui a massa dessa sociedade arcaica do velho Brasil”.

Outro sociólogo, Roger Bastide, em seu livro *Brasil, terras de contrastes*, apresentava também uma imagem estereotipada do caboclo. Em sua perspectiva, o caboclo seria um entrave para o desenvolvimento da sociedade rural e urbana brasileira, pois, “à população livre, fosse urbana, fosse rural – caboclos ou agregados vivendo do que cultivavam – era pobre demais para constituir mercado suficiente para o desenvolvimento de qualquer indústria” (1976, p. 157). Por isso, para o autor, estes sujeitos compunham um modo de vida “arcaico” que deveria ser abolido para a implantação de uma sociedade moderna, com agricultura mecanizada e uma industrialização latente.

Bastide (1976, p. 259) também viu o caboclo com um “olhar civilizado”, criando um estereótipo negativo. O mundo rural brasileiro era formado por “roças miseráveis de caboclos humildes com plantações de mandioca ou de milho sustentando homens subalimentados”. Assim, o autor desenhou uma imagem e “*cartografou*” um território com linhas de força específicas que carregam uma visão estritamente negativa dos caboclos, sendo que estes sujeitos, com as “peles bronzeadas pelo sol”, seriam “restos de melancolia indígena num olhar perdido, num sorriso moribundo como a morte de uma raça (sic)” (p. 229). Neste contexto, para o Brasil rural, em que os caboclos só produziam para suas necessidades próprias, era urgente a modernização e a “substituição” e/ou “transformação” dessa população por uma outra “superior”, “inteligente”, “civilizada” e “trabalhadora”.

Conforme Boyer (1999, p. 29), a palavra “caboclo” está associada a referências culturais intimamente ligadas à história das suas origens. Abandonando o sentido de índio ou de mestiço entre índio e branco, caboclo, para a população atual da cidade, designou geralmente o habitante do meio rural, qualquer que seja a sua origem, muitas vezes apresentando-o como “crédulo” e “idiota”. De fato, o uso do termo tem uma forte carga negativa. Denotou a pouca consideração que se tinha para com aquele que se qualificava (ou era qualificado) dessa forma, quando não tornava explícito o desejo de ofendê-lo.

Em 1975, o geógrafo Pierre Monbeig, realizando estudo sobre o Brasil, assim caracterizou o caboclo:

O mestiçamento entre portugueses e índios deu em resultado um tipo de homem original: o mameluco, ou caboclo (...). Pescador na Amazônia e no litoral, criador no Nordeste e no Rio Grande do Sul, caçador de ouro de diamante no Brasil central e em Minas Gerais,

desbravador amante da terra na qual não se fixa e que exaure com suas culturas sobre queimadas, o caboclo, com seu enorme chapéu de palha, andrajoso e descalço, *é o autêntico camponês do Brasil*. Sua casa não passa de uma simples cabana, às vezes feita, inteiramente, de folhas e de troncos de palmeira. Muitas vezes, também, é feita de terra batida, sustentada por varas entrecruzadas (casa de pau-a-pique). Mobiliário e louça ai se reduzem à sua expressão mais simples. *O caboclo pouco produz e contribui quase com nada para o mercado interno. Seu baixo nível de vida faz dele um consumidor mesquinho*. O próprio termo caboclo já perdeu muito seu significado antropológico, e está servindo para designar o homem da terra, quer se trate de mulato, quer de mestiço de índios e de negros (cafuso e juçara), quer de branco. Resistente aos padecimentos físicos e acabrunhado pela enfermidade e pela subalimentação, corajoso, desconfiado, de uma religiosidade que o atira aos braços das mais extravagantes formas de misticismo, raramente alcançado por conhecimentos escolares, *nada à vontade nas cidades, o caboclo representa um Brasil superado. Pelas suas cantigas, é ele o guardião do folclore, e tudo isso lhe confere uma certa auréola sentimental e artística. Entretanto, a sua passividade torna difícil a sua integração na vida moderna. Personagem dolorosa e cativante, o caboclo representa um peso morto para uma economia moderna* (sic) (MONBEIG, 1975, pp. 45-46, [grifos nossos]).

O que podemos perceber é que o caboclo foi estereotipado muito mais pelas suas “qualidades negativas” do que pelas “positivas”. Este sujeito, como apresentado pelo autor, “pouco produz para o mercado interno”, como também, pouco consome; assim, o caboclo não era o sujeito “ideal” para um mercado interno que se queria grande, desenvolvido, grande produtor de alimentos e grande consumidor dos mesmos. Na visão de Monbeig, “o caboclo representa um Brasil superado” e era “inadaptável” à sociedade urbana. Embora seja “guardião do folclore”, a “passividade torna difícil a sua integração na vida moderna” que se queria rápida, dos fluxos, das redes, das trocas, da circulação intensa de mercadorias, de expansão do capital, de pessoas civilizadas, de informações etc. Ambiguamente, o caboclo era um “personagem dolorosa e cativante” do Brasil, embora o autor seja contundente quando afirmou que o mesmo “representa um peso morto para a economia moderna”, ou seja, um sujeito que nada representava e que não conseguiria sobreviver em uma economia competitiva e, por extensão, em uma sociedade que se queria, pela classe hegemônica e pelos seus projetos, civilizada, racional e desenvolvida.

Em outra perspectiva, Maestri (2005, p. 231) considera que a “civilização cabocla” foi constituída por numerosos nativos americanos, que se *adaptaram* à sociedade latifundiário-exportadora através do processo de superação-degeneração das

tradições aldeãs nativas. “Grande parte dessa população dedicou-se a uma economia familiar não aldeã de subsistência, apoiada na caça, pesca, coleta e na horticultura itinerante, em região florestal, na periferia da sociedade oficial”. Portanto, para o autor, os caboclos se adaptaram à “nova sociedade” que se criou: latifundiária-exportadora. Estes indivíduos fizeram, a partir desta perspectiva, parte de uma agricultura de economia familiar. Assim:

O nativo semi-aculturado foi denominado de caboclo, termo derivado do vocabulário tupi-guarani *kanri`uoka*. Com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. Portanto, de denominação étnico-produtiva, a designação passou a descrever essencialmente a realidade socioproductiva, mesmo se mantendo subjacente ao termo a compreensão de que se trate de cidadão de origem *crioulla*. Mesmo quando o caboclo descende de um imigrante europeu (MAESTRI, 2005, p. 232, [grifos do autor]).

Apesar de caboclo (de)*nominar* um sujeito “específico”, esta caracterização e/ou classificação foi re-apropriada com o passar do tempo, para designar e estereotipar o homem rural, em sua grande maioria, ligado à prática agrícola de subsistência considerada, em grande medida, arcaica e um entrave para o “desenvolvimento racional” da agricultura brasileira. A designação, para o autor, foi construída a partir de uma realidade socioproductiva. Por isso, até mesmo o descendente de imigrante poderia ser considerado caboclo, dependendo do seu modo de vida, a partir desta perspectiva.

Desse modo, considerando as discussões apresentadas aqui sobre os estereótipos apresentados por alguns autores, podemos afirmar que a (de)*nominação* e *classificação* “caboclo” passou a ser atribuída e construída discursivamente no Brasil, ao homem rural “não moderno” que vivia “isolado” no meio da mata, tendo um modo de vida considerado “arcaico”, “primitivo”, “indolente” e “preguiçoso”, sobretudo. Sob a perspectiva econômica dominante, especialmente, este sujeito ou adaptar-se-ia ao sistema agropecuário-exportador através da agricultura familiar para venda dos produtos, ou seria expropriado, tornando-se proletariado, ou, também, seria “extinto” do sistema capitalista. Sob o viés cultural, seu modo de vida foi sobretudo visto como “inferior”, como “rústico”, como “não aceitável”, “folclórico”, em relação a uma proferida sociedade urbana, com valores “superiores”, desenvolvidos. Sob a perspectiva política, o caboclo não tinha saber e nem poder; era “a-político”, “não era inteligente”,

“não possuía escolaridade”, não seguia leis e nem normas civilizadas, normas burguesas.

O que percebemos, também, é que o estereótipo do caboclo foi construído sempre por um “olhar de fora”, um “olhar superior”, “civilizado”, que buscou eliminar ou implementar um outro modo de vida para este sujeito. Por isso, seu modo de vida foi “construído” e caricaturado a partir do dito que se torna visto, por uma outra racionalidade: da razão, da modernidade, do progresso. O caboclo foi representado, foi estereotipado a partir de um discurso burguês que buscou legitimar, sobrepor e expandir um mundo urbano-industrial e com agricultura “moderna-racional” sobre um mundo agrário, considerado “arcaico”, “rudimentar”, “atrasado” e “superado” para os interesses do Estado e da classe hegemônica nacional.

4.2 “Raízes” da migração cabocla para o Sudoeste do Paraná

No Sudoeste do Paraná os caboclos⁶⁶ tiveram seu período de hegemonia enquanto modo de vida no território⁶⁷, tendo seus usos, suas apropriações, seus domínios. Por isso, iremos analisar as relações políticas, econômicas e culturais estabelecidas no território por estes sujeitos, começando pela análise da migração destes para o recorte espacial e temporal em destaque (sudoeste paranaense, 1900-1940). Isso nos ajudará a compreender, posteriormente, em que contexto geográfico e histórico foi criado o município de Francisco Beltrão.

A partir de pesquisa de campo que realizamos em Francisco Beltrão sobre a origem dos caboclos, conseguimos entrevistar alguns de seus descendentes (principalmente, filhos e netos⁶⁸) para compreender melhor de onde vieram. Os depoimentos a seguir demonstram os *lugares de origem* e as *trajetórias socioespaciais* percorridas:

⁶⁶ Utilizamos a denominação “caboclo”, embora sabendo que estes se autodenominam (em sua maioria) brasileiros, como constatamos nas entrevistas realizadas com estes sujeitos em Francisco Beltrão. Entretanto, para fins de análise e, também, porque alguns dos descendentes destes sujeitos se autodenominaram enquanto caboclos, tomando isso atualmente como um valor, optamos por continuar usando esta denominação no presente estudo, embora sabendo da sua ambigüidade e estereotipia que o termo comporta e carrega.

⁶⁷ A partir de agora, vamos analisar o Sudoeste paranaense enquanto território onde se expressam relações de poder: políticas, econômicas e culturais. A partir da perspectiva sócio-territorial, aventamos a possibilidade de analisar as relações estabelecidas neste tempo-espaço, no aferido recorte.

⁶⁸ Tivemos que recorrer a este método, tendo em vista a dificuldade que enfrentamos em encontrar, ainda vivos, estes “primeiros” caboclos que migraram para o Sudoeste paranaense, entre o período de 1900 a 1940.

A minha mãe foi criada numa fazenda lá em Palmas. Minha avó morô tempo na fazenda lá. A minha bisavó era escrava. (...) Eram empregado da fazenda de tudo, de gado, de mula, de cavalo. (...) Minha bisavó morreu com cento e quinze anos. Quando os fazendeiro pegaram ela, era no tempo que tinha escravo, daí ela ficou lá na fazenda, morou lá até morrer. Teve os filhos tudo, nas casas de engenho, tudo de taipa, tudo de pedra. Agora não sei como é que tá. A casa da fazenda era tudo feita de pedra. Era só preto, só escravo. (...) Teve alguns destes que vieram prá... Teve muita gente que morava na fazenda e que veio pra cá. (...) Os negro ficavam mais encuralado nos lugar mais escondido, tinha medo, né? Da população. Aquele tempo era escravo, né? Escravo não poderia ter contanto com outro. (...) Antigamente era assim, o avô sempre contou. (...) Do lado da minha mãe era tudo preto. A maioria morreu. Moravam em Marmeleiro, em Palmas, em [Francisco] Beltrão. A maioria foram embora, né? Quando começaram a se libertá, a maioria procurava cada vez ir mais longe, né? Mas, muitos morreram (Ione Simão Lopez).⁶⁹

Meu pai veio de Palmas, veio de lá por picada, chegou primeiro em Marmeleiro, depois de dois anos veio pará em [Francisco] Beltrão; naquele tempo isso aqui não existia desse jeito, era só mato. (...) o pai falava pra nós. (...) Minha avó era escrava nas fazenda em Palmas, trabalhava numa fazenda de gado grande que tinha lá (Amélia Maria Santos).

Veio do Rio Grande do Sul, não lembro o nome do lugar lá. Mas meu pai veio no início da ocupação pra cá. (...) Era tudo mato, sertão, sabe? Veio por carrero, picada com cavalo e se instalou por aqui, (...) aqui mesmo em [Francisco] Beltrão, má naquela época nem era chamado de Marrecas ainda. Não tinha ninguém quase aqui (Alcides Sestempf).

Foram vindo de Santa Catarina. Vinha pelo meio do mato até chegar aqui. (...) Diz que chegavam num lugar que tinha água e diziam que era ali que iam ficar. Foi pelas encostas de rio, quando chegaram aqui naqueles tempo (Paula Faria).

Meu avô lidava em fazenda de gado no Rio Grande [do Sul], era peão; aí, diz que ele tinha muita vontade de ter terra, até que resolveu saí de lá e procurar um lugar que tinha terra; (...) diz que saiu de lá só com uma mala e um cavalo e veio vindo, aí, chegou aqui pro Paraná; aqui era só mato e tinha muita terra; se embrenhou pelos mato, no interior de [município] Dois Vizinhos; má aquela vez isso aqui era bem diferente; ele contava pra nós que isso só tinha mato e muita caça (Pedro Mariano Bandeira).

Conseguimos constatar, portanto, alguns lugares de onde vieram os caboclos no final do século XIX e início do século XX. Logo, podemos afirmar que alguns vieram de Palmas no Paraná, município próximo ao Sudoeste paranaense e que, neste período,

⁶⁹ Essa entrevista contou com a presença (desagradável) de um cão que, latia durante boa parte da conversa que tivemos com Ione Simão Lopez; isso dificultou, em parte, a transcrição da conversa.

continha uma população relativamente grande para o contexto histórico-geográfico. Também, do estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina vieram alguns destes sujeitos. Interessante ressaltar, é o modo como vinham (relembrando como os índios e bandeirantes percorriam seus itinerários pelo interior do Brasil), pois, através de picadas e de fontes de água é que os caboclos se locomoveram em meio à mata, que nesta época era densa, especialmente no Paraná.

Tendo, portanto, o Brasil uma herança escravista que contou com a presença de escravos que se dedicaram à criação de gado e de outras atividades no interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (COSTA, 1982, p. 180) e, em parte do Paraná, como por exemplo, nos campos de Palmas na criação de gado e no norte paranaense no trabalho nas fazendas de café (WACHOWICZ, 1987, p. 23) e, fundamentalmente, com as entrevistas que realizamos tudo *indicou* que esses migrantes (tratados genericamente como caboclos) constituíram-se, principalmente, de antigos ocupantes do espaço das fazendas, peões, agregados em sua maioria ex-escravos, estancieiros e/ou fazendeiros empobrecidos, que excedentes nesses espaços de latifúndio, deslocaram-se pelas matas em busca de alternativas à sobrevivência, em busca de recursos, de terras, ou seja, a procura do território para sua reprodução. Em uma sociedade polarizada e com o trabalho desvalorizado do “nacional”, a alternativa para estes sujeitos era a busca por territórios ainda pouco explorados e, portanto, pela procura de *terras livres* da lógica da dominação capitalista e da “civilização moderna”.

Contudo, essa migração se fez, em muitos casos, aos pedaços⁷⁰, como nos informaram alguns entrevistados:

Eles vinham parando. Moravam num lugar um tempo, depois vinham mais adiante. (...) Ficavam procurando lugares melhores, um pouco aqui, um pouco lá; mudavam seguido (Paula Faria).

É o seguinte: o meu avô disse que morô nuns três lugares antes de vir pra cá, pro Paraná; vinha procurando onde era melhor pra ficar, sabe? Porque como ele contava, tinha que achar um lugar que não tivesse muita gente pra levar a vida mais tranqüila, calma, pra não ter problema; (...) sabe, ele não gostava muito, assim, de cidade, era meio bicho do mato (Pedro Mariano Bandeira).

Outros estudos realizados sobre esta questão nos ajudam a construir os lugares de origem da mobilidade espacial desses sujeitos. Por isso, sistematizamos, a partir de

⁷⁰ Expressão utilizada por Goettert (2004), para compreender os vários lugares percorridos pelos migrantes, antes de chegar ao “lugar atual” e/ou de “destino” – nem sempre definitivo – na mobilidade.

alguns autores que pesquisaram sobre a temática, os lugares apontados como os de origem dessa população, que migrou para o Sudoeste paranaense entre 1900 a 1940:

- Do Paraná, vieram peões e agregados das fazendas dos municípios de Palmas, Clevelândia e Guarapuava. A mão-de-obra empregada nessas fazendas, que era grande, passou a se tornar escassa. A partir de 1900, essas fazendas tornaram-se incapazes de absorver o próprio crescimento vegetativo da população. Parte dessa população, que o sistema latifundiário não mais comportava, foi ocupar o Sudoeste paranaense (CORRÊA, 1970a, ABRAMOVAY, 1981, WACHOWICZ, 1987);
- Do Rio Grande do Sul, vieram “fazendeiros empobrecidos” e agregados “em particular das zonas de campo e mata do planalto, de Soledade, Candelária, Passo Fundo e Palmeiras das Missões”⁷¹ (CORRÊA, 1970a, p. 87);
- Do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Corrientes (Argentina), vieram “foragidos da Justiça”⁷² (BONETI, 1998, CORRÊA, 1970a, WACHOWICZ, 1987);
- Da Argentina e do Paraguai, vieram exploradores de erva-mate e caçadores de animais (BONETI, 1998, LAZIER, 1998, WACHOWICZ, 1987);
- De Santa Catarina, vieram posseiros expulsos e/ou expropriados da Guerra do Contestado⁷³ (BONETI, 1998, ABRAMOVAY, 1981, WACHOWICZ, 1987). Muitos foram os caboclos “expulsos das zonas onde se processava a colonização, e neste caso o melhor exemplo é fornecido pelo vale do rio do Peixe na década de 1910, quando a ferrovia que atravessava o vale colonizou as terras marginais aos trilhos, já ocupadas por uma população luso-brasileira” (CORRÊA, 1970a, p. 88).

⁷¹ Muitos dos caboclos, no Sudoeste paranaense, poderiam ser também, a partir desse fluxo migratório, descendentes de alemães, italianos e poloneses, que viviam “integrados” à natureza e eram considerados mais “pobres”. No Sudoeste paranaense, o caboclo passou a ser o sinônimo de uma determinada maneira de viver, de certas relações sociais que estabelecia no território. Waibel (1949, p.181), por exemplo, afirma que “especialmente nas áreas montanhosas, de povoamento antigo e nas regiões remotas, muitos colonos alemães, italianos, polacos e ucranianos tornaram-se verdadeiros caboclos, gente extremamente pobre, com muito pouca ou nenhuma educação e vivendo nas casas mais primitivas”.

⁷² Boneti (1998, p. 87), faz uma ressalva, na medida em que a “explicação simplista de que os primeiros ocupantes embrenhavam-se nas matas do Sudoeste porque temiam a justiça pode ocultar o verdadeiro motivo que levou os caboclos para o Sudoeste, ou seja, a busca por novos espaços de sobrevivência”.

⁷³ A Guerra do Contestado foi um conflito entre Paraná e Santa Catarina, ocorrido entre os anos de 1912 e 1916, que tinha como mote as disputas por um território litigioso entre as duas províncias. Após decisão judicial, esse território conflituoso passa a ser possessão catarinense (CARNEIRO, 1995).

As “raízes” da migração cabocla para o Sudoeste paranaense demonstram, portanto, uma variedade de lugares e de motivos que desencadearam esses deslocamentos. Corrêa (1970a) caracterizou esse movimento migratório como o de uma “fronteira em marcha”. Compreendemos, no entanto, que essa fronteira reportava-se à expansão territorial de um modo de vida peculiar, ligado à caça⁷⁴, à pesca e à coleta, mas, que apontava, também, a expansão territorial das relações capitalistas, do mercado, de uma agricultura extensiva, da criação e comercialização de alguns animais, que buscavam ser inseridas neste território, como demonstraremos a seguir.

A partir desses fluxos migratórios, a população, que em 1900 era constituída por um pouco mais de 3000 habitantes (WACHOWICZ, 1987), aumentou, em 1920, para 6000 habitantes, tendo densidade demográfica de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado (CORRÊA, 1970a).

A mobilidade dessa população se fazia através da predominância dos homens em relação às mulheres; entretanto, com o decorrer do tempo, a proporção entre os sexos se apresentou mais equilibrada devido ao predomínio da imigração familiar: “em 1920 havia 118 homens para 100 mulheres (144 na faixa de 21 a 49 anos), enquanto em 1940 havia 106 homens para 100 mulheres, num total de 23.000 pessoas” (CORRÊA, 1970a, p. 90). O que pode ser verificado, também, através dos dados, é o crescimento do número de pessoas nesse período de tempo-espaço de quarenta anos: em 1900, tendo um pouco mais de 3000 pessoas, esta população aumenta através da migração, sobretudo, em 1940, para 23000 habitantes no Sudoeste paranaense (caboclos e indígenas, sobretudo). Ou seja, a migração cabocla proporcionou um deslocamento de um contingente considerado de pessoas para o território e, posteriormente, para sua transformação através de usos, apropriações e dominações.

Ocorreu desse modo no território do Sudoeste do Paraná uma “mistura”⁷⁵, um hibridismo que se processou através de uma diversidade de sujeitos que saíram de diversos lugares e que se deslocaram para um “território”, até então, ocupado, sobretudo, pelos indígenas das etnias Kaingang e Xokleng (LANGER, 2007) e pela

⁷⁴ Para Abramovay (1981) e Boneti (2005), o caboclo no Sudoeste paranaense caçava com arma de fogo. Também, de acordo com um entrevistado nosso, o caboclo andava com um facão e uma espingarda em meio à mata, pois, “Era um costume mesmo. Tinha o facão, porque naquele tempo era muito mato, então tu usava pra fazer uma picada; então era por isso, né? E, o revólver, que o povo usava muito aqui, a espingarda também, era usada pra caçar, mas era por costume mesmo, a gente trouxe dos pais lá do Rio Grande do Sul esse costume” (Alcides Sestempf).

⁷⁵ Ao mencionarmos “mistura” não estamos querendo esconder os conflitos que existiram nesse processo. Apenas, queremos demonstrar a diversidade dos lugares de origem e dos sujeitos que ocuparam o território.

densa floresta. Era através da miscigenação entre ex-escravos, índios e descendentes de portugueses que se processava a mobilidade no interior do estado do Paraná. Nessa vinda, portanto, “espontânea” e/ou “forçada”, inúmeros caboclos foram se fixando no interior do território, em lugares em meio à mata, em que a presença de indígenas existia, contendo três toldos⁷⁶, estimando-se que existiam de 100 a 150 indígenas no período⁷⁷.

Contudo, os caboclos se deslocaram para o Sudoeste do Paraná de maneira “aleatória”, em deslocamentos e/ou fluxos migratórios não regulares, reproduzindo suas práticas socioespaciais de subsistência, tendo a mata como principal fonte de seu modo de vida, como desdobraremos adiante. Por isso, a migração se fazia de maneira dispersa e instável, tanto no tempo (ritmos de deslocamentos), quando no espaço (ocupação e apropriação do território).

Esse processo está vinculado, portanto, a um desdobramento histórico-geográfico. Por isso, voltamos um pouco no tempo e no espaço, para compreender esses sujeitos. De acordo com Trindade e Andreazza (2001, p. 18), da “convivência” do português com o índio originou-se, através da miscigenação, o caboclo, em que a mescla de costumes de um sujeito e outro se processou no território paranaense. Na composição e reelaboração das tradições lusitana e autóctone, foi urdida uma outra forma de viver: o modo caboclo. Ele passou a ser o modo de vida da população *livre* e “pobre”, uma massa “anônima” que lentamente se desenvolveu no Paraná dos séculos XVII e XVIII.

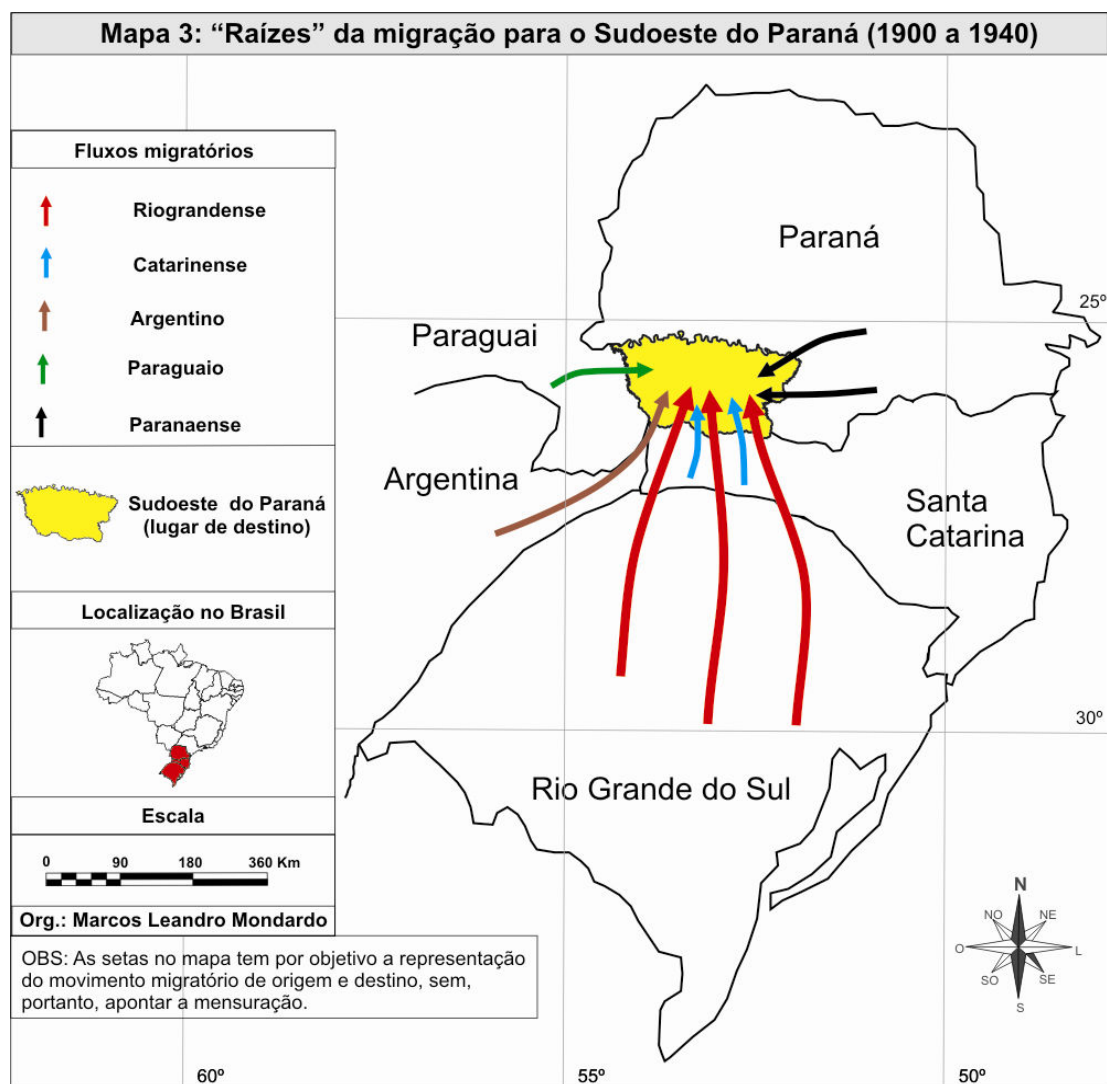
A formação da cultura cabocla não significou a hegemonia do nativo em território paranaense e brasileiro, pois toda a *formação colonial* expressou uma relação de *subordinação* (com resistências, é claro) do indígena ao português. Na realidade, a

⁷⁶ De acordo com o Dicionário Houaiss (2000), a expressão “toldo indígena” é um regionalismo do Sul do Brasil e indica um aldeamento indígena em processo de aculturação.

⁷⁷ Em entrevista concedida ao historiador Protasio Langer, em agosto de 2004, Glauco Olinger (administrador da Colônia Agrícola General Osório – CANGO, entre 1953 e 1954), forneceu as seguintes informações sobre a presença de indígenas no Sudoeste paranaense: “Naquela região ali, chamada Gleba Missões, que era uma área de 350 mil hectares havia três toldos de guaranis. Quando ali cheguei tinha um toldo ainda localizado. Os outros já estavam dispersos, ou seja, já não estavam concentrados como havia concentração em [19]53 quando cheguei lá. (...) [os três toldos se localizavam] no Jacutinga, no Sarandi, e lá na costa do Iguaçu. Lá na foz do Rio Ampere. Na desembocadura do Rio Ampere. Soube que lá tinha um toldo também. (...) Aquele toldo [no Jacutinga] devia ter uns 40 a 50 índios, entre mulheres, crianças e adultos. Na área toda [Gleba missões] devia ter uns 100-150 índios. Isso na Gleba Missões, porque havia muito espaço. Alguns já estavam trabalhando para colonos, outros vivendo assim, gostavam de um (...), numa casinha de palha, com a sua mulher e seus filhos, e trabalhavam o dia todo para o colono, mas, num dia desses matavam um tatu, um veado, um porco do mato; ainda tinha muito quando eu cheguei lá”. Desse modo, foge aos objetivos deste trabalho demonstrar as tensões e os conflitos entre os indígenas e os caboclos no Sudoeste paranaense.

incorporação das terras indígenas ao Império português assinala o início de seu processo de ocidentalização. A marca deste processo, segundo Trindade e Andreazza (2001, p. 19), foi à *destruição*, em grande parte, das demais formas de organização social, portanto, outros tempos e outros espaços foram, em grande parte, dizimados. Assim, ao mesmo tempo em que uma população livre e pobre, utilizando-se do saber indígena, *sobrevivia às margens da sociedade colonial*, a ação oficial do Estado-Nação ocupava-se em tentar reproduzir o modelo português de civilização com a “territorialização” de uma sociedade polarizada e desigual. Deste modo, em território paranaense, a miscigenação também ocorreu acarretando a formação de sujeitos híbridos, os caboclos, tendo como principal lugar fornecedor de migrantes o já mencionado campos de Palmas.

A seguir, apresentamos no mapa 3, a representação das “raízes” da migração cabocla para o Sudoeste paranaense, entre 1900 a 1940.



4.3 O período (hegemônico) da natureza e o tempo lento das relações: apropriação e uso do território pelos caboclos

Com a migração cabocla a partir do final do século XIX e início do século XX, o território sudoestino paranaense passou a ser apropriado e usado diferentemente da maneira até então praticada, sobretudo, pelos indígenas. A floresta⁷⁸ passou a ser habitada também pelos caboclos, que a partir daí desenvolvem suas atividades, suas relações, suas práticas socioespaciais.

Na literatura “oficial”, que narrou a ocupação do território, encontramos várias análises que consideraram, em sua maioria, o caboclo estereotipado⁷⁹. Como mencionamos no item anterior, neste tempo-espço de 1900-1940, o Brasil urbano-industrial latente que se buscava, inferiorizava o mundo rural brasileiro da época, alcunhando-o de atrasado em relação a um mundo urbano-moderno que se buscava demonstrar e expandir como “superior” e “evoluído”, além da intenção/projeto estatal e da classe hegemônica nacional de transformação do campo rural, “arcaico”, em moderno e com “agricultura racional”.

Deste modo, muitos dos autores definiram o caboclo do Sudoeste paranaense com este olhar de fora, o “olhar civilizado” que o tornava inferior, subalterno em relação à “sociedade oficial”, a sociedade moderna. Para Corrêa (1970a, p. 88), “esses pioneiros anônimos eram de origem luso-brasileira, tendo sido genericamente conhecidos como caboclos pela população de colonos que mais tarde ocupou a região”.

Segundo Wachowicz (1987, p. 85), o caboclo do Sudoeste paranaense não precisava ser necessariamente descendente do índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas criado no sertão, portanto, na floresta. Este deveria ter hábitos e comportamentos de sertanejo, ou seja, caça, pesca e a coleta (produção para subsistência). Porém, o caboclo não poderia ter pele clara, a ele se atribuía uma cor mais escura. Um de nossos entrevistados, filho de um caboclo, assim representou sua cor e de sua família: “A cor puxa mais para o preto, né? Preto, ou meio cor de cuia, gente mais morena; (...) perto dos alemão, tudo branco, da muita diferença, né? (risos) (Pedro Mariano Bandeira). Também, é importante mencionar que dos

⁷⁸ Segundo o IPARDES (2004, p. 30), o Sudoeste paranaense encontra-se nos domínios fitogeográficos de três biomas distintos: a Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Estacional Semidecidual e os Campos Naturais em pequenas proporções. Para Reinhard Maack (1981, pp. 209 e 241), a floresta do Sudoeste paranaense e caracteriza pela *Mata pluvial-subtropical* onde se destaca a presença de *araucárias*, mas que também conta com taquarais, palmáceas, perobas, angicos, cabreúvas, timabúvas dentre outros.

⁷⁹ O estudo que apresenta uma análise menos estereotipada do caboclo é o de Boneti (1998).

descendentes de caboclos que entrevistamos, filhos ou netos, a maioria eram negros e/ou tinham uma cor de pele mais escura.

O caboclo, portanto, chegava no Sudoeste do Paraná e se fixava em um pedaço de terra como posseiro. Esse fenômeno, no entanto, se insere no interior de um movimento mais amplo, o da expansão da “sociedade nacional” sobre o território brasileiro. De acordo com Wachowicz (1987, p. 69), “O caboclo no sudoeste paranaense, fez o papel histórico de componente dessa frente da frente pioneira. Ele pertencia a essas camadas não hegemônicas da sociedade”.

Essa apropriação da terra enquanto posseiro nos foi informada por uma entrevistada, afirmando que naquela época, no Sudoeste do Paraná, “quem chegava era dono”, pois:

Aqui quando chegava, como não tinha nada, todo mundo era posseiro, não tinha esse negócio de escritura, nem existia; era tudo posse, chegava no lugar era dono! Diziam que tirava um sítio, era tirá um pedaço de terra, né? (...) Sabe, aqui foi sendo ocupado assim, tudo na base da posse, tudo posseiro (Ione Simão Lopez).

O deslocamento progressivo das “frentes de expansão” foi um dos modos pelos quais se deu o processo de reprodução ampliada do capital, isto é, o modo da sua expansão territorial. Aliado a isso, considera-se que este deslocamento da fronteira também caracterizou a expansão de um modo de vida singular, com práticas culturais, com novas relações sociais estabelecidas com a natureza. Martins (1982, p. 75), considera que “através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional (...) se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de frente de expansão”.

Nesse contexto, a figura do posseiro era própria desta frente de expansão. Tavares dos Santos (1978, p. 150) considera que a “terra nova” na frente de expansão permitia que o camponês se reproduzisse socialmente. A terra, normalmente, virgem, dava a sustentação à subsistência do sistema de *uso* da floresta, que, portanto, constituía seu território como abrigo e como meio de apropriação afetiva e identitária com o lugar vivido, praticado cotidianamente. Como narrou um descendente de caboclos, atualmente morador de um bairro periférico de Francisco Beltrão:

Quando tu chegava em uma terra nova, era fartura; logo tu tacava fogo em uma parte do mato, mas fazia os aceiro, sabe? Roçava ao redor de

onde tu ia pôr fogo pra não alastrar e queimar tudo, né? Aí, depois que queimava era só semear o milho, aquilo vinha, nascia no meio da cinza, era só esperar pra colher; dava muito milho, a terra era boa, nova, primeira planta dava muito. (...) Então no meio dos mato as planta davam muito, o povo tinha caça e ainda fazia umas rocinha boa, tudo sem adubo, sem veneno, sem nada (Pedro Mariano Bandeira).

Na frente de expansão, portanto, as relações sociais fundamentais não eram determinadas pela lógica da produção de mercadorias, pois a apropriação das condições de trabalho, na terra, não se realizava como empreendimento econômico moderno. No plano jurídico, com a instauração da propriedade privada pela Lei de Terras de 1850, não houve a constituição do princípio e de nem o fim da instituição do uso privado das “terras comuns” ou da posse, por ocupação das terras devolutas na frente de expansão. Portanto, o que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, sendo que estas não assumem o caráter de mercadoria, são terras para a produção do excedente. Assim, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou do posseiro (MARTINS, 1975, p. 46).

Quebrando com a concepção de que os caboclos eram “fugitivos da justiça”, Abramovay (1981, p. 19) afirma que estes sujeitos estavam “fugindo” não da lei, mas de um “século do dinheiro, dos negócios e de uma outra racionalidade” que se implantava nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Por isso, esses indivíduos eram expropriados pelos imigrantes alemães, italianos, poloneses, pelas empresas colonizadoras e pelo Estado que adentravam sobre seus territórios. A frente pioneira avançava sobre os territórios dos caboclos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, ocasionando a desterritorialização, isto é, a perda dos laços afetivos e do modo de vida, neste caso, com o lugar vivido no meio da mata. Como ressalta Abramovay (1981, p. 11), “mais importante que a própria expropriação em si mesma, foi a *ruptura* do universo no qual viviam os caboclos”. Estes, portanto, não tiveram seu deslocamento puramente “espontâneo” e/ou “livre”, mas, inseridos em um contexto histórico e geográfico de violência, de poder(es), de luta pelo poder, de encontros (que leva aos confrontos) acarretando desencontros nos lugares de origem da migração destes sujeitos para o Sudoeste paranaense.

Neste âmbito, o que queremos demonstrar é que o caboclo não buscava (puramente) refúgio na mata. Por conter uma “racionalidade” diferente da empregada pela modernidade, a mata era o território propício para a sua sobrevivência. Para Abramovay (1981), isso ocorria por dois motivos: a) “a floresta era uma terra livre,

aonde não existia propriedade privada, fosse ela latifundiária ou familiar”. Estas terras devolutas eram “livres”, na medida em que o Estado ainda não tinha direcionado ações, como, por exemplo, sua ocupação pelo estímulo à migração. Esse “território” era “livre”, também, porque a civilização, nos moldes da racionalização da vida, ainda não tinha se apropriado dele; b) o caboclo não havia se apropriado da terra como proprietário legal; este “se interessava pela terra apenas na medida em que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que nela ele plantava”. A terra só lhe servia como objeto de seu modo de vida, ou seja, para sua sobrevivência ligada a uma produção para subsistência. Separada deste modo de viver, desta relação com a terra, esta não tinha valor algum. Assim, ao chegar, “o caboclo não subdividiu a mata em parcelas sobre as quais cada indivíduo ou família seria soberana, o que se colhia ou caçava, isto sim era um patrimônio individual. Mas a terra ela mesma não pertencia a ninguém” (1981, p. 13).

Essa característica das terras sem cercas e sem estar dividida, isto é, *livre*, nos foi relatada em entrevista:

Não tinha terra cercada, que tinha era mato, muito pinheiro e aqueles mato branco, sabe? (...) Aí o pessoal marcava pelas fonte de água, pelos morro, pela árvore maior, um pinheiro, um angico grande, né? Pra sabê mais ou menos onde ia o pedaço de terra perto da casa; (...) mas foram marcando assim, meio no olho e no dedo, não tinha cerca e tinha muita terra sem ninguém em cima na época (Amélia Maria Santos)

A floresta constituía, nesse sentido, o território de abrigo, da segurança e da reprodução de um modo de vida. Era dela que o caboclo retirava seu sustento e estabelecia suas relações, suas práticas socioespaciais. Era à natureza que estava ligado intimamente seu modo de viver e, por extensão, suas relações de poder. Como considera Claval (1979, p. 11), “poder alguma coisa é estar em condições de realizá-la. A análise do poder é, numa primeira acepção, a análise da gama das ações que se sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele tirar o necessário à vida”.

O território dos caboclos era, ao mesmo tempo, um valor e/ou instrumento de poder (o valor atrelado ao seu universo cultural e o poder da sobrevivência), em que, além do uso (in)constante, há uma valorização simbólica identitária, referência espacial da existência humana. A floresta era a referência simbólica e identitária do seu modo de vida, era a base, a (geo)estratégia, o trunfo, o poder de seu modo de reprodução.

Sobre essa relação com a floresta, vejamos o que um dos descendentes de caboclos nos relatou em uma conversa:

Meu pai vivia no meio dos matão por aí. Era o jeito dele viver. Tinha uma casinha de taquara embrenhada nos mato; pescava, caçava; naquele tempo tinha muita caça por aí, sabe? (...) fazia a comida que tirava das caçada numa chapa de ferro que tinha no barraco (Alcides Sestempf).

Consideramos, portanto, que o território era um valor para os caboclos na medida em que, através da territorialidade em meio à floresta, era retirada a sua sobrevivência e que estava intimamente atrelada a sua prática espacial cotidiana. Haesbaert (2006a), a partir de Bonnemaïson e Cambrèzy, afirma que a ligação dos povos tradicionais ao espaço de vida era mais intensa porque, além de um território-fonte de recursos, o espaço era “ocupado” de forma ainda mais intensa através da apropriação simbólico-afetiva. Por isso, “o território é primeiro um valor”, pois toda a sociedade humana tem a necessidade de estabelecer uma forte relação com o espaço de vida. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao *ser*. O ser caboclo estava, portanto, ligado “umbilicalmente” à floresta.

O território, assim, era primeiro um valor para os caboclos, pois era na floresta que estava contido o poder do laço territorial que revelava que o espaço está imerso de valores; valores materiais de sobrevivência e, também, valores imateriais de um modo de vida, afetivos, que se reproduziam nesse *meio*. Neste contexto, nas sociedades agrícolas pré-industriais e nas sociedades “primitivas” de caçadores e coletores:

(...) o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço (BONNEMAISON E CAMBRÈZY *apud* HABESBAERT, 2006a, p. 73).

Assim, para os caboclos, perder seu território, ou seja, a floresta, era *desaparecer*! Era desaparecer enquanto cultura (em sentido amplo), com suas práticas, seus valores, com o modo de vida “integrado” e *adaptado* à natureza. Também, conforme afirma Sack (1986), o modo como as pessoas utilizam a territorialidade valoriza a terra, ou melhor, as relações com a terra. Logo, a territorialidade do caboclo, nesse período, valorizava a mata, seus recursos, seu abrigo, sua segurança; a

territorialidade era um valor para o caboclo pois continha a “liberdade”: “a mata não era de ninguém”, a mata “pertencia a todos”.

Essa territorialidade da “liberdade” dos caboclos no período foi narrada por um descendente, afirmando que:

Naquele tempo, guri, não tinha esse negócio de ter que pedir pra ir pescar no rio que passa na propriedade de fulano; sabe, o meu pai e eu quando era piá, cansemo de i pesca por tudo aí, sabe? Tinha muito peixe, caça, pra tu ver como tá hoje, não te deixam entrar num mato pra caçar e pescar num rio, pois tudo tá cercado, tudo tem dono, né? E não tem mais nada também (...) quando tu tinha vontade de pescar era pegá a vara e se mandar, voltava no outro dia as vez pra casa, hoje não tem mais isso, acabou (Alcides Sestempf).

Assim, o território para os caboclos tinha um sentido e um significado abrangente e carregado de conteúdo social, pois:

Na visão primitiva, a terra não é algo que pode ser dividido em partes e vendida como lotes. A terra não é uma parte do espaço existindo dentro de um sistema maior. Pelo contrário, ela é vista em termos de relações sociais. As pessoas, como parte da natureza, estão intimamente ligas à terra. Pertencer a um território ou a um lugar é um conceito social que exige, primeiramente e antes de tudo, pertencer a uma unidade social. A terra, por si mesma, está em poder do grupo como um todo. Não é privativamente dividida nem possuída. Além disto, ela é viva como os espíritos e a história das pessoas, e os lugares sobre ela são sagrados (SACK *apud* SMITH, 1988, p. 112).

Cada sociedade e sua organização social *valoriza o espaço* através de seu uso. Messias da Costa (1992, p. 24, [grifos do autor]) considera que “toda sociedade, em qualquer tempo e lugar, *define formas particulares de relações com o seu espaço de vivencia e produção*; em outras palavras, valoriza-o a seu modo”. Para o autor, o processo de valorização do espaço, a partir de uma historicidade, implica em compreender que toda sociedade organizada para a vida comunitária, com o trabalho e a produção (material e simbólica), estabelece algum tipo de relação de poder e projeta para o espaço um determinado modo de operar politicamente com ele, estando aí subjacente, também, a idéia de que esses processos não se restringem às sociedades organizadas sob a forma de Estado, tal como se concebe em sua feição moderna.

Por isso, Messias da Costa (1992, p. 27) considera que um modo de compreender esse *processo de valorização do espaço*, é tentar entender como eles se manifestam na vida social dos chamados “grupos primitivos”, por exemplo. A

organização político-territorial dos chamados “povos primitivos” estaria muito mais na sua estrutura de relações entre “espaços ecológicos” e os “territórios de domínio” de cada um, do que propriamente nos “fatos da política” eventualmente presentes em suas relações internas.

O autor, analisando grupos tribais e sua formação de organização social, afirma que:

(...) a ausência de um sistema político formal não implica, necessariamente, a ausência de uma estrutura de domínio no que se refere às relações territoriais, que ali se expressa, principalmente, no sentido tribal como língua comum, cultura comum, e sobretudo território comum. Essas *relações de domínio*, nesses casos, não devem ser interpretadas com manifestações de propriedades, mas como apropriação de um espaço de vivência e recursos; em outras palavras, *um espaço ecológico territorializado* (MESSIAS DA COSTA, 1992, pp. 26-27, [grifos do autor]).

É importante ressaltar que a relação espaço/poder é *relação social* por excelência, processo real que se expressa material e simbolicamente sob várias formas e tipos de organizações sociais que tem significados inerentes a uma dada *tessitura territorial* (como na concepção de Raffestin [1993]). Toda sociedade, grupo ou indivíduo produz um espaço de vivência e (re)produção, delimitando, concomitantemente, um espaço político em uma dada *projeção territorializada* das suas relações econômicas, culturais e políticas.

Para Abramovay (1981), era na floresta que estavam os recursos que o caboclo necessitava. “Se o caboclo pudesse optar sobre duas áreas desocupadas, uma de mata virgem e outra de campo, não há dúvida de que é em direção à primeira que sua escolha se inclinaria” (p. 15). Era na mata virgem e não nos campos que ele encontrava as condições mais favoráveis a sua sobrevivência. Primeiro, porque segundo o autor, em grande parte a sua alimentação poderia ser assegurada pela caça, pela pesca e pela coleta; as atividades agrícolas assumiam um papel relativamente secundário no interior do modo de vida caboclo. Isso se deve em função das fontes de abastecimento existente na mata, sendo que o consumo de carne animal era feita através da caça e da pesca. Logo, o caboclo vivia com aquilo que Cândido (1977) chamou de *mínimo vital*, ou seja, o mínimo necessário para a sua alimentação.

Neste âmbito, Claval considera que:

Nas civilizações que vivem da colheita, da pesca e da caça, a acumulação das riquezas é sempre difícil (...). Pode-se secá-los, mosqueá-los, defumá-los, mas as reservas assim constituídas duram apenas algumas semanas ou meses. Quando o grupo é móvel, as ferramentas, as armas, as provisões que constituem a riqueza do indivíduo nunca podem ser muito numerosas, limitando-se àquilo que ele pode carregar (CLAVAL, 1979, p. 72).

Lazier (1998), considera que estes indivíduos no Sudoeste paranaense viviam, principalmente, da caça (porco do mato e veado), eram “maltrapilhos” mas se alimentavam muito bem em virtude da riqueza que a floresta apresentava. Portanto, era da mata que saía a riqueza do caboclo, pois retirava dali as principais fontes de sua subsistência. Entretanto, é importante ressaltar que a riqueza para o caboclo estava vinculada à satisfação das suas necessidades básicas ligadas a sobrevivência, especialmente, à alimentação. Abramovay (1981) reitera que a riqueza e o conforto para o caboclo era medida através de sua necessidade imediata, suprida por aquilo que lhe era “dado” pela floresta.

Essa riqueza e conforto, medido pelas condições oferecidas no território, apareceu na entrevista realizado com Lauro, um caboclo que continua atualmente morando no interior de Francisco Beltrão, cultivando sua “pequena rocinha” e que nos relatou, em sua casa simples, os “causos” que viveu:

Tinha muita caça, matava um veado, um tatu, pescava, tinha uns poço bõo pra pesca, sempre voltava do rio carregado; (...), tinha sempre uma cachorrada, aí a gente fazia as caçada, aparecia muito bicho, tinha muito nos mato, era bõo, era a diversão pra nós na época; as vez conseguia carne pra mais de meis; (...) então, tu tinha como viver assim, do que tinha, não era difícil de viver (Lauro Dias de Souza).

Assim, para o caboclo, era um paradoxo cultivar grandes extensões de terra, sendo que quase tudo que precisava estava por retirar da floresta. A maioria dos recursos que necessitava para sua sobrevivência estava na floresta: seu território. Porém, mesmo ao retirar da floresta a maioria da sua alimentação, isso não impediu que este cultivasse pequenos lotes de terra com uma agricultura extensiva. Isso possibilitou que desenvolvessem e praticassem suas *técnicas* para o uso do território, especialmente em relação à caça, à pesca e a coleta, mas também em função da plantação de alguns alimentos em pequenas áreas.

Para Santos & Silveira (2006), as *técnicas* indicam como que o território é usado e apropriado por um grupo social:

Adotando tal ênfase nas técnicas, podemos privilegiar uma história secular do território (...) delimitar períodos e redescobrir os respectivos contextos. Somente estes permitem enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade. A cada período podemos, assim, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina como que já existia (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 11).

A prática agrícola (mesmo que mínima) estava baseada na técnica do fogo (queimadas) e da rotação de terras (sistema de *pousio*). De acordo com Wachowicz (1987), a técnica da queimada era utilizada pelos caboclos para “limpar o terreno” e as cinzas sobre a terra serviam como um excelente fertilizante para a produção.⁸⁰ Além disso, “o fogo era o principal meio que tinha o caboclo para enfrentar a floresta” (ABRAMOVAY, 1983, p. 27). Com a queimada podiam limpar um pedaço de terra para a plantação, principalmente de milho e feijão, plantadas em pequenas áreas que formavam as roças. Sobre as roças caboclas, Paulo Sodero Martins reitera que:

As roças de caboclos são unidades de agricultura de derrubada e queima de populações tradicionais nas terras firmes dos trópicos brasileiros, geralmente associados com florestas. Elas são derivadas de sistemas indígenas com algumas modificações introduzidas pelos africanos e portugueses (2001, p. 369).

A técnica de rotação de terras utilizadas pelos caboclos era denominada, também, sistema de *pousio* ou de coivara. Para cada área plantada era necessário corresponder uma área de *pousio*, onde a terra recuperava suas “forças” para ser plantada posteriormente. Quando a produtividade da área plantada começa a cair, ela é deixada em repouso e passa-se a cultivar na área anteriormente deixada em *pousio*. Assim, nesse sistema, tem-se uma sucessão contínua de terras plantadas e terras em repouso, sendo este um procedimento típico de uma agricultura denominada “primitiva” em face de uma agricultura “moderna” (ABRAMOVAY, 1981, p. 27; FERES, 1990, p. 126). Sobre essa técnica, Paulo Sodero Martins ainda considera que:

A história da roça começa na pré-história e modificou-se com o passar do tempo, com o acréscimo de uma série de componentes. A roça é

⁸⁰ É importante destacar, ainda, que sobre as cinzas de uma terra virgem não há ervas daninhas em uma quantidade suficiente que venha a prejudicar o desenvolvimento da plantação. O trabalho de limpeza do terreno também é dispensado (FERES, 1990, p. 528).

representante do tipo de *agricultura de derrubada e queima* ou de *pousio* ou agricultura de *coivara*, em que o índio e o caboclo abrem uma clareira dentro da vegetação primária ou em diferentes estágios de sucessão e ateiam fogo. Dessa maneira, ele incorpora nutrientes ao solo e aí estabelece uma comunidade de plantas que apresenta heterogeneidade de espécies (P. MARTINS, 2001, p. 370, [grifos nossos]).

Deste modo, o sistema de *coivara* ou *pousio*, adotado pela maioria dos caboclos, constituía-se em *práticas* em que as roças são abandonadas, na maioria das vezes, após o solo ter esgotado sua fertilidade natural, e retomadas após vários anos quando as capoeiras já restauraram a fertilidade e assim sua capacidade de produção. Aliado a isso, para Claval, no modo de vida, como o dos caboclos:

(...) o direito de propriedade é limitado no tempo: dura enquanto a parcela é explorada; quando retorna ao pousio, depois de dois ou três anos de uso, para que se reconstituam as reservas do solo, ela volta a ser parte do todo. O grupo tem um direito coletivo sobre o território de rotação das culturas. Como entre os povos que vivem da caça ou da colheita, seus contornos são flexíveis e submetidos a modificações incessantes em função da pressão demográfica, dos laços entre as unidades vizinhas e da evolução das técnicas e do próprio meio (CLAVAL, 1979, p. 72).

Feres (1990, p. 234) entende que o espaço cultivado na mata era reduzido ao “tempo das clareiras”, esses sujeitos plantavam em pequenos pedaços de terra e, também, semeavam as sementes por quilos. Tratava-se, basicamente, de uma pequena produção que se voltava para grandes famílias, constituídas, geralmente, de até 10 componentes⁸¹. Logo, no Sudoeste paranaense:

A abundância de terras e a necessidade muito restrita de produção permitia ao caboclo aplicar sem dificuldades o sistema rotativo de *pousio*. O que caracteriza também o nomadismo relativo dessas populações caboclas. *A relação homem-espaço obedecia ao corolário mais espaço-menos trabalho*, resultante da propriedade praticamente incontrolada da terra, da abundância de terras virgens e da baixa densidade demográfica da área (FERES, 1990 p. 495, [grifos nossos]).

Os caboclos plantavam, no Sudoeste paranaense, principalmente milho, feijão, arroz e mandioca, sendo que esta última tinha um lugar de destaque na alimentação pela influência indígena. Além disso, a mandioca era de fácil plantio, sendo, ainda, uma

⁸¹ É grande o número de filhos entre os “caboclos”, apresentando mais de cinco filhos por família, inclusive entre os casais mais jovens (BITTENCOURT E BIANCHINI, 1996, p. 78).

fonte rica em calorias, além de render muito para a alimentação. Uma pequena plantação de mandioca poderia alimentar uma família de caboclos por um ano inteiro (FERES, 1990 p. 496). Essa característica foi evidenciada em conversa com Lauro: “pranta umas rocinha, né? Um pouco de mandioca, feijão, milho, abóbora, um poquinho de cada coisa; aí cria uns porquinho, as vez tu mata um, vai levando assim” (Lauro Dias de Souza).

Trindade e Andreazza (2001, p. 16) ressaltam que a cultura cabocla manteve a forma *itinerante* da roça indígena e incorporou, para fins alimentares ou medicinais, frutos da terra, como a mandioca, o milho, o feijão e a erva-mate, amoldou-se ao costume de transportar e aprisionar alimentos em cestos de fibras e taquaras trançadas, utilizando-se delas também para confeccionar armadilhas de apresar animais, dentre tantas formas de adaptação às condições da vida em meio à floresta.

Também, a técnica da rotação de terras utilizadas para o uso do território se constituía no *trunfo* que possibilitava a reprodução do modo de vida caboclo. A rotação de terras permitia, ao caboclo, traçar a (geo)estratégia de sobrevivência através da sua relação com a natureza, portanto, com a mata. Com a rotação de terras, à medida que a área utilizada perdia sua fertilidade natural (na qual a queimada fazia o papel de “limpar e delimitar o terreno”), o caboclo detinha o *trunfo*, o poder de mudar de lugar para obter os recursos que uma nova área lhe poderia fornecer, concomitantemente, para a técnica da rotação de terras como para a coleta, pesca e caça.

Assim, o caboclo detinha esse *trunfo* que constituía sua estratégia a partir do nomadismo, de carregar (seu) “mundo nas costas”⁸², de uma “territorialidade nômade” e, deste modo, de um “território móvel”, de um território que se fazia no movimento, ou melhor, através da repetição do movimento. Isso só era possível porque o Sudoeste paranaense detinha condições para esse tipo de prática espacial naquele período, pois “antes da chegada dos colonos descendentes de europeus à região, a partir da década de 1940, a quantidade de terras disponíveis era suficientemente grande” e “a população suficientemente reduzida para que o caboclo seguisse sempre em busca de novas terras após um ou dois anos da abertura de uma clareira” (ABRAMOVAY, 1981, p. 20).

⁸² Maestri (2005, p. 232) assinala que o caboclo carregava “o mundo nas costas” pois “O caráter temporário da ocupação da terra pelo caboclo expressa-se na ausência de lavouras perenes e no caráter sumário de sua moradia e benfeitorias, que podiam ser ‘reconstruídas em questão de dias’, e de seus equipamentos, capazes de serem carregados nas costas de um homem”.

Neste contexto, apoiando-se em Claval (1979, p. 83), podemos considerar que os caboclos detinham uma “organização territorial instável”, marcada pela forma de uso com que “exploravam o espaço”, pois:

Enquanto a densidade populacional é fraca e a terra abundante, são poucas as regras que devem ser estabelecidas para melhor aproveitamento do meio: basta assegurar a cada qual o fruto de seu trabalho. Nos países de agricultura itinerante sobre queimadas, as glebas são concebidas por dois ou três anos, o tempo em que a terra produz, àqueles que as desbastaram e semearam (CLAVAL, 1979, p. 16).

O caboclo tinha no nomadismo a territorialidade que marcava o Sudoeste paranaense naquele período. Por não ter a propriedade parcelar e/ou familiar como base de sua apropriação da terra, o caboclo constituía seu território no movimento, pela repetição do movimento de sua apropriação constante de uma área na floresta. A produtividade do seu trabalho, resalta Abramovay (1981), era alta pelo fato de plantar quase sempre sobre terras virgens. Também, para o autor, é a partir deste sistema de *uso de solo* (que não inclui apenas a agricultura, mas sobretudo a caça, a pesca e a coleta), determinado pela relação que uma população pouco numerosa mantém com a “floresta virgem”, que se pode compreender o nomadismo do caboclo.

Fixar-se num lugar só seria, para o caboclo, considera Abramovay (1981), aceitar uma queda na produtividade de seu trabalho, quando nenhum tipo de *pressão* o obrigava a tal. Enquanto ele tinha a mata pela frente, seria economicamente “irracional” que deixasse de cultivar na floresta virgem. Nesse sentido, e numa perspectiva econômica, e também funcional, Abramovay afirma que:

O nomadismo, tantas vezes associado à imprevidência, visto como uma espécie de puerilidade agrícola, funciona, na realidade, dentro de um sistema cujos agentes tentam estabelecer um equilíbrio racional entre seu dispêndio de trabalho e os recursos naturais a sua disposição. É claro que, aumentando a população e modificando-se o regime de apropriação fundiária, a economia cabocla passa a aparecer como ilógica. Irracional, da mesma forma que seria ilógico e irracional trabalhar numa parcela de terra apenas, tendo o agricultor a mata inteira, à sua disposição (1981, p. 26).

Esse traço nômade também foi encontrado por Antônio Cândido entre os caipiras por ele estudados no interior de São Paulo, mais precisamente em um bairro da cidade de Bofete, entre 1948 e 1954. Assim:

A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas *origens nômades*. A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de pesca e coleta, cuja estrutura instável dependia da *mobilidade* dos indivíduos e dos grupos. *Por isso, na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se pra sempre o provisório da aventura* (CÂNDIDO, 1977, p. 37, [grifos nossos]).

Por isso, não corroboramos totalmente com a hipótese de Abramovay (1981, p. 23), de que o nomadismo dos caboclos no sudoeste paranaense “é antes de tudo a expressão do caráter itinerante da produção agrícola ou pecuária. E, no caso da agricultura, esse caráter itinerante, por sua vez, é o reflexo de um sistema determinado de rotação de terras”. Isso explica em parte, ao nosso ver, o nomadismo dos caboclos, pois, concordamos com Cândido (1977) quando afirma, na citação apresentada anteriormente, que o nomadismo estaria ligado a “uma economia largamente permeada pelas práticas de pesca e coleta, cuja estrutura instável dependia da *mobilidade* dos indivíduos e dos grupos”. Por isso, seu modo de vida (na habitação, na dieta, na identidade do caboclo), caracterizou-se sempre pelo provisório da *aventura*⁸³. Por isso, mais do que o seu “caráter itinerante da produção agrícola ou pecuária” como propõem Abramovay, o nomadismo caboclo está vinculado a todo um modo de vida, da caça, da pesca e da coleta e, também da aventura e do provisório.

Michel Maffesoli (2001), em seu livro *Sobre o nomadismo*, embora analisando territorialidades e temporalidades modernas (e/ou pós-modernas), nos ajuda a compreender o nomadismo caboclo quando assinala que o caráter de *aventura* cotidiana da mudança é o caráter permanente do nômade. Por isso, para o autor, “o nomadismo não se determina unicamente pela necessidade econômica, ou simples funcionalidade. O que o move é coisa totalmente diferente: o desejo de evasão. É uma espécie de ‘pulsão migratória’ incitando a mudar de lugar” (p. 51). Pois, “para além dos termos econômicos estão por trás de tal errância a aventura [!]. Há nessa popular ‘mania de se locomover’ uma parte significativa de imaginário” (p. 49).

A aventura, portanto, é um elemento que pode também envolver a mudança dos caboclos em seu nomadismo. Como afirma Maffesoli (2001, p. 42), a “aventura, assim

⁸³ Da mesma forma que a do caboclo no Sudoeste paranaense, Cândido (1977, p. 37) analisou que a casa do caipira é chamada “rancho”, como querendo exprimir o seu caráter de pouso e, portanto, de *provisoriedade*.

como os imaginários, os sonhos e outras visões sociais, é um filão escondido percorrendo o conjunto do corpo social”. Assim, “o nomadismo está inscrito na própria estrutura da natureza humana; quer se trate do nomadismo individual ou do social” (p. 37).

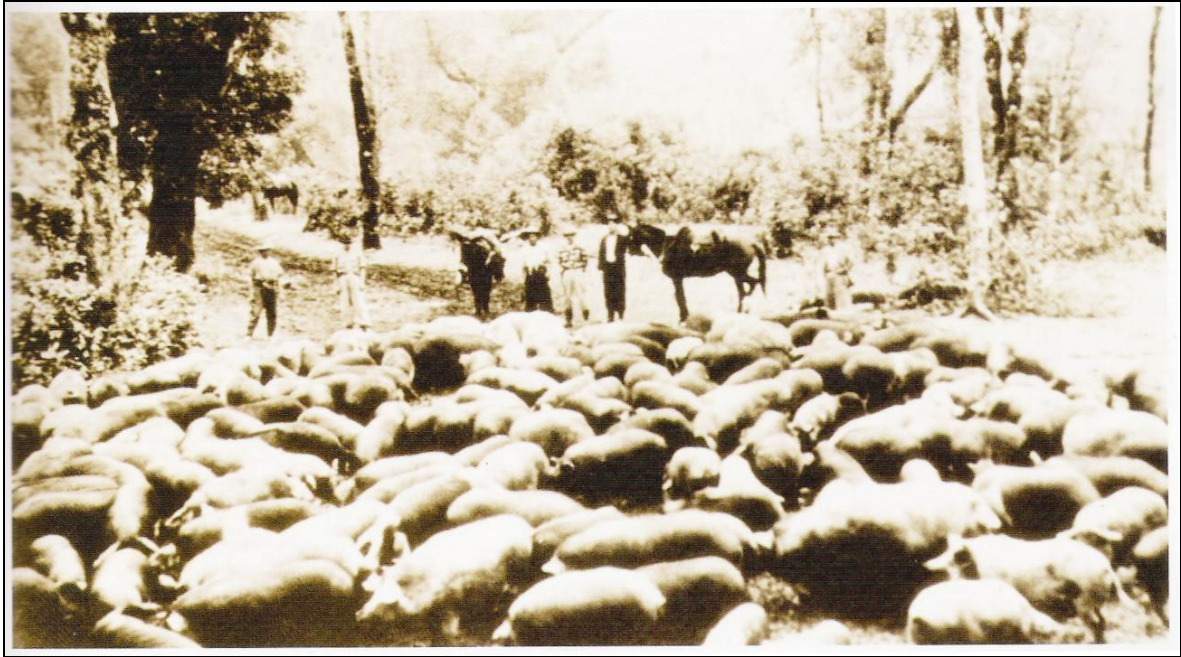
Também, acreditamos que o nomadismo do caboclo poderia estar associado, em alguma medida, a *tensões* ocorridas com outros indivíduos ou grupos sociais, tais como indígenas e/ou “pioneiros”, estes últimos, oriundos da expansão da frente pioneira. Através do embate com outras racionalidades, com outras formas de uso, apropriação e dominação do território, *poderia* acarretar no abandono do território do caboclo em busca de outro.

No entanto, especialmente, a partir de 1920, Wachowicz (1987) assinala que aliado à prática das queimadas e do sistema de rotação de terras para o plantio, começou a ser desenvolvido no Sudoeste paranaense a criação de suínos, a partir do que os caboclos denominavam de *saфра*; havia, também, em menor proporção, a criação de gado.

Através da “limpeza do terreno” pela queimada ocorria, como demonstramos anteriormente, a plantação de milho. Este era semeado em uma área aberta pelo fogo, no meio da mata, e ali o milho germinava e crescia sobre as cinzas da queimada, que era considerada um “inseticida natural”. Logo, “denominou-se saфра na região, o processo de engorda dos suínos criados soltos no mato, em mangueirão ou no meio de uma lavoura de milho” (BONETI, 2005, p. 111).

Na foto 1, a seguir, pode-se visualizar uma vara de suínos pronta para a viagem, no final da década de 1940, na área onde posteriormente veio a se formar o município de Francisco Beltrão.

Foto 1: Vara de suínos no Sudoeste paranaense – década de 1940



Fonte: Nivaldo Kruger (2004).

Os suínos eram criados, portanto, no sistema de “safra” (soltos na roça de milho) e no sistema “porco alçado” (soltos no mato). Segundo um informante entrevistado por Corrêa (1970a, p. 93), a suinocultura “nos moldes em que era praticada, necessitava de amplas áreas – 1 cabeça para 5 hectares de mato no sistema de “porco alçado” [solto no mato] e 4 cabeças por hectares de milho no sistema de “safra”⁸⁴.

Os suínos criados soltos num milharal ou soltos dentro da mata eram adquiridos por um comerciante, o “safrista”, que comprava 500, 800, 1.000 porcos e levava-os “tropeando” a pé, até os mercados de comercialização. Muitos caboclos, também, levavam os suínos “enchotando-os” até o destino da venda⁸⁵. Os suínos do Sudoeste paranaense eram “tropeados” e vendidos nas cidades de Porto União, Guarapuava e Ponta Grossa. Muitas vezes, uma “tropeada” levava semanas ou até mesmo meses (WACHOWICZ, 1988, p. 176).

⁸⁴ Também, para Feres (1990, p. 497), o suíno e o gado eram criados soltos, e se alimentavam daquilo que a mata fornecia, principalmente de frutos silvestres. A criação destes animais não se associava à propriedade da terra. As terras eram *livres* e a mata estava à disposição dos animais de criação.

⁸⁵ Um informante entrevistado por Boneti (1998, p. 105), relatou como era a “tropeada” naquele tempo: “A picada era um carreiro. Lembro que a primeira tropa que eu ajudei a levar – uns 200 porcos – com o pai (...). A gente não enxergava o chamador. O sujeito ia lá na frente, quase não via, porque a picada era muito turbulenta. De vez em quando os cachorros... Naquela época, cachorro bom, que sabia lidar com porco tinha valor, ataca os que voltavam. Engraçado: depois do segundo dia, o porco não incomodava mais. Mas depois, se ficasse algum porco pra trás, extraviado, ao anoitecer ele seguia o rastro e seguia novamente à tropa, quando o pessoal estava acampado. Não ficava para trás. Dificilmente não voltava (...). Quando chegavam à noite, todo mundo tinha coisa para fazer: ajeitar roupas, toda rasgada (...). Às vezes se comia de manhã e ia-se fazer alguma outra refeição à noite (...). A marcha de uma tropa era de quatro quilômetros por hora”.

Em entrevista ao Jornal de Beltrão, um caboclo (Júlio Assis Cavalheiro) relatou como desenvolvia a atividade de criação de suínos no Sudoeste paranaense:

Porco de safra, a gente fazia roça, bastante roça, e depois comprava porco magro, ou criava, se tinha onde cria, e depois da roça seca, soltava, eu soltava, usava solta 12 porco grande e 12 pequeno por arqueire de roça, eu soltava 220 porco pequeno e 220 grande. Porque o porco grande ele só pega na espiga e o grão ele não junta. Então a gente solta o leitão pra ajunta o grão de milho que ficava no chão. E se plantava muita abóbora também, né. Então aquele dinheiro que a gente gasta hoje em colhe o milho, em peão, não precisava, gastava em peão pra reunir os porco de vez em quando, e por sal nos cocho, num mangueirão que agente tinha pra volta e meio reunir os porco ali, pra costeá, e era só o que dava era sal (...). Mas quanto a outra coisa não. O que eles comia era milho, abóbora, da roça mesmo que eles mesmo iam colhe, né, eles mesmo se tratavam, e o sal, era o que a gente dava nos cocho, né, à vontade, era o que se gastava com eles, né (...). Tirava duas safra. Ali por julho, mais ou menos, fins de julho, tirava uma tropa grande (JORNAL DE BELTRÃO, 30/07/1994, p. 7).

Também, em outra matéria apresentada no Jornal de Beltrão, foi relatado como que os suínos eram criados, associando esta atividade à “cultura nômade” do caboclo. Vejamos o que diz:

Quem viveu no Sudoeste há 50 anos atrás conheceu uma suinocultura que diferia um pouco a cultura nômade. Por falta de meios de transporte capazes de carregar grande quantidade de animais, os porcos eram levados a pé, em distâncias que muitas vezes ultrapassavam os 50 quilômetros. Sem dispor de instalações adequadas, e nem comercialização para os produtos agrícolas, os animais eram criados soltos em meio a roças de milho. Quando comercializados, eram conduzidos em varas até as cidades. As tropas eram comportas de mais de 500 cabeças. Isso exigia a participação de dezenas de pessoas para tocar os animais, visto que não existiam estradas e eles facilmente “estouravam” pelas lavouras alheias. Antes de surgirem formas melhores de transporte, o criador descobriu que o porco se guia com facilidade pelo cheiro e pelo som. A partir desse princípio, passou-se a costurar suas pálpebras com crinas de cavalo (JORNAL DE BELTRÃO, 12/08/1995, p. 3).

A safra de porcos significou, portando, nesse período (1900-1940) a inserção dos caboclos no mercado formal através do capital comercial. Eram comercializados também, porém, em menor proporção pelas de animais e erva-mate, sendo que estas trocas constituíram o contato formal com o mundo capitalista, na qualidade de produção de mercadorias. Tratava-se do excedente produzido pelo caboclo à disposição do mercado, possibilitando a este a aquisição de gêneros de primeira necessidade não

produzidos na agricultura, tais como sal, açúcar, querosene, riscado (tecido), munição para arma de fogo etc. Esses produtos eram comprados nas “bodegas”, como salienta um de nossos entrevistados:

Ali em Nova Concórdia [pequena vila no interior de Francisco Beltrão], tinha o Pedro, era meu conhecido, ele ponhó uma bodegona lá. Vendia munição pra caça, de arma, 38, bala, tudo esse negócio lá. Tinha cachaça também, sal. Tinha o que precisa na época (Lauro Dias de Souza).

Ademais, é importante reafirmar que a atividade da safra de porco se desenvolveu como prática extensiva possibilitada pelas características do espaço no Sudoeste paranaense nesse período (e, em boa parte, do interior do território brasileiro), ou seja, pela disponibilidade de grandes áreas de terra disponíveis para a criação de animais soltos para a engorda. Como considera Claval (1979, p. 15), “o espaço intervém primeiro pela extensão. Na agricultura, pecuária, exploração de florestas, nas minas, as superfícies utilizadas constituem um elemento ativo de combinações produtivas”.

Na produção também existia, como destacado por Boneti (1998, p. 101), a extração da *erva-mate*⁸⁶. Esta foi introduzida pelos habitantes que chegaram antes dos caboclos ao território, sobretudo por aqueles provenientes de países vizinhos como a Argentina e o Paraguai. Sua produção, posteriormente, representou um importante intercâmbio comercial com os caboclos na venda da erva-mate e na compra de produtos de primeira necessidade para a sobrevivência. A erva-mate era trocada em pequenas bodegas (armazéns que vendiam e compravam produtos dos caboclos) por açúcar, sal, tecidos, ferragens, bebidas e querosene. Além desta, peles de animais e, muito raramente, alguns produtos agrícolas também eram usados para troca. Podemos assinalar que a estes produtos se reduzia o pequeno e irregular *comércio* do caboclo.

⁸⁶ “A erva-mate – *Ilex paraguayensis* – é uma planta nativa, que era encontrada em quase todo território paranaense. A economia ervateira em diferentes épocas serviu como meio de vida para a população mais pobre, não só no Paraná como em outras regiões do país. A erva-mate era produto de exportação legal, mas também de contrabando. Era encontrada em grande quantidade nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Na divisa com a Argentina, a distância dos grandes centros e as dificuldades de transporte acabam por favorecer o contrabando. A partir de 1860 foi descoberta a possibilidade de explorar e exportar a erva-mate do Sudoeste paranaense. Desde então a região passou a ser procurada por pessoas que vinham do Rio Grande do Sul, da Argentina e de outras localidades. O aumento da população e o incremento da exploração da erva fizeram com que essa atividade (...) fosse o maior negócio da região” (STECA E FLORES, 2002, p. 181). É interessante esclarecer, que pelo que pesquisamos a erva-mate pode ter sido “o maior negócio da região” de 1860 até o início de 1900, pois, a atividade que se mostrou mais importante e desenvolvida no Sudoeste paranaense entre 1900 a 1940 foi à safra de suínos. Consideramos, portanto, que a atividade de exploração da erva-mate foi complementar a safra de suínos no período em que analisamos.

Prova disto é que o número de bodegas, no Sudoeste paranaense, não era muito grande neste período (BONETI, 1998, p. 102).

A foto 2, a seguir, demonstra os preparativos para uma caçada no Sudoeste paranaense no final da década de 1940.

Foto 2: Acampamento de caçadores no Sudoeste paranaense – década de 1940



Fonte: Nivaldo Kruger (2004).

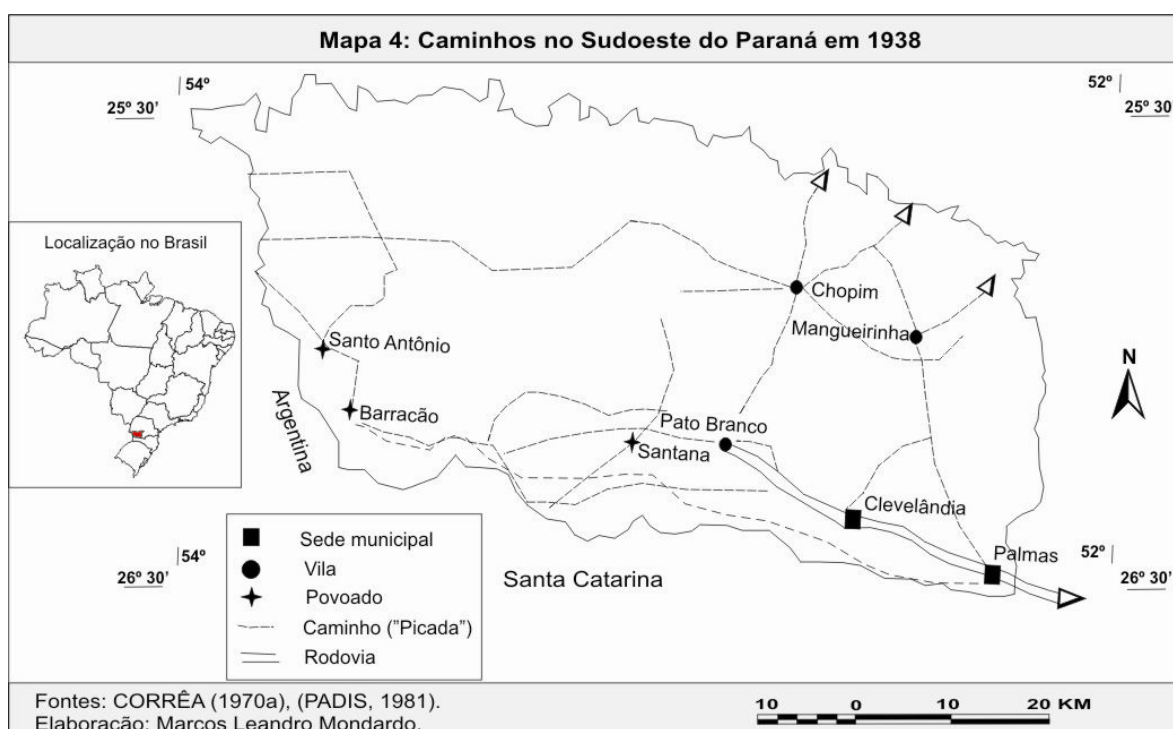
A comercialização do couro de animais silvestres, a produção da erva-mate e as “safras” de suínos, representaram a efetivação de uma pequena capitalização de alguns caboclos através de uma “acumulação primitiva” e uma divisão social e territorial do trabalho. Isso deu “início” às relações externas do território, implementadas pela abertura de um mercado graças a condições de acesso construídas através das picadas, conforme considera Boneti (2005).

As picadas, portanto, eram as “linhas das redes” por onde os caboclos realizavam sua mobilidade, especialmente com a utilização do cavalo, como nos informou um caboclo:

Aqui era só picada, no meio desses matos tinha umas picada, só que passava só a cavalo, ou a pé mesmo. Isso era o meio que tinha pra tu ir em algum lugar, né? Se quisesse i num vizinho, i numa bodega tinha

que ter um cavalo bom, porque, naquele tempo um cavalo valia que nem te um carro hoje, pra você vê, né? (...) Aí, com cavalo tu se mandava por este mato [aponta com a mão uma pequena área de mata], entrava naqueles picadão, dependendo aonde ia, levava até um dia de cavalo (Lauro Dias de Souza).

A seguir, demonstramos, através do mapa 4, a representação do Sudoeste paranaense em 1939, destacando os caminhos (picadas) que eram, nesse período, as linhas de conexão interna e externa ao e do território.



Esse processo de produção e comercialização deu início, também, a uma diferenciação interna entre os caboclos: entre aqueles que detinham uma grande safra de suínos para venda e os que não possuíam. Através do sistema de produção das safras de suínos, houve o aparecimento da exploração comercial da compra e da venda dos porcos entre o “caboclo comum” e o “caboclo safrista”. Para Boneti (2005, p. 112), “isso desencadeou o aparecimento de uma certa diferenciação social provocada pela capitalização de alguns safristas, com a exploração do lucro da compra e venda de suínos”. Isso demonstra, de acordo com o autor, que houve no período de apropriação e dominação do território pelos caboclos, uma capitalização (mesmo que mínima) interna entre o “caboclo comum” e o “caboclo safrista”.

A partir das relações e da prática socioespacial da safra de suínos, o território vai sendo apropriado e dominado pelos caboclos. No entanto, a partir da diferenciação interna entre esses sujeitos, nas relações de compra e venda, desenvolveram-se as relações de poder, isto é, do poder de uso da floresta e de seus recursos na criação dos suínos, dos detentores de maior número de animais para engorda e venda⁸⁷. Apoiando-se em Foucault (1985), podemos considerar que através da rede social e de poder, os “caboclos safristas” conseguiram se diferenciar dos “caboclos comuns”.

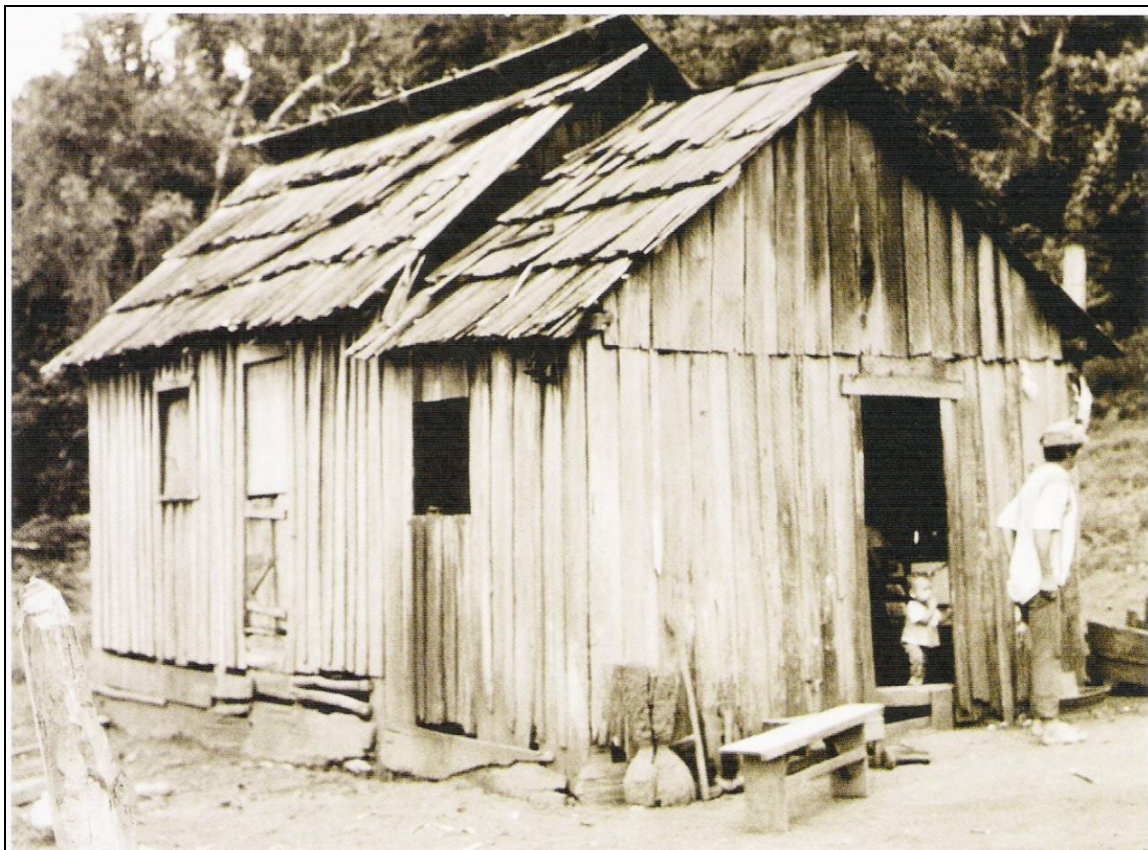
Outro elemento importante sobre os caboclos se refere às condições em que moravam. Como já mencionamos anteriormente, os caboclos moravam em rancho provisório, que se vinculava ao seu caráter de mudança, ou seja, da “cultura nômade”. Em entrevista, Alfredo Antonio Presente nos informou como era uma casa de caboclo: “Casa feita de caboclo, eu cheguei de ver não tinha nenhum prego, com palha, barro e colocava forro de madeira, tudo tábuas lascadas, fraquejada sabe pra ficá bem parelho, não tinha nenhum prego, nem no cepo, tinha era amarado com arame, pano e cipó”.⁸⁸

Na foto 3, a seguir, apresentamos uma casa de um caboclo no Sudoeste paranaense no final da década de 1940.

⁸⁷ Segundo Boneti (1998), com uma produção maior de suínos no meio da mata era comum acontecer à mistura de suínos de um dono e de outro. Por isso, os animais passaram a ser marcados com ferro quente ou com um corte específico na orelha que identificava, exatamente, de quem era aquele animal ao se misturarem na mata. Também, estes animais, após algum tempo soltos em meio à floresta, ficavam muito bravos, e o processo de captura para a reunião de uma tropa era dos mais difíceis ou, até mesmo, penoso.

⁸⁸ Maestri (2005, 233), ressalta que “A simplicidade, precariedade e autonomia da moradia do caboclo registram-se no fato de que, comumente, ele não necessita ‘de um único prego, dobradiça, ou qualquer material a ser comprado’ na construção de sua moradia. Nesse tipo de construção, eram e são usados apenas recursos naturais disponíveis nas proximidades do local onde a moradia é levantada – esteios de madeira, folhas de palmeira para cobertura de ranchos etc”.

Foto 3: Casa de caboclo – década de 1940



Fonte: Nivaldo Kruger (2004).

Nesse sentido, Wachowicz (1987) também nos dá uma “imagem” das condições de que viviam estes habitantes no Sudoeste paranaense:

A grande maioria dos caboclos eram o que se poderia denominar de pobres, possuíam 5, 6, 8 alqueires de posses. Viviam em ranchinhos de pequenos troncos cobertos com folhas de bambu. Se possuíam alguma madeira industrializada em sua construção, eram lascas de pinheiro. Muitos cobriam as casas com taboinhas lascadas também de pinheiro. Assoalhos de madeira só apareceram com o desenvolvimento das serrarias. Nas décadas de 1920, 1930, quase todas as casas eram de chão. *Mas, havia caboclos melhor situados. Um fator de distinção social era ter um cavalo encilhado, roupa para vestir no domingo, facão e duas pistolas na cintura* (WACHOWICZ, 1987, p. 85, [grifos nossos]).

O caboclo era considerado, segundo a “visão de fora”, do autor, um “pobre”. Sua casa apresentava a rusticidade do caboclo estereotipado. A maioria dos caboclos, portanto, “viviam em ranchinhos de pequenos troncos cobertos com folhas de bambu”. No entanto, haviam caboclos com melhores condições, pois o fator de distinção “era ter um cavalo encilhado, roupa para vestir no domingo, facão e duas pistolas na cintura”.

Logo, além da diferenciação através das safras de porcos, entre o “caboclo comum” e o “caboclo safrista”, havia outra distinção social e de poder, ligada ao meio de transporte (o cavalo), a roupa para vestir no domingo e as armas para a caça ou, até mesmo, a defesa pessoal.

Esses elementos caracterizavam, segundo o autor, a distinção, ou seja, o poder de *status* de um caboclo em relação ao outro. Pierre Bourdieu (1998, p. 145) considera a distinção enquanto uma “transfiguração simbólica das diferenças de fato”, que se refletem, geralmente, em “níveis, ordens, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas”. Nessa perspectiva, a distinção compõe o “capital simbólico” que determinado indivíduo ou grupo social detem em relação ao outro. O território é agenciado por aqueles caboclos que detêm o “capital simbólico” e, por extensão, comandam suas relações sociais.

Os caboclos melhor situados, como apontado por Wachowicz (1987), detinham um poder de distinção em função de seu “capital simbólico”: as armas, o cavalo e a roupa para vestir no domingo. Esse “capital” criava hierarquias entre os sujeitos: entre aqueles que detinham este “capital simbólico” e aqueles que não o detinham; entre os “caboclos pobres” e os “caboclos melhor situados”. Como nos informou um descendente de caboclos: “naquele tempo, quem tinha um cavalo encilhado era rico [!], né? O cavalo era o meio pra enfrentar as picada, carrega as coisas, ajudava muito a vida, quem tinha um cavalo tava bem (...) ajudava a arrumar até namorada (risos)” (Alcides Sestempf). Observa-se que o “cavalo encilhado” era a *condição* de riqueza no período, tanto ajudava na territorialidade do dia-a-dia, como se ligava à distinção social junto ao caboclo que possuía um cavalo, frente aos demais que não detinham.

Segundo Bastide (1976, pp. 173-174), a “civilização” do Sul do Brasil é a “civilização” do cavalo. Para o autor, foi os índios Guaicurus quem primeiro utilizaram os cavalos que, por seres livres, eram considerados “selvagens”. Foi utilizado posteriormente pelos paulistas, pelos negros ex-escravos, mas fundamentalmente pelo “centauro dos pampas”, o gaúcho. Contudo, no Sul do país, tanto o negro quanto o colono imigrante “emprestaram” o cavalo do gaúcho para participar das suas atividades cotidianas. O cavalo deu, nesse sentido, ao ex-escravo a sensação de liberdade, pois podia cavalgar por várias extensões de terra constituindo ainda, o *símbolo* de distinção social. Assim, “o cavalo tornou-se para o negro, o meio de igualar-se ao branco” desempenhando um papel social para um conjunto de normas e de ideais da “civilização” da região Sul do Brasil.

Neste contexto, o que queremos demonstrar é que existiam diferenças internas entre os caboclos na apropriação e dominação do território. Estas ocorriam não apenas no sentido econômico, funcional, como através da capitalização interna pelas “safras de suínos”; mas, também, através de um poder de distinção social, um poder de *status*, de “capital simbólico” que diferenciava os sujeitos. Uma diferenciação interna que ocorria no nível econômico, mas, também, no nível social, no nível simbólico e, portanto, político, das relações de poder.

De acordo com Corrêa (1970a), houve caboclos que obtiveram maior prestígio frente às relações estabelecidas no território. Nas trocas, nas vendas de suínos, nas visitas cotidianas, houve aqueles que se diferenciaram uns dos outros, especialmente pela liderança que alguns adquiriam. Boneti (1998, p. 97) afirma que os caboclos criavam suas próprias autoridades. Porém, raramente o caboclo assumia o papel de autoridade legalmente constituída, como polícia, prefeito, por exemplo. Em geral, a autoridade era associada ou ao prestígio frente aos demais, ou estava associada à valentia.

A base da organização moral e ética dos caboclos era a o catolicismo. Os caboclos, segundo Boneti (2005), se diziam católicos, mas não exerciam o catolicismo. Eles não freqüentavam a Igreja, mesmo porque estas não existiam nessa época no Sudoeste paranaense. A maioria rezava dentro de suas próprias casas, sendo que nem sempre a oração era a “oficial” do catolicismo. Como ressaltou Paula Faria em entrevista, “eu rezo o pai nosso, ave maria, mas não vô na igreja; a gente se criou assim, rezando em casa, tendo a nossa fé, então, continuamo assim mesmo, né?” Por isso, os caboclos possuíam uma religiosidade popular apoiada no catolicismo que se dava, em alguma medida, à margem por não seguirem as regras e normas oficiais da Igreja Católica.

A medicina cabocla ligava-se à floresta, às ervas, aos chás, às frutas etc. Não dispunham de recursos médicos e, em sua maioria, nem desejavam isso, retiravam da natureza o que lhes era necessário. Nos casos mais sérios, procuravam os curandeiros entre os próprios caboclos que faziam rezas, benzimentos e preparavam chás, pois, como afirmou uma descendente de caboclos, “eu benzo, faço reza pelos outros, benzo pra tudo quanto é tipo de cobrero, inflamação, dor nas junta” (Paula Faria).⁸⁹

⁸⁹ Talvez, esse seja *um* dos motivos da não participação dos caboclos nas missas, uma vez que a Igreja Católica não aceita esse tipo de relação de curandeirismo e de benzimentos, sendo considerada uma prática *profana* e, por isso, proibida e mal vista pelo dogma cristão.

Assim, podemos entender em que condições estes sujeitos sobreviviam e reproduziam suas relações de apropriação e dominação do território. A partir do método das periodizações de Santos & Silveira (2006), podemos caracterizar o período de ocupação cabocla, no Sudoeste do Paraná, como espaço-tempo em que predominava o “*meio natural*”. Este meio natural é marcado pelo tempo lento da natureza, pela técnica “rudimentar” dos sujeitos, onde os homens e mulheres buscavam se *adaptar* à floresta:

O primeiro período é marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação de europeus, empenhados todos, cada qual a seu modo, em amansar esses ritmos. A unidade, então, era dada pela natureza, e a presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais. Num período pré-técnico, a escassez era a dos instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 27).

Ainda, segundo os autores, nesse período ocorre a domesticação das plantas e dos animais e há o primeiro esboço das técnicas dos homens buscando imprimir ritmos e regras para sobrepor-se às leis naturais. A natureza comandava as relações dos indivíduos direta ou indiretamente. “A precariedade ou a pobreza das técnicas disponíveis constituía o corpo do homem como principal agente de transformação tanto na produção como no enfrentamento das distâncias, e ainda aqui a natureza triunfa e o homem se adapta”. Era, portanto, “um período de acomodação e morosidade na relação com o meio, pois, permitia-se que a floresta voltasse a crescer durante algumas décadas, antes de o plantio recomeçar num mesmo lugar” (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 29).

Sob essa perspectiva, podemos afirmar que o território no espaço-tempo de 1900 a 1940 era caracterizado, fundamentalmente, pelos tempos lentos (e, portanto, pelos homens lentos), onde as diferenciações enraizavam-se na natureza através de um tempo humano que buscava timidamente ocupar os alvéolos de um tempo “natural”. O trabalho, elemento fundamental de transformação através da apropriação e dominação do território, se dava, sobretudo, através das safras de suínos, da caça, da pesca e da coleta e, em menor medida, da exploração de erva-mate. Seu *ritmo* era *lento*; não existiam relações de exploração amplas no território, pois o modo de vida caboclo se desenvolvia na morosidade, no ritmo da economia de subsistência.

Apoiando em parte nas proposições teóricas de Marx e Engels (1987, p. 33), podemos assinalar que na *frente de expansão* os instrumentos de trabalho estavam subordinados a *produção natural*, isto é, à floresta e aos seus recursos: os animais, as

plantas etc. Os indivíduos aparecem subordinados à natureza, ao meio natural. Quanto à propriedade da terra, esta se inscreve vinculada ao domínio imediato e natural, ou seja, a terra é de trabalho, para exploração dos recursos naturais para a sobrevivência, e não para troca e renda. Os indivíduos que compõem esta frente estão unidos por algo, à terra, que constitui o seu território com seus recursos, com seu abrigo, com sua segurança, enfim, com as condições sociais para a manutenção de uma dada forma de organização social. A troca é essencialmente uma troca entre os homens e a natureza: uma troca em que o produto do trabalho de um é trocado pelo produto do trabalho do outro.

Neste contexto, Abramovay (1981) afirma que vivendo na mata, em um lugar praticamente separado e/ou isolado do resto do estado do Paraná e do Brasil, em razão da pouca existência de vias de comunicações acessíveis ao transporte de cargas, os caboclos eram, do ponto de vista econômico, praticamente “autárquicos”, ou seja, “auto-suficientes” em relação à sua economia e, conseqüentemente, ao seu modo de reprodução. É claro que, como demonstramos, os caboclos, mesmo que minimamente, se relacionavam com outros territórios, como, por exemplo, a Argentina e outras regiões do próprio estado do Paraná.

Contudo, o que podemos verificar nesse período é que, hegemonicamente, as relações que os caboclos desenvolviam no território eram “enraizadas”, ou melhor, territorializadas no espaço-tempo da floresta. Anthony Giddens (1991, p. 22) menciona que “nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominadas pela ‘presença’ – por atividades localizadas”. As relações ocorrem pela presença e não pela ausência dos sujeitos no espaço. As atividades são localizadas, são delimitadas em um espaço específico, singular, que é o laço territorial que compõe a territorialidade encaixada no recorte, no espaço referencial em que a vida se faz e se reproduz.

Desse modo, os caboclos apropriavam e dominavam o território por uma espécie de “enraizamento dinâmico” de suas relações. O “enraizamento dinâmico”, considera Maffesoli (1987, p. 29), é esse vaivém (in)constante entre a apropriação do território pelo enraizamento e sua mudança, a mobilidade. Através do nomadismo, o caboclo apropriava o território pela constância da provisoriedade. Logo, as relações estabelecidas no território eram enraizadas pelo seu caráter de forte laço de “dependência” e de “apoio” com o espaço, ou seja, com os recursos da floresta para

sobrevivência do seu modo de vida. No entanto, por outro lado, essa mesma “dependência” espacial forte era o que o levava para a mudança (in)constante de lugar, sempre em busca de melhor espaço para sobrevivência. Assim, havia um “enraizamento dinâmico”, um laço que ligava o caboclo ao espaço onde estava situado, mas que não era permanente, era sempre dinâmico, pela busca e necessidade da mudança. Por isso, seu território se fazia no movimento, na repetição do movimento de apropriação e uso do território.

CAPÍTULO 5

O PROJETO POLÍTICO/IDEOLÓGICO “MARCHA PARA OESTE”: a conquista/expansão do território nacional através da migração

(...) o Estado se caracteriza, em primeiro lugar,
pela divisão dos súditos segundo o território.

Vladimir Ilich Lênin
O Estado e a Revolução

A partir de 1938 o Estado Novo, do governo Getúlio Vargas, desencadeou a campanha *Marcha para Oeste* com o objetivo de colonizar “oficial” e “efetivamente” os espaços considerados “vazios” no território brasileiro. O projeto político/ideológico⁹⁰ colonizador propunha a “reconstrução da Nação” e foi apresentado ao povo brasileiro como a *chave* para o “desenvolvimento” econômico, cultural e político, através da conquista e expansão (especialmente, pelas migrações) do território nacional como um todo.

Para a divulgação/realização da *Marcha para Oeste*, o governo federal promoveu uma campanha estatal que, estrategicamente, visava alcançar certos objetivos, dentre eles, o de conquistar a adesão dos brasileiros para o *desbravamento* das regiões de escasso povoamento. O projeto visava, dentre outros objetivos, sensibilizar a população brasileira para a “construção da Nação”, através do artifício da *imagem* política/ideológica de uma construção coletiva, pela participação de todos em ações conjuntas. Essa “construção da Nação” buscou estimular a *mobilidade espacial da população* para desbravar/transformar/“desenvolver” os espaços nomeados e classificados como “vazios”, incentivando e direcionando correntes migratórias para o

⁹⁰ Compreendemos ideologia, a partir de Hall (2003, p. 152), como uma forma de *representação* de “algo”, como um modo de ver e ser no e do mundo. Para o autor, a ideologia, em uma leitura funcionalista, como propõe Poulantzas (1980), é caracterizada enquanto “cimento” necessário para a formação social, através de uma série de *práticas materiais* extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como “cimento” no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. Entretanto, as ideologias, também, “constituem estruturas de pensamento e avaliação do mundo – as ‘idéias’ que as pessoas utilizam para compreender como o mundo social funciona, qual o seu lugar e o que *devem fazer*” (HALL, 2003, p. 173). Desse modo, entendemos por projeto político/ideológico um “sistema de representação” com caráter essencialmente discursivo e semiótico e que foi *materializado* através e nas ações de colonização. Os sistemas de representação são os sistemas de significado pelos quais representamos o mundo para nós mesmos e para os outros, e onde o discurso e o simbólico, através dos signos, assumem um papel de extrema relevância na construção dos novos significados e de *mobilização*.

desenvolvimento de uma “agricultura racional” em regiões, principalmente, de fronteira brasileira com outros países.

O discurso centrava-se na idéia da *conquista* do território através da ocupação dos espaços nomeados e classificados (e enclausurados) como “vazios”. A *Marcha para Oeste*, parte integrante do projeto colonizador e de “nacionalização” das fronteiras brasileiras pelo Estado Novo, era um programa que envolvia governos estaduais, políticos regionais, empresas locais e, principalmente, *pessoas* que se dispusessem a *migrar* para as regiões consideradas despovoadas ou semi-povoadas.

O projeto pretendia, segundo o historiador Alcir Lenharo (1986b, p. 13), a “conquista do corpo geográfico do país” através de “uma política de colonização marcada pela intenção da conquista territorial e da integração espacial do país”, sendo necessário, para tal objetivo, um forte estímulo à mobilidade espacial da população. Esses impulsos surgiram em função do objetivo de esforço totalitário de reordenamento corporativo da sociedade e, da pretensão política de homogeneização ideológica de todos os brasileiros, portanto, das práticas econômicas, culturais e políticas do território como um todo pela mediação/controle do Estado.

Desse modo:

A conquista do território do país pode ser apreciada como um recurso preciso de instrumentalização política. De um lado, através do desenho politizado, visava-se fotografar, por meio da obra de conquista, o mapa do país pronto, acabado, como se queria demonstrar pronta e acabada a obra transformadora do Estado. Para uma cartografia política renovada e definitiva, um novo e definitivo regime político e uma nova ordem social [poderíamos acrescentar: e um “novo” território nacional se instalava] (LENHARO, 1986b, p. 13).

Foi elaborado para o país, nesse sentido, um projeto político-ideológico bem articulado no sentido de capitanear os acontecimentos, forçar e forjar situações e, sobretudo, convencer e mobilizar a sociedade da necessidade de uma nova ordem e de um novo espaço-tempo centrado no fortalecimento do Estado. O Estado, aliás, assumiu importante centralidade na medida em que buscou produzir e organizar um território unificado, articulado e homogêneo em torno de determinados objetivos estabelecidos, pois:

O Estado capitalista tem a especificidade de açambarcar o tempo e o espaço social, intervir na organização dessas matrizes, uma vez que ele *tenda a monopolizar os procedimentos de organização do espaço*

e do tempo que se constituem, para ele, em rede de dominação e de poder. A nação moderna surge assim como um produto do Estado: os elementos constitutivos da nação (a unidade econômica, o território, a tradição) modificam-se pela ação direta do Estado na organização material do espaço e do tempo. A nação moderna tende a coincidir com o Estado no sentido em que o Estado incorpora a nação, e a nação se corporifica nos aparelhos do Estado: tornam-se o sustentáculo de seu poder na sociedade, designando-lhe seus contornos. O Estado capitalista funciona como nação (POULANTZAS, 1980, p. 113, [grifos nossos]).

A conquista do território através, especialmente, do deslocamento de grandes contingentes *migratórios* para áreas denominadas de “vazias” do país, tornou-se um *recurso* preciso de dominação e de agenciamento pelo Estado, no governo de Getúlio Vargas, de “reconstrução” do território nacional brasileiro. Esse projeto vislumbrava *cartografar* novas redes de forças para ocupar e colonizar os espaços denominados de “vazios” no interior do território brasileiro, pretendendo alcançar a preterida integração espacial do país. Objetivava-se, assim, criar uma *cartografia política renovada* e “definitiva”: um novo e “definitivo” regime econômico e uma nova ordem social e territorial eram necessários para a implantação de um novo tempo e de um novo espaço, centrado nas ações e no agenciamento do território brasileiro pelo governo Getúlio Vargas.

Através dos discursos, Vargas propunha o desenvolvimento interno do país, apelando para o nacionalismo de forma *mítica*, objetivando, por vezes, elaborar a idéia de se construir uma grande nação na qual todos se sentissem co-proprietários através do trabalho e de um *marcha* em que todos estariam juntos e pretensamente unidos. E, aí, portanto, calcava-se um dos discursos do Estado⁹¹ através da ideologia que buscava a *coesão* nacional, que engendrava o “*cimento*” de coesão entre as classes, pois, como afirma Poulantzas:

A ideologia dominante, que o Estado reproduz e inculca, tem igualmente por função constituir o *cimento interno* dos aparelhos de Estado e da unidade de seu pessoal. Esta ideologia é precisamente a do Estado neutro, representante da vontade e do interesse gerais, árbitro entre as classes em luta: a administração ou a justiça acima das classes, o exército pilar da nação, a polícia garantia da ordem republicana e das liberdades dos cidadãos, a administração ou a justiça

⁹¹ Para Poulantzas (1980, p. 37), “o Estado não produz um discurso unificado, e, sim, vários, encarnados diferentemente nos diversos aparelhos de acordo com a classe a que se destinam; discursos dirigidos às diversas classes. Ou então produz discurso segmentado e fragmentado segundo as diretrizes da estratégia do poder”.

garantia da ordem republicana e das liberdades dos cidadãos, a administração motor da eficiência e do bem-estar geral. É a forma que reveste a ideologia dominante no seio dos aparelhos de Estado (...). (POULANTZAS, 1980, p. 179).

O Estado Novo (1937-1945), através do governo Getúlio Vargas, foi o principal articulador do projeto *Marcha para Oeste* e do conseqüente desencadeamento de migrações internas pelo (interior) do território brasileiro. Mas, então, o que é o Estado? Para Poulantzas (1980), o Estado é uma *luta* (entre classes e/ou frações de classes) cujo *campo* de forças é o das relações de poder, de exploração econômica e de domínio/disciplinarização/subordinação político-ideológica. Por isso, para o autor, o Estado (capitalista) deve ser compreendido “como uma relação, mas exatamente como a *condensação material* de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (p. 147, [grifos nossos]). Para entender o Estado (capitalista) como *condensação material* de uma *relação de forças*, o autor frisa, ainda, que devemos “entendê-lo como *um campo* e um *processo estratégicos*, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros” (p. 157, [grifos do autor]).

Desse modo, o que se buscou delinear em território brasileiro, foi à implantação, através do projeto político/ideológico *Marcha para Oeste*, de uma nova *geografia do poder* através das ações de povoamento, ocupação e integração que se desdobravam na intenção/ação de *unidade* étnico-cultural, econômica e política, aliado ao forte sentimento identitário de *ser brasileiro*:

O Estado que faz a Nação é projetado como seu anterior, capaz de resgatar a brasilidade e confirmá-la. Até aqui o discurso do Poder reduz brasilidade a parâmetros geográficos e econômicos. *Povoamento, ocupação, integração constituem os novos movimentos da Nação em busca de sua plenitude*. Não é meramente casual o recurso de se mostrar um visual definitivo da Nação, um desenho geográfico que se repete constantemente nos mapas, *uma geografia do Poder que só pode ser apreendida e interiorizada por todos a partir do sentimento de comprometimento e de participação em um só e memorizado espaço territorial nacional*. O espaço físico unificado constitui o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apóiam: *a unidade étnico-cultural, a unidade econômica, política, o sentimento comum de ser brasileiro* (LENHARO, 1986b, p. 57, [grifos nossos]).

Portanto, o projeto do governo Vargas era completo em suas múltiplas dimensões, implicando em *nova* relação de dominação e apropriação sobre todo território brasileiro. Como afirmou Becker (1983, p. 8), “O processo de produção do território é determinado pela infraestrutura econômica, mas regulado pelo jogo político. Implica na apropriação do espaço pelo ator que então territorializa esse espaço” e “também na noção de limite: a forma do território e a malha territorial são manifestações de relações do poder”.

Assim, a colonização do Estado Novo, na década de 1940, visava o desbravamento/ocupação/colonização dos espaços considerados “vazios” e a *nacionalização das fronteiras* através da ação de colonos encaminhados (em fluxos migratórios) sob o direcionamento e a pretensa “proteção” do Estado. O que se circunscrevia era a produção de um território nacional através da implementação de uma infraestrutura econômica e da disciplinarização e controle sobre essa população de migrantes através de normas, ideologias e representações.

A proposta de nacionalização das *fronteiras* vinculava-se estrategicamente ao fortalecimento do Estado Nacional. Em um dos seus discursos sobre a *Marcha para Oeste*, Vargas falou da preocupação diante do *despovoamento das fronteiras* e das suas intenções/ações para resolução dessa situação:

O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo preocupação para os brasileiros. (...) A criação dos territórios fronteiriços nas zonas colindantes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. *O programa de organização e desenvolvimento desses Territórios*⁹² resume-se em poucas palavras: *sanear, educar, povoar*. (...) *A história dos povos está ligada à sua geografia*. Segundo a distinção dos sociólogos (sic), a geografia estuda a organização dos povos em sua forma estática e a geopolítica a dinâmica de sua evolução. É o destino dos povos plasmados pela energia criadora dos homens. E a nossa “Marcha para Oeste” significa precisamente uma das formas de manifestação desse destino (VARGAS, 1944a, p. 271, [grifos nossos]).

Nessa perspectiva, na medida em que foi sendo implantado o projeto estadonovista de ocupação e de desenvolvimento econômico, político e cultural de áreas

⁹² Em 1943, através do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro, foram criados os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazu (OLIVEIRA, 1999). Esses Territórios Federais foram criados e delimitados na fronteira Oeste do Brasil, para constituir o processo de nacionalização da fronteira e, portanto, fazem parte da instalação das Colônias Agrícolas nessa faixa de fronteira brasileira que deveria ser “ocupada” e colonizada.

ideologicamente consideradas “vazias” no *Oeste* do Brasil, o governo atingia também outros objetivos: o de ocupar a mão-de-obra ociosa de determinados estados, resolver (momentaneamente) tensões sociais no campo e desbravar/ocupar/colonizar aquelas áreas que ainda não estavam integradas espacialmente ao processo produtivo da economia nacional.

A proposta de *valorizar* o homem pelo discurso ideológico do trabalho, para Oliveira (1999), estava vinculada com o objetivo de levar para o interior do Brasil uma “agricultura racional”, além de implantar um *projeto* civilizador incentivando ideologicamente os brasileiros para o trabalho produtivo disciplinando os corpos (buscando tornar os corpos dóceis para o trabalho, como na acepção de Foucault [2004]) para a “reconstrução do país”, cujos preceitos eram a “ordem e o progresso”. Nesse sentido, o aproveitamento econômico da terra, bem como a fixação do homem no campo, eram prerrogativas necessárias para o sucesso do *projeto*.

Por isso, para Vargas (1944b, p. 117), “para assegurar o aproveitamento econômico da terra, povoar e sanear não é tudo”, mas, também, “prender o homem ao solo, o que somente se consegue transmitindo-lhe o direito de domínio. Quem labora e cultiva a terra, nela deposita a sementeira e alicerça a casa – abrigo da família – deve possuí-la como proprietário”. Fixar o homem ao solo, aliás, foi um dos grandes estímulos a milhares de pessoas *migrarem*: a promessa de tornar o trabalhador proprietário de terra vinculava-se à necessidade de motivar os trabalhadores a *migrarem* para novas áreas “pouco povoadas” para desbravá-las, promovendo, pela expansão e integração territorial, o “desenvolvimento” do país.

Neste contexto:

(...) são múltiplas as *estratégias de poder e disciplinamento* sobre o *trabalhador rural*. Segurá-lo na terra, como objeto da ganância dos proprietários; arrancá-lo de seu meio, para esvaziar a tensão social, quando isto se fazia necessário; *orientar os fluxos migratórios, com finalidades políticas*; impedir o livre movimento dos sem terra, isto é, dificultar e cercar o posseiro, e acima de tudo, *criar o “novo” trabalhador rural brasileiro, ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, da sua tradição e do seu passado* (LENHARO, 1986a, p. 14, [grifos nossos]).

A transformação pela qual deveria passar o homem do campo, estava diretamente relacionada a diversas práticas orientadas por prerrogativas e por formas para garantir a submissão do trabalhador ao Estado e ao mercado/capital. Para Oliveira

(1999), a migração para o interior de contingentes populacionais que se encontravam desempregados, vítimas da seca do Nordeste, ou expulsos do campo pelo latifúndio no Sul, estrategicamente objetivava esvaziar as tensões sociais que ameaçavam a ordem nas cidades e no campo, além de tentar evitar o êxodo rural.

O Estado, durante o governo Vargas, ressalta Lenharo (1986b), soube rodear-se de um *poder simbólico* e de *representações míticas* como mecanismos estratégicos que objetivavam ganhar o apoio do povo para a implantação da campanha nacionalista de localização e de povoamento das *fronteiras*. Convocando o povo para a conquista do território nacional, através da colonização dos espaços considerados “vazios”, Vargas atribuiu-lhe uma tarefa vinculada a questões de *patriotismo* (da identidade, do *ser brasileiro*), visando, assim, o apoio da sociedade para garantir a implantação do projeto de nacionalização das fronteiras e de segurança interna do País além de integração espacial e “desenvolvimento” econômico do país.

O governo decidiu, deste modo, pelo povoamento de novas áreas através da implantação da *pequena propriedade*, cujo delineamento tinha como alvo o desenvolvimento industrial. Entretanto, estavam em jogo não só as preocupações ideológicas de *unidade nacional* e de *integração* econômica, mas, de forma especial, preocupações *geopolíticas de segurança interna*, onde as fronteiras brasileiras assumem um papel e uma centralidade fundamental para o sucesso e a materialização do projeto.

A implantação e fixação do homem ao solo, através de pequenas propriedades em áreas de fronteiras, estava estrategicamente vinculada à defesa e segurança nacional do Brasil. Como afirma Lenharo (1986b, p. 50, [grifos nossos]), “o governo federal passou a negar, sistematicamente, a concessão de terras devolutas a requerentes que já fossem proprietários” e “a favorecer a instalação de pequenas propriedades na faixa fronteira de 150 quilômetros. *Pequena propriedade era então sinônimo de defesa e segurança nacional*”. A conquista do território nacional brasileiro vinculava-se à questão política, econômica e cultural, e foi sempre impulsionada pela necessidade de garantir a segurança nas fronteiras, onde a fixação de migrantes em pequenas propriedades foi o elemento fundamental na implementação deste objetivo.

Aliado à pequena propriedade, portanto, o que se pretendia era a *valorização* do homem pelo *trabalho* e conseqüente o aumento da produção agrícola com o fortalecimento do mercado interno, vinculado à ampliação da industrialização no país. A *invenção* do *trabalhismo* no Estado Novo, como afirma Gomes (1994, p. 175), era concebida como avanço democrático; era necessário, do ponto de vista do Estado,

articular um *discurso* de apelo popular fazendo com que tudo *representasse o novo*; discurso este estruturado a partir da *sobrevalorização* da figura do trabalhador nacional, principalmente, do trabalhador rural.

Neste sentido, a intenção do Estado foi ter o campo brasileiro atingido pelas conquistas da “racionalização do trabalho”, criando um “tipo ideal” de pequeno proprietário: deveria “reunir em si as funções de técnico, de contador financeiro, comerciante e administrador, com todas as funções que se enxertam na sua profissão e que fazem parte integrante dela” (LENHARO, 1986a, p. 32). Assim, o *migrante* deveria criar e/ou estar disposto e apto ao trabalho penoso que o discurso repetitivo, performático e mítico⁹³ buscava demonstrar como prazeroso, nobre e enriquecedor; os *migrantes*, através do seu trabalho, deveriam “reconstruir a nação” para o “desenvolvimento”, “progresso” e unificação espacial do país, como a ideologia do Estado Novo cunhava.

Para Lenharo (1986a, p. 22), a localização estratégica do migrante nacional em áreas de fronteira foi exigência disciplinar da qual não se abria mão: nada de mais se pedia ao migrante “além da disciplina de um trabalho metódico e persistente”. Essa disciplina ao trabalho penoso era justificada ideologicamente pela necessidade de esforço humano para o desenvolvimento, expansão e integração econômica-política e espacial do país. A política de colonização apregoava a necessidade de distribuir as populações migrantes, deslocando-as para as áreas consideradas discursivamente como as mais férteis e produtivas do Brasil.

Ainda, para Lenharo (1986b), a *sobrevalorização* da positividade do trabalho através do projeto *Marcha para Oeste* se vinculava, inclusive, aos preceitos religiosos; o que se queria era construir um discurso através de um capital simbólico e mobilizá-lo em torno da migração de sujeitos afeitos ao trabalho. Assim, imbricou-se política e religião, e/ou, nos termos de Lenharo, se implantou a *sacralização da política*⁹⁴ no governo Vargas, pois:

⁹³ Norbert Elias (1994a, p. 73), assinala que as idéias míticas e os atos mágicos participam das ideologias nacionais quando afirmam que o sujeito tem um mérito especial em relação à nação, tendo deveres a cumprir com a grandeza e superioridade de sua tradição nacional. Assim, “Por um lado, essas ideologias ajudam a unir os membros de um Estado e a fazê-los cerrar fileiras quando há ameaça de perigo; por outro, servem para atizar o fogo do conflito e da tensão entre as nações, e para manter vivos, ou até aumentar, os perigos que as nações procuram afastar com sua ajuda.” As idéias míticas, portanto, servem para mobilizar a população para determinados projetos e interesses da nação impondo um sentimento patriótico e/ou nacionalista aos indivíduos.

⁹⁴ Também, para Lenharo (1986b, p. 18), a sacralização da política estava ancorada na sacralização do corpo que trabalha através da máquina do poder político do Estado: “a sacralização da política visava

A positividade do ato de trabalhar mantém-se uma constante; ela se apóia no argumento da dimensão humanizante e regeneradora do trabalho. Ampla leitura religiosa entrelaça o conjunto das observações; a caminhada do ser humano é sempre subentendida como uma lenta depuração da condição humana ultrajada desde as origens (“ganharás o pão com o suor do teu rosto...”). A trilha do humano se regenera pela constância da virtude do trabalho, “lei humana santa e viril”, via oposta à do vício do ócio e da decorrente tristeza solitária do seu espírito, da sua vida, da sua humanidade. O ato de trabalhar lhe serve de medida de avaliação da sua própria condição existencial: “O homem vale o que vale o seu trabalho e o seu trabalho vale o que êle lhe dá de si mesmo”. A ação pedagógica do trabalho é a garantia da perfeição moral do ser humano; por seu concurso desenvolvem-se as regras de convívio e as relações de fraternidade dos homens entre si: “a civilização do trabalho... há de ser, um dia, a civilização ideal da vida do trabalho fraternal na comunidade dos homens” (LENHARO, 1986b, p. 87).

A ideologia do trabalho era construída e instituída, deste modo, através de um discurso que usava do *recurso religioso* para mobilizar os migrantes que se deslocaram para as regiões “vazias” para o desbravamento, para a transformação, para o “desenvolvimento”. É construído um discurso *ufanista* e heróico que *sobrevaloriza* o trabalho e o trabalhador rural para a “reconstrução da nação”. Objetivou-se, com isso, enquadrar e disciplinar o trabalhador brasileiro através do trabalho produtivo, forjado por um discurso ufanista e otimista. Foram múltiplas as estratégias de poder e disciplinamento sobre o trabalhador rural; o Estado Novo criou a *imagem* do trabalhador brasileiro através da *sobrevalorização* do trabalho, e a *materializou* em um “novo trabalhador mais produtivo e disciplinado” (LENHARO, 1986a, p. 93).

Dessa forma, o projeto colonizador estadonovista pautava-se pela possibilidade de transferir, para áreas de fronteira a Oeste do Brasil, trabalhadores disciplinados e produtivos que integrassem o contingente dos “desbravadores” necessários para a expansão do capitalismo no campo. Por isso, o projeto *Marcha para Oeste* do Estado Novo estava vinculado a *soberania* do Estado-Nação e tinha que *rearticular* os seguintes elementos: território, segurança e população. Como assinala Foucault (2008, p. 16), “a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população”. Contudo, para o autor a eficácia política da soberania em um território civilizado com o

dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava”.

controle do Estado deve ter uma boa *ordenação espacial* pois “Um bom soberano, seja ele coletivo ou individual, é alguém que está bem situado no interior de um território, e um território que é civilizado no que concerne à sua obediência ao soberano é um território que tem uma boa disposição espacial” (p. 20).

Neste âmbito, o governo Vargas criou, a partir da década de 1940, especialmente, em áreas de fronteiras, as Colônias Agrícolas Nacionais que formaram seus “tentáculos”, seus pontos e redes de poder distribuídos pelo território brasileiro a fim de materializar, conectar e espacializar as estratégias de poder e, por extensão, de mobilização de contingentes populacionais através da execução dos objetivos do projeto político/ideológico *Marcha para Oeste*.

Neste contexto:

As Colônias Agrícolas Nacionais, a menina dos olhos da política de colonização do Estado, foram planejadas de modo a se submeterem a uma administração centralizada e permanecerem subordinadas diretamente ao Ministério da Agricultura. Estruturadas em pequenas propriedades, seus lotes deveriam ser distribuídos preferencialmente para trabalhadores brasileiros sem terras – um dos recursos pensados para resolver esse grave problema social. *A localização das colônias por si só explica a finalidade da organização de sua produção* (LENHARO, 1986a, p. 47, [grifos nossos]).

A criação das colônias agrícolas nacionais constituiu a materialização e o simbolismo da política *colonizadora* da *Marcha para Oeste*. Logo, a implantação de colônias agrícolas nacionais no interior do território nacional constituiu um número de pontos que realizavam a *conexão* entre o Estado e os espaços classificados como “vazios”. A localização/distribuição das colônias, na porção Oeste do território nacional brasileiro, explicita os objetivos territoriais das suas implantações.

As colônias formaram, portanto, a trama territorial do poder estatal na faixa Oeste do território brasileiro, fundadas para o estabelecimento de um novo conjunto das relações sociais através da associação dos colonos em cooperativas de produção, venda e consumo, fortalecendo, assim, a produção de alimentos (sobretudo) para o mercado interno. Também, estas colônias serviram para a implantação da ideologia do trabalho, do “desenvolvimento”, do “progresso”, que aliado à religião buscava construir e formatar a identidade territorial do “novo” homem (rural) brasileiro. Essa organização horizontal combinava-se necessariamente com a verticalidade da administração, centralizada nas mãos dos técnicos e administradores vinculados diretamente ao

Ministério da Agricultura, ou seja, ligados umbilicalmente ao Estado, que buscava controlar e disciplinar através de seus funcionários os trabalhadores rurais das colônias. O poder operado pelo Estado, através das colônias agrícolas nacionais, se realizava nas suas múltiplas dimensões.

E, neste sentido, foi a partir do projeto político ideológico da *Marcha para Oeste* que se desdobra a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório no Sudoeste paranaense, na década de 1940, que será o fulcro, em grande medida, da migração de gaúchos e catarinenses para o lugar, como analisaremos a seguir.

5.1 A expansão territorial da fronteira agrícola e urbana: da criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) à criação do município de Francisco Beltrão

No início da década de 1940, o até então “pouco povoado” Sudoeste paranaense recebe atenção especial do Estado, na medida em que detinha uma grande área de *terras devolutas*⁹⁵ que deveriam fazer parte do projeto *Marcha para Oeste*, para *expansão territorial* dos interesses econômicos, culturais e políticos de “desenvolvimento” para “reconstrução do país”, tendo como escopo a implantação de um *projeto de colonização* com a instalação de uma Colônia Agrícola.

Por isso, uma das primeiras medidas do Governo Vargas foi estudar e planejar a área para implantação da colonização e, por extensão, para a *localização* da sede da Colônia. A primeira medida foi enviar uma equipe de técnicos para um levantamento de dados, para delinear a estratégia geopolítica, em função dos objetivos que se inseriam no projeto *Marcha para Oeste*.⁹⁶

⁹⁵ O relatório da CANGO, de 22 de julho de 1942, acusa a *localização* e a existência de terras *devolutas* no Sudoeste paranaense: “existe uma faixa de terras devolutas no Estado do Paraná, limitada do Norte pelo rio Iguassú, a Leste pela propriedade ‘Missões’ do Governo Federal e pela fazenda ‘Conceição e Flores’ da Família Lana, ao Sul pelo espigão divisor e a Oeste pelo rio Santo Antonio” (p. 2). “Assim, pois, o Governo Federal dispõe na zona de uma vasta porção de terras para localização de milhares de famílias de nacionais, sem contar com as da ‘Fazenda Conceição e Flores’, que poderão ser desapropriadas ou adquiridas por baixo preço” (p. 3). Essas terras devolutas passaram a fazer parte, portanto, do projeto de colonização no Sudoeste paranaense, através da instalação de uma Colônia Agrícola.

⁹⁶ Para Côrtes (1958, p. 74), “colonizar, no sentido genérico, significa levar a civilização ao solo bravo ou inadequadamente explorado, despovoado ou de fraco índice demográfico. Mas restritamente, e no sentido de atividade agrícola (...) colonização pressupõe a entrada na posse de um trato de terra, visando explorá-lo, e, talvez, esta característica seja a melhor para distinguir colonização de simples povoamento. Colonização, nesta acepção, passa a ser um dos sistemas de exploração agropecuária”.

Neste sentido, vejamos o que escreveu Jahyr de Freitas – funcionário federal que foi enviado, da cidade do Rio de Janeiro, para compor a equipe de estudo e planejamento da instalação na Colônia Agrícola no Sudoeste paranaense – em carta (um pouco extensa) enviada do Paraná para sua mulher, em 2 de Março de 1944, para o Rio de Janeiro:

Antes de tudo desejo que você e todos os nossos parentes e amigos estejam gozando perfeita saúde. Só hoje me foi possível mandar-te um pouco de papel, algumas linhas, uma simples carta sem literatura. A minha viagem foi penosa, mas em compensação divertida. Fiz pelas terras da Colônia um caminhamento superior a 200 quilômetros. 200 quilômetros percorridos em direções diversas. Mas contados num só sentido, em cada trajeto. Parece inacreditável, mas é verdade. Só em lombo de burro viajei 185 quilômetros em quase 5 dias. Caminhei pela mata erma, por picadas estreitas que mal permitiam o trânsito de cavaleiros, e de “cargas”, em comitiva mais ou menos numerosa. Durante as excursões que realizamos nas Serras do Capanema e S. Jerônimo, como nos faltasse carne, comemos por 2 vezes, catetu (espécie de capivara) com farinha em banha de porco. O sabor era mais ou menos que o peixe assado. Estou aos pouquinhos afastando meus preconceitos dietéticos. Estas terras vistas de longe, mesmo no inverno, atestam pela *pujança de sua vegetação e grande fertilidade deste solo*. Estas matas, quem as viu distantes, não decepciona-se examinando-as de perto. Tem a exuberância notada. Muito igual na sua altura, e não variando também na densidade e no aspecto sugestivo. *A qualidade e a topografia destas terras aliadas à amenidade do clima, aqui reinante permitirão fazer deste novo Território⁹⁷, em futuro não distante, o maior centro agro-pecuário do Brasil*. A fertilidade desta terra impressiona. Não só porque ela é grande mas como me parece duradoura. (...) Por outro lado, depressões topográficas, longas e ramificadas, sulcam fartamente esta região, representando um sistema hidrográfico interessantíssimo. Em geral a mata virgem é espessa. Tão expressa que lembra, muitas vezes, os filmes de “Tarzan”, se um bugio do tamanho da Marluce, passa de cipó em cipó. Dizem que quanto mais para o norte, melhor se tornam as terras. Eu tinha e tenho ainda muita vontade de fazer o caminhamento projetado, só para ver se esta maravilha de mata ainda continua por longa distância. A vida aqui nada tem de monótona ou rotineira; já aprendi a fazer certos trabalhos interessantes: como seja; manobrar possantes tratores, arados, semeadeiras, debulhadores, etc. Aqui tenho encontrado grande variedade de novos interesses, e chego ao fim de cada dia com a sensação boa de ter aprendido ou completado mais um conhecimento. Os meus colegas tomam muito “chimarrão”, e eu também adquiri essa hábito. Estou gozando uma excelente saúde. Tanto assim, que sou até capaz de passar sem ela. É extraordinariamente baixo o padrão de vida da classe rural, aqui em

⁹⁷ Jahyr de Freitas, quando menciona na carta ao “novo Território”, está se referindo ao Território Federal do Iguazu, criado, em 1943 por Getúlio Vargas para a “ocupação” e colonização da faixa de fronteira do Brasil, especialmente, nesse caso, as regiões que compreendem o Sudoeste e o Oeste do estado do Paraná, com os países vizinhos, a Argentina e o Paraguai.

Barracão, ou mesmo, em todo o interior do novo território do Iguassú. A vida é bem vivida. O observador começa a se impressionar pelas casas que sempre são construídas de madeira, inclusive, igrejas e hotéis. As casas são geralmente de bom aspecto e limpas. O lavrador daqui, leva vida mais ou menos confortável. Come e veste-se bem. Seu alimento, pão de puro trigo, leite, ovos, galinha e mel, é o trivial; não desprezando, porém, o “churrasco”. (...) Nos antevejo em futuro próspero e feliz. Pequeno sítio, com nossa casinha branca, aureolada verdes e bem cuidada. A petizada brincando no quintal. Lá no fundo mais distante, vacas leiteiras pastando ou ruminando socegradamente. (...) Afinal, acabei fazendo um relatório romântico. Não era isto que eu queria, e sim, apenas demonstrar a você como “a coisa é por aqui”. (...) Não sei quando poderei corresponderme com todos daí, pois assim que tiver novo portador escreverei, pois aqui nota-se a escassez, ou melhor, a falta quase absoluta de transporte para Pôrto União (a estação mais próxima). Esta carta vai por intermédio de um “troteiro”, até a agência dos correios de Porto União, Estado de Sta. Catarina. (...) Peço também dizeres ao José que ainda é muito prematuro qualquer coisa para ele aqui, em face da morosidade dos serviços de locação de estradas e da falta de abitabilidade (...) (Jahyr de Freitas, 1944, [grifos nossos]).

A carta reproduz as descrições de um servidor público, morador do Rio de Janeiro, que apresenta suas impressões do Sudoeste paranaense no ano de 1944 para seus familiares. Entendemos que através dessa descrição, podemos compreender aspectos do lugar, e apreender as *intenções* que se delineavam através desse documento escrito. O que fica claro, durante a narrativa na carta, são as intenções de transformação, através da formação de um *novo território* (o Território Federal do Iguaçú) atrelado a uma nova racionalidade: da pequena propriedade privada com a implementação de uma agricultura mecanizada; como menciona Jahyr de Freitas, “a qualidade e a topografia destas terras aliadas à amenidade do clima, aqui reinante permitirão fazer deste *novo Território*, em futuro não distante, o maior centro agro-pecuário do Brasil”. Ou seja, demonstrava a *intenção* de tornar o Sudoeste paranaense (rico em suas condições *topográficas*) em um “celeiro” através de uma grande produção da agricultura e da pecuária. “Em um futuro não tão distante” pretendia-se dar novos contornos ao território, dar-lhe um novo tempo e um novo espaço, isto é, atribuir-lhe novas funções vinculadas a novos interesses políticos, econômicos e culturais. O Sudoeste paranaense, por isso, era descrito como um *topos*, com condições naturais privilegiadas, para a instalação de um projeto colonizador.⁹⁸

⁹⁸ Para Pierre Bourdieu (1998, p. 133-134), a partir da sociologia, o espaço se apresenta enquanto uma “topologia social”: “Pode-se representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor

Encontramos, também, em relatórios da CANGO, muitas das relações geopolíticas vinculadas às *estratégicas* que a *Colônia Agrícola*, a ser implantada, deveria realizar e, especialmente, o papel desta na *atração* de *migrantes* para a materialização do projeto de colonização. É interessante ressaltar que esses documentos (escritos) são importantes na medida em que possibilitam visualizarmos as tomadas de decisão que o Estado adota(va) para execução e cristalização de seus interesses. Como assinala Poulantzas (1980, p. 67), “sempre houve uma estreita relação entre o Estado e a escrita”, pois o papel da escrita é inteiramente particular no Estado capitalista. “Do traço escrito, da nota, das relações com os arquivos, nada existe, sob certos aspectos, para esse Estado, que não seja escrita, e tudo que nele se faça deixa sempre uma marca escrita em alguma parte”.

Um dos primeiros relatórios data do ano de 1942, onde foi realizado/apresentado um estudo minucioso para verificar as condições de instalação da Colônia e seus desdobramentos, especialmente para o *recebimento de migrantes*. Composto por técnicos de diversas áreas do conhecimento (engenheiro agrônomo, topógrafos, técnicos agrícolas, administradores dentre outros), o relatório apresentava a relevância para a “missão” de instalação/localização da colônia no Sudoeste paranaense, afirmando que:

Examinando cuidadosamente o assunto, de forma a dar-lhe um desempenho cabal eficiente, foi verificado, de comum acordo com o Estado Maior do Exército e com o Departamento de Terras e Colonização do Paraná, que seria mais aconselhável iniciarmos a nossa missão pela zona fronteira Barracão-Santo Antônio, em vez de fazê-lo pela Foz de Iguassú. (...) Ao nosso ver, a gleba naturalmente indicada para esse fim, dada a circunstância de estar situada na faixa da fronteira (...), já então reservada para localização de colônias nacionais e em cujo ponto apenas uma “Linha Seca” separa o Brasil da República do Plata (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 1).⁹⁹

delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço - mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades actuautes, ele pode ser descrito como um campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse espaço e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes”. Desse modo, é importante perceber como que o Sudoeste paranaense é *projetado* enquanto um *topos* onde poderão se desenvolver certas atividades, certas correlações de forças que criariam uma nova geografia, com novas marcas, novas fronteiras, nova configuração territorial a partir do desdobramento do *projeto* de colonização assentado na migração.

⁹⁹ A transcrição dos relatórios da CANGO apresentados, aqui, foi realizada na íntegra, ou seja, comportam as expressões e as formas de escrita do seu tempo, como estão apresentadas no original.

Assim, o Estado, aliado aos seus órgãos (do Exército e do Departamento de Terras e Colonização do Paraná), atribuía a “necessidade” de colonização na faixa de fronteira entre o Brasil e a Argentina devido às preocupações com a “fronteira seca”, na área que abrange o Sudoeste paranaense tendo, os seguintes objetivos com a futura instalação do projeto de colonização:

A instalação de uma colônia agrícola na zona limítrofe dos municípios de Clevelândia¹⁰⁰ e Chapecó, respectivamente nos Estados do Paraná e Santa Catarina, dentro da faixa regulamentar, conforme prevêem as instruções a que se refere a nossa designação, vai ao encontro dos mais palpitantes problemas pátrios, ora ainda pendentes de solução urgente e inadiável, como sejam:

- a) assistência aos nacionais, que ali vivem sem amparo algum, por parte dos poderes públicos;
- b) aprestamento de instrução primária às crianças em idade escolar, que em número avultado não freqüentam nenhum estabelecimento de ensino do nosso lado ou a recebem nas escolas argentinas, entoando hinos estrangeiros e aprendendo uma língua diferente da do país de origem;
- c) saneamento social da população local, pois que a situação geográfica da região proporciona aos foragidos da justiça um favorável esconderijo que, atualmente, pela indiferença das nossas autoridades, vivem impunes, perturbando a vida ordeira e proveitosa dos que trabalham e podem ser úteis à Nação (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 2).

Os “problemas pátrios”, portanto, como aferido no documento, vinculavam-se intimamente aos objetivos contidos no projeto *Marcha para Oeste*, ou seja, à segurança das fronteiras nacionais, à integração nacional (inclusive, pela unificação da língua), à produção de alimentos para fortalecimento do mercado interno etc., que “justificariam” a instalação da colônia e o direcionamento de nacionais (através da migração) para re-ocupação/colonização do território.¹⁰¹ Por isso, a fronteira aparece nesse período com uma ambivalência pois é concomitantemente fronteira nacional brasileira, do Estado-Nação, e frente pioneira de ocupação/colonização da faixa de fronteira brasileira.

Ademais, demonstrava-se o objetivo de disciplinar os corpos e as mentes, ou seja, de catequizar as objetividades-subjetividades daqueles sujeitos que chegariam,

¹⁰⁰ É importante mencionar que o Sudoeste paranaense, em sua *configuração* inicial, concentrava toda sua estrutura político-administrativa e econômica em torno de um único município: Clevelândia.

¹⁰¹ Utilizamos *re-ocupação* do território pois a migração de gaúchos e catarinenses fez com que houvesse, praticamente, quase uma “substituição da população” que já habitava o Sudoeste paranaense anteriormente – os caboclos e indígenas, que foram sendo gradativamente “expulsos” do território constituído – por migrantes e por suas relações de poder. A *re-ocupação*, portanto, vem com uma nova ordem, com outra forma de ver e ser. Uma ocupação investida de outra racionalidade, com outra base econômica, política e cultural, enfim, em outras formas de apropriação e dominação do espaço.

através, portanto, da construção de uma infra-estrutura para “amparo”, desde a assistência na educação (com a preocupação, fica claro, das crianças brasileiras não freqüentarem as escolas argentinas e defenderem suas “cores” e não os interesses político-econômicos do Brasil; e, o *sentimento identitário* que estava vinculado fortemente, também, à colonização); o documento refere-se, também, à criação de órgãos de saúde, além de “eliminar” os possíveis “foragidos da justiça”, ou seja, daqueles que não se enquadravam nas *regras e normas* de disciplinamento e de produção econômica, através das normas burguesas ligados ao ideal positivista “ordem e progresso”. Pretendia-se, assim, produzir um território em que o controle da população e, portanto, das relações sociais estabelecidas fossem as prerrogativas para a inserção da *ordem capitalista*.¹⁰²

Em outra passagem, do mesmo documento, fica evidente a estratégia geopolítica de disciplinamento e de poder, através do fortalecimento, para segurança interna do país, das fronteiras:

Iniciados que sejam os serviços de colonização, os maus elementos, por ventura ali ainda existentes, serão capturados, enquanto que os demais poderão produzir muito mais em proveito próprio e da coletividade. *Quer nos parecer que a localização de reservistas de exército, nas terras objeto do presente relatório, além das vantagens do melhoramento agrícola da região, irá constituir a guarda avançada da fronteira da Pátria, não obstante mantermos as mais amistosas relações com os nossos vizinhos (sic) das Repúblicas Cisplatinas. (...) às terras da faixa fronteira, onde deverá ser instalada a “Colônia Agrícola” serão para reservistas do exército e nacionais (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 2, [grifos nossos]).*

O Estado pretendeu, assim, através da apropriação e dominação territorial da faixa de fronteira, estabelecer fronteiras rígidas, pretendendo *homogeneizar* cultural, política e economicamente a nação através do projeto *Marcha para Oeste*. Em sentido amplo, Hall (2003, p. 35) afirma que “os Estados-nação impõem fronteiras rígidas dentro das quais se espera que as culturas floresçam”. Programava-se uma “pretensa” homogeneidade nas suas múltiplas dimensões (cultural, política e econômica), da/na fronteira brasileira e dos sujeitos que para lá se *deslocam*. A localização de reservistas do

¹⁰² Como ressaltou Guattari (1985, p. 109), “A ordem capitalista produz uma subjetividade própria, subjetividade essa que determina estrangulamentos a nível espacial. A formação do território revela – é cenário, instrumento e resultado – a contínua luta de dominação e insubmissão. As arquiteturas disciplinares e enquadradoras sobrepõem-se formas particulares de apropriação, vivências cotidianas específicas, que acabam por produzir territorialidades novas e imprevistas”.

exército, além do melhoramento da fronteira agrícola para a produção de alimentos iria, como ressaltava o relatório, formar uma “guarda avançada da fronteira da Pátria”. Demonstrava-se, portanto, preocupações/intenções econômicas e de poder, de controle econômico e de segurança nacional. Criava-se, desse modo, um discurso que dava impulso e mobilizava a busca de defesa e de segurança nacional, tornando a faixa de fronteira do Sudoeste do Paraná um lugar “seguro” e garantindo também sobre este a soberania brasileira.¹⁰³

Nesse sentido, esse mesmo relatório definia os *limites* e as *confrontações* para a *localização* da colônia:

A sede da colônia deverá ser no lugar “Separação”, distante dez quilômetros do povoado fronteiriço de Barracão e dessa sede deve se irradiar, a Colônia para a periferia, num raio de 20 quilômetros ou mais, se assim se tornar necessário, procurando-se de preferência estabelecer a localização de agricultores ao longo da “Linha Seca”, que separa o Brasil da República Argentina. (...) O local supra indicado, além de possuir todas as condições exigidas para a sede, é ainda o centro de confluência obrigatória de todas as estradas que, partindo de vários pontos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, se dirigem aos povoados Barracão, Santo Antonio e futuramente à Foz do Iguassú, cujo traçado será exclusivamente em território brasileiro, aproveitando-se em grande parte o picadão já existente e que põe em comunicação estas duas últimas localidades (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 2, [grifos nossos]).

Era explícito, portanto, no relatório, a “necessidade” da instalação da colônia na faixa de fronteira entre Brasil e Argentina *fixando* esta no lugar estrategicamente planejado, isto é, próxima à “linha seca” e, portanto, entre a fronteira que separa (e une) os dois países. A fixação de migrantes na faixa da linha de fronteira revelou-se enquanto uma estratégia de segurança nacional através do posterior desenvolvimento de inúmeras atividades econômicas para o fortalecimento das fronteiras.¹⁰⁴ Logo, objetivou-se *homogeneizar* a

¹⁰³ Jahyr de Freitas nos informa, em conversa (obtida em 31/01/2008), o porquê da preferência por reservistas do exército para a colonização da faixa de fronteira: “Era uma espécie de uma retribuição para eles, entendeu, e pra *fortalecer* as regiões de fronteira. Essas terra, região de Capanema, Planalto, Amperé, Santa Antonio, manter vinculado a fronteira, porque eram região de faixa de fronteira, porque, justamente esse pessoal que tinha recentemente servido o exército e estava com um senso de *patriotismo* muito grande, ajudaria nas fronteiras, na segurança das fronteiras”.

¹⁰⁴ De acordo com Lia Osório Machado (1998, p. 41), “A palavra *fronteira* implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere – o que está na frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se *lugares de comunicação* e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o

faixa de fronteira, bem como todo o território nacional, através da política do Estado Novo. Ficou claro que a localização da sede da colônia ocorreu, também, para aproveitamento das estradas (picadões já existentes) e das futuras estradas (redes) que viriam a dar acesso ao escoamento agrícola e da circulação de pessoas, por exemplo.

Nesse sentido, deveria se estabelecer uma *agricultura* mecanizada e racional, transformando o território, que não poderia mais continuar com os métodos “arcaicos” que se configurava, até então, com uma “agricultura nômade”, como ressaltava o relatório:

A exploração agrícola de diversas culturas, especialmente de cereais, pode ser intensificada nessa rica região, empregando-se métodos racionais adequados, que não só oferecem maior rendimento como evitam também a devastação das matas.

Os atuais processos de plantio, ali levados a efeito por *meio de roças*, muito tem contribuído, como geralmente acontece em zona do *hinterland*, para o *empobrecimento e desvalorização* das terras.

Já não é sem tempo que se pratique a *lavoura mecânica, substituindo assim os arcaicos e condenáveis métodos culturais, ainda tão arraigados nos hábitos do nosso agricultor nacional.*

Assim procedendo o nosso sertanejo abandonará a *vida nômade* que até então tem levado, sendo definitivamente localizado em um só ponto, com a possibilidade de se tornar mais útil e mais produtivo.

Essa *fixação obrigatória do agricultor a terra* evitará também que novas devastações sejam praticadas e conseqüentemente que outras *prejudiciais clareiras* surjam no seio da mata virgem, com a lamentável eliminação das nossas mais preciosas essências florestais (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 4, [grifos nossos]).

Além de apregoar a “intensificação da agricultura” através do “emprego de métodos racionais”, o relatório “desqualificava” o “meio de roças” realizado pelo sertanejo (e/ou caboclo) apontando a valorização da lavoura mecanizada. A justificativa era que os “métodos arcaicos” dos sertanejos degradavam mais a natureza do que se fosse implantado uma “agricultura racional”. Ou seja, é importante observar quais os meandros, as linhas de forças que foram sendo traçadas e as redes de poder que se

limite definido ou fim de uma unidade política. Na realidade, o sentido de *fronteira* era não de fim mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir”. (...) “A palavra *limite*, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de *territorialização*. O monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (a língua nacional, o sistema educativo, etc.) são elementos constitutivos da soberania do estado, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central (o *estado territorial*)”.

estabeleciam para “desqualificar” uma forma de reprodução no espaço e para impor uma nova forma de reprodução socioespacial.¹⁰⁵ Como se a adoção dos “métodos racionais” com a criação da colônia não devastasse a mata, tanto quanto os métodos considerados “nômades”.¹⁰⁶

Também, nesse relatório, foram estabelecidos os critérios para aqueles que pretendiam receber terras: deveriam ser reservistas de exército e/ou (agricultores) nacionais que não detinham propriedade de terra em seu nome. Diante disso, havia uma preocupação explícita com a *localização* dos migrantes e com a instalação dos mesmos, através do direcionamento dos primeiros auxílios para a *fixação do homem a terra*, além da construção de estradas:

Segundo nos afigura um trabalho inteligente de *localização de colonos, quer de reservistas do exército, quer de outros nacionais já radicados na região*, deve ser feito, levando-se em consideração a longa distância e a falta de fáceis meios de transporte. (...) *A construção de boas estradas de rodagem deverá ser o ponto de partida deste magno problema*, para que seja facilitada a saída de tudo que, produzido na Colônia, suporte o frete da fonte de produção até o mercado consumidor. (...) Enfim, com a ligação dos 40 quilômetros já construídos e a abertura de 120 kms., ainda restantes, teremos conseguido uma das melhores *estradas estratégicas* do Brasil (...). Uma providencia que se torna necessária e inadiável é a *construção provisória de ranchos*, os quais serão futuramente substituídos por casas padronizadas. Para que seja posta em prática tão imprescindível medida faz-se mister a montagem, *no local da colônia, de uma ou mais serrarias, afim de suprir em madeira beneficiada os interessados, na instalação de suas moradias. Juntamente com reservistas do exército, objeto principal do presente trabalho*, segundo nos parece, seria aconselhável a localização imediata, na zona da faixa escolhida, *de cerca de 250 famílias de agricultores genuinamente brasileiros* (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 6, [grifos nossos]).

¹⁰⁵ De acordo com Tavares dos Santos (1993, p. 16), “a colonização sempre foi uma questão do Estado e, portanto, uma relação de poder, um ato de poder. Não há dúvida que, há cinquenta anos, a colonização tem sido empregada no Brasil como estratégia governamental de povoação de novas terras: em diversos momentos da história recente, apesar de nem sempre se apoiar nas mesmas concepções e nem sempre empregar as mesmas estratégias, o que transparece é a decisão política, dando impulso à colonização. Não obstante, se ela é uma estratégia de dominação cujos contornos ainda não se definiram, ela se exerce tanto pela adesão quanto pelo constrangimento, tanto pela criação de um consenso como pela força”.

¹⁰⁶ Avançando um pouco no tempo-espaço, é interessante observar que esse argumento caiu por terra nos próprios relatórios apresentados quando a CANGO já estava em pleno funcionamento, como, por exemplo, em relatório do ano de 1955, quando no auge da migração gaúcha e catarinense para o Sudoeste paranaense, o documento já demonstrava a devastação das matas e a forte preocupação com a erosão, pois, “A acidentada topografia, o solo altamente erosável (sic) e a devastação das matas que se está processando num ritmo avassalador, são fatores que transformarão o sudoeste do Paraná, hoje exuberante, em zona decadente, em menos de 30 anos” (RELATÓRIO DA CANGO, MAIO DE 1955, p. 4).

Deste modo, formataram-se as condições para a localização dos migrantes (reservistas do exército e/ou agricultores nacionais) através da criação de estradas que iriam ajudar a *fixar* no território os migrantes e escoar a produção dos mesmos. No entanto, a criação de uma infra-estrutura básica esteve vinculada, fundamentalmente, à reprodução dos interesses do Estado, especialmente os do *projeto* da *Marcha para Oeste*, através, neste caso, do fortalecimento do mercado interno e da produção de alimentos a baixos preços para os trabalhadores da indústria, como ressalta Martins (1982). As ações “colonizatórias” dirigidas, principalmente, para o Oeste brasileiro, a partir da década de 1940, com apelo da *Marcha para Oeste* do governo de Getúlio Vargas, desembocaram sobre a colonização do Sudoeste paranaense e que, portanto, não se dissociaram de um contexto nacional e até mesmo nacionalista.

Assim, toda essa estruturação planejada na/da fronteira e do direcionamento de correntes migratórias, vinculava-se à reprodução do capitalismo. Para Harvey (2005, p. 64), “o capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, *intensificação geográfica*. Para o capitalismo sobreviver deverá existir ou ser criado um espaço novo para a acumulação”. E, a expansão capitalista na fronteira está vinculada ao processo de reprodução/sobrevivência do capitalismo. “A sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de acumulação pelos meios mais fáceis. O caminho da acumulação capitalista seguirá por onde a resistência for mais fraca” (HARVEY, 2005, p. 71).

Aliado a isso, o projeto de colonização, como aponta Oliveira (1996, p. 156), apresenta os mecanismos para a reprodução dos interesses políticos, econômicos e culturais. Para o autor, “toda colonização traz consigo os mesmos mecanismos estruturais. Primeiro, projeta-se através dos mapas a delimitação da fração do território a ser tomada. Em seguida, todos os meios são válidos para justificar a conquista”. Ou seja, vai do planejamento territorial e econômico da instalação até os meios ideológicos, das representações, das justificativas e, até mesmo, da força política e física para a legitimação/validação dos interesses do Estado.

Há, segundo Oliveira (1996, p. 156), na “colonização, uma ‘domesticação cultural’ dos sujeitos, pois, ‘domesticados’, os novos trabalhadores da fronteira são submetidos à dominação”. Essa dominação “se estrutura através das empresas de colonização e se consolida com a sua herança; a emancipação desses projetos de colonização e a sua transformação em municípios”. O Estado, portanto, que vai se

constituindo e se afirmando nesse recorte espacial é a expressão da dominação/exploração existente.

Para Alfredo Bosi, em *A dialética da colonização*, o processo de colonização se refere ao *mandar* e ao *dominar* que se desdobra através de um processo político, que é tanto material quanto simbólico. Em concepção ampla, o autor assinala que:

A colonização é um processo ao mesmo tempo material e simbólico: as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros, enfim, aos seus desejos e esperanças. (...) não há condição colonial sem um enlace de trabalho, de cultos, de ideologias e de culturas (BOSI, 2001, p. 577).

Deste modo, o relatório que vimos apontando acima definia também o tamanho das propriedades que seriam doadas aos reservistas do exército e/ou agricultores nacionais; estas deveriam “ser de 50 hectares ou aproximadamente 20 alqueires de 24.200 m²” (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 7).

E, por fim, o relatório afirmava que a colonização é uma “obra eminentemente patriótica”, e que traria o “desenvolvimento racional do solo”:

Ao nosso ver, essa medida no momento posta em prática, não só seria uma finalidade de grande alcance social, como uma obra eminentemente patriótica. (...) A colonização imediata daquela faixa fronteiriça, além de facilitar o desenvolvimento racional do solo, proporcionará por esse meio a estabilidade dos nossos patrícios, que, até então, como intrusos de terras particulares ou ocupantes clandestinos de outras propriedades, são a cada momento impiedosamente desalojados (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE JULHO DE 1942, p. 7).

Não podemos desconsiderar, neste sentido, que a colonização é um processo socioespacial material e simbólico, onde se engendram forças imateriais e materiais, como apresentou o relatório, da “obra eminentemente patriótica” e, portanto, identitária, do *ser brasileiro*, bem como do “desenvolvimento racional do solo”, ou seja, da materialização de um processo econômico através da agricultura mecanizada. Construíram-se, assim, as estratégias de “*territorialização*” material e simbólica de colonização na fronteira.

Nestes termos, construíram-se e mobilizaram-se inúmeras ideologias através do projeto *Marcha para Oeste*, que buscavam legitimar o projeto de colonização e que, de

modo geral, inseriam-se no controle – através da *fixação* de homens e mulheres ao solo pela disciplina do trabalho e na produção de uma agricultura racional – das fronteiras nacionais. Em outro relatório, ficava explícita também essa atenção do poder estatal com a segurança das fronteiras nacionais: “Com o fim de nacionalizar as fronteiras, na forma prevista pelo decreto-lei 1.968, de 17 de janeiro de 1940, e, no intuito de atender a esses servidores da Nação e a outros brasileiros, torna-se necessário à fundação de Núcleos Coloniais nessas regiões fronteiriças” (RELATÓRIO DA CANGO, 17 DE MAIO DE 1941, p. 7).

Portanto, após o estudo e planejamento geopolítico da instalação da Colônia processava-se a *materialização* do projeto no território, como sugeria a comissão responsável pela instalação da mesma em outro relatório:

Sugere a comissão:

- que, (...) seja criada uma Colônia Agrícola Nacional, nos moldes das já criadas, capaz de receber não só os reservistas de 1ª categoria do Exército Nacional, com civis nacionais agricultores, dando-se preferência ao estabelecimento dos já residentes e das 250 famílias desalojadas de Rio Caçador;
- que os lotes a serem demarcados sejam de 50 hectares;
- que, no caso de ser aprovado o relatório, com as sugestões feitas, seja logo providenciada a localização das 250 famílias de agricultores acima referidas, bem como imediatamente iniciados os trabalhos de demarcação de lotes (RELATÓRIO DA CANGO, 11 DE AGOSTO DE 1942, p. 1).

Nesse âmbito, a partir do relatório de estudo e planejamento da Colônia é que ficou estabelecida a *localização* da *sede*, além de todos os desdobramentos que este projeto de colonização aferido teve na vida de migrantes e das novas relações que se estabeleceram no “território fronteiriço”. Assim, foram estabelecidos os *limites* e a *localização* da sede da colônia:

(...) de acordo com a exposição apresentada em relatório pela comissão especialmente designada para estudar in-locco a região em aprêço, comissão essa composta de técnicos que, estudando cuidadosamente o caso, *escolheram o lugar denominado “Separação”* para a localização da sede em causa (...) por fôrma que a faixa de terras devolutas, existente no Estado do Paraná e limitada ao Norte pelo rio Iguassú, a Leste pela propriedade “Missões”, do Govêrno Federal e pela “Fazenda Conceição e Flores”, da família Lanna, ao Sul pelo espigão divisor e a Oeste pelo rio Santo Antonio (...) compreendidas na faixa da fronteira, sejam transferidas para êste Ministério, de *conformidade com os grandiosos planos de colonização nacional que vai integrando o Brasil na posse de si*

mesmo (RELATÓRIO DA CANGO, 22 DE OUTUBRO DE 1942, p. 1, [grifos nossos]).

O lugar denominado “Separação”, como aponta o relatório, escolhido para a instalação da Colônia Agrícola é onde se desenvolveu, posteriormente, o município de Francisco Beltrão. Assim, a partir da criação da CANGO se desenvolveram relações nas suas múltiplas dimensões que acarretaram no surgimento de um povoado (Vila Marrecas) para, posteriormente, a criação do município. É interessante observar a constante preocupação com a *re-ocupação/colonização* da faixa de fronteira que, como apontava o relatório, estava em “conformidade com os grandiosos planos de colonização nacional que vai integrando o Brasil na posse de si mesmo”, ou seja, a formação e a *expansão territorial* de um processo civilizador (em sentido amplo) que buscava uma integração espacial do território brasileiro.

Ou seja, objetivava-se estabelecer os limites, através da dominação das fronteiras, do que estava dentro e do que estava fora do Estado-Nação, além da intenção, a partir da *colonização*, de uma “territorialização da história”, ou, como afirma Poulantzas, da história que se processará, a partir de então, em um definido e delimitado recorte espacial, isto é, o Estado-Nação:

(...) é esse Estado que instaura a relação particular entre a *história* e o *território*, que opera uma relação particular entre a matriz espacial e a matriz temporal em que a nação moderna permite a interseção e é também sua encruzilhada. *O Estado capitalista estabelece as fronteiras ao constituir o que está dentro, o povo nação, quando homogeneiza o antes e depois do conteúdo do enclave. A unidade nacional, a nação moderna, torna-se assim a historicidade de um território e territorialização de uma história, em suma a tradição nacional de um território materializado no Estado-nação: as balizas do território tornam-se referenciais da história traçadas no Estado* (POULANTZAS, 1980, p. 131, [grifos nossos]).

Assim, a história de um povo deverá ser a história do Estado-Nação: o Brasil. Através da homogeneização cultural e das relações sociais estabelecidas no território nacional, efetivava-se uma pretensa unificação nacional, criava-se uma territorialidade que iria se desenvolver, a partir de então, dentro dos limites do Estado-Nação. Dominavam-se, portanto, as fronteiras nacionais criando, através da disciplina do trabalho e da ideologia, um novo espaço-tempo, centrado em certos objetivos traçados pelo Estado, pela *condensação das relações de força* através de uma materialidade e uma imaterialidade no território nacional.

Para Tavares dos Santos (1993, p. 13), a colonização é um processo social complexo e multidimensional: a colonização agrícola é a emanção de uma decisão política, porém, não se restringe a isso, como também não é apenas uma estratégia da expansão capitalista em novos territórios; mais que tudo isso, defende o autor, a colonização “é uma forma de produção social num certo meio natural: é um verdadeiro processo social em si”, e está “em estreita ligação com este outro processo social ao qual está indissolavelmente vinculada: o processo migratório” (p. 14).

Deste modo, inserida no projeto político ideológico da *Marcha para Oeste* no Sudoeste do Paraná, em 1943, através do Decreto nº 12.417, de 12 de maio, Getúlio Vargas criava a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO¹⁰⁷. O Decreto de criação da CANGO, em seu art. 1º estabelecia que:

Fica criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório, no Estado do Paraná, na faixa de 60 quilômetros de fronteira, na região de Barracão, Santo Antônio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 hectares (RELATÓRIO DA CANGO, 11 DE AGOSTO DE 1942, p. 1).¹⁰⁸

No entanto, apesar do decreto de criação da Colônia Agrícola ser referente ao ano de 1943, a mesma só começa a atuar efetivamente no território em 1948; primeiro, a Colônia se instala provisoriamente no Sudoeste paranaense, no povoado de Pato Branco com um escritório, para depois começar a abertura da estrada até o lugar onde seria fixada e construída a sede. Jahyr de Freitas Júnior, filho do funcionário público (falecido) que trabalhou na CANGO na época, em entrevista nos disse que:

Meu pai [Jahyr de Freitas] quando veio do [estado de] Rio de Janeiro pra cá para trabalhar na Cango, ele ficou de janeiro de [19]44, pra janeiro de [19]48 em Pato Branco, quatro anos e meio. Nesse tempo, a CANGO se instalou em [Francisco] Beltrão. (...) Aqui em [Francisco] Beltrão não tinha nada; então tiveram que abrir a estrada de Pato

¹⁰⁷ O nome da Colônia também foi definido em relatório: “À nova Colônia, (...) deve ser dado o nome do General Osório, exemplo de caráter e amor à Pátria, a ser seguido pelos brasileiros que prestaram serviço militar e se dedicam às atividades de exploração da terra” (RELATÓRIO DA CANGO, 11 DE AGOSTO DE 1942, p. 2).

¹⁰⁸ Segundo Tavares dos Santos (1993, p. 28), durante o Estado Novo, “entre os anos de 1941 e 1944, sete dessas colônias foram fundadas: Goiás (GO) com 250.000 ha. e Bela Vista (AM) com 300.000 ha., em 1941; Monte Alegre (PA) com 443.000 ha. Barra do Corda (MA) com 300.000 ha. em 1942; General Osório (PR) com 300.000 ha; Dourados (MS) com 300.000 há., em 1943; e Oeiras (PI) com 300.000 ha. em 1944. Portanto, um total de 2.223.000 ha”.

Branco até aqui para limpar um terreno em [Vila] Marrecas na época, derrubar o mato para construir os barracões; (...) mas era uma dificuldade, porque estrada não tinha e a CANGO abriu a estrada de Pato Branco pra cá, aquela maquinazinha que tá ali, era puxada por trator [faz um gesto com a mão apontando e se referindo a uma patrola que é hoje um monumento no bairro da Cango, onde reside atualmente]. (...) Pra abrir a estrada e construir as estações demorou quatro anos (Jahyr de Freitas Júnior).

O projeto *Marcha para Oeste* se desdobrava, portanto, no Sudoeste paranaense com a criação e atuação da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO –, que é um *marco* político administrativo do território e para o povoamento/colonização e, posteriormente, para as relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas na Vila Marrecas, como no surgimento e desenvolvimento no/do município de Francisco Beltrão. Também a criação da CANGO no Sudoeste do Paraná bem como de outras Colônias agrícolas Nacionais pelo interior do país, foi uma maneira do Estado descentralizar seu poder de decisão pelo território brasileiro para controlar espaços através da institucionalização de um poder local. A CANGO foi uma organização territorial criada para negociar e articular o controle do Sudoeste paranaense para o Estado-Nação, pois como considera Becker (1983, p. 15), “Para manter o controle do espaço, o Estado necessita institucionalizar um poder local, capaz de com ele negociar e se articular. Daí o interesse de diferentes organizações na estratégia da descentralização do poder de decisão”.

Assim, a origem do povoado Marrecas esteve intimamente ligada à instalação da CANGO:

A origem do povoado [Vila Marrecas] muito se deve a Cango. No início da década de 40, o governo Getúlio Vargas determinou a “Marcha para o Oeste”, criando várias colônias federais, cuja finalidade era desbravar terras inexploradas, antes que os países vizinhos o fizessem. Foi daquela marcha que resultou a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), pelo Decreto nº 12.417, de 12 de maio de 1943.

Até atender todo o lado burocrático de criação da Colônia e contratar os primeiros diretores e funcionários, era novembro. Foi o mês de chegada em Pato Branco de Jahyr de Freitas (...) e sua primeira turma, comandada pelo agrônomo Eduardo Virmond Suplicy (...). Foram obrigados a se estabelecer lá porque no local da futura colônia só havia mato, entrecortado por uma ou outra clareira aberta por caboclos ou fugitivos da polícia que viviam da caça, da pesca e da comercialização de peles.

Até iniciarem a primeira picada rumo à Colônia já tinha começado o ano de 1944. E até completarem os 55 quilômetros de picadão, que

marcava o limite das terras da Cango, já tinha começado o ano de 1948. O objetivo era chegar ao centro da Colônia, mas os primeiros barracões foram erguidos provisoriamente próximo ao rio [Marrecas] e ali acabaram ficando para sempre. O primeiro dia de aula, da Cango e da Vila Marrecas, com a professora Idalina Zancan (...) aconteceu no dia 3 de maio de 1948. (...) Foi em maio de 1948 que a Cango começou a atender (JORNAL DE BELTRÃO, 14/11/1993, p. 5).

Desdobrava-se, desse modo, com a criação da CANGO a origem, concomitante, da Vila Marrecas. A partir, do projeto de colonização tinha-se, também, a criação de um povoado, ou seja, originava-se aliado à expansão da fronteira agrícola a expansão de uma fronteira urbana através da migração. Como ressalta Becker (1990, p. 44), a expansão da fronteira urbana se liga à mobilidade do capital e da (força) de trabalho: “uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de rápida [re]ocupação da região, acompanhando e mesmo se antecipado à expansão de várias frentes”. A urbanização, aliás, “não é aí uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasce urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que o resto do Brasil”. E, esta “feição está intimamente associada à migração”.

Assim, através da mobilidade do capital e da força de trabalho temos a expansão da fronteira agrícola e urbana. Rubens Martins (1986, p. 32), médico do povoado de Marrecas no período, em seu livro de memórias “oficiosas”¹⁰⁹, afirma que com a localização da Colônia Agrícola Nacional General Osório na margem do rio Marrecas, e com a construção pela referida colônia da estrada estratégica Conrado-Marrecas, grande número de migrantes, principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, afluíram à localidade dando início à construção do povoado de Rio Marrecas.

Ainda, o médico relata como e porquê migrou para trabalhar em Vila Marrecas:

Os mapas do Paraná não consignavam, na época [1949], nenhuma cidade com o nome de Francisco Beltrão; havia, onde hoje floresce aquela próspera comuna, num minúsculo povoado, situado na extensa área territorial do Município de Clevelândia, denominado Marrecas, distante sessenta e oito quilômetros de Pato Branco, onde o Ministério da Agricultura instalara a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO). (...) Dizia-se então que a CANGO, abrindo caminho através das matas do sudoeste paranaense e investindo na região vultosas somas na construção e conservação de estradas; fazendo cessão gratuita de terras agricultáveis; prestando aos colonos nelas

¹⁰⁹ Rubens Martins era médico e migrou de Curitiba para Francisco Beltrão em 1949 para trabalhar na CANGO sendo, também, o primeiro prefeito de Francisco Beltrão. Por isso, as memórias de seu livro estão situadas no “lado” hegemônico do processo de colonização/re-ocupação e, por isso, apontamos como oficiosas.

localizados assistência médica, farmacêutica, odontologia e financeira; orientando-os no amaino da terra e assegurando-lhes mercado fácil e compensador para o produto de suas lavouras, *faria Marrecas uma nova Califórnia, futuro celeiro do Brasil* (R. MARTINS, 1986, p. 1, [grifos nossos]).

Deslocavam-se para o povoado, nesse período, além de *colonos*, profissionais urbanos (médicos, dentistas, açougueiros, farmacêuticos, comerciantes, professores, operários dentre outros) para trabalhar nas diversas funções que foram surgindo e/ou necessitando com a formação do aglomerado urbano; a migração ocorreu assim, em grande medida, de *colonos* para o campo, mas também contou com trabalhadores urbanos para a formação do povoado¹¹⁰. Assim é que “virão para o sudoeste paranaense não só agricultores, mas habitantes das cidades gaúchas – e de outros pontos do país – cuja capacitação profissional ia do pequeno comerciante, prestador de serviços, até os profissionais liberais, de formação universitária” (PADIS, 1981, p. 172).

Ao mesmo tempo em que a zona urbana da Vila Marrecas e do Sudoeste do Paraná foi sendo criada e expandida, novos sujeitos foram chegando para atuar e/ou criar novos elementos como o comércio (mercados e lojas), os clubes sociais, os postos de combustíveis, as sapatarias, os hospitais, os bancos etc., que foram dando novas formas e conteúdos e complexificando o território, que buscava cada vez mais atender uma maior demanda de novas funções que se especializavam e que se espacializavam no campo e na cidade. Novas necessidades, novos sujeitos e novas territorialidades e, com isso, o território foi tendo sua estrutura alterada. À medida em que no novo território surgiam novas possibilidades de inserção social para determinados indivíduos, estes migravam em busca dessa inserção pelo trabalho e pelo acesso (nem sempre fácil) à terra, fundamentalmente.

Do povoado, que em 1949 tinha “casas existentes que podiam ser contadas nos dedos das mãos”, como relata Rubens Martins (1986), surgia, através da intensa migração, o município de Francisco Beltrão em 1951, mas que, no entanto, só será desmembrado em 1952 do município de Clevelândia. A fundação de um município era um ato político mas também essencialmente *simbólico* de tomada de posse do território. De acordo com Trindade e Andreazza (2001) a criação de um município apresentava,

¹¹⁰ Para Bosi (2001, p. 11), colono é aquele que mora/ocupa/lavra terra de outrem (alheia). No entanto, consideramos colonos, em nosso estudo, aqueles sujeitos (trabalhadores agrícolas) que dispunham e/ou estavam em busca da posse de uma pequena propriedade rural.

também, um caráter religioso, por demarcar o espaço de uma comunidade cristã em terras de “povos pagãos”.

Para Marx e Engels (1987, p. 34), a “existência da cidade implica imediatamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc., numa palavra, a necessidade da organização comunitária, partindo da política em geral”; esta seria “o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades”. Além disso, a cidade implica a *civilização* que se territorializa e enraíza a sua história em um delimitado recorte espacial, como considera Maffesoli (1987). Para o autor, ainda:

O objeto cidade é uma sucessão de territórios onde as pessoas, de maneira mais ou menos efêmera, se enraízam, se retraem, buscam abrigo e segurança. (...) Com efeito, aquilo que delimita, pode, na verdade, ser um espaço concreto, mas também pode ser uma “*cosa mentale*”, pode ser um território simbólico, qualquer que seja a sua ordem, mas que bem por isso é menos real. (...) Portanto, em todos os domínios, intelectual, cultural, comercial, político, observamos a existência desses enraizamento que permitem a um “corpo” social existir enquanto tal (MAFFESOLI, 1987, p. 194).

Neste contexto, o processo e a *rapidez* (tempo rápido) da expansão da fronteira urbana e agrícola, bem como a transformação com a apropriação do território intensamente acelerada, foram ressaltadas pelo Jornal de Beltrão, de 20 de dezembro de 1952: “O que chama a atenção na história de [Francisco] Beltrão e região é a rapidez dos acontecimentos. Cinco anos após a construção dos primeiros ranchos de madeira lascada já era sede de município e palco de acirradas disputas políticas”; eram “tempos de famílias novas e numerosas” (p. 2).¹¹¹ Nascimento (1997, p. 12), discutindo a *aceleração temporal da fronteira* para Rondonópolis, em Mato Grosso do Sul, considerou que a característica fundamental desse processo é a *rapidez* das transformações *sociais e espaciais* em tempo curto pois “a *aceleração temporal da história* – aceleração da transformação espacial e social, que tornou as fases do desenvolvimento curtas e densas (...) processando-se no sentido da integração econômica (...) aos contextos nacional e internacional” (grifos do autor).

Rubens Martins (1986) também assinalou, nesse sentido, a *rapidez* com que se (trans)formava a vila Marrecas em “cidade adulta”, pois:

¹¹¹ Em 1951, já existiam no município 350 casas residenciais, hospital, igreja, escola, farmácia, 25 casas comerciais, 2 oficiais mecânicas, 2 ferrarias, 5 marcenarias, 2 moinhos, 2 alfaiatarias, 2 matadouros, 3 hotéis e 1 fábrica de refrigerantes (R. MARTINS, 1986, p. 33).

(...) mal clareava o dia, Marrecas se punha em *ritmo crescente*, no bater cadenciado dos machados e dos martelos que anunciavam o surgimento de *novas construções*, prenúncio de sua breve transformação em cidade adulta. À orquestração do progresso, se contrapunha o alarido das tirivas e das baitacas que em revoados de protesto, numa atmosfera poluída pelo fumo das queimadas, teimavam em permanecer em seu habitat e não cedê-lo àqueles que, em nome da *civilização* e do *progresso*, o estavam destruindo” (R. MARTINS, 1986, p. 13, [grifos nossos]).

Na foto 4, a seguir, temos uma vista parcial de Francisco Beltrão em 1952.

Foto 4: Francisco Beltrão, visão parcial – 1952



Fonte: Nivaldo Kruger (2004).

O território de Francisco Beltrão, impulsionado pela migração, tem um ritmo rápido, um tempo de grandes transformações no território, da *aceleração da história* no/do território efetivado pelo trabalho de grande fluxo de migrantes que chegavam diariamente, pois:

Quem chega de outras regiões custa a acreditar que há apenas cinco anos nada existia (sic), além de alguns ranchos de madeira lascada, onde hoje se ergue a sede do município de Francisco Beltrão, com ruas traçadas e contanto com mais de 300 moradias. Mas temos aí dezenas de pessoas que confirmam, foi tudo bem mais rápido do que se podia imaginar, ao contrário de Pato Branco, por exemplo, que já era colônia agrícola há mais de 30 anos, ou desde 1918. Um fator que contribui para a formação rápida de [Francisco] Beltrão, assim como acontece com muitas outras cidades que surgem no Paraná, é a grande

leva de agricultores que migram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O ex-motorista de caminhão e atualmente agricultor Armando Scotti conta que conheceu Marrecas em 10 de janeiro de 1947, quando trouxe uma mudança de Nova Prata, RS. Exatamente um ano depois, 10 de janeiro de 1948, veio para ficar. A vila continuava em início de formação e as primeiras casas de madeira serrada estavam sendo construídas. Mas em apenas um mês ele viu iniciarem a construção de mais vinte novas casas. “E de lá pra cá foi sempre nesse ritmo”, arremata Scotti. O carpinteiro Herculano Meurer, que chegou de Urubici, SC, em 20 de janeiro de 48, confirma: “As famílias de colonos vêm do Sul igual chuva de pedra. Se contar as que ficam aqui e as que seguem adiante, é 15 a 20 mudanças por dia. A terra é boa e trabalho não falta. É o meu caso. Cheguei às dez horas da manhã, à tarde e já comecei a encaibrar a casa do Fredolino Kerich, depois ajudei a cobrir o hotel do Damásio, trabalhei na ponte da Cango e até hoje não fiquei um dia parado por falta de serviço” (JORNAL DE BELTRÃO, 20/12/1952, p. 4).

A expansão territorial da fronteira se efetuava por novos tempos, por novos ritmos realizados pela migração e, por extensão, por novos sujeitos que buscavam efetivar o seu modo de vida (em que o trabalho exerce grande centralidade), através da produção/comercialização de mercadorias, da festa, da religiosidade, da construção de toda uma infra-estrutura etc. De acordo com Martins (1997), a fronteira impõe um tempo novo de profundas transformações sociais e, portanto, territoriais.

Segundo Raffestin (1993, p. 78), a escolha pela imigração para áreas de fronteira “indica a vontade de economizar o tempo ou de valorizá-lo, o que dá no mesmo. Mas o ganho em tempo se traduz numa modificação qualitativa da população. (...) a imigração é uma solução relativamente rápida”. E, para o autor, o “Estado, que visa o povoamento de uma região, de uma zona, talvez escolha a imigração se quiser realizar o seu programa num lapso de tempo dado”; logo, a “escolha depende do tempo disponível, da dimensão do espaço e dos meios” (p 79). Assim, com a migração as organizações, segundo o autor, adotam diversas estratégias para aumentar o movimento ou, ao contrário, para freá-lo. As políticas migratórias são de extrema importância porque controlam e administram os fluxos para as organizações, e que resultam na dominação do território pela forma cultural (em sentido amplo) de ocupação.

Através, portanto, do deslocamento de migrantes para Francisco Beltrão, temos a aceleração da história (ou de estórias-de-vida¹¹²) que se territorializavam-se no espaço;

¹¹² Segundo Doreen Massey (2008, p. 29), o espaço está sempre em construção: “Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-*entre*, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se.

o tempo, os ritmos foram intensificados através das novas relações estabelecidas no território em suas múltiplas dimensões; os novos ritmos impuseram novas e rápidas territorialidades que transformaram o território e os sujeitos, concomitantemente. (Trans)formavam-se o território, (trans)formavam-se os sujeitos. Novos tempos, novos ritmos cristalizaram-se, deste modo, formando um novo território, com novas relações que se espacializavam-se.

Como nos falou Antonio Mendes, em entrevista: “O povoado naquela época tava crescendo muito, chegava muita gente, né? Aí tudo ia mudando, iam derrubando o mato e construindo e plantando, tinha muita gente disposta pro trabalho naquele tempo”. Observa-se, portanto, nas décadas de 1940/50, uma constante transformação com a chegada de migrantes (na sua maioria em grupos de famílias), como nos informou Elza Comunello, umas das “primeiras” moradoras de Francisco Beltrão que migrou nesse período: “Chegava muita gente todo dia; minha nossa! Aquele estradon cheio de poeira vivia cheio de família que chegava pra morá na Vila”.

Amábili Rosseto, gaúcha de Erechim, veio do Rio Grande do Sul para a vila Marrecas e logo montou, com seu marido, o “Bar Rosseto”, o principal ponto de parada para as refeições e de encontro das famílias gaúchas e catarinenses no período. Hoje, com 82 anos, ela comentou sobre a intensa chegada das famílias de migrantes, naquele tempo, em seu “bar”:

Chegavam, almoçavam, paravam, esperavam. Ali era a parada do tempo antigo. As famílias chegavam do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e ali era a primeira parada. Eles paravam e comiam e depois iam procurar as terras aonde tinham comprado ou iam comprar. Mas ali no Bar, era o lugar de chegada das família. (...) Passava muita gente pra compra de terra. Muita gente. Mas tinha muita gente pobre em busca de terra, querendo terra barata. Tinha muita gente com pouco dinheiro. (...) O bar era o único da cidade naquele tempo. Era o ponto de encontro. Tudo organizado. Muita gente se reunia lá. Tinha um movimento grande (Amábili Rosseto).

É importante perceber, através da fala, que muitas famílias vinham comprar terra barata e que muitos tinham poucas condições financeiras de compra da mesma, ou seja, nem todos os migrantes (colonos) tinham o mesmo capital para a compra de terras; por isso, a disponibilidade e localização das terras não era a mesma para todos aqueles que chegavam; os migrantes que tinham poucos recursos financeiros para a compra só

Jamais está acabado, nunca está fechado”. E, por esta acepção, a autora afirma que “Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora”.

conseguiam, em sua maioria, adquirir terras com a topografia mais acidentada, com solos mais pedregosos e com localizações desprivilegiadas em relação aos povoados e cidades que nasciam; já, aqueles detinham maiores recursos financeiros encontravam maiores facilidades, conseguiam comprar maiores quantidades de terras, com boas localizações e com excelentes fontes de água além, de muita madeira, especialmente, a araucária.

Desse modo, com a chegada de colonos para compra de terras e de profissionais para trabalhares nas cidades, o território foi sendo transformado passando de povoado a cidade rapidamente:

No início era apenas uma estrada, aberta pela Cango, para chegar às terras demarcadas a partir do Rio Marrecas. Mas foi em torno daquele picadão, em poucos anos transformado em avenida, que Francisco Beltrão desenvolveu como cidade. Foi onde surgiram as primeiras bodegas, as primeiras casas comerciais, os primeiros bares, os primeiros hotéis, o primeiro hospital, a primeira emissora de rádio, a primeira sapataria e até o primeiro posto de gasolina. Rapidamente, Francisco Beltrão se transforma, e esta no caminho do progresso (JORNAL DE BELTRÃO, 15/10/1990).

Através da colonização altera-se drasticamente o tempo e o espaço municipal e regional; a terra adquire valor como mercadoria e os sujeitos, grupos e/ou classes sociais traçam suas linhas de poder através da apropriação do solo com a definição/delimitação de seus territórios, instituindo uma nova *cartografia* e uma nova geografia do poder. Segundo Rubens Martins (1986, p. 25), planejada inicialmente para fixar na lavoura, reservistas deslocados para as cidades em decorrência de convocação para a prestação de serviço militar obrigatório, a CANGO passou a beneficiar, também, pessoas que não preenchiam tal requisito: muitos gaúchos e catarinenses se deslocaram para ocupar/colonizar o território. Assim:

Na década de [19]40, muitos catarinenses e gaúchos, atraídos pela facilidade de aquisição de terras, que eram adquiridas pela simples demarcação, dirigiam-se até a Colônia Missões, área situada a Oeste do Rio Chopin, e aí “tiravam sítio”, numa verdadeira aventura, sem precedentes na história paranaense. Instalavam-se assim os primeiros moradores nesta região, que era mata virgem, povoada de animais selvagens. Muitos caçadores convergiam por esta região, em busca de peles, que eram vendidas no Rio Grande do Sul. A aventura era constante. Mas a colonização iniciava desordenadamente e, de regra geral, por pessoas que não dispunham de muito dinheiro. Estes

passavam a cultivar a terra com milho e feijão, fazendo roças nas derrubadas de mato (JORNAL DE BELTRÃO, 27/11/1992, p. 3).

É importante perceber que a *aventura* é colocada (através do discurso *ufanista* de dominação, dos “pioneirismos”, de imposição) como um dos elementos que perfaziam a migração no período; também, discursa ideologicamente sobre a grande disponibilidade (mas, de nem sempre fácil aquisição e por isso, na maioria das vezes não ocorreu pelo “simples” fato da demarcação), pois, como mencionamos anteriormente, segundo diversas conversas e entrevistas com esses sujeitos em Francisco Beltrão durante trabalho de campo, a maioria não tinha as mesmas condições de compra, muitos tinham pouco dinheiro, mas alguns detinham maiores condições e acabavam conseguindo as melhores e maiores quantidades de terras. Como afirmou em entrevista Salvador Verdi da Costa (realizada em 08/01/2008), “Quando chegamos aqui era fácil comprar terra, pois tinha muita terra, sabe? Mas, eram aquelas que tinham mais morro e mais pros fundão, né? (...) Porque as melhor que tinham, as mais plana e melhor localizada só quem tinha mais recurso na época é que conseguia comprar”.

Por isso, um elemento importante que aparece é a forma *desordenada* da colonização, isto é, a CANGO não dava conta de controlar (totalmente) a chegada de grande número de famílias gaúchas e catarinenses e, por isso, muitos adentravam e compravam e/ou “tiravam sítio” sem a efetiva legalização da Colônia, tornando-se, assim, posseiros no período da *re-ocupação*.¹¹³

Jahyr de Freitas Júnior afirma, em entrevista, os motivos para que muitos gaúchos e catarinenses se estabelecessem fora da área de atuação da CANGO e/ou sem a autorização da mesma para adentrada no território:

As terras aqui eram destinadas aos expedicionários. (...) Então muitos queriam se candidatar e tudo pra ganhá terra daqui. (...) era dado, medido a área, dado a terra e, foice, machado, enxada e uma plantadeira, daquelas de mão era dado para o pessoal que chegava. Mas, como era uma região muito distante e, esses expedicionários eram lá, geralmente do Rio Grande [do Sul] ou, se não de... do Rio de Janeiro; então, ficava difícil, os cara, uns se habilitavam, depois voltavam, não se acostumavam no sertão, né? Então, com a notícia, o

¹¹³ Convém esclarecer que a área de 300.000 ha nunca foi definitivamente demarcada pela CANGO. Segundo Wachowicz (1987, p. 144), a CANGO nunca teve seus limites definidos no território, apenas a sua extensão que não poderia ser inferior a 300 mil hectares, pois, “os limites da colônia nunca foram demarcados. Sua localização, legalmente falando, ficou como que no ar”. Em entrevista, Jahyr de Freitas Júnior nos informou que a área de atuação da CANGO “era no município de Francisco Beltrão, quase todo, não era todo o município, pegava essa região aqui de Santa Rosa, a região era pequena, não era grande: Santa Rosa, Rio Tuna, não entrava no município de Ampére, por exemplo”.

que que aconteceu: o pessoal, os colonos do Rio Grande [do Sul], de Santa Catarina começaram vim, né? Só que se localizavam muitos, fora da área da Colônia, fora da área da CANGO (Jahyr de Freitas Júnior).

A CANGO, apesar de agenciar hegemonicamente o território do Sudoeste paranaense nesse período, entre 1940 a 1970, não detinha o controle total da chegada dos migrantes gaúchos e catarinenses. Wachowicz (1988, p. 200, [grifos nossos]), observa esse *descontrole* na colonização, afirmando que “cada dia entravam 10 a 20 famílias, em Francisco Beltrão, *muitas delas sem o controle da CANGO*”. Em nossas entrevistas, constatamos, também, que nenhum dos entrevistados afirmou que havia ganho terras e/ou qualquer ajuda da Colônia Agrícola. Quando perguntamos para os entrevistados se haviam recebido qualquer ajuda da CANGO, todos disseram “não”. Somente Jahyr de Freitas Júnior, filho do funcionário da Colônia, afirmou, como demonstramos anteriormente, que o órgão possibilitava, nos primeiros anos, ajuda aos agricultores.

Segundo Rubens Martins (1986), até 1951, em Francisco Beltrão, existiam na Colônia “35 colonos localizados em lotes medidos e demarcados definitivamente, e os que ocupam lotes apenas apontados são em número de 1981, perfazendo um total de 1845 colonos fichados” na CANGO. E, ainda, o autor assinala que “fora esses, existem colonos que entraram *clandestinamente* em terras da Colônia, e que se colocaram por sua própria conta e que ainda não foram fichados” (p. 44-45).

Entretanto, de acordo com outros documentos que dispomos para análise, tais como fotos e relatórios, verificamos que houveram terras doadas; contudo, o que constatamos também é que grande parte dessa “doação de terras” participa de uma construção discursiva da colonização que vem da *imagem* construída pelo Estado paternalista, pois, de modo geral, a terra foi comprada e/ou foi “tirado um sítio”, como na linguagem da época; ou seja, o processo de apropriação (e dominação) de terras devolutas ocorreu, sobretudo, pela posse, onde o controle através da ordem imposta pela CANGO “resvaláva”.

Nesse sentido, podemos afirmar que a colonização do Sudoeste paranaense – e de Francisco Beltrão – se deu através de uma ordem que se circunscreveu no interior de uma “desordem”. Houve brechas no poder nacional e local, isto é, na forma de controle da chegada e instalação dos migrantes, pois, essa pretensa desordem faz parte histórica e geograficamente da política brasileira de controle social da população. A desordem e o

descontrole na colonização participaram de uma forma de controle que o Estado brasileiro instituiu. A apropriação das terras através da migração, que aparentava uma pretensa desordem, foi, em parte, uma forma de controle instituída no processo de colonização desse território.

Sérgio Buarque de Holanda (2004, p. 33), em *Raízes do Brasil* aponta, por exemplo, que “à frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo nelas Portugal e o Brasil”, e fazem parte dessa forma de controle do povo através da “desordem”. Por isso, “A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que eram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem”. E, “os mandamentos e as ordenações que elaboraram esses eruditos são, em verdade, criações engenhosas do espírito, destacadas do mundo e contrárias a ele”, pois, “Nossa anárquica, nossa incapacidade de organização sólida não representam, a seu ver, mais do que uma ausência da única ordem que lhes parece necessária e eficaz”. Desse modo, podemos considerar que a forma de controle desenvolvida pelo Estado e pelos grupos hegemônicos locais, no Sudoeste paranaense e em Francisco Beltrão, se desenvolveu pela “desordem”: um ordem contruída no interior de uma pretensa “desordem”.

A seguir, na foto 5, podemos visualizar o barracão da CANGO, que servia de alojamento para os migrantes (colonos) antes de tomarem posse das terras.

Foto 5: Barracão da CANGO – década de 1940/1950



Fonte: Nivaldo Kruger (2004).

Assim, a CANGO constituiu uma *ruptura* com o período anterior dominado e apropriado pelos caboclos; inicia-se um novo tempo e um novo espaço: aquele dos

migrantes gaúchos e catarinenses. A Colônia impulsiona, em grande medida, a migração resultando no surgimento de Francisco Beltrão (antiga Vila Marrecas) e municípios circunvizinhos do Sudoeste paranaense.

Vejamos, deste modo, na tabela 1, a seguir, o crescimento populacional da Vila Marrecas desde a chegada da CANGO ao território em 1947, até a posterior criação do município de Francisco Beltrão em 1951, e seu aumento populacional ocasionado pela migração até o ano de 1956.

Tabela 1: Número de famílias e número de habitantes em Francisco Beltrão – 1947 a 1956

Ano	Número de Famílias	Número de habitantes
1947	467	2.529
1948	886	4.956
1949	1.068	6.045
1950	1.440	7.147
1956	2.725	15.284

Fonte: Rubens Martins (1986).

Podemos verificar, através da tabela 1, uma *forte* ascensão no crescimento populacional do povoado ao município. O número de famílias cresceu, no período de 1947 a 1956, 583%; e o número de habitantes aumento, no mesmo período, 604%! Portanto, um acréscimo populacional expressivo na medida em que estes dados se referem, apenas, a aqueles/as (migrantes) que estavam cadastrados “*legalmente*” na Colônia, como ressalta Rubens Martins:

Em 1948 a população oficialmente reconhecida – não computados os invasores da gleba, em número supostamente reduzido – era de 4.956 habitantes; destes, 886 (17,87%) constituíam os cabeças da família e 4.070 (82,12%) seus dependentes; 1.245 (25,12%) sabiam ler e escrever e 3.711 (74,87%) eram constituídos de analfabetos e de crianças em faixa etária ainda distante da escolaridade (R. MARTINS, 1986, p. 55).

Neste âmbito, podemos considerar que o número de migrantes que chegavam e estavam se localizando em Francisco Beltrão eram bem superiores do que os apresentados pelo autor, mesmo que este “suponha” que “os invasores da gleba seriam em número menor do que os cadastrados” e, por isso, “legalizados” pela CANGO. Como nos afirmou um migrante do período, Antonio Mendes (em entrevista realizada

em 11/04/2008), “chegava muita gente e a CANGO nem sabia, não tinha como controlar, era muita gente, e a Colônia tinha poucos funcionários; teve muita gente que entrou como posseiro por aí”. Foram por essa e por outras entrevistas que pressupomos que houve um número expressivo de pessoas que adentraram na área da CANGO sem a sua “legalização”/controle.

Ademais, outro fator importante mencionado pelo autor é que parte da população migrante que chegava a Colônia, “3.711 (74,87%) eram constituídos de analfabetos e de crianças em faixa etária ainda distante da escolaridade”. Isso possibilita desmistificar uma idéia muito recorrente de que migrantes do Sul do Brasil sempre tiveram boa escolaridade. Também, corroborando com essa condição de precariedade que esses migrantes estavam, outro relatório da CANGO sobre o serviço médico da colônia, afirmava que os colonos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que se deslocaram não eram aqueles idealizados como “modelo de ser humano”, por serem, sobretudo descendentes europeus, como muitos discursos sobre os pioneiros acabaram por construir e que se cristalizaram enquanto hegemônicos, pois, segundo o relatório:

A população da Cango, em sua maioria oriunda do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina não apresenta a qualidade do material humano existentes naqueles Estados.

É que 80% dos nossos colonos foram marginais (sic) antes de aportarem nesta Colônia.

Era gente sem terra, operários braçais, desajustados, foragidos da lei, fracassados que aqui vieram em busca das facilidades oferecidas pelo Governo (...). Nestas condições não foi a melhor espécie de agricultor que demandou à Cango.

Há muita verminose, lues, gripe endêmica, tuberculosos, ulcerosos, para citar somente os casos mais freqüentes (RELATÓRIO DA CANGO, 15 DE ABRIL DE 1955).

Nesse sentido, o movimento migratório começou a se intensificar mais e mais nas décadas de 1950 e 1960. De acordo com Magalhães (1996, p. 22), no período entre os anos de 1940 a 1970 o Paraná é *marcado* por um intenso e acelerado processo migratório de expressivos contingentes populacionais provenientes de outras regiões do país. Neste período, ocorre uma *re-ocupação/colonização* com a apropriação do território em um impressionante movimento de *expansão* e *consolidação* da fronteira agrícola. Em paralelo ao crescimento da população rural, verificado neste período,

articula-se a proliferação e expansão de muitos núcleos urbanos, que nasciam para dar suporte às atividades agrícolas crescentes.

Os passos da re-ocupação da região Sudoeste paranaense começaram a ser definidos a partir das ações governamentais e da mobilização de um grande contingente populacional que se dirige ao longo da fronteira Oeste do Brasil. Este processo começa a ser implementado a partir de meados de 1940 e apresenta características próprias, portanto, pautadas na fixação definitiva de núcleos coloniais e urbanos, dando ênfase ao estabelecimento de comunidades (muitas vezes étnicas, como, por exemplo, por descendentes de italianos, alemães e poloneses) organizadas em vilas e cidades.

Para Magalhães (1996, p. 23), a integração e a dinamização do Sudoeste paranaense teve início nos últimos anos da década de 1950 com os primeiros esforços para a implantação de um sistema viário que, conjugado à capacidade técnica dos produtores e à boa qualidade dos solos, viabilizou e impulsionou a produção de excedentes para comercialização. Aos poucos, a renda monetária da população foi se elevando, o mercado se ampliando, o comércio se expandindo. Novos capitais acorreram no território e as propriedades agrícolas se formaram, principalmente em áreas ainda “não ocupadas”. Cidades proliferaram por todo o território a um ritmo *rápido*.

Deste modo, grande parte do contingente de migrantes veio do estado do Rio Grande do Sul, onde a perda de população foi intensa no final da década de 1940:

Em 1949 o saldo migratório era desfavorável ao Rio Grande do Sul em cerca de 155.746 pessoas (...) Muitos pequenos proprietários (...) venderam seus lotes coloniais e se deslocaram em direção ao Sudoeste do Paraná para reproduzir, nesse Estado, uma economia camponesa semelhante à gaúcha, porém em terras mais férteis e mais próximas do Centro do país, conquistando parte do mercado nacional no momento seguinte (FERES, 1990, p. 499).

A *escassez* de terras no estado do Rio Grande do Sul fez com que os migrantes reduzissem o peso demográfico sobre a “área esgotada”, vendendo (ou sendo forçados a vender) as suas terras e encorajando-se a se reproduzir em outra fronteira. O estado de Santa Catarina e, principalmente, o Rio Grande do Sul, constituíram os *lugares de origem* da migração para Francisco Beltrão. Em entrevista, por exemplo, quando perguntamos para um gaúcho de onde veio a população que chegava em Francisco Beltrão, este nos respondeu (exageradamente) com um tom (ufanista) dos feitos

considerados “heróicos” dos “pioneiros”: “Olha, aqui dizem que 50% é gaúcho e 50% é descendente de gaúchos (risos)” (Salvador Verdi da Costa, 08/01/2008).

O peso dos gaúchos no município é muito forte e, nesse sentido, vejamos o porquê dos gaúchos saírem tanto do seu estado, do “seu rincão”, da sua “terra querida” e “amada”, como muitos nos disseram. Souza (1980, p. 61), considera que foram dois motivos (principais) que acarretaram a emigração do Rio Grande do Sul. O primeiro se refere à significativa e gradativa fragmentação das pequenas propriedades resultante da herança familiar e da pressão demográfica sobre a estrutura fundiária. E, o segundo, vinculava-se a incipiente indústria gaúcha composta, sobretudo, por frigoríficos e indústrias de armazenamento e transformação de grãos (por exemplo, moinhos na produção de farinha) incapazes e/ou limitadas para absorver o grande fluxo de mão-de-obra oriunda da zona rural.

Neste contexto, o Rio Grande do Sul estava com excedente de mão-de-obra no campo, resultado de um processo de fragmentação das propriedades aliado a uma concepção religiosa, política e econômica das famílias numerosas (com muitos filhos) que acarretavam numa concentração demográfica sobre as pequenas propriedades rurais.¹¹⁴ Por outro lado, a indústria gaúcha ainda era pequena para o grande número de

¹¹⁴ Sobre a estratégia utilizada pela Igreja Católica para o grande número de filhos nas famílias, vejamos o depoimento esclarecedor e elucidativo de Nair Pilati durante entrevista (realizada em 03/04/2008): “Porque naquele tempo, para os padres, era tudo pecado, é por isso que às vezes eu fico com raiva. Agora, nós era castigada naquele tempo, tinha que ter um mundo de filho. Porque mulher que casasse tinha que ter obrigação de ter tanto filho? Tinha que ter tudo o que Deus mandava, porque os padre é quem davam em cima! Viu, se tu fosse na igreja, se tu fosse se confessar, porque naquele tempo tinha que se confessar sempre, dia de hoje a gente quase nem se confessa mais, mas, naquele tempo tudo era diferente, tinha que se confessar. Se tu evitasse um filho, nossa senhora! Acontecia que eles não te davam mais a comunhão da Igreja. Eu na época [década de 1970], era solteira, mas me lembro bem, eu morava lá em Faxinal [município estado de Santa Catarina], nos trabalhava na Olaria aquele tempo. Daí tinha todas as mulheres lá em redor, e tudo com os filhos já grande, cada uma tinha 2, 3, 4, daí veio os missionários naquele tempo, aquela vez vinham aqueles de Rio Grande [do Sul]. Então chegaram lá em Faxinal, deram em cima que nossa; de certo elas [as mulheres] foram se confessar, conta da família, né? Daí aconteceu de umas seis mulheres lá da comunidade não ganharam a comunhão, sete dia em que os missionários ficaram lá na igreja, naquele lugar. Todos os sete dias que eles tavam lá, elas tinham que freqüentar a igreja que daí depois elas iam ganhar a comunhão, se não, não dava comunhão, porque elas tavam evitando de ter filho; pra você ver como era uma vez. Ah! Mas dali a pouco tempo deu uma enxurrada de criança, tudo chegava barriguda, encheu de filhos naquele tempo. E, isso dava porque tinham aquelas que se cuidavam naquele tempo. Porque, naquele tempo a confissão tinha que ser tudo contado, se não, não era válido, né? Os padres então castigaram a turma de mulher (...). E, daí por causa dos padres que era assim, que tudo enchia as casa de filho, porque era pecado não ter filhos e, por isso todo mundo tinha família grande. Que naquele tempo não é que nem dia de hoje. Que naquele tempo era pouco que tomava comprimido, nem tinham, não tinha camisinha e, dia de hoje é diferente. (...) hoje a religião mudou, eles [os padres] não proibem tanto como antigamente. Claro que mudou a situação hoje do que uma vez. Hoje você vai na Igreja pra ver se tem o padre que dá em cima de cria tanto filhos, de que é obrigatório (...). Agora, falando nisso, uma vez que eu morava ainda ali na roça, 20 anos atrás [ano de 1987] que o falecido ainda tava vivo, veio os missionário de novo, veio de lá do Rio Grande [do Sul] (...). E, daí o missionário fazendo uma fala, ele fez essa pergunta: “Quantos filhos que um casal tinha obrigação de ter?”. Eu sempre me lembro daquele dia. Daí, tinha o meu compadre lá, o José Garcian, ele falou: “Quantos que Deus queria”,

migrantes que saíam do campo, não conseguindo absorver esse grande fluxo migratório de origem rural.

Padis (1981) corrobora com as explicações afirmando que as colonizações alemã e italiana geraram, no Rio Grande do Sul, um excedente populacional, em função principalmente do excesso da fragmentação das pequenas propriedades rurais, resultante da herança familiar e da pressão demográfica sobre a estrutura fundiária e, aliando a isso, pela indústria gaúcha ser incapaz de absorver esta mão-de-obra oriunda da zona rural. Por isso, esse *excedente populacional* gerado é condicionado a migrar para o Oeste de Santa Catarina, até os anos de 1930 e, para o Sudoeste e Oeste do Paraná, a partir dos anos de 1940.

A partir de 1940, portanto, desenvolveu-se o processo da chamada “ocupação efetiva” do Sudoeste do Paraná. Esse movimento de colonização está fundamentalmente ligado à migração espacial do capital e da população, em função do deslocamento de descendentes italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Ocorre, nesse sentido, um desdobramento social de sujeitos que se territorializaram na forma de pequenas propriedades familiares, artesanais e mercantis, materializando, assim, suas relações advindas principalmente do Rio Grande do Sul, desde o século XIX, no Sudoeste paranaense (SAQUET, 2006, p. 161).

Saquet (2006, p. 162), ainda, aponta que a migração gaúcha e catarinense estava intimamente ligada aos interesses do Estado e dos agentes do capital. Pretendia-se estrategicamente ocupar as áreas de fronteira e com isso aumentar a produção de alimentos a baixo preço para o mercado interno. Esse processo de reterritorialização de migrantes estava vinculado às pequenas propriedades rurais, na policultura e no trabalho familiar; estimulou-se o aumento de excedentes mercantis, ocorrendo, com isso, a valorização das terras e a subordinação de produtores agrícolas diretos ao comércio. Criaram-se, nesse sentido, redes de comunicação e circulação para conectar as cidades que foram surgindo, ajudando no seu crescimento, ocorrendo conseqüentemente a

que era tudo vontade do senhor, tá. Daí o missionário disse: “Não! Não! Não é quanto é da vontade do senhor. É da quantia que tu tem o poder de sustentar-lhe”. Se era um, dois, três, quatro era de acordo com o poder e a possibilidade do casal de criar os filhos. Então, o missionário não veio dizer que tu tinha que ter que encher a casa cheio de filhos, o missionário falou. Tu viu como que ele virou a religião, ele disse assim: “O poder que tu tem, tu tem que ter os filhos” (...). Mudou a forma, antigamente, no meu tempo que eu casei tudo tinha que encher as casa de filho, que era tudo pecado, tudo pecado. Bom naquele tempo que eu casei, olha como que era (...). naquele tempo uma mulher não podia casar grávida, era pecado, tu era excomungada se casasse grávida (...). Dia de hoje a mulherada casa grávida, tudo barriguda com filho no colo, os padres aceitam, não falam nada. Portanto, caiu tudo. Mas, antigamente não era assim com a gente. A mulher, pra ela bota vestido branco ela tinha que ser virgem, porque se não era um pecado grande. Olha então, o dia de hoje mudou tudo”.

expansão da urbanização no território. Essas mudanças transformaram a estrutura territorial do Sudoeste do Paraná, voltada, a partir de agora, para a “*forma-conteúdo*” implementada pelo Estado e pelos agentes do capital.

Neste contexto, esse *fluxo migratório* para o Sudoeste do Paraná dirigido (em parte) pelo Estado, foi chamado de *frente pioneira*. Para Martins (1997, p. 153), a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre *territórios novos*. Ela é caracterizada também pela “situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social”. Essa concepção de frente pioneira explicita a criação do *espaço novo*, da nova sociabilidade fundada no *mercado* e na *contratualidade* das relações sociais.

A frente pioneira é o espaço da migração, do conflito e da alteridade¹¹⁵. Os sujeitos que já estão ocupando a fronteira, índios, caipiras, caiçaras, caboclos e camponeses têm um tempo histórico diferente daqueles imigrantes que chegam ao lugar. Estes tempos singulares *se* refletem em um grande *choque* cultural, político e econômico, pois resultam em diferentes visões de mundo e *projetos* para o futuro. Assim:

Na fronteira, o camponês ainda vive relações econômicas, concepções de mundo e de vida centradas na família e na comunidade rural, que persistem adaptadas e atualizadas desde tempos pré-capitalistas. Ele, que ainda está mergulhado na realidade de relações sociais que sobrevivem do período colonial, se descobre confrontado com formas (...) [racionais] de atividade econômica (...). E subjugado por formas de poder e de justiça que se pautam por códigos e interesses completamente distanciados de sua realidade aparentemente simples (MARTINS, 1997, p. 16).

Nesse sentido, podemos perceber a realidade dissonante quando há o choque entre “duas populações distintas”, em seus modos de ser e fazer a vida. As relações entre estes sujeitos que “se encontram” na fronteira são complexas pelas diferenças de tempos e espaços vividos por cada grupo, pela forma que cada sociedade se organiza e busca reproduzir para sobreviver. Assim, segundo Raffestin (1993, p. 79), “o Estado, que visa o povoamento de uma região, de uma zona, talvez escolha a imigração se quiser realizar o seu programa num lapso de tempo dado. Nesse caso a escolha depende

¹¹⁵ Em Mondardo e Goettert (2007b), desenvolvemos a idéia que na frente pioneira é onde se encontram (se confrontam) e se desencontram espaços e tempos históricos diferentes, o espaço-tempo do caboclo, caiçara e do índio de um lado e, o espaço-tempo do “pioneiro” colonizador e “civilizado” de outro lado que, conseqüentemente resulta, no *choque* de concepções e visões de mundo diferentes.

do tempo disponível, da dimensão do espaço e dos meios”. Entende-se, portanto, que a migração é um fator presente na (trans)formação e nos confrontos dos espaços e dos tempos e, por extensão, dos indivíduos na/da fronteira. (Em item a seguir, iremos desdobrar melhor esta questão, através dos encontros e desencontros entre os gaúchos e catarinenses, *estabelecidos* e os caboclos *outsiders*).

Na frente pioneira, contudo, materializa-se a racionalidade econômica e a constituição formal e institucional das mediações políticas que se estabelecem visivelmente em todos os lugares e momentos da nova organização socioespacial. A mobilidade na frente pioneira se liga, deste modo, à reprodução ampliada do capital como também da atração de força de trabalho aliado aos contatos, ao choques, aos conflitos e as alteridades que se realizam através do encontro de racionalidades, de identidades e de culturas distintas.

É, portanto, dentro do contexto da expansão territorial da frente pioneira que a migração avança sobre o território paranaense e aumenta o contingente populacional de Francisco Beltrão e do Sudoeste do estado se apropriando do recorte espacial, especialmente, com agenciamento do Estado. Para se ter uma noção quantitativa da intensidade deste fluxo migratório, a população do Sudoeste do Paraná passou de 76.376 habitantes, em 1950, para 230.379 habitantes, em 1960, com 59% dessa população (119.787 pessoas) na área rural. A taxa de crescimento populacional no Brasil, nessa mesma época, era de 3,12%; a do estado do Paraná de 7,23% e a do Sudoeste, de 12,4% (FERES, 1990). Segundo Martins (1986b, p. 138), o estado do Paraná experimentou uma taxa de crescimento anual de sua população de 5,62% entre 1940 e 1950; 7,22% entre 1950 e 1960, e 5,00% entre 1960 a 1970. A mobilidade gaúcha e catarinense, nesse período, tinha como principal lugar de destino o Paraná.

Para Wachowicz (1987), foi nos anos de 1954-1955 que se inicia o grande afluxo de migrantes para o Sudoeste paranaense. O migrante *gaúcho* acelera sua participação, tornando-se *majoritário*. Entretanto, essa corrente migratória procedente do Sul do país, formando uma frente pioneira da colonização, não ficou restrita ao referido recorte espacial. Ela atravessa o rio Iguaçu e vai colonizar também as terras do Oeste paranaense. No Sudoeste paranaense, os migrantes procedentes dos estados sulinos (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) não tiveram uma distribuição homogênea de suas populações. As análises da distribuição espacial desses sujeitos por municípios revelam algumas *concentrações* desses migrantes.

Wachowicz (1987) levantou através dos cartórios municipais a origem dos gaúchos e catarinenses que se deslocaram para o Sudoeste paranaense, até a década de 1970. De acordo com o autor, os gaúchos se *concentraram* na área próxima da fronteira com a Argentina e adjacências, isto é, os gaúchos predominam na parte *ocidental e central*: Planalto, com 90,6%; Pérola do Oeste, com 86,1%; Capanema, com 79,3%; Pranchita, com 73,5%; Barracão, com 73,0%; Santo Antônio do Sudoeste, com 65,5%; Realeza, com 55,3%; Ampére, com 52,8%; Santa Izabel do Oeste, com 46,5%; e, Francisco Beltrão, com 40,0%. Os municípios de menor participação dos migrantes gaúchos estão a leste e centro da região: Chopinzinho, com 21,0%; Enéas Marques, com 27,3%; Salto do Lontra, com 24,2%; Coronel Vivida, com 29,5%; Nova Prata do Iguaçu, com 30,3%; e, São Jorge do Oeste, com 30,3% (WACHOWICZ, 1987, pp. 236-240).

Os catarinenses concentram-se na parte centro norte da região: Enéas Marques, com 52,6%; Salto do Lontra, com 48,5%; e Verê, com 37,6%. Os municípios com menor participação catarinense são Planalto, com 5,8%; Pérola do Oeste, com 7,3%; e Capanema, com 14,8%.

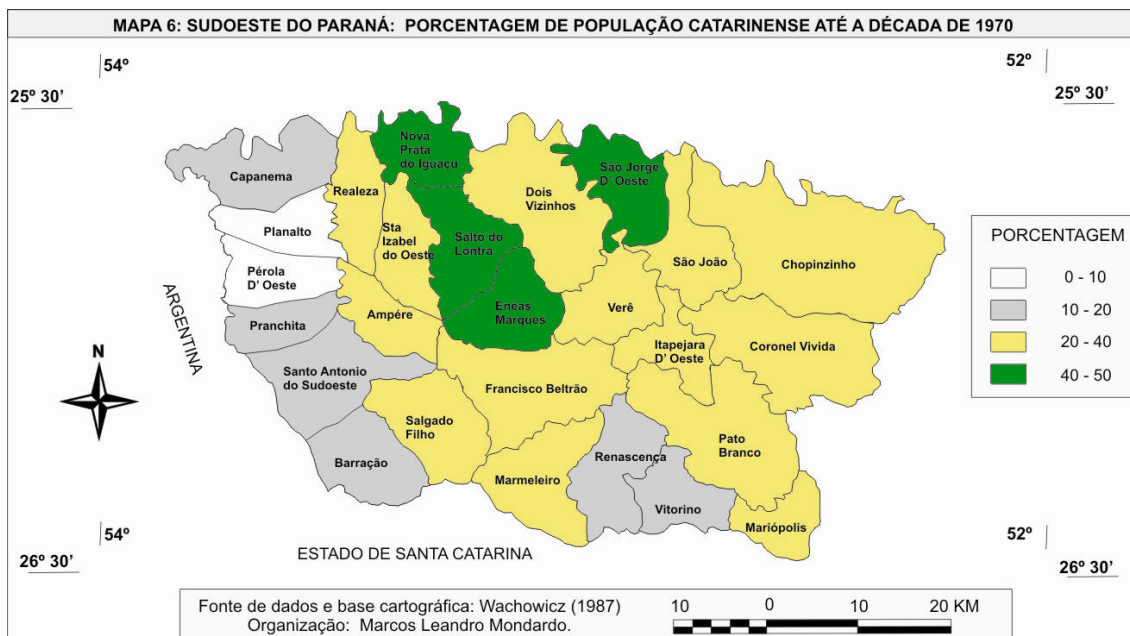
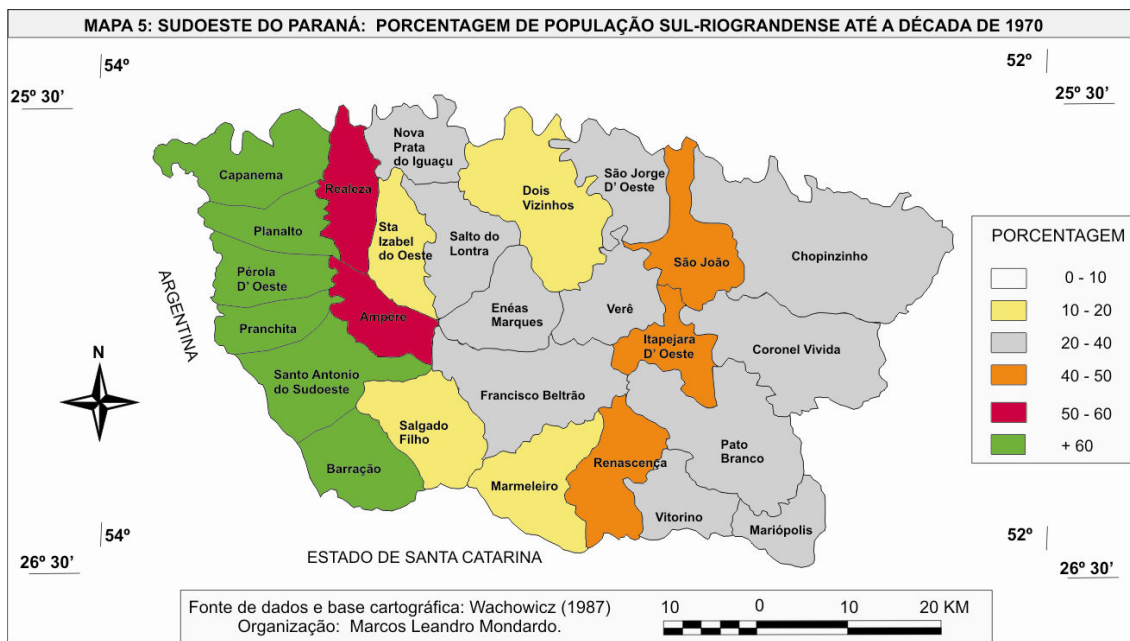
Analisando a procedência dessa população migrante por município de nascimento e que estão no Sudoeste paranaense, teremos, segundo o autor, o seguinte *panorama* por estado: em Santa Catarina, os municípios de Concórdia com 7,2%; Joaçaba com 7,2%; Chapecó com 5,1%; Campos Novos com 4,9%; Caçador com 3,8%; Orleans com 3,4%; Videira com 2,6%; Bom Retiro com 2,6%; Lajes com 2,4%; e, Araranguá com 2,2%; no Rio Grande do Sul os municípios de Erechim com 6,5%; Soledade com 6,2%; Passo Fundo com 5,8%; Lagoa Vermelha com 5,2%; Palmeira das Missões com 4,3%; Três Passos com 3,3%; Tenente Portela com 2,7%; Marcelino Ramos com 2,0%; Iraí com 2,0%; e, Sarandi com 1,8% constituíram os principais lugares de nascimento dos migrantes localizados no Sudoeste paranaense (WACHOWICZ, 1987, p. 240).

Para o autor, ainda, o Sudoeste paranaense, durante a frente pioneira, entre o período de 1940 a 1970, não se caracterizou como um território de atração significativo para as populações migrantes de outras regiões do Paraná; por isso, sobretudo, se deslocaram, para este recorte espacial, gaúchos e catarinenses.

Assim, o que parece explicar essa distribuição populacional nos municípios com mais gaúchos ou mais catarinenses seria, as redes sociais tecidas entre os lugares de origem e de destino; as informações colhidas através das entrevistas apontaram que,

normalmente parentes e amigos acabavam migrando (mesmo que em períodos diferentes) para os mesmos municípios. Logo, comunidades, povoados e/ou municípios foram sendo formados por sujeitos que, normalmente tinham alguma ligação de amizade e/ou parentesco, étnicas, identitárias e religiosas no estado de origem. Isso parece explicar, pelo menos em parte, a maior procedência de gaúchos ou de catarinenses em determinados lugares.

A seguir, nos mapas 5 e 6, representamos estes dados apresentados por Wachowicz (1987), demonstrando a *espacialização* da migração gaúcha e catarinense nos municípios do Sudoeste paranaense, até a década de 1970.



A geógrafa Lysia Bernardes (2007, p. 155), estudando o avanço das frentes pioneiras no Paraná, considera que a população do Sudoeste paranaense é, em sua maior parte, originária das zonas coloniais do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina, destacando-se os *elementos de origem italiana*, que *representam cerca de 60% do total*. Para a autora, com a criação, em 1943, da Colônia Agrícola Nacional General Osório, “avançou o povoamento até a zona conhecida pela denominação de Marrecas onde, em fins de 1948 a população já era de 4621 pessoas. Constitui-se aí uma frente pioneira ativa, avançando logo para oeste e para o vale do Iguaçu, ao norte” (p. 156). Deste modo, através deste crescimento populacional da região, a influência da cultura e etnia dos italianos, alemães e poloneses, nesse processo, foi imensa. Logo, os traços, as geografias e histórias impregnaram o território e se cristalizaram em suas atividades do trabalho, da festa, nas relações de vizinhança, de amizade e de parentesco.

Através (e em parte) da ação de agenciamento do território pelo Estado, com a criação de uma Colônia Agrícola, é que temos a apropriação territorial pelos migrantes gaúchos e catarinenses. O Estado atuou, aliás, no sentido de organizar o território com o exercício de um forte controle da população (que vai do controle político-disciplinar a da produção econômico-simbólica); no entanto, isso não impediu que pelo menos em parte, os migrantes no Sudoeste do Paraná desenvolvessem relações que fugiriam a esse controle estatal, como por exemplo, através da compra da terra sem, pelo menos no primeiro momento, da mediação do Estado e lutassem por melhorias de modo geral nas suas condições de vida.

Contudo, para Raffestin (1993, p. 39), o Estado é uma organização da sociedade: “a maior das organizações é o Estado, ele não é a única: as organizações canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais” e, nesse sentido, as organizações:

(...) “canalizam” quer dizer que obrigam a tomada de linhas de função determinada, quer se trate do espaço, concreto, geográfico, quer do espaço abstrato social; “bloqueiam” significa que agem sobre as disjunções, para isolar e dominar; “controlam”, ou seja, têm tudo ou procuram ter tudo sob o olhar, criam um “espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto”. (...) Domesticar é portanto encerrar numa rede, numa malha em que todas as partes estão debaixo do olhar. (...) O Estado só recorta o espaço em malhas mais ou menos cerradas por um única razão: deve encontrar a “malha” mais adequada para, levando em consideração os seus meios, “ver” o melhor

possível. *Só abre certas vias de comunicação e traça certas fronteiras por essa razão* (RAFFESTIN, 1993, 39, [grifos nossos])

Nesse contexto, podemos entender que o Estado, como uma organização da sociedade que utiliza os espaços de “fronteira” para dominação e apropriação de recursos naturais e humanos, se expressa através do poder¹¹⁶: “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. (...) a população, o território e os recursos” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). A *Marcha para Oeste* constituiu, sobre essa perspectiva, em uma *manobra* do Estado de dominação para produção de um novo território e sua organização na fronteira.

O Sudoeste do Paraná, nesse contexto, tornou-se um *novo território* com o processo de re-ocupação e transformação territorial impulsionada pela migração, através da criação e da rápida institucionalização dos núcleos populacionais em municípios, distritos e comarcas, assim como através da implantação rápida da rede de serviços urbanos básicos.

A CANGO acarretou, portanto, na instalação (através, sobretudo, das migrações) de um novo espaço-tempo no Sudoeste paranaense. Com a instalação da Colônia se transformaram, em grande medida, os contextos, as experiências, a população, enfim, as relações socioespaciais e a delimitação e agenciamento de novas relações de poder que construíram o território de Francisco Beltrão. O *projeto* provocou o *nascimento* de um *novo espaço-tempo*, ocasionado em grande medida pelas migrações e pelas novas relações que estes migrantes estabeleceram. Temos, com a vinda/chegada dos migrantes, uma *ruptura* com o *período* até então hegemônico, de ocupação/uso/apropriação e dominação consubstanciado pelos caboclos. Os migrantes trouxeram o *novo*: novas relações (de poder), novas experiências, novas situações, novas intenções, isto é, novas relações econômicas, políticas e culturais. Uma nova racionalidade e um outro modo de vida com um novo *projeto* civilizador do Estado do qual a migração gaúcha e catarinense para o Sudoeste paranaense fazia parte.

¹¹⁶ Entendemos, apoiados em Foucault (1985, p. 14), que o poder é uma relação e que “(...) os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismo a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. (...) Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação”. Também Raffestin (1993, p. 75) afirma que “Toda relação de poder coisifica o ser humano: este ‘não é’, ele é qualquer coisa que se ‘tem’, que não se tem, que se terá ou que não se terá”.

Com o agenciamento do Estado no território instalou-se um novo tempo-espaço no Sudoeste paranaense e, por extensão, de Francisco Beltrão, que denominamos de *período técnico*. O período de ocupação/colonização do território pelos migrantes gaúchos e catarinenses se deu por uma série de transformações, sendo uma das mais significativas a incorporação de novas técnicas ao território, novas próteses que impregnaram as relações para, especialmente, circular a produção e as pessoas e acelerar, assim, a reprodução das relações sociais e a acumulação do capital.

Nesse sentido, apoiados em Santos & Silveira (2006, p. 27), entendemos que o período entre 1940 a 1970 se caracterizou pelos *meios técnicos*. Para os autores, “A segunda grande fase é a dos diversos meios técnicos, que gradualmente buscavam atenuar o império da natureza”. Esse período é constituído pelas técnicas da circulação mecanizada e da industrialização balbuciente e, também, pelos primórdios da urbanização. Ocorreu, por exemplo, a construção de estradas de rodagem para a integração nacional do território e do mercado no Sudoeste paranaense, que trouxeram novas *grafias* e que deram novos ritmos e contornos ao espaço, enfim, que condicionaram novas territorialidades aos sujeitos. Assim:

(...) a invenção e difusão das máquinas e a elaboração de formas de organização mais complexas permitiram outros usos do território. Novas geografias desenham-se, sobretudo a partir da utilização de prolongamentos não apenas do corpo do homem, mas o próprio território, constituindo verdadeiras próteses. O período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado. São lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza, situações em que as possibilidades técnicas presentes denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 31).

Nesse período, portanto, o homem estruturou o território através da fixação de próteses técnicas para sobrepor o tempo-espaço de organização e de produção da natureza, como ocorria hegemonicamente no período dos caboclos, o período natural. Ocorreu a emergência do território mecanizado, o território das técnicas na produção e para a sobrevivência da vida. Estas novas técnicas e formas de organização complexas permitiram um novo uso do território, em que novas formas se fixaram e deram maior mobilidade *no e pelo* território.

Com isso circunscreveram-se, no território, no novo período, novas relações externas e internas. Estas se efetivaram em virtude de uma série de elementos novos que

se fixaram e que delinearam uma nova e mais híbrida forma de uso/apropriação do território. Surgiram várias estradas e cidades que fizeram com que o Sudoeste fosse interligado com outros lugares do Paraná e do Brasil. Com isso, a produção de alimentos pôde ser escoada e ainda novos produtos industrializados puderam ser trazidos para o território para a sua comercialização. Esse rompimento de barreiras espaciais com vias de circulação, propiciou que novas técnicas fossem implementadas na agricultura com a chegada de tratores, caminhões, automóveis etc., que implementaram um *novo tempo* para o *uso* do território. Houve, deste modo, uma série de mudanças significativas para que ocorresse um “novo” rearranjo e uma re-funcionalização no uso do território do Sudoeste do Paraná pelos migrantes gaúchos e catarinenses e pela atuação do Estado.

Assim, o projeto político/ideológico *Marcha para Oeste* se materializa simbólica, política e economicamente no Sudoeste paranaense, com a criação da CANGO e com a posterior criação/atuação no/do município de Francisco Beltrão, nosso recorte espacial para compreender as migrações. E, assim, com a criação/instalação da CANGO, o Sudoeste paranaense é *reinventado*, especialmente pelo discurso hegemonico estatal que buscou cristalizar e legitimar/acionar uma nova e atrativa região para receber migrantes, e será essa *reinvenção* da região para a migração que analisaremos no próximo item.

5.2 O “lugar do futuro”: a (re)invenção do Sudoeste paranaense entre 1940-1970

Compreender como que uma região¹¹⁷ muda seu significado no decorrer do tempo histórico é de suma importância para verificar como que a representação articula a *função* do espaço por interesses específicos, interligados em torno de *projetos* políticos e ideológicos que buscam legitimar e dar *novo sentido*, nova imagem, nova forma-conteúdo atrelada intimamente a um novo discurso, a uma nova forma de poder e de saber, que produz novas relações e uma nova ordem à região.

Neste contexto, pretendemos analisar, em seguida, o Sudoeste paranaense, no período de 1940 a 1970, enquanto o “lugar do futuro”, ou seja, enquanto uma *nova*

¹¹⁷ É importante assinalar, que a idéia de região enquanto uma representação do espaço, faz parte de uma produção e de uma invenção imagético-discursiva do real, isto é, o real e seus significados *imaginários* instituídos em uma parcela referencial do espaço.

representação do espaço que produz uma região atrativa para receber migrantes gaúchos e catarinenses de seus estados de origem. A reinvenção, na região em análise, é produzida enquanto uma *nova representação* do espaço, especialmente por um espaço representado a partir da idéia de “lugar do futuro” (de Vila Marrecas e posteriormente Francisco Beltrão) e pela suas qualidades “positivas”, para a vinda de novos e outros sujeitos, de uma região propícia para a reprodução do modo de vida (nem sempre igual em nível econômico e cultural) de gaúchos e catarinenses. Assim, a região Sudoeste paranaense teve reinventada a sua função e a recém criada Vila Marrecas nesse momento começou a surgir representada enquanto o “lugar do futuro”.

Contudo, é importante dizer que nem todas e todos os migrantes gaúchos e catarinenses reproduziam o mesmo modo de vida, pois existiam semelhanças e diferenças internas em relação as condições econômicas e até mesmo culturais que implicaram em tensões e disputas entre eles por terras, por melhores áreas localizadas e maiores extensões das mesmas, pela maior lucratividade de seus investimentos no novo território, pelo poder simbólico através de maior prestígio nas relações desenvolvidas dentre outros.

A região, entre o período de 1900 a 1940, representada como “sertão inóspito”, foi *inventada* tendo como pressuposto *suas* pretensas características “negativas”. No período de 1940 a 1970, a mesma região tem sua *função* transformada e foi reinventada a partir de novas qualidades – “positivas” – que são evidenciadas, acionadas, enaltecidas e mobilizadas enquanto *recurso* através de um discurso repetitivo, criador de clichês, de mensagens, de frases, de imagens, de enunciados, de formas de fazer ver e fazer crer, na construção de uma determinada representação de uma região “boa” para a morada, para o trabalho e o não-trabalho e para a festa de gaúchos e catarinenses. De sertão isolado, “inóspito” e de foragidos da justiça no período de ocupação cabocla, à terra do futuro, do progresso e da modernização agrícola, reinventada pelo discurso do projeto político/ideológico da *Marcha para Oeste*, do governo Vargas.

Por isso, para demonstrar a reinvenção da região neste período, utilizaremos, a partir de agora, as *falas dos migrantes*, pois foram nelas que percebemos a maior expressão e a cristalização dessa representação da região construída pelo discurso performático da *Marcha para Oeste*. Tais *falas dos migrantes* demonstram a insistência de frisar o Sudoeste paranaense como “lugar do futuro”, como um espaço que foi *nomeado* e *classificado* por um discurso que reinventou uma região, outrora “sertão inóspito” e não desenvolvida, como o lugar das novas e grandes possibilidades, das

oportunidades pretensamente inventadas/representadas enquanto “fáceis” para o acesso à propriedade da terra, à sobrevivência, à reprodução de um modo de vida assentado na pequena propriedade rural.

Pretendemos questionar, portanto, os espaços como são vistos e como que são enunciados os discursos produzidos, como são falados e direcionados e *quem os fala*, quem os produz e para que fim. Tentamos apreender, a partir do Sudoeste paranaense no período de 1940 a 1970, uma nova *geografia da distribuição espacial dos sentidos* e de poder, dos significados e das *funções* da representação, pensando as espacialidades como acúmulo de camadas discursivas e de práticas sociais, apreendendo, deste modo, a reinvenção da região por um novo discurso imagético-textual hegemônico que se cristaliza a partir de um *projeto*, a partir de uma luta, de uma disputa, de uma nova forma de ver a região que se torna hegemônica; no caso da região Sudoeste paranaense, de um “lugar do futuro”, aberto a muitas oportunidades e a uma forma nova de fazer a vida, mas uma forma que se quer hegemônica, pautada sobre o progresso, como o discurso oficial homogeneizou.

A reinvenção enquanto nova e/ou outra representação do espaço foi uma *inversão* de sentido que busca reverter e/ou recriar a teia de poder imagético-discursiva; foi uma nova estratégia discursiva de produção de uma imagem, de um novo espaço-tempo, de uma nova região. Para Albuquerque Júnior (2001), a reinvenção de uma região é produto da *emergência* de uma nova sensibilidade carregada e/ou representada por uma nova produção/formação discursiva, pois:

(...) a *emergência de uma nova idéia de região nasce apenas da mudança na sensibilidade em relação ao espaço*, da mudança entre o objeto, à região e o sujeito cognoscente; mas esse novo regionalismo nasce da mudança mais geral na disposição dos saberes, a qual provoca, inclusive, *a mudança nas posições recíprocas e o jogo do conhecimento*. Mudança esta não apenas na forma de olhar para o referente, este espaço fixo, mas a emergência de um novo modo de olhar e um novo objeto para ser visto. A esta mudança geral na disposição dos saberes chamamos de *emergência de uma nova formação discursiva* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 48, [grifos nossos]).

Buscamos perceber, deste modo, nas falas dos migrantes gaúchos e catarinenses, como determinados enunciados re-inventaram uma *imagem* da região e se produziram e se cristalizaram como representação deste espaço, como sua “essência”, como sua “verdade absoluta” em um período, especialmente, para convencimento no *ato da*

migração no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina para o Sudoeste paranaense. O poder e o saber de produzir repetitivamente uma região a partir de um discurso onde as oportunidades eram grandes, foi um dos grandes *estímulos*, também, para a vinda dos migrantes. Foi uma maquinaria de poder: do poder imagético-discursivo de *mobilizar* a mobilidade espacial da população.

Neste sentido, com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório, o Estado Novo buscou estimular através do projeto *Marcha para Oeste* a vinda de migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, principalmente, como desdobramos anteriormente. A vinda de, em sua maioria colonos para a região Sudoeste paranaense – onde estava sendo “distribuída” terra –, resultou, também e muito da *propaganda* desencadeada pelo governo federal para atrair migrantes que estivessem “desejosos” em adquirir terras e tornarem-se proprietários.

Cabe assinalar que Vargas, de acordo com Oliveira (1999), desde que assumira o governo federal, criou formas/dispositivos de *comunicação e informação* voltadas para construir uma *nova imagem* da sociedade, sendo a maior delas o *rádio*. Como afirma Lenharo (1986a, p. 40), “dos dispositivos utilizados em larga escala, o rádio foi o principal deles pelo clima e pelo teor simbólico que alcançara entre emissoras e ouvintes”.

Através do apelo no rádio ao desbravamento, à colonização e ao resgate da brasilidade e do sentimento nacionalista, Vargas buscou *legitimar* a *necessidade* das pessoas *migrarem* e estarem dispostas a trabalhar. Nesses discursos, através do rádio, o trabalhador brasileiro foi o ponto central:

O rádio permitia uma encenação de *caráter simbólico e envolvente*, estratégias de ilusão participava e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional. *O importante do rádio não era exatamente o que era passado e sim como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes*. Efeitos sonoros de massa podiam atingir e estimular a imaginação dos rádio-receptores, permitindo a integração, em variados tons entre emissor e ouvinte, *para se atingir determinadas finalidades de participação política*. Vargas, quando se referia ao rádio, apontava para a sua importância enquanto meio de educação cívica ao mesmo tempo que informador das diretrizes do governo e do alcance de suas medidas (LENHARO, 1986a, pp. 40-41, [grifos nossos]).

Imagens foram ricamente elaboradas e pensadas através do rádio, como operadores simbólicos e constituíram um dos recursos largamente utilizados pelo Estado

Novo. Esse recurso atendia a uma finalidade imediata: por meio de imagens veiculava-se com rapidez e precisão o recado que se visava transmitir. E, a *Marcha para Oeste*, como projeto de convencimento e mobilização de pessoas, foi um grande exemplo dessa tática e estratégia de poder.¹¹⁸

No Sudoeste paranaense, a partir da década de 1940 e com a criação da CANGO, o governo utilizou-se da propaganda como arma para a mobilização de gaúchos e catarinenses e sua migração. Segundo a socióloga Iria Zanoni Gomes (1986), para estimular a migração de gaúchos e catarinenses, o Estado realizava inúmeras propagandas utilizando as rádios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, especialmente vinculadas nos programas de músicas gaúcha e sertaneja. A promessa da terra gratuita, a ideologia do trabalho, o sentimento identitário do nacionalismo mítico de *ser brasileiro*, formaram, sobretudo, os recursos simbólicos mobilizados, através do discurso, para a migração, pois, com:

O sistema de pequena propriedade adotado na colonização, *sem ônus* para o agricultor, com um serviço de infra-estrutura e assistência de saúde e educação totalmente *gratuitos*, aliado a uma *forte propaganda* que se fazia no Rio Grande do Sul, *atraiu* em poucos anos milhares de famílias para a região [sudoeste paranaense] (GOMES, 1986, p. 19, [grifos nossos]).

O discurso possibilitava recrutar pessoas a migrarem para o Sudoeste paranaense no movimento da “cruzada” rumo ao Oeste. As descrições sobre a região procuravam dar forma-conteúdo através das “palavras mágicas” que eram proferidas pelo rádio. Desse modo, nenhum outro recurso de propaganda tornou-se tão rico e eficiente quanto esse “esforço” de “desbravamento e colonização”, criado pelo “poder simbólico discursivo” de Vargas.

A propaganda foi, portanto, uma das formas de atrair os colonos. De acordo com os *depoimentos* dos *migrantes* que obtivemos nas entrevistas, o que os incentivou a vir para a região foi, também (e, em alguns casos foi o principal condicionante), a propaganda feita pelo governo federal acerca da doação de terras na CANGO. Vejamos o papel da rádio e da propaganda na fala de um migrante gaúcho entrevistado:

¹¹⁸ Como sublinha Lenharo (1968b, p. 56), “a ‘cruzada’ da Marcha para Oeste, seja no plano discursivo, seja no plano das justificativas administrativas, constitui um precioso exemplo da fabricação de imagens. (...) a Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização”.

Tu sabe, né? A propaganda é alma do negócio, já dizem, né? Então, Marrecas [atual município de Francisco Beltrão] naquela época ficou afamada; aqui diziam que eram muito bom. (...) A CANGO tava se instalando aqui, e tinha propaganda do Paraná na rádio, que ganhava terra de graça, que tinha um monte de ajuda; aqui era o melhor lugar do mundo, até parecia, né? (risos). Aí muita gente veio assim pela propaganda, né? Nós viemos assim: eu escutei no rádio aquelas propaganda do Paraná e resolvi aventurar; vim na frente, comprei terra e, depois, trouxe a família (...) (Antonio Mendes).

É interessante observar como que as representações da região Sudoeste paranaense, efetivadas pelo rádio na época, mobilizaram as pessoas. A reinvenção da *função* da região, portanto, foi efetivada a partir de uma nova e forte construção imagético-discursiva e de poder. A nova representação do espaço se tornou hegemônica e criou, assim, a “necessidade” da mobilidade pela *atração*. Outro migrante nos falou que:

Meu pai ouvia muito rádio, naquele tempo era ali que se sabia as notícias; (...) aí estavam só falando do Paraná, eu me lembro; as propagandas do rádio diziam que aqui tinha terra, que tava dando, que aqui tinha mais progresso, tinha mais espaço pra se viver; aí meu pai veio, ele e mais um vizinho de lá do Rio Grande [do Sul], conseguiram terra aqui e a família veio depois; (...) mas, foi pelo rádio que a gente tinha as informações aqui do Paraná (Pedro Miller).

Assim, o discurso toma uma centralidade importante, pois a região foi “levada” através da informação pelas ondas do rádio para os gaúchos e catarinenses; a região foi informada através do rádio para estimular e convencer as pessoas a migrarem. O discurso se cristalizou e virou a prática, ou seja, a prática da política migratória do Estado se efetivou a partir de um conjunto de situações em que a propaganda, através de produções de imagens pelas “palavras mágicas” que o poder simbólico, construiu sobre o Sudoeste paranaense neste período. Como sublinha Lenharo (1986a, p. 18), “não há porque dissociar retórica da prática, nem tomar o discurso como adiantado as possibilidades concretas”, pois o “discurso não caminha à parte da prática; ele é parte constitutiva e necessária da política se engendrando” no espaço e no tempo. Através do discurso podemos verificar como que o poder político se engendrava e se materializava no Sudoeste paranaense através das ações mobilizadas pelo Estado Novo, através do projeto estadonovista *Marcha para Oeste*.

Neste âmbito, foi recorrente nas falas dos migrantes aparecer a região Sudoeste paranaense, durante o período de 1940-1970, como o “lugar do futuro”, “qualificada”

pela positividade do pretense acesso (nem sempre) fácil e gratuito à terra, da aventura, das novas oportunidades etc. Vejamos o que uma migrante da época nos relatou:

Um tio nosso que estava aqui em [Francisco] Beltrão, ele foi nos visitar lá no Rio Grande [do Sul]; ele disse que aqui [em Francisco Beltrão] era bom, bom, bom... de viver. Minha nossa! A quantia que esse homem elogiou aqui o lugar para convence a gente vim morar pra cá. (...) Ele tava meio sozinho aqui [em Francisco Beltrão] sabe? Acho que queria companhia e, como a gente se dava muito bem lá no Rio Grande [do Sul], era vizinho de antigamente, então ele foi pra lá e convenceu nós a vim também. (...) Aqui ele dizia que tinha muita terra e muito barata, comprava a preço de banana (risos). (...) Aí, foi... até que ele convenceu nós a vim. Dizia que aqui era um lugar muito bom pra fazer futuro, tinha muita terra pra trabalhá; aí meu marido veio com ele, comprou uma terra barata aqui e viemos depois de mudança (Otilia Antonello).

Quando os primeiros migrantes gaúchos foram chegando ao Sudoeste paranaense, a partir, sobretudo, da década de 1940, foram sendo tecidas redes de relações sociais entre os lugares de origem e de chegada na migração – entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na medida em que os primeiros migrantes foram recebendo os lotes da CANGO e/ou comprando lotes de terras e se fixando na região, estes enviavam notícias aos parentes e amigos contando como era o lugar, confirmando o recebimento de terra gratuita e/ou confirmando o baixo preço para compra das mesmas e incentivando outras pessoas a migrarem para a região. Os primeiros migrantes tinham cristalizado em suas falas o discurso estatal da positividade do “lugar do futuro”, do “lugar novo”, das novas oportunidades, do trabalho e da terra gratuita; da construção de um novo tempo-espço.

O Jornal de Beltrão também demonstra como a Vila Marrecas era comentada no Rio Grande do Sul no período:

No começo da década de 1950, a vila Marrecas era muito comentada no Rio Grande do Sul; muitos eram que elogiavam o Paraná. Em Roca Salles, distrito de Estrela, próxima a Porto Alegre, moravam os irmãos Nelson, Carlos e Ernesto Sanderson. Ernesto gostava de viajar e veio conhecer Marrecas. Ele motivou Nelson a vir à Vila, pois aqui havia boas possibilidades de trabalho e prosperidade, era aonde se podia fazer um futuro melhor. Ao chegar, teve o primeiro problema. Ernesto queria morar em Marmeleiro. Alegava “porque tem luz”. Mas Nelson convenceu-o a ficar com o argumento de que a vila iria crescer muito e teria grande futuro (JORNAL DE BELTRÃO, 03/12/1991, p. 9).

A construção imagético-discursivo da Vila Marrecas e, portanto, do Sudoeste paranaense, estava ligada às “boas possibilidades de trabalho e prosperidade”; era o “lugar onde o futuro seria melhor”; era a “vila que iria crescer muito e teria grande futuro”. Ou seja, a construção discursiva cria uma “atmosfera positiva” para a migração, reinventando uma representação do espaço criando um “clima eufórico” e altamente “positivo” para a mobilidade, para a troca de lugar.

Também, em outra entrevista, podemos perceber a intensidade e a força da reinvenção da representação da região, com suas “qualificações”, com seus recursos simbólicos que tornavam o dizível visível para atração dos migrantes:

Nós viemos, porque o meu pai tava loco pra vir pro Paraná; ele colocou na cabeça que queria vim pra cá. Aí, sabe né? Alguns vizinhos ali de Santa Catarina vieram; nós morava em Xanxerê, né? Aí, diziam que aqui era o lugar do futuro, que quem tinha vindo tinha se dado bem, aí, meu pai veio na frente, olhou uma terra, gostou daqui e comprou. (...) Mas tinha muita propaganda do lugar aqui [Francisco Beltrão] (Delina Pagnol).

Através da informação levada pelas redes de relações sociais a região foi sendo informada, classificada e nomeada pelas suas qualidades “positivas” que mobilizaram e criaram uma “atmosfera” que estimulou a vinda de migrantes. O espaço foi re-representado através de discursos e imagens construídas no rádio e/ou tecidas nas redes de relações sociais que modificaram a função e os sentidos, apresentando a região de outra maneira nesse período: de “sertão inóspito” no período anterior (1900-1940), a “lugar do futuro” (1940-1970): eis a reinvenção da representação do espaço.¹¹⁹

Em outra conversa que realizamos com outro migrante, podemos verificar explicitamente como que a região foi reinventada outrora, de “sertão inóspito e atrasado”, para “lugar do futuro” tornando-se hegemônica e parte integrante dos discursos produzidos pelos sujeitos que vieram para o Paraná:

(...) antes, quando falavam de Paraná, a gente fazia o sinal da cruz (faz com gestos o sinal da cruz em seu corpo); aqui não tinha nada, era só sertão! Meu Deus! Depois, sabe? Foi mudando; o pessoal começou a vir do Rio Grande [do Sul] pra cá, começou a mudar; o pessoal dizia que aqui tinha futuro, que tava ficando bom para se viver, que podia construir uma vida melhor; aí começou o Paraná a ser o melhor lugar,

¹¹⁹ Como afirma Lefebvre (1983, p. 19), “La re-presentación es, pues, presentación, pero debilitada y aun ocultada”.

né? Muita gente veio pra cá depois. (...) É, mas no início ninguém queria vir, não tinha nada, né? (Abílio Faquinaldo).¹²⁰

Podemos apreender, deste modo, a reinvenção da região através da inversão do sentido e da função da representação do espaço. De sertão que causava “espanto” pelo seu “atraso”, ao lugar onde o futuro se mostrava como uma grande oportunidade, como expressado no depoimento de Abílio. De acordo com Almeida (2003, p. 71), o espaço, além de produto das atividades humanas, tem múltiplas *valorizações* e, por isso, o espaço pode ser “considerado como o lugar onde os homens e mulheres, ideologicamente diferentes, procuram impor suas representações, suas práticas e seus interesses”. Cada espaço, tornando-se social está impregnado por representações que impõe sempre (novas) intenções, significados e símbolos, como expressado na fala do migrante: “era sertão, não tinha nada”, a “lugar bom para construir a vida”.

As representações do espaço, mais que *coladas* ao real, são o próprio real se fazendo no movimento e funcionam através de ideologias.¹²¹ Ainda, para Almeida (2003), as representações são fundadas sobre a aparência dos objetos e não sobre os objetos sem si. São criadas para expressão do real no bojo de uma ideologia. As representações socioespaciais são “sistemas de interpretação, [e] também regem nossas relações com o mundo e os outros, orientam e organizam os comportamentos e as comunicações sociais e interferem na definição de identidades pessoais e sociais” (p. 72).

Neste sentido, o que percebemos foi que houve, com a reinvenção do Sudoeste paranaense, uma mudança, através da representação, da apreensão do *status* do real; a *forma* como a região foi modelada através de um novo discurso:

(...) as representações espaciais centram-se sobre as modalidades de apreensão do mundo e do *status* do real, isto é, o problema da adequação entre a realidade, o que nós percebemos e nossos discursos sobre a realidade. É através de um conhecimento das representações das pessoas que é possível captar toda a riqueza de valores que dão sentido aos lugares de vida dos homens e mulheres; pelas

¹²⁰ Esta entrevista foi realizada no ônibus da Unesul, durante viagem de Dourados/MS a Francisco Beltrão/PR quando, na oportunidade, por surpresa do *acaso*, viemos sentados ao lado do senhor Abílio Faquinaldo, morador de Francisco Beltrão que estava se deslocando de Campo Grande – onde residem seus filhos – e nos informou que migrou para o Paraná no período em análise, sendo que o mesmo, durante a viagem, nos relatou preciosas informações, em conversa agradável, durante o percurso da viagem.

¹²¹ Para Lenharo (1986b, p. 16), a imagem “dirige-se politicamente ao que interessa, sem a necessidade de precisá-lo, de demonstrá-lo; o convencimento é alcançado por outras vias, à margem das tensões ideológicas e das contradições que uma definição comporta”.

representações também é possível entender a maneira pela qual as pessoas modelam as paisagens e nelas afirmam suas convicções e suas esperanças (ALMEIDA, 2003, p. 71).

Assim, as representações são sistemas de construção/interpretação de espaços para dotá-los de significados e intenções, de *esperanças* nos novos lugares na migração! E, neste contexto, verificamos o que Maria Amélia Panhan, hoje moradora aposentada em Francisco Beltrão, nos informou:

Naquela época, sabe? Todo mundo dizia que Marrecas [atual município de Francisco Beltrão] tava se tornando um lugarzinho bom pra morar; que tinha terra pra gente trabalhá; lá [no Rio Grande do Sul], nós tava desacorsoado, tinha poca terra, nós tava cansado de trabalhar naquele lugar e aqui [Francisco Beltrão] o pessoal dizia que tava bom, que o Paraná não precisava nem trabalhar, que tinha tudo pindurado nas árvores (risos), que era tudo fácil aqui (risos). Meu sogro naquela época dizia desconfiado quando nós viemos: “Não existe lugar que as coisas vêm sem trabalhá”; mas, como tinha gente que dizia que aqui era bom, então, a gente veio. Compramo um pedacinho de terra aqui no interior de [Francisco] Beltrão, aqui na Linha Gaúcha, conhece? (...) E, começamo a fazer a vida de novo, começamo a trabalhar aqui, mas no começo foi muito difícil. Aqui tivemos que trabalhar muito no início, não era fácil a vida naquele tempo (Maria Amélia Panhan).

O que a fala aponta, sobretudo, são as *contradições* entre o discurso do “lugar de futuro” e as condições-vida no próprio lugar de origem do migrante, ou seja, a fala do migrante e as contradições que apresentava a representação hegemônica do novo espaço que buscava convencer e condicionar a migrar, especialmente, em função do “lugar de futuro” ser a terra do não-trabalho. É interessante observar, também, que esse depoimento deixa “cair por terra” à representação hegemônica do migrante (sulista) gaúcho e/ou catarinense trabalhador, pois, muitos *podem* ter migrado, como foi informado nessa fala (inclusive, muito recorrente nas entrevistas que realizamos pois se transformou em um clichê) em função do condicionante *não-trabalho*, ou, pelo menos, de menos trabalho do que o praticado no lugar de origem. O “ideal de trabalho” nem sempre foi o elemento central para a migração, participaram também os desejos e vontades de mudar para um lugar em que o esforço seria menor para sobreviver e até mesmo e com certo exagero “enriquecer”.

Assim, a fala de Maria Amélia Panhan acabou desmistificando que gaúchos e catarinenses migravam, sobretudo, em busca de trabalho, de lugar e/ou de terra para

trabalhar. Como verificamos, estes migravam também pela representação do lugar do não-trabalho. Essas contradições entre migrar para o trabalho e para o não-trabalho fazem parte de um conjunto de *estratégias* de saber e de *poder* utilizadas e difundidas através das redes de relações sociais entre migrantes e não migrantes para criar um efeito simbólico e mobilizador para a mobilidade espacial de gaúchos e catarinenses.

A reinvenção da representação do espaço regional foi, neste sentido, realizada por meio da fratura, da quebra, de uma nova identidade, de uma nova forma de ver que se busca implantar através de um poder e de um saber. Pensar a região é requer vê-la, e vê-la não é olhar para sua empiria amorfa, variada e colorida, mas (re)inventada/produzida, organizada e controlada a partir de uma dada visibilidade com discursos e imagens que sejam consideradas sintéticos, imagens e discursos que remetam a uma pretensa essência, imagens e discursos simbólicos, direcionadas e que serão instituídas com o seu vir à luz, como a “face” da região.

Segundo Albuquerque Júnior (2001, p. 24, [grifos totais do autor]), “*a região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço*”. Na luta pela representação hegemônica de um discurso sobre um espaço, há a imposição sempre de novos sentidos e, como considera o autor, “a região é um botim de uma guerra” pela imposição e legitimação de uma (nova) representação do espaço.

Em outra entrevista, a descendente de italianos Gema Dilsa Pramim, que migrou para Francisco Beltrão na década de 1940, nos disse, também, que o Paraná estava sendo muito comentado no Rio Grande do Sul como o lugar que tinha “salame, queijo, tudo pendurado nas árvores”:

Olha, naquele tempo todo mundo falava do Paraná, que o Paraná era onde se podia crescê, que tinha bastante terra, que tinha bastante trabalho. (...) Mas, tu sabe os italiano, a gente que era descendente de italiano falavam do Paraná; falavam lá no Rio Grande do Sul que o Paraná tinha tudo, salame, queijo... que tinha tudo pindurado nas árvores, que era só vim pegar, que aqui não precisava trabalhar (risos). Olha, o que era gavano esse Paraná naquele tempo, você nem imagina. (...) Claro que a gente sabia que não tinha isso, mas, sabe? O povo falava; aí vinham pra cá e acabavam comprando terra; uns vinham trazendo outros, sabe? (...) A terra era muito barata naquela época, quando viemos em [19]49 aqui a terra era praticamente de graça, aí o povo também veio por isso (Gema Dilsa Pramim).

Como reproduzido neste depoimento, foi recorrente e repetitivo, especialmente, entre os descendentes de italianos por nós entrevistados, que aqui no “Paraná tinha salame, queijo e vinho, tudo pendurado nas árvores, era só vim pegar”, “que aqui não precisava trabalhar”. É claro que no início recebemos com muita *desconfiança* essa fala, mas, analisando mais a fundo e a partir da repetição constante durante as entrevistas deste tipo de afirmação, percebemos que alguns clichês se reproduziram, embora, é claro, como esse, de forma extremamente exagerada. Entretanto, isso demonstra que através de discursos repetitivos a região foi sendo reinventada e o (Sudoeste do) Paraná foi se tornando o lugar onde “tudo era fácil” para aqueles que migrassem, pois não precisava trabalhar e “tudo estava pendurado nas árvores e ao alcance das mãos”. Através de um discurso *mítico*, ou seja, do lugar que ideologicamente não precisava trabalhar, ou, talvez, onde não precisava trabalhar muito, é que a representação do espaço se difunde e se reproduz em suas múltiplas dimensões, pois, de acordo com Lefebvre (1983, p. 26), “a representação se situa no eixo social, psíquico, político”.¹²²

Percebemos, então, na fala da migrante, que o Sudoeste paranaense é representado como um lugar onde se encontra/consegue as coisas com facilidade. Através de uma ideologia da facilidade que se *pode* encontrar na região, o real é dissimulado, como afirma Lefebvre (1983, p. 31).¹²³ São re-inventados o seu sentido e a sua função para o alcance de um determinado objetivo e situação por uma ideologia, no caso do depoimento da migrante, a do não-trabalho.

Logo, a ideologia está intimamente associada à representação, como ressalta Marilena Chauí:

(...) os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas (CHAUÍ, 2001, p. 9).

Neste sentido, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais e representações diferentes. Se o

¹²² No original: “La aceptación de lo representativo como hecho social, psíquico, político”.

¹²³ No original: “lá ideologia disimula lo ‘real’”.

Estado Novo apregoava, através da *Marcha para Oeste*, uma política de expansão territorial pela migração e pela *sobrevalorização* do trabalho para atrair gaúchos e catarinenses para a região, os migrantes, por sua vez, reconfiguraram os discursos e reinventaram uma região miticamente onde o não-trabalho foi também o condicionante de atração para a migração. Como reitera Albuquerque Junior (2001), uma construção discursiva *pode* fazer ver uma determinação representação espacial ou, pelo contrário, *pode* fazer ver outra forma de representação do espaço que não a buscada, que não a pretendida, o que, no caso de alguns migrantes descendentes de italianos que entrevistamos, o não-trabalho participou com um dos motivos para que migrassem para Francisco Beltrão. Isso demonstra, em parte, um pouco desta mudança na apreensão da representação de uma região, do *status* do *real*.

Deste modo, como afirma Foucault (1988, p. 65), o poder de representação de um objeto figura através da designação das palavras, se revela através do poder de ilustrar uma região, de criar uma imagem, que figura sempre através de uma luta entre discursos; discursos que se instituem como verdades, com palavras mágicas (como na acepção de Bourdieu [1998]) e que tornam o discurso susceptível de construir e dizer a verdade.

O Sudoeste paranaense reinventado neste período é, em grande medida, fruto da terra gratuita e/ou barata, da terra do trabalho, do não-trabalho e do progresso; produto de discursos, bem como de práticas que paulatinamente instituem-no e que dão vida e um novo sentido, que criam nova função a um recorte espacial específico. A reinvenção como nova forma de dizer e ver o espaço é produzido através de imagens e textos, que alcançaram tal nível de consenso hegemônico (sempre através de uma luta de poder) e formas agenciadas pelos mais diferentes grupos que se tornaram “verdades regionais”, *axiomas* que impregnam os sujeitos e a materialidade (concretude) socioespacial.

Assim, o que buscamos demonstrar aqui foi como a região mudou através do tempo e no espaço sua função, seus significados. Como afirma Silveira (2003, p. 410), nas regiões “criam-se e recriam-se formas materiais e sociais. Daí a necessidade de captar não apenas as formas mas também a vida que nelas se desenvolve. A cada novidade da história, a extensão e os limites do fenômeno regional mudam”. No Sudoeste paranaense os períodos impõem novas formas, instituem novos *status* no real, criam novos conteúdos para representar a região e instituí-la com novas “verdades” que se tornam hegemônicas, como as do “sertão inóspito” ao “lugar do futuro”.

A representação, portanto, do Sudoeste paranaense, instituiu um espaço regional com determinados conteúdos a partir de um conjunto de relações sociais. No entanto, como afirma Doreen Massey (2008, p. 53), “qualquer representação – e, da mesma forma, qualquer espaço – é uma tentativa de constituir a sociedade, não de declarar o que ela é”. Logo, para a autora, uma representação não é “espaço”, é uma representação do espaço. O Sudoeste paranaense se instituiu, neste período, como “lugar do futuro” engendrado por um discurso político e *mítico* em que o *status* e as “qualificações” não constituem o “espaço”, mas são a sua representação espacial dotada de intenções, ideologias, funções e significados.

5.3 A mobilidade gaúcha e catarinense e o território-rede: da des-territorialização à transterritorialidade

A partir da década de 1940, sobretudo, gaúchos e catarinenses desterritorializaram-se de seus estados de origem em busca de terras, de sonhos, de *aventura*, de trabalho e de não-trabalho no Sudoeste paranaense. Vieram de carroça, a cavalo e de caminhão com suas mudanças, famílias inteiras, sobretudo, com o sonho/objetivo, em sua maioria, de obter um *pedaço* de *chão* para reproduzir seu modo de vida assentado, especialmente, na pequena propriedade familiar. Também, nesse processo vieram – porém, em menor contingente – trabalhadores urbanos tais como médicos, dentistas, açougueiros, motoristas, administradores, mecânicos etc.

A des-territorialização de gaúchos e catarinenses constituiu, deste modo, no *desenraizamento* dos *hábitos* construídos em seus municípios em que estavam localizados, e onde praticavam e se faziam através de suas atividades, das suas relações de amizade, de parentesco, da territorialidade no pedaço de chão conhecido, no chão reconhecido enquanto pertencente, enquanto inerente ao *sujeito*.

A atuação do Estado foi importante para a mobilidade gaúcha e catarinense; foi um dos elementos estimuladores/intensificadores da des-territorialização. Esta também contou com as *redes de relações sociais*: os primeiros migrantes que chegavam ao Sudoeste paranaense e que foram percebendo a possibilidade de obter terras e de “fazer a vida”, voltavam para seus estados de origem de onde traziam seus familiares e amigos em busca de terras, de esperanças e da reprodução de um modo de vida. A disponibilidade de terras “ofertadas”, a “ajuda” do Estado, as propagandas e as densas

matas com muita madeira (principalmente araucárias) que poderiam ser vendidas e a aventura na mudança de lugar, *atraíram*, em grande medida, a chegada de inúmeras famílias de gaúchos e catarinenses para o território.

Por isso, iremos analisar agora o papel das *redes* de relações sociais no processo des-re-territorialização dos colonos, ou seja, para a construção de um *território reticular* através das redes de relações sociais de amizade, de parentesco etc., a partir de *trajetórias individuais*. Para Scherer-Warren (2007), as redes de relações sociais são aquelas formadoras de *ações coletivas* a partir da *interação em rede*, desde as redes mais “próximas”, formadas no cotidiano, as redes *primárias*, até as redes *secundárias*, aquelas formadas em função da “distância” e/ou em função da *ausência*, vinculadas à amizade, parentesco, religião e vizinhança, por exemplo.

A seguir, na foto 6 e 7, apresenta-se imagens da *chegada* de migrantes a Francisco Beltrão, de carroça e de caminhão na década de 1950.

Foto 6: Chegada de migrantes de carroça a Francisco Beltrão – 1953



Fonte: Elza Comunello (acervo pessoal).

Foto 7: Migrantes na balsa após chegada de caminhão a Francisco Beltrão – 1955



Fonte: Amábili Rosseto (acervo pessoal).

Para Gislene dos Santos (2007), as redes sociais na migração são importantes, pois possibilitam apreendemos a *experiência cotidiana* dos que saem de um lugar para o outro, a variabilidade de suas práticas sociais, as *estratégias* e os *recursos* que disponibilizam, os *contatos tecidos* no trajeto da migração, as relações da sociabilidade entre os migrantes e as articulações internas e externas ao seu grupo de familiares; relações que se apresentam, na maioria das vezes, ausentes das análises macro-estruturais. O estudo de redes sociais possibilita, ainda, compreender o conteúdo das práticas espaciais/sociais dos seus atores (os migrantes), possibilitando-nos conhecer e compreender o *sentido* e o *significado* de suas ações, trazendo assim à luz *experiências* imediatas/coletivas que permanecem silenciadas e submersas.¹²⁴

Pedone (2002), (embora) analisando as migrações internacionais, afirma que sob o enfoque das redes de relações sociais chega-se à dimensão *qualitativa* através das dimensões *subjetivas* do processo migratório. Através da perspectiva das redes sociais

¹²⁴ Segundo Helion Póvoa Neto (2002, p. 25), a análise da migração deve considerar a “proliferação de redes sociais”, relativizando os modelos de explicação mais tradicionais do tipo “fatores de expulsão – fatores de atração”, pois, “não se pode mais entender a migração simplesmente como o empreendimento aventureiro de um indivíduo, expulso de sua terra e atraído para outra pela esperança de ascensão social: todo o deslocamento migratório, mesmo o de sujeitos aparentemente isolados, compõe uma imensa teia pela qual circulam, através de redes formais ou informais, pessoas, informações e dinheiro”, conflitos, *tensões* e relações de poder.

pretende-se apreender de forma qualitativa, valorizando o ator social e as estratégias realizadas pelo próprio indivíduo e pelos grupos sociais na mobilidade, pois:

A vantagem de se utilizar essa ferramenta teórico-metodológica para abordar as migrações internacionais é que o estudo pode chegar a estabelecer a complexidade e apreender a dinâmica das cadeias e das redes de um modo direto, mediante os testemunhos de cada um dos seus protagonistas e contextualiza-lo à luz das mudanças políticas, sócio-econômicas e culturais atuais (PEDONE, 2002, p. 5).

Por isso, foi conversando com os migrantes que fomos explorando (com ação de *lembrar*) as suas memórias através de nossas perguntas, de nossas indagações, de nossa atenção para ouvi-los, que conseguimos resgatar as trajetórias espaciais, as estratégias migratórias, os projetos de vida, as experiências da migração do período vivido entre 1940 a 1970, que foi quando ocorreu a grande chegada de migrantes a Francisco Beltrão; migrantes, que neste período eram jovens e que hoje (2008-2009) estão com a idade avançada, a maioria são aposentados e com mais de 50 anos.¹²⁵

Buscando os migrantes por Francisco Beltrão foi que chegamos até Elza Comunello (considerada a quarta moradora “pioneira” do município), gaúcha, que nos recebeu com muita boa vontade; era no entardecer quando chegamos e ela assistia a missa pela TV; sua casa estava repleta de *símbolos* religiosos, o catolicismo *marcava* as paredes da sua casa e o seu *corpo*. Logo, começamos a “trocar” as primeiras palavras e, ela, muita disposta, nos informou como foi a chegada “naquele tempo”:

Vimos de Nova Prata, Rio Grande do Sul em [19]45, apesar que um ano e pouco a gente ficou em Treze Tília, Santa Catarina; nós chegamos lá [SC] e ficamos na casa de um cunhado e não pudemos comprá terra, lá era mais caro, viemos aqui pro Paraná, aqui era mais barato, né? Ele [o marido] se mandô pra cá e daí viemos; fiquemos um ano e pouco em Santa Catarina, daí em [19]46 viemos pra cá. (...). Mas ele queria sair, ele gostava de caçar (...) vivia caçando, eu tenho nojo de ver tatu e bicho do mato (risos). Meu Deus do céu! Mas todo dia era um tatu! Aqui só tinha mato, né? Daí que ele se divertia. (...) Levemos doze dias, de Treze Tília em Santa Catarina até aqui vindo de carroça. Meu marido veio duas vezes antes de comprar, aí já veio mais gente ver junto lá em Cruzeiro, em Coronel Vivida. Daí, quando chegaram em Pato Branco – era vila nova Pato Branco, era um

¹²⁵ Para Ecléa Bosi (1979), a memória na velhice é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já *trabalharam*. Assim, é uma *narrativa* de homens e mulheres que já não são mais membros ativos da sociedade, mas que já foram. Isso significa que os velhos, apesar de não serem mais propulsores da vida presente de seu grupo social, têm uma nova função social: *lembrar* e contar para os mais jovens a sua *história, de onde vieram e o que fizeram e aprenderam*. Na *velhice*, as pessoas tornam-se a *memória* da família, do grupo, de um município, da sociedade, portanto, de um território.

povoado, né? Naquela época – aí aqueles outros três cavaleiro [que vieram junto] iam a Coronel Vivida que tinham parente lá, e o meu marido se encontrou com um conhecido do Rio Grande [do Sul] que morava em Pato Branco, ele era o chefe do destocamento aqui da estrada [estrada que estava sendo aberta de Pato Branco a Francisco Beltrão para a instalação da CANGO], o Domingos Zardo, e se acharam lá num buteco comendo pão e salame, daí se olharam um pro outro e, de repente chegaram e perguntaram: “Escuta o Senhor não é do Rio Grande?”, o meu marido perguntou junto com o outro lá, e deram de conhecer, daí disse: “Como é que vai? Estou procurando terra. Quero vê se me arrumo um lugarzinho”. Diz ele daí: “Olha, um lugar bonito é Marrecas. Já fizemos o destocamento”. Porque naquela época não tinha ponte nem nada aqui; era só estradon; tava aberto, derrubado às árvores dos lado de lá, aquela coisa toda. Só que não tinha nem casa lá; me lembro que tinha aquele rancho deles [dos funcionários da CANGO], eles faziam de tábuas lascadas pra posar, porque iam dormir aonde, né? (...) Daí ele [o marido] veio pra cá com esse Domingo Zardo, arrumaram dois cavalo lá, era fácil, porque não tinha outra coisa, era só a cavalo e vieram vindo. Enton esse Domingos Zardo sabia quem era o dono do sítio, e daí compremo o sítio de um lá (Elza Comunello).

O depoimento da migrante é interessante na medida em que possibilita compreendermos o *contexto* e as condições que se processava a mobilidade nesse período; verificamos que a migração foi sendo feita em “pedaços” e/ou em *etapas*, pois, do Rio Grande do Sul se deslocavam para Santa Catarina e depois, em alguns anos e/ou até em alguns meses, migravam para o Paraná. A necessidade da compra de terra e dos baixos preços das mesmas no Paraná demonstra, em parte, como afirma Elza, “não pudemos compra terra, lá era mais caro, viemos aqui pro Paraná, aqui era mais barato, né?” os *motivos* da des-territorialização, aliado, ao *gosto* (ao comportamento) do marido pela caça, que naquele período era abundante em Vila Marrecas, pois aqui era “só mato”.

Através das redes de *amizade* foi que o marido de Elza migrou acompanhado para o Paraná e no caminho encontrou um *conhecido*, e logo, por ser *riograndense* teve a *confiança* em buscar a *informação* sobre terras, que o leva a Vila Marrecas, que era, no período, segundo o *contato* feito, um “lugar bonito para morar”. A *informação*, deste modo, na migração através das redes de amizade foi imprescindível e *pode* apontar, como neste caso, para *onde* o migrante pode encontrar oportunidades de inserção social (e territorial) como no acesso (nem sempre fácil) de compra de terra. O *território* Vila

Marrecas, assim, foi *comunicado* e *informado* para os migrantes através das *redes tecidas* junto aos *contatos* feitos na trajetória migratória.¹²⁶

Os onze dias de viagem de *carroça* de Treze Tília (SC) até Francisco Beltrão demonstram a *dimensão* e as condições da trajetória espacial no período, para a vinda, em sua maioria, dos colonos; Elza, ainda, relata com maiores detalhes como foi a viagem:

Aí nós quando viemos, almoçamos lá [em Pato Branco], depois viemos e paremo perto de Beltron, ali perto do Guancino [garagem de ônibus atualmente em Francisco Beltrão], achemo água ali; porque, quando nós encontrava água, levo doze dias, né? Porque acontece que quando nós encontrava um rio de água nós parava, não se sabia aonde ia encontrar outro, se era onze hora [da manhã] ou quatro hora da tarde a gente parava, porque, não sabia aonde ia parar de novo, né? Tinha cinco cabeça de animal, nós tinha uma vaquinha que vinha trazendo leite e o terneiro, enton, tudo precisava água, aí a gente parava, armava uma barraca que nós trazia, eu tinha uma chapa, botava em cima das pedras e fazia comida (Elza Comunello).

A descendente de italianos demonstra que ainda tem e conserva um *sotaque*, oriundo da língua italiana, durante a narrativa da viagem que se fazia através das picadas, das fontes de água, das condições de alimentação e de *abrigo* (precárias) durante o percurso e dos animais que vinham juntos; estes últimos, ainda, foram a estratégia migratória e, portanto, *condição* de alimentação/manutenção no *novo território*. Era necessário, neste período, que os migrantes carregassem consigo animais (vacas, bois, galinhas, porcos, etc.), que eram *recursos* e *garantias* para a *alimentação* e *recomeço* de vida nova no novo território. Estes recursos ajudaram a *reterritorialização*

¹²⁶ Para Franco Ramella (1995), a *difusão* da *informação* na migração deve estar ligada a vínculos e/ou *contatos sociais fortes* como na amizade e no parentesco. Para o autor “los temas relevantes que el enfoque de la rede nos permite reintroducir e profundizar: en primer lugar, el carácter no indiferenciado de los flujos migratorios; y, en segundo lugar, las oportunidades as las que los emigrados tienen acceso”, pois, “la cuestión de la información – cómo es *transmitida* y *adquirida* – constituye el *problema central* y el *soporte* del *análisis* (...) los individuos tienen una información limitada, dependiente de sus *redes de relaciones* (p. 19). E, como considera Claude Raffestin (1993, p. 53), no território há *informação* e *comunicação* que comandam nos nossos dias e as relações sociais do processo de T-D-R: territorialização-desterritorialização-reterritorialização. O território, para o autor, é construído pelo movimento dialético de territorialização-desterritorialização-reterritorialização e, que é produzido por *redes*, *pontos* e *nós* que formam a *malha* e/ou a *tessitura* que produzem o território. Logo as “redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade” (p. 204). As redes sociais estariam ligadas, portanto, à mobilidade espacial da população e na produção e manutenção de um território *reticular*.

no novo território, pois, também, eram recursos materiais (econômicos) e *símbolos* e constituíam, ainda, o “poder simbólico” para o recomeço da vida.¹²⁷

Outra migrante, Amábili Rosseto, hoje aposentada e com 82 anos, comenta suas tristezas e alegrias durante a des-territorialização:

Vim para Francisco Beltrão em 1946. Eu nasci no Rio Grande [do Sul], em Erechim. Saímos do Rio Grande em 1943 e viemo pra cidade de Caximbo, em Santa Catarina. Daí ficamos lá uns 3 anos e daí viemos pro Paraná. Olha, quando eu vim pra cá tudo era mato. Muito mato. Vim com meu marido e mais um filho. Viemo de caminhão até Pato Branco e de lá viemo de carroça; trouxemo uma novilha e uma mula, 8 dia de viagem. Tivemo que entra meio roçando, porque era só uma picadinha. (...) daí compramo a terra lá na Linha Eva. Compramo a dinheiro, nós tinha dinheiro. (...) Daí entramo num rancho! Num rancho! Queriam que vissem! Ainda bem que nós levamo lençol, panela, também, porque não tinha nada! (...) Nós chegamo no lugar e dissemo: é aqui! (...) Ele [o marido] queria um sítio onde tivesse morro e pedra pra ele plantar parreira. Aí souberam que aqui tinha e vieram (Amábili Rosseto).

A mobilidade feita em *etapas* também ocorreu na trajetória de Amábili, que ao longo do oito dias de viagem, parte do *percurso* feito de carroça e outra parte de caminhão, demonstra que em 1946 as condições de *acesso* ao Sudoeste paranaense, bem como a Vila Marrecas, eram extremamente difíceis. Verifica-se que a vinda se motivou pela procura de um “sítio onde tivesse morro e pedra pra ele [o marido] plantar parreira” para a reprodução do modo de vida vinculado à *cultura* de descendentes de italianos com a produção de uvas e vinhos, e que segundo os descendentes de italianos, na concepção da época, terra que tivesse o relevo acidentado era a ideal para essa atividade.¹²⁸

As condições do *topos* (Vila Marrecas) propiciou, deste modo, em parte, a mobilidade. É claro que a “falta” de terras no Rio Grande do Sul, a pressão demográfica sobre as propriedades, o aumento do preço das terras foram condicionantes (gerais) do contexto da des-territorialização gaúcha para o Paraná. Há uma *imbricação* entre as

¹²⁷ Conforme Haesbaert (1995, p. 88), “encarar o espaço geográfico em sentido amplo (o que inclui o papel da chamada primeira natureza) dentro de um processo de simbolização, significa então concebê-lo sendo apropriado socialmente não apenas como objeto material, instrumento concreto de controle e ação, mas também como *símbolo* que tem sua própria eficácia, ou seja, um ‘poder simbólico’ que, em parte, acaba forjando as identidades territoriais”. Os recursos, portanto, trazidos para o novo território eram parte desse “poder simbólico” para a reterritorialização.

¹²⁸ Saquet (2006, p. 162, [grifos do autor]), aponta que os migrantes no Sudoeste paranaense “procuraram reproduzir características do cultivo agrícola e da prática artesanal, hábitos e costumes culturais, aspectos políticos, reterritorializando-se, ou seja, construindo *novos* territórios e territorialidades em suas vidas diárias. Isso deu um *novo* desenho territorial, *novos* contornos, formas e conteúdos, fruto de um processo específico de apropriação e produção territorial, tanto econômica, como política e culturalmente”.

condições no território de origem e de destino na migração que se processaram para que ocorresse a mobilidade espacial da população.¹²⁹

É importante *frisar* que toda des-territorialização implica uma re-territorialização em novas bases materiais e simbólicas, em novo contexto, situação e relações. Na des-territorialização gaúcha e catarinense para o Sudoeste paranaense as famílias que migraram, em sua maioria, trouxeram consigo *recursos* (materiais e simbólicos) como *estratégia* para ajudar na reterritorialização no *novo território*. Isso pode ser verificado quando Amábili Rosseto complementa a narrativa sobre sua trajetória espacial:

Sorte que nós levemo a vaquinha de lá [de Santa Catarina]. Dele polenta e leite. Aí um filho por ano, não era fácil. Ainda que trouxemos a semente de lá [de Santa Catarina] pra planta aqui, porque aqui não tinha nada, ainda bem, porque aí deu pra fazer as primeira rocinha. (...) E depois nós não levamos muita coisa. Aí a gente fazia até queijo, porque nós trouxemo o coalho de lá. Aí compra quatro galinha e começamo na terra. (...) Trouxemo vinte quilo de farinha de milho e a vontade de trabalhar, né? (Amábili Rosseto).

Os recursos e estratégias mobilizadas na migração, como animais e sementes que foram trazidos, auxiliaram no desenvolvimento das primeiras atividades agrícolas e artesanais, aliado à *cultura* de descendentes de italianos que predispunham os sujeitos a desenvolver certas atividades artesanais, como a produção de queijos, polentas, vinhos e salames que, concomitantemente, ajudavam a manutenção econômica da família através da reterritorialização de uma cultura que se apropriava, também, *simbolicamente* do *novo território*, através de *novas visões* de mundo.

A catarinense Ana Bocchi Macagnam, uma das primeiras professoras de Francisco Beltrão, hoje com 80 anos, descendente de italianos, nos recebe em sua casa repleta de filhos e netos, narrando com uma memória rica em detalhes, como foi a des-territorialização de Santa Catarina para o Paraná:

Cheguei aqui em [19]52. Eu vim de Santa Catarina, [distrito] Ponte Sarada, fica próximo de Joaçaba, Xanxêre. Vim com a minha família, já tinha 3 filhos. (...) Já era casada lá. Era sete irmão, lá do meu

¹²⁹ Para Matos e Braga (2004, p. 5), os motivos que originam um determinado movimento podem estar associados a transformações estruturais nas sociedades, no entanto, a continuidade da migração provavelmente está mais relacionada a laços estabelecidos entre locais de origem e destino, que vão conferir estabilidade aos fluxos contínuos entre duas ou mais localidades. As redes sociais, assim, são elaboradas no movimento migratório, mas transformadas por ele na medida em que se reforçam as conexões existentes entre o migrante e outros atores da sociedade, especialmente, os do lugar de destino na migração.

marido e, daí a terra não era muita, precisava, de mais terra, de mais progresso, de mais sucesso pros filhos que iam vim também. Daí a gente saiu de lá e comprou aqui. Lá era sete irmão e tinha uma colônia¹³⁰ cada um. (...) Com o dinheiro que a gente vendeu lá compramos aqui, ali na Linha Macagnam, daí comprou uma porção de terra sem dividir. O pai dele [do marido] trouxe os filhos, os sete e comprou a terra aqui. (...) Morava uma negrada em cima das terras, tinha uns ranchinho (...). Nós viemos de caminhão. Cada um vinha com um caminhão, às vezes vinha duas mudanças num caminhão só. Naquela época diziam que aqui tinha terra, tinha terra boa no Paraná, tinha bastante. (...) Tinha um irmão que veio na frente, cinco anos antes, aí a gente se escrevia, usava carta naquela época, daí ele foi visitar nós, aí ele falou daqui do Paraná, que aqui era mais fácil à vida, que aqui tinha mais terra e lá tinha menos terra; que aqui a terra era mais boa (Ana Bocchi Macagnam).

A trajetória migratória de Ana Bocchi Macagnam demonstra que foi motivada pela “busca de mais terras”. Com uma família numerosa *urgia* a necessidade de se obter mais terras para ter “progresso e sucesso”, como nas palavras da migrante. Um irmão do marido de Ana, ao se deslocar antes para o Paraná, começa a enviar *informações* à família, tendo a *carta* como instrumento (escrito) e recurso para o *estímulo* da mobilidade da família; nesta carta eram descritas as “muitas terras que existiam no Paraná para serem exploradas”, em contraposição à “pouca terra disponível” para a família numerosa em Santa Catarina; a preocupação com os filhos (até com aqueles que iriam nascer) fez parte, portanto, do *projeto de vida*, com as esperanças, sonhos e desejos que motivaram e “alimentaram” a família a “buscar mais futuro e progresso” em terras alhures.¹³¹

É importante assinalar que a mobilidade ocorria com famílias inteiras, como no caso, em sete irmãos, e que o recurso financeiro da venda da terra em Santa Catarina era a garantia da compra de muito mais terras no Paraná; o preço das terras estimulava, portanto, a des-territorialização. Normalmente, com o valor da venda comprava-se o dobro, o triplo e, em alguns casos, até mais, pois a terra no Paraná no período “não tinha valor algum”; como afirma Ana: “Quando compremos a terra demo só um pouquinho

¹³⁰ Uma colônia equivale a uma área com 12 alqueires de terra, equivalente a 5 hectares.

¹³¹ Para Gilberto Velho (1994, p. 40), um *projeto (de vida)* é a *conduta organizada para atingir finalidades específicas*; por isso, “as trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de *projetos* com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros *projetos* individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*” (p. 47). Muitas famílias gaúchas e catarinenses tiveram como *projeto* de vida a migração para o Paraná, como *condição* para obter mais terras e, com isso, melhores condições para a sobrevivência da família; esta mobilidade se insere dentro de um *campo de possibilidades*, como, por exemplo, o de obter mais terras a menor preço no Paraná, e dos incentivos do Estado para tal deslocamento aliado às redes de relações sociais através dos *contatos* familiares e de parentesco que possibilitaram para *onde* o migrante iria se deslocar.

de dinheiro pro dono, porque aqui ainda não tava dividido a terra; sabe, antigamente marcava a terra só com o dedo aqui”.

Adolfo João Pedron, hoje com 85 anos, um dos primeiros comerciantes de Vila Marrecas, relata com *alegria* suas passagens e paragens migratórias, do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e para o Paraná “no tempo das bodegas, dos bares e armazéns”:

Nós viemo em [19]52 pra Marrecas. (...) Viemo de caminhão, de Júlio de Castilho, no Rio Grande do Sul, só que demoremo pra chegar porque era tudo valeta e barro, pegamos uns dias de chuva e coisa, foi sofrido, né? Mas, enfim. (...) Viemos pra cá nós e o meu cunhado, só que o meu cunhado veio antes. Ele chegou um mês de diferença que nós viemos. (...) Tivemo que parar na estrada quando viemo. Viemo com o tempo bom, mas depois começou a chover, daí num dava, né? Daí paramo. Mas, nós não viemos direto pra cá. Nós saímo do Rio Grande do Sul e fomo direto pra Itá, em Santa Catarina; ali nós abrimo uma loja, nós tinha uma bodega, e lá o lugar era pequeno; Fiquemo uns cinco ano lá e, depois, viemos pra cá. (...) Em [19]48 saímos de lá, eu o meu cunhado e fomo procura terra pra Toledo [PR], daí na volta passamo em Pato Branco [PR], mas não gostei de nenhum lugar; aí eu tinha uns amigo lá [em Pato Branco, PR] que me disseram: “Vai em Marrecas, lá vai dar um lugar bom”. Vim pra cá, quando era Marrecas então, gostei e comprei. Nós viemos em [19]52. No começo foi sofrido, depois a gente foi acostumando e pronto, né? Construimos daí a casa pra nós morá, daí construimo um loja ali no centro (Adolfo João Pedron).

A mobilidade em *etapas* aliado às redes de relações através da *amizade*, que apontam informações de Vila Marrecas, fez parte, também, da trajetória migratória de Adolfo João Pedron. A maioria dos migrantes assinalou o sofrimento na migração, sofrimento que foi inerente à des-territorialização, as perdas (de amigos, familiares e lugares), e às condições que eram feitas à mobilidade no período. Chegar, por um lado, em uma vila que estava tudo por fazer, exigia o esforço e o empenho de muito trabalho e, por outro lado, motivava o(s) sujeito(s) pela rapidez e crescimento que o aglomerado populacional ocorria, nas oportunidades de inserção social que estimulou a mudança de lugar.

A relação de *parentesco*, neste caso, através de um cunhado, ajudou na mobilidade e na procura por “um lugar bom”. É importante considerar que o “lugar bom” era um lugar que oferecesse boas condições para morar e trabalhar, enfim, para viver produzir e reproduzir garantindo o sustento e reprodução das famílias, como nos informaram alguns migrantes. Adolfo demonstra em sua narrativa que foi em outros municípios do Sudoeste paranaense (Pato Branco) e Oeste paranaense (Toledo) e “não

gostou”, ou seja, a *decisão* na escolha de onde iria morar e trabalhar intercalava dimensões objetivas e subjetivas, do trabalho e do abrigo, por exemplo, que o novo território lhe proporcionaria, além, é claro, do *contato* estabelecido através da rede tecida pela e na *amizade* e das *informações* obtidas.

Para Douglas Massey *et al* (*apud* SANTOS, 2007, p. 54), as *forças* criadas através dos *vínculos* de *parentesco* e de *amizade* são uma das mais importantes bases da organização social da migração e as conexões familiares são um dos mais *seguros* laços dentro da rede de relação social. Por isso:

A rede de migrantes consiste em ligações sociais que ligam comunidades de origem a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços ligam migrantes e não migrantes dentro de uma complexa teia de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um tipo informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. As relações sociais que constituem as redes sociais de migrantes não são exclusivos aos migrantes, mas se desenvolvem como um resultado de laços humanos universais que são moldados por circunstâncias especiais na migração (...). Esses laços sociais não são criados pelo processo migratório mas adaptados a ele, e ao longo do tempo são reforçados pela experiência comum da própria migração (MASSEY *et al apud* SANTOS, 2007, p. 55).

Dozolina Bertaiolle, atualmente funcionária pública municipal aposentada, nos relatou sua migração em etapas nos estados sulinos e as cidades onde morou parte da sua vida e teve seus filhos; apontou também as condições precárias das vias de acesso ao Paraná e o tempo da *mudança*:

Eu nasci no Rio Grande [do Sul], Gaurema era a cidade, distrito antes era Barros. Fica perto de Erechim. Nós viemo antes pra São Catarina antes de vir pra cá. Nós saímo do Rio Grande [do Sul] pra Capinzal em Santa Catarina, foi em [19]49. Moremo dois anos em Capinzal. (...) Aí, depois a gente veio morá em Xanxere, ali mesmo em Santa Catarina, mas daí ali só moremo seis meses. Daí viemo pra cá [Francisco Beltrão] em [19]61. (...) a mudança veio só a nossa no caminhão. Naquele tempo, levamos dois dia inteiro pra vir de Xanxere até aqui. Saímo de lá de madrugada e chegemo aqui no outro dia de noite. Estrada de chão, tinha só barro, atoleiro (risos). (...) Eu tive um filho em cada estado (...) eu tive um filho no Rio Grande [do Sul], um em Santa Catarina e quatro aqui no Paraná (Dozolina Bertaiolle).

Dozolina, ainda, assinalou o *motivo* da vinda a Francisco Beltrão que esteve atrelada à *mobilidade da força de trabalho* do seu marido, deslocado para *trabalhar* em uma indústria que iria se instalar em Francisco Beltrão, o que acabou por não ocorrer:

O meu marido trabalhava numa fábrica de cama ali em Xanxere [SC], e essa firma vinha construí uma filial, uma fábrica aqui em [Francisco] Beltrão. Aí ele teve que vir ajudar a construir o barracão aqui, a instalação, ajuda a começa a instalação da empresa aqui. Só que eles vieram trazer nós pra cá e deram ordem pra comprar lá no mercado, mas não vieram trazer dinheiro, não vieram pagar o mercado. Aí acabou a comida, acabou o dinheirinho que nós tínhamos. Sem comida, sem dinheiro, passando fome, se não fosse os vizinho ajuda (...) daí eles não vinham, não vinham, não vinham; daí ele arrumô serviço aqui numa casa, que era uma fábrica, era uma laminadora. Daí, eu sei que dois anos depois vieram pagar, né? O dono da fábrica em Xanxere com um advogado; daí eu sei, que o pessoal daí foi testemunha, viram ele trabalhando, né? Na construção da fábrica. Daí eu sei que era pra sair um tanto e saiu outro. Daí dois anos que vieram pagar. Daqueles que vieram juntos pra construir a fábrica, os outros se arrancaram, nós ficuemo aqui em [Francisco] Beltrão. Mas só que os outros quando viram que eles não vinham pagar se arrancaram, só que a gente não ficou sabendo se voltaram, pra onde foram. (...) Eram só três com o meu marido que trabalhavam ali. Mas os outros dois eram homem que vieram sozinho, né? Sem família, aí voltaram. (...) Daí ele foi trabalhá pra esse cara da laminadora pra poder ter dinheiro, e teve que pedir dinheiro adiantado, pra poder ir no mercado ir comprá comida, pra poder comer e ir trabalhar, foi assim naquela época. Ainda, tudo estranho ali, né? Naquela época, mas ele [o dono da laminadora] cedeu naquela época dinheiro, porque era tudo estranho, os mercado não iam ceder fiado, a gente não era conhecido e não tinha dinheiro pra comprar. Como é que tu ia compra pra comer? (Dozolina Bertaiolle).

Através da *mobilidade da força de trabalho* foi que Dozolina foi *forçada* a acompanhar seu marido para Francisco Beltrão. No entanto, a indústria não se instalou e o trabalhador, sem condições, ficou sem como se manter no município sem receber seu salário. A mobilidade se processou, nessa trajetória, através de *falsas promessas* que acabaram não se concretizando. A migração gaúcha e catarinense para Francisco Beltrão contou, portanto, como nessa trajetória, com aspectos do desenvolvimento da classe média industrial brasileira e com a exploração da força de trabalho que, muitas vezes forçou trabalhadores a migrarem para territórios em que o setor estava se expandindo/ampliando. A classe trabalhadora foi posta em movimento pelo capital para,

através da expansão territorial da fronteira urbana e agrícola, se instalar em Francisco Beltrão.¹³²

Dozolina também demonstrou, através da decisão de ficar em Francisco Beltrão, mesmo em condições adversas e precárias (sem emprego e dinheiro), quando seu marido “estava desesperado” e queria voltar para seu município em Santa Catarina, para junto de seus familiares, o *papel da mulher na migração*¹³³, o papel de *definir*, no âmbito familiar, a *territorialização e enraizamento* em uma parcela do espaço, como ela mesma nos disse:

Voltar! Iii... o meu marido queria voltar de tudo jeito daqui. Eu disse pra ele “Não! Vamo firma o pé aqui. Já que viemo é aqui que vamo fica!” (risos). Ele queria voltar por desespero, né? Logo depois que ele viu que não tava dando certo, né? Eu disse: “Não senhor. Se Deus quiser a gente vai endireitar. Não é voltando pra trás que a gente vai pra frente, é indo pra frente que tem que ir”. Daí foi indo, no começo a gente sofreu bastante, né? Mas pelo menos o que comer e aonde morar a gente passou a ter depois (Dozolina Bertaiolle).

Reterritorializar-se depende, portanto, de como as relações sociais se processam; a negatividade encontrada por Dozolina e seu marido no novo território, através da falta de trabalho potencializou, através do sentimento de “desespero”, como no caso, o desejo em voltar. Do voltar para aonde é conhecido, para onde se tem abrigo, amigos e familiares; a *instabilidade* e/ou a insegurança no novo território desembocou o desejo de voltar, o querer voltar.

A *transterritorialidade* do migrante no novo território está condicionada à forma como as novas relações sociais serão positivas e/ou negativas, entretanto, mesmo sendo negativas, como no caso de Dozolina, o migrante *pode* territorializar-se (mesmo que, parcial e/ou momentaneamente) no território. O voltar, por isso, está ligado também ao

¹³² Para Becker (1986, p. 63), a *força de trabalho migrante* compõe “aqueles que acompanham os movimentos do capital [e da sua expansão territorial], na condição de assalariados e potencialmente assalariados”, sendo assim, em grande parte, a sujeição do trabalho ao capital. Gaudemar (1977, p. 194) assinala, em uma concepção eminentemente *economicista* que a “circulação das forças de trabalho é o momento da submissão do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital”. Sob o chamado *imperativo do capital* para mobilidade da força de trabalho, o trabalhador passa a modificar suas relações sociais, passa perder seu *vínculo territorial* e inicia um constante processo de *adaptação* muitas vezes “violento”. Na trajetória migratória de Dozolina Bertaiolle verificamos que “patrão induz” a família a vir para o Paraná. “Foi o patrão dele [do marido] que queria. Eu não queria, nós não conhecíamos ninguém, não conhecíamos nada, fomo na escura, não tinha jeito, eu não queria ir. Mas, aí o padrão dele dizia: ‘Vão, vão, é um lugar bom pra morar’”.

¹³³ Santos (2007, p. 56), assinala a importância de demonstrar o “lugar da mulher no processo migratório a qual, geralmente, é somente considerada como acompanhante do marido e na força das relações familiares no mercado de trabalho”. A mulher, no interior da família, *pode* como também ressaltou Sayad (1998), *definir* o lugar de destino e de fixação na mobilidade.

sentimento de fracasso, de não ter conseguido se “dar bem” no novo território. A migração carrega a esperança de novas e boas oportunidades no novo território, no entanto, esta foi esmorecida no caso de Dozolina, com a falta de emprego e de condições financeiras favoráveis para sobrevivência sua e de seu marido o que, no entanto, não impediu que os mesmos continuassem e se enraizassem (mesmo que no primeiro momento precariamente) no território. A territorialização, nesse caso, se efetivou com uma *decisão pessoal* que insistiu na permanência no território, mesmo, em condições precárias e adversas.

Em outra trajetória, a migrante Florinda Cobo Viera, atualmente com 87 anos, afirma que vieram a Francisco Beltrão para acompanhar a família do marido:

Chegamos aqui [em Vila Marrecas] em 1946. (...) Nasci no Rio Grande [do Sul], na comunidade Costa do Rio dos Índios, era colônia. Pertencia ao município de Getúlio Vargas onde a gente morava. (...) Lá no Rio Grande do Sul nós morava no interior e trabalhava na roça. Era casada, mas casemo no civil depois que tava aqui. (...) vendemo a terra lá e viemo pra cá. Viemo de caminhão, só uma mudança. Eu fiquei lá no Santana [PR] na casa da minha sogra até que a casa foi arrumada. (...) A minha sogra já morava no Santana. Eles que falaram pra nós vir pra cá. Meu véio [marido] que quis vim pra cá. Porque os pais e os irmãos vieram, daí ele também quis vim. Os pais dele tinha vindo bem antes de nós. Compramo a terra aqui daí. Com o dinheiro que vendemo a terra lá. Vendemo lá por trinta mil¹³⁴. Naquele tempo não valia nada a terra aqui, era mais barata. (...) Viemo pra cá pra faze a vida melhor, né? Tivemo 6 filho lá e mais 8 aqui. Tivemo 14 filhos. (...) Daí ele veio na frente faze a casa. Aí morrei ali onde era o centro, ali a gente tinha açougue. Ele veio pra faze a casa e mando buscar a mudança. Foi com um caminhão buscar a mudança. (...) Aí vim ali na casa aonde era pra morar não tinha janela, não tinha porta, tudo aberto (Florinda Cobo Viera).

Deste modo, nesta trajetória percebemos que a migração ocorreu para acompanhar a família, no caso, para acompanhar os pais e irmãos que já estavam no Paraná. Aliado a isso, os baixos preços de terras do Paraná e a facilidade em vendê-las no Rio Grande do Sul, acarretava na des-territorialização, na perda do lugar e das relações sociais que ali se desenvolviam¹³⁵. Pois, ao mesmo tempo em que no Paraná,

¹³⁴ Segundo Florinda Cobo Viera, 30 mil da época equivalem a mais ou menos R\$ 10.000 hoje.

¹³⁵ É importante considerar que a des-territorialização não ocorre somente na migração, no deslocamento, na mudança de lugar. A des-territorialização *pode* ocorrer também sem haver a mudança física de lugar, a troca de um lugar por outro, mas, pode ocorrer também no estar fixo, sem mudança de lugar, pois as relações sociais que envolviam um sujeito no lugar, ao redor, pode mudar. Como se de uma hora para outra o sujeito se sentisse como um “estranho no ninho”. Isso é importante mencionar porque a des-territorialização não se circunscreve apenas pela mudança física de lugar, mas, sobretudo, pelas relações que ocorrem nos lugares de origem e de destino ou num único lugar que mudou, pois são as relações

nesse período, podiam-se encontrar terras mais baratas, em grande parte do Rio Grande do Sul estas encontravam rapidamente compradores: os latifundiários, como nos informou Florinda Cobo Viera estavam expandindo suas posses e suas produções agrícolas no município de Getúlio Vargas, por exemplo, e com isso se aproveitavam da pressão demográfica sobre a pequena propriedade rural riograndense e exerciam seu poder sobre os pequenos proprietários.

Através das redes de relações sociais podemos perceber a ajuda entre familiares na migração, pelos *lugares intermediários* que são disponibilizados até a reterritorialização; como afirmou Florinda, “Eu fiquei lá no Santana [PR] na casa da minha sogra até que a casa foi arrumada”, facilitando o processo de espera até que o território do abrigo (a casa) ficasse pronto para a nova família morar. A casa no novo território foi, além de abrigo, segurança para a reterritorialização, pois a família só pode se reproduzir em um lugar, em um lugar que lhe propicie conforto, segurança e referência territorial que é tanto material como simbólica.¹³⁶ A ajuda entre familiares na migração, bem como o estímulo a estes pela mobilidade, ocorreu em grande medida através da ajuda, da reciprocidade familiar, da confiança, da troca de incentivos, da informação (mas também dos conflitos) e das oportunidades que podem ser abertas e potencializadas através das redes familiares e de amizades.¹³⁷

A descendente de italianos Hiolanda Tibola Luza nos recebeu em sua casa, um pouco desconfiada e apreensiva, pois “não sabia se iria conseguir responder o que iríamos perguntar”. Entretanto, logo demonstrou que tem uma memória muito rica em detalhes da sua trajetória de vida e, em especial, de sua mobilidade lembrando momentos em que chegou a Francisco Beltrão que a fez, em parte de nossa conversa, se emocionar. A gaúcha Hiolanda, hoje com 82 anos, narrou como e *porque* vieram:

sociais que dão à materialidade e a imaterialidade aos lugares e, portanto, a condição de des-territorialização/desterritorializado: a perda e/ou destruição (sempre parcial e/ou relativa) do território .

¹³⁶ Gaston Bachelard (1998, pp. 112-113), em seu belo texto *A poética do espaço* considera que “a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz, freqüentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela. (...) Por consequência, todos os abrigos, todos os refúgios, todos os aposentos têm valores de onirismo consoante. Não é mais em sua positividade que a casa é verdadeiramente “vívida”, não é só na hora presente que se reconhecem os seus benefícios. O verdadeiro bem-estar tem um passado. Todo passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova. (...) A casa, como o fogo, como a água, nos permitirá evocar, no prosseguimento de nossa obra, luzes fugidias de devaneio que clareiam a síntese do imemorial e da lembrança. Nessa região longínqua, memória e imaginação não se deixam dissociar. (...) Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, voltam às lembranças das antigas moradias, viajamos até o país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial”.

¹³⁷ Conforme Santos (2007, p. 55), “pertencer à rede social implica oportunizar recursos e informações, o que permite ao migrante amenizar as dificuldades de sua travessia, desde sua partida até a hospedagem no local de destino e a garantia do emprego”.

Nóis viemo do Rio Grande [do Sul] faz quarenta e cinco ano e fomo morá no Pinhalzinho [comunidade localizada na área rural de Francisco Beltrão]. Eu tinha seis filhos quando vim pra cá. Aí tive mais quatro aqui. (...) Ah! Porque aqui diz que era mais bão e, ele [o marido] já como tinha pensando de por uma ferraria¹³⁸ pra ele mesmo, porque lá, lá ele trabalhava de peão. Ele ficou dezesseis ano como peão lá. E daí ele acho, nós vendemo a nossa terrinha lá e, tinha uma trilhadeira e vendemo e viemo pra cá; e viemo morá no Pinhalzinho. (...) Lá [no Rio Grande do Sul] onde nos moremo era Vila Vanini, hoje município Vanini, lá na minha terra natal. Eu sou do município de Vaporé, né? (Hiolanda Tibola Luza).

Foi através da possibilidade de pôr um negócio (uma ferraria) que despertou no marido de Hiolanda o interesse em vir para o Paraná. A possibilidade de sair da condição de empregado no Rio Grande do Sul para a de trabalhador autônomo no Paraná, aguça o *desejo* e o sonho do migrante para a *mudança*.

Contudo, Hiolanda nos informou também sobre os *parentes* que já estavam localizados em Francisco Beltrão, na comunidade rural de Pinhalzinho, para onde acabaram comprando terras e fixando residência:

Nós já tinha dois cunhado que veio na frente de nós, que foram morá em Pinhalzinho, onde nós fomo morá, fiquemo dez ano lá e viemo morá pra cidade. Vieram com caminhão na mudança, com outra mudança, que era um primo de segundo grau. Viemo com duas mudança no caminhão, com porco, galinha, tudo, mantimento. Dimoremo... saímo de lá dia primeiro de Abril, as duas hora, aí chegemo era uma da madrugada em Chapecó [SC], aí posemo em Chapecó, no outro dia viemo, viemo até aqui. Que aqui tinha uns primo que trabalhava com o Zanquet Camilotti, e, daí como a estrada não favorecia pra ir pro Pinhalzinho que era estrada de chão, né? E tinha chovido, daí fiquemo dois dia com o caminhão embaixo na oficina lá. Nós dormia lá com os primo, né? (Hiolanda Tibola Luza).

O *contato* estabelecido com os cunhados que já estavam aqui em Francisco Beltrão potencializou a migração e a vinda do casal para a mesma comunidade rural onde já estavam os parentes. Também, é interessante ressaltar a ajuda dos primos no dia da chegada, no oferecimento do “posso” tendo em vista a indisponibilidade de seguir viagem em função das chuvas e das péssimas condições das estradas no período. Assim, as dificuldades durante a trajetória migratória eram amenizadas através dos contatos que

¹³⁸ Ferraria é uma “espécie de oficina” que fabrica e conserta ferramentas agrícolas como foice, machado, facão, martelo etc.

foram sendo estabelecidos pelas redes familiares, entre o lugar de origem e de destino da migração.

Pela formação de um território reticular através das redes de relações sociais (de parentesco e amizade) é que foram sendo tecidas as relações de *desligamento* de um território e o *religamento* em outro, em novas bases, em novo chão, com novas relações, com novas territorialidades engendrando, portanto, a reterritorialização: da destruição a construção do novo território, das novas relações sociais que foram sendo re-criadas.

A gaúcha Josefina Maria Maffessoni Mezzomo, hoje com 78 anos, nos recebeu em uma varanda ao fundo de sua casa, e relatou os motivos da migração vinculados ao *acidente* de seu marido que ocasionou a vinda *não planejada* e/ou não intencional da família para Francisco Beltrão:

Eu nasci em Serafina Corrêa, no Rio Grande do Sul. Fica pra lá de Passo Fundo uns cem quilômetros. Meu marido nasceu em distrito de Paraí, pertencente ao município de Nova Prata. Nós viemos pra cá em meio de [19]54, aqui em Francisco Beltrão. Nós morávamos no Rio Grande, depois moramos dois anos aqui em São José do Cedro, em Santa Catarina. E daí quando nós viemos pra cá em [19]54. Em São José do Cedro nós chegamos lá em [19]52. (...) Nós viemos pra fazer futuro, né? Porque lá onde nós tava era poco, né? Porque a gente não se arrumava trabalho, né? Então porque nós tava lá no Paraí, então nós tivemos oportunidade de vir pra São José do Cedro, lá a gente conseguiu terra, era fácil de comprar, então a gente tinha um dinheiro e a gente comprou terra lá. Daí a gente adquiriu um lote lá e daí a gente construiu casa lá e tudo. (...) Depois, lá ele [o marido] caiu, ele tava fazendo uma oficina, um barracão pra madeireira, e então ele [o marido] caiu e se machucou, ele ficou um ano sem caminhar. E daí então, os irmãos dele moravam aqui [em Francisco Beltrão] e foram lá onde nós tava e não queria mais que nós ficasse lá, pra nós ficar junto com os parente, porque nós tava sozinho lá. (...) Aí os irmãos dele tinham vindo antes pra cá, aí eles foram lá pra São José do Cedro e trouxeram nós junto. Aí a gente veio pra cá (Josefina Maria Maffessoni Mezzomo).

A partir da trajetória da migração feita em etapas, saindo do Rio Grande do Sul para Santa Catarina em busca de *trabalho* e *terra barata* para comprar, até que um acidente de trabalho que o marido de Josefina sofreu, ocasionou uma instabilidade na família, mudando os planos, o projeto de vida e o lugar de residência dos mesmos. Tendo em vista que o marido acidentado de Josefina não conseguia mais trabalhar e que estavam na cidade catarinense de São Jose do Cedro, os familiares (irmãos), que já estavam em Francisco Beltrão, resolveram ir buscar seu irmão e sua mulher por causa do isolamento destes e da situação de *doença* em que se encontravam.

A *ajuda* no interior de uma família, como num caso extremo de doença, faz com que as redes entre irmãos, por exemplo, atuem no sentido de direcionar o migrante e trazê-lo para perto dos seus (familiares), para o território onde estarão *próximos* para uma maior coesão na ajuda daquele que necessita. Esta trajetória migratória demonstra, assim, as *singularidades* que acarretam o deslocamento de uma família para este ou aquele território; são motivos amarrados a um mundo *demasiadamente humano* e que “escapam entre os dedos” a riqueza da experiência humana de uma análise geral da mobilidade espacial da população, como a de perfil macro-econômica.

Por isso, o território em rede foi tecido e tramado pelos laços familiares e possibilita, ainda, visualizarmos e apreendermos “casos extremos” em que a mobilidade está ligada e condicionada pela *solidariedade* entre irmãos; entre o estar sozinho em um município, sem seus familiares, e o estar junto em outro município com seus parentes que poderão ajudar a reconstruir a vida. A *reterritorialização* em um novo território, nesse sentido, foi auxiliada pelas relações estabelecidas de ajuda, amizade e *afeto* entre irmãos.

Para Haesbaert (2006a), para compreender os processos migratórios, devemos perceber como que o território é construído por uma trama de relações sociais reticulares, na forma de território-rede, numa rede material e imaterial, como produzida pela memória dos migrantes, pelas ajudas financeiras, pelo duo presença/ausência e, também, a partir das trajetórias individuais, na relação com o espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, numa perspectiva não-euclidiana, mas com o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a “superfície” territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão e “profundidade”. A rede social, desse modo, é inerente à produção e manutenção do território no processo migratório.

Nesse sentido, as redes que são consideradas muitas vezes des-territorializadoras *podem*, também, como no caso da migração ser o *elo* material e simbólico – através dos contatos e vínculos sociais – para a reterritorialização de um sujeito e/ou grupo de migrantes em outro território. E, por isso, para Haesbaert (2006a), a diáspora e/ou a migração é um processo multiterritorial que se faz pela *interação* em rede, pois:

Mesmo que tenhamos apenas a sobrevivência de referências territoriais puramente simbólicas, e que estas se reportem não a territórios particulares (como o Estado nação ou a região de origem), mas aos múltiplos territórios ou à própria dispersão (territórios

dispersos) que compõem o grande território-rede da diáspora, ainda assim devemos falar num tipo muito próprio de reterritorialização, uma territorialização múltipla, na dispersão, articulada em rede, “com ou no movimento” (inerente à diáspora) e altamente simbólica – em outras palavras, uma multiterritorialidade em sentido estrito (HAESBAERT, 2006a, p. 356).

Assim, outra trajetória migrante motivada, em parte, por uma “singularidade” foi a relatada pela aposentada e descendente de italianos Nair Pilati; entre uma cuia e outra de chimarrão em sua casa, esta nos revela uma memória cheia de detalhes sobre a trajetória da mobilidade de sua família do Rio Grande do Sul para o Paraná:

Se tu soubesse essa estória, que complicada que é. Isso aconteceu por causa do meu pai, ele enlouqueceu, ficou louco! E daí ele escapou lá do Rio Grande [do Sul]. Ele fazia, porre, sabe? Quebrou com tudo lá dentro de casa e depois se mandou, montou a cavalo e depois foi num município ali perto, e daí ele ficou fora de casa um tempo e nós tudo com a uva madura do parreiral pra colher. Nós tinha cinco 5 alqueires de uva plantada, trabalhava só com parreira, fabricava o vinho. Daí ele escapou de casa louco e ficou fora de casa uns quatro meses sem nós saber notícias de nada. (...) E daí nós saímos de lá por causa que o pai voltou daqui de Francisco Beltrão. Porque ele veio pro Paraná e se achou aqui em Francisco Beltrão com uma família que era conhecida de lá onde nós morava, que eles vieram na frente, conhecido de antigamente. Então ele veio se enfiar aqui que eles eram comerciante, já tavam muito bem de vida. Aí ele veio daqui [de Francisco Beltrão] num dia que a gente tava na roça lavrando no meio de uma capoeirada, cheio de pedra; escutemos que chegou um caminhão na estrada, que lá não era costume passar caminhão; daí desceu o meu tio da estrada e perguntou em italiano “Aonde ta a tua mãe?” pro meu irmão, aí ele disse: “A mãe tá lá embaixo lavrando”. Aí apareceu o meu pai e foi lá aonde tava a minha mãe lavrando. Eu sei que nós não fomos lá ver ele, nós tinha medo, porque ele escapou louco! Aí meu pai encontrou a minha mãe e disse: “Chega mulher de trabalhar! Chega! Aqui chega! Vamos larga e vamo embora!”. E de fato dentro de 15 dia vendemos as coisas que nós tinha lá, só não vendemos a terra e viemos atrás dele; foi em 1956 (Nair Pilati).

Podemos assinalar que a ingestão de álcool pelo pai de Nair *pode ter participado*, dentre outros condicionantes como decepções no *trabalho*, para a migração para o Paraná. A ingestão de álcool e a aferida “loucura” *podem*, também, ter sido o “estopim” da crise psíquica que acarretou na *fuga* de um *território* vinculado a decepções e depressões ocorridas nas relações sociais que foram, portanto, a condição da des-territorialização.¹³⁹ Por isso, a mobilidade possibilitou nesse caso a troca de

¹³⁹ Para Ferreira (2001, p. 5), a loucura que acarreta a migração é resultado de *crises psicóticas* que “surgem geralmente quando o sujeito sente-se *oprimido* pelas exigências do presente ao mesmo tempo

território alimentado por uma nova esperança, por um novo sonho que se liga ao desejo da *mudança*, do aventurar, do buscar outro território, outras relações; do território onde trabalhar não era mais vantajoso e estimulante para o território da esperança, dos novos sonhos. Esse pode ser um caso, por exemplo, onde o migrante estava des-territorializado sem migrar, sem mudar de lugar, e só a mudança deste poderia possibilitar a re-territorialização através de novas relações sociais.

Ficou inerente, também, o papel desempenhado pelas *redes* de relações sociais, neste caso, pela *amizade* estabelecida através de “uma família que era conhecida de lá onde nós morava, que eles vieram na frente, conhecido de antigamente” e que “eram comerciante [e] já tavam muito bem de vida”, como relata Nair, é que seu pai manteve *contato* com um amigo (comerciante) e, por extensão, com *outro território*: o município de Francisco Beltrão. Talvez, a ascensão da família do comerciante e as novas oportunidades de inserção social no novo território, participaram, também, como condicionantes desta trajetória migratória. Migrar, deste modo, também é *fugir* de um território para outro; a des-territorialização se torna *área* de *fuga* na medida em que possibilita novas relações, novo território, enfim, uma re-territorialização em novas bases materiais e simbólicas.

O catarinense Leonel Viera Klump, hoje com 73 anos, com uma “fala mansa” e tomando seu chimarrão, comenta como foi a vinda para Francisco Beltrão, o *incentivo* e apoio dos irmãos para migrar e para se inserir na atividade que estes já trabalhavam, a pecuária:

Eu nasci no município de Concórdia, Santa Catarina. (...) Eu vim em 1964. Eu vim com três filha e uma nasceu aqui. Tenho quatro [filhas] mulher. (...) Ah! Porque lá, no tempo ainda dava pra viver, mais, depois teve um meu irmão que foi lá e me convidou pra vir pra cá, aí né? Tinha dois irmão, já aqui [em Francisco Beltrão]. Eles vieram, em [19]57, já tavam aí. É que lá não tinha resultado nenhum, né? Nós morava na colônia, tudo a boi, não tinha trator. Daí vim aqui pra fazer futuro. (...) Viemo de caminhão, naquele tempo era um Alfa Romeu. Naquele tempo trazia o poco que tinha junto, né? O que cabia no caminhão, as coisinha, né? (...) Eu vendi, eu tinha dez alqueire de terra

que se encontra atado ao passado, seja pela atração que este exerce, ou como *fuga* da realidade ameaçante”. Assim, “nas crises psicóticas (*surto*), as pessoas vão tornando-se estranhas, começam a desconhecer seus colegas de trabalho, falam coisas esquisitas, ficam agressivas e entram em agitação psicomotora ou explosão da ação, oposição e agressividade. São, então, dominadas e levadas para as emergências psiquiátricas. Toda esta manifestação subverte o sujeito, como se tivesse sido possuído pela alteridade, ou seja, o lugar do eu é subvertido pelo outro. Falas tais como: *ele ficou estranho, não falava coisa com coisa, estranhava as pessoas*, são comumente ditas pelos colegas perplexos que o acompanham” (p. 9, [grifos do autor]).

lá, eu vendi lá e comprei aqui com o dinheiro, né? Aqui tinha mais futuro, né? Porque lá na colônia tava morto, né? (...) Eu morei sete meses na cidade quando cheguei aqui na cidade, até construir aqui na chacrá. Desde que cheguei eu fui mexer com porco. Já tinha os irmão que trabalhava com porco e eu também fui mexe, né? Comprava aqueles porco magro e engordava com aquela lavajada. Eu só engordava, e o meu irmão é que comprava, comprava da colonada, era porco solto criado no meio do mato. Era uns colono mais antigo que criava porco solto, os primeiro que vieram morar aqui (Leonel Viera Klump).

Com os irmãos já territorializados e trabalhando em Francisco Beltrão, Leonel foi incentivado e instigado a *migrar* para Francisco Beltrão; as dificuldades em Santa Catarina, a falta de resultados na agricultura que desenvolvia em contraponto ao crescimento populacional do Paraná, o baixo preço das terras e o apoio dos irmãos na inserção social através da pecuária para trabalhar em outro município, também fizeram com que o catarinense viesse morar para o Paraná e trabalhar com seus irmãos.

Verifica-se que com o processo de “modernização da agricultura” no campo brasileiro aqueles colonos que não tinham possibilidades de comprar maquinários e nem incentivos do Estado para se manter no campo começaram a migrar, a “desanimar”, sendo a mobilidade uma *fuga* de um território onde as experiências e expectativas estavam frustradas para as expectativas de melhora em outro território, onde as esperanças/expectativas eram muitas e onde os irmãos lhe ofereciam *segurança* através do trabalho e das relações intra-familiares. Como menciona Leonel, “É que lá não tinha resultado nenhum, né? Nós morava na colônia, tudo a boi, não tinha trator. Daí vim aqui pra fazer futuro”. A necessidade e/ou desejo de “fazer um futuro melhor” em outro lugar condicionaram a mobilidade, aliado ao processo *seletivo* que ocorria no campo através da adentrada da “modernização da agricultura” que deixou ainda mais em condições desiguais aqueles que não puderam modernizar-se como, nos demonstrou através de sua trajetória migratória, Leonel.¹⁴⁰ A alternativa foi a migração, a mudança de lugar e de relações sociais aventando a melhoria nas condições de vida.

¹⁴⁰ A inserção de máquinas na agricultura, no processo de renovação técnica, tecnológica e produtiva através da racionalização da produção agrícola se processou com a alteração da estrutura agrária brasileira acarretando a *concentração* da terra em poucas mãos e expulsando milhares de pequenos agricultores do campo. Este processo é apontado por Argemiro Jacob Brum (1988), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1996) dentre outros. Um dos reflexos dessa “modernização conservadora” sobre a Região Sul, segundo Oliveira (1996, p. 37), foi o declínio de todos os tipos de produtores, significando que “o processo de expropriação foi praticamente absoluto, não só eliminando a possibilidade do trabalho camponês, como certamente atuando no sentido de concentrar ainda mais as terras”.

Salvador Verdi da Costa, gaúcho, 56 anos e aposentado, tem *orgulho* em nos contar a trajetória de sua família durante a vinda de Soledade, do Rio Grande do Sul a Francisco Beltrão. Este demonstra que tem um *sotaque* carregado, elemento que o diferencia, pois “cultiva” até hoje os *hábitos* gaúchos como o churrasco, a roupa (quando pode usar) como a bombacha, o lenço no pescoço e, especialmente, o *sotaque* e as expressões que participam do “universo cultural gaúcho”. No entanto, faz-se necessário dizer que esse “universo cultural gaúcho” foi inventado e representado como universal, mas que, de fato, não é, pois nem todos os gaúchos e gaúchas seguem as mesmas normas e valores sociais, vestem as mesmas roupas e nem pronunciam as mesmas expressões que tem na sua materialização máxima, o Centro de Tradições Gaúchas – CTG.

Assim, foi sentado ao lado de uma churrasqueira que Salvador narrou a sua migração (quando ainda era pequeno), levado pela vontade que seu pai tinha de obter terras para plantar:

Ah! tchê! Eu vim de Soledade, né? Rio Grande do Sul. Vim com os meus pais, a gente era em doze irmãos, na verdade. (...) faz 52 anos que nós estamos aqui, então... foi em 1956. Viemos todos da família. Nasceu uma irmã, que é a mais nova, da turma aqui. Nós viemos de Soledade direto pra [Francisco] Beltrão. Nós viemos na verdade, na época que nem seria [Francisco] Beltrão, era a Vila Marrecas, que era ali na Ponte [do rio Marrecas], tinha umas vinte, trinta casa ali, tinha um hotelzinho, tinha uma churrasqueira do galeto, isso aqui era mato na verdade. O meu pai foi pegando naquela época entrando em Beltrão, porque naquela época era picada, né? Aqueles picadão, né? Tchê! Pra achar o terreno. Na verdade naquela época o cara quase nem comprava terreno. O cara metia os peito, assim, né? Tchê, pegava o facão, metia uma foice, né? No lugar e fazia uma picada ao redor e, você respeitava (...) O meu pai comprou doze alqueire de terra aquela vez, aqui. Aquilo era praticamente quase dado, baratinho, né? O meu pai vendeu o terreno no Rio Grande do Sul, né? Daí veio aqui e comprou. Até pra trazer o gado nem embarcado não foi, tudo tocado, passado rio e tudo. Tocadito, quatro, cinco cavalo e o gado tudo tocado. A mudança sim veio num caminhão, mas o gado e os cavalo, veio tudo tocado. Daí naquelas épocas era um sertão terrível aí, meu pai queria arruma umas terra pra planta. Mas era muito pinhal aí, né? Daí o véio [pai] foi indo, foi indo, achou aquela terra com bem menos pinheiro, mas, ainda assim, tinha pinheiro. É que aonde é mato branco, assim, é mais bom pra plantação. Era mais acidentado do que aonde tinha pinhal, mas a terra era boa (Salvador Verdi da Costa).

Salvador demonstrou na narrativa de sua trajetória migratória, a forma como se processaram a procura de terras, os anseios de seu pai e o que existia na Vila Marrecas

no período. Também, ressaltou a forma como traziam a mudança no caminhão e os animais que vinham “tocados”, ou seja, vinham a pé, num percurso que de Soledade, no Rio Grande até Francisco Beltrão, no Paraná, levavam-se dias para serem feitos. A concepção da época, pela escolha de “terra de morros” e de não querer terra que tinha pinheiro (araucárias), mesmo sendo mais planas, está relacionada com aquilo que acreditavam, ou seja, as terras com relevo acidentado seriam mais produtivas, eram aquelas que tinham “mato branco” e que não tinham araucárias que eram as mais férteis.

No entanto, em outras partes de sua narrativa, Salvador demonstrou também a pressão violenta que os latifundiários estavam fazendo, neste período, no Rio Grande do Sul, mais precisamente nesse caso em Soledade, o que “forçou” também seu pai a migrar com a família e a “colocar os filhos melhor aqui”:

Nas épocas, que lá [em Soledade] era um lugar de fazenda, né? Terra velha, né? Então um foi comprando do outro lá. E, veja bem, no Paraná: o Paraná era um sertão de mato e o pobre queria uma terra que produzisse bem, ainda mais uma família igual a nossa, com 15 pessoas com os dois velho (pai e mãe), era um povão, né? Então, o meu pai vendeu lá pra coloca a fiarada bem, né? Aqui. Nós lá no Rio Grande [do Sul] era meio criado a ponta de faca, não tinha muito recurso e, então, ali em Soledade, ali aonde a gente morava, os fazendeiro foram tomando conta. Hoje tá só os grande fazendeiro, como aqui mesmo aconteceu e acontece ainda (Salvador Verdi da Costa).

O migrante apontou elementos importantes como a pressão demográfica e o processo de *expropriação* que “os pobres” e/ou pequenos produtores estavam passando em Soledade, no Rio Grande do Sul. O grande número de filhos e as terras “esgotadas” do Rio Grande do Sul, “terras velhas”, “envelhecidas” por processos de saturação do solo e que sem condições de corrigir este com adubação se tornaram, logo, inviáveis para a pequena produção agrícola.¹⁴¹ A possibilidade de encontrar “terras novas” mais férteis, por serem virgens e por terem uma cobertura vegetal, incentivou os gaúchos a se deslocarem para o Paraná. A falta de recursos, o desgaste do solo e o grande número de filhos aliado à forte pressão feita pelos latifundiários participaram dos *fatores de expulsão* (como nos termos de Singer [1981]) no Rio Grande do Sul, que, por outro lado, foram condicionados pelos *fatores de atração* no Paraná, como terras mais férteis,

¹⁴¹ Esse processo de expropriação dos pequenos proprietários rurais do Rio Grande do Sul e da concentração das terras nas mãos dos fazendeiros foi verificado por Heidrich (2000); isso desencadeou, em parte, o *forte* processo migratório para o Paraná, através das tensões e das relações de poder ocorridas neste estado entre pequenos proprietários e latifundiários (HAESBAERT, 1988).

baixos preços das mesmas e pelas novas oportunidades que poderiam surgir em um (novo) território “onde estava tudo por fazer”.

Salvador relatou ainda o papel da *informação* (através da “notícia” que “corre”) demonstrando o *peso* dos gaúchos na migração para o Paraná e, deste modo, na população que ocupou em sua maioria o estado:

Sabe? Que a notícia corre. O Paraná era um sertão, né? A mesma coisa que a Amazônia, né? A Amazônia nós sabemos que é a área maior de mata que tem. Então, de repente, naquele tempo, alguém veio pra verifica as terra no Paraná; pra dizer, dá resposta prá gauchada, e o povo gaúcho veio a maioria morá pro Paraná naquela época. Aqui ande você sair e conversar: “Eu sou gaúcho, vim pequeno de lá, mas nasci lá no Rio Grande do Sul” (Salvador Verdi da Costa).

Contudo, as terras do Paraná foram alvo de interesses de madeireiros, de pessoas que já trabalhavam na atividade no Rio Grande do Sul e que, com a falta desta matéria-prima no estado gaúcho, se deslocam para, por exemplo, Francisco Beltrão, em busca de madeira e da manutenção das suas vidas nessa atividade. O descendente de italianos e alemães, Alfredo Antonio Presente¹⁴², aposentado e com 63 anos, se circunscreve neste contexto da migração por interesses (sobretudo, econômicos) na exploração da maneira e/ou “pinhal” que existia no município:

Viem em 1949 pra [Francisco] Beltrão. Viemo por causa do Pinhal né? Tchê! Por causa da madeira. Lá onde nós tava no Rio Grande [do Sul], nós não tinha mais lenha pra queimar, naquela época, pra tu ver; daí nós viemo pra cá por causa da madeira. Lá falavam muito que aqui tinha bastante madeira. Depois aqui nós serremo alguma madeira pra mandar pra Porto Alegre (Alfredo Antonio Presente).

Alfredo ressaltou também durante sua narrativa, os altos preços das terras do Rio Grande do Sul em contraposição aos baixos preços das terras no Paraná, pois pagava “micharia” e “comprava a preço de banana” por uma grande quantidade de terras, “só numa pegada compremo 100 alqueire de pinho”; o que lhe interessava era comprar terras com araucárias, grande matéria-prima para sua indústria madeireira: a serraria. Por isso, informou como trouxeram e instalaram a serraria em Francisco Beltrão e que

¹⁴² Alfredo Antonio Presente narrou, também, como foi a chegada ao novo território e as dificuldades encontradas no acesso: “Quando chegamos em Beltrão naquela época, até Nova Concórdia [comunidade rural], demoramos mais quatro dias. Ia pelos picadão, mas aí tinha que i alargando a picada, porque o caminhão da mudança era largo. Os picadão era aberto pelo caboclo, passando de cavalo tava loco de bão, nem carroça não existia naquela época”.

as madeiras, isto é, “o pinhal”, foi a “ilusão da época”, era o que o motivou para a migração. A “*ilusão*” foi, portanto, o que fez com que ele e sua família se deslocassem do Rio Grande do Sul para o Paraná: a *cobiça* pelas madeiras em território beltronense:

Lá tinha terra, mas não era muito, em torno de uma colônia, não me lembro bem, pra plantar mandioca. Vendemo lá, fizemo um dinheirão; naquele tempo era dinheiro, 180 conto de réis¹⁴³ e daí compremo aí [em Francisco Beltrão]. Aqui comprava por preço de banana. Só numa pegada compremo 100 alqueire de pinho, depois fomo comprando mais. Compramo em Nova Concórdia [comunidade do interior de Francisco Beltrão] (...). Pagamo micharia, a troco de banana. Aí começamo a derrubar pinheiro e serrá. Trouxemo a serraria de lá do Rio Grande [do Sul] também, foi colocado ali. É onde tá os meus primo até hoje tem serraria. Aquele tempo à ilusão era o pinhal! Que as terra de pinhal na verdade não valia nada, né? Era muito fraca. Só depois foi destocado, colocado o calcário daí sim deu uma melhorada e passou a render mais do que a outra, de morro. A vantagem que era plana. (...) Derrubemo o pinhal, aí foi destocada pé por pé. A madeira vendia, a maioria pra Porto Alegre, lá fazia casa, móveis. Na época dava muito lucro. Daí, depois foi feita uma parte [da terra] de inverno e a maioria ficou pra granja, hoje é tudo granja. Planta soja, milho, às vezes feijão. Mas, demorou pra plantar, porque pra destocar demorou um tempo (Alfredo Antonio Presente).

O *território* para o migrante, deste modo, apareceu como *recurso*, como base material com grande *fonte* de *recursos* – a *madeira*, especialmente a *araucária* que existia em abundância no Sudoeste paranaense no período. A mobilidade foi motivada por interesses *econômicos* e pela *exploração* de um *território* enquanto recurso, portanto, de uma riqueza natural, a madeira com baixo preço para exploração; as terras com araucárias não estavam ainda valorizadas e adquiriam-se grandes extensões de terras com este recurso, como percebemos na entrevista, a baixos preços. A migração, o “desbravamento” através da colonização implicou, nesse sentido, grandes destruições e danos à floresta das araucárias no Paraná, desencadeando e acentuando o desmatamento nas florestas brasileiras.¹⁴⁴

¹⁴³ Segundo Alfredo Antonio Presente seria o equivalente a R\$ 100.000.

¹⁴⁴ Conforme informou o Jornal de Beltrão (29/11/1989, p. 16), “Em meados da década de 50, iniciou-se na região sudoeste [paranaense] a exploração da madeira. Explorou-se prioritariamente o pinho (araucária), cujo objetivo principal era a construção de casas residenciais, estábulos e outras benfeitorias para as zonas agrícolas e nos vilarejos, na construção de casas e armazéns. A entrada de agricultores vindos do Sul, deu um novo rumo à agricultura da região e uma nova fachada à nossa economia, com a instalação de muitas serrarias. No início dos anos 60 mais de 150 serrarias estavam instaladas na região e, com isso, inicia-se a exportação para os Estados do RS, SP, RJ, MG e, também ao exterior: Argentina, Estados Unidos e Inglaterra, entre outros, apesar das precárias condições dos meios de transporte. Nessa época é introduzida, também, a indústria de esquadrias, que produzia para a exportação. E também a indústria de móveis de madeira, mas esta se limitava a abastecer o mercado regional. As espécies de

Na foto 8, a seguir, demonstramos uma serraria instalada no interior de Francisco Beltrão e explorando madeiras na década de 1950.

Foto 8: Serraria em Francisco Beltrão – década de 1950



Fonte: Nivaldo Kruger (2004).

Plácida Adria, professora aposentada pelo município de Francisco Beltrão, descendentes de poloneses e com 77 anos, nos informou, em conversa amistosa, os motivos de sua mobilidade:

Lá do Rio Grande [do Sul] eu vim casada. Casei lá no Rio Grande [do Sul] daí vim morar pra cá. No ano de 1953, que chegamo em Beltrão.

madeiras mais exploradas e comercializadas eram o pinho, o marfim, a peroba e o cedro. Houve um grande impulso no desenvolvimento econômico regional, atraindo comerciantes agricultores e outras pessoas a apostarem na exploração madeireira e outros setores, de necessidades básicas, que muito influenciaram para o progresso da região. A indústria madeireira, nessa época, representava, aproximadamente, 50% da economia regional e empregava, mais ou menos, 60% da mão-de-obra assalariada. A exploração da madeira, pelas serrarias, muito representou para a economia regional. De pequenas serrarias, se transformaram em indústrias de beneficiamento de madeira; vários proprietários de terras diversificaram suas atividades, apresentando as terras desmatadas para o desenvolvimento da agropecuária, reflorestamento, mecanização da agricultura atraindo, dessa forma, novos investimentos. A indústria [madeireira] ainda denota expressividade para nossa economia [ano de 1989], porém, não mais com a mesma intensidade e importância. Restringe-se, praticamente, ao beneficiamento e produção de laminados, reduzindo consideravelmente a industrialização de esquadrias e móveis. Cerca de 40% da matéria-prima utilizada provem de madeiras nativas, em pequena parte da região e o restante vem do norte do país e do Paraguai”.

(...) Eu vim de Erechim, no Rio Grande do Sul. Lá nós trabalhava tudo na roça, depois que nós viemos pra cá eu fui dar aula e o meu marido começou a trabalhar como marceneiro. Os meus pais vieram uns quatro anos antes que nós viemos pra cá. Os pais, daí tinha um tio meu aqui já antes. Esse tio fez umas quantas viagens pro Rio Grande [do Sul] contando às maravilhas que tinha pra cá, dizendo que aqui era um lugar bom, novo, que tinha oportunidade. Aí nos também era muito ligado aos meus pais e, sabe? Nós acabemo ficando meio sozinho no Rio Grande [Sul] e viemo pro Paraná. Aqui os meus pais ajudaram nós no começo a se ajeitá na vida, arrumá serviço e daí a família ficou mais próxima, mas unida, né? Aí ficou melhor pra se viver também (Plácida Adria).

Um ponto fundamental na rede de relações sociais é a ajuda familiar e a relação afetiva, de solidariedade entre os parentes (o que não retira os conflitos e tensões que também permeiam essas relações sociais). Nesta trajetória migratória verifica-se o papel desempenhado pela *informação* levada através de um familiar (tio) que tece *contatos* e *representa* o território de destino *apresentando-o* enquanto “maravilhoso”, isto é, Francisco Beltrão.¹⁴⁵ Pela *solidão* e pelo sentimento de “estar sozinho”, sem seus familiares com quem tem vínculos e laços fortes¹⁴⁶ como com os pais, transformando o município do Rio Grande do Sul em um “não-lugar”, ou em um “não-território”, é que Plácida e seu marido se condicionam a migrar para o Paraná, para próximo de seus familiares em Francisco Beltrão.¹⁴⁷

Por isso, é que Plácida Adria (junto com seu marido) deslocaram-se para o Paraná, pois, como afirma a migrante, “Nós acabemo ficando meio sozinho no Rio

¹⁴⁵ Goettert (2004, p. 138, [grifos do autor]), considera que “as representações dos lugares assumem, na troca de informações entre *gentes de cá* e de *lá* – dos possíveis lugares de destino e de origem –, papel importante e, muitas vezes, até determinante na construção de expectativas sobre os *lugares de futuro*. Esta construção se dá, no mais, em duplicidade, uma vez que na elaboração de expectativas positivas ou cautelosas sobre os lugares de *lá* também acabam se projetando expectativas negativas sobre os lugares de *cá*. Isto não significa afirmar que a construção das expectativas sobre ambos os lugares ocorre simultaneamente, mas de que as expectativas sobre possíveis lugares de destino fazem com que haja uma aceleração das expectativas negativas sobre o lugar a ser *deixado*. Assim, as informações e os contatos podem definir uma *mudança* no imediato, mas que, explícita ou implicitamente, já vinha se *gestando* para sujeitos com potencialidade migratória, que pode diferir muito entre irmãos, familiares e parentes”.

¹⁴⁶ Para Scherer-Warren (2007), vínculos fortes na rede de relações sociais são aqueles que exercem uma relação de centralidade e proximidade física e social na vida do sujeito como, por exemplo, aqueles feitos no âmbito familiar (entre pais e filhos; entre marido e mulher), e entre amigos, especialmente, entre compadres; já os vínculos fracos são aqueles que não exercem uma relação de centralidade na vida de pessoas, como por exemplo, aqueles vínculos feitos em função da amizade, da religião, da identidade, do trabalho etc.

¹⁴⁷ Marc Augé (1994) considera sob o olhar da antropologia que o não-lugar é definido por um espaço que não possibilita e/ou não constrói afetividade, apego ou enraizamento; logo, o não-lugar é construtor de solidão, similitude e não enraizamento. O não-lugar, nesse sentido, se encontra não migração com o não-território na medida em que possibilita (isso no território de origem ou destino da migração) a criação de solidão, de não afetividade a aquele recorte espacial, ou seja, das relações sociais que se processam neste, sendo, por isso, motivadores (em sentido amplo) da mobilidade.

Grande [Sul] e viemo pro Paraná”. Ou seja, os *vínculos* familiares (*fortes*) *podem* definir o território de destino do migrante; sendo o território uma *relação social*, a *ausência* dos familiares (os pais) no Rio Grande do Sul fez com que Plácida Adria se sentisse *desencaixada*¹⁴⁸ em Erechim; logo, o *reencaixe*, isto é, a reterritorialização das relações sociais no Paraná, no município de Francisco Beltrão se processou com a ajuda dos familiares, como afirma Plácida: “Aqui os meus pais ajudaram nós no começo a se ajeita na vida, arruma serviço e daí a família ficou mais próximo, mas unido, né? Aí ficou melhor pra se viver também”; essa ajuda acarretou, portanto, uma reterritorialização *funcional* (através do trabalho) bem como (e concomitante), uma reterritorialização *afetiva* com o território de destino, pois a relação afetiva junto aos familiares potencializou e possibilitou, através do maior convívio familiar, das visitas, da ajuda, da afetividade com os parentes e, por extensão, com o *novo território* de destino na mobilidade. Os laços *fortes* (como de pai, mãe e irmãos) através das redes de relações familiares, *podem* definir o indivíduo a migrar ou ficar.

Neste âmbito, as motivações que perpassaram a migração para o Sudoeste paranaense contaram com a presença efetiva das redes de relações sociais, entre os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, e na *construção* e manutenção de um território-rede, tendo a informação e as relações de amizade e de parentesco um forte vínculo socioespacial para a mobilidade de gaúchos e catarinenses para o território paranaense. As motivações para o deslocamento se deram – como demonstramos através das trajetórias migratórias – em função de *motivações multidimensionais* como as de interesses econômicos, mas, também, de relações de amizade, de parentesco enfim, contando com elementos *objetivos* (como a busca de terras, trabalho e madeira), como a vinda em função de elementos *subjetivos* como o desejo, a aventura, a “loucura”, a doença, a amizade e/ou afetividade familiar etc.

Contudo, a des-territorialização gaúcha e catarinense para o Paraná contou com as relações de *estranhamento* no novo território e, portanto, das relações de comparações entre os territórios deixado e chegado na mobilidade, que faz parte da transterritorialidade migratória. Esses estranhamentos e comparações se processaram através das relações cotidianas que os sujeitos realizavam no território deixado e que procuraram realizar no novo território, além das características das pessoas e, portanto, do próprio território, das *singularidades*, das novas relações.

¹⁴⁸ Para Giddens (1991, p. 29) desencaixe é o “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação em outro tempo-espço.

Neste sentido, percebemos através das entrevistas as situações em que os migrantes apontavam como de *estranhamentos*, das *diferenças* de comportamentos, cheiros, gostos, sons etc., do novo território que denota, portanto, o processo de des-re-territorialização e de transterritorialidade. Para Dozolina Bertaiolle, por exemplo, os *estranhamentos* e as *diferenças* no novo território apareceram nas missas (ambiente que freqüentava assiduamente no Rio Grande do Sul) através do comportamento diferente do padre e nos *gostos* oriundos dos produtos da/*na nova terra*:

Eu estranhei as missa daqui, que Deus o livre! Porque lá [no Rio Grande do Sul] era tudo padre capuchinho; lá era mais comportado os padre, mas calmo, né? (...) A diferença aqui [em Francisco Beltrão] era o jeito deles rezar as missa, assim, eles davam de dedo quem ia na zona, ele fazia assim com os dedo. Nossa, eu parecia que não tava nem na missa (risos). Lá era diferente. Lá eles chamavam o pessoal pra missa, aqui parece que eles tocavam. Ou então o padre perguntava quem ia. Nossa, então eu estranhei, estranhei, estranhei... Meu Deus do céu! Que padre diferente! E lá era tudo aqueles mansinho, da roupa comprida, da roupa marrom, nossa que diferença; aqui se bobeassem ele xingavam a gente, eram bravos (risos). (...) Muita coisa daqui que eu estranhei: café, principalmente, café pra quinze dias quando cheguei aqui tomava chá. Café muito ruim eu achei daqui (risos). Olha o café achei muito ruim; batatinha sem gosto, iii... muita coisa que a gente, eu achei sem gosto, a comida, parece que a terra era deferente. Aqui parece que as batatinha sem gosto, né? Até a água eu estranhei aqui, demorei pra me acostumar com a água aqui, parecia mais ruim (...) Erva [mate], muito ruim aqui também. Só que aqui agora a erva [mate] tá ficando mais boa aqui do que no Rio Grande [do Sul]. Tem três anos que eu fui pro Rio Grande [do Sul], só que não pra banda que eu morava, fui lá pra banda de Porto Alegre, fui lá em Canela, Gramado aqueles lado lá. Mas olha, a erva [mate] ruim, ruim que nossa. Não dava pra tomar chimarrão (Dozolina Bertaiolle).

Sendo que a identidade gaúcha e catarinense esteve ligada intimamente à religião, especialmente a católica, é perceptível que as relações de estranhamento e de transterritorialidade se deu nas missas que os migrantes freqüentavam. É claro que a religião católica adotou (e adota) *estratégias* diferenciadas dependendo do território e do contexto histórico-geográfico em que as relações sociais se inseriam e se processavam.

Em um território novo, como em Francisco Beltrão, com a expansão da fronteira agrícola e urbana e com uma forte atração de migrantes, era imprescindível que o padre adotasse uma postura política *disciplinar* (e, por isso, talvez se demonstrasse “agressivo”, “bravo”, como relata migrante), pois a necessidade de construir uma *identidade* territorial vinculada e acionada, a partir do povo ordeiro e trabalhador, se

relaciona à ideologia da concepção *cristã* do povo trabalhador, disciplinar e ordeiro no novo território. Estrategicamente, a Igreja Católica atuou como disciplinadora no novo território aliado aos interesses do Estado-Nação. A Igreja Católica auxiliou na formatação do sujeito ordeiro e disciplinado e, portanto, na produção de um território *rigidamente* controlado.¹⁴⁹

Também, o novo território apresentava gostos diferentes e novos sabores como ressaltou a migrante, “da erva [mate], da batatinha, da água, do café”, afirmando que “muita coisa eu achei sem gosto, a comida, parece que a terra era deferente”; ou seja, a reterritorialização no novo território implica um processo de *ressignificação cultural* que estava vinculada à “adaptação” aos novos sabores, aos novos gostos, *a nova e diferente terra!*¹⁵⁰

É importante observar, ainda, que as comparações feitas pela Dozolina entre a erva-mate no momento da chegada no Paraná e a erva-mate da visita ao Rio Grande do Sul há poucos anos, demonstra as condições de *transterritorialidade*, da situação *dúbia* do migrante de antes pertencer/perceber certa situação/relação no território deixado, e que após algum tempo presente em outro território, esta situação/relação *pode* mudar completamente, como neste aspecto cultural relacionado ao novo *gosto* da erva-mate, pela ausência no território deixado.

Angelina Pedron, gaúcha e hoje com 81 anos, relatou o estranhamento que sofreu na chegada ao povoado (Vila Marrecas), especialmente sem a energia elétrica em que estavam *acostumados* a ter no Rio Grande do Sul; diferença que a fez, inclusive, querer voltar ao município de origem:

Ah! Eu estranhei! Eu achei assim: “Poxa! O que vamo fazer agora ali no mato sem luz?” Só tinha luz do Camilotti, né? [Serraria que se localizava no centro de Francisco Beltrão]; só luz do Camilotti, e só

¹⁴⁹ Jahyr de Freitas Júnior (em entrevista realizada em 31/01/2008) nos contou sobre a *influência* e o *controle* exercido pela igreja católica sobre Francisco Beltrão e seus habitantes no início da colonização: “A igreja [católica] tinha bastante influência na cidade, bastante. (...) Olha ninguém se atrevia a contrariar nada do padre, ninguém se atrevia. Não sei se era força, mas era um respeito exagerado, entendeu, era um respeito exagerado, entendeu. Então nos sermões do padre, ele dava paulada em todo mundo, você entendeu. O Padre Afonso, então, era meio louco, dava paulada em todo mundo. (...) A procissão, Deus me livre! Era obrigatório ir. Eu no dia da procissão, ao invés de ir, ia jogar bola. Ah! Na segunda-feira ele [o padre] chegava e perguntava: ‘quem não foi na procissão levanta a mão?’. Então era eu e o outro que levantava a mão. E aí o bicho pegava (risos). (...) Então a Igreja sempre teve muito controle das coisas que acontecia aqui em [Francisco] Beltrão, tudo tinha que passar pelo aval do padre”.

¹⁵⁰ Conforme Ademir Pacelli Ferreira (2005, p. 157), sob o olhar da psicanálise “a estranheza provoca a desarticulação do eu (...) e este busca no familiar a certeza de sua integridade. Nossa realidade é uma realidade significativa e ordenada por tudo que faz sentido; sem o nexos dos sentidos, tudo fica desarticulado (...). Mas, sem o encontro com o outro, com a diferença, nos reduzimos à mesmice”.

até as dez [da noite], depois não tinha mais luz. E lá no Rio Grande [do Sul] a gente tinha todo mundo luz. (...) Ah! A gente fica sem a luz dá muita diferença, né? (...) Aí muitas vezes eu pensei em voltar embora, eu pensei: “Acho que nós vamo embora”. Ah! Vai ficar aí. Depois foi, a gente se acostumou aqui, vai conhecendo vai ficando, mas não é fácil no começo. (...) Ah, depois que se acostumo daí tá bom, daí foi. Mas no começo foi sofrido. Aí a gente começou a pegar amizade com um, com outro, daí passou, né? E mas no início tudo as coisas é meio sofrido né? depois vai levando, mas nós sofremo muito. Trabalhemo muito, daí não tinha uma casa, não tinha um tanque de acordo, o primeiro ano tinha que fazer tudo, por o tanque, aí tinha que puxar água do poço, né? Tudo com galão de óleo. Depois eu engravidei de mais um, já foi, Deus o livre! (Angelina Pedron)

As diferenças encontradas entre o território de origem e de destino na mobilidade denotam a condição e a situação de transterritorialidade de pertencer a dois territórios e não pertencer, contraditoriamente, a nenhum.¹⁵¹ Na trajetória migratória de Angelina Pedron a falta de energia elétrica, elemento que participava da vida cotidiana da migrante no Rio Grande do Sul, faz com que a mesma se deparesse com um território *estranho*, com um território que a faz pensar em voltar, em querer voltar. Mas, depois estabelecendo relações especialmente as de amizade, pois “Aí a gente começou a pegar amizade com um, com outro, daí passou, né?” foram sendo feitas novas relações, novas teias relacionais e territoriais que criaram novos *vínculos afetivos* e ligações com o novo território e com outros sujeitos que acarretaram, em grande medida, a re-territorialização.¹⁵²

A amizade, deste modo, ajudou na amenização das relações de estranhamento com o novo território e no processo de *ressignificação* cultural e simbólico ao novo solo e às novas relações estabelecidas nele. A nova base material e simbólica e suas relações

¹⁵¹ Para José de Souza Martins migrar “é mais do que ir e vir – é viver em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais”. Assim, *ser migrante* “é viver tais contradições com duplicidade, é ser duas pessoas ao mesmo tempo, (...) é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É até mesmo, partir sempre e não chegar nunca” (1986b, p. 45).

¹⁵² Fazito (2002, pp. 6-7), considera que as redes de relações sociais devem ser *compreendidas* pelos *vínculos* criados no território de origem e de destino na migração por migrantes e não-migrantes que, “unidos” e em interação em rede criam uma *teia territorial complexa* de papéis sociais entre familiares, amigos e de relações interpessoais complementares que, resultam no processo de *adaptação* do migrante. Desse modo, a rede migratória não precisa ser fortemente institucionalizada, mas pode se organizar em torno de um princípio compartilhado: isto é, a rede de migração difere de grupos sociais específicos como à família, mas *pode sobrepor* vários grupos e seus vínculos em um único processo social. Assim, as redes sociais como vínculo territorial e relacional compartilhado por indivíduos pode atuar como meio de ligação e mecanismo de transmissão de recursos e informações, além, das redes de migração exercem uma influência poderosa sobre a seleção de quem migra e *quando*. Portanto, as redes sociais também podem ser entendidas como “causas” da *adaptação/assimilação* dos migrantes na sociedade receptora, por exemplo.

participaram do processo de des-territorialização, mas, participaram, também, do processo de re-territorialização, ou seja, como afirma a migrante, “Ah, depois que se acostumo daí tá bom, daí foi”. A base material foi inerente, também, à transterritorialidade na migração, que mesmo sendo uma dimensão subjetiva da mobilidade, participa nos e dos objetos materiais, principalmente, através dos símbolos.

Florinda Cobo Viera relatou, também, seus “espantos” e estranhamentos que ocorreram quando chegou à “nova terra” vinculadas às suas relações do cotidiano, da casa e do trabalho:

Eu tava pra ganhar um filho e vim morar numa casa que não tinha nada, nem porta. Pelo amor de Deus! Que casa velha e feia; sem divisão, tudo no grito. Ninguém tinha água. Tinha que ir lá no Campanholo [outra propriedade rural] que tinha um açude buscar água. A gente ia buscar água pra toma e ia lavar roupa no açude. Tinha um tanque comprido e tudo a mulherada lavando roupa na beirada do açude. Quando ia pra casa, cada uma com o seu balaio de roupa por cima da cabeça. E aquelas roupa que não dava pra torcer tinha que deixar pro outro dia; era um sofrimento. Sem luz, sem água, sem nada (Florinda Cobo Viera).

As relações de estranhamento se processam no novo território pela condição de transterritorialidade advinda do outro território; das relações, das pessoas, dos objetos enfim, de todos os elementos que faziam parte de sua vida cotidiana no território deixado; por isso, o novo território apresentou elementos diferentes, dissonantes e singulares ao seu modo de vida que lhe causaram estranhamento e *sensações* como a do “feio”, do “desorganizado”, do diferente, do “ruim”, do “difícil”. A condição da transterritorialidade implica em ver e experienciar o novo território com os “olhos de fora”, com as sensações e experiências oriundas de um outro tempo-espaço onde a energia elétrica e a água encanada, por exemplo, já faziam parte do seu cotidiano, eram inerentes ao seu *espaço de referência*. Por isso, a transterritorialidade demonstra as relações entre estar no novo território com as sensações de outrora, com as sensações da outra base material e do *eu* com o *outro*. É o momento onde as *referências espaciais parecem se embaralhar no migrante* diante da nova realidade, das novas experiências, das diferenças do novo território e das suas relações.¹⁵³

¹⁵³ Ferreira (2005, p. 158, [grifos nossos]) afirma que “longe do espaço familiar, o sujeito sente-se sem o seu invólucro e, ao perder o seu espaço mínimo de referência, fica aberto à incidência ameaçante e arrebatadora do outro”. E, ainda, para o autor o “surto psicótico no migrante recente (...)” como desdobramento das vicissitudes do deslocamento, pois este implica a perda do espaço de referência e a incerteza com a qual o sujeito se defronta. Experiência esta que aumenta os temores, que vão tomando

Hiolanda Tibola Luza, em uma narrativa cheia de emoção, descreveu sua des-territorialização para o Paraná, lembrando o Rio Grande do Sul como *território da saudade* e do *pertencimento*, ligado aos familiares, aos descendentes da cultura italiana e das suas relações de transterritorialidade entre o Rio Grande do Sul e Francisco Beltrão, com a vontade/*desejo* de voltar:

Era bastante diferente aqui [Francisco Beltrão] do Rio Grande do Sul. A gente era diferente, o lugar, né? Não era quem nem lá. Lá tinha fruta, tinha de tudo, mas depois a gente se acostumou. Aqui era só mato. As pessoas, aquela caboclada. Mas, mais era a saudade que a gente tinha de lá, né? Tinha saudade da gente de lá e do lugar. Porque a gente nasceu e se criou lá, né? A gente veio pra cá chorando, parecia que a gente ia no fim do mundo! Sabe? Que não voltava mais, a gente pensava isso (...). Mas a gente sente, ainda agora eu sinto saudade de lá. Eu se fosse pra dizer, sair daqui, eu queria morar pra Rio Grande [do Sul] de novo. Porque a gente lá é italiano, fala tudo italiano, vou lá no irmão a gente se sente à vontade, porque Deus o livre! Não é fácil! (...) A gente queria experimenta mudar a vida, fazer mais progresso, né? Lá as terra era fraca, magrinha, dava poco já, não tinha adubo, agora é tudo máquina, adubo e a gente plantava só com a enxadinha, e as terra meio magrinha não dava nada, não dava mais, achava que era melhor, fazer futuro aqui. (...) Ele [o marido] já tinha vindo antes, arrumado o lugar pra gente. Mas, parecia que a gente vinha no fim do mundo. A gente sentiu muita saudade de lá (Hiolanda Tibola Luza).

A *destruição* do território no Rio Grande Sul através da migração para o Paraná acarretou em estranhamentos no novo território, na *saudade*, na perda do território de *referência* identitária através da relação entre os descendentes de italianos, entre “os seus”. Como a migrante apresentou, o novo território era diferente, as pessoas eram outras: “As pessoas, aquela caboclada”; ou seja, o *eu* se encontra (e se defronta) com o *outro*, com a situação de alteridade e de insegurança na relação com o outro, e com o outro território de vida que não mais aquele de referência ontológica de existência antes da migração. A migrante, portanto, se depara e adentra no “território do outro”.¹⁵⁴

Contudo, o que a des-territorialização acarretou na destruição do território de referência identitária são as relações das pessoas e, portanto, do território, território este que se torna da *saudade*, pois “mais era a saudade que a gente tinha de lá, né? Tinha saudade da gente de lá e do lugar. Porque a gente nasceu e se criou lá, né? A gente veio

uma conotação persecutória, levando a uma atitude de desconfiança generalizada e ao sentimento de inquietude (...) o sujeito está se sentindo comprimido e invadido por um espaço intrusivo e ameaçante”.

¹⁵⁴ Conforme Ferreira (2001), a alteridade subjetiva no migrante se dá pelo confronto com o lugar estranho e da estranheza do eu com o *outro* no novo espaço de vida. A aventura no “território” do outro pode ser ameaçadora e fascinante para o migrante recente, que tenta responder rapidamente às exigências internas e externas. A fragilidade pelas perdas do deslocamento, facilita a emergência da alteridade.

pra cá chorando, parecia que a gente ia no fim do mundo! Sabe? Que não voltava mais, a gente pensava isso”. Assim, a *saudade* é elemento inerente da mobilidade territorial que acarretou a “*violência*”¹⁵⁵ através do desenraizamento que se deu pelo desprendimento das relações que eram desenvolvidas no município do Rio Grande do Sul e na insegurança em não mais voltar; de migrar para um território desconhecido, do outro, que “parecia o fim do mundo”.

As relações identitárias vinculadas à cultura de descendentes de italianos, a *coesão* e amizade intra-familiar no Rio Grande do Sul, *enraizavam* e davam sustentação a migrante através dos vínculos afetivos que condicionaram – com a mobilidade – o sentimento da *saudade*, do território da saudade, da saudade dos familiares e das relações tecidas no interior de um território cultural, de uma identidade territorial e de uma territorialidade a partir da cultura de descendentes de italianos, como narrou a migrante: “Mas a gente sente, ainda agora eu sinto saudade de lá. Eu se fosse pra dizer, sair daqui, eu queria morar pra Rio Grande [do Sul] de novo. Porque a gente lá é italiano, fala tudo italiano, vou lá no irmão a gente se sente à vontade”; ou seja, a transterritorialidade migratória condiciona a saudade e o desejo do retorno. À vontade de experimentar mudar de vida e de mudar de território na procura por melhores condições de vida, apresenta elementos *subjetivos* inerentes à condição do ser humano na mudança de base material e social, pois o sujeito sente saudades de onde saiu e de onde tecia suas relações, especialmente as afetivas: aquelas ligadas aos amigos e aos familiares.

Entretanto, contraditória e ambígua foi como a transterritorialidade migratória se apresentou na fala da migrante, afirmando que:

Se eu isse mora pra lá, eu sentia saudade daqui agora, porque a gente agora, o nosso lugar é aqui agora, porque a gente se sente bem aqui. Eu acho que digo que ia morar pra lá, mas a gente não ia mais porque a gente se acostumou aqui agora, tem os filhos... a gente tem muito amigo, conhecido, conhece a cidade inteira, né? (Hiolanda Tibola Luza).

Sendo o território uma *relação social* de apropriação e/ou dominação de um recorte espacial, mesmo com a saudade do Rio Grande do Sul, quando se deslocaram

¹⁵⁵ Vainer (1996) ressalta que a mobilidade territorial de populações resulta, em grande medida, de atos de *violência*; violência acarretada na *mobilidade forçada* da população de um território para outro e no desprendimento das relações sociais que se estabeleciam neste, das raízes, das fixações, do pertencimento etc.

para o Paraná, esta foi parcialmente superada com uma re-territorialização através das relações tecidas no interior da criação dos filhos, dos novos amigos que são feitos no município e que vão delineando o sentimento da re-territorialização, e de considerar que “o nosso lugar é aqui agora”.

A transterritorialidade na migração possibilita compreender e/ou problematizar aspectos contraditórios e da *divisão* de territórios (de origem e destino na migração). A saudade do território deixado por Hiolanda, por exemplo, não foram perdidas e/ou esquecidas, estão na sua memória, nas “geografias imaginárias”, nas paisagens e nas relações identitárias que ligam esta – através das redes sociais – ao território deixado no Rio Grande do Sul.¹⁵⁶ No território de destino da migração, com o passar do tempo, novas relações vão sendo tecidas que ajudaram na re-territorialização da migrante, daquela que tem seus filhos e cria novas amizades e “conhecidos” no novo território, relações que ajudaram a territorialização dos sujeitos em uma nova base material e simbólica.

Entretanto, o que se apresentou talvez como maior ênfase na transterritorialidade foi a condição *transitória* e/ou *transitiva* da migrante. Apresentou-se como uma perda “irrecuperável” do território, como uma condição de “exílio” (SAID, 2003) uma condição migrante (ou pós-migrante), situação de desencaixe social e territorial (GIDDENS, 1991) de estar *entrelugar* (BHABHA, 1998) e, portanto de pertencer a dois lugares e ao mesmo tempo não pertencer a nenhum. É a condição e o momento onde os referências espaciais (os lugares de origem e de destino) parece que se embaralharam na cabeça da migrante: as relações confundiram a migrante ao ponto de dividi-la entre os lugares criando a sensação de *entrelugar*.

A descendente de italianos, Gema Dilsa Pramim, também relatou suas relações de estranhamento e de re-territorialização no Paraná, quando chegaram:

A gente foi se acostumando, né? Mas, que a gente achou estranho, achou! Porque lá eu era de uma família tradicional que cantava na Igreja, o meu irmão mais velho estudou pra Padre, ele era maestro de canto e, eu comecei a canta com doze ano e, daí, sabe, me fez falta isso! Deus me livre! A minha gente, né? A minha mãe já tinha morrido, fazia um mês quando nós viemo de mudança, daí o pai

¹⁵⁶ No entanto, não existem nem assimilação total de uma cultura e, por extensão, de um território por outro, mas intensas trocas entre territórios-rede, pois se o movimento migratório retira o sujeito de um determinado espaço, não o desterritorializa por completo: sempre permanecem “geografias imaginárias” que trazem *memórias* e *emoções* e lembranças de experiências vividas/adquiridas do território abandonado (FERREIRA, 1999), que fazem parte, portanto, da transterritorialidade migratória, da *divisão* de territórios na migração pela ausência e presença.

começou a ficar doente. Eu fiquei doze ano sem ir lá [no Rio Grande do Sul]. Aí ele [o pai] queria me ver, aí eu descii, voltei. (...) É, a vida da gente não foi fácil, né? Foi dura, dura, dura. Ah! Eu estranhei de tudo, né? As pessoa, ainda não porque tinha muita gente aqui lá de Rio Grande [do Sul], de outros lugar, né? Italiano lá do Rio Grande [do Sul] (Gema Dilsa Pramim).

O processo de re-territorialização esteve permeado por um intenso processo cultural de ressignificação no novo território, pois o “acostumar” ao novo lugar implica em tecer novas relações, com outras pessoas através de vínculos criado no cotidiano, na festa, na rua, no trabalho, na religião etc. A trajetória migratória de Gema demonstrou que a falta e/ou na ausência das relações estabelecidas no interior da religiosidade católica, ou seja, das atividades que desenvolvia na missa toma centralidade para estranhar o novo recorte espacial. Aquilo que antes era inerente na sua vida em outro território faz parte de sua “memória espacial”, das suas experiências e emoções e que foi acionado na “ausência territorial”. Contudo, através da reinserção em atividades religiosas no outro território, mesmo que com diferenças, possibilitou uma reterritorialização através de novas relações, de novas amizades e de uma nova *apropriação afetiva* do novo recorte espaço-temporal. A re-territorialização, portanto, implicou em uma apropriação cultural no novo território de chegada da migrante.

Josefina Maria Maffessoni Mezzomo relatou também, que estranhou muito o Paraná, porque aqui “não tinha nada” e “estava tudo por fazer”:

Mas a gente estranhou aqui era a comida. Aqui no início não tinha nada, tinha que se fazer tudo, começar do zero, lá no Rio Grande [Sul] tava já feito as coisa era só mante, né? Aqui, com três filho e tudo, não era fácil, a sorte da vaca de leite. Ainda o leite só dava pras criança. E, quando a gente chegou aqui a gente plantou umas coisas, mas só que demora vir, né? Aí no começo não era fácil (Josefina Maria Maffessoni Mezzomo).

Quando se encontra uma base material e simbólica não estruturada em um novo território as relações de estranhamento da migrante são grandes. Verificamos que as condições sócio-econômicas são, também, imprescindíveis para a análise do comportamento da migrante na condição de des-re-territorialização. A falta de recursos, a indisponibilidade de certos objetos e relações acarretou o empobrecimento econômico e cultural de certas relações estabelecidas no território da chegada. A falta de recursos para a manutenção da família no interior do território criou dificuldades para a sobrevivência e manutenção dos sujeitos, inclusive para a re-territorialização. Encontrar

um território onde tudo estava por fazer abria grandes oportunidades, mas, por outro lado, exigia grandes esforços dos sujeitos para uma ressignificação cultural (em sentido amplo) do território para a re-territorialização. Por isso, a falta de recursos no novo território criou, de modo geral, grandes dificuldades para o migrante se “reencontrar” no novo território.

Nair Pilati afirma que não gostou do Paraná quando chegou e que queria voltar, mas a mesma teve que ficar devido à condição de casada:

Nossa! Queria, tava quase chorando, queria voltar! Mas como a gente é casado, sabe como é (...). E quando eu vim, eu vim assim pra acompanhar o marido, mas sem conhecer pra aonde eu vinha, só sogro e o meu marido conheciam, eles tinham vindo antes e comprado ali (...). O meu marido não quis voltar, ele comprou ali e gostou dali, acostumou. Eu achei aqui muito diferente, então, eu queria voltar de tudo jeito (Nair Pilati).

Em um tempo-espaço em que a submissão da mulher era muito presente nas relações intra-familiares, o marido, muitas vezes, definia para onde a família migraria, sendo que esta deveria aceitar, mesmo expressando sua resistência, para onde iriam se mudar. No âmbito da relação familiar as relações nem sempre são lineares e de fácil aceitação, estão são contraditórias, são de força, de poder, de tensões, são negociadas (impostas e propostas) no interior da família. O marido, neste sentido, *pode* definir para onde a família irá de deslocar.

Elza Comunello, a migrante que realizou um percurso de onze dias de viagem de *carroça* de Treze Tília, Santa Catarina, para Vila Marrecas, no Paraná, relatou também suas primeiras impressões do novo solo, dos estranhamentos e do *outro*:

Ah, eu quando cheguei fiquei boba, pelo amor de Deus! Eu pensei que tivesse ao menos um povoado, só no meio do mato, mas o que que ia fazer, voltar não dava mais; o carroceiro ficou uns dois dias com nós ali e aí nos achamos a nossa casa. Pelo amor de Dio! Era um rancho de taquaruçu, com as parede de taquaruçu, umas tábuas em cima e era de chão. Era de caboclo mesmo! Nós compramos de um caboclo. (...) Oito meses ficamos naquele racho, derrubemos os pinheiros e fizemos uma casinha (Elza Comunello).

Muitos dos migrantes – segundo entrevistas e conversas informais que realizamos – quando chegavam de municípios oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, compravam terras em Francisco Beltrão, adquiriam estas

muitas vezes dos caboclos (habitantes que até então viviam hegemonicamente na área) a preços baixos, simbólicos, trocavam até mesmo por utensílios (espingardas, animais, alimentos etc) e/ou utilizavam a força, e nos primeiros momentos de fixação ao território utilizavam as casas, “ranchinhos” de madeira lascada, coberta de palha e de chão batido, dos próprios caboclos, até a construção de suas novas moradias, do seu novo território do abrigo. Utilizavam, nestas, a madeira das próprias terras adquiridas; montavam serrarias e/ou levavam a madeira em carroças até as serrarias que já existiam no Sudoeste paranaense para beneficiá-las, transformando a matéria-prima para construir suas habitações, além de construções para apoio no armazenamento de alimentos e na criação de animais, tais como chiqueiros, paióis, cercas, estrebarias, mangueiras etc.¹⁵⁷

No entanto, o processo migratório foi tenso e alimentado por contradições, por disputas e prehe por relações de poder. A migrante Neusa de Lima, afirma que logo que chegou ao povoado Vila Marrecas, compraram uma terra bem localizada no território, e que logo tiveram que abandonar *forçados* por outro migrante que “chegou feito dono”:

Daí trouxemos o dinheiro da venda do terreno lá no Rio Grande e compramos esse terreno aqui por 700 mil réis.¹⁵⁸ Mas, daí depois de três anos que nos estávamos aí, daí começou a entrar gente, entrar gente, e o seu Assis viu aquele povo que vinha e se meteu de dono do terreno nosso e ficamos sem nada! (...) Esse Assis, ele tomou nosso terreno que nós tinha, com um requerimento, né? (...) perdemos tudo, né? Daí o seu Assis veio, diz que ele era o dono; daí depois de três anos que nós tava aqui, quando começou a entrar alguma mudança e vim gente de fora pra se colocar, e gostaram do lugar, todo mundo vinha pra comprá, o Assis veio feito dono que era dele, que ninguém mandava, arrumô lá um advogado que nem advogado não era, subemos depois, e assim vieram feito dono, né? (...) E, o Comunello [o marido] coitado, ficou com medo de ameaça, ameaçaram fizeram de tudo, que iam tirar a nossa mudança e iam levar lá pra Clevelândia e, eu já tava grávida de uma menina, né? Carcule? Daí ele se entregô e entregô o terreno. O terreno onde hoje é o centro da cidade foi tudo tirado os morador pelo Assis; ameaçaram o Faedo também, mas ele falô que só tiravam ele morto! Daí ele ficou, tiveram medo de enfrenta ele! (Neusa de Lima).

¹⁵⁷ Alfredo Antonio Presente nos informou esse processo de chegada ao novo território e da utilização das casas dos caboclos como primeira moradia *provisória*: “Quando chegemos nós fomos morar numa casinha de chão batido, lá no tal de lavourão. Aí derrubemos uns pinheiros e trouxemos noutra comunidade aqui perto, no Rio do Mato, onde já tinha serraria, serramos as toras e fizemos a casa pra nós. Antes, moramos na casa de chão batido, madeira lascada, casa de caboclo”.

¹⁵⁸ Segundo Neusa de Lima 700 mil réis seria o equivalente aproximado a R\$ 10.000 hoje

Processaram-se assim, muitos *conflitos*¹⁵⁹ em torno de terras que demonstram os elementos que estiveram presentes na mobilidade de gaúchos e catarinenses para o Paraná no período, e que desencadearam a luta por terras na Vila Marrecas como posteriormente no município de Francisco Beltrão. A migração como processo social está inerente a relação conflituosa de sujeitos, grupos e/ou classes sociais.

Verificou-se – como através dessa entrevista – que o poder de obter mais terras no povoado era realizado também, através da força, das ameaças, do auxílio de advogados e da utilização de mecanismos legais (e ilegais) que tendenciavam a beneficiar aqueles que tiveram maior poder no processo de apropriação e dominação das terras. A dominação de mais lotes de terras esteve vinculado também intimamente à venda das mesmas para os migrantes gaúchos e catarinenses que começavam a chegar em grande número a Francisco Beltrão e que rendia muito, pois a procura era enorme por estas. Aqueles migrantes que chegaram antes ao município (os “pioneiros”) – como o mencionado Assis na entrevista de Neusa de Lima – percebendo o grande fluxo de migrantes gaúchos e catarinenses e a grande procura por terras, aproveitavam-se da situação e se tornando donos “da noite para o dia” de grandes áreas de terras, vendiam-nas a valores maiores, sobrevalorizando e controlando muitas vezes as terras.

Como verificamos através da entrevista de Neusa que “O terreno onde hoje é o centro da cidade foi tudo tirado os morador pelo Assis”, isso pressupõe que a área central de onde nascia à cidade de Francisco Beltrão e, por isso, onde os terrenos acabaram tendo uma maior e mais rápida valorização, os conflitos foram intensos. Conflitos de terras que – através das conversas que realizamos durante as entrevistas e/ou conversas informais com os moradores – nos indicaram que a apropriação de terras pelos migrantes não foi à mesma para todos. Além das diferenças de capital que cada família e/ou indivíduo trazia para a compra das mesmas, relações de poder, de exploração, de conflitos e mortes estiveram inerentes ao processo, pois terras melhores localizadas, mais planas e mais férteis e com maiores recursos naturais eram mais visadas, foram mais disputadas através de mecanismos legais e ilegais.

Neste contexto, é importante assinalar que nem todos os migrantes gaúchos e catarinenses se reproduziram com o mesmo modo de vida, pois alguns conseguiram

¹⁵⁹ Em 1957, por exemplo, em Francisco Beltrão (e no Sudoeste paranaense) eclode um grande conflito chamado a “Revolta dos posseiros e dos colonos”, quando colonos armados enfrentaram Empresas Privadas de Colonização que queriam vender as terras em que os colonos já estavam alocados. Entretanto, a análise desse importante conflito foge aos objetivos desse trabalho. Para maiores informações ver, dentre outros, Abramovay (1981), Gomes (1986), Wachowicz (1987) e Boneti (1997).

comprar mais terras, tiveram mais dinheiro e/ou poder, conseguiram maior ascensão social. As condições econômicas não foram semelhantes, embora muitos viessem com algum recurso financeiro para compra de terras. Foi inerente ao processo de apropriação e dominação do território e na instituição da propriedade privada, conflitos e disputas entre eles. O agenciamento do território de Francisco Beltrão, como o do Sudoeste paranaense, também se deu por atores com interesses particulares que acabaram explorando os migrantes e lucrando com a mobilidade territorial da população.

No entanto, Neusa também demonstrou a *ajuda financeira* que recebeu de seu pai para se manter no território e adquirir outro pedaço de terra para sua territorialização:

E daí quando houve toda essa confusão com o nosso terreno, fiquemo bem dizê, na rua, mas, daí meus pais me mandaram dinheiro, me ajudaram e compramos o material e abrimos uma penson, porque o pessoal que vinha, não tinha penson; quem ia abrir a penson era um tal de Damásio, mas era caboclo, tudo comida daquele panelon, de taxo, o pessoal não gostava e daí iam parar tudo lá no meu rancho, enton. Vinha aquelas mudanças, chegava gente tinha que faze comida daí; daí construímos uma casinha, pegamos madeira ali em Pato Branco, aí veio aquele dinheiro dos meus pais, nossa como ajudou aquele dinheiro, aí começamos a trabalhar, ganhar dinheiro, conseguimos se endireitá. Aí começou a entrar os ônibus, também precisava da rodoviária e o correio, né? Enton a mala do correio foi pra nós e a rodoviária a mesma coisa, daí a gente já ganhava uns 5%, né? (Neusa de Lima)

As redes de relações sociais através de laços fortes¹⁶⁰, como a de filhos e pais para efetivar a ajuda através do envio de dinheiro para a compra de terreno no Paraná, como menciona Neusa, “daí meus pais me mandaram dinheiro, me ajudaram e, compramos o material e abrimos uma penson”, demonstram a força deste vínculo de manter migrantes no território mesmo em condições adversas.¹⁶¹ As redes sociais

¹⁶⁰ Para Norbert Elias (1994a, p. 30 e 35), os indivíduos no interior de uma sociedade devem ser compreendidos ligados através de laços de interdependência, alguns são mais fortes e outros mais fracos. Assim, para o autor o indivíduo “constitui um produto reticular formado numa interação contínua de relacionamentos com outras pessoas”, e as redes sociais seriam, portanto, uma trama reticular “em constante movimento, com um tecer ininterrupto das ligações”.

¹⁶¹ Segundo Truzzi (2008, pp. 203 e 212), as redes condicionam concretamente as relações dos indivíduos em interação configurando a estrutura de oportunidades do migrante no que diz respeito à facilidade de acesso a *recursos* de outros sujeitos (amigos e familiares) situados na rede ou fora dela. A interação em rede do migrante pode ainda prover tanto *informações*, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como *recursos*, por meio de *remessas monetárias*, que podem financiar e assim viabilizar a viagem e até mesmo a manutenção no outro território. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes, estimulando ou restando projetos, expectativas e investimentos futuros.

reticular construíram um território-rede e ajudaram a manutenção da família de Neusa em Francisco Beltrão; foi o vínculo social que ajudou deste modo na re-territorialização mesmo com a perda do primeiro terreno adquirido, pois “daí construímos uma casinha, pegamos madeira ali em Pato Branco, aí veio aquele dinheiro dos meus pais, nossa como ajudou aquele dinheiro, aí começamos a trabalhar, ganhar dinheiro, conseguimos se endireitá”.

Assim, as redes sociais, através de familiares, *podem* possibilitar a ajuda que o migrante necessita, como nessa trajetória, do recurso monetário para a compra de outro terreno, o que auxiliou a re-territorialização no novo território através das novas relações que foram sendo criadas, como a implantação de uma pensão, do novo trabalho que fez com que os migrantes ganhassem dinheiro para a reprodução e, mais do que isso, para que se inserissem nas relações do nosso território e com isso criassem vínculos territoriais de amizade, de informações, de grupos sociais, enfim, criava e/ou se inseriam em uma nova trama reticular de relações.

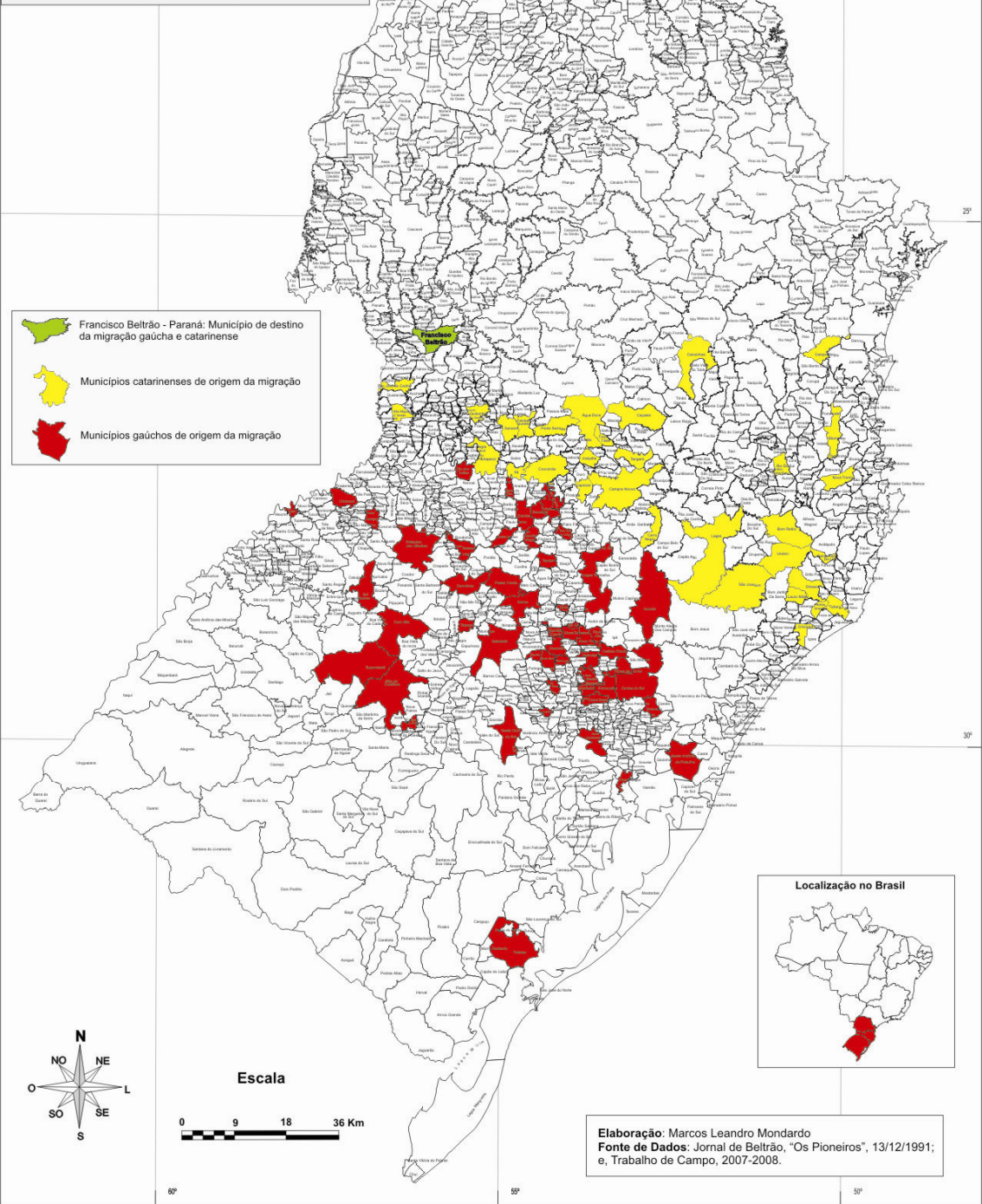
Outro elemento que aponta Neusa era o *desdém* que os gaúchos e catarinenses tinham pelos caboclos. Através da necessidade da abertura de uma pensão, no período, para receber/auxiliar o grande fluxo de migrantes ao território beltronense foi que, como narrou Neusa, “quem ia abrir a pensão era um tal de Damásio, mas era caboclo, tudo comida daquele panelon, de taxa, o pessoal não gostava e daí iam parar tudo lá no meu rancho”. Circunscreveram-se, nas relações de contato com o “outro”, tensões através das *distinções* e do estabelecimento de “exclusão social” entre caboclos e gaúchos e catarinenses. Os caboclos, no entanto, não se inseriram de maneira igual nesse novo espaço-tempo que ocorria sendo gradativamente expulsos dessa nova *sociedade gaúcha e catarinense* (de descendentes de italianos, alemães e poloneses) que cristalizavam suas *grafias*, suas marcas no processo de apropriação e dominação simbólica e material no novo território que “nascia” (analisaremos melhor essa relação a seguir).

Nesse sentido, analisamos aqui, a partir de trajetórias individuais de mobilidade, o papel das redes de relações sociais reticulares para a construção de um território-rede, aliado à condição de transterritorialidade migratória entre o território de origem e destino na migração. O território-rede constitui, portanto, uma espécie de uma “corrente migratória” que estabeleceu vínculos territoriais (entre o lugar de origem e de destino) que foram delineadores de solidariedades e de conflito, além de constituírem trunfos espaciais – econômicos (dos recursos) e culturais (afetivos) – entre os territórios de origem e de destino na migração. Já, a condição transitiva da transterritorialidade foi

demonstrada através das relações de estranhamento, da vontade de voltar, pelas situações que se fez sentir dividido e, até, mesmo “perdido” entre dois territórios através do embaralhamento das referenciais espaciais e das relações sociais, além das comparações que ocorreram entre o “aqui” e o “lá”.

Assim, representamos a seguir, no mapa 7, a partir das informações levantadas junto ao Jornal de Beltrão, fundamentalmente na edição especial “Os pioneiros” de 13/12/1991, e aliadas as entrevistas e conversas informais realizadas durante o trabalho de campo, os municípios gaúchos e catarinenses de origem da migração para Francisco Beltrão no período de 1940 a 1970.

Mapa 7: Municípios de origem da migração gaúcha e catarinense para Francisco Beltrão (1940 a 1970)



5.4 O trabalho enquanto recurso mobilizado para a construção da identidade territorial

O fenômeno migratório produz fronteiras simbólicas e materiais engendradas em relações de poder. Através da mobilidade de homens e mulheres, de um território para o outro, há produção de espacialidades distintas, diferenciadas através das relações socioespaciais. Os lugares, quando apropriados e/ou dominados pelos sujeitos, passam a ser territórios expressados nas relações de poder, de disputa, de demarcação de diferenças, na demarcação de poderes simbólicos e espaciais através de visões de mundo, de representações do eu e do outro etc. São produto e produtores de singularidades que objetivam o modo de vida de indivíduos e/ou grupos em uma determinada parcela do espaço, em um recorte referencial (produto/produtor) das relações políticas, econômicas e culturais.

Neste contexto, através da mobilidade gaúcha e catarinense para o Sudoeste paranaense, foi produzido e reproduzido o *mito fundador* do “pioneiro” que se cristalizou por pressupostos políticos e ideológicos relativos à “mitologia heróica” do povo ordeiro e trabalhador, que chegou para “desbravar” o território até então “selvagem” e “incivilizado”.¹⁶² É pela figura do migrante “pioneiro” que se processou a marcação *simbólica* da diferença – pelo discurso – que se “encarnou” nos sujeitos através da mobilização de um recurso: o *trabalho*, acionado para mobilizar o sentimento de pertencimento, a ação e o “consenso”.

As fronteiras simbólicas, no entanto, também são materiais na medida em que se materializam em um monumento, nos sujeitos e nas suas ações concretas, enfim, em uma coletividade social dotada de uma identidade territorial, em nosso caso, especialmente atrelada à concepção do trabalho e do trabalhador.

O que buscamos, de fato, é identificar o modo como o sujeito diz e assume o que diz. Objetivamos recuperar as *marcas* lingüísticas e interpretá-las a partir do contexto social (histórico-geográfico) em que se situam a fala dos migrantes, além, da utilização de textos de jornais que indicam certo modo de *ser*, de *agir* específico e político de uma

¹⁶² Para Martins (1982, p. 75), é na expansão da fronteira capitalista e civilizacional que surge em nosso país o que se chama hoje, indevidamente, de “pioneiro”. Para o autor, estes sujeitos são na verdade os pioneiros das formas sociais e econômicas da exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Assim, essa frente pioneira é essencialmente exploratória, pois está organizada socialmente sobre relações de compra e venda de força de trabalho.

coletividade de indivíduos que compartilham bens e experiências sociais e culturais “comuns” em um território.

Através do sujeito que fala, que movimenta/relaciona a língua com outros indivíduos, conectam-se saberes políticos e ideológicos que influenciam os interlocutores, as suas leituras do mundo e, principalmente, suas práticas, interpretações, vivências e um modo de ser, portanto, um conjunto de significações que constitui a identidade cultural e territorial que possibilita a *comunicação* do indivíduo no território em que está inserido e que estabelece relações com outros territórios e, por extensão, com outros indivíduos.

O texto opinativo jornalístico será tomado como uma fonte enunciativa ligada a um gênero de discurso: o território social de onde emergiu o texto e o modo como foram proferidos os enunciados pelo produto de um discurso que legitimou e estabeleceu hegemonicamente a ideologia do trabalho, fortemente ligada ao progresso.¹⁶³ Objetivamos compreender a produção, através da migração, de um território que delimitou fronteiras não no sentido estrito, mas a partir das diferencialidades impregnadas nas relações sociais estabelecidas em uma parcela do espaço, ou seja, através de espacialidades criadas por e num modo de vida peculiar, oriundo da cultura de descendentes de italianos e alemães, principalmente. Entender, portanto, como que uma identidade territorial foi demarcada a partir do recurso simbólico e material do trabalho.

Segundo Lenharo (1986a), o discurso político hegemônico da Era Vargas permitiu a incorporação no imaginário social coletivo de que só com o trabalho dos trabalhadores existiria progresso e felicidade. As presenças dos adjetivos atestam esse tom *ufanista* na linearidade do discurso; o uso dos modalizadores implica uma relação autoritária do sujeito falante com o interlocutor, ou seja, a *voz da verdade* que impede a contra-palavra, o contra-discurso, uma voz que manipula as aspirações coletivas em nome do progresso e desenvolvimento desejados por um grupo e/ou classe social.

No interior do projeto político da *Marcha para Oeste* estava o objetivo da construção de um novo homem: ordeiro/disciplinado e trabalhador. E é através de um “discurso performático” da *sobrevalorização* do trabalho que se buscava acionar e

¹⁶³ Pierre Bourdieu (1998, p. 14, [grifos nossos]) afirma que “o efeito propriamente ideológico consiste precisamente na *imposição de sistemas de classificação políticos* sob a aparência legítima de *axiomas* filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. Os sistemas simbólicos devem a sua força ao facto de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação)”.

burilar a identidade do trabalhador. A produção da identidade territorial se insere, assim, em um campo de forças e de poder, em uma luta pela afirmação territorial de uma identidade que se dá através dos conflitos, da tensão para legitimação de uma identidade hegemônica e de uma *posição-de-sujeito* construída no interior de uma “guerra” discursiva.

Nesse sentido, o discurso assume uma centralidade importante para a *comunicação* do território, pois o *território é comunicado* para a construção de uma identidade territorial, a identidade do beltronense, do *ser* trabalhador, ordeiro e desbravador. Assim:

(...) é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 1999, p. 29).

O Sudoeste paranaense, portanto, que antes da vinda dos migrantes gaúchos e catarinenses era um território de “mata intacta e primitiva” e de “animais bravios”, se torna, com a chegada desses sujeitos, em território onde adentraram “as primeiras pessoas civilizadas”, “abrindo nelas as primeiras estradas e/ou linhas divisórias”, onde o *desbravador* entrou com seu trabalho e com seu “espírito de valentia e de conquista”.¹⁶⁴ Representação hegemônica que é construída pelo *discurso* a partir do migrante descendente de europeus que considera a mata intocada, virgem, que não nega (totalmente) mas desconsidera a população indígena e cabocla, cuja presença é anterior que a de migrantes descendentes de europeus.

A “superação” das “características naturais” do Sudoeste paranaense, em um tempo-espço que se acreditava *irrestritamente* no avanço da ciência e da tecnologia, significou o “progresso” (diferenciado), ao menos para os migrantes colonos, para os administradores da CANGO, para os detentores do capital e para o Estado. Compreendiam que a mata como um lugar intocado, inadequado para habitar, era um estorvo, uma barreira para a agricultura; ao mesmo tempo, fascinavam-se com a riqueza

¹⁶⁴ As *representações* construídas em torno do desbravamento do território se deram, segundo Arruda (2005, p. 27), pela transformação da natureza no processo de instalação dos migrantes e de suas formas particulares de produção e organização do espaço, os novos “praticantes do espaço” que resulta em um sentimento de pertencimento, que não se dissocia do sentimento de *conquista*, de *desbravamento*. O território é conquistado por personagens com qualidades superiores, figuras que não têm medo do novo. O colono migrante do Sul do Brasil é quem assume no novo território o papel de colonizador.

da mata, com a natureza exuberante, admiravam a fertilidade da roça nova e obtinham da natureza muito daquilo que necessitavam para viver. Esse território do Paraná tinha, portanto, os atributos necessários ao progresso: o trabalho de colonos migrantes e uma natureza entendida como disponível para o suor e o sacrifício humano. Espaço destinado ao migrante “desenvolvido”, à civilização, postura que fora hegemônica pelo “mito do progresso e do trabalho” que se apropriava e dominava o território.

Ademais, os numerosos colonos buscaram retomar e reterritorializar suas vidas em lotes agrícolas, geralmente entre 25 a 30 hectares. Usando o machado, a foice, o fogo e o arado, construíram uma paisagem nova: a “paisagem colonial”, civilizando e dominando (parcialmente) a natureza. A adoção dessa forma de colonização trouxe a necessidade de apropriar e dominar o espaço, tornando Francisco Beltrão o território dos migrantes gaúchos e catarinenses com grupos e classes sociais e afirmando uma identidade territorial do trabalhador e do trabalho. Modificaram, portanto o espaço após retirarem parte considerável de mata, de construir e cultivar, além, de assumirem uma postura civilizatória, religiosa e de “*humanização*” desse espaço. Alteraram a geografia do território através da crença no progresso, na técnica e na ciência apropriando as riquezas naturais disponíveis para sobrevivência e para a expansão territorial do capitalismo.

Marcos Gerhardt (2005, p. 93), considera que o migrante descendente de europeus reproduziu uma outra lógica no território chegado, levando a civilização aos sertões, domando (na maioria das vezes à força) a natureza, os animais e seus habitantes que já estavam presentes no referido recorte espacial. Por isso, para o autor, a fronteira delimitava outra fronteira: havia o lugar conhecido pelos colonos imigrados e o incógnito, entre o solo cultivado e o coberto por mato, entre o território da civilização e o território selvagem, entre o território inóspito e o território “humanizado”.

Entretanto, essa fronteira foi *movida* e instituída pelo *trabalho* dos colonos que derrubaram o mato, mataram e afugentaram animais, plantaram alimentos e replantaram árvores, construíram casas, vilas, serrarias e moinhos, ou seja, fizeram (e se faziam constantemente) através do proferido e pretendido “progresso”. Assim, para Gerhardt (2005, p. 94), “o progresso era medido pela substituição da ‘mata selvagem’ por casas e pomares, por roças e poteiros”, ou seja, o território era dominado e apropriado, sendo transformado através das modificações demarcadas com o *símbolo* do “progresso”, do trabalho e da civilização materializadas nas construções, ou seja, em uma *nova produção* do território.

Sobre a transformação de Francisco Beltrão, a partir da nova produção do território, o Jornal Tribuna do Sudoeste, de Francisco Beltrão, em 13 de julho de 1968, assim apontou:

Inegavelmente Francisco Beltrão é o município que mais cresce no Sudoeste paranaense (...). Chega mesmo a espantar a atenção dos visitantes e comerciantes que aqui aportam pois a menos de dois anos conheciam uma cidade poeirenta, barrenta, mal iluminada, pouquíssimas construções de alvenaria, hoje, com espanto, notam que tudo mudou, que Francisco Beltrão é uma cidade inteiramente calçada, com um dos melhores e modernos sistemas de iluminação do Estado, com lâmpadas de mercúrio nas suas principais artérias, com suas belas praças, uma já concluída e outra, conta com mais de uma dezena de edifícios de alvenaria, de dois, três e quatro andares e mais outros tantos em fase de construção. E porque não falar da majestosa Igreja Matriz? Um belo templo que esta se erguendo, com modernas linhas arquitetônicas, imponente a altivo, é zeloso pelas coisas de Deus. (...) Conta nossa cidade com moderníssimos e bem montados hospitais, servidos por excelente equipe de médicos, a maioria deles aqui está há mais de dez anos, viam a cidade crescer e contribuíram por seu progresso (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 13/07/1968, p. 2).

A produção do novo território se liga, assim, à identidade, à identificação, ao sentimento de pertencimento, à diferença. A identidade é uma construção histórica (CASTELLS, 1999) que se estabelece a partir da manifestação “criadora” da diferença (HALL, 2003), e sua condição formuladora e mantenedora se dá através de uma luta, de uma disputa, de uma “guerra” (BAUMAN, 2005). A identidade é relacional e é “fabricada” através das relações com pessoas, com territórios, sendo reconstruída constantemente de acordo com a necessidade, com a intenção e com o contexto histórico e geográfico. Por isso, a identidade é construída no “novelo do poder” (BHABHA, 1998) e precisa necessariamente de uma “mediação” e/ou referência espacial para se realizar, para ser construída, para ser mobilizada, para ser acionada (HAESBAERT, 1999). A identidade se torna, assim, um poder espacial, um trunfo que pode ser acionado ou não para um determinado fim.

Nesse sentido, a identidade territorial é uma produção e estabelece fronteiras através das classificações e comparações: dentro e fora, lá e cá, nós e eles, “melhor” e “pior”, “bom” e “mal” (SILVA, 2007). Estas classificações são produtoras de relações que se estabelecem no entre-lugar (BHABHA, 1998), na fronteira das relações e, por extensão, das produções espaciais, dos territórios e das identidades.

Para Ferreira (2005, p. 155), “a fronteira é uma invenção dos homens”, mas uma invenção constituída a partir das relações sociais (que “joga” com a materialidade e imaterialidade), e que se estabelece através de relações em que sempre há a presença permanente do poder, da disputa pelo poder (FOUCAULT, 1985). Como afirma Certeau (1994, p. 209), “não existe espacialidade que não organize a determinação de fronteiras” e, considerando a migração enquanto fenômeno produtor de espacialidades distintas no lugar de destino e/ou chegada de migrantes, podemos verificar a reprodução de identidades e territórios com marcas indissociáveis de poder que delimitam fronteiras. Para Raffestin (2005, p. 10), “a fronteira nasce da diferença”. Diferença que é elemento fundante, acionador e mantenedor, entre outros aspectos, de identidades territoriais.

Segundo Albuquerque Júnior (2007), os grupos humanos se caracterizam por demarcar fronteiras, por se estabelecerem em uma área sobre a qual exercem domínio, o controle, a exclusividade, o discurso, a comunicação, a exploração dos recursos naturais etc. A relação do homem com a terra é marcada, portanto, pela apropriação, mesmo que passageira, e pelo domínio, mesmo que provisório. Quando se apossa ou domina qualquer parte da terra, o homem atribui imediatamente a ela um sentido, um significado que é cultural e político, que é tramado através de símbolos e de alguma forma de linguagem. As fronteiras, através da demarcação, pela apropriação e/ou dominação, criam-se/inventam-se através dos significados, atributos que são sempre políticos, pois, são disputados e exercidos em meio a um feixe de forças circunscrita no invólucro do poder, criado e re-criado pela maquinaria discursiva do poder.

Deste modo, na migração, através do deslocamento de pessoas de um território para o outro, podemos vislumbrar a produção de fronteiras: de domínio, de apropriação, de identidades, de relações sociais “mediatizadas” e referenciadas em uma parcela do espaço. Estas relações constroem “muros invisíveis”, “cercas que se levantam e que são derrubadas” e que se reproduzem no âmbito das produções materiais (econômicas) e imateriais (simbólico-culturais). Tanto no modo de produzir, no trabalho, por exemplo, quanto nos modos de ver e perceber o mundo, das ideologias, dos significados, das idéias etc. A migração, portanto, constrói e reconstrói territórios através do deslocamento (e se quisermos *no* deslocamento). A migração pela des-re-territorialização produz e reproduz territórios, num movimento concomitante de relações espaciais, de destruição e reconstrução de territórios.

É dentro do período histórico de 1940 a 1970 que se desdobrou a produção territorial de Francisco Beltrão, onde território e identidade foram elementos

fundamentais para a construção de fronteiras materiais e imateriais nas relações sociais e, portanto, de poder. É importante mencionar que a produção de fronteiras é uma relação construída histórica e geograficamente por aqueles atores hegemônicos que agenciam a sua demarcação, através dos modos de produzir, de viver, de se relacionar com determinado e delimitado espaço.

Dentro deste contexto, a identidade territorial do beltronense foi moldada a partir da sua *base física*, ou seja, do seu solo, onde a marca fundamental desse processo é a pequena propriedade familiar. Esse elemento caracterizou o modo de vida dos migrantes que chegaram ao território. Através da produção agrícola e artesanal familiar e da etnicidade de descendentes de italianos, alemães e poloneses, oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, Francisco Beltrão foi sendo historicamente *grafado* por características singulares, (de)marcado por um modo interiorano de viver em que a ideologia do trabalho e do progresso caminharam juntas na mobilização e, portanto, na construção da identidade territorial.

Sobre a ideologia do trabalho, o Jornal Tribuna do Sudoeste de 8 de abril de 1970, da cidade de Francisco Beltrão, publicou o seguinte texto:

O trabalho conduz a vida. Dá ao trabalhador valiosa ajuda no amparo à família, contribuindo ainda para a formação das garantias futuras, apanágio da Instituição Humana. Trabalham um, trabalham todos. Só o qualificado como vagabundo não trabalha. Não ama a si próprio (sic). A fartura simboliza a paz; inspira a confiança; consagra a administração (sic); alivia as finanças de um povo; *vincula a família ao solo pátrio* (...). O trabalho fixa as normas sociais, agiganta o País laborioso, conduzindo-o a glórias importais. No campo das obras sociais o trabalho conjura todos os conflitos, tornando a vida um corolário de paz para todas as criaturas. Vamos trabalhar? Concordam? (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 08/04/1970, p. 7, [grifos nossos]).

Podemos verificar nessa mensagem textual-discursiva o acionamento da identidade territorial através de uma idéia de trabalho muito forte atrelada à consciência (espacial) do sujeito ao país. O trabalho é apresentado como um paraíso, sem dramas e tramas, sem contradições. O trabalho que “simboliza a paz; inspira a confiança; consagra a administração”; negam-se, assim, as relações cotidianas, as relações que foram camufladas mascarando-se, deste modo, os hegemônicos e os hegemonzados no

processo de trabalho.¹⁶⁵ O trabalho “consagra a administração” na medida em que possibilita a manutenção dos detentores do poder local, da “ordem” estabelecida pela classe local hegemônica. O trabalho que produz o “qualificado” como “vagabundo”, aquele que não quer trabalhar, que cria modos de ver e ser neste território cria ordens, regras, formas de ser beltronense que se funde com o ser trabalhador, com o ser ordeiro, com o ser “não-vagabundo”. Mobilizou e criou, portanto, uma identidade territorial vinculada ao trabalho, assentada a uma construção político-ideológica-discursiva do trabalhador.¹⁶⁶

A identificação do beltronense se deu com o território *onde* se trabalha, o território do trabalho, do povo trabalhador. Uma identidade que buscou “cimentar as classes sociais” através do “trabalho que traz a paz”, a “dignidade”, que ideologicamente não gera conflitos. Uma produção e fabricação de uma identidade submissa, subserviente que se assentou na narrativa e na reprodução constante de um discurso repetitivo, de um discurso performático do trabalho, da fabricação de um ser trabalhador. Raffestin (1993) concebe o trabalho material e/ou abstrato como elemento transformador do território. O trabalho produz e reproduz constantemente o território.

Sobre o trabalho transformador e o “progresso” do Sudoeste do Paraná, o Jornal de Beltrão traz o seguinte discurso:

Para quem vê o Sudoeste [paranaense] colhendo os frutos de seu progresso pode imaginar o quanto foi trabalhado nesta terra herdada de nossos antepassados. *Foram duas as principais forças que transformaram este pedaço do Brasil: os motoristas e os colonos. Ambos deram o mais importante fator de um desbravamento: o trabalho e o ideal transformador que fazem da região o orgulho de todos nós* (JORNAL DE BELTRÃO, 27/07/1996, p. 2, [grifos nossos]).

O que percebemos, portanto, é uma construção discursiva de um território onde tudo foi “perfeito”. Onde foi construído, através do trabalho e do “ideal transformador”, o “território perfeito para todos”, *sem classes*, numa pretensa homogeneidade

¹⁶⁵ Como assinalou Ruy Moreira (1982, p. 34), a geografia serve para desvendar máscaras sociais e, deste modo, para desmarcar as relações de classes que produzem uma dada produção espacial, os hegemônicos e os hegemonzados no processo.

¹⁶⁶ Em outra matéria editada pelo Jornal Tribuna do Sudoeste, em 20/05/1969, podemos verificar a produção e a *representação* desse novo homem, a partir do “homem previdente que pensa no futuro”, pois, “Poupar é correto, é valioso (...). Gastar tudo é errado. Não gastar nada do que se ganha é errado também. O correto é gastar o justo, aproveitando a vida com sabedoria e com inteligência. O que se separou é a economia, é a poupança. A economia garante o futuro e é a base da prosperidade do indivíduo e da comunidade também” (p. 6). Assim, a delimitação de fronteiras simbólicas estabelecem determinada ordem a uma coletividade no território.

“paradisiaca”. O ímpeto do desbravador foi o fator de diferenciação que se reproduz através do trabalho, trabalho que transformou o território e que “enriqueceu, enobreceu e enalteceu a todos” como o discurso hegemônico ideologicamente apregoou.

Verificamos, portanto, uma produção discursiva de um território do trabalho, de um território do desbravador. Essa construção do território e da identidade do ser sudoestino paranaense pelo discurso, buscou legitimar relações daqueles que conseguiram ser hegemônicos no processo histórico de ocupação do território, que se deu a partir da migração. Mobilizou-se, pelos atores hegemônicos, um território de sujeitos trabalhadores, que tiram de seu suor o seu sustento e que reproduzem constantemente suas vidas pelo e no trabalho. Essa ideologia do trabalho, ao nosso ver, ajudou a desenvolver os *projetos* da classe local e nacional dominante, a frações da classe hegemônica e buscou impor e legitimar uma construção discursiva do sujeito trabalhador, transformador, de ideal de brio, de luta e transformação.

Consideradas as duas *forças* transformadoras e modeladoras do território, o colono e o motorista foram instituídos historicamente como sujeitos pertencentes eminentemente ao Sudoeste do Paraná (e, não só a ele, é claro). Foram o território, produziram o território, vivenciaram e praticaram o território. Foram transformados nos “ícones” do “pioneirismo” de um tempo-espço de transformação, de modelamento pelo trabalho, do território e, por extensão, da identidade do beltronense.

O Jornal Tribuna do Sudoeste, de 1969, assim assinalou a comemoração tornada tradicional, em Francisco Beltrão bem como no Sudoeste paranaense, do dia do colono e do motorista que é datada no território no dia 25 de julho, dia do colono, lembrando, especialmente, o “pioneiro” que, através do discurso hegemônico, é aquele que “desbravou as matas fechadas que cobriam o Sudoeste até o final da primeira metade deste século XX”, e que narra, ainda em tom *ufanista*, a “saga dos migrantes”:

Já nos idos anos de 1824, aportaram nas plagas de nossa pátria brasileira, as primeiras levas de imigrantes. Foram os heróis da legendária Europa, que aqui aportaram, com suas famílias, para iniciar a memorável jornada de integração, de desenvolvimento e de progresso da nossa estremecida terra brasileira. Quando o velho mundo, já vivia nas grandes convulsões sociais, a massa popular das velhas estirpes com uma lágrima de tristeza e de saudades a correr pelas faces descendiam-se para um novo mundo, em busca de aventuras, no afã de prosperar e crescer. Assim que, com a missa de despedida e com um abanar de lenços, depois do derradeiro abraço, vem o imigrante à nossa terra, terra que para todos sempre houve albergue, pátria que para todos sempre houve esperanças. (...) é com

justiça que desejamos render uma homenagem através das colunas de nosso modesto semanário ao imigrante, que do norte ao extremo Sul meridional do país, através do mais diversos setores da atividade humana, nos propiciou o progresso e a grandeza da nação. Nos verdejantes pinheiras, do Paraná, o imigrante também, mesmo longe do conforto, em sua modesta casa, com sua família, e no labor do sol a sol despontou e desponta no anonimato como um denodado e intrépido pioneiro de nosso porvir. A sua luta, o sacrifício, esperamos que seja compreendido. E, se outra coisa não podemos dar, ao menos na passagem da sua festa, “dia do colono imigrante”, queremos render-lhes nossa homenagem sincera e trazer-lhes os nossos parabéns e os cumprimentos (...). Somente o sacrifício do colono seria possível suportar as dificuldades que se apresentaram no desbravamento da terra (...). Os colossais pinheiros eram um desafio ao trabalho do colono, mas este sabia qual a meta a ser alcançada e tudo fez até que a terra produzisse os frutos esperados (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 27/07/1969, p. 2).

Analisar a identidade territorial e cultural significa pensar em construções e desconstruções simbólicas; significa, especialmente, pensar no homem e no território em que ele habita e nas redes de *dizeres* em que está mergulhado; significa vê-lo na diversidade de suas práticas cotidianas e na variedade dos artefatos culturais que inventa como formas de representação de suas crenças e valores. Esse universo de bens simbólicos significa, portanto, o indivíduo, considerando que cada produto criado e cada território por ele habitado são ressignificados por meio de novos gestos de interpretação e de criação.

Neste contexto, os discursos produzidos através dos jornais reproduzem a identidade territorial dos migrantes gaúchos, catarinenses e paranaenses aferindo valores, crenças, visões de mundo que dão “sentimento comum” à determinada coletividade em um território. Por isso:

Os textos jornalísticos são, nesse sentido, artefatos que operam na construção de representações sobre modos de viver e de pensar de uma coletividade, constituindo, reforçando ou até mesmo renovando realidades culturais existentes na sociedade em que circulam. Portanto, relações, identidades e comportamentos passam a ser (re)criados e/ou (re)produzidos nos discursos veiculados também pelo jornal (RECH & FELTES, 2005, p. 268).

Nesse sentido, o *discurso sobre o trabalho* foi mobilizado como recurso para produção da identidade territorial de descendentes de italianos, alemães e poloneses que se reterritorializaram em Francisco Beltrão. Para Rech & Feltes (2005, p. 269), “a linguagem não deve ser vista apenas como um sistema de simbolização abstrato, mas

também como parte da estrutura social, da vida concreta dos falantes”. Logo, a produção de um discurso consiste em mobilizar um artefato cultural e político que, simbolicamente, através da linguagem, apresente e represente o indivíduo situado no tempo e no espaço de uma dada coletividade, no e do interior de um território que é produto de uma relação material e, portanto, concreta.

Neste âmbito, o colono trabalhador e desbravador foi o *símbolo* construído e instituído como a identidade territorial do Sudoeste paranaense e do beltronense que amansa e transforma a terra, que produz uma “nova terra”¹⁶⁷. Em outra produção discursiva, o Jornal Tribuna do Sudoeste assim caracterizou o colono que aportou e transformou as terras sudoestinas:

O colono é, na realidade, o símbolo da operosidade construtiva. E nessa operosidade construtiva temos a grande prova que se poderia exigir daqueles que, no passado, vieram buscar acolhida em nossa terra generosa e fecunda. Pois se é verdade que aqui vieram buscar novas e melhores condições de vida, também o é que nos trouxeram esse magnífico exemplo de dedicação ao trabalho e de religioso amor ao solo que lhes dá o pão, invejável herança que jamais foi desbaratado por seus descendentes. A história do Sudoeste Paranaense está, portanto, estreitamente vinculada ao colono. O colono é um forte.¹⁶⁸ Um forte no sentido do trabalho. Da luta diária que é sua vida. Sai de casa cedo, com os instrumentos de trabalho à mão, e uma cesta com o pão caseiro. Chegando à lavoura, seja para cuidar da linha, do trigo ou de qualquer outra cultura, coloca sua cesta num lugar sombrio e vai para a enxada. Esse é um ritual que se repete até à morte. Porque para o colono não há descanso. Nem aposentadoria. Seus braços cheios de nódulos carregam dias e dias de esforços que ninguém compreende (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 25/07/1970, p. 2, [grifos nossos]).

Por isso, o trabalho foi um elemento que assumiu centralidade importante para a construção da identidade territorial, tanto na produção discursiva através dos jornais como na fala dos migrantes que se reterritorializaram através de suas práticas concretas (econômicas e culturais) em Francisco Beltrão. Essa centralidade do trabalho na vida do beltronense foi mobilizada enquanto recurso para a produção da identidade territorial, por exemplo, no seguinte trecho do Jornal Tribuna do Sudoeste:

¹⁶⁷ Conforme Bourdieu (1998, p. 10), “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...) eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral”.

¹⁶⁸ Alusão feita muito provavelmente a Euclides da Cunha (1986, p. 140), quando buscando compreender o sertanejo do interior do Brasil, especialmente na Amazônia afirmou que, através do embate com o meio, o sertanejo fez-se forte, pois: “O sertanejo é antes de tudo um forte”.

Tudo se faz com o trabalho, e, sem trabalho, nunca será realizado nada. Trabalhar é, certamente, compartilhar do poder criador de Deus, é criar, é multiplicar feitos (...). Não importa viver muito: o que importa é esgotar a vida, cumprir o infinito e o eterno, sob a orientação do “eu profundo”, e já que a natureza presente é por natureza essência, fruta, mil vezes dito que mais cedo passa à imortalidade por uma morte após cumprir perfeitamente a correria necessária. (...) *A vida é trabalho, e o homem só vive realizando o que faz rendados sempre, e eterno* (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 22/06/1968, p. 5, [grifos nossos]).

Através do discurso a respeito do *trabalho*, que foi uma marca forte e presente nos artigos publicados por esse jornal e ainda é por outros de circulação no Sudoeste paranaense, é que consideramos que o *recurso* trabalho foi mobilizado por uma elite local, que liga este elemento simbólico e de distinção à experiência do cotidiano de Francisco Beltrão em que circula o jornal; território que foi transformado pelo trabalho enquanto atividade de sobrevivência em um valor *ético* marcadamente propulsor, demarcador e modelador de comportamentos concretos, tanto individuais quanto coletivos, que *identificam* o território com os migrantes gaúchos e catarinenses, sobretudo, dos descendentes de italianos, alemães e poloneses.

Para Waibel (1949, p. 212), o colono europeu que se instalou no Sul do Brasil parece ter sido um novo tipo de colono “tanto soldado quanto agricultor”, para poder ao mesmo tempo defender sua terra e cultivá-la. Rogério Haesbaert (1995) considera que há um perfil identitário construído em torno do imigrante ligado à ética do trabalho, uma imagem de sucesso do descendente de europeu trabalhador, construído praticamente em todo o Sul do Brasil, especialmente, vinculado à concepção de “celeiro do país” na produção de alimentos. Jones Goettert (2000, p. 84) também assinala que a identidade territorial dos descendentes de europeus é fortemente permeada e impregnada com a ideologia do trabalho, pois o migrante “sulista estabelece uma relação com sua terra que transcende uma relação mecânica. (...) a relação se estende para a produção de um espaço, calcado sobre sua História, que evidencia o arrojo, o trabalho incansável, enfim, o progresso”.

Neste contexto, o território do Sudoeste paranaense e a identidade territorial de seus sujeitos foram construídos através de uma “febre do trabalho”, pela valorização – atrelada à ideologia religiosa e cristã – do “trabalho braçal”, por exemplo:

Numa terra em que há três séculos, todo trabalho braçal praticamente estava a cargo dos escravos, o colono contribui, de forma substancial, a valorizá-lo e conceituá-lo: saindo de além mar, trazendo sua profissão de artesão ou de lavrador, ele dependia do esforço de seus braços. Trabalho, para o colono era derrubar a mata, queimá-la, plantar, cuidar das lavouras e colher as searas. Na Alemanha, na Itália, Polônia e outros países de origem, ele possuía uma tradição de séculos, em que o trabalho de braço não possuía estigmas. Trabalhar, para o imigrante, não se tratava apenas de um dever. Tratava-se de uma distração (sic), pois os socialistas, já existentes entre eles pregavam abertamente a frase de São Paulo “quem não trabalha não come”. Sentia-se o imigrante, em consequência, perfeitamente integrado às exigências da nova Pátria. Embora seus vizinhos, proprietários de largas terras e muito gado, vivessem de trabalho que não exigia o trabalho de lavoura, o colono sempre foi incentivado pelas autoridades imperiais e republicanas, sempre era enaltecida a participação dos colonos na produção de novas riquezas. Sabendo quando veio a nova terra de que deveria muito trabalhar, não se convenceu da necessidade do trabalho quando, em muitos casos, desvanecidas as promessas ilusórias dos agentes de imigração, ficou em contato com a realidade cotidiana, onde apenas valia a sua decisão e o seu esforço. Como consequência dessa rápida valorização do trabalho braçal, ficou um curioso conceito entre nossos lavradores: trabalho mesmo é aquele que exige sacrifício e desgaste de energias físicas. Somente o filho fraco e incapaz fisicamente para a lavoura era dado uma instrução mais profunda ou adequada. Sempre visto entre as classes mais humildes como um privilégio e uma regalia, o estudo era preterido pelas ferramentas manuais. Trabalhar à sombra sem enfrentar a canseira de um solarão ardente... não era trabalho (sic). (...) O conceito básico, de que o trabalho dignifica e que recomenda ganhar o pão com o suor do rosto, continua vivo. O espírito dos velhos pioneiros de 1818 (italianos), 1824 (alemães), 1875 (poloneses), continua inalterado, correspondendo, assim, os desejos da nação brasileira, quando abriu suas portas aos homens de todas as raças e religiões (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 25/08/1967, p. 2).

Verifica-se, portanto, que se delineava um discurso que impunha a valorização do trabalho braçal, ancorado em preceitos religiosos para a legitimação de um modo de vida vinculado ao *sacrifício* laboral, tomado e tornado ideologicamente como sinônimo de “distração”. Através de um discurso que buscou legitimar e mobilizar, apoiado no jogo de *afirmações*, inferimos que o locutor do texto (oriundo de família tradicional de Francisco Beltrão) *exaltava* o homem que trabalha na perspectiva de “esforço e sacrifício” (das mãos calejadas, enrugadas, frentes tostadas pelo sol, em que se extenuam braços através do esforço físico...), porque “trabalhar à sombra sem enfrentar a canseira de um solarão ardente... não era trabalho”, e *condenava* aquele que vê o trabalho como “peso”, tortura ou maldição. O trabalho, portanto, foi *representado* como

atividade que mobiliza todas as forças físicas do indivíduo, mas isso não é visto como sofrimento ou peso. O locutor assumia uma *posição* delineando um discurso que exaltava a (sobre)valorização do trabalho quando afirmava que “o conceito básico, de que o trabalho dignifica e que recomenda ganhar o pão com o suor do rosto, *continua vivo*”.

De acordo com Lenharo (1986b), o que se pretendia era produzir a partir do projeto *Marcha para Oeste*, um novo conceito de trabalho e trabalhador forjando um sujeito despolitizado, disciplinado e produtivo. Há, deste modo, a *sacralização* do *corpo* que trabalha através da máquina de poder político e discursivo do Estado, perceptível em Francisco Beltrão através dos meios de comunicação e informação como o jornal. Contudo, fica evidente o *endereçamento religioso* que esse tratamento recebeu: modelado para o trabalho, o corpo é disposto valorativamente enquanto oblação litúrgica; cada cidadão é convidado a dar sua vida, “verter seu sangue” para a “salvação” do território pátrio.¹⁶⁹

Instituía-se, deste modo, o corpo enquanto instrumento de trabalho. Particularmente, transformou-se o migrante gaúcho e catarinense em soldado do trabalho, em Francisco Beltrão, por exemplo, atendendo aos objetivos de ampliação progressiva da produtividade do trabalho. O culto religioso do trabalho, assim como a sua dimensão humanizante e regeneradora disseminada entre esses intelectuais católicos, demonstra, como considera Lenharo (1986b, p. 38), a moderna ideologia da “glorificação do trabalho”. Através da ideologia cristã e das imagens do Cristo operário e de seus apóstolos pescadores foram mobilizados recursos que servem de legitimação do sujeito trabalhador.

Esse discurso cristão do trabalho foi legitimado, por exemplo, com o que já foi assinalado na Bíblia por São Paulo:

Não temos comido de graça o pão de ninguém; mas, com trabalho e fadiga, labutamos noite e dia, para não sermos pesados a nenhum de vós (...) Quem não quer trabalhar, não tem o direito de comer (...) Ora, nós temos ouvido dizer que há entre vós pessoas desregradas. Em lugar de trabalharem, ocupam-se com futilidades. Nós lhe ordenamos e os exortamos em nome do Senhor Jesus Cristo a trabalhar pacificamente. Comam, assim, o pão que tiverem eles mesmos ganho (BÍBLIA, 1958, p. 1539).

¹⁶⁹ Como afirma Michele Perrot (2005, p. 447), “o corpo está no centro de toda relação de poder”.

A utilização discursiva de imagens religiosas de sacrifício ao trabalho enquanto recurso de auto-representação, afirmou-se por um discurso político e teológico, ou, como nos termos de Lenharo (1986b), na *sacralização da política* através da “espiritualização do espaço social”. O apelo imagético nesse tipo de discurso via demarcar uma identidade cultural própria ao Estado-Nação brasileiro e aqui desemboca, particularmente, na identidade territorial do beltronense.

Neste contexto, a *imagem* do beltronense foi *representada* como a de um “forte”, um “destemido”, um “desbravador”, um “valente”, um “trabalhador”, um “povo ordeiro”, pois, como narrou à notícia no Jornal de Beltrão:

O Beltronense é antes de tudo um forte. É uma *população* que tem as *marcas* do sacrifício, sofrimento, da dor, da fome e do desconforto. É uma população de hábitos simples, padrões de vida modestos, afoita ao sacrifício, privação e renúncia. Uma população que sempre se preocupou em poupar para o amanhã, pensando no futuro dos filhos. Por tudo isso, o sudoestino é antes de tudo um forte (JORNAL DE BELTRÃO, 22/06/1979, [grifos nossos]).

Através do efeito do discurso e no discurso, é que no interior de formações discursivas específicas foram assumidas *divisões* entre o “nós” trabalhadores e “eles” não trabalhadores. Fabricou-se pelo discurso um conjunto específico de valores que re-significou os sujeitos e, por extensão, a identidade territorial do beltronense, com a demarcação da diferença, de separação e de fronteiras (simbólicas e materiais) – esta ligada às classificações e as distinções. E, por isso, onde está a diferenciação, ou seja, a identidade e a diferença, aí está presente o poder, o *poder simbólico* e material da distinção, da representação.

Para Pierre Bourdieu (1998, p. 8), o poder simbólico é um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitados a esse ou mesmo que o exercem. O poder simbólico é estruturado com *instrumentos de conhecimento e comunicação* que exercem influência nas relações sociais pela forma que são estruturados. Por isso, é um poder de “construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)” (p. 9). O poder é estruturado a partir de um *campo de forças* que produz e reproduz uma *crença* que pode manter uma determinada ordem ou subvertê-la.

Neste contexto, uma das *crenças* muito *difundidas* nos meios de comunicação em Francisco Beltrão, no período, foi a do *progresso*. O Jornal Tribuna do Sudoeste, em 14/09/1968, assinalava que o “ideal” do município era progredir: “Nosso ideal é progredir, sempre, cada vez mais, multiplicando forças, atividades, capacidades até chegar a um ponto de sentir-se satisfeitos e poder morrer, porque a carreira está consciente, perfeita, encerrada” (p. 2). O *desejo* do *progresso*, propõem Mafessoli (2003), associa-se necessariamente ao *desejo da imortalidade*, um recurso para se proteger contra a labilidade de uma história linear. O culto irrestrito do progresso atua como lenitivo espiritual contra a angústia gerada por fruir do tempo que passa.

Francisco Beltrão foi desse modo, classificado e nomeado pelo ideal do progresso que está intimamente atrelado a ideologia do trabalho. Através dessas prerrogativas (progresso e trabalho) criou-se uma nova sociedade no Sudoeste paranaense: a dos migrantes gaúchos e catarinenses que reterritorializaram “seus hábitos”, seu “espírito ordeiro” e “a vontade férrea de transformar aquelas terras virgens, no local onde viveram o resto de seus dias”; esta *imagem* do *território* e de seus sujeitos pode ser vista nos seguintes textos do jornal local:

Centralizando uma região de elevado índice de produtividade, o município de Francisco Beltrão está ligado intimamente aos mais municípios que formam o Sudoeste do Paraná. Os homens que colonizaram a parte da região em que se localiza o município, trouxeram consigo um *espírito ordeiro*, e a *vontade férrea de transformar aquelas terras virgens, no local onde viveram o resto de seus dias*. Unidos por um sentimento tradicionalista, não esqueceram suas regiões de origem e nos costumes que impuseram à Região, a recordação dos cantos e das danças, dos hábitos e do vestuário característica que fazem parte do seu dia-a-dia (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 05/08/1970, p. 6, [grifos nossos]).

Os vinte anos de Francisco Beltrão estão registrados em páginas cuja tinta foi fornecida pelo homem corajoso que se instalou em toda a Região Sudoeste do Paraná e dedicou muito trabalho olhando o futuro com esperança de construir um sítio bom para si e sua família. O trabalho incansável destes anos todos, rendeu frutos de grande valor. Criou-se uma nova sociedade; a mentalidade inicial ajustou-se ao progresso, buscado em todos os momentos. (...) As terras virgens – férteis e saturadas de húmus milenar – foram uma tentação de aventureiros que tentaram instalar-se nela para auferir lucros escusos, mesmo a custo da vida de inocentes. *O homem que para aqui veio, trouxe consigo o desejo de progredir pacificamente* e, de certo modo em que pese à necessidade das lutas iniciais, *soube impor essa sua disposição*. (...) Da saudosa vila Marrecas não existe, senão, uma lembrança dos *tempos* da chegada dos primeiros e *corajosos*

desbravadores. A própria luta pela posse destas maravilhosas terras gerou o progresso (sic). (...) Francisco Beltrão chega a ser quase um milagre pelo trabalho do seu povo, dessa gente que acreditou nas verdadeiras possibilidades de terra que ajuda a construir (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 02/12/1969, pp. 1-2, [grifos nossos]).

Podemos observar nos textos dos jornais que os enunciados pronunciaram discursos que buscaram determinar marcas simbólicas sociais, delimitando fronteiras e caracterizando uma *imagem* de Francisco Beltrão. Para Bhabha (1998), a constituição da “imagem da totalidade” de um recorte espacial se processa através de condições discursivas criadoras de uma “imagem psíquica” da *identidade* que é construída enquanto *representação*, que é a marca de uma diferença e do poder de distinção. O discurso do jornal, deste modo, nomeou e classificou o território através da figura do povo trabalhador e ordeiro.

Dessa forma, a memória da história oficial local foi constantemente acionada e se mantém a partir da relação *trabalho, terra e religião*, íntegra a um *dizer* que vem continuamente sendo atualizado sobre o povo (os migrantes) e Francisco Beltrão colonizado por descendentes de italianos, alemães e poloneses. Isso caracteriza, portanto, um discurso de identidade territorial.

O *discurso sobre o trabalho*, marcado culturalmente, construiu representações simbólicas significativas que identificam alguns modos de ser da coletividade aqui analisada e está vinculada, portando, ao poder simbólico que representa o trabalho a partir de concepções ideológicas. Assim, sobre o poder simbólico e a identidade territorial, Haesbaert afirma que:

Esse poder simbólico, ao se manifestar, pode fazer uso de elementos espaciais, representações ou símbolos constituindo uma *identidade territorial*, ou seja, um conjunto concatenado de representações socio-espaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade do espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (“simbólica”) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica. A definição de *territórios e fronteiras* são referenciais concretos fundamentais para a construção dessas identidades territoriais, onde a alteridade fica muitas vezes condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais (HAESBAERT, 1995, p. 88, [grifos do autor]).

O trabalho era entendido como a base de quase tudo para os migrantes, tanto para aqueles que possuíam condições econômicas de iniciar uma outra vida nas novas terras, quanto para aqueles que vieram se “aventurar”, como nos disseram alguns

entrevistados. É o trabalho que transforma a paisagem da floresta, do sertão em cidade, em “civilidade”, do espaço da mata em espaço colonial. Foi, portanto, o trabalho o instrumento com que os homens e mulheres justificavam a distância entre a “terra prometida” (proferida pelo discurso mítico) e a “terra encontrada”, aquela que se transformou com o tempo na cidade.

Neste contexto, verificamos em vários de nossos entrevistados (homens e mulheres) que o trabalho aparecia como algo inerente ao gaúcho e catarinense que se deslocou para Francisco Beltrão; como mencionou uma gaúcha: “o trabalho pertence a nossa vida”. Reunimos, desse modo, algumas passagens de entrevistas em que os migrantes demonstraram essa (sobre)valorização da *condição* do trabalho em suas vidas:

Olha, eu trabalhei na vida, aqui era sofrido (...) Trabalhei muito na roça. Naquele morro lá [aponta um morro com o dedo], tinha que trabalhá muito. Naquele tempo era difícil. (...) E sempre plantando e sempre trabalhando e roça, barriguda mesmo! Carregava um na barriga e outro no braço e vamo lá. Três ano, três filho (risos). (...) Todo mundo tinha bastante, não tinha esse negócio de espertalhão, de se cuidar. Todo mundo tinha filho. (...) Aí tinha que trabalha pra mante a filharada tudo, né? (Amábili Rosseto).

O que eu trabalhei na minha vida. Pelo amor de Deus! Trabalhei muito, tudo na roça, os meus filhos mais velho também, trabalharam muito na roça. O meu velho [marido] trabalhava de mais! Nossa. (...) Coitado do velho, trabalho demais, sempre trabalho muito (Florinda Cobo Viera).

Aqui era só mato, mato quando chegemo. Mas logo mudou, o povo trabalhava muito e foi mudando as coisas. (...) O meu marido era muito trabalhador: clareava o dia tinha que todo mundo ir pra roça. Era daqueles índios bem grosso, bravo (risos). Tinha que pular cedo, ele ia pra roça, eu tinha que tirar leite e, depois eu ia pra roça. As minhas irmã mais nova cuidava das criança pequena em casa, e eu ia pra roça o dia inteiro. E, de noite costurá até a meia-noite, naquelas luz de lampião. (...) Daí dia de chuva remenda ropa pra piazada. Coloca os remendo. Depois comprava aquelas peça de fazenda, aqueles tecido de metro e faze as ropa pra piazada. (...) Eu não sei como é que conseguia fazer tudo isso. Eu mesmo me admiro de mim mesmo. Tem que trabalha muito, e como trabalha, tinha pra sobreviver, né? Eu trabalhava, fazia de tudo. Meu marido fazia as coisa, mas eu ajudava em tudo, fazia de tudo no que tinha que fazer, precisava, né? Sempre trabalhei. (...) Eu gosto de trabalhar. Eu não gosto de ficar parada. A gente trabalhando passa o dia que nem vê. Porque se a gente fica parado, fica pensando coisa que não deve, fica pensando besteira (Delina Pagnhol).

Naquela época da chegada, nós tivemos que trabalhar muito, mais muito, né? Tinha tudo por fazer aqui, as família eram grande e, tinham que busca sobreviver, não tinha jeito. A vida era dura, tinha que ir pra roça e encarar o sol, chuva, tudo pra conseguir fazer as lavoura, cuida dos animal e consegui alimenta a família e junta algum dinheiro pra ir tocando o barco, né? (...) Aqui era só mato, só sertão, então, o negócio era peita tudo isso e fazer as coisa pra gente depois melhor um pouco a situação. Era acorda cedo pega o chapel, por na testa e encarar o sol (risos) (Salvador Verdi da Costa).

A idéia de trabalho está vinculada à idéia de progresso e modernidade, em oposição ao sertão e à floresta. Mas, se a idéia de trabalho significa crescimento e progresso para quem trabalhou, por que nem todos enriqueceram? Por que nem todos ficaram “bem de vida”? É possível perceber, nas entrevistas, muito trabalho para todos, mas, paradoxalmente, a maioria não enriqueceu e nem atingiu o esperado “progresso”. Assim, provavelmente os que mais trabalhavam foram os que menos enriqueceram.

Gilberto Dupas (2007, p. 73) ressalta que o progresso é um mito constantemente renovado por um aparato ideológico interessado em convencer que a história (e, portanto, a produção de um espaço) tem destino certo e glorioso; por isso, o progresso foi transformado em discurso hegemônico do sistema capitalista. Assim:

Idéias são aceitas ou rejeitadas não podendo serem verdadeiras ou falsas, mas por serem consideradas adequadas ou não para descrever algo em que temporariamente se acredita. Progresso é dessas idéias-força que podem estar em uma ou outra das categorias mencionadas, dependendo de serem vistas como processo inexorável. Em termos gerais, progresso supõe que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que conduza a um maior número de existências felizes. Mas, visto assim, o problema se recoloca no que vem a ser felicidade (DUPAS, 2006, p. 29-30).

Dessa forma, o que se efetivou para a mobilização da identidade do trabalhador é a construção de um discurso hegemônico sobre o trabalho associado, amiúde, à idéia de progresso inexorável. Entretanto, esse *progresso* cunhado pelo discurso dominante das elites é sempre imposto como *axioma*, ou seja, como uma verdade inquestionável. O mito alimentado foi de uma sociedade do trabalho que traria riqueza e felicidade para todos de maneira irrestrita, especialmente através da racionalidade econômica e da modernidade que implementava novas e melhores visões de mundo.

A existência do *discurso sobre o trabalho* enquanto diferença “fundante” de Francisco Beltrão, a partir da migração e da colonização por descendentes de italianos, alemães e poloneses, fundamentou-se e acionou-se em torno de três discursos que

permearam a formação da identidade territorial: (1) o discurso sobre os descendentes de *italianos, alemães e poloneses trabalhadores* – um discurso “fundante”, uma crença que funciona como um mito fundador, porque capaz de mobilizar formas de vida, de reforçar e de instigar modos de proceder de uma coletividade em um cotidiano e, portanto, em um território partilhado; (2) o *discurso político*: reforça, no imaginário social coletivo, a idéia de que só o trabalho faz o país (o estado, a região, o município) crescer e encontrar felicidade; e, (3) o *discurso dos meios de comunicação*, especialmente do Jornal Tribuna do Sudoeste e do Jornal de Beltrão, porta-vozes dos valores e da ideologia religiosa católica¹⁷⁰, especialmente, que contribuiu (e ainda contribui) para solidificar a fé dos migrantes e de seus descendentes (de italianos, alemães e poloneses) através de um *referencial* sobre o trabalho que associa a idéia de *peso e sacrifício* a um sentimento espiritual de *redenção e continuação* da obra de Deus pelo trabalho.

A seguir, na foto 9, é demonstrada uma pose de homens (adultos e jovens) com enxadas nas mãos que, enquanto migrantes recém chegados a Francisco Beltrão, trabalhavam em grupos na abertura de estradas vicinais.

¹⁷⁰ Em Francisco até a década de 1970, o número de outras igrejas que não a católica era pequeno. Temos informações sobre a Igreja Luterana que também atuava no município. Porém, devido à população migrante ter hegemonicamente descendência italiana, a Igreja Católica era a principal no município, tendo em vista, especialmente que a Igreja protestante Luterana esteve sempre mais ligada aos descendentes de alemães e, por esse motivo, se deslocar e atuar com maior presença em lugares para onde migraram os descendentes de alemães.

Foto 9: Migrantes demonstrando as enxadas que utilizavam na abertura de estradas – década de 1950



Fonte: Nivaldo Kruger (2004).

5.5 Encontros e os desencontros identitários entre descendentes de italianos, alemães e poloneses (*estabelecidos*) e caboclos (*outsiders*)

Com a migração gaúcha e catarinense para o Sudoeste paranaense a partir da década de 1940, o território até então ocupado pelos caboclos passou a ser compartilhado com estes migrantes que chegavam de forma rápida e em grande número. Descendentes de italianos, alemães e poloneses oriundos principalmente de antigas colônias agrícolas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, encontraram o território já ocupado pelos caboclos, vivendo como posseiros e em terras devolutas com um modo de vida vinculado à subsistência.¹⁷¹

O encontro entre o grupo antigo (caboclos) e o grupo novo (migrantes gaúchos e catarinenses descendentes de europeus de segunda ou mesmo terceira geração no Brasil) no território e a pressão que os obrigou a conviverem de alguma maneira como membros de um mesmo recorte espacial não foram acontecimentos sem embate, sem choques étnicos ou identitários, ou seja, sem conflitos culturais, políticos e econômicos. Este encontro de “dois mundos” se inseriu no contexto de profundas transformações que no Sudoeste paranaense estavam ocorrendo, sobretudo, da passagem de um “período natural” a um “período técnico”.

Refletir, portanto, como se deu a ocupação histórica sobre os encontros e desencontros entre os dois segmentos que a fizeram e sobre a área específica de Francisco Beltrão, *território em disputa* por onde se relacionaram os atores sociais em estudo, é fundamental para *desvendar* e compreender a sua produção do espaço e das relações de poder e de *status* que permearam o processo. Analisar e refletir sobre os encontros e os desencontros “étnicos” e identitários entre descendentes de italianos, alemães e poloneses (*estabelecidos*) e caboclos (*outsiders*) que compartilharam e disputaram o mesmo território: o município de Francisco Beltrão e os choques oriundos dos conflitos esses grupos humanos interligados é o objetivo a partir de agora.¹⁷²

¹⁷¹ Os colonos que povoaram o Sudoeste do Paraná eram constituídos, predominantemente, pela segunda ou terceira geração de descendentes de imigrantes europeus. Para Valdir Gregori, “os eurobrasileiros puderam constituir uma sociedade colonial na qual a herança cultural, no seu sentido amplo, européia mesclou-se com a realidade encontrada (...). Ele, enquanto europeu, é portador de medievalidade européia, mas contaminada pelas transformações dos tempos modernos. Enquanto colono brasileiro é o homem camponês, colo, agente direto da colonização” (GREGORI, 2002, p. 53).

¹⁷² Tomamos como referência para esta investigação *Os estabelecidos e os outsiders*, estudo feito por Norbert Elias e John L. Scotson sobre uma pequena cidade localizada no interior da Inglaterra – Winston Parva – que tinha por núcleo um bairro relativamente antigo e, ao redor dele, duas povoações (bairros) formadas em época mais recentes. Os autores analisaram especialmente as relações de poder e de status e as tensões que lhes estavam associadas, procurando descobrir as razões por que um grupo localizado no

A pertinência dessa discussão aqui *estabelecidos/outsidere*s se deve ao fato de que na fronteira e, portanto, na frente pioneira para e em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense acabamos pensando, vendo e dizendo os “de fora” como *estabelecidos*, e os “de dentro” como os *outsidere*s; ou seja, na fronteira se deu um processo contraditório: o *estabelecido* virou *outsider*, enquanto o “de fora” virou *estabelecido*. Compreender e problematizar essa *contradição* é o que tentaremos desenvolver.

Também, é importante explicar que o processo de produção dos *estabelecidos/outsidere*s nos bairros de Winston Parva – pequena cidade localizada no interior da Inglaterra – analisados por Norbert Elias e John L. Scotson tem uma diferença importante em relação à produção dos *estabelecidos/outsidere*s que procuraremos compreender: na cidade Winston Parva os *estabelecidos* eram os moradores mais antigos e os *outsidere*s os moradores mais novos no lugar, e, em Francisco Beltrão (e, podemos extrapolar para todo o Sudoeste paranaense), os *estabelecidos* eram os mais novos no lugar (os migrantes gaúchos e catarinenses) e os *outsidere*s os moradores mais antigos (os caboclos). Ou seja, houve uma *ordem inversa* de valores, de poderes, de *status*, de cultura que fizeram com que, num campo de forças, os migrantes gaúchos e catarinenses se tornassem *estabelecidos* e os caboclos *outsidere*s. E, foi a partir da hegemonia dos descendentes de italianos, alemães e poloneses nesse processo que foi produzido historicamente um singular território. Mudou-se, portanto, a *posição* dos grupos sociais no território que esteve em disputa.

Desse modo, vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e sendo descendentes de europeus, estes sujeitos se instituíram como *superiores* (cultural, política e economicamente) frente aos caboclos, logo, se impuseram como os *estabelecidos*, ou seja, os “pioneiros” do novo território. Os gaúchos e catarinenses (descendentes de italianos, alemães e poloneses), se instituíam como os *estabelecidos* em função de se considerarem com um *valor humano superior* e com características apregoadas como “boas”: do progresso, do trabalho, da ordem e do desenvolvimento. Ao grupo *outsidere*s, isto é, aos caboclos, era-lhe atribuído *valor humano inferior* e estereotipado pelo grupo *estabelecido* as características “ruins”: eram desconhecidos, não tinham coesão grupal, não gostavam de trabalhar, eram “sujos” e não tinham a racionalidade econômica que vislumbrava a acumulação de bens.

bairro mais antigo da cidade tinha mais poder do que os outros. Por isso tomamos de empréstimo as expressões *estabelecidos/outsidere*s dos autores para o desenvolvimento de nossa análise.

Para Elias e Scotson (2000, p. 8), as categorias *estabelecidos* e *outsiders* ocorrem no interior de relações de poder e de *status* e se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um *laço tenso e desigual de interdependência*. “Superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-*outsiders* ilumina exemplarmente: as relações de poder”.

Por isso, os *estabelecidos* em Francisco Beltrão (os descendentes de italianos, alemães e poloneses) foi o grupo que se impôs e, com isso, se instituiu como superior ocupando posições de prestígio e de poder. Se auto-intitulam a “boa sociedade”, mais poderosa e “melhor”, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, *autoridade* e influência: os *estabelecidos fundam o seu poder* no fato de serem um *modelo moral para os outros* a partir, fundamentalmente, da sua *ascendência européia*.

Por outro lado, os *outsiders* são instituídos como os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e *híbrido* de pessoas unidas por laços sociais com uma cultura oriunda da miscigenação luso-brasileira. Como ressalta Trindade e Andreazza (2001), os mamelucos, híbridos culturais, foram, em larga medida, os agentes que promoveram a circulação de hábitos, técnicas e conhecimentos do universo cultural vinculados à floresta tropical. Na composição e reelaboração das tradições lusitana, escrava e indígena, portanto, foi urdida uma outra forma peculiar de viver: o modo caboclo.

Nesse sentido, a *diferença* e a *desigualdade social* são elementos imprescindíveis nas relações entre *estabelecidos* e *outsiders*. Os *estabelecidos* fundaram a sua distinção¹⁷³ e seu poder por serem oriundos de descendentes de italianos, alemães e poloneses encarnando os valores da tradição e da “boa sociedade européia”. Os *outsiders* viviam estigmatizados por todos os atributos associados à uma certa anomia como a cor (mais escura) da pele e o modo de vida não enquadrados dentro da lógica civilizacional e, em termos gerais, da acumulação capitalista, das relações contratuais, da ciranda mercantil.¹⁷⁴

¹⁷³ Elias e Scotson (2000) assinalam que a distinção precisa de uma relação contrastiva e de comparações para se estabelecer níveis com hierarquias inferiores e superiores.

¹⁷⁴ A anomia talvez seja a censura mais freqüente que foi feita aos caboclos pelos gaúchos e catarinenses; repetidamente, constatou-se – através das entrevistas realizadas – que *outsiders* são vistos pelo grupo *estabelecidos* como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros.

Objetivamos, assim, descobrir “camadas” não (somente) econômicas do conflito entre grupos *estabelecidos* e *outsiders*.¹⁷⁵ O que induzia, deste modo, as pessoas que formavam o grupo estabelecido de descendentes de italianos, alemães e poloneses a se colocarem como uma *ordem melhor e superior* dos seres humanos em Francisco Beltrão? Que *recursos* de poder lhes permitiam afirmar sua superioridade e lançar um *estigma* sobre os outros, como pessoas de estirpe inferior? Em linhas gerais, deparamos com uma configuração tensa e conflituosa no contexto de diferenças grupais “étnicas”, identitárias e até mesmo *internacionais* na medida em que de alguma maneira se opunham modos culturais (em sentido amplo) *distintos* de vida: o “neobrasileiro”, o caboclo, com o dos migrantes descendentes de europeus: italianos, alemães e poloneses.

Em Francisco Beltrão, todo o arsenal de superioridade e desprezo grupal era mobilizado pelos descendentes de italianos, alemães e poloneses vinculados a sua origem européia, ou seja, ligados à etnia italiana, sobretudo, e vinculada ao seu universo cultural de concepções e visões de mundo.¹⁷⁶ Através da cultura “italiana”, por exemplo, criava-se o grau de coesão grupal, a identificação coletiva e as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificante que acompanha a consciência de pertencer a um grupo que instituía-se de *valor superior* no território, com o desprezo complementar ao outro grupo: os caboclos.

Neste âmbito, é necessário perceber como que os sujeitos se articulavam em grupos, como, por exemplo, através das classificações e das *fronteiras* (simbólicas e materiais) instituídas entre “nós” e “eles” estabelecendo um território compartilhado e cindido concomitante, pois:

O problema é saber como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer “nós”, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a

¹⁷⁵ Como afirmaram Elias e Scotson (2000), “Mesmo nos casos em que a luta pela distribuição dos recursos econômicos parece ocupar o centro do palco, como no caso da luta entre os operários e a direção de uma fábrica, há outras fontes de disputa em jogo além da relação entre salários e lucros”. Há muitas lutas, por exemplo, para satisfazer as mais diversas aspirações humanas como prestígio, *status*, ou seja, que fazem parte do poder simbólico.

¹⁷⁶ Como já mencionamos em item anterior, os descendentes de italianos constituíram a maioria dos migrantes que se deslocaram para Francisco Beltrão sendo que, por isso, os choques se processaram, sobretudo, com esses sujeitos e os caboclos. Entretanto, tendo em vista que descendentes de outras etnias como alemães e poloneses (estes últimos em menor número) também se deslocaram para Francisco Beltrão, optamos por utilizar as três etnias de migrantes que estabeleceram relações com os caboclos no território.

quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles” (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 38).

Um dos poderes nítidos nessa relação é o *poder* de nomear. O poder de nomear os outros e estigmatizar foi feito pelos descendentes de europeus que migraram para Francisco Beltrão sobre os “brasileiros”, os caboclos. É uma hostilidade “velada” que *materializa* estereótipos e as práticas concretas no território e as relações sociais. Embora houvesse, em parte, uma convivência entre os dois grupos, esta não foi apenas pacífica, ao contrário, ela esteve permeada por disputas territoriais, sociais e desavenças oriundas, por vezes, da própria diversidade “étnica” e identitária que esses grupos apresentavam.¹⁷⁷

Assim, através de uma convivência “velada” entre os dois grupos, *estabelecidos* e *outsiders*, sem relacionamentos marcados por conflitos explícitos, o *estranhamento* mútuo não deixou de ocorrer, sendo marcado por restrições em certas relações sociais locais. O estranhamento manifestou-se, aliás, na própria designação que cada grupo atribui ao outro. Enquanto os “brasileiros” assim se auto-denominaram, estes foram *nominados* pelos descendentes de italianos, de alemães e poloneses de “caboclos” ou “negros”, ambas as expressões utilizadas com uma forte conotação negativa. Por sua vez, aqueles que se auto-designam de “italianos”, “alemães” ou “poloneses” foram alcunhados pelos “brasileiros” de “gringos”. A forma de apresentar o outro era extremamente diferente e estigmatizada. Verificamos essa correlação tensa de nomeação nas seguintes entrevistas que realizamos:

A maioria das pessoas que a gente não conhecia na época, que a gente não tinha contato, chamava de caboclo, caboclada. Agora quando a gente entrô aqui mesmo, bugre que existia, misturado, né? Com índio, era a caboclada (...). Eles eram diferentes de nós, né? Sabe, o jeito deles era outro (Salvador Verdi da Costa – descendente de italianos).

Aqueles que eram de outra origem, de italiano, né? Era chamado de gringo. Porque era diferente, tudo bem branco e tinham outra forma de viver que a gente (Paula Faria – descendente de caboclos).

Os caboclos, tendo sua “identidade” *imposta* especialmente “de fora”, tiveram aspectos de seu modo de vida desqualificados, localizados em um pólo negativo, em

¹⁷⁷ Como considera o geógrafo Paul Claval (1979, p. 7), “o jogo social nunca é inocente: atrás das retroações que limitam aparentemente o poder dos indivíduos, desmascara-se a ideologia que oculta os mecanismos reais e leva a esquecer o peso desigual dos participantes e os que instituíram as regras sociais e com elas se beneficiam”.

relação aos hábitos dos descendentes de italianos, alemães e poloneses positivamente categorizados, como resultado de sua posição inferior ou marginal na hierarquia social local de poder e de *status*, que foram *materializadas* nas relações sociais.

Desse modo, no jogo identitário reflexivo de espelhos (BRANDÃO, 1986, p. 7), permeado pelo *contato* com os “outros”, os descendentes de italianos, alemães e poloneses pouco tinham com o que se identificar. Pelo contrário, o espelhamento serviu para realçar o contraste com o mundo dos caboclos; a alteridade se deu pelo contraste maior com o contato de um grupo com o outro através do estranhamento.

Assim, com a capacidade de expansão em Francisco Beltrão através da migração dos descendentes de italianos, alemães e poloneses no território, pode ser observada na rápida constituição das várias localidades através da *denominação* dada a sua toponímia, referida, via de regra, a um santo padroeiro, a outra personalidade vinculada à Igreja, ao sobrenome de um “pioneiro” ou, ainda, vinculado aos estados de origem dos migrantes como, por exemplo “Linha Santo Isidoro”, “Linha Santa Bárbara”, “Linha São Paulo”, “Linha São Roque”, “Secção São Miguel”, “Linha Bom Jesus”, “Linha São Sebastião”, “Linha Macagnan” “Anita Garibaldi”, “Linha Farroupilha” e “Linha Gaúcha”. Essas denominações expressam, ainda, a “europeização” do território, especialmente na colonização do Sul do Brasil.

Por isso, na medida em que o grupo constituído por migrantes gaúchos e catarinenses descendentes de italianos, alemães e poloneses se tornava hegemônico, *estabelecidos* no território, este foi deixando suas *grafias*, suas marcas na produção de um novo território e diferente daquele em que os caboclos produziram. Surgiram comunidades rurais diferentes (as linhas) em sua organização social e territorial, surgiram novos objetos técnicos e adentrou também o capital monopolista, além, é claro do capital comercial que já participava em alguma medida das relações no período caboclo.

No interior de Francisco Beltrão, após a migração gaúcha e catarinense a partir da década de 1940, ambos os grupos *estabelecidos/outsiders* conviveram em espaços contíguos, os “lotes” ou “propriedades” familiares – áreas que se constituíram ao mesmo tempo em territórios de moradia e de produção: os territórios coloniais. Essas áreas, juntamente com determinados bens comunitários – escola, igreja, salão de festas

etc – formaram as localidades denominadas de “linhas”¹⁷⁸, que por abrigarem uma coletividade foram nominadas como “comunidades”.

Em Francisco Beltrão os colonos descendentes de italianos, de alemães e de poloneses implementaram logo na chegada um padrão tradicional de ocupação e apropriação territorial, tanto dos lotes individuais, localidades ou linhas, revelando que há certos aspectos que são próprios da organização da vida social e de determinados valores, enfim, uma maneira específica de ver e estar no mundo, diferente daquela própria e praticada pelos caboclos. Desse modo, os descendentes de italianos, de alemães e poloneses ocuparam e apropriaram o território que historicamente pertenceu, em parte, aos caboclos, transformando-o e adequando-o aos *usos* e *significados* de seu próprio modo de vida.

Já os caboclos viviam no território na condição de posseiros, resultado da ocupação da terra na frente de expansão. Foi, assim, inevitável o confronto dramático com a leva de colonos migrantes, entre os dois modos distintos de “construção no/do mundo” do/no território. Logo, um dos conflitos se deu na instituição da propriedade privada e do cercamento das terras. Isso acarretou tensões entre descendentes de europeus e caboclos, pois estes últimos criavam seus animais soltos e os primeiros criavam os animais fechados.

A descendente de italianos Nair Pilati nos informou sobre os conflitos que teve com o vizinho caboclo, dono dos porcos que “invadiram” sua roça:

Tinha muita gente que criava porco solto naquela época que chegamos aqui. Aquele vizinho nosso que morava perto, aquele criava tudo solto. Meu Deus do céu! Nós por isso que saímos de lá, por causa daquele vizinho que tinha os porco solto; era caboclo, sabe? Porque nós plantava o milho, as terra fazia divisa e se acampavam os porco dele na nossa roça de milho. E ele não engordava porco no chiqueiro assim, engordava solto, só nas terras dos outros, um pouco nas terra dele, um pouco nas terras dos outros e vai indo. Lá a par do rio aqueles porco solto acabavam com os barranco do rio fuçando e com as nossas roças. E daí quando que ele fechava os porco estavam quase bom pra vende. Vendia aquela chiqueiradona de porco, mas tudo aqueles comum, porque não tinha esses porco de raça, era tudo esses porco preto, esses porco pintado (...). Quantas brigas que deu por causa daquele caboclo com aqueles porco, aquele homem não vali nada. Imagine, agora tu vai criar porco solto que vai nas terra dos

¹⁷⁸ As “linhas” correspondem ao “bairro rural”, forma de organização espacial própria às áreas rurais que em São Paulo foram identificadas por Cândido (1977, p. 64-65), por sua base territorial e pelo sentimento de localidade existente nos seus morados, cuja formação depende das relações sociais de intercâmbio entre as famílias e as pessoas. Entenda-se por “linhas” a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa “unidade” territorial e social que se difere das outras.

outros. Pelo amor de Deus! Se fosse no dia de hoje, tá loco (Nair Pilati – descendente de italianos).

Os porcos e outros animais que eram criados antes pelos caboclos no sistema extensivo passaram a ser criados pelos migrantes no sistema intensivo, isto é, presos em chiqueiros ou em poteiros. Como afirma Martins (1975, p. 75), “O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra”. As terras que antes eram ocupadas pelos caboclos posseiros, passaram a ser compradas pelos migrantes. Assim, a terra passa a ser mercadoria, pois é atribuída a esta um título de propriedade que permite o direito de compra e venda da mesma, tanto para os descendentes de europeus como para os caboclos. A questão é que esse sistema jurídico-político-econômico de uso da terra não era próprio da cultura cabocla e, portanto, na maioria das vezes não era bem aceito.

Para Langer (2007, p. 15), o *axioma* inerente ao processo de ocupação “pioneira” é a terra enquanto propriedade privada, como mais um objeto – entre tantos outros – da economia de mercado. Os caboclos sempre ocupavam “terras de ninguém”, pois não possuíam título de propriedade particular. A partir dessa máxima é negada a possibilidade do direito à terra a quem não a explora de acordo com o padrão mercadológico.

Ademais, podemos verificar as tensões com o encontro de duas visões de mundo e os juízos valorativos feitos por descendentes de italianos aos caboclos com forte carga negativa. Os *estabelecidos* instituindo-se com um valor *superior* aferiam aos *outsiders* um valor menor em virtude da outra forma de vida e de organização social que realizavam. Elias e Scotson (2000) ressaltam que a inferioridade humana é imposta pelo grupo *estabelecido* ao grupo *outsider* em termos de poder e que servem a seus membros como justificação de seu *status* elevado, afirmando seu valor superior (superior e inferior em termos de relação de forças).

Boneti (1998, p. 117), em uma perspectiva sobretudo econômica, afirma que “O caboclo do Sudoeste do Paraná foi excluído, inicialmente, do seu sistema produtivo”. Assim: “À medida que os migrantes foram chegando, assumindo o comando da dinâmica produtiva e social, construindo uma infra-estrutura social com capelas, escolas etc., os caboclos foram sendo excluídos gradativamente também do convívio social” (BONETI, 1998, p. 118). Segundo o autor, tratava-se da perda de poder do segmento

caboclo frente aos migrantes gaúchos e catarinenses e, portanto, houve a exclusão social destes perante as *novas relações* estabelecidas no território.

Constatou-se, porém, durante o trabalho de campo que mesmo nas linhas onde logo se tornaram predominantes os descendentes de italianos, de alemães e de poloneses encontravam-se, ainda, algumas famílias de caboclos, em lotes contíguos aos dos descendentes de italianos, “mesclando” etnicamente os povoados, ocupando-os como proprietários de pequenos lotes de terras.

A “saga da migração”, deste modo, é supervalorizada pelos descendentes italianos, alemães e poloneses, referindo-se a ela como uma “batalha vencida”, mencionada com um sentimento de orgulho, no sentido de terem conseguido garantir “uma vida melhor” e “um futuro para os filhos”, o que confirma a afirmação de Woortmann (1990, p. 3) de que a migração “é sempre a busca de uma solução”. Solução de um problema, que na maior parte das vezes está relacionado à falta de terras ou a seu alto preço no território de origem do colono. Portanto, a migração, neste caso, é condição de reprodução social.

Por isso, para os migrantes descendentes de europeus o trabalho foi um elemento central, como discutimos no item anterior, para sua reterritorialização no território. O trabalho foi condição inerente à vida dos descendentes de italianos, alemães e poloneses em *contraposição* ao modo de vida do caboclo, onde o trabalho assumia uma posição diferente, mas não menos importante, pois se para os *estabelecidos* o trabalho constituía um valor étnico e identitário central, para o *outsider* o trabalho só era importante para suprir suas necessidades básicas de alimentação não tendo objetivo a acumulação de mercadorias, terras ou outros bens materiais, por exemplo.¹⁷⁹ Portanto, para o caboclo o trabalho não era central em sua vida e se reproduzia em outra lógica daquela dos descendentes de europeus. O importante para o caboclo era ter o tempo livre para fazer aquilo que tivesse vontade, não ficando preso a coerção do tempo e da ideologia do trabalho.

A seguir apresentamos alguns trechos de algumas entrevistas que realizamos, onde as concepções negativas sobre os caboclos estão explícitas em função do não-trabalho:

¹⁷⁹ É parte da ideologia dos descendentes de europeus “economizar”, “trabalhar duro” para acumular, visando prioritariamente à aquisição de terras para os filhos. Mas essa perspectiva não fazia parte da “cultura cabocla”, no período anterior à colonização. A esta orientação ideológica acrescentam-se as reais condições desse segmento e suas limitações para conseguir reunir capital excedente para adquirir terra.

Eles [os caboclos] trabalhavam meio pouco. Eles enxada, esses negócio não conhecia, era só foice e machado e arado então nem se fala; boi também não; eles só iam cultivando o que tinha pra pegá. Nós, pra tu ver, além de ser dono da serraria, nós produzia tudo, tudo! Nós só ia pra cidade pra comprar querosene, açúcar nós fazia também, melado, rapadura, erva-mate nós fazia, produzia de tudo. Fazia erva [mate] e guardava pra nós (Alfredo Antonio Presente – descendente de alemães).

Essas pessoas faziam um ranchinho aqui e uma manchinha de roça pra cá, outra manchinha pra lá, roça de negro, sabe? (Antonio Mendes - descendente de italianos)

Porque quando chegava a gauchada aqui e ia morá perto de um caboclo, mas não ia fazer amizade mesmo com ele, porque o caboclo não queria trabalhá, então tu não podia fazer amizade com uma pessoa que não queria trabalhá, né? Então com o tempo o caboclo se muda, não dava certo, o gaúcho era trabalhador, né? (Salvador Verdi da Costa – descendente de italianos).

Por isso, o *não-trabalho* era o *símbolo de inferioridade* e o sinal do caráter de “imprestáveis” que lhes era atribuído pelo grupo *estabelecido* ao grupo *outsider*. Claval (1979, p. 31) já assinalara que entre “os poderes que o indivíduo dispõe, o de julgar o valor moral dos atos é primordial [!]”. Para exercê-lo, é preciso ter acesso à “verdade moral”, às *regras* que definem a fronteira entre o bem e o mal. Por isso, *os valores morais* também participaram das conflituosas e tensas entre os migrantes gaúchos e catarinenses descendentes de europeus e os caboclos.

O grupo *estabelecido* atribuiu, assim, ao conjunto do grupo *outsider* as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo *estabelecido* tende a se modelar e se territorializar hegemonicamente em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na maioria de seus “melhores” membros, dos “pioneiros”, dos desbravadores, enfim, do território dos “pioneiros”, de Francisco Beltrão que nasceu dos “pioneiros”: povo “ordeiro” e “trabalhador”. Essa *distorção* se dá pelas direções opostas (nós e eles) e faculta ao grupo *estabelecido* provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre características para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim”.

Verifica-se, nesse sentido, através das entrevistas que apresentamos, a construção de um “*nós*”: os *estabelecidos* trabalhadores e que produzem tudo para sua vida; e, um “*eles*”: estereotipados como “negos” e que não são afeitos ao trabalho, o que dificultou, com isso, como frisaram os descendentes de europeus, no fazer amizade e no contato entre ambos os sujeitos, pois, como afirma um dos entrevistados, o gaúcho “não

ia fazer amizade mesmo com ele, porque o caboclo não queria trabalhá, então tu não podia fazer amizade com uma pessoa que não queria trabalhá, né?”. Ocorre a *divisão* entre um “ele” e um “nós” que se materializou nas relações construídas entre os dois grupos sociais que fizeram com que “com o tempo o caboclo se muda, não dava certo, o gaúcho era trabalhador, né?”, como afirmou o migrante.

Assim, as tensões ocorreram nas “qualificações” de trabalhador e de não trabalhador e, que se processaram e se materializaram concretamente nos diferentes hábitos e do sistema de trabalho dos dois grupos sociais, como nos relatou um entrevistado:

Eles tomavam chimarrão, mas eles eram bem mais vadio, só que em vez deles fazer um carrijo¹⁸⁰ pro ano inteiro, eles faziam um feixe e sentava com os feixe de erva [mate] na porta [da casa], aí socava no pilão, cada vez que queria tomar chimarrão tinha que socar no pilão os feixe de erva [mate] pindurado. Nós não, nós faziam pra dois, três ano e colocava num caixote bem fechado, a erva ficava guardada e cada vez melhor. (...) Chamava pelo nome, não de caboclo, era uma ofensa. Mas eles eram mais racista do que nós, chamava nós de “alemão batata” (Alfredo Antonio Presente – descendente de alemães).

Compuseram, assim, o universo cultural de descendentes de italianos, alemães e poloneses e “brasileiros” (caboclos), uma auto-consciência socialmente elaborada, circunscrevendo cada um deles como um “nós” em oposição aos “outros”, isto é, como um grupo etnicamente diferenciado. Um “nós” que pressupõe uma mesma identidade (igualdade), apropriando-se, subjetivamente, de certos aspectos da realidade, fixando atributos como sinais diacríticos, marcando sua especificidade cultural (e política), definindo-os e categorizando-os enquanto sujeitos sociais diferentes.

Vale, também reiterar, a partir de Bourdieu (1990) que esta definição (nós e eles) implica em um trabalho de explicação e classificação e realiza-se incessantemente, sendo a percepção objeto de luta para marcar o seu lugar social e geográfico e o do “outro”. A dimensão étnica e identitária da vida dos sujeitos se expressou, assim, através dos sinais diacríticos, estabelecendo *fronteiras* e ressaltando o contraste e as diferenças entre os dois grupos identitários. As representações são criadas na medida em que vivenciam a situação de contato interétnico.

Através da narrativa do descendente de alemães verificamos as condições em que um grupo consegue lançar e impor um estigma sobre o outro. Ao mesmo tempo em

¹⁸⁰ Espécie de caixote para estocar erva-mate.

que os descendentes de alemães, por exemplo, eram chamados de “alemão batata”, a nomeação caboclos para os “brasileiros” era recebida como motivo de ofensa. Também é importante assinalar como que os descendentes de italianos, alemães e poloneses (*estabelecidos*) *invertiam* a estigmatização hegemônica e pejorativa dada aos caboclos (*outsiders*), justificando como na entrevista “Mas eles eram mais racista do que nós, chamava nós de ‘alemão batata’”; ou seja, o grupo *estabelecidos* buscou formas de legitimar a sua estigmatização através de maneiras de desqualificar o grupo *outsiders*: tudo neste grupo era visto e dito enquanto “ruim” e “inferior” pois como afirmou o descendente de alemães Alfredo “eles (os caboclos) eram mais racista do que nós”. É claro que houve trocas de estigmas através de um campo de forças relacional entre *estabelecidos/outsiders*, mas, não podemos mascarar que o migrante gaúcho e catarinense descendentes de europeus se impôs como hegemônico nesse processo de invenção/imposição de sua “superioridade” cultural (em sentido amplo).

O que se desenvolveu, portanto, foram formas de *classificar* o *outro* através de uma forte carga de preconceito e de imposição pela estigmatização no sentido de inferiorizar o outro:

Seu poder de ferir depende da consciência que tenham o usuário e o destinatário de que a humilhação almeja por seu emprego tem o aval de um poderoso grupo estabelecido, em relação ao qual o do destinatário é um grupo estabelecido, em relação ao qual o do destinatário é um grupo outsider, com menores fontes de poder. Todos esses termos simbolizam o fato de que é possível envergonhar o membro de um grupo outsider, por ele não ficar à altura das normas do grupo superior, por ser anômico em termos dessas normas (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 27).

O grupo *outsider* foi tido como transgressor das normas e restrições impostas no território pelos estabelecidos. Essa foi a imagem preponderante: os *outsiders* foram vistos coletiva e individualmente como anômicos. O contato mais íntimo com eles, portanto, era sentido como desagradável. Eles colocariam em risco as defesas profundamente arraigadas do grupo *estabelecido* contra o desrespeito às normas e tabus coletivos, de cuja observância dependem o *status* de cada um dos seus semelhantes no grupo *estabelecido* e seu respeito próprio, seu orgulho e sua identidade como membro do grupo superior.

Por isso, como os *outsiders* foram tidos como anômicos, o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros do grupo *estabelecido* a ameaça de uma “infecção

anômica”: esses membros poderiam ficar sob a suspeita de estarem rompendo as normas, valores e mitos de seu grupo; a rigor, estaria rompendo essas normas pela simples associação com membros do grupo *outsider*. Assim, o contato com os *outsiders* ameaçava o “inserido” de ter seu *status* rebaixado dentro do grupo *estabelecido*, isto é, dos “pioneiros”. Ele poderia perder a consideração dos membros deste – talvez não mais parecesse compartilhar do valor humano superior que os estabelecidos atribuíam a si mesmos. A *mistura* com os caboclos poderia acarretar perda de poder aos descendentes de italianos, alemães e poloneses; a punição pelo desvio do grupo ou, às vezes, até pela suspeita de desvio, era perda de poder, acompanhada de rebaixamento de *status*.

A exclusão social se mostrava mais nas atividades do lazer. As atitudes excludentes dos estabelecidos e sua ideologia de status entravam em operação, essencialmente, em respeito às relações estabelecidas fora dos limites da vida profissional e/ou econômica; estavam sempre presentes, porém mostravam-se menos durante as relações do trabalho e mais do lado de fora, nas atividades de lazer, como, por exemplo, em bailes. Essa lógica excludente pode ser verificada nas seguintes passagens de nossas entrevistas:

Os baile era muito freqüentado pelos caboclo. Mas, nós não gostava deles freqüentar os bailes, eram meio briguento e tu sabe, as moça não gostava de ir dança com preto, né? (Maria Amélia Panhan – descendente de italianos).

Olha, a única coisa na verdade que não era muito chegado era os preto, né? Principalmente em baile, branco não aceitava muito preto, né? (...). Chamava de preto, né? Negra da, ainda fala, né? (...). Aqui é mais caboclada que tinha, cor de cuia, né? Aqui na linha Faroupilha [comunidade do interior de Francisco Beltrão], aonde a gente morava tinha duas famílias de negros, hoje já morreram. Mas assim mesmo, cansei de ver eles [os brancos] tirarem eles [os negros] lá dos bailes. Tiravam aqueles caboclo do baile e daí saía briga, né? (...). Então tinha essas polêmica naquelas época. Em baile não aceitavam. No trabalho até às vezes acontecia de se misturar as gente: nós ia nos puxirão deles e eles dos da gente. Mas, nos baile não tinha né? De se misturar, era tudo separado (...). Naquela época um caboclo casar com uma alemã ou italiana era uma discriminação de lado a lado até, porque, Deus o livre tu ver um preto com uma loira! Porque naquela época mesmo, um caboclo, ou até mesmo brasileiro, ou branco, engravidasse uma menina branca, né? Mas, ah! Podia prepará o pescoço. Porque se tu fizesse isso aí, tu podia se esconder, correr pros quinto dos inferno que eles iam te achar, até pegar, iam te buscar, porque na época tinha os inspetor de quarteirão que era quem controlava as comunidade pra prender o caboclo que aprontasse alguma coisa. (...) E não tinha boca, eles eram a autoridade máxima, eles faziam essas prisão, se não

tivessem acordo, ia pra prisão (Salvador Verdi da Costa – descendente de italianos).

Toda relação conjugal e sexual entre um homem negro e uma mulher branca era vista, pelos códigos morais do *estabelecidos*, como “violação” (física, da vítima, e da ordem social e territorial estabelecida hegemonicamente) e, por isso, susceptível de ser penalizada jurídica e moralmente, segundo os códigos de moral que legitimavam essa manifestação de superioridade que é a prisão e, no limite, um assassinato. Logo, os bailes eram os espaços do lazer onde essa *transgressão* da “ordem” *estabelecida* pelos descendentes de italianos, alemães e poloneses poderia ocorrer. Através do “inspetor de quarteirão”, figura da lei do grupo *estabelecidos* no período, “que era quem controlava as comunidade pra prender o caboclo que aprontasse alguma coisa” os códigos, os valores, a moral, enfim, a *ordem* do grupo *estabelecidos* não poderia ser transgredida pela anomia do grupo *outsiders*. Por isso, foi através de uma ordem social superior imposta e constituída de certos valores, que o grupo *estabelecidos* passou a *controlar* e a *dominar* o *território* de Francisco Beltrão.

Também, as famílias de descendentes de europeus conformaram-se e reproduziram-se em um ciclo longo, geracional. É através do casamento que se estabeleceu o controle social da divisão dos bens econômicos e culturais que garantiriam a reprodução do segmento étnico. Gnaccarini (1989, p. 157) aponta que “o casamento incorpora várias práticas de solidariedade costumeira, destinadas a adjudicar novas famílias singulares a grupos de parentela mais amplos e a outras relações de intercâmbio, nas quais a regra de reciprocidade é fundamental”. Desse modo, era preciso saber *com quem* os filhos iriam se unir e se os futuros cônjuges atendiam aos critérios sócio-culturais idealizados pelo grupo identitário *estabelecidos*.

A etnia, para a maioria dos descendentes de italianos, alemães e poloneses, foi um dos critérios que recorriam para definir a escolha do parceiro, sendo dada, por parte desses, preferência a casamentos endogâmicos em relação ao grupo étnico. Incentivou-se, igualmente, casamentos intra-comunitários ou de “endogamia de lugar”, no mínimo de comunidades próximas, porque esta pertença facilitava o acesso às informações sobre os possíveis pretendentes de seus filhos ou filhas e, ainda, para a manutenção da cultura destes e da manutenção da coesão grupal e identitária através da garantia de continuidade de certos valores considerados essenciais.

Para uma mulher cabocla, por exemplo, casar com um italiano significava envolver-se nas atividades agrícolas e culturais com tanto empenho quanto o faziam as mulheres italianas. Do mesmo modo, quando um homem “brasileiro” se casava com uma mulher italiana, dele era esperado que se conformasse ao perfil idealizado entre os italianos, de dedicação ao trabalho, um valor fundamental desse segmento. Por isso, como afirma Woortmann (1995, p. 311) os colonos alemães do sul do país (e não só para eles, é claro), o casamento tem “razões práticas”, mas tem igualmente uma “razão cultural” e étnica, pois busca reproduzir uma descendência. Em Francisco Beltrão, o que verificamos é que para os caboclos foram limitadas as possibilidades de acesso ao outro grupo.

A condenação feita pelos descendentes de italianos, alemães e poloneses em função de não deixarem seus filhos e filhas casarem com caboclo, poderia estar vinculada à avaliação referenciada por valores que não poupavam comentários negativos ao modo de vida que levava o caboclo não afeito ao trabalho, além, deste não levar uma vida religiosa e cristã oficial¹⁸¹ afeita às ordens da Igreja Católica, uma vida “ordeira” e limpa, “ocupada”, como relatou um descendente de alemães: “Eles [os caboclos] não gostavam de trabalhar, não tinham nem religião e eram muito diferente de nós; como é que tu vai deixar casar uma filha tua assim com um cara desses?” (Alfredo Antonio Presente).

Outro aspecto muito ressaltado como diferente pelos descendentes de europeus e pelos descendentes de caboclos, diz respeito à forma de construção das casas, a *estética*, a aparência das casas como nos relataram alguns entrevistados:

Casa feita por caboclo eu cheguei de ver, não tinha nenhum prego, com palha, barro e colocava forro de madeira, tudo tábuas lascadas, fraquejada sabe pra ficá bem parelho, não tinha nenhum prego, nem no cepo, tudo era amarado com arame, pano e sipó (Terezinha Gerusa Prim – descendente de italianos).

Em cheguei a conhecê e visitá uma casa de caboclo coberta de folha de coqueiro; feita de taquara rachada. Rachavam uma taquara com folha de coqueiro e fazia aquelas amarração com folha de coqueiro, de taquara. Mas dava uma cobertura, rapaz, que ficava uns 4, 5 anos sem cair um pingo de água dentro do barraco (Salvador Verdi da Costa – descendente de italianos).

¹⁸¹ Como analisamos no capítulo 4, os caboclos também eram cristãos, mas participavam e praticavam aquilo do que é chamado de uma *religiosidade popular*, menos afeito às ordens da Igreja Católica; o que ocorria, portanto, era uma divisão no interior de produções religiosas complexas consideradas oficiais (a dos migrantes gaúchos e catarinenses descendentes de europeus) e não-oficiais (a dos caboclos).

Era mais simples a casa, era de chão batido, né? Na época não tinha muita frescura (...) Aí, depois o povo que veio do Rio Grande [do Sul] foi construindo aquelas casa grande e alta, tudo de madeira, com bastante janela (Alcides Sestempf – descendente de caboclos).

Era um barraco, não tinha muita coisa dentro, um fogão, cama e um lugar pra pôr umas panela; não era que nem a dos italiano cheio de coisa e de soalho, a nossa era de chão batido mesmo e não tinha divisória (Ione Simão Lopez – descendente de caboclos).

As construções das casas, portanto, demonstravam uma maior simplicidade nas casas dos caboclos em contraposição às construções maiores e mais bem equipadas dos descendentes de italianos, alemães e poloneses. O território do abrigo apresentou *diferenças estéticas* entre os dois grupos *estabelecidos-outsiders*. Houve desse modo, uma *nova estética* que se impôs pelo grupo *estabelecidos* enquanto dominante. Houve uma nova produção do território do abrigo com uma nova estética, com *novas funções* como das divisórias que as casas do grupo *outsiders* não tinham e que nas casas do grupo *estabelecidos* passaram a ter; fronteiras no interior das casas que reproduziram o novo padrão cultural e civilizacional que se territorializou.

Aliado às casas, vinculavam-se também as diferenças, os juízos de valores e as representações dos diferentes segmentos socioterritoriais, especialmente aqueles vinculados a limpeza e a sujeira:

O jeito deles é uma coisa, o jeito nosso é outro. Aquelas cabocla lá, nem sabiam dizê meu nome, diziam bem atrapalhado, coitados. O jeito de fazer as coisas tudo diferente. Eles só comiam feijão e canjica, sei lá, tudo diferente da gente. Nós tinha farinha, fazia banha quando matava porco, era tudo diferente. Eles moram em tudo rancho de chão, não tinha assoalho, e tudo feito ainda de qualqué jeito, tinha a cozinha com uma chapa porque, eles matavam algum bicho também e faziam charque, sabe! Meu Deus do céu! Até bicho tinha naqueles charque com certeza. E no mesmo rancho, ainda no fim do rancho tinha porco e galinha. Tudo porco solto, tudo solto (Plácida Adria – descendente de poloneses).

Quanta caboclada que vinha com os cavalo, com os cargueiro, que tinha. Ah! Deus me livre! (...) Tinha uns mais moreno, tinha uns mais claro, assim, sabe. Vinham de fora, assim do bairro fora, do interior, né? Ah! Eles vinham, do Jacutinga, Planalto, vinham tudo desses lugar assim. Vinham fazer compra aqui aonde que nós tinha loja, porque nós tinha loja, não é que nem hoje, naquela época nós tinha tudo na loja, né? Daí vinha aqueles caboclo lá: Meu Deus do céu! Com aqueles cargueiro, traziam os garrafão pra comprá cachaça, rolo de fumo, colocava aquele cargueiro no chão saia as barata correndo. Eles tiravam os cargueiro lá [na loja], aí eles tiravam botavam no

chão, tiravam as coisas que eles levavam junto, saía as barata fora (...) Não eram assim, sujo, sujo, mas já era uma coisa assim, né? Diferente de nós (Angelina Pedron – descendentes de alemães).

Eu via aqueles caboclo passar, mas eram muito sujo. Minha nossa! Acho que viviam tipo bicho, não deveriam tomar banho, porque tu via que tava a tempo sem passar uma água no corpo e nas roupa. (...) As cabocla, elas ficavam o dia inteiro com aquela cuinha e fumavam. Dio Santo! Elas pitavam aqueles charutão o dia inteiro (...). Nós sempre tava limpo, nós tomava banho e sempre cuidava da casa, tudo organizado e limpo (Hiolanda Tibola Luza – descendente de italianos).

O grupo *estabelecidos* que dispunham de uma grande margem de poder tendiam a estereotipar o grupo *outsider* não apenas como desordeiros que desrespeitam as leis e as normas (as leis e normas dos estabelecidos), mas, também, como não sendo particularmente limpos e organizados. O grupo *estabelecidos* orgulhava-se em ser organizado e limpo, no sentido literal e figurado, do que os *outsiders* que, dadas as condições mais precárias de muitos *outsiders* viviam e vinculados ao seu universo cultural e de valores diferente, eram mais sujos e desorganizados em relação ao universo cultural e aos valores do grupo *estabelecidos*. Portanto, o que se processava eram dois sistemas de valores, cada qual com seus ritmos, com seus modos de vida, com sua organização socioespacial. No entanto, o sistema de valores, nesse caso de limpeza e de sujeira foi se impondo no território como hegemônico.

A manutenção do idioma e do *sotaque* de origem por parte dos descendentes de italianos, alemães e poloneses foi uma das formas de sustentarem sua cultura, bem como a forma de distinção que logo foi identificada pelos caboclos como um dos atributos dos descendentes de europeus, e constituiu uma de suas marcas de *status* e de poder. Vejamos o que um descendente de caboclos nos relatou:

Quando eles queriam falar mal da gente, eles falavam em alemão, sabe? Aí a gente não entendia nada, mas nós fomos aprendendo que algumas palavras do jeito que eles falavam eram para nós, né? Aí tu já sabia mais ou menos, que eles tavam falando mal da gente (Alcides Sestempf – descendente de caboclos).

Conforme Elias e Scotson (2000), o fato de os membros dos dois grupos diferirem-se em sua aparência física e que conservavam sotaques diferentes (e até mesmo, línguas singulares) a língua em que ambos se comunicavam e se relacionam uns com os outros (ou no interior do mesmo grupo), serviu como um *símbolo* de reforço da

distinção que torna os membros do grupo *estigmatizado* mais fáceis de reconhecer em sua condição de *outsiders*. Ao mesmo tempo que o sotaque dos descendentes de italianos, alemães e poloneses era facilmente reconhecido pelos caboclos, este era também o que ajudava na maior coesão grupal dos *estabelecidos* e, talvez, também, na coesão dos caboclos ao reconhecerem o diferente: o *outro*.

Neste âmbito, há diferenças entre esses segmentos identitários que se expressaram e concretizaram, principalmente, no que diz respeito ao acesso à terra, limitado, enquanto proprietários, para os caboclos, freqüentemente transformados com o grupo *estabelecidos* em arrendatários, agregados e assalariados temporários pois à medida que os caboclos “foram perdendo” e/ou foram vendendo suas terras, logo se tornaram mão-de-obra na maioria das vezes em Francisco Beltrão como agregados e/ou assalariados nas propriedades dos descendentes de europeus, como nos informou um entrevistado:¹⁸²

Os caboclo virou a mão-de-obra nas lavoura; era a mão-de-obra que se tinha na época, a maioria eram caboclo, porque o italiano ia trabalhá pra ele, não ia trabalha pros outro. Eles [os caboclos] trabalhavam, mas tinha que ter cachaça, pra ficar animado ou, senão, tinha que fazer um bailão. Eles gostavam mais de festa, toda a vida. (...) Comiam bem, aquele panelão de quirela ia tudo só de meio dia (risos). (Salvador Verdi da Costa – descendente de italianos).

Assim, a superioridade de poder conferiu vantagens aos grupos que a possuíam.¹⁸³ Algumas são materiais ou econômicas e outras de *status* e de inserção nas relações e nas atividades que eram criadas, e que processavam na nova sociedade que se instituiu no território. Os *estabelecidos* cerraram fileiras contra os *intrusos*. Excluíram-nos da maioria dos postos sociais de poder social, fosse na política local, na economia ou em qualquer outra organização local em que sua influência fosse predominante. Acima de tudo, os gaúchos e catarinenses desenvolveram-se como arma uma

¹⁸² Como foram vendendo as terras na medida em que estavam sendo gradativamente expropriados, foram perdendo seu modo de vida, foram perdendo seu território de reprodução e da rotatividade, o que foi dificultando cada vez mais a sua reprodução enquanto segmento social, sendo que muitos se tornaram mão-de-obra empregada e/ou como agregados nas terras, a partir da chegada (1940 em diante) dos migrantes descendentes de italianos, alemães e poloneses. Semelhante, portanto, ao que informou Cândido (1977, p. 84) a respeito dos “caipiras” paulistas, no passado “a posse, ou ocupação de fato da terra, pesou na definição da sua vida social e cultural, compelindo-o, freqüentemente, ao *status* de agregado, ou empurrando-o para as áreas despovoadas do sertão, onde o esperava o risco da destruição física ou da anomia social”.

¹⁸³ Por possuírem poucas terras e produzirem pouco, os caboclos, por vezes, encontraram dificuldades em vender seus produtos porque não interessava aos atacadistas negociar em pequena escala, restando a eles subordinarem-se aos vendeiros locais, no sistema de dependência econômica.

“ideologia”, um sistema de atitudes, de crenças e valores que enfatizava e justificava sua própria superioridade, e que rotulava os caboclos como sendo de condição humana inferior, construída em torno do estereótipo do caboclo “indolente”, “sujo” e não apegado ao trabalho.

Para Langer (2007, p. 13), a desqualificação dos caboclos no Sudoeste paranaense ocorreu em dois sentidos: “primeiro, pela depreciação do seu sistema socioeconômico; segundo, pela exaltação e glorificação dos colonos sulistas que se tornaram hegemônicos no cenário social”. Assim, os descendentes de europeus tinham uma cultura que no interior de uma luta de poder se impôs como superior na relação com os caboclos. Os gaúchos e catarinenses detinham uma cultura mais “sólida”, tinham raízes profundas com sua cultura e se enraizaram com uma multiplicidade de atividades culturais, econômicas e políticas, além do fundamental apoio do Estado para o desbravamento, ocupação e colonização da fronteira brasileira. Os caboclos, por sua vez, foram desenraizados muitas vezes em seu processo contínuo de expropriação, violência e migração, que ocasionaram muitas *adaptações* a diferentes lugares no interior do território beltronense e, em sentido amplo, em território brasileiro.

Os “pioneiros” se instituíram como as “pessoas do território”, que pertenciam ao território genuinamente e, por isso, poderiam excluir para fora os não descendentes de sua cultura do trabalho, do progresso e do desenvolvimento. Sob a perspectiva geográfica, podemos assinalar que o território foi re-apropriado e dominado pelo grupo *estabelecidos* que se impôs através do tempo como pertencente, enquanto único dono e mais importante daquela parcela do espaço. O território passou a ser dominado e re-apropriado pela cultura oriunda dos descendentes de italianos, alemães e poloneses. Afirmando e mantendo seu poder e superioridade sobre os *outsiders*, os *estabelecidos* mantiveram concomitantemente o poder de controle e de re-produção social no/do território.

Por isso, a identidade cultural e territorial, sentimento comum de “fazer parte” de um conjunto de experiências e a um território formavam a coesão grupal dos descendentes de italianos, alemães e poloneses. Identificavam-se objetivamente como “os pioneiros” e subjetivamente com o “nós” e, com isso, cerravam fileiras contra os caboclos, que gradativamente foram considerados como “os de fora” e foram sendo excluídos das relações sociais e de poder instituído no território. Contradição que aumentou na medida em que aumentava o poder do grupo *estabelecidos* com a reterritorialização das suas práticas culturais, econômicas e políticas no novo território

e, com isso, do desenvolvimento e do aumento desigual da riqueza dos *estabelecidos* em Francisco Beltrão em relação aos caboclos.

Neste contexto, os laços tecidos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (comunitários, étnicos e/ou familiares) ajudaram na reterritorialização e no sentimento de pertencimento no novo território, pois, na condição de migrantes, eram pessoas que ou se conheciam desde a infância, ou já se conheciam em seus estados de origem e que detinham os mesmos hábitos, se constituíram em importantes elementos para a coesão grupal e identitária e para a formação do território do grupo *estabelecidos* e, concomitante, para a exclusão dos *outsiders* desse novo território que era produzido, controlado e dominado pelos *estabelecidos*.

Os caboclos, por sua vez, não conseguiram superar o “sólido” e mais poderoso estereótipo empregado pelos descendentes de europeus, o que fez com que estes fossem *perdendo seu peso* nas relações concretas e simbólicas na nova sociedade que se apropriava do território, ou seja, que era o próprio território em processo de transformação. Por isso, é possível que a consciência da superioridade cultural e de maioria numérica no território deu ao grupo *estabelecido* maior sentimento de solidariedade e de identificação ao seu grupo ajudando, também, no domínio e na produção de um outro e novo território, com novas *grafias* e relações sociais. O preconceito, a discriminação grupal e as crenças que foram sendo encarnadas no território aumentaram a “rigidez” nas relações e seu caráter *axiomático* foi tendo cada vez mais inferência prática nas relações e, deste modo, na realidade concreta, na produção de um *novo território*: dos migrantes gaúchos e catarinenses descendentes de italianos, alemães e poleneses.

Assim, a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo *estabelecido* foram *armas poderosas* para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, *deslocando* os outros firmemente em seu “lugar” e/ou *posição* social no território e estabelecendo/espacializando suas relações hegemônicas impondo seus valores e sua ordem social, a “boa ordem”. A “boa ordem” é vista como uma ordem em que o comportamento social é “bem regulado”. A identificação da estrutura social com uma “boa ordem social” foi se dando gradativamente quando a “estrutura sócio-territorial” do grupo *estabelecido* cristalizou no território uma ordem “boa” e “bem regulada”; esta, no entanto, só poderia ceder lugar à “má ordem” da anomia, a desordem, quando padrões sociais considerados pelos *estabelecidos* como os do processo civilizador da “boa ordem” fossem transgredidos no território.

Elias e Scotson (2000, p. 170) assinalaram que a superioridade de *status mais* ou *menos* “civilizados” se dá “sob alguns ou todos os aspectos, seu código, prescreve um comportamento mais firmemente regulado, associado a uma previdência maior, maior autodomínio”; e, “em situações específicas ou em todas, prescreve um comportamento mais firmemente regulado, associado a uma previdência maior, maior relacionamento entre um conjunto de valores estabelecidos”. Assim, as relações entre *estabelecidos-outsiders* se inserem:

(...) na escala do processo civilizador, a formação social mais elevada encontra-se, geralmente, alguns graus acima das formações sociais inferiores. Os princípios relativamente mais rigorosos são apenas uma das formas de autocontrole socialmente induzido, dentre muitas outras. As boas maneiras são outras. Todos eles aumentam as chances de que um grupo superior se afirme e mantenha seu poder e superioridade. Numa configuração apropriada, os diferenciais de civilização podem ser um fator importante na criação e perpetuação de diferenciais de poder, embora, nos casos extremos, o maior grau da civilização possa enfraquecer os “velhos” grupos poderosos e contribuir para sua queda (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 170-171)

Dessa maneira, no jogo contrastivo das identidades construídas no movimento migratório e no estranhamento entre descendentes de italianos, alemães e poloneses e caboclos, o que se tem são as mútuas atribuições de características negativas e positivas expressadas nos pares de opostos: “nós” e “eles”, que sintetizamos na tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Jogo contrastivo de identidades entre descendentes de europeus e caboclos

Qualificação do Outro	Auto-Qualificação
<i>Descendentes de europeus</i>	<i>Caboclos</i>
Audacioso	Religiosos
“não gostam muito de ‘brasileiro’”	Calmos e pacientes
“o trabalho antes da festa”	Gozam a vida (festeiros)
“trabalham pensando no amanhã”	Generosos
<i>Caboclos</i>	<i>Descendentes de europeus</i>
Imprevidente	Previdentes
Preguiçosos e festeiros	Ordeiros e religiosos
“não tem gosto pelo trabalho”	Trabalhadores
“não caprichosos”	Caprichosos

Fonte de informações: entrevistas realizadas com descendentes de caboclos e descendentes de italianos, alemães e poloneses.

Havia, é claro, diferenças consideráveis entre os descendentes de europeus e os caboclos. Elas representaram uma forma distinta de estratificação sócio-territorial. Os migrantes descendentes de italianos, alemães e poloneses compunham um padrão sócio-territorial que se impôs *hegemonicamente* de nível superior e com valor humano mais elevado ao dos caboclos já residentes no território.

Essa perspectiva, que se tornou hegemônica na história e na apropriação e produção do espaço em Francisco Beltrão, esteve pautada numa ideologia do progresso e numa espécie de “fundamentalismo do novo” (tudo o que fosse novo seria melhor e teria significado moral e valores “superiores”), presentes num conjunto de práticas e representações marcadas pela violência e pelo colonialismo, que serviam e ainda servem para justificar a subalternização dos caboclos. Esse grupo passou a ser classificado como tendo um modo de vida “arcaico” e com valor humano inferior, por estarem pautadas em outras temporalidades históricas e configuradas em outras formas de territorialidades e, ainda, por terem um modo de vida estruturado a partir de outra racionalidade, com saberes e fazeres inseridos no interior de uma “outra” racionalidade: a pré-capitalista.

As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento e, portanto, de uso e apropriação do território foram

transformadas não só em diferentes, mas com valor humano inferior, “arcaico”, “primitivo”, pré-moderno, o que, no imaginário e na ideologia do progresso difundida e materializada pelo grupo *estabelecido*, enfatiza e *criva* a “inferioridade” do grupo *outsider*. Portanto, a partir da perspectiva geográfica o que se teve foi a *imposição* de uma nova *forma de produção do território*, com novas normas, valores, significados, com um novo sistema de objetos e de ações, enfim, com novas formas de apropriação, uso e dominação que se impuseram e foram sendo territorializadas enquanto superiores em relação a aquelas relações que produziam o território dos caboclos no momento anterior da chegada dos migrantes gaúchos e catarinenses.

CAPÍTULO 6

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS EM FRANCISCO BELTRÃO: das crises às migrações entre 1970-2008

Os períodos são transitórios, nascem e morrem com as transformações oriundas das crises sociais e dos desenvolvimentos sociais que se circunscrevem no tempo e no espaço da/na sociedade. Entretanto, o nascimento de um novo período nunca é a superação total do período anterior; o que ocorre é uma *ruptura* e com isso se processa a *superação* de uma dada forma de produção e organização espacial por outra, *nova*, mas que é sempre híbrida, pois incorpora elementos do período anterior, do período que foi superado. O período, assim, é uma ferramenta teórico-metodológica que auxilia na compreensão de uma descontinuidade temporal e espacial das relações sociais.

O período, portanto, é sempre um híbrido, um misto entre novos e velhos tempos e espaços, mas seu *nascimento* está ligado à *hegemonia* de poder e de centralidade do(s) novo(s) elemento(s) que são produzidos no novo espaço-tempo. Através da relação dialética entre os novos elementos que emergem em um novo período, é que são delineadas as relações hegemônicas no processo de superação de uma história e de uma geografia, o que não quer dizer que as relações do período superado e, portanto, do outro tempo-espaço, não fazem parte, embora com menor expressão e subalterno, na nova configuração espacial e, deste modo, no *novo território*.

Em Francisco Beltrão, bem como em todo o Paraná, a partir da década de 1970, se processou um novo *momento de transição*, ou seja, delineou-se um momento histórico mais *rápido* e intenso de transformações do território, pois, é quando forças econômicas e políticas, especialmente quando aquelas ligadas à “modernização conservadora da agricultura”¹⁸⁴ e da industrialização é que passaram a agenciar o território através de seus novos atores com um forte impacto sobre a mobilidade espacial da população.

Sobre os momentos de *transição*, no tempo e no espaço, Antonio Gramsci considera que:

¹⁸⁴ Segundo Martins (1986b, p. 98), “A modernização conservadora, termo cunhado por Graziano, significa a opção do Governo em tratar a questão agrária como uma questão econômica e não política”.

(...) especialmente em determinados momentos históricos, os quais se chamam ‘de transição’, isto é, de mais rápido movimento de transformação, quando realmente as forças práticas desencadeadas demandam a sua justificação a fim de serem mais eficientes e expansivas, ou então se multiplicam os programas teóricos que demandam, também eles, a sua justificação realista, o que ocorre na medida em que demonstram a sua possibilidade de assimilação por movimentos práticos, que só assim se tornam mais práticos e reais (GRAMSCI, 1986, p. 52).

Sendo inerente à reprodução, expansão e sobrevivência do capitalismo a ocorrência de crises, Francisco Beltrão, a partir da década de 1970, *rompeu* com um *período técnico* ligado, sobretudo, à reprodução de pequenas propriedades familiares no campo assentadas, sobretudo, na policultura e na suinocultura, adentrando em um *período técnico-científico-informacional* ligado à mudança imposta no setor produtivo do campo com a instauração da “modernização da agricultura”, com a mecanização, principalmente, e com a industrialização através do maior peso de um modo de vida urbano, com maior utilização da informação e da ciência que começaram a se fixar com maior magnitude e hegemonia, produzindo uma nova dinâmica cultural, política e econômica no território.

Segundo Milton Santos (1997), o meio geográfico que já foi “meio natural” e “meio técnico” é, hoje, tendencialmente, cada vez mais um “meio técnico-científico”. Portanto, a partir da década de 1970, com a evolução globalizante, ou em outros termos, com a globalização da sociedade, novas mudanças se processaram (e se processam constantemente) implicando novas relações no campo e na cidade, marcadas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, bem como pelo crescimento das atividades e rendas não agrícolas entre os residentes rurais. Por isso, segundo o autor, a técnica, a ciência e a informação são peças-chaves do período atual, acarretando uma maior competitividade dos lugares. Assim:

Temos de um lado um novo sistema técnico hegemônico, e, de outro, um novo sistema social hegemônico, cujo ápice é ocupado pelas instituições supranacionais, empresas multinacionais e Estados, que comandam objetos mundializados e relações sociais mundializadas. O resultado, no que toca ao espaço, é a criação do que chamamos meio técnico-científico e a imposição de novo sistema da natureza (...). *O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informações.* (...) O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional,

fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (SANTOS, 1997, pp. 44- 45, [grifos nossos]).

Nesse sentido, o meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização a partir, sobretudo, da década de 1970. Conforme Santos & Silveira (2006, p. 49), “os anos 70 são também um marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento do capitalismo agrário, na expansão das fronteiras agrícolas” e “na intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes – os bóias-frias”. Da *união* entre a ciência e a técnica difunde-se e configura-se no território brasileiro novos e poderosos recursos da informação com o período da globalização, sob a égide do mercado global financeiro. O mercado, aliás, graças à fusão da ciência, da técnica e da informação torna-se global(lizado).

O território brasileiro, deste modo, ganhou (desigualmente) novos conteúdos, novas relações, novos usos, apropriações e dominações graças às enormes possibilidades da produção, mas, sobretudo, das novas possibilidades de circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias, das informações, das ordens e, em grande medida, das *possibilidades de mobilizar e imobilizar* os homens e mulheres pelo e no espaço. Assim:

O terceiro grande período é a construção e a difusão do meio técnico-científico-informacional. Cabe, todavia, diferenciar uma primeira fase, um período técnico-científico que, no Brasil dos anos 70, caracterizou-se entre outros aspectos, por uma revolução das telecomunicações. É sobretudo nesse momento que, ultrapassando o seu estágio de pontos e manchas, o meio técnico realmente se difunde. Mas o novo meio geográfico (técnico-científico-informacional) permanece circunscrito a algumas áreas. Já com a globalização, informação e finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou a escassez das novas variáveis-chave (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 27).

É neste contexto, portanto, de transformações globais, que ocorreu a adentrada da “modernização da agricultura”, a partir da década de 1970, em Francisco Beltrão, seguindo o movimento que se desdobra do Brasil e do Paraná. Esse processo resultou na *expulsão* de inúmeros pequenos produtores rurais, implicando modificações na forma de vida dos sujeitos, em função, especialmente, da inserção tecnológica no campo e da industrialização nas cidades, entendidas, aqui, enquanto processos indissociáveis para compreender as transformações que passou o território beltronense. Também, acarretaram as crises territoriais (“crise agrícola”) que foram os *sinais* concretos da

gestação e do surgimento de um outro período, assentado em novas relações que desencadearam, em grande medida, migrações do campo para as cidades do Paraná, para outros estados brasileiros e até para outros países, como o Paraguai.

Neste contexto, com a “crise agrícola” a cidade de Francisco Beltrão como outras cidades do Sudoeste paranaense, do Paraná e do Brasil começaram a receber migrantes oriundos do campo. Por isso, vejamos a seguir, na foto 10, uma visão *toporâmica* de como era a área central de Francisco Beltrão na década de 1970.

Foto 10: Francisco Beltrão, visão toporâmica da área central – década de 1970



Fonte: Gema Dilsa Pramim (acervo pessoal).

Deste modo, analisaremos a seguir a expansão territorial da modernização conservadora da agricultura no campo de Francisco Beltrão, como parte dessa “modernização” no sudoeste paranaense, no Paraná e no Brasil, e o desdobramento migratório muitas vezes perverso e excludente que desta resultou, em grande medida, na desterritorialização, ou seja, na perda do território enquanto meio de reprodução de um modo de vida.

6.1 Modernização conversadora da agricultura e desterritorialização: da expropriação à migração

Francisco Beltrão, até a década de 1970, foi uma área de forte atração populacional; situação que ocorreu, como já analisamos, desde a década de 1940. O auge deste processo migratório situou-se na década de 1950, quando o território começou a ser ocupado intensa e rapidamente por numerosos migrantes sul-riograndenses e catarinenses.

Assim, migraram grandes contingentes populacionais, a maioria buscava a aquisição de terra para a reprodução da sua condição de produtor rural. Entretanto, esse deslocamento pelo espaço, além de responder a estímulos de natureza objetiva, muitas vezes passíveis de serem transformados em números, quantidades, bens tangíveis e intangíveis, carregou intrinsecamente *desejos*, esperanças, expectativas, sonhos, como tentamos demonstrar no capítulo anterior.

Neste contexto, para o IPARDES (1983, p. 5), no “desenvolvimento recente da agricultura do Sudoeste do Paraná dois fenômenos constituem sua expressão mais concreta: a modernização e a migração”. Nesse sentido, a “modernização da agricultura” inscreve a implementação de recursos na agricultura – recursos técnicos de máquinas e insumos – que resultaram no aumento de produtividade do trabalho, no produto padronizado e na melhor previsibilidade da produção, fatores que passaram a garantir maior rentabilidade agroindustrial. Neste processo, também, ocorre a transformação da estrutura produtiva, fundiária e *da força de trabalho* (e, portanto, uma mudança na forma de uso e apropriação do território) exigida pelo *novo* modelo agrícola de “desenvolvimento” que resultou no Sudoeste paranaense e, em Francisco Beltrão, na *expulsão* de inúmeros agricultores do campo, logo, de suas terras, do seu território.

Nesse âmbito, a década de 1970 marcou a *crise* territorial com o “fechamento” da *fronteira* colonial do Sudoeste paranaense pelo *esgotamento* das terras a serem ocupadas pelos migrantes gaúchos e catarinenses, pelo crescimento vegetativo da população que provocava o fracionamento excessivo das propriedades, pela valorização das terras e, fundamentalmente, devido ao avanço da “modernização da agricultura” no campo paranaense, expropriando, assim, muitos dos pequenos agricultores pelas mudanças implementadas: propostas e impostas.

Esse processo migratório, no entanto, já começava a se delinear desde a década de 1960, como considera Feres (1990, p. 502), pois já vinha se desenhando a

consolidação territorial de um modelo produtivo através da “cristalização da fronteira camponesa”, isto é, a fronteira agrícola não conseguia absorver mais população, nem mesmo o seu crescimento populacional vegetativo. Assim, a *crise territorial* que desencadeou inúmeras transformações, dentre elas a desterritorialização e as migrações, ocorreu “em torno do problema da propriedade da terra”, sendo que:

Na década de 1950, o Sudoeste recebera cerca de 150.000 colonos (12,1 hab/km). Em 1960, sua população já alcançava 340.00 habitantes (19 hab/km). 50% do total das terras já estavam ocupadas, restando ainda 20% como reserva de ampliação. Com um índice de crescimento demográfico elevado, a região, ao fim da década de 60 atingia seu ponto de saturação. Isto levará a planificação regional a pleitear para a década de 70 uma mudança no binômio terra-trabalho, como base da exploração econômica regional, para uma concepção de desenvolvimento mais ampla, em que a combinação tecnologia-capital, deveria receber maior ênfase na intensificação da exploração agrícola (FERES, 1990, p. 521).

Há, portanto, uma *mudança gestada* desde a década de 1960 no padrão tradicional de ocupação, devido, principalmente, ao sistema territorial de colonização baseado na pequena propriedade, implantado pelo Estado Novo desde a década de 1940. Conforme considera Feres (1990, p. 525), o que se delineou em todo Sudoeste paranaense foi o aumento, pelo *fracionamento*, das pequenas e médias propriedades. A expansão da pequena propriedade, deste modo, não decorreu do fracionamento de grandes propriedades, mas pelo processo já verificado anteriormente no Rio Grande do Sul, de *subdivisão* das terras das pequenas propriedades destinadas à exploração familiar, oriunda da herança e situada no interior da reprodução de um modo de vida de subsistência vinculado ao campo. Logo, já no final da década de 1960, pelo aumento do afluxo de colonos, esse padrão colonial sofre o mesmo processo de subdivisão das propriedades. *Entrava em crise*, desse modo, também em Francisco Beltrão, a produção e a organização territorial baseada na pequena propriedade familiar devida a pressão demográfica e a subdivisão das terras que se agravou mais ainda com as relações oriundas, sobretudo, da expansão da “modernização da agricultura”.

Esse processo de subdivisão das pequenas propriedades, o peso da herança familiar e a “modernização” tecnológica nos foram relatados e vividos por uma de nossas entrevistadas:

Da terra que meu pai tinha, não dava pra todos os filhos trabalhar. Sabe, naquela época era uma filharada nas família, então, muitos dos filhos vieram morar pra cidade, a maioria veio, né? Porque casava, aí não tinha como dividir cinco alqueires de terra; já era poco pra uma família, tua imagina dividi em duas propriedade, né? Era muito pouco para mantê uma família, pra uma família sobrevivê; então, a maioria veio pra cidade. (...) Também, porque não tinha dinheiro pra investir, né? Na roça, chegou uma época que era só com maquinário, tinha que pôr adubo, então, não dava mais. Daí, quando meu pai faleceu, foi dividida a terra, mas deu um poquinho de dinheiro pra cada filho (Otilia Antonello).

O fracionamento, no entanto, foi ainda mais acentuado na década de 1970 em decorrência da *crise territorial provocada pela modernização tecnológica* da agricultura. Até meados da década de 1970, antes da *crise* de aumento da pressão demográfica sobre o território e da inserção da mecanização, o Sudoeste paranaense não teve uma perda tão grande de população, esta ocorreu em pequenas proporções, mas configurava-se o início do processo de expropriação e, por extensão, da migração.

Assim, a década de 1960 pode ser considerada como a fase de *crystalização* das relações oriundas da migração gaúcha e catarinense no território de Francisco Beltrão. A partir de 1970 inicia-se a fase de *esgotamento* das terras para os migrantes gaúchos e catarinenses, ocasionado, pela pressão demográfica sobre a terra e pela maior integração do território ao processo capitalista (global) de produção, com a inserção da “modernização” na agricultura, resultando, conseqüentemente, na mobilidade rural-urbana e rural-rural do município.

De acordo com o IPARDES (1983, p. 7), no Sudoeste do Paraná, sobretudo, “em princípios de 1975, a base técnica empregada na agricultura é substancialmente alterada com a modernização do setor agrícola, e a necessidade de mão-de-obra começa a ser muito menor”. Coincidem com este momento histórico vivido pelo Sudoeste do Paraná – década de 1970 – uma ocupação/apropriação territorial basicamente concluída e uma forte prioridade agrícola na política econômica que vai estimular a difusão da nova forma de produção agrícola, fortalecendo a integração agroindustrial.

Dessa relação surge um *novo* tipo de agricultura, subordinada diretamente à indústria e ao capital financeiro; em conseqüência, a agricultura familiar, da policultura e da suinocultura, em Francisco Beltrão, vai perdendo sua “independência” pelas definições externas de *padronização* do produto e pelo aumento que essas exigências provocaram em maior custo para a produção. O resultado desse processo de “modernização” refletiu diretamente no *aumento* da *produção* com *redução* da

população, o que modificou diretamente o território e a paisagem rural e urbana beltronense, bem como na transformação territorial de todo o Sudoeste paranaense e, em amplo sentido, do Paraná. Essas transformações operadas colocaram em *crise* a produção territorial organizada em torno das pequenas propriedades rurais.

Esse processo de industrialização do campo, no Sul do Brasil, a partir, sobretudo, da década de 1970, transformou, portanto, a geografia de Francisco Beltrão:

Com a industrialização da agricultura no Sul, a Geografia foi modificada: a propriedade fundiária se concentra; as máquinas e equipamentos tornam inúteis os arados de boi e as plantadeiras manuais; a soja, o trigo e o milho predominam na paisagem; o campo perde a população e as casas rurais ficam cada vez mais distantes umas das outras; e as cidades passam a dar o “tom” do que se produz, como se produz e para quem se produz: a entrada das agroindústrias e dos bancos proprietários com a agricultura moderna, com a utilização de máquinas, adubos e inseticidas e monocultura da soja e trigo (...) são a tônica da nova Geografia (GOETTERT, 2000, p. 89).

Tanto temporal quanto espacialmente, o movimento de inserção do capital nas décadas de 1960 e 1970 atingiu a todos, desigual e seletivamente, desencadeando a *marcha* de boa parte daqueles pequenos proprietários gaúchos e catarinenses que há alguns anos chegaram a Francisco Beltrão, além daqueles paranaenses nascidos em território estadual.

Portanto, a partir da década de 1960, é que se deu início a esse processo de *expulsão* e que se intensifica em meados da década de 1970. Desenvolveu-se, assim, o processo de “modernização da agricultura” com um novo padrão sócio-territorial de “desenvolvimento”, excludente e conservador, com a implementação da política econômica de incentivos ao cultivo do fumo, milho e da soja e com o fim do “equilíbrio” da pequena propriedade.¹⁸⁵ Com a “modernização da agricultura”, as cooperativas de produção e consumo exigiram uma tecnificação mínima desarticulando a pequena produção familiar. Para Martins e Vanalli (1994, p. 77), o desenvolvimento tecnológico (uma das características da “modernização da agricultura”) obedecia a

¹⁸⁵ Francisco Beltrão, em 1967, era considerado o centro da maior região produtora de feijão do país: o Sudoeste paranaense. Por isso, levou o título, inclusive, de capital nacional do feijão, pois, “no ano de 1967 o município de Francisco Beltrão exportou 13 mil toneladas de feijão, praticamente a mesma quantidade de milho: 13.800 toneladas. A produção de soja era irrisória, apenas 900 toneladas” (JORNAL DE BELTRÃO, 13/03/1992, p. 7). Assim, em 1980 o Sudoeste paranaense produzia 17% de todo feijão preto do Estado, sendo que o Paraná, no mesmo ano, era responsável pela produção de 40% do feijão preto do Brasil (JORNAL DO PARANÁ, 17/01/1981, p. 12). Entretanto, a partir da década de 1980, com a “modernização da agricultura”, o feijão vai perdendo gradativamente o seu peso na produção devido à expansão da produção de milho e do fumo, mas, sobretudo, da soja.

interesses da indústria na agricultura viabilizada pelo processo de concentração e centralização de capitais nos setores industrial, financeiro e cooperativo, que caracterizou a política econômica do governo militar.

Feres (1990) assinala que paralelamente a esse avanço da “modernização”, os agricultores do Sudoeste paranaense foram obrigados a recorrer à *especialização* da produção, tendendo à *homogeneização* do território através da produção de monoculturas como a soja, o milho e o fumo. Essa transformação no padrão produtivo agrícola impôs um novo período sócio-territorial *rompendo* com a “unidade da policultura-pecuária, desvinculando a atividade agrícola das necessidades imediatas do seu próprio contexto e criando um novo tipo de dependência para o agricultor: sua ligação com a demanda de um mercado distante, internacional” (p. 550).¹⁸⁶

Nesse contexto, um dos vetores mais importantes introduzidos no país no período, para a consolidação dos vínculos de dependência entre a agricultura e a indústria, advinha do pacote tecnológico conhecido como a “Revolução Verde”, que propunha a combinação do uso intensivo de sementes melhoradas com o uso de máquinas e de inovações químicas (adubos e agrotóxicos).

Assim:

Fatores adicionais, porém não menos relevantes, como conjuntura de preços internacionais de matérias-primas extremamente favorável, adoção maciça de medidas eficazes de governo destinadas a impulsionar a modernização – tais como crédito subsidiado para a aquisição de máquinas, implementos agrícolas e insumos, investimento em pesquisa tecnológica e serviços de extensão, preços mínimos, política de câmbio etc. – complementaram o cenário em que se desenvolveu o intenso e rápido processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira (MAGALHÃES, 1996, p.34).

A estrutura sócio-territorial agrícola de Francisco Beltrão que vinha de um processo de rápida expansão produtiva, porém ainda com o predomínio da utilização da força humana e de instrumentos técnicos “rudimentares” de trabalho (como foice, machado, plantadeiras manuais, uso da tração animal nas lavouras etc.), começou a *absorver* a nova matriz tecnológica de produção, acarretando, portanto, profundas

¹⁸⁶ Conforme considera Silveira (2007, p. 6), “Esos espacios globalizados son tanto áreas agrícolas como industriales y de servicios, y se caracterizan por su inserción en una cadena productiva global, por el predominio de relaciones distantes y, frecuentemente, extranjeras y por su lógica extrovertida. El país es surcado por carreteras modernas de interés nacional e internacional, más que regional y local. La pavimentación de los principales ejes viarios y la construcción de carreteras hacia los países vecinos encauzan una mayor integración comercial”.

alterações no campo beltronense, sendo que um dos seus resultados mais imediatos e visíveis foi a desterritorialização com a migração de milhares de pequenos agricultores, os mais atingidos no processo, o que demonstra o processo seletivo e excludente que acarretou a expansão/espacialização da “modernização da agricultura”.

A “modernização da agricultura” veio, portanto, acompanhada também de conseqüências sociais *negativas* para o pequeno produtor rural, sendo uma das mais violentas faces desse processo a migração e as implicações desta, pois:

A modernização do campo gerou sem dúvida nenhuma, grandes benefícios do ponto de vista da produção agrícola, mas não resultou em melhores condições de vida para o homem rural. A permanência desse padrão de crescimento *seletivo e excludente* na agricultura paranaense tende a comprometer ainda a sobrevivência no campo de inúmeros pequenos produtores, agravando o processo de *êxodo rural* e, em última instância, colocando em risco os níveis de produção e abastecimento alimentar urbano (MAGALHÃES, *et al* 1984, p. 2006, [grifos nossos]).

O avanço tecnológico, com a aquisição de insumos e máquinas, por exemplo, só foi acessível para o pequeno agricultor através do *sistema de créditos*. O crédito envolve o pequeno produtor em um novo circuito da política financeira: os bancos, que veiculam um dinheiro *moderno* e impessoal, vindo de fora, de um mundo urbano na maioria das vezes *estranho* ao agricultor.

Além disso, as condições de concessão do crédito mudam. O financiamento vinha acompanhado de um *pacote tecnológico*, relacionado a critérios de rentabilidade, por exemplo, a limitação da utilização do crédito a uma determinada cultura (milho, soja, etc.), a obrigação de aquisição de semente selecionadas, o emprego de insumos químicos, enfim, a padronização e a disciplinarização da produção a partir de um modelo fortemente controlado. Esses *pacotes tecnológicos* são *centralizadores* e refletem uma mentalidade racional e *estranha* à do pequeno produtor e não lhe permitem muitas vezes um diálogo com o financiador, ou seja, os pacotes tecnológicos foram, sobretudo, *impostos* aos pequenos agricultores. Neste contexto:

No caso do Sudoeste [paranaense], uma sociedade bastante homogênea, esse efeito é visível. O crédito em vista da modernização criou entre os camponeses, em primeira instância, duas camadas distintas de camponeses: os pobres e os abastados. O universo camponês do início da colonização quebra-se na medida do avanço da modernização tecnológica. Essa quebra se dá através de uma verdadeira invasão, vinda de fora representada pelos bancos, pelos

fornecedores de insumos, pelas direções de cooperativas, pelas bolsas de valores. Seu efeito é um processo de corrosão da antiga unidade interna da frente camponesa, representado pela diferenciação social criada pela *riqueza* dos mais territorializados e a *pobreza* dos minifundistas [desterritorializados] (FERES, 1990, p. 521).

Assim, no Sudoeste paranaense, o “progresso” técnico criou, na década de 1970, um processo de *desterritorialização* através da formação de um contingente de ex-proprietários transformados em assalariados, delineando o processo de expropriação, *desenraizamento* e migração. De acordo com os dados apresentados por Feres (1990, p. 522), a partir dos Censos Agropecuários, verificou-se que em 1970 no Sudoeste paranaense havia 2.226 assalariados rurais permanentes e 4.160 assalariados rurais temporários; já em 1975 o aumento era visível, pois os assalariados rurais permanentes eram de 4.147 e os assalariados rurais temporários eram 9.982. Para Magalhães *et al* (1984, p. 2004), a “modernização da agricultura” se manifestou com introdução de novas relações de trabalho, na medida em que esta implicou a constituição do trabalho rural assalariado e, portanto, no “desaparecimento” das formas que o antecedem: colonato, parceria e arrendamento. Essas categorias, aliás, foram as mais vulneráveis dentro do processo, pois se constituíram basicamente no contingente que migrou na zona rural.

Assim, de acordo com Feres (1990), no final da década de 1970, a modernização tecnológica faz sentir exatamente o seu preço para os pequenos produtores resultando na desterritorialização: o pequeno produtor não podendo enfrentar os custos dos investimentos, entra na espiral de empobrecimento acelerado, terminando por ser “expelido” do processo de produção com a *perda da terra* pelo endividamento e/ou por não conseguir mais acompanhar o processo de “modernização”, portanto, arrasadora, perversa e seletiva. Este processo já se fazia sentir, em 1978, no Sudoeste paranaense “quando o Cadastro do INCRA acusava uma queda de 6,5% do número de estabelecimentos rurais” (FERES, 1990, p. 523).

A partir disso, o saldo mais marcante verifica-se na redução de população rural e o aumento da população urbana, mas, fundamentalmente, na migração dessa população para outros estados brasileiros e até outros países, como o Paraguai.¹⁸⁷ Francisco

¹⁸⁷ De acordo com Magalhães (1996, p. 48), um terceiro movimento migratório de paranaenses para fora das fronteiras estaduais destinou-se às terras paraguaias. “Ocorrendo somente ao final da década de 60, numa segunda etapa desse processo, afluem os migrantes originários do Sul do Brasil, principalmente das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Os imigrantes de ambos os fluxos, os chamados brasiguaios, eram, em sua maioria, desprovidos de posses e, via de regra, se inseriram na estrutura de produção agrícola

Beltrão, da década de 1970 em diante, passou por transformações intensas em suas estruturas econômicas, culturais e políticas, com repercussões profundas sobre diversos aspectos da produção territorial e, portanto, diretamente ligadas à dinâmica populacional. Um dos resultados mais evidentes e imediatos dessas transformações consiste na espetacular *reversão* da tendência de crescimento populacional rural, especialmente observada até o período anterior (até a década de 1970). Podemos observar, através da tabela 3, essa inversão da população (de maioria rural para maioria urbana) em Francisco Beltrão:

Tabela 3: População urbana e rural de Francisco Beltrão (1960/1970/1980/1991/2000).

Ano	População				
	Total	Urbana		Rural	
		Números	(%)	Números	(%)
1960	55.496	4.989	8,99	50.507	91,01
1970	36.807	13.413	36,44	23.394	63,56
1980	48.762	28.289	58,01	20.473	41,99
1991	61.272	45.622	74,46	15.650	25,54
2000	67.132	54.831	81,68	12.301	18,32

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Os dados da tabela nos mostram claramente o processo de *inversão* da população, de maior quantidade rural para maior quantidade urbana, que foi ocorrendo do ano de 1960 a 2000 no município. Isto pode ser explicado pela *crise* instaurada no

paraguaia como agregados, parceiros, arrendatários ou assalariados”. Assim, as informações sobre quantitativos de imigrantes brasileiros no Paraguai são bastante díspares e fragmentadas. Uma das estimativas disponíveis apresentada por Salim (1955), permite pelo menos uma aproximação maior da questão, pois, “Para a CNBB – Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (1992, p. 45), durante os anos 70, brasiguaios povoaram cerca de um quarto do território paraguaio. Entre 1972 e 1977, esses imigrantes foram constituídos por 63% de paranaenses, 18% de catarinenses, 12% de gaúchos e 7% de mineiros e nordestinos. Em 1975, eles eram 40 mil no Paraguai. Em 1982, subiram para 250 mil, espalhados nas 24 principais colônias. No governo do presidente Figueiredo atingiram a cifra recorde de 500 mil”. Também, Zaar (2001, p. 10), afirma que segundo os dados apresentados pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil, “viviam no final da década de 1990, na República do Paraguai, 459.000 brasileiros. Os dados de censos mais recentes, se referem a 98.000 brasileiros em situação legal e a imprensa vem trabalhando com uma cifra de 350.000 não regularizados. Estes brasileiros, legalizados ou não, representam oito décimas partes dos habitantes do Estado do Alto Paraná e seis por cento da população total do Paraguai, e são responsáveis por oitenta por cento da soja produzida naquele País”. Essa migração para o Paraguai, teve origem, em parte, no Sudoeste paranaense e, por extensão, em Francisco Beltrão e, demonstra o lado expansionista e também *perverso* da modernização da agricultura difundido, concreta e abstratamente, sob a égide do *projeto econômico e político* do Governo Militar.

modo de vida vinculada à pequena propriedade com a “modernização da agricultura”, com o esgotamento das terras “devolutas” no Paraná, pelas políticas do Estado de novas frentes de colonização para Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas e o Paraguai e, também, com a migração rural-urbana para os bairros de Francisco Beltrão e para outras cidades do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

Para o aumento da população urbana em Francisco Beltrão, os fatores de influência foram empresas que se instalaram como, por exemplo, a Chapecó, a partir da década de 1980 e, posteriormente, a Sadia, a partir da década de 1990, e a influência da construção civil que absorveu muita mão-de-obra oriunda do campo. Nesse processo, muitos agricultores endividados pela “modernização da agricultura” migraram do campo para a cidade, tornando-se assalariados.

Martine (1994, p. 19) assinala que para o agricultor acompanhar as novas exigências e necessidades que se faziam presentes neste momento histórico da agricultura brasileira, este recorre ao *crédito rural* para a compra de novos insumos e maquinários necessários (se não obrigatórios) para o novo padrão produtivo agrícola e para a *submissão*, assim, do campo à cidade.¹⁸⁸ A partir disso, o agricultor fica “preso” aos bancos de financiamento, que na maioria das vezes cobram taxas de juros elevadas; nesta trama, o agricultor se vê endividado e “forçado” a vender sua terra, pois não consegue mais pagar a referente dívida adquirida resultando na sua migração e na inversão do lugar de residência do agricultor.¹⁸⁹

Essa inversão do lugar de residência da população rural no Sudoeste paranaense pode ser observada na tabela 4, a seguir:

¹⁸⁸ Para Kautsky (1986, p. 53), não somente a aquisição de fertilizantes, mas o *crédito rural* por meio de empréstimos ou financiamentos destinados à agricultura, se tornou uma outra forma de submissão do campo à cidade (dos homens do campo aos homens da cidade), pois os capitalistas que vivem do *juro*, a partir de empréstimos concebidos diretamente aos agricultores ou indiretamente (por via de bancos), em geral, moram na *cidade*. Assim, a renda do campo é *drenada* para a cidade.

¹⁸⁹ Em 1960, de acordo com o IBGE, em Francisco Beltrão apenas 1,36% dos estabelecimentos rurais havia contraído financiamento, e todos de particulares. Em 1970, 10,02% dos estabelecimentos rurais receberam financiamentos e, destes, 63,23% de entidades do governo. Em 1980, eram 42,26% dos estabelecimentos que receberam financiamentos, sendo que 93,07% de entidades do governo.

Tabela 4: População rural e urbana no Sudoeste do Paraná (1970/1980/1991/2000).

Ano	Total	População	
		Urbana	Rural
1970	446.360	80.157	366.203
1980	531.249	166.906	354.343
1991	478.126	225.666	252.460
2000	472.626	283.044	189.582

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000.

Neste contexto, esses empréstimos antes de se constituírem uma *solução*, apresentaram-se como *problema*, impedindo, até mesmo, a permanência (pelo endividamento) no campo. Sobre essa *subordinação* do camponês ao financiamento e, assim, ao endividamento, Martins (1986b) assinala que:

Apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, processo muito claro no Sul e no Sudeste, é que sub-repticiamente as condições de existência do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado capitalista (MARTINS, 1986b, p. 60).

A expropriação causada pelo endividamento rural desencadeou um fenômeno novo e surpreendente de migrações do campo e, por extensão, do aumento de pessoas morando na cidade de Francisco Beltrão, como demonstrado através da tabela 3. Essa inversão do lugar de residência da população foi resultante de desdobramentos gerais no Sudoeste paranaense (tabela 4), do próprio desenvolvimento agrícola que, pela incorporação do processo técnico, definiu ganhos na produtividade e transformou as relações de trabalho no campo através de uma *nova divisão social e territorial do trabalho*. Contudo, o que marcou neste processo, em especial, foi a *velocidade* com que este *evento* acontece; o Sudoeste do Paraná passa, a partir da década de 1970, da condição de *receptor* para o de *expulsor* de população, sendo que a magnitude da migração e a direção do seu fluxo marcaram o campo sudoestino. Sendo assim:

(...) um dos principais fatores para algumas relações econômicas [políticas e culturais] em Francisco Beltrão foi a *transformação técnica* da produção agrícola, que alterou (reduzindo) a própria

composição da mão-de-obra ocupada no campo, bem como (aumentando) a composição da mão-de-obra utilizada na economia da cidade, devido a um fluxo de migração, crescente e contínuo, do campo para a cidade (MONDARDO, 2008a, p. 125).

Para entendermos essa realidade, de acordo com o IBGE (a partir de dados dos censos agropecuários), Francisco Beltrão, até 1960, tinha apenas 5 tratores agrícolas usados na agricultura, número que passou para 18 em 1970, passando para 346 em 1980 e para expressivos 430 em 1995/96!

Assim, paralelamente a este considerável aumento no número de máquinas agrícolas (tratores) utilizadas na agricultura, principalmente entre o período de 1970 a 1980, houve uma redução do percentual e do número de habitantes que residiam no campo: em 1970, Francisco Beltrão tinha 23.394 habitantes vivendo no meio rural, que representavam 63,56% da população do município; em 1980, este número diminuiu para 20.473 habitantes, que equivalem a 41,99% da população total. A população urbana, ao contrário do que ocorreu com a rural, aumentou nesse período, passando de 36,44% em 1970, para 58,01% em 1980, apontando rapidamente uma inversão do lugar de residência do beltronense (e do paranaense em amplo sentido).¹⁹⁰

Há que se ressaltar, ainda, que entre o período de 1991 a 2000 este processo de diminuição absoluta e relativa da população do campo, com o oposto para a população da cidade (com o crescimento), tem continuado a ocorrer em Francisco Beltrão. De acordo com os censos demográficos do IBGE, em 1991 a população rural diminuiu para 15.650 habitantes e em 2000 para 12.301 habitantes. Assim, o aumento verificado da população urbana se deu em detrimento da rural.

Como afirma Graziano da Silva (2002, p. 62), a mecanização da agricultura diminuiu o tempo de trabalho a ser despendido na produção agrícola, o que torna “disponível” grande parte da mão-de-obra antes ocupada na agricultura, para ser ocupada em outras atividades produtivas (não-agrícolas), alterando a divisão territorial e social do trabalho. Neste sentido, Singer (1981, p. 22) entende que a migração do campo para a cidade ocorre devido a transformações nos meios técnicos de produção na

¹⁹⁰ Magalhães (2003, pp. 24-25) reitera que os anos de 1970 representaram a década mais drástica de transformação da base produtiva agrícola do Paraná e de mudanças nas relações de trabalho, havendo “um declínio de mais de 170 mil postos de trabalho na agricultura paranaense”, pois “os resultados do Censo Agropecuário de 1995 demonstram que, no período 1985/95, essa redução foi [ainda maior] de 600 mil pessoas”. Ou seja, a mudança no padrão produtivo sócio-territorial no campo paranaense acarretou uma grande diminuição de trabalho rural e, portanto, de uma grande evasão rural.

agricultura, de um lado e, de outro, devido à atração que a economia de determinadas cidades pode oferecer quanto à “oferta” de emprego.

Contudo, a “modernização da agricultura”, além de diminuir a população do campo através do endividamento dos agricultores e, posteriormente a migração para as cidades, pode não melhorar as condições de vida do trabalhador, pelo contrário, pode até mesmo *agravá-las*:

A elevação do nível tecnológico das atividades rurais parece reunir todos os fios da meada, e constituir a maneira de atender a todos os interesses em jogo. É isso pelo menos que se ouve mais freqüentemente afirmado. Mas ainda aí é preciso distinguir, porque de um lado, a avaliação de uma técnica não se pode fazer em termos absolutos, sem consideração a outras circunstâncias que a fazem ou não recomendável em dada situação. A técnica é um meio, e não um fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver. Doutra lado, o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador. E, às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las (PRADO JUNIOR, 1979, p. 27, [grifos nossos]).

Neste contexto, em nosso trabalho de campo pela área rural de Francisco Beltrão, verificamos esse processo de *desterritorialização* através da expropriação e da migração de muitos pequenos produtores. Podemos verificar essa realidade “da crise da roça” na fala de Pedro Miller, que nos relatou as transformações que ocorreram no campo beltronense com a diminuição da população rural, a partir da sua experiência vivida (e, portanto, de seu “mundo”) na comunidade rural onde mora, localizada no interior do município:

Mas óia, a comunidade aqui da Linha Hobold, antes era mais grande a um tempo atrás, lá por 70, 80, até 90 tinha bastante gente, era movimentado. Mas aí começaram a sair, foi diminuindo, hoje tem muito poca gente. (...) Óia, acho que foi por causa da crise da roça, né? Tudo foram procurando outro rumo melhor pra viver. (...) Acho que a crise foi de 78 pra cá, que a crise atacou mesmo, dava muita seca, ou chovia demais, aí tinha que ter maquinário, sabe? Ou era os produto que tinham pouco valor, os insumo foram ficando cada vez mais caro, aí a turma foi saindo pra cidade. (...) Ah! Quem tinha mais dinheiro ia comprando as terra dos outros. As vezes também trocava colônia por colônia, fazia brique assim, pra ver se melhorava trocar a terra (Pedro Miller).

Desencadeava-se, assim, no campo beltronense, como em todo Sudoeste paranaense, o processo de diminuição da população rural através da implementação no

território de uma *nova racionalidade* econômica, cultural e política com a implementação de uma nova técnica e tecnologia, de uma nova visão de mundo, de novos valores, de uma nova cultura ligada a um mundo urbano-industrial que acarretou transformações substanciais na relação do homem com a terra e, com isso, resultando num processo seletivo e excludente daqueles e daquelas que conseguiram se manter na terra e daqueles e daquelas que não conseguiram (ou até mesmo “optaram” em se transferir para a cidade, como o caso dos mais jovens atraídos pelo mundo moderno, urbano e industrial na urbe).

Neste contexto, foi uma constante durante as entrevistas realizadas com aqueles que permaneceram ainda no campo a não permanência dos filhos na propriedade; em sua maioria, os filhos migraram para a cidade de Francisco Beltrão, para outros municípios do Sudoeste do Paraná e ainda para outros estados, como podemos verificar a seguir:

Tenho quatro filhos, três já saíram daqui pra cidade. O que saiu primeiro saiu e foi trabalhá na Sadia. A filha foi pra lá porque casou e, também pra trabalhá lá. E, o mais novo, foi morá junto com o primeiro que saiu, ta lá trabalhando e estudando. Só ficou um aqui. Esse trabalha por dia aqui nos sítio perto (Pedro Miller).

Meus filhos foram pra cidade faz tempo. Aqui na roça, sabe, é só pros velho agora. Só dá pra gente viver. Eu e meu velho, nós ia para cidade também, mas, aí conseguimos se aposentar, mas os filhos se foram tudo. (...) Tenho sete filhos, quatro homem e três mulher; os homem tão tudo aí na cidade em [Francisco] Beltrão, tão tudo empregado, já casaram, trabalham em indústria e em mecânica; as menina, uma casou e não trabalha e as outra trabalha em indústria também, fazem roupa (Delina Pagnhol).

Hoje as comunidade do interior de [Francisco] Beltrão tem poca gente, né? Pra tu ver, uma vez tu conseguia fazer até dois, três time de futebol pra jogar campeonato, hoje, não consegue mais formá um, saiu muita gente. A maioria tão tudo morando na cidade ou foram pra fora, até pra outros estado tem muito, né? (...) Pra tu ver, depois que se instalou a Sadia o povo saiu muito da roça e foi pra cidade; mas lá ganha poco, né? Só pra viver mesmo. Tenho 5 filhos, todos tão na cidade, uns tão trabalhando, outros estudam, não tem jeito aqui na roça, os que ficaram, que tem poca terra como nós, é só os mais velho, né? (Francisco Vicente Kurt).

Observamos, através das entrevistas, que a propriedade rural foi vista e dita por aqueles que ainda moram no campo como o lugar da não possibilidade de reprodução de seus filhos e, deste modo, de uma família completa. O campo beltronense foi visto

como o lugar onde a reprodução social para os mais jovens já não era mais possível, pois, como ressaltou um entrevistado, “não tem jeito aqui na roça, os que ficaram, que tem pouca terra como nós, é só os mais velho”. Ou seja, a “modernização da agricultura” foi um processo seletivo e excludente na medida em que impossibilitou das pessoas continuarem no campo, impondo um processo de “darwinismo social”, pois “só os mais fortes sobreviveram” no campo; diríamos, no entanto, que só os mais abastados e com condição de se modernizarem sobreviveram e/ou conseguiram se “adaptar” ao novo processo produtivo e, em sentido amplo, de um novo modo de vida no campo ligado à “modernização”.

Em seu trabalho, Feres (1990) ressaltou o processo de endividamento através das contas assumidas e da *concentração* das propriedades rurais no Sudoeste paranaense, afirmando que:

Notamos que sobre os menores extratos [de áreas] pairam as maiores incertezas econômicas, influenciando diretamente na venda maciça de mini e pequenas propriedades. A política agrícola distorcida, voltada aos interesses das culturas de larga escala em detrimento das culturas de subsistência, vem favorecendo para que isso ocorra (...) *Muitos mini e pequenos produtores tiveram que entregar o seu único meio de produção – a terra – para custear despesas assumidas. A expressiva valorização das terras estimula aos grandes grupos econômicos e à burguesia urbana e rural à compra de terras, como um bom negócio. Com isso muitas mini e pequenas propriedades foram incorporadas às médias e grandes propriedades já existentes* (FERES, 1990, pp. 555-554, [grifos do autor]).

De acordo com Kautsky (1986, p. 245), saem do campo, primeiramente, as pessoas mais jovens, com idade para enfrentar o mercado de trabalho nas cidades. Isto *pode* indicar que a reprodução social destes sujeitos expropriados pode estar comprometida no campo e na cidade através da expropriação gradativa das suas condições de vida. O *mercado de trabalho* da cidade tem sido uma alternativa “forçada” para a sua sobrevivência, ou ainda para atender aos sonhos e vontades de vida melhor.

No entanto, não podemos esquecer que há também muitos que lutam para continuar no campo, buscando novas terras, novos lugares para se reproduzirem enquanto agricultores, como aqueles e aquelas do campo beltronense (e paranaense) que, desterritorializados, migraram para outros estados brasileiros, sobretudo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Amazonas, para continuarem sua luta por um pedaço de terra, pelo “seu pedaço”, pois:

Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: *a migração como necessidade da sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo* (OLIVEIRA, 1996, p. 26 [grifos nossos]).

Assim, essa migração ocorreu não só no Sudoeste do Paraná, mas em grande parte do território brasileiro; como ressalta Camarano & Abramovay (1999, p. 11), entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. No entanto, segundo os autores, a grande novidade está na região Sul do país. Durante os anos de 1970 quase metade (45,5%) da população rural que residia na região Sul, no início da década de 1980 saíram do campo, correspondendo a 29% de todos os migrantes rurais do país. Nestes 10 anos, a população rural do Sul do Brasil tem uma redução de 2 milhões de habitantes. “Os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional *mobilizados* para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra” foram, para os autores, “a razão principal de um êxodo tão rápido”.

Conforme Camarano & Abramovay (1999), ainda, é daí que viriam os gaúchos, os catarinenses e os paranaenses chamados genericamente como “gaúchos” e/ou sulistas, fundamentais na ocupação da Transamazônica e que “vitalizaram” as áreas rurais do Norte do país durante os anos 1970 e 1980, transformando-as em zonas de crescimento agrícola, especialmente, com elevado contingente migratório de população rural. “O saldo migratório líquido regional do Norte é positivo neste período e a população rural ganha entre 1960 e 1980 um total de 1,2 milhões de pessoas. Tendo forte predomínio, portanto, da região Sul” (p. 12). Segundo os autores, contudo, no Sul a taxa de migração foi de quase 40% nos anos de 1980 e diminuiu na década de 1990 para aproximadamente 30%. A perda populacional rural absoluta dos anos 1980 é de pouco mais de 1,5 milhões de habitantes, e na década de 1990, é de 334 mil.¹⁹¹

Deste modo, as transformações territoriais que ocorreram em Francisco Beltrão, a partir da década de 1970, estiveram inseridas em um conjunto de transformações que

¹⁹¹ Haesbaert (1998b, p. 60) reitera, também, que a corrente sulista ou “gaúcha” possui ramificações em quase todo o território nacional, principalmente acompanhando a expansão das áreas de produção agrícolas do Brasil, mas também para além de nossas fronteiras políticas adentrando em países vizinhos como Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina. Nesses países, a presença de população sulista caracteriza-se também pela sua grande presença em atividades agrícolas.

foram sendo delineadas no Brasil a partir de um novo projeto político, econômico e cultural. No Paraná, segundo Tânia Navarro Swain (1992, p. 30), o período que cobre os anos sessenta apresentou um quadro de agitações e transformações “radicais” nas dimensões política, econômica e social, e o estado sofreu suas conseqüências. A produção agrícola, a estrutura fundiária, o emprego da mão-de-obra e a distribuição das riquezas foram atingidos e modificados. Em 1964 os militares tomaram o poder e deram prioridade à modernização da economia, particularmente no setor agrícola, visando a um crescimento global acentuado com a diversificação das exportações agrícolas e impulso ao setor secundário. Foram colocados em ação mecanismos de apoio e auxílio *financeiro* e fiscal. Tratava-se da época do “boom” econômico, do qual se beneficiaram, sobretudo, as grandes empresas agrícolas e industriais, cuja mecanização efetuou-se a um ritmo desenfreado. Tal orientação, que favoreceu o capital em detrimento do trabalho, teve repercussões profundas na sociedade brasileira, na medida em que criou o desemprego agrícola, o enorme êxodo rural, uma baixa dos salários urbanos e, conseqüentemente, uma concentração crescente das riquezas.

Desta forma, conforme Swain (1992, p. 31), a *mecanização veio substituir a força de trabalho em grande escala*: o êxodo rural tomou grandes dimensões em direção às cidades, propiciando o surgimento de favelas onde estas jamais haviam existido. Mas o êxodo rural existe também no sentido rural-rural, o que quer dizer que a população se deslocou de uma região a outra em busca de melhores oportunidades para a reprodução enquanto agricultor. Em função do emprego de modo geral (principalmente no campo mas também na cidade tem diminuído), surgiu uma nova categoria de trabalhadores agrícolas no Paraná: foram os “volantes” que se deslocavam segundo as necessidades de estação agrícola, sem local fixo de residência nem contrato de trabalho; foram também os bóias-frias, trabalhadores agrícolas que moravam na periferia das cidades e que trabalhavam por tarefa. O que se delineou, portanto, no Paraná, a partir da década de 1970, foi um *reco* da força de trabalho repelida pelas mudanças estruturais da agricultura rumo às terras de agricultura familiar.

Neste contexto, em Francisco Beltrão, os pequenos produtores estabelecidos em áreas de até 30 ha, foram os mais vulneráveis no processo de “modernização”. Perderam espaço em número e área de estabelecimento e, principalmente, a força como segmento social porque foi reduzida sua importância como produtores pela redução absoluta e relativa na área de lavoura e no valor de sua produção, além do *desenraizamento* de suas

práticas, de seu território de referência cultural, do abrigo, da festa e das relações com os outros e com a natureza.

Esse processo nos foi relatado pelos nossos entrevistados que viveram esse processo de expropriação, pois afirmaram que “aqueles que tinham menos terra foram saindo, não tinham condição de comprar maquinário, de melhorá a roça, foram logo saindo” (Francisco Vicente Kurt). Assim, “a roça se tornou inviável, né? Pra quem era pequeno e pobre, a maioria saiu do interior de [Francisco] Beltrão; é só ver como que cresceu a cidade, a maioria dos meus parentes, dos meus filhos, dos vizinhos que antes moravam aqui, tão tudo morando pra cidade; foram bem poucos os que ficaram” (Pedro Miller).

Com a “modernização da agricultura”, verificamos, através das entrevistas e das conversas que realizamos, que o colono de Francisco Beltrão incapacitado de investir nesse novo processo de *racionalização* da produção através do incremento tecnológico, viu-se *forçado*, na maioria das vezes, a optar por uma ou mais das seguintes alternativas:

- ✓ Vender sua propriedade (valorizada pela “escassez” da terra) e aplicar o seu recurso na compra de outra terra, em outra fronteira agrícola como no Centro-Oeste ou na Amazônia, onde pudesse reiniciar suas atividades em terras novas;
- ✓ Vender sua propriedade e *migrar* para as cidades tornando-se assalariado;
- ✓ Reduzir o peso da pressão demográfica sobre a sua terra, encorajando seus filhos a buscar terras novas e a reproduzirem-se em outra fronteira agrícola no Centro-Oeste ou na Amazônia; e,
- ✓ Reduzir o peso da pressão demográfica sobre a sua terra com a *migração* dos filhos, tornando-se, estes, assalariados nas cidades.

Segundo o IPARDES (1983, p. 37), na década de 1970, o “Sudoeste do Paraná possuía a segunda maior população rural do estado do Paraná, com cerca de 11%, inferior somente à região Oeste do Paraná, com 15%”. Assim, embora com uma economia mais nova em relação a outras regiões do estado do Paraná como a Norte e Noroeste, na década de 1970 o Sudoeste do Paraná era uma região dentre as mais importantes no setor agrícola do Estado, apoiada na pequena produção familiar, com a produção de milho, feijão e soja. E, nessa mesma década, com “as exigências de adequação da base agrícola ao tipo de expansão do setor, o Sudoeste do Paraná, mesmo

com restrições ditadas pelo relevo acidentado, absorveu 9,2% do incremento de tratores, sendo o terceiro maior acréscimo do Estado” (p. 39).

Neste contexto, Magalhães (1996, p. 50) considera, ainda, que “a adoção de adubos químicos e de defensivos agrícolas disseminou-se por todo o Paraná nesse período [década de 1970], mas de uma forma bem mais acentuada nas áreas integrantes do Norte e do Oeste/Sudoeste” (p. 50). Essa inserção da “modernização” no campo do Sudoeste paranaense e de Francisco Beltrão, demonstra, portanto, as profundas *transformações territoriais* na relação entre o *homem* e a *terra* que resultou, deste modo, na diminuição da população rural com migração e a desterritorialização, ou seja, a perda de suas relações sociais desenvolvidas em um território referencial, prenhe de valores, de sentimentos, da reprodução, enfim, de práticas econômicas, políticas e culturais.

Na década de 1980, ainda, os agricultores que permaneceram no campo de Francisco Beltrão enfrentavam situação ameaçadora com as mudanças nas relações no campo implementadas pela “modernização”. A estrutura familiar tradicional da produção havia sido afetada pelo avanço da “modernização” rural que manifestava o seu lado problemático, perverso e desvantajoso para grande parte dos produtores: o *desenraizamento* da pequena propriedade.

Assim, de acordo com Feres (1990, p. 553), na década de 1980 delineava-se o lado perverso e excludente da “modernização” da agricultura para os pequenos agricultores, com a *concentração* das terras. Concomitantemente, no Sudoeste paranaense, o número de assalariados rurais, temporários e permanentes, chegava a 12.000. Esse contingente de bóias-frias, fenômeno novo no território, concentrava-se em torno das maiores cidades: Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Capanema, Coronel Vivida, Realeza, Barracão e Ampére.

De acordo com o autor, em 1982 já se registravam a presença de outro fenômeno novo e crescente no Sudoeste paranaense, resultante do processo de expropriação da modernização conservadora, com a existência de 38.200 famílias de agricultores sem terras. Em Francisco Beltrão, na década de 1980, a *concentração* das terras era percebida pelo número de vendas de propriedades com áreas inferiores a 30 ha, pois registrava-se entre o “período de janeiro-1983/junho 1985, vendas de 6.923 propriedades com áreas inferiores a 30 ha.” (FERES, 1990, p. 553).

Para Leão (1991), a agricultura do Sudoeste paranaense, na década de 1980, prosseguiu na trajetória dinâmica e moderna da década anterior, incorporando avanços

tecnológicos, aumentando a produtividade, diversificando a produção e expandindo e consolidando, cada vez mais, médios e grandes produtores capitalizados.

Essa *concentração* das terras, no entanto, já vinha ocorrendo desde a década de 1960 e 1970, pois Corrêa (1970b) já afirmava – quando realizou seus estudos entre 1968/69 em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense – que foram sendo criados novos proprietários grandes e médios, tendo como “novos” proprietários médicos, dentistas, comerciantes, políticos, proprietários de agências de automóveis, empresários etc.

Essa realidade nos foi relatada durante as entrevistas, quando entrevistando moradores da cidade de Francisco Beltrão, estes nos afirmaram que as terras que antes eram suas e/ou dos seus pais, passaram a ser “arrematadas” por pessoas oriundas da cidade:

Olha, a terra que o meu pai tinha, como os filhos começaram a vir pra cidade, pois não tinha terra e nem serviço pra todo mundo, foi vendida. (...) Aí, depois que o meu pai faleceu e a minha mãe também, entrou a terra em inventário, aí sabe, né? Uma familiarada que é uma loucura, aí deu, né? Umas duas quartas de terra pra cada um, aí a turma vendeu as partizinha; quem comprou foi um médico aí que arrematou tudo, arrematou umas outras de perto, ali perto também (Salvador Verdi da Costa).

Em Francisco Beltrão desde a década de 1960 ocorreu, portanto, a existência de proprietários de estabelecimentos rurais que residiam na cidade, desviando, assim, a renda da produção agropecuária para proprietários que moravam na cidade. De acordo com os Censos Agropecuários do IBGE, em Francisco Beltrão, em 1980, existia 5,52% dos estabelecimentos rurais (com 11,895% da área total) em que os proprietários residiam na cidade e, em 1995/96, este número elevou-se para 10,06% dos estabelecimentos, sendo 22,06% da área total.

Neste sentido, podemos considerar que ocorreu a *drenagem* da *renda* fundiária para a cidade, pois:

A drenagem da renda fundiária pela cidade constitui-se em muitas áreas um importante aspecto da vida social, econômico e político. A cidade constitui-se nesses casos, um lugar de residência de proprietários rurais ausenteístas [que não comparece, vive fora, nesse caso, na cidade] e este fato pode assumir enorme importância (CORRÊA, 1989, p. 44).

Feres (1990) considera que esse processo desencadeou, ainda, uma pressão vinda de grupos da classe média-alta nas cidades, envolvidas nos negócios fundiários e agrícolas do território que estimularam (e/ou forçaram) as vendas de terras. Dessa relação de poder emergiu um *novo ator* e, portanto, um novo tipo de proprietário rural no Sudoeste: “os *mediodundiários, absenteísta e financeiramente poderoso*, que absorve em duas modernas *empresas rurais* a mão-de-obra expropriada, especialmente sob a forma de *bóia-fria*” (p. 554).

Com esse processo de desterritorialização, pela expropriação com a perda da terra, Francisco Beltrão, sobretudo a partir da década de 1980, começou a contar com *bóias-frias* morando na periferia da cidade. Eram grupos de diaristas, moradores da periferia urbana, mas trabalhando por dia na agricultura; concentravam-se em torno dos pólos de *agricultores abastados*, produtores de soja, trigo e fumo, e, sobreviviam de *atividades várias*, como subempregados, nos chamados setor informal, durante os períodos de entre safra.

Assim, com a “modernização da agricultura”, operaram-se transformações sócio-territoriais profundas no campo de Francisco Beltrão, pois:

(...) percebia-se que nas áreas de terras planas (por isso mesmo mais afeitas à mecanização) verificava-se uma tendência acentuada de vendas de terras a profissionais liberais urbanos, relativamente capitalizados. (...) Criava-se na região o fenômeno novo do surgimento das *granjas*: empresas rurais modernas, voltadas para a agricultura de exportação ou para a pecuária integrada aos frigoríficos. Essas granjas, por seu porte e sua capacidade de absorção de créditos, eram a ponta-de-lança da agricultura tecnificada e integralmente capitalista, dando sua entrada na região colonial, provocando a reconcentração fundiária e a reprodução, a nível local, de relações de produção desvantajosas para os camponeses em geral (FERES, 1990, p. 559).

Desse modo, houve transformações profundas na estrutura fundiária e social do campo que implicaram na saída de grande contingente populacional do município e, em sentido amplo, do Estado do Paraná, que mudou a relação do homem com a terra, ou seja, a desterritorialização acarretou a perda da base material de reprodução econômica e simbólica-identitária de vida para os pequenos agricultores, que foram colocados em *marcha* para outros lugares, tanto para o campo quanto para as cidades.

6.2 Industrialização e urbanização: a marcha dos desterritorializados para a(s) cidade(s)

Segundo Magalhães (1996, p. 33), a inversão da população no campo brasileiro está associada diretamente ao *novo* ciclo do desenvolvimento capitalista no país, liderado pelo processo de *industrialização* e de *urbanização* que redesenhou o território e a estrutura do campo com implicações econômicas, políticas e culturais para, sobretudo, os pequenos agricultores. Transformou-se a estrutura de produção agropecuária do território paranaense e, em grande medida, de um modo de vida vinculado à pequena propriedade familiar, em função da implantação, em múltiplas escalas, do ambicioso *projeto* de “modernização” tecnológica das práticas agrícolas. De acordo com Martine (1994, p. 20), a agricultura “passou a ser incorporada mais estreitamente ao processo de acumulação capitalista industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura”.

Na raiz desse novo modelo sócio-territorial, conforme Magalhães (1996), encontravam-se as exigências do padrão de industrialização brasileiro, implantado inicialmente nos anos 1950, através do Plano de Metas, e aprofundado pelos sucessivos governos militares na década de 1960 em diante. Os diversos pacotes de políticas econômicas adotados no período convergiam para o reforço do setor industrial, que passou então a comandar a economia, e introduziam medidas para estreitar as relações entre o agro e o industrial. Por isso, a agricultura “passou a ser incorporada mais estreitamente ao processo de acumulação capitalista. Surgiu o complexo agroindustrial, com o capital industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura” (MARTINE e BESKOW, 1987, p. 20). Ademais, não se pode perder de vista que a crescente *urbanização* do país ampliava a necessidade de expansão na agricultura da produção de alimentos, pela ótica da demanda ou pelo imperativo de preservação do baixo custo de reprodução da força de trabalho urbana.

Em Francisco Beltrão, os meios de comunicação, especialmente os jornal municipal (e regional) começou a demonstrar a realidade de “esvaziamento populacional”, sobretudo do campo, com o êxodo rural:

O êxodo rural se agravou outra vez. As pessoas mudam para a cidade, param de produzir e continuam consumindo. Se um colono tem dez alqueires e cinco filhos, dá pouca terra pra cada um, os filhos vão mudando para a cidade. O velho acaba vendendo depois e vem para

cidade também. O fazendeiro compra e transforma tudo em invernada (JORNAL DE BELTRÃO, 20/04/1991, p. 14).

As mudanças operadas pela “modernização” da agricultura na década de 1970, apontaram uma substantiva redução de lavouras anteriormente dedicadas às culturas alimentares tradicionais vinculadas à policultura, como a produção de feijão, por exemplo, passando para a produção de soja e as pastagens, atividades que em geral requerem faixas de terras contínuas e maiores. A *nova paisagem* rural é resultante, portanto, da produção da monocultura da cultura da soja, da criação do gado e da diminuição de grande parte da população de pequenos agricultores.

Neste contexto, em outra matéria apresentada pelo jornal de Beltrão, são demonstrados dados do processo migratório do Sudoeste paranaense, apresentando situações como a da *mobilidade* do campo para a cidade dos *jovens* e, por extensão, do *envelhecimento* da população rural, aspectos, aliás, analisados também na escala do Sul do Brasil por Camarano & Abramovay (1999).

Assim, a população do Sudoeste diminuiu década à década:

Em 1980 o Sudoeste tinha 521.249 habitantes. Hoje [1990] tem 503.600, uma diminuição de 17.649 habitantes. O processo migratório no Sudoeste do Paraná está sendo verificado principalmente no meio rural, com os jovens filhos de agricultores saindo da propriedade e se fixando em Pato Branco, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, cidades consideradas centros comerciais e industriais, e por isso, com maior oferta de trabalho entre as demais cidades sudoestinas. O trabalho Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste revelou ainda que, as mulheres são as primeiras a sair do campo, parecendo que o mercado de trabalho é mais amplo para elas. Outro dado importante da pesquisa, mostra que está havendo o envelhecimento do meio rural, isto é, chefes de famílias de agricultores com idade inferior a 25 anos é de apenas 2% no campo. Dos 25 anos aos 35 anos, o percentual é de 17%. No entanto, é acima do 55 anos de idade que se verifica o maior percentual de idade dos chefes de famílias, 21% (JORNAL DE BELTRÃO, 4/12/1992, p. 3).

A apresentação do processo de “esvaziamento” da populacional rural foi uma constante no Sudoeste paranaense e, portanto, em Francisco Beltrão, através de inúmeras matérias – neste e em outros jornais – sobre as migrações oriundas do campo e, conseqüentemente, com o *empobrecimento* dos pequenos proprietários *desterritorializados* e, portanto, *expropriados* pela perda da pequena propriedade rural, pela perda com seu *laço* territorial, isto é, pela da sua relação “umbilical” com a terra.

Algumas matérias do jornal de Beltrão demonstraram as migrações e as transformações territoriais, bem como o *empobrecimento* da população rural pela *desterritorialização* “gritante” que ocorreu a partir da década de 1960, e que se acentuou ainda mais a partir da década de 1980, em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense:

Pelos índices econômicos e sociais o *Sudoeste é hoje a região mais pobre do Estado do Paraná. Os números apontam também uma tendência dramática de esvaziamento e empobrecimento muito preocupante.* A evasão de população cresce com a conseqüente queda na atividade agropecuária e só uma inversão total pode evitar que a década de 90 não seja tão perdida quanto foi a de 80. (...) O esvaziamento é notório, e assim o desemprego cresce assustadoramente. A região representa apenas 3,6% na economia, 5,7% na população e 5,1% do total do eleitorado. (...) O Sudoeste cresceu, em dez anos, 172% nas atividades industriais, 132% no comércio e teve queda de 2% na agropecuária. O crescimento negativo neste último item, só não foi maior devido à consolidação da avicultura (JORNAL DE BELTRÃO, 23/04/1993, p. 3, [grifos nossos]).

A pequena produção está em perigo. Com os problemas climáticos ocorridos no final do ano passado [1994] e o elevado nível de precipitação pluviométrico de janeiro, aliado aos preços declinantes do milho, principalmente exploração das pequenas propriedades rurais, assistimos o desespero dos agricultores. Sem perspectivas de renda, todos os dias os jovens rurais do sudoeste, migram em busca de trabalho. Lá vão eles serem serventes de pedreiros, costurar sapatos, trabalhar em hotéis, colher uva em Caxias do Sul [RS], enfim, fazer o que for possível para sobreviver. A Emater [Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural] em 1985, fez um diagnóstico em 273 pequenas propriedades rurais de cinco comunidades de Francisco Beltrão. Decorridos 10 anos, 152 das 273 famílias já saíram do campo. As dívidas do agricultor vão de elevador, enquanto os preços [dos produtos agrícolas] estão parados no primeiro andar e até descendo para o subsolo (JORNAL DE BELTRÃO, 21/02/1995, p. 2).

Disse o bispo Agostinho José Sartori que o Sudoeste [paranaense] é, hoje, um exportador de jovens. Mas não se referia ele a jovens que saem para estudar e podem, eventualmente, voltar um dia para a atuação profissional. Segundo o bispo, o Sudoeste está exportando jovens trabalhadores de todos os municípios em direção aos grandes centros industrializados e citou as levas de sudoestinos trabalhando em Joinvile, Curitiba e São Paulo, principalmente. (...) O risco de esvaziamento da região, com o êxodo rural se acentuando e as cidades também diminuïrem é em função da falta de estrutura e chances de crescimento (JORNAL DE BELTRÃO, 04/02/1995, p. 2).

Através de transformações operadas com a expansão da “modernização da agricultura” e com a concomitante *industrialização* e *urbanização* de cidades do Sudoeste paranaense, especialmente Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco, e de cidades (médias e grandes) de outros estados brasileiros, o *êxodo rural* de jovens do campo se deu em grande número, transformando, em grande medida, estes em mão-de-obra para a indústria nos centros urbanos. Como assinala Singer (1981, p. 32), “uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas”. Em Francisco Beltrão, muitos dos jovens que migraram para a cidade acabaram sendo *absorvidos* pela empresa Chapecó¹⁹² (na década de 1980) e, depois da sua venda para a Sadia, esta empresa *absorveu* (na década de 1990 em diante) muitos *desterritorializados* do campo beltronense e de outros municípios próximos; ambas as empresas atuaram (e ainda atuam, como no caso da Sadia) no abate de aves no município.

Os fluxos migratórios do campo de Francisco Beltrão, conforme constatamos através das entrevistas, tiveram duas direções: para o campo, através da expansão das fronteiras agrícolas para o Centro-Oeste e Amazônia, e para a cidade, através da *industrialização* das cidades de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco no Sudoeste paranaense, para a capital do estado Curitiba e para além das fronteiras estaduais, como para a cidade de São Paulo (SP) e de Joinville (SC), principalmente. No entanto, houveram também muitas outras trajetórias socioespaciais migratórias de beltronenses para outras cidades do Brasil.

Sobre essas trajetórias migratórias de jovens e/ou de famílias inteiras que ocorreram *de* Francisco Beltrão, vejamos alguns lugares de destino obtidos através das entrevistas:

¹⁹² O Jornal Tribuna do Sudoeste, de 15 de agosto de 1981, trazia a seguinte informação sobre a inauguração do Frigorífico Chapecó: “Nossa região inicia com o interesse do Frigorífico Chapecó mais importante fase do seu desenvolvimento, o qual seja a implantação da avicultura. Sendo uma nova atividade econômica trará com certeza melhoria palpável no nível de vida social do homem do Sudoeste do Paraná. O comércio de frangos acha-se em expansão em nosso país pelo crescente consumo da população e pela exportação que é garantida por uma enorme procura. Os países árabes são nossos melhores compradores, e não existe nenhum empecilho a continuação dos negócios. A implantação da avicultura em nossa região trará importantes realizações de natureza econômica e de natureza social. Ao meu ver o reflexo de mais importância é uma nova motivação para fixação do homem para terra e o emprego de mão-de-obra, que acarretará em melhores condições de salários e rendas no campo, fixando o homem, cortando o êxodo rural dos filhos dos empregadores rurais. É preciso deter o fluxo humano do campo para a cidade (...). A avicultura funcionará como mais um apoio, mais uma opção para o aumento de renda e permanência do homem rural no seu meio” (p. 10). É interessante observar que a atividade avícola também fora parte de uma construção ideológica através de um discurso que iria fixar o homem ao campo e, portanto, deveria conter o forte êxodo rural. Ora, tanto isso não ocorreu quanto a avicultura é uma atividade poupadora de mão-de-obra e de “integração” dos pequenos agricultores à lógica de exploração do mercado e, portanto, da empresa agenciadora da produção de aves.

Meus filhos têm dois no Mato Grosso e um no Pará. Os três instalaram acessório de peças pra lá. (...) Eles foram pra lá porque aqui é parado é lá é corrido, é correria (Alfredo Antonio Presente).

Um filho meu tá em Pelotas, Rio Grande do Sul; outro tá no Mato Grosso, em Sorriso; outra filha minha tá em Pato Branco [PR] e, tem mais dois aqui em [Francisco] Beltrão mesmo. (...) [o filho] do Mato Grosso é fazendeiro poderoso, tá rico (...) foi lá pela década de [19]80 que ele foi pra lá (Amábili Rosseto).

Eu tenho uma filha em São Paulo e outra em Cascavel e uma em Porto Alegre que estão fora, os outros moram aqui em Francisco Beltrão (Florinda Cobo Viera).

Eu tenho duas filhas no Mato Grosso: uma em Rondonópolis outra em Várzea Grande e a mais nova mora em Renascença aqui no Paraná, o resto tudo mora aqui em [Francisco] Beltrão. (...) Foram em [19]78, outros na década de 1980. (...) Foram pra acompanhar os marido e para trabalhar (Hiolanda Tibola Luza).

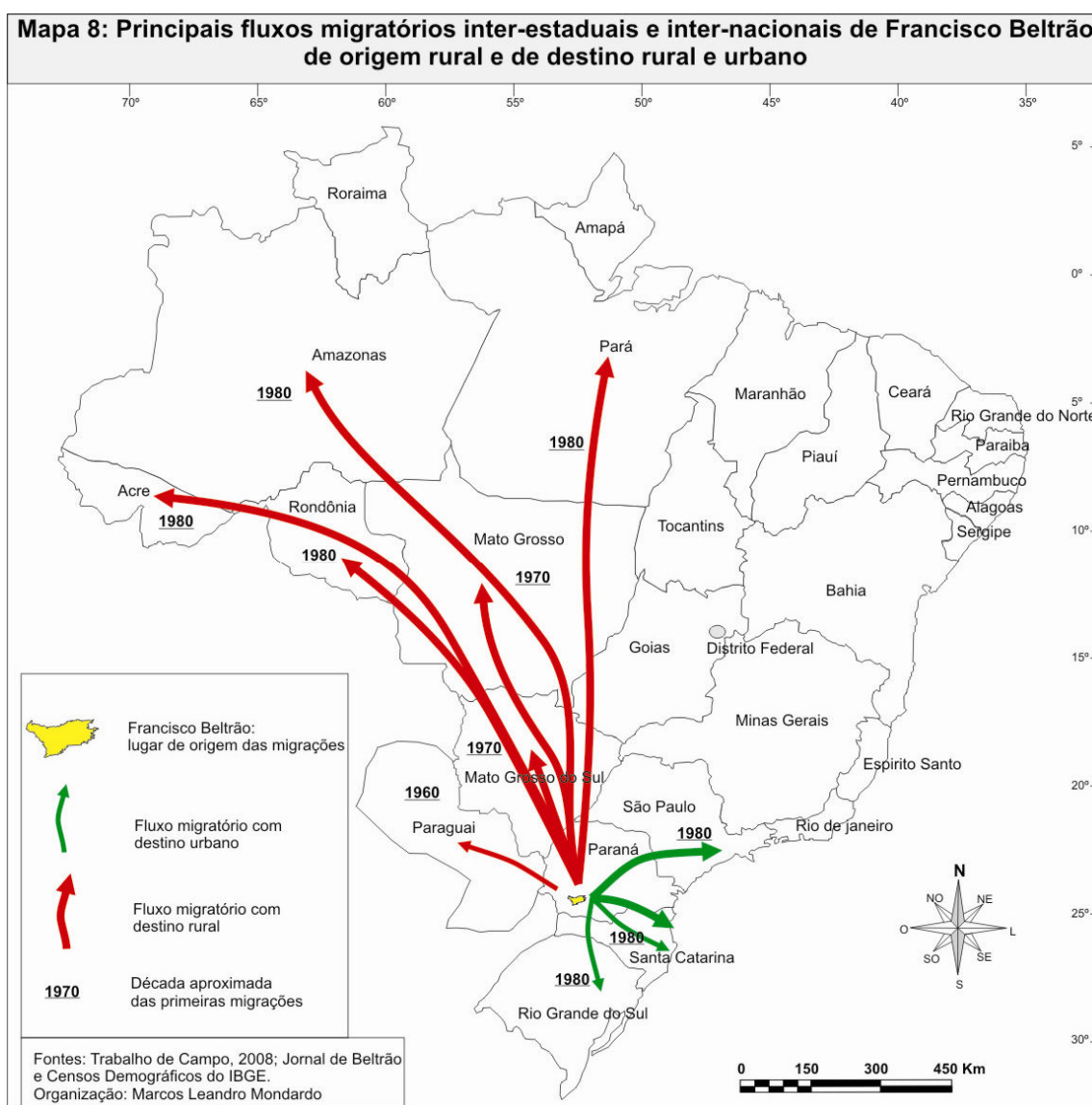
Tem muita gente daqui pro Mato Grosso, Tucuruí tem uns cunhado lá; lá pra Rio Branco [AC] tem primo também, mas tem muita gente daqui pra lá (Josefina Maria Maffessoni Mezzomo).

Uma filha tá no Amazonas, dois tá aqui em [Francisco] Beltron na roça, tinha ainda outra aqui numa vila, aqui no Tuna em [Francisco] Beltron; então, tem três na roça ainda, e uma aqui na cidade. Aquela lá na Amazônia, ela tem loja. Aquela lá faz 20 anos que foi pra lá, lá por [19]86, [19]87 que foi. A minha filha foi pra acompanhar o marido, ele foi por uma relojoaria lá. Se deu bem lá, arruma e mexe com todo tipo de relógio (...). Ele foi pra lá porque uns parentes tinham ido um pouco antes e, daí, depois ele foi com a minha filha, se acostumou e estão lá em Apuí (...). Aí eu tenho uma filha em Santa Catarina também, em Joinvile (...). Olha, faz uns vinte anos que foi pra lá também. Ela foi pra lá porque casou com uma rapaz daqui do interior de Beltron, de Bela União. Ele foi pra lá jovem trabalhar, rapaz jovem. Daí de lá começaram a se namorar, ele vinha pra cá namorar com ela, e, casaram; e, ela foi lá também acompanhar ele. Aí ela começou a trabalhar lá e estão lá até hoje (...), tem o bairro escolinha que dizem [em Joinvile], ali mora a filha, ali é tudo paranaense, tudo gente do Paraná, daqui de Beltron e de outras cidades daqui perto que foram pra lá (Nair Pilati)

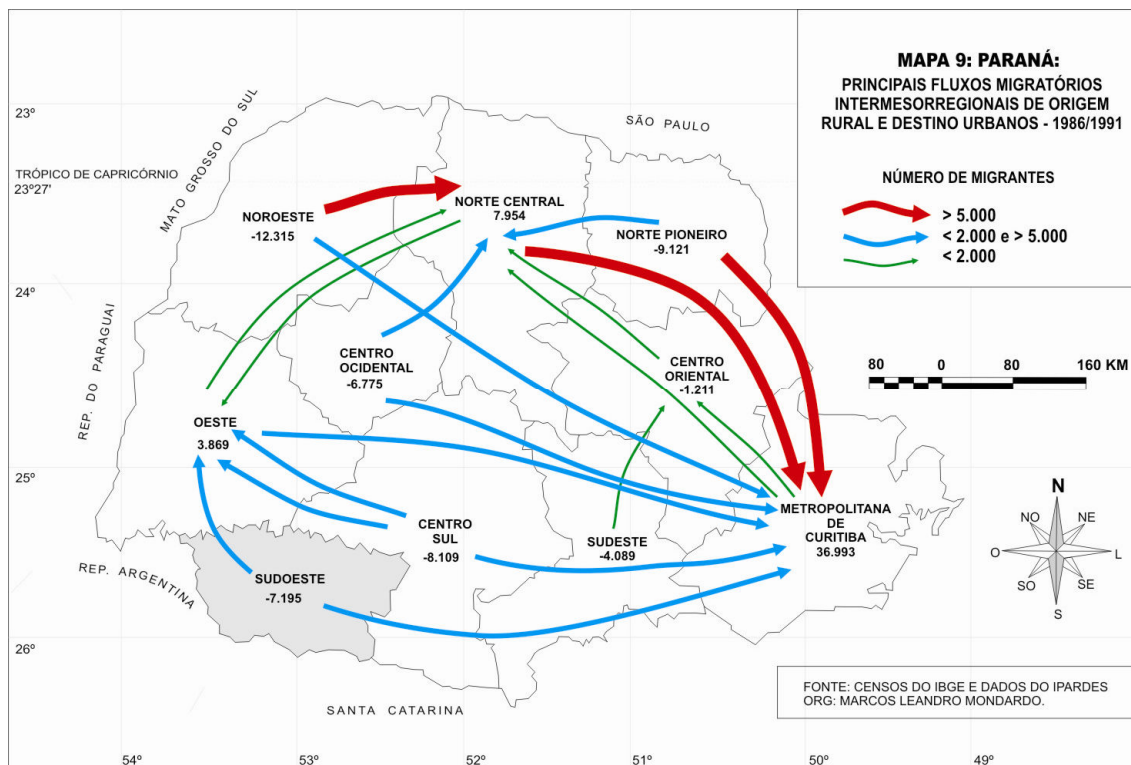
Iii... aqui foi tanta gente pro Mato Grosso, Sorriso. Iii... tem gente aqui do Paraná lá, tem, tem, tem. (...) Filho hoje tenho oito, fora dois morto; aqui mora só esse que mora comigo, sorteiro. Curitiba tem treis, Cuiabá também tem treis, e em Foz do Iguaçu tem um, daí esse aqui [em Francisco Beltrão]. Minha família tá tudo quase em Cuiabá. (...) só bisneto tenho perto dos cem. Nove filho casado, só meu filho mais velho teve dez filho. Os que moram em Cuiabá são pedreiro (...) aqueles que moram em Curitiba tudo pedreiro e carpinteiro, e que mora em Foz do Iguaçu é menina, fica em casa (Otília Antonello)

Através das informações obtidas durante as entrevistas e conversas informais no trabalho de campo sobre o destino dos beltronenses, como essas que demonstramos, a também pelos dados dos Censos Demográficos do IBGE e das informações levantadas junto ao Jornal de Beltrão, foi possível *representar* em um mapa os principais fluxos migratórios inter-estaduais e inter-nacionais de origem rural e de destino rural e urbano que foram sendo mobilizados, a partir da década de 1970, de Francisco Beltrão, particularmente e, em sentido amplo, da migração de “paranaenses” do Sudoeste do Paraná.

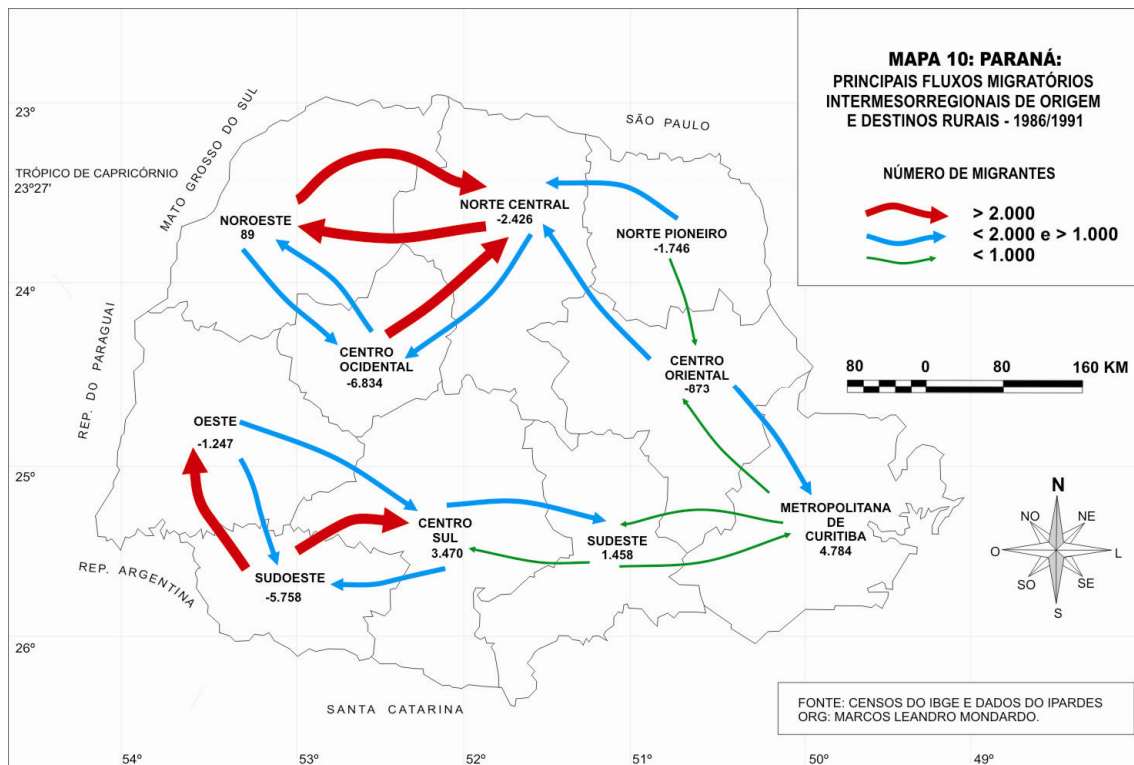
Assim, sistematizamos esses dados e informações através da representação geográfica do mapa 8, a seguir:



Em relação aos fluxos migratórios inter-regionais do Estado do Paraná, o Sudoeste paranaense foi uma das regiões que mais expulsou população rural para outras regiões, tendo forte atração desta migração a região metropolitana de Curitiba e a região Oeste do Paraná, *pólos* de desenvolvimento industrial no estado. O Sudoeste paranaense, nesse sentido, perdeu 7.195 pessoas oriundas do campo para essas regiões entre 1986 a 1991. Essa dinâmica migratória pode ser verificada através do mapa 9 a seguir.



Por outro lado, os fluxos de origem rural e de destino rural direcionaram-se para as regiões Oeste e Centro-Sul paranaense, tendo uma perda populacional para essas regiões de 5.758 sujeitos, oriundos, fundamentalmente, de pequenas propriedades rurais entre o período de 1986 a 1991. Essa migração pode ser visualizada através do mapa 10 a seguir.



Nesse contexto, de acordo com Magalhães (1996, p. 45), na década de 1970 em torno de 2,7 milhões de pessoas deixaram de residir no meio rural paranaense. Deste saldo, cerca da metade foi *absorvido* pela área urbana do próprio Estado, o restante constituiu a perda populacional para além das fronteiras estaduais, com destinos rurais e urbanos (como procuramos representar no mapa 8).

Assim:

A análise dos dados censitários de 1980 e os resultados de diversos estudos que pesquisaram os destinos dos fluxos emigratórios do Paraná, demonstram que as principais correntes tomaram o rumo de algumas cidades industrializadas do interior de São Paulo, mas principalmente da sua capital, dirigiram-se ao Mato Grosso e às derradeiras áreas de fronteira agrícola em expansão no Norte do País, e transpuseram as fronteiras internacionais em direção ao Paraguai (MAGALHÃES, 1996, p. 45).

Neste contexto, na década de 1970, muitos paranaenses deslocaram-se ao Estado de São Paulo, correspondendo, segundo Magalhães (1996), a um total aproximado de 670 mil pessoas. Somente a grande São Paulo atraiu 48% desse fluxo migratório paranaense, seja em decorrência do seu forte poder de atração enquanto *pólo* de grande desenvolvimento *industrial*, seja como *etapa* intermediária de subseqüentes deslocamentos com destino a outras áreas paulistas.

Em Francisco Beltrão, obtivemos informações através de entrevistas de que muitos beltronenses se deslocaram à capital paulista para trabalhar como garçons em restaurantes e/ou como operários em indústrias. Vejamos o que um de nossos entrevistados comentou sobre esse processo de saída de beltronenses para trabalhar em São Paulo em restaurantes, churrascarias e hotéis, especialmente:

Aqui da década de 1980 em diante saiu muita gente pra trabalhar pra São Paulo, principalmente, de garçom, atendendo é... em restaurantes, churrascarias, em hotel; teve muita gente daqui, rapaz solteiro saiu muito e, ainda, vai muitos daqui; volte meia, na agência do trabalhador tão chamando gente para ir trabalhar em São Paulo de garçom (Jahyr de Freitas Júnior).

A partir de 1980, com o processo de inversão da população eminentemente rural para uma população numericamente maior na cidade, houve um *boom* na produção do espaço da cidade através da expansão do seu tecido urbano; houve uma enorme *valorização* dos terrenos urbanos aquecidos, em grande medida, pela *migração* e pelas *indústrias* que se instalaram no município.

Essa valorização dos lotes/imóveis urbanos, em função da migração do campo para a cidade, nos foi relatada durante entrevista por um morador da cidade que viveu esse processo:

Vieram muita gente também de outros municípios aqui perto pra trabalhar na Chapecó e depois na Sadia. Tanto é que o preço dos imóveis começou a subir muito. E pra nós que morava aqui a gente pensava: “nossa aquele cara ali não vai conseguir vender aquele terreno ali por cinco mil reais”; mas tinha gente que vinha de outro lugar e comprava (Jahyr de Freitas Júnior).

Desse modo, esta realidade estava ligada ao processo de “modernização agrícola” que *expulsou* muitos (pequenos) agricultores do campo para cidade que se industrializava no período com a atuação de diversas empresas, tendo como sua principal a Sadia, que criava um maior dinamismo à economia e conseqüentemente uma atração populacional. A importância desta empresa na produção do espaço urbano foi tamanha que nos arredores da mesma formou-se, a partir da década de 1980, uma aglomeração urbana que serviu (e serve ainda) diretamente de mão-de-obra para seu complexo industrial, denominada de “cidade norte”. A seguir, na foto 11, podemos visualizar a empresa Sadia em Francisco Beltrão.

Foto 11: Sadia - 2008



Fonte: Marcos Leandro Mondardo, 15/04/2008.

Segundo entrevistas e conversas informais durante trabalho de campo em Francisco Beltrão constatamos que a empresa Sadia utilizou de *estratégias* para *absorver* a população do campo, dando preferência para sujeitos (jovens) oriundos das pequenas propriedades agrícolas para trabalhar na empresa, justificada pela ética do trabalho de filhos dos pequenos produtores rurais que, segundo a ideologia da empresa, rendiam mais no serviço e eram mais comprometidos com a empresa do que os moradores da cidade. Ou seja, a empresa capturou a subjetividade (da ética do trabalho e do comprometimento) dos jovens do campo e utilizou isso para obter maior produção e produtividade nas atividades laborais.

Essa, portanto, foi uma das estratégias criadas pela empresa que nos foi informada em conversa com Jahyr de Freitas, que narra esse processo de migração para a cidade de Francisco Beltrão em função da indústria, e a concomitante desterritorialização pela *precarização* nas condições de vida desses sujeitos:

Foi uma época que o frigorífico Chapecó se instalou aqui e começou a ofertar muito emprego e, eles gostavam de contratar filhos de

agricultores que pegavam no pesado! Pessoal que trabalhava mesmo, que rendia e que quentava o tranco. Com isso passou a estimular a saída do campo do pessoal mais jovem, havia já um desestímulo pela quebra na lavoura, pela falta de recurso, de maquinário. Então os filhos dos agricultor loco pra vir pra cidade pra não trabalhar mais em roça, mas, se esqueceram que aqui na cidade tinha que comprar tudo, pagar aluguel e comprar tudo, né? Eu lembro que teve uma época que eu dei aula ali na Sadia [no início da década de 1990 a empresa Sadia compra a Chapecó], em [19]93 e chegava no início da minha disciplina eu perguntava qual era o maior sonho deles [dos trabalhadores da Sadia, ex-agricultores]: “Voltar!” eles diziam. Eu tinha 38 alunos, eu lembro de que 37 disseram: “Não, eu quero voltar pra minha terra. Vou ajudar meu pai com vaca de leite e coisa”. “Mas porque?” – eu perguntei a eles: “Ah, aqui a gente tem que comprá tudo, até um frango, por mais que a gente trabalha na Sadia se a gente quiser tem que comprar no mercado e, depois, é outro jeito de vivê, aqui a gente vive preso”. Então, eles criaram uma ilusão assim que tendo um salário fixo eles poderiam ter uma vida melhor. Mas olha, eu fiquei impressionado com aquilo, todo mundo querendo voltar (Jahyr de Freitas Júnior)

Podemos verificar através das *informações* retratadas, que muitos dos jovens, filhos de pequenos agricultores (e não só os filhos, pois muitos pequenos agricultores também acabaram vindo trabalhar em indústrias em Francisco Beltrão), queriam voltar a sua terra, pois as relações que estabeleciam na cidade eram muito diferentes das que desenvolviam no campo, tanto em relação a aspectos econômicos, de compra de alimentos, por exemplo, quanto às relações vinculadas a sua “liberdade” e/ou da territorialidade cotidiana diferente na cidade, sendo tendo o campo considerado enquanto sinônimo de “liberdade”, de uma territorialidade mais autônoma do sujeito.

O meio urbano, portanto, comporta fatores de atração de migrantes como através da ideologia de um mundo moderno, urbano e industrial e das pretensas “facilidades” que a cidade poderia oferecer, com um trabalho menos pesado e com uma vida com maior conforto que acabaram quando a ilusão da mudança aparece com os endividamentos e com o individualismo criado pelo capital, nas relações desenvolvidas entre os (diferentes) sujeitos. Como afirma o entrevistado, “os filhos dos agricultor loco pra vir pra cidade pra não trabalhar mais em roça, mas, se esqueceram que aqui na cidade tinha que comprar tudo, pagar aluguel e comprar tudo, né?”, ou seja, os migrantes vinham à cidade muitas vezes trazidos pela *representação* de uma cidade da liberdade, do mundo moderno, contendo esperanças falsas vinculadas a aqueles de prontamente se integrar à sociedade de consumo pleno e irrestrito e/ou do conforto e da satisfação das necessidades. Essa *representação*, como demonstrado através da fala, foi

esmorecida na medida em que o migrante começou a passar por inúmeras dificuldades em sua territorialização na cidade, pela *precarização* da sua vida e pelo rompimento do laço com a terra.

Neste contexto, a desterritorialização do campo para a cidade em função da “modernização da agricultura” revelou a sua face *perversa* e excludente, através da expropriação e do *desenraizamento* na cidade dos migrantes que foram *forçados* a sair do campo. O processo de desenraizamento, considera Silva (2006, p. 70), “rompe com todo o liame entre o sensível e o racional, retirando de toda a ação seu sentido enraizado no local, no particular, no lugar originário de sua significação”, fragmentando, portanto, as relações dos sujeitos com o seu território, com o seu lugar afetivo de pertencimento e da construção de sua identidade territorial. A desterritorialização é criada pelo *rompimento* de todo um universo cultural vinculado ao campo que, com a migração, passará por um processo de “adaptação” e/ou ressignificação cultural e política no meio urbano, ou seja, no novo espaço geográfico em que o sujeito desenvolverá novas relações sociais.

O capital, assim, *desenraizou* os pequenos agricultores no campo com a “modernização da agricultura” através da migração e, na cidade, muitas vezes com a *precarização* das/nas novas condições de vida, que resultaram em uma reterritorialização relativa na medida em que esta foi desenvolvida em condições adversas, especialmente, nos primeiros anos em que o migrante sofreu a “adaptação” cultural ao mundo urbano. Embora Singer (1981) analise a migração majoritariamente sob o viés econômico, este autor considera, também, o processo de “adaptação” cultural e/ou a “reterritorialização” do migrante de origem rural no meio urbano, pois “integração do migrante no processo produtivo capitalista tende a ser superado com o tempo, na medida em que o migrante passa por um período de aprendizado e aculturação no meio urbano” (p. 41).

No campo, os agricultores, a maioria de origem ítalo-germânica, produziam para sobreviver boa parte dos seus bens de consumo e dominavam (em grande medida) o seu horário (tempo) de trabalho; na cidade, passaram a viver em um horário (tempo) de trabalho rigidamente controlado, sofrendo coerções pelo controle do tempo do capital sobre suas vidas; também, na cidade passaram a comprar tudo o que necessitavam para sobreviver; no entanto, tendo um salário fixo e muitas vezes pagando aluguel, o indivíduo passou a ter uma reprodução precária (pelo menos no primeiro momento) da sua nova condição de vida. Ou seja, esses sujeitos passaram por profundas alterações

sociais migrando do campo para a cidade especialmente contanto em muitos casos não com a pretensa melhoria de vida, mas, com a precarização das suas condições de trabalho e de reprodução social.

Antunes e Alves (2004) consideram que o trabalho precarizado é cada vez mais uma forma de exploração das condições de vida dos trabalhadores, que se vêem à margem da sociedade, tanto socialmente (em relação às condições de consumo e uso) quanto territorialmente (em relação às condições de mobilidade e acesso aos inúmeros lugares) que a cidade pode e deveria propiciar.

Assim, conforme Kleinke *et al* (1999, p. 197), a contínua emigração do Sudoeste paranaense foi resultado das dificuldades de inserção na “modernização agrícola” da pequena produção e conseqüentemente do *empobrecimento* da população implicando em uma forte evasão rural. Contudo, Francisco Beltrão, maior pólo urbano no Sudoeste paranaense, foi o único município que apresentou troca favorável entre imigrantes x emigrantes, constituindo um *pólo atrativo* para imigrantes da sua região em função da industrialização do município, tendo como indústria-chave, para tal processo, na década de 1980, a empresa Chapecó e, na década de 1990, a Sadia.

Em Francisco Beltrão, deste modo, configurou-se, a partir da década de 1980, uma *polarização* em função das atividades de frigoríficos que acabaram, a partir de suas relações, dominando o território do município. Como afirma Perroux (1975, p. 100), “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Ou seja, Francisco Beltrão, a partir da instalação de um frigorífico, conseguiu absorver, em parte, um contingente oriundo do campo do próprio município bem como de municípios vizinhos, em função do seu desenvolvimento econômico e conseqüentemente de sua *atração* pela oferta de emprego.

Essa indústria desenvolveu-se segundo *formas* que são as da grande indústria moderna, com a separação dos fatores de produção, com a *centralização* do capital em uma área do território sob o mesmo poder e com a forte demanda da técnica contando nas tarefas com o auxílio da mecanização. Houve deste modo, uma *centralização* das relações sociais em função da indústria e dos trabalhadores que se “territorializaram” no perímetro urbano em função da oferta de trabalho. Como considera Singer (1981, p. 33), “toda esta transferência de atividades do campo à cidade parece motivada por uma exigência técnica da produção industrial: a aglomeração espacial das atividades – que se

traduz em sua urbanização”. Assim, “a acumulação de capital se dá de forma concentrada no espaço, o que atrai fluxos migratórios”. Cria-se um exército industrial de reserva de uma grande parcela da população, “a qual se torna móvel na medida em que se rompem as peias que a prendiam às áreas rurais, se dirige às metrópoles que oferecem melhores perspectivas de emprego” (p. 131).

A cristalização da industrialização com a atuação, sobretudo, da Sadia no município alterou drasticamente o uso e a dominação do território no período, pois:

O aparecimento de uma ou várias indústrias altera, diz-se corretamente, a “atmosfera” de uma época, cria um “clima” favorável ao crescimento e ao progresso [para quem?] (...) A novidade introduz variáveis diferentes e/ou suplementares no horizonte econômico e nos projetos dos sujeitos econômicos e grupos de sujeitos econômicos dinâmicos: tem um efeito instabilizador (PERROUX, 1975, p. 104).

Do ponto de vista econômico, a empresa Chapecó (na década de 1980) e a Sadia (na década de 1990) configuraram-se com uma indústria-chave para a *polarização* das atividades no município, e para a absorção de parte dos migrantes desterritorializados do campo beltronense e de outros municípios vizinhos. A Sadia, na maioria das vezes, se tornou a única alternativa para aquele sujeito desterritorializado e, portanto, expropriado e precarizado com uma nova vida na cidade.

Francisco Beltrão, portanto, se tornou o “coração” do Sudoeste paranaense em função da *centralização* de algumas atividades industriais e econômicas que lhe configuraram enquanto *pólo* do “progresso” e do “desenvolvimento” regional e, portanto, de atração populacional. Perroux (1975, p. 108) considera que “geograficamente concentrado, o pólo industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato”, pois é o “centro de acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos”.

Com o desenvolvimento de Francisco Beltrão enquanto pólo regional, ocorreu uma concentração territorial urbana das pessoas (fundamentalmente, dos desterritorializados do campo) e da “territorialização” dos fixos (das estruturas produtivas e econômicas para o desenvolvimento e apoio para a indústria). Houve, concomitantemente, as concentrações de homens *móveis* e de capitais *fixos*.

No entanto, para o trabalhador oriundo do campo, esse processo ocorreu na maioria das vezes com o empobrecimento oriundo da expropriação feita pelo capital; enquanto o capital cresceu, a população foi sendo presa em seu entorno e se tornando

cada vez mais “territorializada” pela sua *precarização* de vida e pela sua *relativa imobilidade*. Ocorreu, deste modo, uma “territorialização” econômica a partir da industrialização que atraiu e absorveu parte da população rural desterritorializada de Francisco Beltrão e de municípios vizinhos.

Neste sentido, como afirma Singer (1981), a mobilidade no capitalismo é uma “mobilidade forçada” em decorrência, de um lado, da introdução de relações de produção capitalistas que acarretam a expropriação de camponeses, além da decadência ou atraso tecnológico em determinadas áreas, provocando a carência de trabalho, e de outro, da necessidade do trabalhador inserir-se em novas frentes pela inscrição, no tempo e no espaço, dos fatores de mudança que implicam na *expulsão* de trabalhadores.

Deste modo, para Singer (1981, p. 38) ainda, os *fatores de expulsão* que levam as migrações associam-se aos *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nessas áreas, a qual acarreta a *expropriação* de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego no campo.

Assim, sob a perspectiva do autor, podemos considerar que a *industrialização* e as mudanças *técnicas*, operadas tanto no campo de Francisco Beltrão quanto na cidade, desencadearam os fatores de *mudança* que resultaram nas migrações, pois:

Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em conseqüência, aumento da produtividade do trabalho. (...) Os fatores da mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem conseqüência reduzir o tamanho absoluto da população rural (SINGER, 1981, p. 38).

Contudo, nem todos optaram por esse caminho da migração, alguns continuam em suas pequenas propriedades no interior de Francisco Beltrão, sobretudo os casais mais velhos que continuam tentando se manter no campo e não se submeteram às condições de proletarização na cidade, como muitos fizeram.

Essa permanência na pequena propriedade nos foi comentada por um pequeno agricultor, em trecho da conversa bem humorada realizada no interior de Francisco Beltrão, em frente à sua casa:

Pois é, eu não vou sair da minha terra pra ir trabalhar na Sadia; aqui eu estou com umas vaquinha, então eu produzo um pouco de leite, não é muito, mas dá mais do que ir trabalhar na Sadia; e lá a vida é mais difícil, né? A gente que gosta da roça, tem que ficar por aqui mesmo. (...) Então eu vendo um pouquinho de leite, faço as minhas roça e vou tocando por aqui mesmo, só eu e a véia (risos) (Mario Uliana).

Esse foi um dos casos, dentre outros, de alguns pequenos produtos que existem em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense e que conseguiram (mesmo por vezes passando dificuldades) permanecer em sua propriedade, conseguindo, ou não, adentrar no universo da “modernização”. O relato demonstra, também, a “vontade” do sujeito em permanecer em sua terra pelo aspecto cultural, pelo “gosta da roça”, ou seja, pela afetividade com a terra, com a sua propriedade, pois o mesmo já está territorializado em seu território do abrigo, da segurança, da sobrevivência cotidiana etc.

Contudo, com a “modernização da agricultura” e com a industrialização na cidade de Francisco Beltrão, alterou-se profundamente a divisão social e territorial do trabalho; a mão-de-obra antes da década de 1970, empregada em grande contingente na agricultura passa, no período posterior, de 1970 em diante, a ser empregada em grande número na cidade, em *função* da demanda industrial. Nesse sentido, como considera Singer (1981 p. 30), “o processo de industrialização não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho”.

Nesse contexto, com o passar do tempo, várias indústrias também começaram a adentrar no meio rural, adquirindo inúmeras propriedades de agricultores que se viram “obrigados” a migrar do campo para a cidade. Essa proletarização dos agricultores aconteceu e acontece em Francisco Beltrão gradativamente a partir da década de 1970 (MONDARDO, 2005). Esse processo resultou muitas vezes em uma “segregação” dos migrantes nas cidades oriundas da zona rural; estes sujeitos, após a desterritorialização, foram morar em bairros periféricos da cidade (principalmente na chamada “cidade norte”) se tornando, assim, mão-de-obra para as indústrias localizadas principalmente no entorno destes bairros periféricos. Houve nitidamente um processo de *desterritorialização* através da perda da terra e da *proletarização* do migrante do campo para cidade.

Na foto 12, a seguir, podemos visualizar a paisagem da chamada “cidade norte”, aglomerado populacional periférico oriundo da zona rural de Francisco Beltrão e de outros municípios vizinhos, sobretudo, formado por trabalhadores em função da

empresa Chapecó (na década de 1980) e da Sadia (da década de 1990 em diante), além de conter trabalhadores de outras atividades industriais e do comércio do município. Pode-se perceber na foto uma aglomeração urbana de trabalhadores à frente e ao fundo da indústria Sadia.

Foto 12: Paisagem de Francisco Beltrão 1: a “cidade norte” – 2008



Fonte: Marcos Leandro Mondardo, 30/03/2008.

Já na foto 13, a seguir, pode-se visualizar a paisagem urbana do centro da cidade de Francisco Beltrão, em 2008. A cidade, a partir da década de 1970, cresceu muito em função do processo de êxodo rural, transformando a *paisagem* e delineando novos contornos, sobretudo, com um forte predomínio das relações oriundas de um modo de vida moderno e urbano-industrial.

Foto 13: Paisagem de Francisco Beltrão 2: a área central – 2008



Fonte: Marcos Leandro Mondardo, 30/03/2008.

Segundo Saquet (2006), ocorreu, também, no Sudoeste do Paraná, um processo de expansão de capital no campo, claro e disfarçadamente. Segundo o autor, as unidades da Sadia que atuam nos municípios de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, foram “territorializadas” na cidade e no campo. Ocorreu um processo de integração contratual que vincula e subordina produtores familiares rurais que ainda permanecem em sua pequena propriedade, através do mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado. A empresa atua no sentido de manter ligado (“preso”) o produtor num sistema contratual em que os lotes da mercadoria (frangos e perus) são pagos normalmente por preços pré-estipulados, havendo, assim, uma exploração do pequeno produtor em frente à grande indústria. Neste contexto, “parte das principais estradas secundárias de Francisco Beltrão foram calçadas pela prefeitura municipal em virtude das exigências da Sadia para se instalar no município” (SAQUET, 2006, p. 174).

Assim, como afirmou Raffestin (1993, p. 144), “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”, pois a produção do território de Francisco Beltrão apresenta uma articulação territorial com a constituição de redes de

comunicação e circulação que têm o papel contraditório de “libertar” e “aprisionar”, ligando e desligando diferentes indivíduos no território, re-construído constantemente de acordo com os interesses da classe dominante – como os mencionados da empresa Sadia – para reproduzir interesses de produção.

Nesse âmbito, a partir, sobretudo, da década de 1990, de acordo com Kleinke *et al* (1999), o perfil sócio-territorial do município vem mudando de maneira mais acentuada, passando de um modelo de economia baseado na agricultura para um processo de industrialização, principalmente com a indústria de abate de aves. Estas transformações acarretaram em mudanças, tais como intensificação do processo migratório e de influências culturais na vida do trabalhador com a precarização da vida daqueles *forçados* a sair do campo. Francisco Beltrão se consolidou, deste modo, no âmbito regional do Sudoeste paranaense, como cidade pólo com um processo crescente da industrialização no ramo de aves, acarretando, conseqüentemente, um aumento da urbanização que, de acordo com o IBGE, chegou, em 1991, com 74,46% de sua população urbana e, em 2000, aos 81,68%!

Sendo assim, desde a década de 1970, a desterritorialização para as cidades, ocasionada pelo êxodo rural, se constituiu em fator preponderante para que parcelas significativas dos fluxos que emigraram do campo paranaense se destinassem ao meio urbano de Francisco Beltrão, de outros municípios do Paraná, bem como para outros centros urbanos de outros estados brasileiros. Através da crise sócio-territorial no campo pautada no modelo produtivo baseado na pequena propriedade e da expansão da urbanização e da industrialização na cidade, houve uma concentração populacional em centros de maior porte, conformando aglomerações urbanas em pontos distintos do território que – no caso do Sudoeste paranaense – se deu em torno dos municípios de Pato Branco, Dois vizinhos e Francisco Beltrão.

O processo de urbanização prosseguiu, assim, avançando a partir da década de 1980 e 1990 e consolidando o aumento do número de pessoas residindo em áreas urbanas disseminadas por todo o território sudoestino. Isso ocasionou, porém, o surgimento de centros urbanos de maior porte e com contingentes populacionais acima de 50 mil habitantes como Pato Branco e Francisco Beltrão.

Essa concentração de aglomerações urbanas em alguns pontos do território no Sudoeste paranaense se deve ao fato da *polarização* de certos ramos de atividades industriais em algumas cidades, tendo forte destaque para o abate de frangos e perus

com a Sadia nos municípios de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, que absorveram e concentraram parte da população regional oriunda do campo.

Desse modo, muitos municípios do Sudoeste paranaense tiveram reduzida capacidade para inserir produtivamente os amplos contingentes de mão-de-obra oriundos do campo. Uma grande parte dos municípios, em geral de pequena dimensão, desenvolve funções urbanas restritas, intimamente associadas ao dinamismo rural e dependendo quase sempre da agricultura para ocupar produtivamente sua população. Para muitos desses municípios, a perda de população rural passou a vir acompanhada de uma redução também da população urbana. Por isso, a nível regional Francisco Beltrão se tornou uma exceção na medida em que conseguiu se industrializar, com a “territorialização” da empresa Chapecó na década de 1980 e, com a atuação na década de 1990 em diante da empresa Sadia, que absorveu contingentes expressivos do campo beltronense bem como de outros municípios próximos.

Ligado a isso, também as relações vinculadas a um modo de vida urbano apresentaram um grande salto no período (1970 a 2008), dando um surto notável de expansão, em decorrência da migração rural-urbana e do dinamismo experimentado pelas atividades industriais e terciárias em Francisco Beltrão.

Neste contexto, com a nova divisão social e territorial do trabalho, houve a diminuição de inúmeros postos de trabalho no campo e uma maior demanda na cidade em função da industrialização. A inversão do lugar de residência da população de Francisco Beltrão está inserida nesse processo amplo, de transformações operadas através da expansão e cristalização da “modernização da agricultura” no campo e com a industrialização na cidade, pois:

Essa *performance* positiva do mercado de trabalho urbano, entretanto, foi insuficiente para contrabalançar os efeitos perversos da intensa modernização das atividades agrícolas, que poupou mão-de-obra, provocou o desaparecimento de milhares de postos de trabalho no meio rural paranaense e expulsou população rural (MAGALHÃES, 1996, p. 43).

Em um curto intervalo de tempo, portanto, ocorreu uma *ruptura* com o período migratório vigente nas décadas anteriores (1940 a 1960) em Francisco Beltrão (bem como o Sudoeste paranaense e o Paraná) que inverte sua condição de grande *absorvedor* de população, passando a partir da década de 1970 de *expulsor*, desterritorializando milhares de pequenos produtores a um ritmo surpreendente. No entanto, como

procuramos demonstrar anteriormente, os municípios do Sudoeste paranaense absorveram população, sendo que Francisco Beltrão foi uma das cidades que teve uma das maiores atrações de migrantes em função da atuação das indústrias Chapecó e Sadia. Contudo, a perda populacional regional verificada no período foi sempre maior do que a absorvida.

É importante salientar, de acordo com Magalhães (1996, p. 44), que o processo de esvaziamento rural e o intenso crescimento e proliferação de áreas urbanas foram fenômenos observáveis no país como um todo na mesma época, variando de região para região, magnitudes e taxas. Assim, entre 1970 e 1980, o Brasil assistiu ao decréscimo absoluto de 2,5 milhões de habitantes do meio rural. Nesse sentido, o grau de urbanização em 1980 já atingia 68%, ao passo que em 1970 o país tinha recém ultrapassado a marca dos 50% de pessoas residentes na zona urbana. Entretanto, o que imprime relevância ao caso do Paraná foi à *velocidade* e a *magnitude* das mudanças populacionais e, portanto, sócio-territoriais, ocorridas.

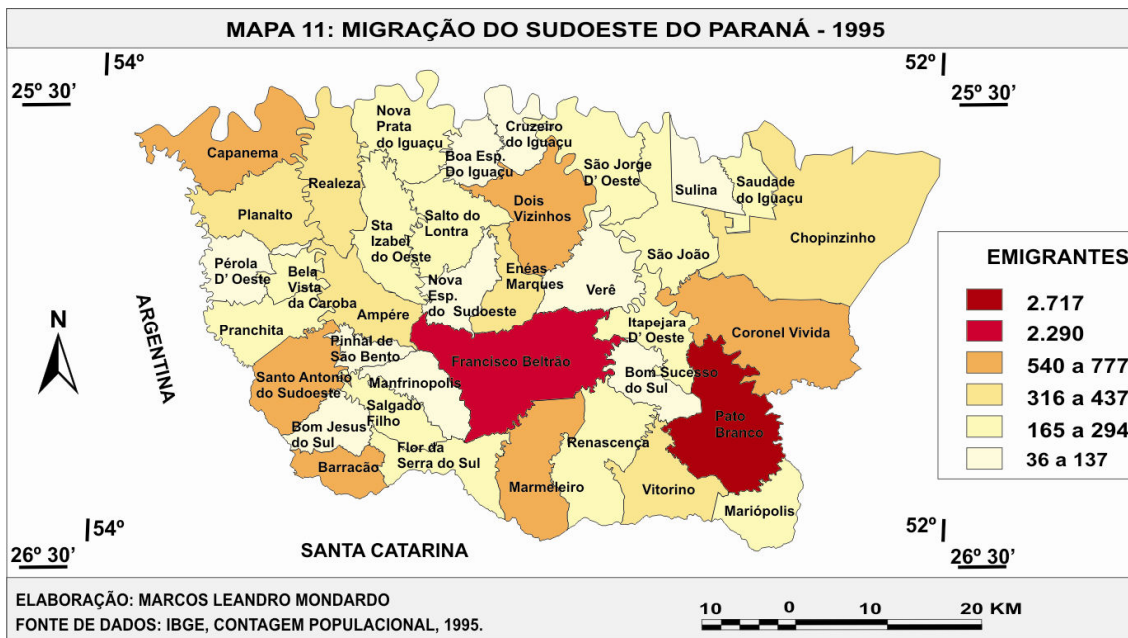
Desse modo, é inserido neste contexto que Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense, na década de 1990, enviaram anualmente um contingente de aproximadamente 300 a 500 trabalhadores desterritorializados do campo – e que se tornaram desempregados na cidade – para Santa Catarina, especialmente, para o município de Fraiburgo, para trabalharem na colheita da maçã, cultura que utiliza muita mão-de-obra para a plantação, poda e colheita. Essa mobilidade da força de trabalho de expropriados do campo paranaense foi apontada pelo Jornal de Beltrão:

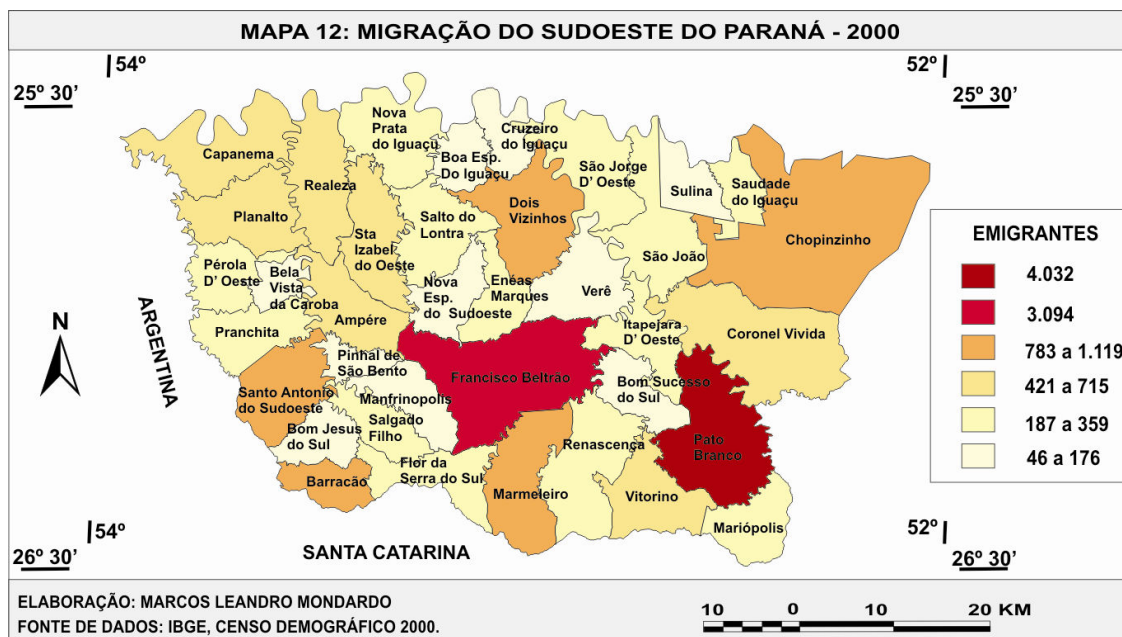
Trabalhadores da região vão para Fraiburgo. Ontem 110 trabalhadores cadastrados na Agência do Trabalhador de Francisco Beltrão embarçaram para Fraiburgo (SC) para a colheita da maçã. Hoje irão mais 100. A empresa contratante é a Agropel, que no início do mês passado fez entrevistas preliminares com o pessoal. Os homens são em geral trabalhadores informais, sem qualificação específica. Desde 1998, empresas catarinenses entrevistam e contratam mão-de-obra no Sudoeste. (...) “É uma oportunidade dada ao trabalhador que não é qualificado”, comenta Mariluz Zanin Petry, gerente da Agência do trabalhador de [Francisco] Beltrão, se referindo ao serviço oferecido. Na semana passada uma leva de trabalhadores embarcou para Santa Catarina. Nesta época do ano eles são contratados para a colheita. Mas em outros períodos do ano há contratações para a plantação, o raleio e a poda. “Eles têm trabalhado nove meses no ano”, diz Mariluz (JORNAL DE BELTRÃO, 02/02/2000, p. 12).

Essa mobilidade da força de trabalho, oriunda sobretudo de ex-pequenos produtores do campo do Sudoeste paranaense, e que estavam desterritorializados na

cidade, se tornou uma constante na medida em que estes sujeitos, despreparados para enfrentarem o mercado de trabalho e/ou até mesmo pela falta de oportunidades, acabam realizando essa migração sazonal, ficando até nove meses por ano no município de Fraiburgo, em Santa Catarina, na colheita, poda e no plantio da maçã. A mobilidade, portanto, se apresentou enquanto uma alternativa para a sobrevivência daqueles/as que perderam suas terras com o processo de “modernização da agricultura” e da industrialização, que busca mão-de-obra jovem e minimamente qualificada para o desenvolvimento das atividades modernas.

Nesse contexto, podemos verificar, através dos mapas 11 e 12, a emigração dos municípios do Sudoeste do Paraná, nos anos de 1995 e 2000.





Assim, a partir das transformações operadas com o processo de “modernização da agricultura” no campo beltronense, e com o concomitante desenvolvimento da urbanização e industrialização e a polarização de certas atividades com a produção e abate de aves (frangos e perus), o município passou a *absorver* uma parte da população expropriada e desterritorializada do campo, mas, principalmente, passou a *expulsar* grandes contingentes populacionais para outros lugares, tanto para o campo quanto para a cidade.

Migraram nesse processo, pessoas de Francisco Beltrão e do Paraná para o Centro-Oeste e para a Amazônia (para o campo e para a cidade), e para as cidades do Sul do Brasil, com a mobilidade para Joinville, Blumenau e Florianópolis, no estado de Santa Catarina, e para Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, buscaremos analisar a seguir esse processo de expulsão de pessoas de Francisco Beltrão, do Sudoeste paranaense e do Paraná, para esses lugares mencionados.

6.3 Do Paraná para o Centro-Oeste e a Amazônia: a migração dos desterritorializados e a política do Estado na colonização de novas terras

Nesse item, pretendemos analisar e discutir aspectos da migração *de* Francisco Beltrão para o Centro-Oeste e a Amazônia, objetivando compreender a *marcha* dos desterritorializados através de *trajetórias* socioespaciais e das *estratégias* migratórias desenvolvidas, além de discutir e compreender aspectos da *transterritorialidade* migratória, ou seja, da condição de *entre-lugar* (de embaralhamento dos referentes espaciais) do migrante *entre* as relações desenvolvidas no lugar de origem e de destino na/da mobilidade espacial.

Nesse contexto, objetivamos, também, construir uma análise buscando demonstrar como que as políticas do Estado de colonização do Centro-Oeste e da Amazônia foram criadas e realizadas para aliviar as *tensões* que se processaram no Sul do país, a partir da década de 1970, sobretudo, em função da modernização conversadora da agricultura que *desterritorializou* muitos pequenos produtores rurais, por exemplo, do Paraná. Contudo, estes sujeitos desterritorializados, na tentativa de se manterem na terra, foram, na maioria das vezes, *forçados* a migrar para o Centro-Oeste e Amazônia, áreas onde o Estado desenvolvia *projetos* de colonização.

Para Tavares dos Santos (1993), os projetos de colonização, durante o período de (1964-1984) sob o regime militar, tiveram por objetivo a não realização da *reforma agrária*. Nesse sentido, a partir da década de 1970:

O regime militar, de caráter autoritário, estabelecido pelo Golpe de Estado de 31 de março de 1964, inicia uma vigorosa ação de regulamentação da questão agrária: entretanto, se até o fim daquela década a ação do Estado oscilou entre uma política de reforma agrária e uma política de colonização, a partir do começo dos anos 70 a última prevaleceu sobre a primeira. Constata-se então a progressiva formação de um sistema de colonização, através da ação conjunta de órgãos públicos e empresas privadas, sistema que acompanhará o aproveitamento de uma nova área para o setor agrícola e pastoril, a Amazônia (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 43).

A colonização, portanto, esteve associada à expansão das fronteiras agrícolas, sobretudo no Centro-Oeste e na Amazônia, e à ocupação dos espaços considerados ideologicamente “vazios demográficos” do território brasileiro. Por isso, o Estado atuou no sentido de transferir uma parcela da população do Sul do país, onde as tensões devido à inserção da “modernização da agricultura”, sobretudo, expropriaram e

desterritorializaram milhares de pequenos agricultores direcionando-os, assim, para o Centro-Oeste e para a Amazônia e diminuindo, com isso, as *crises* sociais de áreas *críticas* de expropriação e desterritorialização do Sul do Brasil, como o Sudoeste paranaense.

De acordo com Tavares dos Santos (1993), nesse momento o governo militar começou a criar um conjunto de órgãos e de instrumentos econômicos para definir a nova incorporação da Amazônia à economia brasileira. No início do governo do General Médici (1969-1974), começa um outro ciclo de colonização tendo como um dos objetivos *deslocar* a fronteira econômica e, especialmente, a fronteira agrícola, para a área que compõe a bacia do rio Amazonas. Em linhas gerais, o governo “Médici propôs uma série de medidas para a colonização das novas terras na Amazônia, ligadas à expansão de um modelo agrícola de mercado que devia estimular os agricultores a não limitar-se à produção de alimentos” (p. 54). Contudo, não podemos esquecer dos objetivos *geopolíticos* de unificação política e ideológica e de controle/domínio e disciplinarização do território nacional, que estiveram presentes no processo de expansão e consolidação sócio-territorial.

Assim, a nível institucional, delineou-se a criação em 1970 do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Além disso, os projetos de colonização se ancoravam na produção/organização do espaço em núcleos formados por lotes rurais e urbanos. Grande parte do governo militar, nesse sentido, foi marcado por uma colonização que buscava atrair camponeses do Sul para estabelecê-los na Amazônia, tendo preferência a um tipo muito específico de agricultor: o trabalhador rural minifúndio do Sul do país. Logo:

(...) é possível delinear a tendência que a política de colonização do regime autoritário-militar imprimiu ao processo de colonização: em primeiro lugar, definiu-se uma nova região de expansão agrícola, a Amazônia, onde foi implantada a maioria dos projetos de colonização. Segundo, a responsabilidade dos projetos coube tanto a órgãos públicos como a órgãos privados: empresas de colonização ou cooperativas de produtores já organizadas há bastante tempo no Centro-Sul do país. *Em ambas as alternativas, o espaço e os homens foram rigorosamente controlados* (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 43, [grifos nossos]).

Como o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações apresentava sinais de *exaustão* e a pressão demográfica no campo se intensificava no Centro Sul, quer pela “modernização da agricultura”, quer pela *concentração* da terra, a

expectativa de riqueza na Amazônia e a extensão de seu solo passaram a ser vistas como alternativas de soluções dos problemas sociais e econômicos nacionais, e para a não realização da reforma agrária do país, como ressalta Castro *et al* (1994).

Segundo Alves (2006, p. 129), “tentava-se solucionar, dessa forma, dois problemas: disponibilizar espaços para o crescimento da agricultura capitalista moderna no Sul” e “deslocar população para os espaços que se consideram livres de homens, preferencialmente a Amazônia e os cerrados”. Com isso, na década de 1970, as tentativas de *integrar* a Amazônia à economia nacional se tornaram prioridades em função do interesse/*projeto* do Estado e dos detentores da classe hegemônica nacional de expansão do capitalismo e de expansão de um processo civilizatório em território brasileiro.

A colonização efetivou-se como uma opção, por parte do Governo Federal, no sentido de fazer uma ampla “distribuição” de terras na fronteira, evitando-se assim uma redistribuição de terras já apropriadas no resto do país, evitando também, com isso, a reforma agrária. A expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal¹⁹³ representou a tentativa do Estado de *homogeneização* cultural, política e econômica desse território, já que possibilitou a introdução de inúmeras atividades novas em uma área onde já existiam outras pessoas, sobretudo indígenas, com outras concepções e visões de mundo que não as da racionalidade capitalista e civilizacional que faziam parte do *projeto* do Estado burguês e autoritário brasileiro.

O Estado, aliás, como ressalta Ianni (1979a), através dos projetos de colonização continuou dando um direcionamento “conservador” ao desenvolvimento agrário brasileiro, pois este direcionamento de migrantes desterritorializados do campo no Sul do Brasil significou a possibilidade de uma reforma na estrutura agrária sem alterar seu caráter *concentrador* e, ainda, propiciando as condições para a ampliação do processo de expansão e acumulação do capital, incorporando, assim, novas áreas como o Centro-Oeste e da Amazônia ao processo.

De acordo com Castro *et al* (1994, p. 17), as políticas do Estado “se dirigiram no sentido de impulsionar a ‘ocupação’ da Amazônia, principalmente a partir da década de 70, tornando-se o Governo Federal o principal agente promotor e dinamizador do

¹⁹³ Em 1953, no segundo mandato do presidente Getúlio Vargas, surgiu o termo Amazônia Legal. Naquele ano Vargas assinou a lei 1806 que incorporou parte dos estados do Maranhão, Goiás (atualmente Tocantins) e Mato Grosso como parte da região. Assim, atualmente, a Amazônia Legal conta com nove estados: Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Acre e partes do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, representando 55% do território brasileiro (MAGALHÃES, 1996).

processo”. Para isso, o Estado adotou uma série de medidas políticas, “cujo ponto alto foi cristalizado no lançamento do Programa de Integração Nacional/PIN, o qual buscou dar uma conotação social às políticas adotadas”, medidas econômicas com a integração dessas áreas à economia nacional com a produção de alimentos para o mercado interno; medidas culturais no sentido de homogeneização das relações na fronteira através da unicidade da língua nacional, de um projeto de civilização pautada em valores urbanos e industriais, com uma racionalidade capitalista a partir da individualização dos sujeitos; e, medidas políticas com o *projeto* de colonização que apontava, dentre outros objetivos, a disciplinarização dos homens e mulheres e, portanto, dos territórios de colonização diretamente controlados pelo Estado e/ou pela classe ou fração da classe hegemônica local.

O Estado, ao promover a colonização da Amazônia, preparou a estrutura material e simbólica do território ao criar o invólucro de posse legal da terra, além do *imaginário* para a mobilidade dos colonos que permitiu a sua apropriação pelos novos agentes (os migrantes) que chegaram para implementar uma *nova* racionalidade no projeto de colonização, através do ideal e da ética do trabalho, do moderno, do progresso e do *novo* ancorado na construção política e ideológica de integração nacional do país e da produção de alimentos para o mercado interno.¹⁹⁴

O Estado, com isso, acabou também por ser o grande responsável pelos conflitos notórios e a violência presentes nestas áreas de fronteira. Como considera Martins (1982, p. 108), “enxergamos a devastação florestal na Amazônia, mas não enxergamos a devastação humana e, até, institucional, que ocorre nas chamadas áreas pioneiras do país”, pois “mal nos damos conta de que o avanço do capital sobre o sertão e a floresta, há choro e ranger de dentes, há morte e miséria, há violência e injustiça”.

A integração ao sistema nacional (e mundial) de produção capitalista dessa região de fronteira, a Amazônia Legal, significou o avanço do processo de “modernização da agricultura” e de outras concepções de vida e visões de mundo atreladas ao ideário moderno do progresso, do trabalho e da expansão e avanços inexoráveis do capital(ismo). Assim, segundo Ianni (1979b), os projetos de colonização da Amazônia tinham como meta dar acesso à terra a pequenos produtores rurais do Sul, sobretudo, onde as tensões oriundas da “modernização da agricultura” e, por extensão,

¹⁹⁴ Como assinala Ianni (1981, p. 98), nesse processo a terra começara a ganhar novas formas sociais devido à penetração do capitalismo em áreas de terras devolutas e, “em poucos anos, o caminhão, o automóvel, o trator, o avião, o helicóptero e o rádio passam a conferir, combinadamente, novo ritmo e andamento às relações sociais no lugar. Dinamizam-se as forças produtivas e as relações de produção”.

da *concentração* das terras desencadeavam (e/ou poderiam causar) problemas ao governo militar. No entanto, como meta implícita, estava o processo de expansão e acumulação capitalista no país, que a ação de ocupar/colonizar buscava viabilizar em áreas de fronteira onde a expansão de um tipo de capital (o monopolista) ainda não havia chegado sob a égide e/ou *mediação* do Estado e dos agentes do capital.

Neste contexto:

A colonização da fronteira [na Amazônia], do ponto de vista econômico veio proporcionar o aumento da produção agrícola pela incorporação de novas terras ao processo produtivo. Do ponto de vista político e ideológico, a lógica do sistema conseguiu superar determinadas contradições da própria estrutura agrária brasileira, na medida em que, através da transferência de população das regiões onde predominava o minifúndio para áreas recentes de fronteira conseguiu atenuar as pressões de certas frações de classe da área rural nas regiões de ocupação antiga (CASTRO *et al*, 1994, pp. 19-20).

O Estado pretendia instaurar o processo de homogeneização do espaço regional, circunscrevendo a Amazônia no processo hegemônico que vinha se desenvolvendo no campo brasileiro com a inserção da (agro)industrialização através da expansão territorial da fronteira agrícola brasileira. O Estado *mediava*, assim, a introdução do capitalismo industrial no campo através da expansão das atividades “modernas” com o desdobramento da revolução tecnológica na Amazônia para produção de alimentos para o mercado interno e externo.

Desse modo, conforme Alves (2006), para o deslocamento da população de pequenos produtores rurais do Sul para o Centro-Oeste e a Amazônia, houve a importante participação do Estado nacional atuando em sintonia com os grupos econômicos privados. As políticas estatais visavam, dentre outros objetivos: estimular os pequenos produtores a vender suas propriedades aos vizinhos – lindeiro; oficializar um *discurso* voltado à população sulista com o intuito de convencê-la das vantagens de *migrar* para uma área de colonização; fundar cooperativas agrícolas para comandar o processo de transferência de colonos de uma região para outra; possibilitar nas áreas de colonização o acesso a terras baratas e/ou gratuitas e com acessos a créditos agrícolas bancários e financiamentos facilitados para a instalação e as primeiras lavouras.

Assim, a execução do projeto de formação da fronteira agrícola acontecia pela ação conjunta do Estado e do capital; essa correlação de forças entre o Estado e os

agentes do capital é apontada por Oliveira (2005) quando, por exemplo, analisa o processo de colonização do Norte do Mato Grosso:

Nesse aspecto estrutural, o estado e o capital caminham juntos. Este, por meio da venda de terra aos camponeses nos seus projetos de colonização, além do lucro com a venda, foi formando os “viveiros de mão-de-obra”. O estado ficou com a tarefa de conter as tensões sociais e fez dos projetos de colonização e dos assentamentos de reforma agrária “válvulas de escape” das áreas de tensão social. Essa é a raiz histórica da “Marcha para Oeste”, da implantação dos projetos agropecuários, da colonização e da expansão do agronegócio na fronteira. Entretanto, contem uma característica específica: o corte monopolista do processo, quer dizer, o processo de acumulação recente traz novas formas de atuação. Não se está diante da lógica ditada pela disputa livre no mercado, há tão-somente a imposição dos monopólios. A mercadoria que comanda esse processo de ocupação é a propriedade privada da terra (...) (OLIVEIRA, 2005, p. 65).

Neste contexto, se na década de 1940 a 1960 o movimento *migratório* caminhou em direção ao Sudoeste paranaense e do Paraná, já na década de 1960 haviam deslocamentos do Sudoeste paranaense e do Paraná para o país vizinho, o Paraguai e na década de 1970 em diante “desaguaram” densos fluxos migratórios para o Centro-Oeste e para algumas regiões da Amazônia. Conforme assinala Castro *et al* (1994, p. 33), “este movimento intensificou-se a partir de 70 com a construção de outras rodovias: a Transamazônica (2.300 Km), a Perimetral Norte (1.320 Km), Manaus/Porto Velho e outras de razoável extensão”. Ou seja, construíam-se as *redes técnicas* que auxiliaram, dentre outros objetivos, para a mobilidade espacial da população rural desterritorializada do Sul do Brasil e para a mobilidade do capital.

Neste contexto, segundo Swain (1992), com as transformações substâncias no campo brasileiro a partir da década de 1970, deslocou-se uma “onda” migratória do Paraná em direção a outros estados brasileiros, fugitiva de uma pobreza crescente, da impossibilidade de concorrência com os grandes produtores, da falta de crédito e da exigüidade das terras em face da “liberação” de mão-de-obra das atividades do campo com o processo de “modernização”. Segundo a autora, ainda “que os maiores proprietários [rurais] recomecem a engajar trabalhadores, as migrações continuam, estimuladas pelo governo, a povoar outras zonas de fronteiras, ‘prestes a recebê-los’ como proclamam os planos de colonização” (p. 35).

Um denso fluxo migratório do Paraná, neste contexto, se direcionou rumo ao estado de Rondônia. Conforme aponta Swain (1992, p. 36), “as 390.000 pessoas que

formam a primeira corrente migratória dos anos setenta rumo a Rondônia, 30% são originárias do Paraná”. O estado de Rondônia toma o lugar de destino pelo Paraná desde a década de 1940 tornando-se o lugar de destino dos migrantes paranaenses, bem como de todo o Brasil, através das políticas de colonização em áreas de expansão da fronteira agrícola. No entanto, de acordo com a autora, as colônias criadas em Rondônia, a fim de abrigar também os migrantes vindos do Paraná, não conseguiram estabilizar e fixar a população migrante *pobre*, tendo em vista a falta de condições mínimas de sobrevivência e o aumento da “onda” migratória.

Assim:

O fluxo de paranaenses para uma vasta região amazônica, constituída pelos estados de Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Mato Grosso, configura um movimento espontâneo de deserdados das áreas rurais do Sul em busca da “terra prometida” no Norte do País. Os programas de colonização intensiva desencadeados pelo Governo Federal nessas áreas prometiam, através de massivas campanhas publicitárias, acesso à terra, assistência técnica e infra-estrutura social. Milhares de famílias, a grande maioria procedente das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, puseram-se em marcha, inicialmente orientando-se em direção a Rondônia e adjacências, e somente nos últimos anos da década de 70 redirecionando-se para Mato Grosso e Pará (MAGALHÃES, 1996, p. 47).

Para Velho (1972), as frentes migratórias em direção ao Centro-Oeste e para a Amazônia seriam constituídas pelos “segmentos extremos” e/ou desterritorializados da sociedade brasileira, que passaram pelo processo de expropriação em áreas que a inserção arrasadora da “modernização da agricultura” se instaurou. Esse tipo de revolução técnica e tecnológica não foi neutra, mas dotada de *intencionalidades* e de *interesses*, sobretudo os da classe hegemônica nacional e de frações dessa classe hegemônica local em função dos seus (agro)negócios vinculados ao campo brasileiro, voltados para o *projeto* de (agro)industrialização do país.

No contexto das transformações no campo brasileiro, a partir de 1970, o avanço territorial da fronteira significou, de acordo com Silva (2003, p. 21), uma maior interação e conexão espacial com “territórios” urbano-industriais, em escalas nacional e internacional, em face dos requisitos da Revolução Verde e do processo de industrialização e urbanização do país, além das políticas territoriais do Estado de estímulo à constituição de corredores de exportação de produção agrícola e de complexos agroindustriais. Por isso, segundo o autor, ao longo do processo de integração econômica do território brasileiro, a fronteira agrícola seria, além de um

processo, uma área onde ocorrem grandes transformações socioespaciais a partir da introdução de novas relações de produção e padrões técnico-mercantins e financeiros, bem como da inserção de valores culturais e simbólicos conflitantes com as identidades territoriais dos sujeitos preexistentes (indígenas, seringueiros, caboclos, caiçaras etc.) e daquelas identidades oriundas dos migrantes, como, por exemplo, dos “gaúchos” e/ou sulistas.

A partir disso, é importante situarmos em que contexto estamos compreendendo a concepção de fronteira. Silva (2003), sob o olhar da geografia, compreende (em sentido amplo) que:

Do ponto de vista geográfico, o termo fronteira expressa, em linhas gerais, o movimento de expansão agrícola em área, concentração fundiária, transformação das relações de produção (êxodo rural e emergência de um exército de bóias-frias) e conflitos fundiários; modernização da base técnico-produtiva, implantação da rede de fixos (...) e de fluxos de informações, capitais, mercadorias e mão-de-obra, integração espacial em diversas escalas geográficas, extensão da fronteira urbano-industrial de um país, desterritorialização e reterritorialização e marginalização de grupos sociais e/ou lugares (SILVA, 2003, p. 21).

Assim, como demonstramos no item anterior (6.1), a introdução da “modernização” avassaladora no Sul do país instaurou uma *crise* agrícola e sócio-territorial através da mudança no padrão produtivo e, por extensão, de todo um conjunto de práticas sociais que ligavam o pequeno produtor e sua família a propriedade, acarretando na expropriação, no *desenraizamento* e no assalariamento rural e/ou urbano de muitos pequenos produtores.

Como assinala Castro *et al* (1994, p. 34), “a crise do mercado de trabalho no Centro Sul alimentaria a frente de expansão Amazônica a partir do momento em que a ‘fronteira’ interna do Sul se fecha”. É importante explicar que essa fronteira se fecha para um determinado grupo e/ou classe social: para os pequenos produtores rurais que, em sua grande maioria, são forçados a migrar para as cidades e/ou para áreas de expansão da fronteira agrícola como o Centro-Oeste e a Amazônia; por outro lado, para os grandes e médios produtores rurais a fronteira não se fecha, pelo contrário, abrem-se novas oportunidades de lucratividade e de barganha através da compra das pequenas propriedades daqueles pequenos produtores *desenraizados*; esse processo *centralizou* as terras nas mãos de alguns e *polarizou* as atividades produtivas através das monoculturas de soja e milho no campo, a partir da década de 1970.

Magalhães *et al* (1984, p. 2004) considera que os saldos migratórios da década de 1970 sintetizam os três processos que caracterizam o fenômeno migratório mais recente do Paraná: “um maciço movimento de evasão populacional do campo; intensificação das migrações internas com destino urbano; e a saída de um elevado contingente populacional para além das fronteiras estaduais” com destinos rural e urbano.

Em Francisco Beltrão, a resposta ao processo de “modernização da agricultura” e de concentração das atividades rurais se deu com a *elevação do grau de urbanização* a partir da década de 1970, que começou a crescer de maneira arrebatadora, pois no ano de 1960, segundo os Censos Demográficos do IBGE, o grau de urbanização do município era de 9%, em 1970 cresceu para 36%, em 1980 elevou-se para 58%, em 1990 foi de 74%, em 1996 foi de 79%, e no ano de 2000 situava-se em 81%.

É, deste modo, que a partir década de 1970 começaram a se deslocar para a nova fronteira agrícola muitos pequenos produtores rurais de Francisco Beltrão em função do processo de expropriação (e até em alguns casos [porque não?] por motivações pessoais, em função de *sonhos* e de *desejos* dos sujeitos em migrar para o Centro-Oeste e/ou Norte do país em busca de mais terras). A nova fronteira agrícola surgiu (e “*urgiu*” em muitos casos) como *linha de fuga* com as migrações, pois se de um lado a *fronteira* seria a *única* opção para se obter um novo pedaço de terra para a continuação da reprodução desses sujeitos desterritorializados enquanto produtores rurais, por outro lado ela *representaria* (ou não) a possibilidade de uma trajetória social ascendente, vinculada ao sonho do enriquecimento (rápido) e da *mística* (imaginário) de se tornar “grande fazendeiro” nas terras planas.

Nesse contexto, no Sudoeste paranaense, essa mobilidade ocorreu por:

Falências dos mini e pequenos proprietários ocasionam a necessidade de venda das terras. Por outro lado, o estímulo à colonização do Mato Grosso e de Rondônia, reforçado pelas campanhas publicitárias de agências imobiliárias e das cooperativas, atrai o agricultor pouco territorializado e financeiramente débil [desterritorializado], para áreas onde sua produção exija menos investimentos (FERES, 1990, 554).

Assim, a partir da década de 1970, encontramos no jornal local de Francisco Beltrão, o Jornal Tribuna do Sudoeste, de 29 de maio de 1971, o discurso que acionava as qualidades (positividades) do estado do Mato Grosso, criando, desta forma, uma *representação* para os habitantes demonstrado que “lá” a terra era muito fértil e que,

para quem migrou, a maioria obteve sucesso. Houve, desse modo, um processo de construção de uma *imagem* (através de um *discurso* específico) sobre o Mato Grosso para os paranaenses, que estando muitos na condição de expropriados e desterritorializados em Francisco Beltrão, são *forçados*, induzidos, mobilizados e/ou *motivados* a migrar. Assim:

Há muitos dias meu pensamento era escrever algo sobre uma região por muitos desconhecida, mas que vem despertando a curiosidade e o interesse de grande parte de homens que habitam o Sudoeste [paranaense], trata-se do Sul do Mato Grosso, onde vários empresários locais possuem propriedades e lá vem desenvolvendo, com muito êxito a exploração pecuarista (...). Trata-se da localidade de Mundo Novo a qual está sendo colonizada através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – antigo IBRA; onde, inclusive, estão várias famílias deslocadas pelo GETSOP [Grupo executivo para as terras do Sudoeste do Paraná] aqui de nossa cidade [Francisco Beltrão]. A variedade de cultura, a fertilidade da terra e a total cobertura técnica dada pelo INCRA aos colonos está transformando totalmente a situação daquela região. Ali cultivava-se com êxito o café, a soja, o milho, o arroz, a hortelã, o amendoim e outros tantos cereais. O Mato Grosso é o novo eldorado para aqueles que quiserem mudar de vida (JORNAL TRIBUNA DO SUDOESTE, 29/05/1971).

É importante observar que muitos agricultores de Francisco Beltrão, como informa a matéria do jornal, foram direcionados pelo GETSOP – Grupo executivo para as terras do Sudoeste do Paraná – para Mundo Novo, no então Mato Grosso (hoje, sul do Mato Grosso do Sul), com a intermediação feita pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão responsável pela distribuição dos lotes. Desse modo, no início da década de 1970, já se delineava a *migração* de pequenos produtores rurais de Francisco Beltrão para o Mato Grosso mobilizados pelo discurso e pela ação do Estado, em função do interesse de colonização do Centro-Oeste. Como assinala Castro *et al* (1994, p. 134), nos projetos de colonização de Mato Grosso “a maioria da população provém do Estado do Paraná”. Esta população “é um desdobramento do processo de ocupação do Estado do Paraná”. Por exemplo, segundo os dados apresentados pela autora, em Alta Floresta, até 1980, 77,7% dos colonos assentados eram proveniente do Paraná e 14% do Estado de Mato Grosso do Sul e da região Sudeste. E 71,4% dos assentados nesse projeto eram nascidos no Paraná.

Com a “modernização da agricultura”, os migrantes gaúchos e catarinenses reterritorializados em Francisco Beltrão começaram a se defrontar seriamente com o

processo de expropriação de seus meios de re-produção. Sua re-produção estava ameaçada não exclusivamente por causa da fragmentação da pequena propriedade, mas também porque sua produção e o seu trabalho estavam submetidos cada vez mais diretamente ao capital e a *relações capitalistas* desenvolvidas com as cooperativas e os comerciantes, por exemplo. Esses pequenos produtores, na realidade, diante da situação de *crise agrária* defrontaram-se, sobretudo, com a ameaça de proletarização principalmente para seus filhos, sendo forçados, em grande medida, a migrar pelo anseio de conseguir terra para “fazer futuro” podendo deixar terras, também, para o “futuro” dos seus filhos.

Com a “modernização da agricultura”, além da mudança técnica houve também uma nova política que buscava se desenvolver em função de uma produção voltada para o mercado externo e para as empresas agropecuárias, ocorrendo, com isso, a concentração de terras dos trabalhadores rurais do Sul, que resultou na migração daqueles que foram em busca do *discurso* da “*disponibilidade*” de terras na Amazônia; migração esta, aliás, que muitas vezes esteve vinculada à preocupação com o futuro dos filhos e à resistência contra o assalariamento, contra a proletarização etc., que permearam, dentre outros aspectos, as *geometrias de poder* da dinâmica migratória de Francisco Beltrão para outras fronteiras agrícolas e urbanas.¹⁹⁵

Assim, foi entrevistando moradores de Francisco Beltrão que podemos verificar, através das *informações* obtidas, os inúmeros deslocamentos para o Centro-Oeste e para a Amazônia. Para o Mato Grosso¹⁹⁶ deslocaram-se muitos pequenos produtores, como afirmaram nossos entrevistados:

Teve muita gente [que foi] pro Mato Grosso, aqueles que tinham as terras dobrada, saíram muitos pro Mato Grosso, muita gente foi comprar terra pra lá, vendia a terrinha aqui e ia. Os que tinha as terras mais plana aqui foram abocanhando as outras, quem tinha mais dinheiro, né? (...) Agora, ali pra região de Sorriso, Rondonópolis teve

¹⁹⁵ Doreen Massey (2000, p. 179) desenvolve a idéia de *geometrias de poder* buscando lapidar a concepção de Harvey (1994), de que o processo de globalização, dos fluxos, das interconexões e do movimento (“desenfreado”) estariam acarretando, dentre outras coisas, a compressão tempo-espaco. Por isso, para Doreen Massey, “a compressão tempo-espaco precisa de diferenciação social”, ou seja, no período histórico atual da mobilidade, dos fluxos e das conexões devemos compreender, no interior da diferenciação social e/ou das *geometrias de poder*, quem tem o poder em relação aos fluxos e ao movimento. Desse modo, podemos inferir que a migração de Francisco Beltrão para o Centro-Oeste e para a Amazônia está inserida no interior de *geometrias de poder* através das diferenciações sociais daqueles pequenos agricultores que foram sendo mobilizado e/ou se mobilizando para outros lugares.

¹⁹⁶ É importante assinalar, que esse estado do “Mato Grosso” também poderia ser o estado de Mato Grosso do Sul tendo em vista que o desmembramento deste último do estado de Mato Grosso ocorreu em 1977.

muita gente daqui de [Francisco] Beltrão e das cidades vizinha aqui que foram pra lá (Alfredo Antonio Presente).

Outro entrevistado nos relatou que essa migração *de* Francisco Beltrão se deu em função da enorme *valorização* das *terras* que ocorreram, sobretudo, a partir da década de 1970. Assim, o pequeno agricultor, percebendo as transformações técnicas e tecnológicas que estavam ocorrendo na agricultura, com a introdução e avanço do processo de “modernização”, e verificando a valorização de suas posses, resolveu, a partir de *contatos tecidos* – através das redes de relações sociais com pessoas conhecidas (amigos e parentes) no Mato Grosso –, vender sua pequena propriedade em Francisco e migrar para a nova fronteira agrícola em busca de (novas) terras. Esse processo migratório nos foi narrado da seguinte maneira:

Ocorreu porque aqui a valorização das terras era muito grande. O pessoal vendia um alqueire aqui, com o mesmo dinheiro comprava dez lá no Mato Grosso. (...) muitos daqui que eu conheci que vendeu tudo aqui e depois foi pra lá [pro Mato Grosso e comprou terra]. Teve um aí que eu conheci, vendeu tudo, vendeu o sitiozinho, disse que ia pro Mato Grosso, que apaixonou pelo Mato Grosso, que já tinha até visto a área lá, que já tinha até caçado na área! (risos). E se mandou, nunca mais vi, só soube que tava bem por lá. (...) Muita gente foi indo porque já tinha algum conhecido lá, então o cara antes de vender o sítio aqui ia pra lá [Mato Grosso] e conversava com um amigo, com um parente, tio, primo, irmão, sabe? Então ia meio assim, pelos conhecido, né? Aí, via uma área lá, se gostava já deixava o negócio meio engatilhado, quando voltava, logo vendia a terra aqui, e se mandava com a família pra lá! De mala e cuia como diziam (risos) (...). A partir de [19]70 muita gente foi pra lá comprar terra. Eu lembro, volte e meia a gente encontra alguém aqui conhecido que foi comprar terra lá, que voltam para visitar parentes ou amigos. (...) Eu acho que a maioria ficou (Jahyr de Freitas Júnior).

As redes migratórias, desse modo, se inseriram e se “*costuraram*” no deslocamento de beltronenses para o Mato Grosso através das relações entre familiares e amigos, que utilizaram da *informação* como um *recurso* adquirido/mobilizado na migração para um determinado lugar. Pois, como afirma Ramelha (1995), nem todos os migrantes tem e/ou detêm a mesma informação para a mobilidade. A *informação*, assim, foi um grande recurso obtido para a mobilidade constituindo um *trunfo* para a inserção territorial dos migrantes beltronenses e para a compra de terras, por exemplo, no Mato Grosso.

A migração de Francisco Beltrão, portanto, para a fronteira do Mato Grosso foi fruto de uma complexa *rede social* que relaciona tempos e espaços distintos: as pessoas e os próprios tempos-espaços dos lugares de origem e de destino na migração. Essas relações foram fortemente baseadas em *canais de comunicação* e de *informação* em que a migração se dava através de uma “corrente” que criava uma determinada conexão, ligando (e/ou desligando) lugares, inclusive, a quilômetros de distância. Na migração de Francisco Beltrão para o Centro-Oeste e para a Amazônia houve na maioria das vezes um *contato* estabelecido no lugar de origem (pois as informações podem ser obtidas no lugar de origem, também, com a visita de um informante parente e/ou amigo, além de outros meios de informações como cartas, redes telefônicas etc.), ou obtendo essas informações no lugar de destino. As informações *podem*, deste modo, inserir o migrante em um novo lugar e, portanto, em uma nova relação social e territorial. Assim, as *redes migratórias se entrelaçaram*, portanto, ao *contexto geral* de desenvolvimento da agricultura criando um imbricamento “específico” (no tempo e no espaço) para cada *trajetória* socioespacial realizada.¹⁹⁷

Neste contexto, de acordo com Castro *et al* (1994, p. 49), as políticas de colonização oficiais do Estado dirigidas na década de 1970 tiveram como objetivos, segundo o PIN (Plano de Integração Social), deslocar a fronteira agrícola para a área pertencente a bacia do rio Amazonas; é nesta década, contudo, que um órgão oficial do governo, o INCRA (instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), assumiu novas diretrizes no que se refere à colonização dirigida para ocupar a Amazônia, visando o assentamento de pequenos produtores na fronteira. O INCRA mediu e mobilizou a “vontade”/“sonho” de muitos migrantes em busca de terras.

O “sonho” idealizado da terra foi, portanto, uma das grandes motivações para que os migrantes se deslocassem para o Centro-Oeste e para a Amazônia. Entretanto, essa “vontade/sonho” de migrar foi, em parte, construída pela *representação* do Estado, através de suas propagandas que afirmavam a *positividade* dos lugares de destino: o Centro-Oeste e a Amazônia. Para esses pequenos produtores, Mato Grosso foi apresentado como a grande alternativa para realizar o “sonho da terra”. A *representação* do Estado “vendia” os lugares de destino da migração pelo *discurso* da fronteira agrícola através da aquisição de terras fáceis. Castro *et al* (1994, p. 139) afirmam que

¹⁹⁷ Haesbaert (1998a, p. 66), por exemplo, propôs a noção de rede regional em substituição à metáfora “diáspora”, para compreender a complexidade geográfica da migração e os *vínculos* econômicos, culturais e mesmo políticos mantidos entre os sulistas ou “gaúchos” migrantes no estado da Bahia e entre não migrantes nos estados do Sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

para um colono acostumado a trabalhar em terra de boa qualidade, a *informação* de que na Amazônia “tudo o que planta dá” era um grande aspecto para a *positividade* do lugar, pois “dava não só milho, feijão, arroz (culturas que estavam acostumados a plantar), mas também guaraná, café (culturas que poderiam enriquecer o pequeno produtor em pouco tempo)”.

Esse momento de maior divulgação dos programas de colonização dirigida, onde se acenava a possibilidade de ocupar terras “devolutas” e de melhorar as condições de vida do trabalhador rural, com a migração para a região Amazônica, coincide com um momento de intensa repressão e de repúdio às justas reivindicações destes mesmos trabalhadores, ou seja, o “grito” no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina daqueles/as que foram expropriados e desterritorializados de suas propriedades em face ao processo de “modernização”. Assim, “o governo age no sentido de criar condições para resolver uma *crise* agrária e, como a reforma agrária não é mais uma política da burguesia, então, a substitui pela colonização. E esta só é possível porque havia terras ‘disponíveis’” (CASTRO *et al*, p. 1994, p. 50).

Ao direcionar e alocar excedentes populacionais nas áreas de fronteira através da política de colonização, o *Estado* atuou no sentido de *apaziguar* os *conflitos* nas áreas rurais do sul do país, intensos desde a década de 1970; essa colonização atuava, também, no sentido de direta e/ou indiretamente *reforçar* o processo de *acumulação* em novas áreas de fronteira agrícola na medida em que viabilizava, também, a inserção de empresas privadas no campo. O INCRA, nesse sentido, foi o órgão federal encarregado de promover este tipo de colonização e tentou implementar, no início da década de 1970, um modelo complexo de colonização: o Projeto Integrado de Colonização (PIC), com uma organização espacial idealizada e rígida por processos burocráticos excessivamente alongados que implicavam em solucionar os problemas da “territorialização” do pequeno produtor nas novas áreas de colonização (TAVARES DOS SANTOS, 1993).

Nesse processo, foi interpellando nossos sujeitos da pesquisa que analisamos um fluxo migratório *dirigido* pelo Estado de Francisco Beltrão para a Amazônia, mais precisamente ocorrido no ano de 1983, para Apuí, município do estado do Amazonas. Segundo *informações* que obtivemos através de conversas, o prefeito de Francisco Beltrão apareceu como o maior informante do lugar de destino dessa migração. O prefeito estava à frente da *mobilização* dos pequenos agricultores (alguns, ainda, donos de terras e/ou em face do processo de expropriação, outros já expropriados e morando

nas cidades, desempregados e/ou sofrendo com o processo de proletarização) através de um *discurso* que *representava* a Amazônia como a possibilidade “perfeita” e “real” para o acesso à terra e para a reprodução de sua atividade: a agricultura.

Neste contexto, Jahyr de Freitas Júnior nos relatou como que foi desencadeada essa migração direcionada pelo Estado *de* Francisco Beltrão para a localidade de Apuí, na Amazônia:

Essa migração foi na época do prefeito Guiomar, que foi na década de [19]80; o... Guiomar já foi pra uma região mais inóspita, que foi a Amazônia. Haviam ônibus fretado pra ir pra Amazônia, fretado pela prefeitura, para estimular o pessoal ir pra lá. Eram terras requeridas pelo INCRA lá em Apuí na Amazônia. Teve uma época que o povo foi, mas, depois a maioria voltou. É, eu lembro que a maioria que foi pra lá não ficava. O prefeito Guiomar, eu lembro, me encontrei com ele um dia desses aí me falou que poucos ficaram lá. O prefeito Guiomar, foi o colonizador daquela área lá. (...) Era uma área do governo federal lá na Amazônia que o INCRA queria colonizar e daí o INCRA entrou em contato com o prefeito aqui da época (...) e acho que eles queriam fazer divisão de lotes de um projeto de colonização; só que era uma região muito distante, inóspita e muito longe de tudo, né? Na época que o prefeito incentivou o pessoal ir pra lá foi uma época difícil aqui, teve umas quebra na agricultura, a coisa tava difícil; foi um pouco por isso que o Guiomar incentivou o povo a ir pra lá (Jahyr de Freitas Júnior).

Muitos pequenos produtores expropriados já morando nas cidades, proletariados ou trabalhando como agregados na zona rural de Francisco Beltrão, como também no Sudoeste do Paraná, estavam passando por inúmeras dificuldades desde a década de 1970, mas, na década de 1980, a situação se agravou e a *crise* tomou proporções maiores, sendo que a saída encontrada pelo prefeito foi deslocar grande parte destes desterritorializados para a Amazônia, onde estavam sendo desenvolvidos projetos de colonização pelo Estado brasileiro.

Em Francisco Beltrão, muitos destes pequenos produtores ficaram sem condições, inclusive, de manter as suas necessidades básicas de moradia e alimentação. Segundo informações obtidas, as pessoas expropriadas que migraram para a cidade estavam passando dificuldades, pois não estavam conseguindo arrumar empregos e/ou alguns tinham também resistência a proletarização na cidade, pois “só sabiam mexer com a terra”. Por isso, muitos desterritorializados queriam terras. Queriam áreas para que suas famílias continuassem a se reproduzir enquanto produtores rurais. Seus argumentos eram de que desde seus avós – na maioria imigrantes europeus que haviam

colonizado o Sul – foram sempre agricultores e, por isso, não sabiam fazer outra coisa. Assim, a migração e a colonização da Amazônia surgiu como uma possibilidade, através da migração, de continuarem trabalhando com a terra e, por outro lado, surgiu para o poder público local (e nacional) como forma de se livrarem das *tensões* sociais que estavam ocorrendo e/ou que poderiam ocorrer.

Com isso, essa migração foi intermediada pelo Estado através de sua rede de dominação e de poder: o INCRA e a prefeitura de Francisco Beltrão. Em 1983, portanto, saíram em torno de 320 pequenos agricultores, aproximadamente, de Francisco Beltrão para a Amazônia; em geral, eram famílias compostas de casais novos, com até três filhos, com poucos recursos e motivadas pelo sonho/vontade/necessidade de obter terra. A expropriação, a deterritorialização (perda da terra) e a proletarização, para muitos refletia a impossibilidade dos filhos desses pequenos produtores continuarem sendo detentores do seu principal meio de produção, pela indisponibilidade de terra para a família. A fronteira Amazônica era a possibilidade material e simbólica não só de acesso à terra, como também a garantia dessa condição a seus filhos, e esta última condição se colocou como um fator muito significativo, de acordo com as informações que obtivemos.

Nesse contexto, analisaremos agora mais detidamente uma *trajetória socioespacial* de um dos migrantes desterritorializados que participou dessa mobilidade de Francisco Beltrão para a Amazônia. Dividiremos, contudo, essa trajetória, para uma melhor compreensão, em duas partes: a primeira será constituída pelos desdobramentos no lugar de origem; e, a segunda, pelos desdobramentos no lugar de destino.

Assim, foi conversando com as pessoas que entrevistamos que chegamos até Pedrinho dos Santos, *migrante retornado* da Amazônia, atualmente com 55 anos, aposentado e morador em um bairro periférico de Francisco Beltrão. Na entrevista chegamos sozinhos até a casa de Pedrinho; logo, percebemos sua *desconfiança* em nos receber em sua casa, devido ao interesse pelo seu deslocamento para a Amazônia. Contudo, após explicarmos o motivo de nosso interesse em conhecer um pouco de sua vida, especialmente em função de sua ida a Amazônia e por explicar a finalidade da pesquisa, Pedrinho ficou mais “solto” e começou a nos relatar com maiores detalhes a sua trajetória migratória e, portanto, de vida.

Pedrinho, desse modo, nos relatou o *contexto* e o *porquê* das motivações, na década de 1980, para sua migração e de outros pequenos proprietários de Francisco Beltrão para a Amazônia:

Foi em [19]83 quando fui pra lá na Amazônia. Sabe, naquele tempo tinha muita gente precisando de terra aqui, tinha uns colono mal; tavam passando fome, necessidade mesmo. Alguns que tinham um pouco de terra tavam meio quebrado, tinha dado umas crises: uns tempo de seca e depois deu uma enchente aqui em Beltrão, aí complicou a vida. O prefeito naquela época era o Guiomar Lopez, ele e o filho dele fizeram propaganda na rádio, e chamaram a gente pra uma reunião dizendo que ia dar terra. Nós ficamos um mês indo nas reuniões lá na cidade. Sabe eu morava na roça naquele tempo; era agregado. Dava no rádio aí a gente ia lá [na reunião]. (...) Veio gente de todo lado para ir pra lá, de [Francisco] Beltrão, de Renascença, de vários municípios aqui perto. Aí prometeram, diziam que lá dava melhor as planta que aqui, que lá iam ganhá bastante terra, financiamento, até que convenceram o povo a ir. (...) teve gente aqui que vendeu 14 alqueires de terra e foi. Eu levei junto 13 mil (...) Foi oito ônibus daqui; ônibus com 40, 50 pessoa; foram 16 dia e 16 noite de viagem; tinha gente que nem tinha o que comer na estrada. Eu levei 3 saco de farinha e 2 latas de banha e dividia com quem não tinha na estrada. Tinha que se ajuda [risos] (...) O ônibus a prefeitura pagou, tinha dinheiro do Estado, mas o resto tinha que se virar. Tudo família. Eu, a mulher e três filhos, dia 22 de agosto foi, eu me lembro (Pedrinho dos Santos).

O contexto que se desenhou na década de 1980 foi a formação de um aglomerado de pequenos proprietários desterritorializados e/ou em vias de desterritorialização, em função da expropriação ocasionada pela “modernização da agricultura”, da concentração da terra e de poder nas mãos daqueles atores que se hegemonizaram com o novo processo agrícola brasileiro, com Francisco Beltrão inserido nele. O prefeito foi, como narrou Pedrinho, o *mediador* do processo migratório de Francisco Beltrão para a Amazônia, realizando propagandas com a utilização da rádio local e das inúmeras reuniões que foram feitas onde foram aludidas as *positividades* da Amazônia; ou seja, o prefeito agia como o interlocutor entre o Estado e a população, criando, com isso, a *representação* do lugar de destino e instigando os sujeitos desterritorializados (e/ou em face de se tornarem) a migrar. Portanto, através de um *discurso* específico os sujeitos foram, em grande medida, *mobilizados* para a Amazônia em função da falta de terras em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense e, sobretudo, em face à perversa e arrasadora “modernização da agricultura” que acarretou no desenraizamento e na migração.

Nesse âmbito, o *discurso* específico do prefeito para criar uma *imagem positiva* da Amazônia, mais precisamente do povoado de Apuí, no estado do Amazonas, convergia com o processo de expropriação e desterritorialização que muitos pequenos agricultores estavam passando em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense. Assim,

“muitas promessas foram feitas”, com nos informou Pedrinho, até que esses sujeitos foram mobilizados e *agenciados* pelo discurso, que tanto atendia ideologicamente as *necessidades* de acesso à terra ao pequeno agricultor, quanto aguçava o *desejo* e o *imaginário* de se obter um futuro melhor para sua família em um *novo* lugar, com maiores e melhores possibilidades tendo o acesso a terra, a propriedade, como a grande motivação.

Deste modo, segundo o migrante retornado Pedrinho, deslocaram-se oito ônibus, em média cada um com 40 ou 50 pessoas, no ano de 1983, de Francisco Beltrão, no Paraná, para Apuí, no Amazonas. Os “16 dia e 16 noite de viagem” demonstram o longo *itinerário* percorrido durante a viagem; também, as condições daqueles que saíram de Francisco Beltrão não eram as melhores, pois “tinha gente que nem tinha o que comer na estrada”, o que demonstra o processo de expropriação e *empobrecimento* em que estavam passando essas famílias. Pedrinho, nesse sentido, relatou os *recursos* e as estratégias desenvolvidas durante a viagem: “Eu levei 3 saco de farinha e 2 latas de banha e dividia com quem não tinha na estrada”, o que representa, portanto, a *solidariedade* realizada entre os migrantes durante a mobilidade. Além disso, Pedrinho nos informou que “Eu levei junto 13 mil”¹⁹⁸, que era o *recurso* financeiro (mínimo) para o começo da nova vida e das atividades na lavoura na nova terra.

Assim, de modo geral, pode-se verificar, através do relato, que a maioria dessa população estava em condições *precárias* de vida, pois não tinha recursos básicos sequer para a alimentação diária. Também, é importante assinalar o papel do Estado e, nesse caso, da prefeitura municipal em produzir um *discurso*, em organizar e reunir as pessoas, além de fretar os ônibus, direcionando esses sujeitos para a Amazônia.

Ademais, vejamos como foi à chegada desses migrantes no lugar de destino, Apuí, no estado do Amazonas, os desdobramentos para o retorno com as dificuldades encontradas e as implicações *negativas* que resultaram no retorno da maioria desses sujeitos ao Paraná:

Quando chegamos lá [na Amazônia] ficamos embaixo de um barracão uma semana. Lá pertencia a Guavirova, eles diziam; o povoado era Apuí. Outro povoado mais próximo era Baitá, dava 400 km, depois era Porto velho, e daí a capital Manaus que dava 800 km. (...) Daí tinha o INCRA lá, ganhei 42 alqueires, todo mundo que foi ganhou 42 alqueires. Não tinha documento, só posse. Aí fui pro meu pedaço e comecei a derrubá mato, era tudo mato. Não tinha nada, não tinha

¹⁹⁸ Segundo Pedrinho dos Santos era o equivalente a R\$ 5.000 hoje.

motor, só no muque. Eu derrubei 4 alqueires de mato a machado! Lá derrubava uma árvore caía dez [risos]. Pensei, vou derrubá e vendê, ganhar dinheiro. Aqui [em Francisco Beltrão] quando a gente derrubava uma madeira, vendia tudo na serraria, compravam tudo da gente; lá derrubava árvore, nem dado não queriam de tanta que tinha. Daí comecei a plantá milho, arroz, mas não deu nada; lá só mandioca dava bem, as outra planta morreu tudo que eu plantei. Aí tinha terminado o dinheiro, os 13 mil, aí vim embora; eu a mulher e as criança, tudo pequeno. (...) A maioria dos que foi ficou um ano lá. Aquelas terras pra lá com 40 e 50 alqueires é colônia pequena; sem recurso não dá pra tocar! Sabe, lá a terra não vale nada. Se aqui vale dez, lá vale um. Eu não troco um alqueire aqui por 50 lá! Lá só dá pra latifundiário, quem tem recurso! (...) Teve promessa de financiamento lá, mas não apareceu nada. Daí foram voltando, 90% da gente que foi naquela época voltou. (...) Sabe, o prefeito tinha fazenda lá, levô nós pra limpa as terra pra ele! Tinha um monte de gente daqui que trabalhava lá nas terra dele. Diz que a fazenda dele táva com 5 mil vaca. O prefeito queria fazer uma cidade lá, mas não deu certo. (...) Fiquei doente lá, peguei malária, quase morri! Não tinha hospital, tinha um galpão no povoado lá que davam remédio pra cavalo pra mim [risos] se não fosse um médico do quartel lá que tinha, eu tinha morrido. Eu ajudei a levar 15 pessoas que morreu no cemitério num dia no povoado. Água ruim, crime, disputa de terra, tinha jagunço... Teve muita gente daqui que morreu lá. (...) Mas teve gente que se deu bem lá. Teve um aí do Verê, ele vendeu equipamento, caminhão, trator... e foi para lá e tá rico lá. Teve gente que saiu de Renascença, venderam terra, tinha serraria aqui, e foi pra lá monta serraria, diz que tão rico. (...) [daqueles que voltaram] tem gente assentado na reforma agrária. A fazenda Vitória em Cascavel, tem bastante gente assentado daqueles que foram aquela vez junto pra Amazônia. Outros voltaram e ficaram na cidade, tão por aí trabalhando. Eu voltei, fui trabalhá numa fazenda aqui de agregado, senão, tinha passado fome, não tinha dinheiro, dos treze mil que levei não sobrou nada (Pedrinho dos Santos).

Podemos perceber, através da narrativa da trajetória socioespacial de Pedrinho, o papel exercido pelo Estado, através do INCRA, na doação das terras para esses pequenos produtores que saíram, sobretudo, de Francisco Beltrão, e as más condições que tiveram que enfrentar nessas terras, tais como a falta de ajuda técnica e de financiamentos do Estado, a falta de infra-estrutura nas propriedades, que aliado ao insucesso nas primeiras lavouras, formaram um conjunto de problemas que dificultaram o sucesso da apropriação e na “reterritorialização” na nova terra. Os migrantes, na sua maioria, sem muitos recursos financeiros, quando acabaram com o dinheiro levado de Francisco Beltrão tiveram que *retornar* ao Sudoeste paranaense para buscar auxílio com familiares, como abrigo e emprego para a sobrevivência, pois em “um lugar onde tudo estava por fazer”, como em Apuí, a maioria retornou, como nos disse Pedrinho.

A propaganda positiva do prefeito do lugar de destino foi esmorecida quando os migrantes chegaram a Apuí, e quando começaram a perceber que aquela *imagem* construída pelo *discurso* do prefeito não era verdadeira. O Estado, nesse caso, através do INCRA, simplesmente abriu o leque das possibilidades das áreas “disponíveis” doando terra, mas o comprometimento em financiar a instalação, em ajudar nas primeiras lavouras e em criar a infra-estrutura mínima para o assentamento das famílias, não se realizou.

Contudo, alguns daqueles migrantes que tiveram como mobilizar maiores *recursos* para a migração (vendendo terras, caminhões, tratores, serrarias etc.) de Francisco Beltrão para Apuí, conseguiram ascensão social e permaneceram na terra como informou Pedrinho: “Mas teve gente que se deu bem lá. Teve um aí do Verê, ele vendeu equipamento, caminhão, trator... e foi para lá e tá rico lá. Teve gente que saiu de Renascença, venderam terra, tinha serraria aqui, e foi pra lá monta serraria, diz que tão rico”. Isso demonstra que as condições não eram as mesmas para todos, para a reterritorialização nas terras dos projetos de Colonização da Amazônia. Aqueles migrantes com maiores condições, embora ainda sendo em número bem menor, conseguiram fazer com que a migração se tornasse uma realidade para acesso à terra e para ascensão social. Já aqueles que estavam passando pelo processo de expropriação, desterritorialização e precarização, não conseguindo mobilizar muitos recursos para a migração, acabaram retornando, como nos informou Pedrinho “Daí foram voltando, 90% da gente que foi naquela época voltou”. Esses migrantes retornados buscaram se inserir novamente na sociedade, alguns como proletariados, outros como agregados; e alguns conseguiram o retorno à terra em assentamentos (do movimento sem-terra) no Paraná, como informado.

Os problemas, portanto, foram muitos, principalmente no que se refere à *malária*, à perda da produção devido à muita chuva e à falta de estradas que acabaram levando muitos colonos a desistirem do lote e a voltarem para Francisco Beltrão e/ou para o Sudoeste paranaense. A malária, como ressaltou Pedrinho, “peguei malária, quase morri!”, foi uma das grandes dificuldades encontradas, pois “Não tinha hospital, tinha um galpão no povoado lá que davam remédio pra cavalo pra mim [risos] se não fosse um médico do quartel lá que tinha, eu tinha morrido”, ou seja, as condições de acesso a médicos e a remédios eram muito precárias, dificultando a “reterritorialização” de Pedrinho e de boa parte desses migrantes.

Por isso, é importante ressaltar (e *desmistificar*) que a *expansão da fronteira agrícola interessava a segmentos específicos*, como pecuaristas e donos de serrarias e madeireiras ainda hoje muito presentes nos estados da Amazônia. Assim, a migração dos desterritorializados para Apuí não tinha apenas preocupações em aliviar as tensões em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense dos desterritorializados do campo “doando” terras na Amazônia, mas, também, reproduzia *interesses* do mencionado prefeito de Francisco Beltrão que, sendo na época também pecuarista na Amazônia, direcionava migrantes paranaenses para trabalharem como mão-de-obra nas suas terras, além, é claro, do mencionado objetivo de criar uma cidade como nos informou Pedrinho: “Sabe, o prefeito tinha fazenda lá, levô nós pra limpa as terra pra ele! Tinha um monte de gente daqui que trabalhava lá nas terra dele. Diz que a fazenda dele táva com 5 mil vaca. O prefeito queria fazer uma cidade lá, mas não deu certo”.

É preciso, portanto, desmistificar e problematizar a idéia muito recorrente de que segmentos *específicos*, tais como, por exemplo, políticos oriundos do Sul do Brasil (e não só desta região, é claro) que tinham terras e empreendimentos no Centro-Oeste e na Amazônia ajudaram no deslocamento de migrantes sulistas para essas áreas sem interesses. A migração, nesse sentido, também participava como mobilidade da *força de trabalho*, de mão-de-obra sulista para atuar na abertura de fazendas, no desmatamento, nos trabalhos agrícolas, na pecuária, em madeireiras etc., que reproduziam interesses de uma classe hegemônica nacional que se instalava apropriando terras na *nova fronteira agrícola*.

Nesse sentido, percebemos desde o início de nossa conversa com Pedrinho uma visão *pessimista* do norte, em função do seu insucesso e decepção com a migração para a Amazônia. Essa condição de *transterritorialidade* o faz comparar o “aqui” com o “lá”, ou seja, Francisco Beltrão com Apuí. Nessas *comparações*, o migrante retornado não mede palavras para fazer elogios e afirmar a “*positividade*” em morar, viver e desenvolver relações em Francisco Beltrão e, por outro lado, não hesita em fazer afirmações “negativas” para Apuí. Assim, a *transterritorialidade* que Pedrinho carrega em sua *memória*, através de sua experiência migratória, o faz desenvolver relações e comparações entre os lugares por ele percorridos, por ele vividos. Lugares que em sua memória são “negativos” e “positivos”, “bons” ou “ruins”, em função de suas relações, de situações que estiveram inseridas em determinados contextos de desenvolvimento da agricultura brasileira, da modernização excludente e conservadora e das políticas de colonização da Amazônia.

Logo, sua trajetória demonstra a riqueza em retomar, através de seu depoimento, às relações tecidas na experiência migratória e sua condição de transterritorialidade, pois “Eu não troco a vida daqui [Francisco Beltrão] por lá [Apuí]. Aqui é muito melhor, lá não é fácil, aqui as coisas são bem melhores; eu não troco um alqueire de terra aqui por dez lá (...) lá eu não voltei mais e não volto” (Pedrinho dos Santos).

O depoimento demonstra a *transterritorialidade* migratória enquanto essa dimensão *tensa* entre o lugar de origem e de destino na migração. Nessa trajetória, se tratando de um migrante retornado, as experiências realizadas no lugar de origem não favoreceram a “reterritorialização”, o que resultou no retorno e, com isso, comparações de afirmação e negação que reafirmam a sua condição de territorialização em Francisco Beltrão, no retorno, como, por exemplo, através das afirmações do lugar de retorno e da negação do lugar onde a reterritorialização não foi possível, ou seja, em Apuí.

6.4 “De volta para o Sul”: o fluxo migratório paranaense para Santa Catarina

Com o desenvolvimento da industrialização e o aumento da urbanização a partir da década de 1970, de cidades no Sul do Brasil, especialmente de Curitiba, no Paraná, Joinville e Florianópolis, em Santa Catarina, e de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, houve o deslocamento, dentre outros locais, do interior do Paraná de fluxos migratórios em direção a essas cidades, que se tornaram *pólos* regionais de desenvolvimento atrativos, portanto, à *mobilidade* espacial da população, em função de sua necessidade de *força de trabalho* para atender a demanda das atividades industriais, do comércio e de serviços, fundamentalmente.

Neste contexto, migrantes gaúchos e catarinenses, que no período de 1940 a 1970 dirigiam-se de seus estados de origem para o Paraná viram, a partir da década de 1970, sobretudo, seus filhos e netos partirem rumo a capital paranaense Curitiba, a Joinville e Florianópolis, em Santa Catarina, e a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Houve vários fluxos migratórios de origem paranaense, e de Francisco Beltrão, portanto, para muitos lugares de destino que formaram um processo de multipolarização da mobilidade espacial dessa população nesse momento.

Francisco Beltrão, bem como muitos municípios do Sudoeste paranaense foram, a partir da década de 1970, os lugares de origem de muitos migrantes, especialmente jovens (homens e mulheres) que deixaram a zona rural para se deslocarem, em grande

parte, para a cidade de Joinville, em Santa Catarina. Esse deslocamento ocorre enquanto *mobilidade da força de trabalho* (como na concepção de Gaudemar [1977]) para atender a demanda da crescente e dinâmica industrialização desse município catarinense.

Essa migração de Francisco Beltrão e de municípios vizinhos¹⁹⁹ se constitui em um desdobramento do processo arrasador e excludente da “modernização da agricultura”, que desterritorializou muitos filhos de pequenos produtores rurais (da leva de migrantes gaúchos e catarinenses que chegaram no período anterior, entre 1940-1970 no Sudoeste paranaense). Esses jovens, a maioria da zona rural de Francisco Beltrão, sofreram com as mudanças técnicas e tecnológicas impostas ao campo a partir da década de 1970 que alterou, dentre outros aspectos, a divisão social e territorial do trabalho; por isso, esses sujeitos criaram e estabeleceram *redes* de relações sociais com parentes em Santa Catarina (pessoas, sobretudo, que haviam, também, migrado do campo catarinense para as cidades do Estado), aparecendo, neste contexto, a cidade de Joinville como grande pólo de *atração* desse fluxo migratório, em função, sobretudo, da sua industrialização latente e crescente.

De acordo com Magalhães (1996, p. 77), a partir da década de 1970, mas sobretudo em 1980, houve “deslocamentos de mão-de-obra migrante oriunda do Sudoeste do Paraná com destino aos centros industriais do norte de Santa Catarina”. Paralelamente aos fluxos migratórios com destino às áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste e do Norte do Brasil, afirma Magalhães (2003, p. 101), o Sudoeste paranaense também deslocou correntes emigratórias com destino aos estados vizinhos do Sul, em especial Santa Catarina, significando, em alguma medida, movimentos de retorno, mas, sobretudo, através do aumento do poder de atração das economias catarinense e gaúcha no contexto dos ciclos expansivos da industrialização dos últimos decênios, que atraíram e absorveram um grande contingente da população paranaense para os centros urbano-indústriais.

Segundo a autora, o destino e a participação dos emigrantes interestaduais do Sudoeste paranaense foi, no período de 1970/1980, de 71,5% para Santa Catarina e

¹⁹⁹ Segundo informações levantadas em entrevistas e conversas informais, os municípios do Sudoeste paranaense que tiveram pessoas que migraram para Joinville, em Santa Catarina, segundo informações obtidas com os migrantes, são: Francisco Beltrão, Enéas Marques, Dois Vizinhos, Salto do Lontra, Nova Esperança do Sudoeste, Verê, Itapejara do Oeste, Boa Esperança do Iguaçu, Santa Izabel do Oeste, Realeza e Ampére.

28,5% para o Rio Grande do Sul. A grande maioria dos deslocamentos foi de origem rural e de destino urbano, que constituíram 70% desse fluxo.

Alguns dados que coletamos junto ao IBGE em Francisco Beltrão – a partir dos Censos Demográficos – também demonstram esse quadro geral de deslocamentos migratórios de paranaenses, para os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em décadas mais recentes. No ano de 1991 havia, no estado de Santa Catarina, 172.208 pessoas que tinha o Paraná como o lugar de nascimento, sendo que destas 86.391 eram homens e 85.817 eram mulheres; já no ano de 2000, o número de residentes no estado catarinense, com lugar de nascimento no Paraná, eleva-se para 278.729 pessoas, sendo 138.951 homens e 139.778 mulheres. No estado do Rio Grande do Sul existiam, no ano de 1991, 49.311 pessoas que haviam nascido no Paraná, sendo 24.338 homens e 24.973 mulheres; já no ano de 2000, o número de residentes no estado gaúcho, tendo o Paraná como o lugar de nascimento, elevava-se para 72.738, sendo 36.778 homens e 35.960 mulheres.

Contudo, o que confere *singularidade* a Francisco Beltrão – segundo informações levantadas junto às entrevistas e conversas informais –, foi o volume de jovens paranaenses que se deslocaram, sobretudo, para a cidade de Joinville, em Santa Catarina. E assim, Francisco Beltrão teceu, através das relações de pessoas que saíram da zona rural para trabalhar em indústrias de Joinville, uma ampla *rede social* entre migrante e não migrantes, que ligou e “aproximou” os dois municípios com a produção de um território-rede. Numa tentativa de buscar demonstrar essa realidade pelas fortes ligações estabelecidas entre a rede de migrantes e não-migrantes de Francisco Beltrão e Joinville, é pertinente vislumbrarmos, por exemplo, a participação de paranaenses no ano de 2000, através dos dados da tabela 5, a seguir, no município catarinense.

Tabela 5: População total e população residente, e nascidos no Paraná, em Joinville – SC (2000).

Municípios	Total			Lugar de nascimento		
				Paraná		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Joinville	429.604	213.535	216.069	53.766	27.091	26.675

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Verificamos, assim, que do total da população residente em Joinville no ano de 2000, que era de 429.604 pessoas, 53.766 destas tinham como lugar de origem o estado do Paraná, ou seja, 12,5%. Isso demonstra, portanto, a relevância, no sentido geral, da participação de paranaenses na composição da população dessa cidade catarinense.

Desse modo, partindo dessa constatação geral do número considerável de paranaenses na composição populacional de Joinville, vejamos quais as relações que “aproximaram”, a partir da década de 1980, esse município a Francisco Beltrão em função da mobilidade da força de trabalho, fundamentalmente. Nesse sentido, um importante elemento para essa migração foram às *redes de ônibus* que ligaram esses dois “territórios”, ou seja, que conectaram Francisco Beltrão à Joinville e vice-versa. A “rede técnica” que fez essa ligação foram as linhas de ônibus. Verificamos através de uma matéria exposta pelo Jornal de Beltrão essa *conexão* entre as duas cidades pelas linhas de ônibus, em que estava “restabelecida a linha Sudoeste-Joinville”:

Através de uma liminar, a juíza federal Vera Luzia Feil, de Guarapuava, restabeleceu a continuidade da linha de ônibus que liga o Sudoeste à cidade catarinense de Joinville. A paralisação havia causado transtornos à população que se desloca nessa rota, uma vez que é grande a ligação entre as duas regiões e a empresa Cattani possui a única linha direta. O Sudoeste mantém grande ligação com Joinville em função do efetivo de mão-de-obra que fornece ao centro industrial catarinense; diariamente, saem pessoas de Francisco Beltrão a tentar a sorte em indústrias de Joinville, muitos beltronenses já estão por lá e continuam a levar outros (JORNAL DE BELTRÃO, 01/04/1995, p. 18).

Nesse contexto, também fomos informados, através das conversas com moradores beltronenses, que alguns ônibus particulares eram e são fretados e organizados todos os anos de Francisco Beltrão para Joinville, entre os meses de março e abril em função do feriado nacional da Páscoa, em que muitas famílias que têm parentes (filhos, netos, tios e sobrinhos) morando e trabalhando na cidade catarinense, se deslocam para visitar e “matar” a *saudade* dos parentes. Também de Joinville, todo final de ano são fretados e organizados ônibus particulares para que aqueles migrantes paranaenses se desloquem a Francisco Beltrão para visitar seus pais, tios, primos, enfim, os familiares. São redes de relações sociais entre migrantes e não-migrantes que poderíamos denominar de “redes da saudade”, em função do objetivo do deslocamento: “matar a saudade dos familiares”, rever os amigos e, para aqueles que retornam a Francisco Beltrão, para, também, “matar a saudade do lugar”.

Por isso, fomos em busca da pessoa que organiza(va) o ônibus todos os anos para a viagem de Francisco Beltrão a Joinville. Através de informações obtidas com amigos e/ou com outras pessoas que entrevistamos, encontramos Lúcia Mendes, a pessoa responsável pela organização da viagem de ônibus a Joinville, em todos os anos. Chegamos em sua casa “sozinhos” e a encontramos lavando roupa; a mesma nos recebeu, no início, com a desconfiança normal de um encontro inesperado, mas que foi sendo superado com o desenrolar da conversa.

Assim, foi sentado na varanda de sua casa que começamos indagando “porque começaram a organizar o ônibus para ir a Joinville-SC?”:

É que a gente tem os cunhados, os filhos, os parentes tudo para lá [Joinville]; daí eles organizam ônibus no fim do ano para vim para cá (...) no natal eles vêm pra cá. (...) E a gente organiza outro ônibus aqui para ir para a páscoa para lá. O ônibus que a gente pega é sempre um ônibus grande para quarenta e poucas pessoas, mas agora não tá dando mais tanto, né? Porque os outros tão ficando tudo mais bem de vida, daí tudo tem carro, daí vão de carro. Daí esse ano [2008] foi só um ônibus daqui de Beltrão. (...) Primeiro, antigamente, ia bastante, né? Ia muita gente. Teve ano que foi mais de um ônibus. Agora teve o Paulo Mendes, de Nova Esperança [do Sudoeste], ele foi com dois [ônibus] este ano [2008], porque, primeiro a gente pegava até, claro os parente nosso, de comunidade do [interior] de Salto do Lontra, da Santa Terezinha que tem filho pra lá, que tem tio, primo pra lá (...). E agora que o Paulo Mendes pega da Nova Prata os ônibus de lá, daí já tem gente pegando de lá e de outros municípios, mas, ele sempre, todo ano vai com dois ônibus, todo ano pra Joinville. (...) Mas, já tem muito hoje que vão de carro próprio, daí já pega companheiro que tem parente lá pra dividi a gasolina, né? É que estes vão pra lá quando querem, quando sabem que tem gente de férias aqui ou lá, daí vão (...). Por volta de 35 anos [ou seja, 1973] que o primeiro parente foi pra lá. É, porque ele foi solteiro, ele já tem um piá com 16 anos (Lúcia Mendes).

Percebemos que a organização do ônibus de Francisco Beltrão a Joinville está (e esteve) condicionada à visita aos parentes que migraram para Joinville. Esse foi o principal motivo que levou Lúcia a começar a organizar a viagem, pois “É que a gente tem os cunhados, os filhos, os parentes tudo para lá [Joinville]”; a organização do ônibus, portanto, leva pessoas da cidade bem como das comunidades da zona rural de Francisco Beltrão e de outros municípios vizinhos. Também, ela ressaltou que outras pessoas – citou o nome de Paulo Mendes – que organizam ônibus que passam em outras cidades do Sudoeste paranaense rumo a Joinville para visitar familiares que lá estão, como quem “tem filho pra lá, que tem tio, primo pra lá”, como ressaltou Lúcia.

Nesse sentido, Lúcia Mendes começou a organizar o(s) ônibus para Joinville em função de seus filhos estarem lá, e também do grande número de pessoas de Francisco Beltrão e de cidades vizinhas que tem familiares na cidade catarinense. Assim, perguntamos “que motivo levou seus filhos a migrarem para Joinville-SC?”:

Pra trabalhá! Na roça não tava dando nada e emprego não tinha (...). É porque o nosso sítio era muito ruim. Era muito morro, né? Só pra trabalhar de arado, né? (...) A maioria foi porque na roça não tinha mais emprego, né? A maioria dos colono tinha poca (sic) terra e com uma filharada, então começaram a ir para lá (...) Eles trabalham numa indústria, os dois filhos trabalham lá e uma filha (Lúcia Mendes).

A mobilidade foi, portanto, condicionada pelo trabalho e situada no interior das redes sociais. Através das transformações na estrutura produtiva que acarretou a crise territorial na pequena propriedade na agricultura de Francisco Beltrão, ocorreram inúmeras transformações territoriais que expropriaram muitas famílias de pequenos agricultores, acarretando, portanto, a desterritorialização, como apontado, por exemplo, na família de Lúcia Mendes, com a migração de seus filhos para Joinville.

Assim, entendemos que essa mobilidade da força de trabalho esteve *permeada* por *redes de relações* sociais, especialmente através dos *vínculos* familiares e contatos de amizade; Lúcia Mendes assinalou que seus filhos foram para Joinville em função dos parentes que já estavam lá e da ajuda que receberam dos mesmos, no início, para a reterritorialização no novo lugar; a ajuda foi realizada desde o novo lugar para morar, quando seus filhos moraram com os parentes, até a inserção social através das *informações* disponibilizadas pelos familiares para conseguir um emprego, pois, como afirma Lúcia:

Chegou lá só com a roupinha dentro da mala. (...) Foram tudo de mão abanando, só com o dinheiro da passagem; chegar lá e parar com os parentes, porque não tinha dinheiro para pagar a pensão. Parar com os parentes até o primeiro mês de receber, até que foram se fazendo, tudo solteiro (Lúcia Mendes).

Conforme considera Pedone (2003, p. 103), é importante percebermos as *estratégias* migratórias desenvolvidas na mobilidade que contemplam os vínculos de parentesco e as alianças desenvolvidas através das relações pessoais.²⁰⁰ A estratégia

²⁰⁰ No original: “El estudio de las estrategias migratorias contempla los vínculos del parentesco, las alianzas y las relaciones personales”.

desenvolvida foi a ajuda adquirida com os parentes que constituiu um *trunfo espacial* para os filhos migrantes de Lúcia, ou seja, os *vínculos de parentesco* foram *apoios fortes* para a reterritorialização econômica (do emprego), mas, também, cultural (afetiva) e política (das novas relações de poder, como as permeadas por novos conflitos cotidianos) desses sujeitos em Joinville. A trajetória socioespacial da migração dos filhos de Lúcia, demonstra, ainda, que não há um *único “ponto”* de destino, mas que existem *lugares intermediários recorridos* que se constituem em referências espaciais de apoio, em que os migrantes *otimizam* oportunidades através de informações obtidas com parentes e/ou amigos e que potencializam a re-inserção social e a reterritorialização no novo lugar.

A mobilidade ocorreu em função do trabalho, sem dúvida, condição que é inerente ao e/imigrante, que é a “razão” de *ser* migrante, como ressalta Sayad (1998), mas, que, no entanto, esteve entrelaçada por dimensões subjetivas e objetivas, numa dialética que entrelaça dimensões econômicas, políticas e culturais, pois se constitui no interior de contextos, diversas situações circunscritas aos lugares de origem e de destino e as relações estabelecidas nestes lugares com migrantes e não migrantes. Criou-se, com isso, como afirma Pedone (2003), um “espaço social” que é o lugar de interação entre os indivíduos (migrante e não-migrantes) e que, com isso, *transcende* os lugares de origem e de destino na migração criando, através de uma relação dialética, o “espaço social” de solidariedades (mas que também pode ser de conflitos), através das redes de relações de parentesco, de amizade, pessoais, enfim, de relações sociais.

Essa mobilidade, também, esteve condicionada por *negociações* no interior do âmbito *familiar* entre filhos e pais, por exemplo, como informa Lúcia Mendes em sua narrativa, que demonstra, também, as relações familiares como a *ajuda*, a amizade e a disponibilidade de *informação* entre irmãos e familiares para a migração:

O primeiro que foi pra lá [Joinville] foi o meu cunhado, mas era solteiro também. Esse meu cunhado era muito amigo com os meus filhos e, daí a mulher dele, minha filha, foi pra lá e chorava muito, daí convidaram um dos meus filhos para ir para lá. Aí meu filho foi e viu que lá tinha parente e foi embora pra lá. Foi morá lá com a Ivone, até ela acostumar lá, e daí arrumô um emprego, emprego bão. Daí de repente, dali um mês, ele [o filho] veio, chego de madrugada, daí foi lá em casa e falou pro meu rapaz, meu outro filho: “Airton, eu vim te buscar pra tu ir trabalha pra lá, já ficou serviço arrumado, nos chegamos lá [em Joinville] segunda de manhã, já de tarde pode trabalhar, tu quer ir?”. O Airton disse que “sim”, que queria ir; aí meu filho que veio de Joinville falou: “Então tu vá arrumá as roupas e

viajamos hoje de noite, porque eu vim só te buscar, não posso falta do serviço”. Aí eu comecei chorá, lembro até hoje, parecia que eu ia ficá louca, nunca um filho tinha saído de casa e agora dois iam sair. E, era o mais novo dos três rapazes, dezoito anos. Aí ele foi dizer adeus e falou: “Se é pra mãe ficar desse jeito, se a mãe não quer que eu vá, eu não vou”. Então, daí eu disse “vai”. Porque a gente é pobre, não pode dar as coisas, aí eu disse que “vai”. (...) se fosse que nem hoje, que tem telefone que a gente podia falar, é que a gente morava na roça e, tongo (sic), nem sabia o que era telefone. Daí se animou em ir. Daí quando tavam bem arrumado, compraram uma casinha, vieram buscar uma das meninas fazer o serviço da casa pra eles, porque morando só os dois era difícil; daí levaram ela e depois de trinta dia arrumaram serviço pra ela. Mas, daí começou a despinguêlá (sic) gente pra lá, a turma viu que eles começaram a se dar bem, limpou os parentesco, ficou só os velho que não podiam mais saí. (...) Tudo saíram da roça. Meu Deus, lá da Bela União [comunidade do interior de Francisco Beltrão] limpou, era triste, ficou só velharada, a gente ia na igreja não via mais rapaz, era só as crianças e os velhos, porque os rapaz não existiam mais (Lúcia Mendes).

É importante perceber que a migração “começou” com o deslocamento de um parente da família de Lúcia Mendes (um cunhado), que ao se reterritorializar em Joinville, começou a estabelecer *contatos* com seus filhos, pois “era muito amigo com os meus filhos” e, assim, criava-se um “corrente” na medida em que migrava um de seus filhos e se reterritorializava em Joinville com a ajuda de parentes, este vinha buscar o outro, num processo que estabelece uma rede de relações sociais que acabam criando canais de comunicação e de informação através dos vínculos fortes familiares (entre irmãos), que otimizam oportunidades de inserção social econômica, política e cultural no novo lugar.

Contudo, como considera Pedone (2003), a *família* é um *espaço de conflito* e de *negociação*. Como podemos perceber através da narrativa, quando seu primeiro filho que estava em Joinville veio para Francisco Beltrão buscar seu irmão, que “era o mais novo dos três rapazes, dezoito anos”, a *tensão* pela saída de mais um dos filhos do convívio familiar fez com que a mãe resistisse, no primeiro momento, à partida do filho: “Aí eu comecei chorá, lembro até hoje, parecia que eu ia ficá louca, nunca um filho tinha saído de casa e agora dois iam sair”; essa partida, no entanto, foi *negociada* quando o filho afirmou: “Se é pra mãe ficar desse jeito, se a mãe não quer que eu vá, eu não vou”; logo, é no interior de uma *negociação* no âmbito familiar que Lúcia Mendes *deixou* mais um filho seu migrar, justificada, segundo ela, pela *precariedade* das condições em que a família vivia: “Porque a gente é pobre, não pode dar as coisas, aí eu disse que ‘vai’”. Assim, é também no interior do *espaço* familiar que são tramadas as

relações de conflito, de apoio, de ajuda e de negociação que *podem* possibilitar ou impossibilitar a migração.

Nesse contexto, os *contatos* estabelecidos, os *vínculos* e a *informação* disponível são elementos fundamentais para compreender as trajetórias socioespaciais na/da rede de relações sociais tecida na migração. Assim:

A mobilidade do trabalho, na maioria dos casos, se concebe como um processo de construção gradual de uma rede. As redes conectam indivíduos e grupos distribuídos em diferentes lugares e otimizam oportunidades econômicas através de deslocamentos múltiplos. A rede não pode ser concebida apenas socialmente, mas, também, espacialmente; e, neste caso falamos de trajetórias. A reconstrução das trajetórias socioespaciais nos permite observar que, em numerosas ocasiões não há um único ponto de destino e que existem lugares intermediários recorridos que se constituem em referências diversas para os migrantes (PEDONE, 2003, pp. 125-126).²⁰¹

Na inserção ao mercado de trabalho no lugar de destino também participaram as *representações* e os *estereótipos* de migrantes considerados trabalhadores e não trabalhadores.²⁰² As representações *podem* possibilitar *ou não* a inserção ao trabalho na sociedade receptora em função das “positividades” ou “negatividades” que o migrante traz do lugar de onde veio. Nesse sentido, na migração de paranaenses para Joinville, também participaram a representação de paranaense trabalhador. É importante percebermos essa singularidade, na medida em que muitas vezes o Sul do Brasil, ou seja, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são *representados*, quando os sulistas emigrados estão em outras regiões do país, como uma sociedade homogênea do ponto de vista da ética do trabalho. Entretanto, é importante desmistificar que no interior da região Sul existem muitas diferenças, como demonstrado através da migração paranaense do Sudoeste do Paraná para Joinville em Santa Catarina. O *paranaense* neste município foi *representado* como sujeito trabalhador e, isso,

²⁰¹ No original: “La migración laboral, en la mayoría de los casos, se concibe como un proceso de construcción gradual de una red. Las redes conecta individuos y grupos distribuidos en diferentes lugares, lo que optimiza sus oportunidades económicas a través de desplazamientos múltiples. Esta red puede ser concebida no sólo socialmente, sino también, espacialmente; en este caso hablamos de trayectorias. La reconstrucción de las trayectorias socioespaciales nos permite observar que, en numerosas ocasiones, no hay un único punto de destino y que existen lugares intermedios en los recorridos que se constituyen en diversos referentes para los migrantes”.

²⁰² Goettert (2004), estudando a migração gaúcha para o Mato Grosso, assinalou a importância das *representações* que *podem* ou *não* abrir portas para o mercado de trabalho formal ou informal no lugar de chegada dos migrantes. Mas, especificamente, assinalou a *representação* criada do *gaúcho trabalhador* no Mato Grosso que potencializou e possibilitou, para muitos, conseguirem serviço/emprego em função de sua origem sulista; a representação do gaúcho trabalhador se desdobra com a centralidade da ética do trabalho, da organização (povo ordeiro), da limpeza e da inteligência.

possibilitou para muitos, de acordo com as informações obtidas, conseguirem trabalho rápido nessa cidade. Ou seja, a representação auxiliou os paranaenses (e, portanto, a representação do território do Paraná), para a inserção nesse mercado de trabalho catarinense, como nos disse Lúcia:

Lá, chego na firma, que fala que é do Paraná, mas, não refugam. Diz que são mais trabalhador. É só dizer que é do Paraná que já arruma serviço rápido. (...) Tudo trabalha em indústria, tem muita indústria lá. Paranaense entra fácil lá, eles gostam de paranaenses (Lúcia Mendes).

Contudo, as relações *culturais* também são fundamentais na reterritorialização dos migrantes nos lugares de destino; são as relações da festa, da amizade, da afetividade, do amor, que podem possibilitar ou até mesmo impossibilitar a reterritorialização no novo lugar. Lúcia Mendes, por exemplo, apontou que a viagem dos familiares a Joinville tem caráter de *confraternização* e, por extensão, da festa entre os parentes, marcada, sobretudo, pelos jogos de futebol entre os migrantes e não migrantes de Francisco Beltrão, “os parentes”, contra pessoas oriundas de Joinville, “os estranhos”, pois:

(...) eles [os familiares] sempre vão pra mode de jogo (sic) [de futebol]. (...) Tudo gosta de jogar bola. Daí os parente jogam contra os estranhos lá. Junta os parentes daqui [de Francisco Beltrão], com os de lá [de Joinville], e joga com os estranhos lá. Daí, se junta os parente daqui com os nosso lá, às vezes fazem dois jogos até, um dia joga os parente contra os estranhos, outro dia fazem aquele jogo tudo misturado, é uma festa (Lúcia Mendes).

Como considera Martins (1986a), o migrante só se re-territorializa quando a festa é levada e desenvolvida no novo lugar. Desse modo, considerando a festa enquanto espaço de múltiplos tempos, como reitera Goetttert (1999)²⁰³, podemos considerar que foram criadas ou recriadas relações, como as do futebol, através da interação em rede de *afetividade* de Francisco Beltrão para Joinville. São

²⁰³ Goetttert (1999), compreendendo o espaço – a partir da afirmação de Milton Santos (1997, p. 83), “como uma acumulação desigual de tempos” – analisou uma festa no Rio Grande do Sul, no interior de uma pequena comunidade rural, considerando-a enquanto espaço de múltiplos tempos através das inúmeras relações que se encontram (e até desencontram). São, portanto, várias as temporalidades na festa que se encontram e se articulam, pois, “Nos múltiplos tempos possíveis de verificação naquele espaço, o tempo do mercado e do lucro (econômico) estão presentes; o tempo da visita do prefeito e de vereadores, assim como as discussões a respeito da “política” é notável (político); e o aspecto social está subjacente na própria condição dos moradores (pequenos agricultores) e dos visitantes (na maioria pequenos agricultores e trabalhadores urbanos)” (p. 143).

temporalidades que se tornaram diferentes (separadas e diferenciadas, em parte, pela mobilidade) entre migrantes e não migrantes, entre migrantes em Joinville e entre familiares que ficaram em Francisco Beltrão. São “tempos” e “espaços” que se encontram para uma confraternização através do “jogo de futebol”, que serve como baliza para o re-encontro e para a re-territorialização desses migrantes paranaenses em Joinville. Por isso, a festa também é um momento de ruptura com o *cotidiano* muitas vezes sofrido com o tempo do trabalho; é o tempo em que o migrante em Joinville recebe seus familiares para a confraternização, para “matar a saudade”, para rever os familiares, para os “jogos de futebol” que são, como afirma Lúcia, “uma festa”.

Ademais, podemos considerar que o futebol nesse processo de interação em rede na migração aparece como uma espécie de um “tempo ritualizado”, pois nas comunidades da zona rural de Francisco Beltrão (e de outros municípios do Sul do Brasil) era comum a reunião, aos sábados e/ou domingos, para o jogo de futebol. Era o momento da confraternização entre aquelas pessoas (agricultores) que se reuniam para jogar futebol e “colocar o papo em dia”. Considerando que boa parte destes migrantes eram filhos de agricultores e que, portanto tiveram uma relação muito presente com essa forma de confraternização que mistura amizade e esporte, os jogos de futebol em Joinville entre migrantes e não migrantes, entre “parentes” e “estranhos” servem para reviver um tempo e um espaço que fazem parte da memória, das lembranças das práticas sociais que desenvolviam nas comunidades rurais.

Neste contexto, essa relação com as visitas de parentes aos finais de ano, com as festas e com as confraternizações através dos jogos de futebol, apresenta a condição de *transterritorialidade* dos migrantes de Joinville que, de acordo com as informações de Lúcia Mendes, querem voltar para Francisco Beltrão quando conseguirem se aposentar:

Querem voltar. No momento que eles fizerem os anos que conseguir se aposentar, mas, vem já de volta! Não gostam de lá. É que nem eles dizem: “a gente tá lá por causa do trabalho”. Tão lá por causa do emprego, ganha bem em vista daqui. Ganha bem lá, mas a vontade deles é vim pra cá, é de voltá logo (...). Esse primeiro meu cunhado que foi pra lá, ele não voltou ainda porque a mulher não quer, mas ele já encaminhou os papéis da aposentadoria e tá só esperando pra se aposentar pra voltar. Mas ele, por ele já tinha vindo há muito tempo, mas ela não vem, porque diz que custô muito acostamá lá, agora os filhos já casaram, já tão tudo colocado lá. Mas, ele é doente (sic) pra vim pra cá. Às vezes ele pega atestado só pra poder vir pra cá, de tanto que gosta de vim aqui. E os meus [filhos] também são tudo loco (sic) para vim pra cá. Tem o meu genro também, ele era do município de Nova Prata, ele diz que quando se aposentar, ele não vê a hora de

comprar uma chácara aqui e vir embora. (...) Eles querem voltar porque aqui dizem que se sentem em casa. Lá apesar de ter parente parece que tão entre estranho. Que é outro lugar, que gostam só para trabalhar, que tem parente aqui, os pais principalmente e que aqui é mais tranqüilo pra viver o resto da vida (Lúcia Mendes).

O migrante convive com essa *tensão* entre os lugares de origem e de destino; convive com essa condição dúbia e contraditória de estar cindido entre dois lugares, entre *ser* de dois lugares e não ser de nenhum ao mesmo tempo. Essa *transterritorialidade* é demonstrada através da fala de Lúcia, sobre seus filhos e seu cunhado que anseiam em voltar! Em voltar algum dia para Francisco Beltrão, para o “seu lugar”. Como nos diz Lúcia, os *desejos* e sonhos de seus filhos, “No momento que eles fizerem os anos que conseguir se aposentar, mas, vem já de volta! Não gostam de lá. É que nem eles dizem: ‘a gente ta lá por causa do trabalho’”. A volta para esses migrantes apresenta-se na relação contraditória na mobilidade através da transterritorialidade que une e separa dois lugares, várias pessoas e várias relações sociais. Ao não gostarem de “lá”, de Joinville, demonstram a mobilidade forçada que sofreram e do processo de desterritorialização que reterritorializa esses migrantes, mas que pode ser uma reterritorialização relativa na medida em que “não se sentem em casa”; são, portanto, condicionados a migrar pelo trabalho, única razão de ser e/imigrante.

Também, é importante observar que Francisco Beltrão se torna o lugar da saudade, pois, como informa Lúcia, seu cunhado “é doente (sic) pra vim pra cá. Às vezes ele pega atestado só pra poder vir pra cá, de tanto que gosta de vim aqui. E, os meus [filhos] também são tudo loco para vim pra cá”. Através condição de transterritorialidade que os migrantes carregam, há a *vontade* e o *desejo* de voltar; do voltar para rever os familiares e amigos e, portanto, para voltar ao lugar de origem: Francisco Beltrão. O migrante, deste modo, cria estratégias para rever o seu lugar pois a volta aparece enquanto linha de fuga de Joinville, da sua mobilidade forçada; é o retorno “umbilical”, é o retorno a “raízes”, a aqueles que o prendem (familiares e amigos) e, portanto, com o lugar Francisco Beltrão, com o território que foi, em um momento, desenraizado. No entanto, esse voltar é sempre idealizado, pois o lugar não é mais o mesmo e nem o migrante o é. Mudou-se o lugar, mudou-se o migrante. O retorno, portanto, para o migrante, pode ser prazeroso e/ou conflitante.

A *condição* de *transterritorialidade* para o migrante cria expectativas do retorno ao lugar aonde “tudo começou”; entretanto, essas expectativas podem ou não ser

realizadas. Contudo, o que podemos verificar através dessa trajetória espacial é que a transterritorialidade é uma relação que *transcende* o lugar de origem e de destino, pois é uma condição ambígua e *tensa* de sentimentos, de desejos, de representações, enfim, de relações entre o “aqui” e o “lá”, entre a *ausência* e a *presença* que processa a *transterritorialização* e, portanto, da *condição paradoxal* de que fala Sayad (1998), de *ser e/imigrante* concomitantemente. Há, portanto, o embaralhamento das referenciais espaciais e sociais.

Nesse contexto, Lúcia apontou, também, que em Joinville há uma *concentração espacial* de paranaenses em bairros periféricos da cidade:

A maior parte dos paranaenses moram no bairro Escolinha, daí os meus [filhos] moram no bairro Paranááguamirin (sic), daí, tem bastante paranaense e bastante dos nossos parentes no bairro Pinheiro, no [bairro] Aventureiro, no [bairro] Paraíso. No bairro Escolinha é o que tem mais parente, a maioria dali da Bela União [comunidade do interior de Francisco Beltrão] (Lúcia Mendes).

Assim, o bairro denominado Escolinha é, como informado, o que concentra o maior número de paranaenses, inclusive é o que tem o maior número de beltronenses. Isso foi resultado, pelo que nos informamos, da ajuda entre os parentes que foram sendo reterritorializados próximos uns aos outros, e em bairros periféricos onde o preço do aluguel e de imóveis são mais acessíveis para a renda dos migrantes.

De acordo com Lúcia, contudo, boa parte dos paranaenses que emigraram para Joinville é relativamente melhor do que quando mudaram, em sua maioria conseguiram juntar alguns bens (casa e carro, principalmente) e algum dinheiro a custa de muito trabalho e de um modo de vida que muitas vezes é de privação/contenção de gastos. Entretanto, houve, também, alguns casos de retorno de migrantes, como assinalou nossa entrevistada:

A maioria que estão lá se deram bem, mas, teve vizinho nosso que foram pra lá no tempo que os meus piá foram, que foram, ficaram anos lá e voltaram e tão aí, só tem os braços e a boca. Tão aqui de volta, voltaram. Porque o que faziam gastavam em festa (Lúcia Mendes).

No entanto, foi conversando com outras pessoas em Francisco Beltrão que descobrimos que foram construídos e estabelecidos preconceitos, por parte dos

catarinenses, aos migrantes paranaenses que se deslocaram para Joinville, como nos disse Josefina:

Preconceito contra paranaense que foram pra Santa Catarina tem. Foi muita gente daqui trabalha pra Joinville e ali por perto, há uns 20 anos atrás, até mais. Foi muita gente pra serviço braçal, sem especialização, a maioria saiu do campo, e o pessoal lá achou que o povo que ia daqui era meio grosso por isso, meio sem cultura (sic). Parece que qualquer coisa de errado que acontecia, eles dizem: “Tem que ser paranaense mesmo”. Hoje continua indo gente pra Santa Catarina, mas já vai com mais especialização, com mais cultura, digamos que é uma segunda leva que tem mais noção porque a primeira leva é que levou mais esse preconceito. E, depois, já faz uns 20 anos que eles pegaram essa impressão do paranaense, então vai ser difícil tirar essa impressão do paranaense, eles se acostumam com essa visão, né? (Josefina Maria Maffessoni Mezzomo).

Assim, o paranaense trabalhador serve para a acumulação do capital e, por isso, para o serviço braçal para a industrialização da cidade catarinense; por outro lado, o contato de paranaenses emigrados de Francisco Beltrão, por exemplo, revela as relações de tensão e de identidades que foram acionadas para demarcar as diferenças entre catarinenses, de um lado e, do outro, de paranaenses. Ao ser representado enquanto trabalhador, o migrante paranaense em território catarinense também carregou a identidade “do grosso”, ou seja, isso demonstra os choques culturais, de poder e de visões de mundo entre diferentes identidades territoriais que foram acionadas: a do paranaense e a do catarinense; são relações que foram tecidas pelos contatos, pelo conflito e pela alteridade dessas duas identidades territoriais e culturais.

Assim, percebemos a *transterritorialidade* da migração através das relações sociais que transcendem os lugares e os tempos de origem e de destino na migração. São múltiplas as dimensões que se constituem através das teias sociais que delimitam e instituem um território-rede construído por migrantes e não migrantes, entre parentes e amigos na migração paranaense para o território catarinense.

6.5 A desterritorialização do caboclo no processo de modernização

Os caboclos, com a migração gaúcha e catarinense, como demonstramos no capítulo anterior (item 5.5), perderam suas relações com a terra de domínio territorial para uma nova sociedade, com outro tempo e outro espaço que se territorializou através de um processo complexo de imposição sócio-territorial. O que se objetiva aqui, portanto, neste contexto, é o entendimento da cultura cabocla no período histórico atual da sociedade, em que a economia de mercado – com o processo de modernização – mostra-se cada vez mais agressivo no que diz respeito à *homogeneização* cultural de territórios, conforme ressalta Ortiz (2006).

Personagem que historicamente foi estereotipado pela sociedade moderna enquanto “preguiçoso, sujo e atrasado”, o caboclo teve participação no uso, na apropriação e no domínio territorial através de muitas relações desenvolvidas em Francisco Beltrão. Nesse contexto, objetivamos compreender nesse item a desterritorialização do caboclo frente ao processo de modernização que acarretou inúmeras transformações sociais e territoriais em Francisco Beltrão e, com isso, demonstrar de que forma historicamente deu-se sua re-territorialização no município, mesmo que precária.

O caboclo no Sudoeste paranaense, durante o período de 1900 a 1940, não tinha o trabalho como centro de sua existência, trabalhava em torno do mínimo vital, isto é, o mínimo para sua subsistência; foi o período hegemônico da natureza onde imperou o tempo lento desses sujeitos através de uma relação de complementaridade com a floresta. Em seu modo de vida não havia sentido a acumulação de capital, daí que sua prática sócio-territorial não se posicionava na mesma lógica e medida que a racionalidade capitalista e moderna se desenvolveu.

A partir de 1970, com a implantação no campo de insumos de origem industrial característicos da Revolução Verde, houve a destruição massiva da cobertura florestal, acentuada de forma drástica pela adoção dos pacotes tecnológicos que se impuseram como novo padrão produtivo dominante. Essa destruição ambiental e de mudança na técnica e tecnológica acarretou, também, a desagregação do modo de vida caboclo, apoiado na posse da terra e na floresta, seu território. Esses novos padrões produtivos, ainda, se fundamentaram em uma ética do trabalho e da propriedade familiar que moldou a “experiência comum” de uma sociedade de descendência européia, em praticamente toda a região Sul do Brasil.

Neste contexto, com a migração gaúcha e catarinense a partir da década de 1940 para o Sudoeste paranaense e, com isso, com a implementação de uma racionalidade moderna, houve cada vez mais a necessidade de acumulação de capital por um modo de vida organizado em torno de um processo civilizacional; é claro que nem todos os migrantes gaúchos e catarinenses acumularam capital, pois os atores hegemônicos que se consolidaram “capitalisticamente” foram alguns comerciantes, alguns agricultores (especialmente os com maiores quantidades de terras), alguns políticos e donos de indústrias. Logo, o caboclo, nesse processo, tornou-se agregado e/ou trabalhador assalariado desintegrando o seu modo de vida ligado à pesca, à caça e à coleta; com isso, é *forçado* (e/ou até mesmo em alguma medida atraído) a ser inserido no mundo da mercadoria, o que acarreta a *desintegração* de grande parte do modo de vida do caboclo no Sudoeste paranaense e, por extensão, em Francisco Beltrão.

Nesse processo, um primeiro passo dos caboclos e seus descendentes (filhos e netos) foi o assalariamento no campo, já no período de 1940 a 1970, tendo em vista que muitos venderam e/ou perderam à “força” suas propriedades para os migrantes gaúchos e catarinenses; portanto, se tornaram mão-de-obra para esses. O assalariamento ajudou, também, a mobilizar esses sujeitos e seus descendentes diretos (filhos e netos) do campo para a cidade; famílias de caboclos foram para a cidade, além do que, a partir da década de 1970, com a adentrada arrasadora da “modernização da agricultura” reduziu-se drasticamente a utilização de sua mão-de-obra na agricultura. O caboclo virou, na cidade, mais um expropriado e desterritorializado oriundo do campo, morando em bairros periféricos de Francisco Beltrão bem como de muitas outras cidades do Sudoeste paranaense.

Elza Comunello, uma das moradoras mais antigas do fluxo migratório de gaúchos e catarinenses em Francisco Beltrão, apontou elementos sobre o derradeiro paradeiro dos caboclos:

Ah! Mas aquilo lá os velho faleceram tudo, e a netaiada (sic) nem se sabe onde que ton. Tem o Faedo que tinha uma família grande, apesar que morreram os quatro, que eu sei, e o resto desapareceram, foram andando (sic). E, depois morreu os pais e os filhos dessa gente velha, porque, se quando eu vim já tavam com 60 anos, eu tinha 20 e ton com 83, calcule? Os velho já não têm mais nem rastro e a filharada mais velha que já tinha, também acabô, né? Então, ficou os neto os bisneto desses caboclo. (...) Então, assim foi destruindo e terminando a família, esses jovens não se interessam de saber como é que eram, né? (Elza Comunello).

Sob o ponto de vista da migrante gaúcha, a desintegração do modo de vida do caboclo ocorreu pela morte dos mais velhos e pelo não interesse dos mais jovens em saber como era a cultura de seus descendentes. No entanto, apontamos que várias relações de poder estiveram entrelaçadas e permearam esse processo de encontro e desencontro entre o modo de vida caboclo e o modo de vida dos gaúchos e catarinenses, que fizera com que este último, num processo de “luta” e de conflito, se impusesse sobre o primeiro. Há, portanto, claro e disfarçadamente, como ressalta Langer (2007), o *encobrimento* pelos atores hegemônicos (políticos, comerciantes e agricultores mais bem sucedidos) das relações impostas pelo modo de vida que se territorializou enquanto “superior” dos gaúchos e catarinenses e que *desintegrou* a cultura cabocla.

Outro entrevistado, também oriundo do fluxo migratório gaúcho e catarinense, apontou a expropriação/desterritorialização que os caboclos sofreram e a migração destes para a cidade:

Olha, aquelas pessoas na verdade do meu tempo é, quando eu vim do Rio Grande [do Sul], aquelas pessoa que nós conhecia já eram velhos, então aqueles lá foi morrendo, daí veio vindo os filho, os neto que foi tenta, um parte dessa gente, a sobrevivência na cidade. Porque hoje, tão aqui enfiado nas favela esse povo. Os netos, os filhos daquelas pessoas lá, que eram meio posseiro, foi perdendo a terra e veio pra cidade. Hoje uma parte tão aqui no [bairro] horto [Padre Ulrico] mesmo os descendente daquelas pessoa. Porque a maioria tão por aqui (...). Com certeza aqui tem várias pessoas por aqui. Porque você vê: naquele tempo quem não tinha terra era arrendatário, né? (...). Então, quando você não queria ficar na terra vendia pro outro, era assim, né? (...). Daí o bem pobre que tinha naquele tempo, a caboclada, não tinha dinheiro nem pra construir uma casa, né? Como nós tava comentando antes, fazia uma casa de pau-a-pique. E, depois, quando foi vindo as época dos agrimensor, tinha que vender e pagar, aquelas pessoas foi entregando aquilo direitinho, não tinham dinheiro pra medição da terra, e daí ficaram de agregado, começaram a trabalhá pros outro. Viver era fácil naquela época, caça tinha, pesca tinha, plantavam mandioca, podiam até colher, plantavam um pé de batata dava bem, então ia sobrevivendo (Salvador Verdi da Costa).

Segundo Salvador, aqueles primeiros caboclos, que conheceu no período que chegou ao Sudoeste paranaense, em função da idade avançada, já estão, a maioria, mortos. Grande parte, com um modo de vida que não visava o acúmulo de bens, do ponto de vista da lógica da mercadoria e do mundo civilizacional, “eram paupérimos”, só tinham a posse da terra mesmo enquanto capital; quando esta foi perdida/vendida, toda a sua “fórmula de sobrevivência” que o ligava à floresta foi destruída. Com o

processo de “modernização”, como aponta Salvador, os caboclos não tiveram condições de legalizar, por exemplo, a propriedade da terra frente a um processo de cadastramento de imóvel rural, pois “quando foi vindo as época dos agrimensor, tinha que vender e pagar, aquelas pessoas foi entregando aquilo direitinho, não tinham dinheiro pra medição da terra, e daí ficaram de agregado, começaram a trabalhá pros outro”; ou seja, o processo de expropriação do caboclo e da perda da terra (seu território) esteve ligado a um processo *multidimensional* de relações de poder, desde econômicas, políticas e culturais.

O antropólogo Darcy Ribeiro aponta essa expropriação e a *migração* para as favelas que ocorreu, por exemplo, com o trabalhador rural negro (“caboclo”) no Brasil:

O negro rural, trasladado às favelas, tem de apreender os modos de vida da cidade, onde não pode plantar. Afortunadamente, encontram negros de antiga extração nelas instalados, que já haviam construído uma cultura própria, na qual se expressava com alto grau de criatividade. Uma cultura feita de retalhos de que o africano guardara no peito nos longos anos de escravidão, como sentimentos musicais, ritmos, sabores e religiosidade (RIBEIRO, 1995 p. 222).

Antonio Cândido (1977), em *Os Parceiros do Rio Bonito*, investigou o modo de vida de um agrupamento caipira, buscando a sua compreensão a partir de uma cultura tradicional, ou seja, os costumes que permaneceram daquele caipira anterior à chegada dos colonos do fim do século XIX. Segundo ao autor, os caipiras, por se caracterizarem com uma “cultura rústica”, tiveram que ajustar o seu modo de vida ao “mínimo inevitável de civilização e da urbanização”.

A base da cultura caipira, afirma Cândido (1977), estava na necessidade; a necessidade movia o modo de vida caipira através de elementos que o satisfaziam. Por isso, tinham o modo de vida praticado através da coleta, da caça, com pequenas lavouras (as roças) e com uma mínima produção de excedentes para o mercado. Os caipiras mantinham-se com o que Antonio Cândido chamou de *mínimo vital* e *mínimo social*. O mínimo vital se refere à alimentação, enquanto que o mínimo social diz respeito à sociabilidade entre as famílias e os bairros. Logo:

A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precários), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo

relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência (CÂNDIDO, 1977, p. 36).

No entanto, o processo de modernização leva o caipira, num primeiro momento, a um certo isolamento, pela rejeição, para dar continuidade à reprodução do seu modo de vida; porém, isolado da sociedade como um todo, sua tendência era “desaparecer” enquanto modo de vida singular devido à ausência do “território” que mantinha a sua reprodução cultural, isto é, à floresta.

Nesse processo de desterritorialização, o caipira foi perdendo grande parte de sua cultura e o seu modo de vida sócio-territorial, seja pela *desintegração* (mobilidade, dispersão), seja pela imposição e adaptação a novos padrões, comportamentos, visões de mundo, especialmente aqueles vinculados ao modo de vida urbano-industrial tendo que “ajustar-se ao que se poderia chamar de mínimo inevitável de civilização” como considera Cândido. Para esse autor, ainda, esses grupos de caipiras “aceitam a cultura urbana a partir dos padrões impostos, aquilo que não poderiam recusar sem comprometer a sua sobrevivência”, mas, rejeitam os padrões propostos “os que se apresentam com força incoercível, deixando margem mais larga à opção”, ou seja, tendo uma margem para continuarem mantendo alguns traços culturais vinculados ao seu padrão cultural. Assim:

(...) pequenos lavradores, sitiantes ou parceiros, que, embora arrastados cada vez mais para o âmbito da economia capitalista, e para a esfera de influência das cidades, procuram ajustar-se ao que se poderia chamar de mínimo inevitável de civilização, procurando doutro lado preservar o máximo possível das formas tradicionais de equilíbrio. Daí qualificá-los como grupos que aceitam, da cultura urbana, os padrões impostos – aquilo que não poderiam recusar sem comprometer a sua sobrevivência -, mas rejeitam os propostos, os que se apresentam com força incoercível, deixando margem mais larga à opção (CÂNDIDO, 1987, p. 218-219).

Por isso, Antonio Cândido acena para o possível desaparecimento da cultura e, portanto, do modo de vida caipira e do “primitivo”, pois:

A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso; a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social que a alteração destes provoca derrocada das formas de cultura por eles condicionada. Daí o fato de encontrarmos nela uma continuidade, uma sobrevivência das formas essenciais, sob transformações de superfície que não atingem o

cerne senão quando a árvore já foi derrubada – e o caipira deixou de o ser (CÂNDIDO, 1977, pp. 82-83).

Assim, para o autor, é difícil a cultura caipira resistir à expansão capitalista e do projeto civilizador, pois, a “fórmula de ajustamento ecológico” (a qual, também, fez referência Darcy Ribeiro), na qual a econômica de subsistência que dava autonomia é *desintegrada e desterritorializada* pela introdução arrasadora dos processos racionais de produção, da modernização e de um modo de vida apoiado em regras e padrões civilizacionais. Neste contexto, o autor afirma que:

A consequência geral é a incorporação progressiva desta área, e de outras parecidas, à esfera da economia moderna; processo que repercute fundo em toda a organização da vida social com rupturas de equilíbrio que podemos verificar nos planos ecológico, econômico, cultural, social e psíquico – inter-relacionados e solidários (CÂNDIDO, 1987, p. 164).

Portanto, estabelecendo relação com o estudo de Antônio Cândido, podemos afirmar que o caboclo foi expropriado da sua terra com a migração gaúcha e catarinense (década de 1940 em diante) e com a chegada do capitalismo no campo (com maior ênfase após o delineamento da “modernização da agricultura” a partir da década de 1970), sendo também expropriado do seu modo de vida e dos elementos que compunham a sua cultura ligada à caça, à coleta e à pesca e a agricultura com “pequenas roças”.

A rusticidade dos meios e modos de vida continuou ainda por algum tempo em Francisco Beltrão, no entanto, o assalariamento acabou prevalecendo com a perda da terra. Por isso, a inserção da maioria dos caboclos deu-se primeiramente por meio do trabalho, tornando mão-de-obra na relação de agregado, diante da prestação de alguns serviços em propriedades em troca de moradia e alimentação, especialmente.

Entrevistando descendentes de migrantes gaúchos e catarinenses, podemos perceber essa realidade da transformação do caboclo em mão-de-obra nas propriedades rurais:

A caboclada era a mão-de-obra que tinha naquele tempo pra trabalhar, né? Tinha muito por aí, então tu reunia uns caboclo para trabalha nas roça em época de colheita, ou de fazer um serviço que exigia mais gente (Alfredo Antonio Presente).

Quando tinha que colhê pegava caboclo pra trabalhá; tinha bastante na época, pagava por dia; aí comprava uma cachaça, porque a maioria gostava de trabalhar bebendo, né? (risos) Aí eles trabalhavam faceros (Adolfo João Pedron).

Nesse sentido, os caboclos, enquanto híbridos, sobretudo de indígenas, portugueses e negros, constituem a camada de brasileiros que historicamente foram (e estão) à margem da “sociedade oficial” e que por muitos atores hegemônicos (políticos, comerciantes e donos de indústrias) são vistos como “invisíveis”. Desterritorializados, “excluídos” e estereotipados por estes atores por aspectos negativos, os caboclos foram e são em Francisco Beltrão o território dos pobres, o território vivido e (inserido) precariamente e, por isso, foram “territorializados” à margem da sociedade urbano-industrial de classe média e alta. Por isso, muitos dos caboclos e de seus descendentes passaram a habitar e/ou até mesmo formar aglomerações urbanas que posteriormente se tornaram bairros periféricos de Francisco Beltrão com a migração rural-urbana entre 1970 a 2000.

Segundo Mariano (2001, p. 30), a rusticidade dos meios de vida, presente na cultura caipira, cabocla, caiçara, é um exemplo dessa *marginalização*. Essa cultura era independente do mercado, independente da mídia, independente das leis que buscam o progresso porque se “autosustentava” no interior de um padrão de vida. A rusticidade, deste modo, faz parte da condição do caboclo quando não hegemônico pela modernização. A desterritorialização, logo, é produzida no interior do processo de precarização em que sua reterritorialização é posta diariamente enquanto desafio para sua sobrevivência.

Por isso, com a inserção arrasadora do processo de modernização em Francisco Beltrão, a partir da década de 1970, houve, mais ainda, o *acirramento* do processo de encontros e de desencontros entre concepções e visões de mundo entre caboclos, de um lado, e gaúchos e catarinenses, de outro, em função do projeto da modernização. Assim, foi através do encontro do rústico com o moderno, dois tempos, duas temporalidades: o tempo lento dos caboclos se deparou cada vez mais com o tempo da produção de mercadorias. Ritmos diferentes que se contrapuseram e conviveram numa realidade cada vez mais capitalizada, mais permeada de técnica, tecnologia e informação através da modernização proferida pelo processo de globalização, pelo período técnico-científico-informacional como propõe Santos (1997).

Assim, um possível indicativo da permanência dessa população cabocla em Francisco Beltrão está na “cor ou raça” da composição demográfica do município. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, no ano de 2000, do total de 67.132 pessoas residentes, 1.248 eram de “cor ou raça” negra, 10.692 eram de “cor ou raça” parda e 90 eram de “cor ou raça” indígena. Também, uma pesquisa realizada pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – Assesoar (1998, p. 2), constatou que da população de pequenos agricultores residentes na zona rural do Sudoeste paranaense em 1998, 18% se declararam de origem luso-brasileira, isto é, caboclos em sua maioria. Esses dados nos permitem fazer uma aproximação com a realidade de Francisco Beltrão e demonstrar a presença desses sujeitos no território.

Também, em conversa que realizamos com o pesquisador da Assesoar Walter Roberto Marschner, ainda há, no campo do Sudoeste paranaense remanescentes de caboclos morando em terras em que o relevo é mais acidentado:

Parece um determinismo, mas os remanescentes de caboclos hoje se encontram em terras dobradas de Francisco Beltrão e Sudoeste [paranaense]. No município de Enéas Marques, Vêre, Manfrinópolis, Salgado filho têm ainda muitos no interior. (...) Também em outras regiões do Paraná também tem caboclos que, pode ter possivelmente se deslocados daqui. Lá na região central do Paraná, como na cidade de Pinhão, Laranjeiras, tem (Walter Roberto Marschner).

Para o pesquisador, os caboclos foram sendo desintegrados em função da cultura dos migrantes gaúchos e catarinenses que se tornou hegemônica no Sudoeste paranaense, através de um processo “*frio*” (sem conflitos armados que se tem conhecimento, por exemplo) de imposição socioterritorial e/ou de territorialização de um modo de vida “superior” (em relação de forças):

Os caboclos foram sendo empurrados daqui pelos colonos que foram chegando. Os colonos traziam a civilização, o progresso, a propriedade privada mudando a relação com que os caboclos tinham que era de posse da terra. (...) Não se tem notícias de conflitos armados por aqui em Francisco Beltrão ou no Sudoeste entre caboclos e colonos como teve no Oeste Catarinense, por exemplo. Pode até ter havido, mas, não sabemos. Houve esse empurramento destas pessoas para fora daqui e outros foram se integrando ao jeito dos migrantes que chegavam para viver. Os caboclos que ficaram alguns foram trabalhar para os colonos, até virem para a cidade para trabalhar (Walter Roberto Marschner).

Assim, é pela mobilidade gaúcha e catarinense que os caboclos perdem seu território: perdem suas terras em um processo de *expulsão* pela força e talvez pela “*sedução*” ao dinheiro além, do “poder de perspicácia” de alguns atores hegemônicos (agricultores com maiores propriedades e poderes aquisitivos, políticos, comerciantes e donos de industriais dentre outros) para expulsar “friamente” (pela força, pela compra) o caboclo de suas terras. Alguns migrantes descendentes de europeus logo se apropriaram do território caboclo e enraizaram outras relações sociais; o caboclo foi des-territorializado perdendo o seu domínio territorial (a sua terra) e foi sendo hegemônizados por outras relações, outros projetos, outras intenções de uma nova sociedade.

É claro que alguns descendentes de caboclos se inseriram na civilização como pequenos comerciantes (donos de bares, por exemplo), mas, a grande maioria, foi sendo des-territorializada através da expropriação de suas terras e tornando-se mão-de-obra, primeiro no campo, trabalhando enquanto agregados e diaristas nas grandes e médias propriedades de gaúchos e catarinenses e, depois, foram sendo transformados em mão-de-obra para as indústrias da cidade de Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense que cresceram, sobretudo, a partir da década de 1970.

Esse processo de perda de território, da desterritorialização dos caboclos e reterritorialização precária em Francisco Beltrão, foi assim apontado por um entrevistado:

Hoje mesmo tem muito perdido por aí. Aqui mesmo no bairro as vezes passa uns descendente, né? Desses bugre (sic), que tu sabe o branco tomou conta do que era deles, e daí tem uns perdido por aí que as vez aparece. Então tem uns sobrevivendo por aí. Porque o caboclo não foi trabalhá, muito poco, o caboclo era só pesca e caça. Daí o gaúcho foi tomando conta do terreno deles, daí não tinha mais caça, não tinha mais peixe, então, tiveram que vir pra cidade; muitos e tão por aí trabalhando de carroceiro, catador de papel, nesses emprego, assim, mais inferior, pra pode sobreviver (Maria Amélia Panhan)

Maria ressaltou o *poder* do branco em “tomar a terra do caboclo”, o que reafirma as fortes relações de poder e de imposição em que teve o processo de desintegração e ajustamento dos caboclos ao modo de vida urbano, com a migração destes para a cidade. Muitos, com isso, se tornaram *carroceiros* e *catadores de papel* e passaram a morar em bairros periféricos de Francisco Beltrão como o Padre Eurico, Pinheirão, Antônio de Paiva Cantelmo, Beija-Flor, Santa Rosa e São Miguel.

Nesse sentido, através das entrevistas constatamos que os caboclos foram se tornando pessoas com *funções* consideradas “inferiores” no interior do desenvolvimento de Francisco Beltrão a partir da lógica capitalista e do novo padrão sócio-territorial com o modo de vida predominantemente urbano-industrial. Logo, quando perguntamos para esses descendentes de caboclos contarem um pouco de suas vidas, as respostas foram as seguintes:

Ah! Eu vim dá roça quando era pequeno; viemo morá aqui no [bairro] Padre Eurico. Aí não conseguia arrumá emprego, tava meio difícil, eu também não tinha estudo, comecei a catar papel, latinha, material pra reciclá, sabe? Arrumei um carrinho pra junta o material e aí to tocando a vida, eu mais dois filhos e a mulher (João de Melo).

Olha, meu pais trabalhavam de agregado, por dia no interior, né? Tinha um pedacinho de terra lá, mas era poquinho. Então, chegou uma hora que viemo pra cidade, aí consegui arrumá emprego aqui na Sadia e ficamo por aqui mesmo no bairro [Pinheirão] (Luis Almeida da Silva).

Nós morava no bairro da Cango, antes né? Aí, meu pai que trabalhava em madeireira começou a ficar doente e teve que pará de trabalhá. Aí nós mudamo aqui pro [bairro] São Miguel e os filhos começaram a trabalhar, uns aqui, outros ali. (...) Um irmão meu foi trabalhá em mecânica, outro em marcenaria, outro na Sadia, eu fui cuidá de aviário e depois vortei, não deu certo, aí fui pra Sadia também. E assim foi indo. Hoje tamo os irmão tudo por aqui, no bairro, a maioria mora aqui (Edinei Matos).

A cultura cabocla, contudo, ainda pode ser percebida em Francisco Beltrão através dos benzimentos, dos curandeiros e, especialmente, através da espacialização da cor negra que se “territorializou” pelos espaços periféricos da cidade. A cor, aliás, foi (e ainda é) elemento de distinção social e de inscrição corporal e territorial que comporta várias relações de poder, através dos estereótipos criados por alguns migrantes gaúchos e catarinenses aos caboclos.

Também, elementos da “medicina cabocla” e outras crenças enfraqueceram-se significativamente, fenômeno este presente não somente em Francisco Beltrão; houve a abertura para o mercado e a “aceitação” de elementos trazidos pela modernidade; como afirmou Antonio Candido (1987), em seu estudo sobre os caipiras paulistas, houve a “aceitação de traços impostos”. A “medicina cabocla” – conhecimento possivelmente herdado dos índios, enriquecido com as crenças e elementos trazidos pelos europeus – era muito praticada no meio rural beltronense. As dificuldades de atendimento médico

contribuíam para um socorro local com fusões de ervas, juntamente com as rezas, os chamados “benzimentos”. As ervas eram colhidas no mato ou cultivadas em casa; cada tipo de chá possuía determinadas propriedades de cura para a enfermidade. O conhecimento dessas ervas e raízes era comum entre as pessoas do campo, que se automedicavam ao se sentirem enfraquecidas, ou com dores que indicassem o aparecimento de alguma doença.

Assim, um benzimento “aqui” e outro “lá”, seja com arruda ou com alecrim, está presente na cidade, convivendo com o médico, com a medicina oficial. Não há substituição (total) de uma pela outra, mas a convivência (desigual) de ambas, embora a primeira prática seja residual tendendo a diminuir ainda mais por conta das novas gerações que, em sua maioria, não herdaram dos (descendentes) de caboclos a sabedoria das plantas e das rezas, cujos interesses agora desses muitas vezes são outros, os do mundo moderno, urbano-industrial.

O caboclo, desse modo, foi inserido ao mundo da civilização, da mercadoria, da industrialização, contudo, com inúmeras diferenças dependendo do sujeito e do seu contexto social e territorial que se relaciona e está inscrito. No entanto, há manifestações – como alguns dais quais apontamos – que expressam ainda que a cultura cabocla está sobrevivendo nas lacunas que o capitalismo “deixou”, porém, são pouco visíveis, pois são sutis, pontuais e na maioria das vezes aparecem individualizadas. Segundo constatamos com nosso trabalho de campo, não há um agrupamento que se identifique com a cultura cabocla de forma sólida e tradicional. São muito *subjetivos* os traços encontrados, os quais convivem, em menor ou maior medida, com a lógica da vida moderna, mediada pelo mercado, pelos valores urbano-industriais.

Em Francisco Beltrão, encontramos traços da cultura cabocla dispersos, diluídos na cidade. O que há são permanências que se justapõem ou se utilizam de elementos trazidos pela modernidade, são traços de uma cultura que *re-existe* à modernização. E é essa mesma modernidade a geradora da desagregação e da fragmentação da antiga cultura cabocla, responsável pela “destruição” do território caboclo vinculado à terra e, por extensão, a floresta, a economia de subsistência, a vida que era medida em função da necessidade vital e social.

Um dos elementos desterritorializadores é a mobilidade do trabalho. A substituição das relações de produção que não possuíam características tipicamente capitalistas, por trabalho assalariado, muitas vezes temporário, transformou o modo de vida de toda a população cabocla neste contexto envolvida. O tempo cíclico é tragado

pelo linear. O diarista desvincula o seu trabalho da sua vida. A terra que cultivava para o patrão só serve para o seu sustento na medida em que vende sua força de trabalho e não como antes, na sua posse, em que praticava a cultura de subsistência, para a sua necessidade. Toda a vida passou a ser mediada pelo mercado, numa relação de compra e venda, e o acesso a esse comércio foi, aos poucos, se ampliando, com as prestações e financiamentos, com as coerções do Estado, com a necessidade da compra da alimentação etc.

Traços, portanto, de uma cultura tradicional ainda persistem no mundo moderno, o que não significa, no entanto, opor tradição e modernidade, pois, para Martins, a modernidade:

É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos. A modernidade anuncia o possível, embora não o realize (MARTINS, 2000, pp. 19-20).

A modernidade aponta possibilidades de transformação humana e social (possibilidade criada pelo e no interior do capitalismo), mas não a realiza, caracterizada que é pelos desencontros (confrontos) e descompassos de tempos e, portanto, da produção dos territórios distintos, justapostos mas *hierarquizados*. Daí, como considera Martins (2000), a impossibilidade da realização do possível anunciado pela modernidade.

Própria a contradição da modernidade está o discurso que anuncia o conforto e o bem estar, tudo em nome dos direitos do trabalhador e do cidadão, mas que sobretudo, não as realiza (pelo menos em grande parte) em nome do capital. Anuncia, mas não realiza. Por isso, a geração de desigualdades: desigualdades de tempos-espacos, desigualdades sociais, desigualdades de acesso ao moderno, ao novo, ao proferido “progresso” para todos que nunca chega!

Durante o trabalho de campo em Francisco Beltrão, uma sociedade regida, sobretudo, por alguns aspectos da modernidade, apenas conseguimos encontrar atualmente alguns traços da cultura cabocla ou que assemelham a esses, pois os seus elementos mais visíveis e paupáveis, isto é, mais singulares, já não se fazem presentes

da mesma forma como se manifestavam e eram praticados em períodos histórico-geográficos anteriores como de 1900 a 1940 e de 1940 a 1970.

Desta forma, o processo de modernização foi deixando à margem pela sociedade hegemônica aquilo considerado “arcaico” e “rústico”, ou seja, os traços e as práticas culturais que os caboclos produziram. Assim, há a produção de inúmeros tempos em Francisco Beltrão; o tempo do território tradicional considerado “arcaico”, dos traços ainda presentes da cultura cabocla; tempo dos traços modernos, da “civilização”, das regras e normas burguesas dos atores hegemônicos no território e da ciranda mercantil e de um novo padrão cultural assentado nos aspectos reproduzidos pelos descendentes de italianos, alemães e poloneses. Nesse contexto:

Mesmo quando o nacionalismo declinou, nesta era da globalização, a expressão mais viva do tradicionalismo, a cultura popular, não teve dificuldades para se ajustar na aparência à modernidade, sobretudo à modernidade cultural. Diferente do que pensam outros autores, entendo que há aí uma contradição a ser explicada. A cultura popular carrega consigo o seu tempo histórico, que só lentamente se dilui para dar lugar a formas culturais *desenraizadas* e, portanto, *desprovidas dos liames de autenticidade que lhes davam sentido em outros tempos e situações, isto é, formas puras e intercambiáveis*. Sem dúvida a modernidade pode fazer do tradicional e do costumeiro realidades descartáveis, dos quais necessita como puras formas. Mesmo aí a recuperação da cultura popular e do tradicionalismo que ela expressa e contém não pode se integrar na modernidade senão como anomalia e problema. Sobretudo porque esse tradicionalismo encerra o persistente, o passado, ainda que atualizado, e o costumeiro. Uma anomalia, portanto, na situação social própria da modernidade dominada pela moda, pelo moderno e pelo passageiro (MARTINS, 2000, pp. 33-34, [grifos nossos]).

Assim, os traços ainda presentes da cultura cabocla parecem exteriores (e devem ficar escondidos) à nova ordem engendrada pelo processo de modernização. São experiências que foram ficando cada vez mais à margem, pois o popular, o tradicional, o “arcaico” é:

Aquilo que ficou residualmente à margem da racionalidade limitada do lucro no mundo colonial e no processo de constituição do mercado interno. Aquilo que parece exterior à nova ordem, que parece não fazer parte dela (MARTINS, 2000, p. 28).

Para o (descendente de) caboclo(s), a cultura massificada e o avanço tecnológico e informacional chegaram ao campo ameaçando a sua existência, a existência da sua

reprodução cultural acarretando a migração para as cidades. O acesso à educação e a inserção (mesmo que minimamente) no mundo moderno *desmistificaram* (algumas) crenças e mitos, mas *criaram* conseqüentemente outros mitos como os do consumo, do progresso, da razão, da acumulação que colocarem, em parte, o caboclo em outro modo vida. O que ocorreu, desse modo, foi à desintegração, em parte, de certos mitos que alimentavam o modo de vida do caboclo por outros, por novos mitos que a sociedade capitalista e civilizacional cria e recria constantemente movendo os indivíduos.

Assim, para o (descendente de) caboclo(s) foi necessária a adaptação aos traços impostos pela economia de mercado, fundamentalmente, a aqueles ligados a sua sobrevivência; a cultura cabocla, desse modo, está, sobretudo, na memória de alguns sujeitos que benzem com ramos de arruda e curam feridas, que continuam a cultivar e a alimentar seus mitos e suas crenças que ouviam de seus pais e avós, enfim, que contam “causos do tempo antigo” “retomando”, em alguma medida com isso, um tempo e um espaço que lhes foram tomados. Em Francisco Beltrão, através do processo de des-territorialização e re-territorialização o “território” do(s) (descendentes de) caboclo(s) parece ter se tornando aquele de um trabalhador e de um consumidor, mesmo que precariamente.

6.6 A construção da identidade territorial beltronense: dos recursos simbólicos à identificação e pertencimento espacial

As identidades territoriais são identificações espaciais em curso, que se processam a partir de uma *identificação* espacial criada por uma relação histórico-geográfica de pertencimento afetivo a determinado território material e simbólico. Para isso, as identidades territoriais são acionadas, buriladas e mobilizadas por recursos simbólicos localizados no interior de um recorte espacial e de uma política (ideológica) que busca delimitar, em um território, uma ação, uma mobilização e um consentimento para determinados fins.

Nossa investigação aqui consiste, portanto, em analisar e compreender aspectos da *relação entre espaço, cultura e política* enquanto elementos inerentes à construção e relação identitária do habitante de Francisco Beltrão. O sentimento de pertencimento ao município “fabrica” a consciência espacial dos indivíduos ao território municipal e

regional e, com isso, ao território do abrigo, da casa, ao território do trabalho, da festa e do aconchego cotidiano.

Aliado a isso, foi mobilizada uma forte ideologia do trabalho (a partir de relações de poder) como recurso *simbólico* e *político* para pertencimento de uma dada coletividade ao território, e a sua relação de transformação material e simbólica para reprodução de *projetos* da classe hegemônica local e nacional mantendo os sujeitos na direção de uma determinada ordem tornada “natural”, mas que foi imposta por aqueles atores que acionam a identidade de “pioneiros” (políticos, donos de indústrias, comerciantes, médicos, dentistas) através de imposição de caminhos certos como o do “progresso”, de dizer quais os ramos de atividades industriais, por exemplo, que devem vir para o município, de ser o portador de um discurso hegemônico e “verdadeiro” do passado de migração/colonização, de um presente de relações “maravilhosas” e de um futuro de “progresso linear”. Isso se reproduz na tentativa de não deixar serem construídas críticas e nem contestações a essas “ordens legítimas” que se “cristalizam” no território. Analisaremos, assim, aspectos da identidade territorial onde o espaço exerce *elemento central* para *identificação* de um grupo social, atrelada à determinada cultura e política em um recorte espacial.

A *construção* da identidade territorial beltronense é uma produção histórica e está ligada intimamente ao processo *migratório*, de ocupação/colonização e de apropriação/dominação do Sudoeste paranaense. Logo, a *identidade territorial* beltronense tem sua gênese *construída* no *processo* de *reterritorialização* dos migrantes gaúchos e catarinenses com suas práticas econômicas, culturais e políticas no novo território, o que acarretou a *ressignificação* do espaço e, portanto, do surgimento de forte *identificação* e de *pertencimento* à terra, ligando-se ao processo de apropriação simbólico-afetivo e de domínio político, econômico e disciplinar do território pelos/pelas migrantes.

Nosso ponto de partida – como já discutimos em outro momento dessa pesquisa – é o de que a identidade é sempre uma *construção histórica* dos significados sociais (culturais, políticos e econômicos de um território) que referenciam o processo de *distinção* e *identificação* de um indivíduo ou de um grupo social através do processo de *territorialização*.

As identidades sociais e territoriais são, pois, localizadas e produzidas no interior de um processo de globalização *versus* “localismos” e/ou são o produto histórico de uma *tensão* entre *universalismo* e *particularismo*, isto é, na medida em que o mundo

torna suas relações *transnacionais* e as culturas parecem se diluir em meio às transformações impostas pelo movimento global de expansão da economia (do capital), da cultura de massas, onde os sujeitos se *apegam* a determinada parcela do espaço para se “sentirem em casa” e pretensamente seguros em meio ao mundo com mudanças (in)constantes em que as certezas, as tradições, os regionalismos “parecem” “desmanchar-se no ar”.²⁰⁴ Em Francisco Beltrão a partir da década de 1970 se processaram novas influências externas ao território, novos hábitos, novos costumes com a difusão de novos valores através, por exemplo, da televisão, do rádio que acabaram ligado esse território paranaense – que até então tinha uma grande conexão com a cultura do Rio Grande do Sul – foi deslocado, em parte, para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Assim, a partir da ocupação/colonização gaúcha e catarinense ocorreu a territorialização e apropriação/dominação do território do município de Francisco Beltrão pelas práticas culturais, políticas e econômicas oriundas de seus estados de origem, ligadas à cultura de seus descendentes, sobretudo italianos, alemães e poloneses. Criou-se uma forte visão de mundo de trabalho e de progresso, aliada à concepção católica e de fé no desenvolvimento das relações sociais através da transformação do território, em um primeiro momento, pelo trabalho familiar aliado à pequena propriedade agrícola e, num segundo momento, ligado ao trabalho nas indústrias. É através da migração que os sujeitos foram re-criando suas relações e re-territorializando suas práticas socioespaciais, que acarretaram na construção histórica da identidade territorial beltronense.

Por isso, o *discurso* é elemento imprescindível na construção da identidade territorial. O discurso não é apenas uma fala apreendida das relações e “solta no ar”; o discurso é acionado e burilado em determinada parcela do espaço e *crystaliza* relações materiais e simbólicas ao se tornar *hegemônico* em um território, ao se “encarnar” nos sujeitos, nas suas relações e, portanto, na “naturalização” do processo de produção do território, isto é, com a *territorialização* de um discurso e de uma prática. Em Francisco Beltrão historicamente a produção de “discursos de verdade” hegemônicos estiveram

²⁰⁴ Stuart Hall (2003, p. 73), assinala que “a oposição binária, derivada do Iluminismo – Particularismo versus Universalismo, Tradição versus Modernidade – produz uma forma específica de compreensão da cultura. Trata-se das culturas distintas, homogêneas, auto-suficientes, fortemente aglutinadas das chamadas sociedades tradicionais. Nessa definição antropológica, a tradição cultural satura comunidades inteiras, subordinando os indivíduos a formas de vida sancionadas comunalmente. Isto é contraposto à “cultura da modernidade” – aberta, racional, universalista e individualista. Nesta, os vínculos culturais particulares devem ser deixados de lado na vida pública – sempre proclamados pela neutralidade do estado civil – para que o indivíduo fique formalmente livre para escrever seu próprio script”.

nas mãos daqueles políticos, comerciantes, donos de indústrias, médicos e dentistas que acionaram o elemento de distinção de “*ser pioneiro*” ou “descendente de pioneiros” para “naturalizar” certas ordens e ações que foram impondo uma determinada disposição de relações sociais e espaciais.

Por isso, um dos “primeiros” discursos que foram construídos desde o início da migração gaúcha e catarinense, que já discutimos nessa pesquisa, foi o da ética do trabalho, acionado, especialmente, para a colonização, homogeneização cultural e unificação econômica e política do território brasileiro, que teve suas raízes durante o governo Getúlio Vargas e que permaneceu muito presente nos discursos políticos durante o regime militar, com os governos militares. Através dos jornais, como já demonstramos, foi acionada a identidade de trabalhador para mobilizar os sujeitos e sua consciência/referência espacial e identificação a uma coletividade e, por extensão, a um território.

Foi acionado um discurso para a construção de uma forma de identificação espacial, de uma forma *representação* do território onde se trabalha, onde o trabalho transcende a relação de sobrevivência para se constituir em num *valor moral* de um grupo que delimita as fronteiras simbólicas entre aquele que é trabalhador e aquele que não o é. O trabalho foi o elemento de *distinção* acionado para a *representação* do beltronense, do *ser beltronense*, do sujeito que se reconhece enquanto pertencente a um território e a um grupo social que ocupa e se relaciona com esse território.

O Jornal Tribuna do Sudoeste, de 8 de maio de 1971, por exemplo, demonstrou esses elementos de distinção quando afirma que “Francisco Beltrão é cidade do progresso, dotada de um povo ordeiro, trabalhador e interessado naquilo tudo que diz respeito mais de perto à região”. Pressupostos do positivismo assentados no tripé ordem, progresso e trabalho foram acionados e burilados para a construção da identidade do território de Francisco Beltrão. O discurso, nesse sentido, foi um elemento de construção da identidade territorial na medida em que *localizou* o sujeito em um espaço e um tempo de referência, de relações sociais mediadas pela espacialidade, por um território instituído de certos valores de distinção, de diferença como o valor moral do trabalho modelador do beltronense.

Também através de entrevistas pudemos verificar esta dimensão que “encarnou” nos sujeitos, na sua subjetividade (através dos valores) e na sua objetividade (através das suas práticas materiais) a dimensão do trabalho como elemento inerente à condição do sujeito morador de Francisco Beltrão. A relação de diferença foi estabelecida através

de um valor moral que se tornou um “geosímbolo”, de desbravamento, de trabalho, de progresso, de fé, de heroísmo e de orgulho.

A partir disso, vejamos o que um migrante gaúcho nos relatou em entrevista sobre o trabalho e sua relação com o território:

Trabalhar toda vida, né? Quem não trabalha não prospera (sic). Então quando nós viemos do Rio Grande [do Sul] para cá o negócio era trabalhar; tinha que fazer as coisas, né? Se a gente não trabalha ninguém faz pela gente; (...) aqui, o pessoal que chegou toda vida foi trabalhador, acorda cedo e ir pra roça, trabalhar, fazê o serviço. (...) Trabalhar é bom, a gente se sente bem, né? Quando faz as coisas parece que a gente fica alegre porque consegue fazer o serviço. Pra tu ver, o trabalho ajuda a gente, quem trabalha só vai pra frente, a maioria que trabalha só cresce (Antonio Matos).

O trabalho foi incorporado na fala dos sujeitos e nas suas práticas materiais e estabeleceu fronteiras simbólicas através do discurso, do que é falado, do que é apreendido enquanto valor do sujeito territorial, das suas visões de mundo etc. No entanto, quem se *identifica* com um elemento diferenciador, como o trabalho, nesse caso, automaticamente não se identifica com outras características como a do não trabalho. Por isso, é possível ver essa relação comparativa, contrastiva e conflitiva na fala de uma migrante gaúcha que chegou a Francisco Beltrão na década de 1960:

Na verdade no estado do Paraná o povo é muito trabalhador, praticamente é um dos estados mais trabalhadores que tem. O pessoal aqui de [Francisco] Beltrão então, a maioria é tudo trabalhador. Se tu, por exemplo, ir pro Pará, Rondônia, Paraguai, esses lugares o povo não é de pegar! (sic) Não gosta muito de trabalhar (...). Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Paraná é quase tudo um padrão de um povo equilibrado no trabalho, é pegador, é trabalhador. Pode notar, o gaúcho, o catarina e o paranaense eles tem quase o mesmo tipo de sobreviver, né? Trabalha bastante, né? Em comparação a outros lugares (Otilia Antonello)

Podemos perceber através da entrevista uma forte relação de *identificação* com o território beltronense e, em amplo sentido, com o território paranaense e sulista. O elemento fundante e marcador da diferença é o trabalho e, por extensão, o *ser* trabalhador, que a partir desse elemento de distinção na escala do território brasileiro liga os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Há, portanto, a produção de uma diferença que é elemento de forte distinção e de identificação territorial, ou seja, com a região Sul do Brasil.

Assim, para compreendemos a identidade beltronense temos que considerar o jogo relacional entre inúmeras escalas, pois em Francisco Beltrão temos a identidade do gaúcho e catarinense migrante que complementam e se contrapõem em alguma medida as gerações nascidas posteriormente nesse território e que acionam essa condição de identidade paranaense; num outro nível escalar, no Sudoeste paranaense, os migrantes gaúchos e catarinenses se juntam aos nascidos no território, os paranaenses, formando a identidade territorial beltronense que busca se distinguir do pato-branquense (identidade oriunda do município de Pato Branco); mas se ambos – o beltronense e o pato-branquense – vão para outras regiões do Paraná (Oeste, Norte e Região Metropolitana de Curitiba) os dois se juntam acionando a identidade de Sudoestino paranaense em oposição as identidades dessas outras regiões. Mas, se um beltronense nascido nesse território se encontra em Santa Catarina ou Rio Grande do Sul com catarinenses ou gaúchos, este aciona em oposição, à identidade de paranaense; logo, se um paranaense, um catarinense e um gaúcho se encontram na região Norte do Brasil, eles se juntam como “sulistas” em oposição aos “nortistas”. Agora, se um paranaense, um catarinense e um gaúcho se encontram na Grécia, eles imediatamente se definem como “brasileiros”, por oposição aos gregos. Assim, a identidade beltronense é transformada em paranaense dependendo da escala e da relação que está sendo desenvolvida com o outro, com a outra identidade territorial.

Contudo, essa identificação também ocorre através da re-territorialização dos “hábitos gaúchos” participantes da “cultura” de descendentes da imigração européia para o sul do Brasil como os do churrasco, do chimarrão, das comidas típicas (polenta, macarrão, queijos, salames, cuca, dentre outros), do linguajar, dos trajes e que convergem com a forte ética do trabalho e da religiosidade, sobretudo, com a Igreja Católica. Essa dimensão do trabalho, portanto, liga os três estados do Sul do Brasil, e Francisco Beltrão tem sua produção discursiva materializada nas práticas e nos hábitos dos sujeitos através da construção de um modo de vida e de visões de mundo assentadas no trabalho.

Assim, o discurso do jornal aliado ao discurso produzido pelas pessoas demonstra o estabelecimento de fronteiras “materiais” e simbólicas que articulam e relacionam o município de Francisco Beltrão e o engendram em relações de poder, de *classificação*, *distinção* e de *comparação*. Comparação que, diga-se de passagem, é sempre relacional, pois é feita na comparação com outros lugares, com outros estados, com outras relações sociais.

Nesse sentido, o discurso está emergido numa produção discursiva, numa produção modeladora de valores e de *verdades* que se instituem nos sujeitos e, portanto, no próprio território:

(...) numa sociedade como a nossa – mas, afinal de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade. Isso é verdadeiro em toda sociedade, mas acho que na nossa essa relação entre poder, direito e verdade se organiza de um modo muito particular (FOUCAULT, 1999, pp. 28-29).

As *identificações* são prenes de discursos que emergem no interior de relações de distinção e de poder: o poder de *demarcar* determinada parcela do espaço dotada de certas características que são *materializadas* no espaço. Nesse sentido, um dos elementos que constituem essa materialidade no espaço de referência e consciência espacial e identitária são os *símbolos*, especialmente aqueles materializados em monumentos. Em Francisco Beltrão, um momento imortalizado na cidade se refere aos “pioneiros”, ao “pioneirismo” que “veio até a terra prometida para desbravar”, isto é, apropriar e dominar aquela parcela do espaço através da sua concepção de trabalho inserida na sua acepção ideológica de “progresso”, aliado ao pretense desenvolvimento econômico.

Esse “pioneirismo”, ainda, constitui o *mito fundador* do município, o mito que é acionado para construir e burilar a identidade territorial do *ser* beltronense. Podemos verificar essa demarcação da diferença através do *símbolo* do “pioneirismo” pelo monumento em função do “pioneiro” em uma praça de Francisco Beltrão, denominado de “monumento ao pioneiro”, conforme a foto 14, a seguir.²⁰⁵

²⁰⁵ O Jornal de Beltrão, de 4 de dezembro de 2001, informava, quando estava em construção a praça do pioneiro, os motivos da criação e da escolha da localização da mesma afirmando que: “trata-se de uma moderna praça de recreação que está sendo construída na avenida General Osório, no Bairro Cango. A praça em construção vem detonar a realidade em um velho sonho da população do mais antigo bairro da cidade, e a sua localização do mais antigo bairro da cidade. Essa localização não poderia ter sido melhor, já que está num dos pontos mais elevados do bairro. A nova praça será denominada “Praça do pioneiro”, numa justa homenagem àquele que *desbravou* nosso *sertões*, transformando esta região numa das mais prósperas do Estado”.

Foto 14: Monumento ao pioneiro



Foto: Marcos Leandro Mondardo, 16/01/2008.

É importante destacar que esse monumento é baseado numa fotografia – que consta neste trabalho no item 5.3, foto 6 – sendo portanto um recorte da realidade, especificamente do período da migração gaúcha e catarinense para o Paraná. Ao lado está uma extensa legenda que esclarece ao expectador, a mensagem a ser incorporada:

Oriundos principalmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vindos a cavalo, carroças ou caminhões, abrindo picadas, transpondo rios e pontilhões, enfrentando poeira e atoleiros. Aqui chegaram famílias inteiras amparadas pela CANGO e deram início à efetiva colonização desta terra. Com determinação e iniciativa de pioneiros plantaram aqui seus sonhos, que logo floresceu – singela Vila Marrecas. Hoje colhemos os frutos – próspera e acolhedora cidade de Francisco Beltrão. A eles, nossos heróis pioneiros, modelos de fé, coragem e esperança, aos quais devemos tudo o que temos e somos, aqui deixamos nossa gratidão (DEPARTAMENTO DE CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO, 2002).

O monumento e a legenda explicativa acionam e burilam um conjunto de símbolos a serem fixados pela memória coletiva do ser beltronense e nesse território.

Texto e imagem se correlacionam num esforço de constituir uma “verdade” a ser absorvida. Entre as características destes migrantes que vieram para o território destacou-se na legenda o arrojo e o destemor no enfrentamento dos obstáculos naturais (selva, rios e intempéries), o apoio do Estado paternalista através da CANGO que deu “início à efetiva colonização desta terra”, o ímpeto de colonizar e a sensibilidade de sonhar que fizeram nascer “singela Vila Marrecas”. Homens e mulheres com esse perfil (modelo) são os heróis fundadores que instauraram a civilização num território considerado anteriormente “selvagem”, “terra de ninguém”. Ou seja, foram os “pioneiros”. Em Francisco Beltrão mas também em boa parte do Paraná a evocação desse substantivo-adjetivo é capaz de suscitar reverências e sentimentos honrosos, valores morais “superiores” para esses sujeitos e seus filhos que legitimaram a “naturalização” da produção de uma considerada “verdadeira” história e geografia de um período: o da migração e da colonização gaúcha e catarinense. No entanto, os “pioneiros” dessa história e geografia “verdadeira” não foram e nem são considerados todos iguais, são aqueles que tiveram e tem um maior poder econômico e político e/ou até mesmo de prestígio frente ao território como médicos, comerciantes, donos de indústrias, grandes proprietários de terra. Por isso, a prefeitura municipal estando na mão de “pioneiros” e/ou de filhos de “pioneiros” aparece como “administradora da memória oficial” do território, selecionado aqueles atores que podem falar de uma determinada “verdade”, construída, inventada, acionada e burilada constantemente para “naturalizar” um determinado caminho para o território, um *projeto* que foi e é traçado pela classe hegemônica local para esse território.

A legenda ainda expressa bem a atitude de valor moral “superior” diante dos “pioneiros”: se a eles “devemos tudo o que temos e somos”, não é inadequado dizer que todos os habitantes do município lhes devem a própria existência. Sendo assim, os pioneiros representam o que há de mais sagrado “pois tanto os indivíduos quanto a coletividade territorial lhes deve tudo”. Esse discurso histórico-geográfico de caráter ufanista, voltado à heroicização e sacralização de personagens ou grupos sociais busca dar maior poder para os detentores desse poder simbólico: os “pioneiros” e seus descendentes que acionam sempre quando necessária essa condição para mobilizar ações em torno de projetos. Também, esse discurso tem por objetivo de produzir um imaginário “verdadeiro” acerca das origens e, paralelamente, construindo uma identidade adequada ao *status* dos que detêm o poder simbólico desse território.

Assim, é pela produção dos monumentos que podemos perceber a materialização de um *imaginário* coletivo de identificação com determinados valores, de determinadas experiências “comuns” que são conferidas a determinado recorte espacial. O monumento ao pioneiro é uma faceta da espacialidade e da temporalidade humana do município em função do processo de migração, ocupação e colonização que é visto e dito por um discurso *hegemônico*, enquanto um *ato* heróico, nobre e que confere distinção ao território e aos detentores do poder local, que utilizam do título, da marca territorial de “pioneiro”. O monumento marca a paisagem (e assim a vida das pessoas) através da materialização de um símbolo carregado de significados que *ressignificam* o espaço e a consciência coletiva, formando, em parte, a identidade territorial do beltronense, que escamoteia e mascara conflitos, contradições, hegemônicos e hegemonzados no processo histórico de migração e colonização.

Segundo Roberto Lobato Corrêa (2005), os monumentos são intencionalmente dotados de sentido político, capazes de condensar complexos significados em torno de valores, práticas e visões de mundo que são acionados e “revivemorados” para atuar como mecanismos regulatórios de informações, e que buscam re-inventar, administrar e controlar significados. Assim, estátuas, templos, memoriais e outras formas simbólicas grandiosas são, segundo o autor, representações materiais de eventos passados que compõem a paisagem de certos espaços públicos da cidade. São intencionalmente dotados de sentido político, comunicando mensagens associadas à celebração, contestação ou à memorialização, visando o presente e o futuro. Estes constituem *vínculos* territoriais que constroem, em parte, as *identificações* e as relações de consciência espacial.

Outra fonte de representação espacial e, portanto, de construção da identidade territorial está vinculada à *religiosidade*; esta é elemento presente nas relações estabelecidas no território de Francisco Beltrão demarcando, portanto, visões de mundo e valores que foram instituídos, especialmente, a partir da ideologia cristã da Igreja Católica impondo e delimitando o que era “certo” e o que era “errado”, o “bom” e o “mal”, a centralidade do trabalho na vida pois “só ganharás o pão com o suor do seu rosto”, da fé em um único Deus, do sagrado e do profano. Logo, no interior das práticas sociais desenvolvidas pelos migrantes na agricultura, no comércio, nos serviços, enfim, em boa parte da sociabilidade criada no município a Igreja agenciava, através das missas, dos cultos, das reuniões os comportamentos dos sujeitos uns com os outros, destes com a natureza, ou seja, a Igreja utilizava formas de autoregulação da população

no interior de um território através da difusão e imposição de suas “verdades” criando uma determinada ordem que pregava um determinado conjunto de práticas e deveres através de seus “mandamentos”²⁰⁶ como, por exemplo, “não roubar”, “ir a missa”, “ser temente a Deus”, “trabalhar para conquistar o seu sustento e da sua família”, “pagar o dízimo”, “na educação dos filhos” dentre outros.

Notas nos jornais locais, por exemplo, intituladas “Todos à missa” eram muito comuns na vida das pessoas pois “Amanhã, domingo, ninguém deve esquecer das obrigações com a religião, todos á missa. Quem lembra são nossos vigários, Frei Deodato de nossa Senhora da Glória, em Francisco Beltrão, e Frei Honorato, da Igreja de São Pedro, em Pato Branco” (JORNAL DE BELTRÃO, 1952, p. 9). Isso demonstra o peso da Igreja Católica na vida das pessoas.

Jacques D’Adesky (2001, p. 51) considera que “a religião é uma importante referência de identidade. Governa a vida espiritual dos indivíduos e mantém, na ordem do particular, um conjunto de práticas e deveres”. O catolicismo, portanto, “encarnou” o credo dos colonizadores e das suas relações materiais e imateriais no e com o território de Francisco Beltrão no período da migração. O território foi o símbolo de uma afirmação existencial em torno de uma concepção religiosa. A religião foi historicamente um sistema gerador de *sociabilidade* e de *identificação* através dos símbolos no município.

Sobre a influência da religião, sobretudo da Igreja Católica, em Francisco Beltrão, desde a época da migração/colonização até as transformações que foram ocorrendo, Jahyr de Freitas Júnior afirmou que:

A igreja [no período da migração gaúcha e catarinense] tinha bastante influência na cidade, bastante. (...) Olha ninguém se atrevia a contrariar nada do padre, ninguém se atrevia. Não sei se era força, mas era um respeito exagerado, entendeu, era um respeito exagerado, entendeu. Então nos sermões do padre, ele dava paulada em todo mundo, você entendeu. O Padre Afonso, então, era meio louco, dava paulada em todo mundo. (...) A procissão, Deus me livre! Era obrigatório ir. (...) Mas, com o tempo isso foi mudando um pouco,

²⁰⁶ Podemos citar, por exemplo, “os dez mandamentos” da Igreja Católica que diretamente fazem parte de uma espécie de cartilha que impuseram um conjunto de “verdades”, formas de comportamento e portanto de autoregulação das relações dos sujeitos e, por extensão, de um território. Os dez mandamentos são os seguintes: “amar a Deus sobre todas as coisas, não tomar seu santo nome em vão, guardar domingos e festas de guarda, honrar pai e mãe, não matar, não pecar contra a castidade, não roubar, não levantar falso testemunho, não desejar a mulher do próximo, não cobiçar as coisas alheias”. Isso demonstra, portanto, a força de controle de um território pela Igreja Católica que no início da Colonização foi imprescindível para a criação de uma determinada ordem, da produção de um “povo ordeiro”. Logo, temos a construção através dessa ideologia de uma identidade territorial.

hoje os Padre são mais maleável, sabe a sociedade mudou um pouco daquela época. (...) Só que aqui em [Francisco] Beltrão a Igreja Católica ainda tem um peso muito grande na vida das pessoas. A maioria daquelas pessoas que vieram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina são muito temente a Deus e, os filhos participam um pouco menos, mas tem a vida muito ligada ao mundo cristão, aos valores da Igreja, né? (Jahyr de Freitas Júnior).

A construção histórica da identidade territorial beltronense esteve ligada intimamente aos valores da Igreja Católica. Logo, a *materialização* dessa fé, e das suas relações político ideologias foram territorializadas em uma estátua do Cristo Redentor em Francisco Beltrão, que além de valores cristãos que comporta, serve, também, de forte *identificação* no espaço criando uma referência simbólica e afetiva (no caso religiosa) a uma dada coletividade, na mediação das relações cotidiana e, deste modo, de acionamento constante de uma identidade vinculada a ideologia cristã. Esse monumento pode ser visualizado na foto 15, a seguir.

A estátua do Cristo Redentor, que tem domínio de um dos pontos (morros) mais altos da cidade de Francisco Beltrão, é exemplo de imagem valorizada (sagrada) e produtora de uma paisagem específica. A estátua pelo seu tamanho e localização estratégica, além de comportar um conjunto de valores, fez com que a cidade passasse a se identificar e a ser identificada com o Cristo Redentor através de várias atividades religiosas ligadas a Igreja Católica como, as peregrinações em datas importantes (“sextas-feiras santas”), realizações de missas, lugar tornado sagrado para aqueles que vão realizar pedidos a Deus e/ou agradecer, lugar de orações e de passeio. Ou seja, as práticas ligadas ao catolicismo de boa parte dos moradores de Francisco Beltrão (e do Sudoeste paranaense) passaram a ocorrer no Cristo Redentor. Nele também, se reconhece uma divergência e/ou *sobreposição* identitária territorial que comprova as numerosas utilizações dos símbolos para fins tanto religiosos quanto profanos, pois esse lugar identifica aquele que o frequenta enquanto católico e aquele que não o frequenta enquanto não-católico criando, também, no interior do município, lugares sagrados e lugares profanos.

Assim, a organização do território é marcada de características e especificidades, tanto pelos objetos, monumentos e estátuas que aí se encontram, quanto pela maneira de apropriar-se, utilizar-se e considerar esses conjuntos de elementos. O território é, portanto, um meio que se constrói em função da relação que grupos sociais estabelecem e se reconhecem com um lugar, segundo formas de comunicações que geram relações

permeadas por significados hierarquizados, valorizados, polarizados. A construção da identidade territorial beltronense se deu pela materialização de certas relações no território, mas se inscreveu, também, sobre sua produção, sua organização, sua disposição e suas relações sociais vistas como fenômenos culturais e políticos, e que se realizam por formas de representações do território e da coletividade que ali vive.

Foto 15: Morro do Cristo



Foto: Marcos Leandro Mondardo, 22/03/2008.

A base territorial não é deste modo um dado indispensável à construção de identidades. Os membros de uma dada coletividade, como a de um município, *podem* permanecer ligados por meio de redes institucionais e de associações através de um “território comum”, que é dotado de particularidades, de diferenças, de distinções que integram um conjunto de *classificações* e que produzem fronteiras materiais e simbólicas através de práticas sociais e de valores.

O sentimento de pertencimento e de identificação em Francisco Beltrão criou-se necessariamente ligado a uma referência territorial material e simbólica, claramente definida e delimitada que supõe, portanto, que tal grupo pode definir-se por um *elo*

material e/ou por *representações* coletivas que tomam *forma* e conteúdo em um território onde, também, estão em jogo interesses econômicos, culturais e políticos. Portanto, o território não é somente materialidade, mas, é também uma rede relacional com representações coletivas que permitem aos membros de uma coletividade dar às características de seu território significados e experiências reconhecidas de maneira geral (nem sempre igual e sem resistências, é claro) pelos indivíduos.

O município de Francisco Beltrão é prenhe de símbolos e de relações religiosas materializadas através dos seus monumentos. A religião, portanto, deixou suas marcas de distinção através de suas construções, como, por exemplo, através da igreja São Francisco de Assis, Tombada como Patrimônio histórico municipal. A igreja foi tombada pois reproduz, através da arquitetura, aspectos oriundos da cultura italiana e portanto ligados aos migrantes gaúchos e catarinenses, sobretudo, descendentes de italianos que chegaram ao município e que a construíram na comunidade rural de Seção Jacaré onde se re-territorializaram. Essa construção materializou desse modo, uma forma de produção de um “espaço sagrado” trazido pelos migrantes que é considerado parte de um tempo-espaço da colonização e de relações católicas que até hoje são desenvolvidas nesse local; logo, devido à importância que essa Igreja teve e tem para migrantes descendentes de italianos, esta foi tombada enquanto patrimônio histórico municipal fazendo parte e se instituindo enquanto um símbolo religioso (sagrado) da construção histórico-geográfica deste território (foto 16).

Foto 16: Igreja São Francisco de Assis



Foto: Marcos Leandro Mondardo, 20/04/2008.

Jacques D'Adesky (2001, p. 54) considera que as representações do espaço delineiam as identidades (territoriais), pois os indivíduos compreendem o espaço como uma coleção de *formas* que constituem representações comuns da coletividade da qual se consideram membros. Através das representações construídas, os indivíduos dão a um território uma especificidade que reconhecem à sua coletividade. Isso quer dizer que as representações do espaço que as coletividades fazem são um fator de *identificação*. Neste âmbito, a religião e a sua materialização nos monumentos é um fator de distinção e de forte identificação simbólica dos habitantes de Francisco Beltrão (e não só deles, obviamente), das suas relações cotidianamente vividas no/com o território. Essa inscrição cristã na identidade do beltronense está atrelada historicamente ao *projeto* político da Igreja católica da produção de uma determinada ordem e de uma visão do mundo apoiada em determinados valores, deveres e ações como aludimos alguns anteriormente.

Assim, as representações espaciais estão relacionadas à produção da identidade territorial:

Quando tais representações se imbricam de forma indissociável, o sentimento de pertencimento a uma determinada coletividade conjugase ao sentimento de pertencimento a um território específico. É então necessário procurar, nas representações espaciais, o modo como a coletividade se apresenta como especial, parcialmente idêntica a algumas e diferente de outras, bem como de que forma ela investiu num território próprio, diferente do território de outras coletividades (D'ADESKY, 2001, p. 54).

Essa identificação territorial, também, se construiu através do amor, da filia, do apego a terra, ou, na acepção de Tuan (1980), do laço e/ou apego afetivo com o lugar, que prende o sujeito a um lugar, isto é, a topofilia²⁰⁷. A terra que foi motivo da migração, da colonização e da transformação. De um apego e amor *sobrevalorizado* em função da terra, que também é materializado e simbolizado através de um monumento fundado em 1972 em Francisco Beltrão e se constituindo no símbolo da “regularização da propriedade da terra”, demonstrada na foto 17.

²⁰⁷ Conforme Yi-Fu Tuan (1980, p. 107), a topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico: “a palavra ‘topofilia’ é um neologismo útil quando pode definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. (...) A topofilia não é uma emoção humana mais forte. Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é o vínculo de acontecimentos emocionantes fortes ou é percebido com um símbolo”.

Foto 17: Regularização da propriedade da terra



Foto: Marcos Leandro Mondardo, 13/01/2008.

O monumento apresentado na foto 17, exibe na sua parte superior um mapa do Sudoeste paranaense e dentro um “título de propriedade” da terra emitido pelo GETSOP – Grupo executivo para as terras do Sudoeste do Paraná – apresentando a regularização da posse da terra legitimada “oficialmente” pelo Estado, enquanto propriedade particular, através da representação no monumento “pelo braço do Estado vestido de terno” que entrega simbolicamente ao agricultor, representado pela “outra mão que recebe o título”. Ou seja, o monumento representa o Estado paternalista que regulariza e “entrega o Sudoeste paranaense” através do “título de propriedade”. Abaixo, o monumento produz também a representação da ideologia do projeto de colonização através das crianças (filhos de agricultores) indo à escola e mais abaixo o agricultor trabalhando na propriedade particular – representada através da cerca branca – com seu trator.

É importante considerar que o monumento representou e deste modo apresentou um determinado território em pleno funcionamento e em consonância com os “sonhos/objetivos dos migrantes que vieram em busca de terras”. Assim, o Sudoeste paranaense nessa representação simbólica foi apresentando enquanto o território em que, através da “regularização da propriedade privada”, tudo passaria a funcionar idealizadamente bem, com o agricultor trabalhando na terra com seu trator e tendo conseqüentemente seus filhos estudando na escola. Ora, é preciso desmistificar o papel paternalista do Estado que veio através de seu órgão – o GETSOP – regular as relações dando seu apoio, expedindo e legitimando o título de propriedade de terra. Isso mascara e tenta “naturalizar”, portanto, as inúmeras contradições que estiveram inerentes ao processo de apropriação da terra antes da expedição dos títulos de propriedade, e também, os conflitos que ocorrem após a emissão do título da propriedade da terra, pois nem todos tiveram as mesmas condições para se manter e reproduzir na terra, de ter seu trator para trabalhar como foi representada a imagem, o que acarretou em inúmeras migrações do campo para a cidade de Francisco Beltrão e para outros lugares como demonstramos em itens anteriores dessa pesquisa.

Outro elemento de grande identificação do beltronense está relacionado às práticas “culturais gaúchas”. O município é formado, em sua maioria, por migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina com forte ligação com os “hábitos gaúchos” logo, às práticas culturais de re-territorialização. Ao migrar, o gaúcho levou consigo muitos costumes e “hábitos culturais” como o linguajar²⁰⁸, os trajes, a comida, a festa, a música etc. Ao se re-territorializar reconstruíram sua identidade em novas bases materiais e simbólicas, como forma de auto-afirmação e pertencimento ao novo território. No entanto, como a maioria desses gaúchos que migraram foram, também, descendentes de italianos e/ou alemães, foi comum a *fusão* dos valores, hábitos e práticas da cultura gaúcha com a ítalo-germânica. Através da reterritorialização, deste modo, encontrarmos em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense o chimarrão, a cuca, o churrasco, a polenta, o macarrão caseiro, o salame e o queijo, dentre outros

²⁰⁸ O Jornal Tribuna do Sudoeste, de 18 de Abril de 1981, trazia a seguinte informação sobre o linguajar de origem gaúcha praticado em Francisco Beltrão: “O professor Francisco Filipak realizou pesquisa em Francisco Beltrão no sentido de elaborar um vocabulário Sudoestino, onde foram registrados os termos mais usados na região, normalmente os gauchismos não encontráveis em outras partes do Paraná. A pesquisa aponta que grande parte dos termos comuns à língua padrão são comuns à região Serrana do Rio Grande do Sul, Alto Uruguai, etc., de onde vieram milhares de gaúchos, povoadores desta região, além de catarinenses, seja de origem italiana, sejam de origem alemã ou polonesa. Alguns exemplos do regionalismo são: furupa; divardi, tchê, bá, né, inté, daí, tu, né” (p. 5).

elementos oriundos da *fusão* da cultura gaúcha e da cultura de descendentes da imigração europeia para o Sul do Brasil.

Como concebe Haesbaert (2006a, p. 127), a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Assim, através da incorporação dos hábitos e costumes gaúchos há a produção de um novo território e de uma nova identidade através do processo de reterritorialização, criando e re-criando visões de mundo e *representações* que passaram a regular o modo de vida desses sujeitos. Castoriadis (1982, p. 27) assinala que o homem cria – inventa – a sociedade; ele a institui, criando as normas, valores, visões de mundo, imagens, formas que compõe e que dota a práxis humana de todo o seu significado a partir de um *imaginário*. Por isso, para o autor, o *imaginário* é um verdadeiro universo de conteúdos e símbolos que constrói histórica e permanentemente a vida da sociedade e, portanto, podemos afirmar que também que produz um território. É desse modo, através de um imaginário intimamente vinculada aos “hábitos gaúchos” participantes da cultura imigrante europeia, que o território beltronense foi construído.

Por isso, a reterritorialização das “práticas culturais gaúchas” no novo território também se deu pela criação e materialização de um CTG (Centro de Tradições Gaúchas).²⁰⁹ É pela territorialização de um CTG, enquanto espaço de *representação e expressão cultural* da identidade gaúcha, que os migrantes gaúchos apropriam-se do território simbólica, imaginária, política e economicamente para a reterritorialização de suas relações sociais.

O primeiro CTG²¹⁰ criado em Francisco Beltrão remonta a década de 1960, e seu surgimento esteve ligado a um grupo de migrantes, descendentes de italianos, que buscavam reterritorializar as “práticas culturais gaúchas” no município. O histórico do surgimento do “CTG Recordando os Pagos” traz a seguinte narrativa sobre sua fundação em Francisco Beltrão:

²⁰⁹ O Jornal Tribuna do Sudoeste, de 24 e fevereiro de 1967, informava em matéria o interesse em se criar um CTG no município: “Cresce dia a dia o interesse por parte de diversas pessoas ligadas ao nosso mundo social, no sentido de fazer a criação de um centro de tradições gaúchas. (...) achamos que a criação de um CTG deve receber por parte de toda a população a melhor acolhida. Não será somente durante os fandangos que irá refletir em nossa gente o amor ao passado e aos grandes feitos de nossos antecedentes, pois um Centro de Tradições, quando bem organizado, todos os momentos estará prestando sua colaboração no sentido de auxiliar o estudante em conhecer a história do Brasil” (p. 2).

²¹⁰ Em 1995 foi fundado o “CTG Raízes” e em 2004 foi fundado o “CTG Herdeiros da Tradição” em Francisco Beltrão.

Na década de 60 por idealismo de aficcionados do futebol, o Bairro Vila nova tornou-se o berço da Sociedade Esportiva Torino, cujo nome faz referência a um homônimo na Itália, cujos atletas sofreram um acidente aéreo em que todos perderam suas vidas. Também era latente a necessidade da vivência da cultura gaúcha, surgindo como propagador o programa Piquete Crioulo, programa ao vivo, através da pioneira emissora de rádio local, a Rádio Colméia, tornando-se uma referência e um ponto de encontro nas manhãs de domingo e um atrativo dos ouvintes. Através da doação material, empenho e trabalho pessoal torna-se realidade a Sede Social do Bairro Vila Nova, na rua Maringá 922, inicialmente com o salão e posteriormente com a ala esportiva composta por duas canchas de bochas, quatro pistas de bolão, campo de futebol oficial. Tomaram corpo as invernadas artísticas que juntamente com os esportistas do futebol, bocha e bolão passaram a representar o CTG Recordando os Pagos. Para marcar a vivência do tradicionalismo e a hospitalidade que caracteriza esta entidade ergue-se o Rancho de Fogo de Chão que passou a ser o local das comemorações da Semana Farroupilha. (...) Não só de sua estrutura física o CTG Recordando os Pagos viu ampliar-se, mas também da simpatia e da participação de muitos que pela sua existência aqui conviveram. Novas amizades e novas famílias surgiram dessa interação e muitas boas lembranças foram levadas (CTG RECORDANDO OS PAGOS, HISTÓRICO, 2000, p. 1).

O objetivo da criação do CTG em Francisco Beltrão²¹¹ (como em outras cidades do Sudoeste paranaense que foram surgindo com a migração) foi o de reterritorializar a “cultura gaúcha” através das festividades, dos encontros, das músicas, das bebidas, das comidas, ou seja, constituíram num símbolo e numa ideologia do retorno às raízes. Em nosso trabalho de campo entrevistamos Iduir Bortot, que é sócio do CTG e considerado um dos fundadores do Movimento Tradicionalista Gaúcho no Sudoeste paranaense. Iduir nos recebeu na sede do CTG Recordando os Pagos com muita receptividade, interessado e disposto a ajudar, falando sobre o processo histórico da criação e desenvolvimento do CTG.

Assim, foi em meio a um ensaio de dança gaúcha da invernada artística do CTG, que Iduir nos relatou os primeiros “tempos-espacos” do Centro de Tradições Gaúchas em Francisco Beltrão:

Começou em 1967 como CTG, porque antes tinha a Sociedade Esportiva Torino que surgiu aqui no Bairro Vila Nova, lá onde é hoje o Parque de Exposições; então, lá era um time de futebol; isso foi em [19]60; (...) eram italianos, a maioria, pessoal aqui do Bairro Vila

²¹¹ O Jornal de Beltrão informa, ainda, em uma de suas matérias que: “A entidade, fundada em 1967, teve 23 patronagens, mas quatro conseguiram se reeleger. O primeiro foi o proprietário do jornal Tribuna do Sudoeste, Aldori Luiz Fernandes, falecido há pouco tempo no Mato Grosso do Norte” (26/11/1991, p. 16).

Nova no começo. Então, vinha muita gente nessa época pra [Francisco] Beltrão, meu pai veio em [19]60 pra cá. Mas, a equipe de futebol era uma forma do pessoal conviver, né? Se divertir e tal, então, mantinha a união dos italiano. E, então o CTG surgiu com um programa de rádio – foi a primeira atividade do CTG – que se chamava Piquete Crioulo e, que tá no ar até hoje; a emissora da rádio da época, era a emissora Colméia (...). Então, começou esse programa na rádio Piquete Crioulo pra divulgar as músicas do Sul, os conjuntos do Sul, os costumes, o Tradicionalismo; no início o CTG era feito aqui nessa rua Londrina, aqui no Bairro Vila Nova (Iduir Bortot).

Segundo Iduir, o CTG foi criado a partir de um clube social que era ligado aos descendentes de italianos. Posteriormente, a partir da criação de um programa de rádio que difundiria a cultura gaúcha, surgiu o CTG Recordando os Pagos. Criou-se, assim, um *simulacro*²¹² de valores trazidos pelos migrantes em suas lembranças, ou seja, a um desencaixe (GIDDENS, 1991) e, portando, a desterritorialização das relações culturais e políticas de um território para o outro; porém, estas relações sofrem interferência do e no novo território e das novas relações que foram estabelecidas *no* e *com* este território.

Assim, no processo de reterritorialização, a criação do CTG buscou voltar ao passado de vivência, sobretudo, por alguns migrantes que tinham as práticas culturais gaúchas em sua identidade para a reconstrução e, até mesmo, para sobrevalorização da “cultura gaúcha” no novo território criando, com isso, um *elo territorial*, cultural e político de inter-relação entre os migrantes. Entretanto, essa re-territorialização da “cultura gaúcha” não foi à mesma daquela praticada no Rio Grande do Sul e/ou no território de origem, pois se constitui em um *simulacro*, sendo uma cópia, mas nunca a original, as relações passaram a ser outras e, por extensão, o território re-produzido foi outro. Por isso, essa tradição gaúcha resgatada e re-territorializada pelos migrantes pode, também, ser considerada uma *tradição inventada* (HOBSBAWN, 1997, p. 9), pois “visa inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

Assim, o CTG foi criado para, como afirma Iduir Bortot, “a difusão da cultura gaúcha, dos valores, dos hábitos e é uma forma de lazer e de cultura para a sociedade”.

²¹² Como afirma Araújo (2007, p. 11), “simulacro é aquilo que é e não é”; logo, na re-territorialização das “práticas culturais gaúchas” através de um CTG, houve, a reprodução da “cultura gaúcha” no novo território que foi, *a priori*, uma “cópia fiel” dos CTGs do Rio Grande do Sul. Entretanto, as novas relações que foram sendo desenvolvidas no novo território, em Francisco Beltrão, fizeram com que esse CTG se tornasse, em alguma medida, diferente em algumas características, pois mudaram-se os contextos e, em grande parte, as relações. Durante entrevista com Iduir Bortot, por exemplo, soubemos que uma das comidas típicas do CTG Recordando os Pagos é o “macarrão caseiro”; ora, o “macarrão caseiro” é oriundo da cultura de descendentes de italianos que se instalaram em Francisco Beltrão. Isso demonstra, portanto, a *fusão* de práticas da cultura “gaúcha” e “italiana” no território.

Nesse sentido, segundo Oliven (1992, p. 88), “um CTG é caracterizado pelas várias atividades que executa, compreendendo a área ‘social’ (festas, ‘fandangos’, isto é, bailes), as atividades ‘campeiras’ (rodeios, gineteadas)”, dentre outras “tendo uma sede que funciona também como um centro de entretenimento e lazer”.

Tentou-se, desse modo, através da criação do CTG, *reinventar* a identidade e a identificação do *ser* gaúcho, especialmente para aqueles migrantes gaúchos e catarinenses que tentavam se re-territorializar em Francisco Beltrão e em muitos outros municípios do Paraná.

Através da criação do CTG Recordando os Pagos e da difusão da cultura gaúcha, objetivou re-criar o *mito* do *gaúcho* em terras paranaenses. Como observa Oliven (1985, p. 79), a sociedade gaúcha estruturou-se à base de hierarquia e dominação, porém, as aparências permitiram *escamotear* as desigualdades e forjar a ideologia do Tradicionalismo gaúcho²¹³ que prega a democracia social. Durante a entrevista no CTG em Francisco Beltrão Iduir Bortot nos disse que o “patrão compartilha o modo de vida do empregado”. Como se ao tomar o mesmo chimarrão o patrão se transformasse em povo. Iduir nos disse, também, que a “preponderância do patrão se deve as suas ‘qualidades naturais’ morais e culturais (e não ao fato de ser proprietário)”. Constituiu-se, portanto, essa relação no *mito* do *gaúcho* uma história sem conflito de classe. A relação patrão-empregado foi paternal escondendo-se a brutalidade de uma dominação em nome de *camaradagem*. Na prática, impede-se a construção de uma crítica que desmistifique e até mesmo desconstrua essa relação de dominação de classe e/ou de grupos que se apresenta no interior de uma organização social como essa que, buscou manter em Francisco Beltrão, pequenos agricultores e aqueles que migraram do campo para a cidade em estado de submissão e “naturalização” das relações sociais.

Segundo Golin (1983), a ideologia do gauchismo está acentuada sob a idéia do Tradicionalismo. A tradição é inventada e re-inventada e orientada para devidos objetos e fins de uma elite territorial local constituída, por exemplo, por políticos, comerciantes,

²¹³ Segundo Oliven (1992, p. 21), “uma ideologia é bem sucedida na medida em que consegue dar a impressão de unificar os interesses de diferentes grupos sociais. Para isso, é necessário que um discurso ao interpelar sujeitos veicule uma mensagem verossímil, pois, ‘para que uma ideologia se realize como tal, ‘capture’ os sujeitos, provoque adesão, é preciso que as significações produzidas pelo seu discurso encontrem eco no imaginário dos indivíduos aos quais se dirige, isto é, é preciso que se dê uma certa adequação entre as significações desse discurso e as representações dos sujeitos”. Logo, para Oliven (1985, p. 80), “o tradicionalismo é visto como uma ideologia destinada a manter a massa rural e as camadas populares que migraram para as cidades em estado de submissão. O fato de a *Carta de Princípios* no Movimento Tradicionalista Gaúcho enfatizar a harmonia social, o bem coletivo, a cooperação com o Estado, o respeito às leis e o espírito cívico reforçam a posição de encará-lo como um movimento ideológico”.

latifundiários, donos de indústrias, médicos dentre outros. O Tradicionalismo se expressa como força de classe dominante; a seu nível executa todas as visões de mundo correspondentes ao seu suporte ideológico. Assim:

(...) as três pernas do Tradicionalismo são: a) os conceitos e explicação do mundo pela ótica da classe dominante; b) a dominação e incorporação de manifestações culturais, artísticas, abafando aquelas que não interessam à classe dominante; c) a catalogação e utilização de todas as expressões, genericamente, nas estranhas do regionalismo, na simbiose Tradicionalismo (tradição, folclore, nativismo, etc) (GOLIN, 1983, p. 92).

Nesse contexto, segundo Oliven (1992), a difusão de Centro de Tradições Gaúchas fora do estado do Rio Grande do Sul esteve e está ligada intimamente ligada às *migrações*, e à difusão da “fabricação” e da identidade do gaúcho enquanto elemento de distinção cultural e de identificação territorial com a estância gaúcha. Assim, “a *representação* da figura do gaúcho serviu também de minifúndio, onde nunca houve o complexo pastoril, e para os emigrantes do Rio Grande do Sul que foram para Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul” e “outros estados brasileiros, onde criaram centros de tradições gaúchas” (p. 10).

Em Francisco Beltrão, portanto, houve a “fabricação/inveção do gaúcho” fora de seu tempo e de seu espaço (a estância gaúcha), calcado em valores da elite agrária do Rio Grande do Sul e que acionou, constantemente, o retorno a um passado idealizado por uma elite territorial local composta, sobretudo, por grandes donos de terras, pelos comerciantes e políticos. Contudo, desde a década de 1960, quando foi fundado o CTG Recordando os Pagos em Francisco Beltrão, houve transformações substanciais no modo com que o Centro de Tradições Gaúchas influenciava a vida dos beltronenses. Por isso, Iduir Bortot relatou as transformações que o CTG passou historicamente, desde a sua criação:

Na década passada, na década de 1990 o CTG chegou a ter 850 sócios aí, e hoje [2008] tem 160. Na década de 1990 chegou a ter então mais de 3000 famílias participando, porque cada sócio é um indivíduo que tem uma família, o sócio abrange então uma família. (...) São diversos fatores aí que ajudaram a diminuir o número de sócios. Acontece que as alternativas que a sociedade, a sociedade beltronense, a comunidade foi dando pra população foram sendo diversificadas. Então quando começou, eram dois clubes na cidade mais o CTG, daí começaram a surgir outros clubes, né? Surgiu o Santa Fé, daí o Marrecas que foi união a de outros três clubes; daí, o próprio Tradicionalismo pela

evolução da sociedade não é mais tanto atrativo; então, a juventude começou a se distanciar do Tradicionalismo, nesse meio tempo surgiram outros atrativos; antes nós tínhamos o CTG como forma de atrair a juventude, porque, eles dançavam, tinha os grupos de dança, a cultura nossa aqui também era mais voltada para a cultura do Sul, então, com a disseminação da própria televisão, de outras músicas, então foi tomando mais corpo e, logicamente o pessoal vai migrando para outras atividades; isso, com a própria evolução da sociedade, dos costumes, novos hábitos, novas influências. Também, além disso, houve uma redução em virtude do distanciamento da juventude, das pessoas, das famílias, isso por que, até então, não se tinha outras alternativas de lazer. Então, o CTG fazia um rodeio, era o acontecimento da cidade, como em cidades pequenas que o rodeio ainda hoje é o grande acontecimento da cidade, de envergadura do município. Aqui em [Francisco] Beltrão nos fizemos ainda um grande rodeio, mas, não é o acontecimento da cidade. Então, nós fizemos um rodeio no final de semana, nós temos “n” atividades aí; nós temos os clubes de dança que atraí a juventude e as famílias mais jovens; nós tivemos o surgimento do kart aqui em [Francisco] Beltrão, tivemos o surgimento do motocross, tivemos o surgimento de outras atividades esportivas como o futvôlei de areia; Então, a nossa cidade foi dando alternativa para esse público, mesmo as famílias que freqüentavam o CTG no final de semana, que não tinham outra alternativa; daí, por incrível que pareça, o surgimento da usinas [hidroelétricas] aqui próximas fez com que parte das pessoas que freqüentavam e, que gostam e que tavam com uma idade mais avançada, também, nos finais de semana eles tem outras formas de lazer; eles vão lá pro alagado, uns tem casa, outros vão pra lá com amigos. Então, tudo isso acabou, mudou completamente o ambiente que o CTG tinha para trazer pessoas, pra freqüentar, pra tá aqui no dia a dia, houve uma evolução da sociedade que você não consegue conter e trazer o pessoal. Então, nós temos aí o CTG se mantendo com um grupo pequeno de associados, apesar de a gente perceber que tem um grande número de família interessado em se associar. (...) Hoje a maioria dos freqüentadores e sócios do CTG são da cidade, alguns tem ligações com a agropecuária, que tem ligações com o campo, que moram na cidade e que tem vínculos com o campo, tem poucos que são do campo. (...) Nas primeiras época do CTG tinha bastante do interior, era bem abrangente (Iduir Bortot).

O que podemos perceber são as transformações espaço-temporais que ocorreram em Francisco Beltrão, no Sudoeste paranaense e por que não dizer no mundo, que acabaram mudando as relações que o CTG mantinha com a população do município. Com o processo de mundialização, como ressalta Ortiz (2006, p. 31), todas as relações sociais passam a ser permeadas por um conjunto de manifestações culturais extraterritoriais. Com a emergência de uma sociedade globalizada, a totalidade cultural remodela, portanto, os territórios, os lugares onde se encontravam as múltiplas particularidades. Há novas relações que tornam, por exemplo, cada vez mais híbridos os

lugares e os territórios, ou, como na expressão de Dorrey Massey (2000), o *lugar* passa a ter, também, um *sentido global*.

Vejamos, por exemplo, uma matéria do Jornal de Beltrão de 1986, que demonstrava a busca da afirmação da identidade Gaúcha com a valorização das atividades desenvolvidas pela CTG Recordando os Pagos em Francisco Beltrão, frente às transformações culturais de um mundo que se mostrava cada vez mais globalizado e influente nas práticas da “juventude moderna” através dos gostos pelas músicas:

(...) o movimento tradicionalista visa, através do culto das tradições gaúchas, congregar a juventude, deixando que extravase na alma artística, lançando o grito de alteza e *uma reação contra os diversos movimentos do assim chamado “juventude moderna” que sob a égide de “Modernismo”, e “iê-iê-iê”, “Beatlles” e uma série de outras denominações congêneres, conduzem os jovens as maiores baixezas morais e misérias humanas.*

Vemos hoje em Francisco Beltrão um dos mais belos e florescentes Movimentos Tradicionalistas que através do CTG, “Recordando os Pagos”, conduzido pelos entusiastas tradicionalistas Luiz Fernandes e por uma gapa plêide de jovens que tanto orgulham os verdadeiros tradicionalistas e a sociedade beltronense. (JORNAL DE BELTRÃO, 05/10/1986, [grifos nossos]).

Assim, as transformações na “cultura gaúcha” e, portanto, das relações culturais que o CTG estabelecia quase que hegemonicamente com os beltronenses foi, em parte, transformada pelas novas transformações espaciais que o município passou a ter com novas atividades para lazer, com novas festas (com a instalação de boates e com a difusão das músicas estrangeiras, sobretudo, oriundas da Europa e dos Estados Unidos), com alagados e suas “praias artificiais”, com o surgimento de novos clubes sociais com normas e atividades flexíveis para o público em contraposição a valores e práticas do Movimento Tradicionalista Gaúcho muitas vezes enrijecidas na tentativa de manutenção da tradição. E também, porque foram transformadas pelo processo de globalização com a difusão de novos hábitos e de novos costumes trazidos pelo mundo moderno, pela televisão, pelo rádio, pela influência de centros culturais com grande poder de difusão de “modas” como aquelas vindas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Boaventura de Sousa Santos (2006) assinala que as transformações impostas nas culturas locais fazem parte do processo de globalização trazida pela universalização das práticas sociais, que buscam uma pretensa homogeneização de lugares, de territórios.

Entretanto, esse processo também tem seu lado oposto e/ou, minimamente, complementar, pois em meio a essa pretensa homogeneização cultural, os “gritos”

identitários defensivos, como aponta Bauman (2005, p. 83), frente ao processo de globalização e de universalização de valores, de costumes, de “tradições”, se fazem cada vez mais presentes nos lugares e/ou territórios. Assim, para o autor, a “identidade” parece um “grito de guerra” usado numa luta defensiva: um indivíduo contra o ataque de um grupo, um grupo menor e mais fraco (e por isso ameaçado) contra uma totalidade maior e dotada de mais recursos (e por isso ameaçadora). A busca de distinção e de afirmação da identidade gaúcha em Francisco Beltrão, portanto, também faz parte desse processo de luta contra a imposição de um processo de globalização e universalização cultural que parece se tornar cada vez mais hegemônico.

Outro aspecto que também vale a pena apontar é que um outro possível motivo do não interesse dos mais jovens pelo CTG, pela “cultura gaúcha”, como informou Iduir Bortot, está vinculado ao aspecto geracional. As novas gerações, nascidas em território paranaense, como em Francisco Beltrão, negam a identidade gaúcha em contrapartida a uma afirmação identitária “mais” paranaense. Desenvolve-se, portanto, uma relação de disputa no interior do processo de construção da identidade territorial beltronense, de uma identidade gaúcha, sobretudo, afirmada pelos gaúchos oriundos do período da migração para o Paraná e entre os nascidos no município que buscam afirmar sua identidade paranaense negando, assim, algumas relações e práticas oriundas da “cultura gaúcha” como, por exemplo, a participação nas atividades desenvolvidas junto ao CTG. E, aliado a isso, é que a partir da década de 1970, cada vez mais pessoas foram saindo do campo para a cidade e num processo muitas vezes de precarização foram em desencontro ao CTG: ao mesmo que boa parte das pessoas que saíram do campo passaram a ter um modo de vida mais precário e dependente de salários cada vez mais baixos, o CTG foi se tornando uma organização social cada vez mais eletizada e do grupo hegemônico em Francisco Beltrão composto por médicos, dentistas, políticos, donos de indústrias, comerciantes, grandes proprietários de terras dentre outros.

Assim, esse processo de forte identificação cultural, embora com a assimilação de muitos traços impostos e propostos pelo mundo moderno em Francisco Beltrão, foi ressaltado por Iduir Bortot quando perguntamos “Qual o peso, ainda, da cultura gaúcha em Francisco Beltrão em meio da todas essas transformações?”. Segundo ele:

Aqui em Beltrão, na sociedade beltronense pega seguramente 70% que tá de acordo com os valores que é pregado no Tradicionalismo, mesmo não sendo sócio, já por herança de família, dos valores do Sul; até se tu colocar isso vai 80 até 90%, porque é muito pouca gente que

não são ligados à cultura gaúcha. Mesmo a juventude, as novas gerações embora não participem ativamente do CTG, eles convergem com a cultura, com os hábitos, com os valores que são herdados dos seus pais, que vem da família, né? (Iduir Bortot).

Nesse âmbito, historicamente, a partir da migração gaúcha e catarinense em 1940, a reterritorialização da “cultura gaúcha” esteve e está muito presente na construção da identidade territorial beltronense. É claro que houve transformações como a assimilação de muitos aspectos de uma cultura urbana, vinculada, especialmente, a um mundo moderno e industrial. Contudo, como narrou Iduir Bortot, mesmo as novas gerações “convergem com a cultura, com os hábitos, com os valores que são herdados dos seus pais, que vem da família”, mas não participam das atividades do CTG. Ou seja, apesar do processo de globalização e da assimilação de muitos traços impostos e propostos pelo mundo urbano moderno e industrial, Francisco Beltrão tem, ainda uma forte territorialização e identificação com a “cultura gaúcha” que está presente no cotidiano, nos hábitos, nas costumes, no linguajar, nas festas etc., resultante, portanto, de todo o processo histórico-geográfico de migração, colonização e re-territorialização.

Entrevistando outro gaúcho que migrou para Francisco Beltrão no período da colonização, ele comenta as transformações que passou a “cultura gaúcha” no Paraná e a re-territorialização de vários traços dessa cultura nas novas gerações:

Hoje, a gente ta perdendo aquele ritmo de fala do gaúcho, aquela fala típica do Rio Grande, de peito estufado, de fala alto, ta perdendo. Das expressão: “E, daí tche! Como é que tá?, Índio velho bueno”, “barbaridade tche!”. Então, isso ta sumindo um pouco. Mas, o paranaense pegô o costume de gaúcho. Hoje o paranaense toma chimarrão igual ao gaúcho. São Paulo, por exemplo, ali é do café, e café forte (...). Então, o paranaense nascido aqui, mas que é filho dos gaúcho que vieram do Rio Grande, então, ele já puxa um pouco a tradição, né? Tá no gosto pelas músicas, nos hábitos, então ele pegou um pouco do gaúcho. Então, herdou dos costume dos pais, desde a própria comida, do churrasco, da polenta, do arroz carreteiro, do trabalho, da hospitalidade (Salvador Verdi da Costa).

Construiu-se, deste modo, através da re-territorialização da “cultura gaúcha” o sentimento de pertencimento coletivo e de identificação territorial em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense que transcendeu, em alguns aspectos, as gerações. A identificação territorial dos beltronenses está ligada ao sentimento de *pertencimento* que é um fator de identidade coletiva à determinada parcela do espaço referencial e de consciência espacial. A identificação territorial é uma identificação socioespacial a um

conjunto de processos (valores, sentimentos, experiências partilhadas etc.) pelo qual o sujeito se define e se reconhece como pertencente ao município e ao Paraná em que os hábitos e valores da “cultura gaúcha”, estão circunscritos historicamente. Pertencimento e sentimento de pertencimento são, portanto, ligados à identificação dos beltronenses que construíram, portanto, a identidade territorial. Essa relação pode ser percebida, por exemplo, quando o sujeito afirma “eu sou de Francisco Beltrão e/ou do Paraná” (pertencimento) e “eu sou beltronense e/ou paranaense” (identificação).

Assim, a “cultura gaúcha” aliada aos elementos culturais étnicos resultantes de italianos (sobretudo), mas também de alemães e poloneses compõe o sistema-mundo cultural da qual o beltronense faz parte, reconhecendo o eu e o outro. Assim:

A imposição de princípios de divisão (demarcação e representação) do espaço ocorre através da incorporação, por parte de indivíduos e grupos, de uma “estrutura de diferenças objetivas”. Estas são expressas geograficamente, por exemplo, pela posse ou pelo domínio de fontes de reprodução social como a terra, ou através da correlação entre os valores auto-atribuídos a um grupo social e a re-produção de um ambiente local. À medida que essa visão de mundo passa a ser partilhada individualmente por todos os agentes, estes irão estruturar suas percepções e valores sociais a partir do ponto de vista e dos referenciais materiais da cultura dominante (HAESBAERT & BÁRBARA, 2001a, p. 6, [grifos nossos]).

Nesse sentido, a materialização da “cultura gaúcha” se expressa no município de Francisco Beltrão também através de um monumento construído na praça central da cidade, no qual está representado a identificação do território à cultura gaúcha através do monumento ao tradicionalismo gaúcho: uma grande cuia de chimarrão que é considerada o símbolo de hospitalidade (foto 18).

Foto 18: Homenagem aos Tradicionalistas



Foto: Marcos Leandro Mondardo, 13/01/2008.

No ato da inauguração, o Jornal de Beltrão trouxe a seguinte matéria sobre a construção do monumento:

Foi inaugurado terça-feira (14/12/1993), dia do município, mas já tem vândalos destruindo. Até o prefeito João Arruda se pilchou para a inauguração da cuia em homenagem ao tradicionalista no calçadão. (...) A obra com 3 metros de altura representa a tradição do Sul, presente na comunidade beltronense. Uma homenagem pioneira ao tradicionalista, ao desbravador de Francisco Beltrão. Esta reivindicação há muito vinha sendo feita pelos tradicionalistas, partindo a iniciativa do Grupo Tarca do Tempo. Ao se pronunciar o incentivador à construção do monumento, Adão Borda, frisou a importância desta homenagem. “Este marco hoje fica para sempre, simbolizando a pujança do tradicionalismo trazido pelos pioneiros da nossa terra. Isto enche de orgulho ao tradicionalismo do Sul”. Nas palavras do prefeito a homenagem, através da cuia aos gaúchos e em nome de todos os prefeitos anteriores. “Isto simboliza a amizade, a paz e harmonia que aprendi a admirar nestas pessoas tradicionalistas quando cheguei em 1970. Sem distinção de raça, idade, cor ou partido

a cuia era passada de mão em mão representando a hospitalidade deste povo” (Jornal de Beltrão, 18/12/1993, p. 17).

Podemos perceber a materialização de um símbolo gaúcho que expressa a reterritorialização da cultura hegemônica que foi trazida pelos migrantes chamados de “pioneiros”. O que se verifica, portanto, é a construção de um símbolo que se cristaliza como referencial para uma elite local na cidade constituída por prefeitos, comerciantes, latifundiários e donos de indústrias, sobretudo. Esse símbolo materializou, também, a estruturação histórica de percepções, de costumes, de representações e de valores sociais a partir de pontos de vista e de referenciais territoriais e materiais da “cultura gaúcha” que busca, no interior de uma disputa, ser a dominante nesse território paranaense.²¹⁴

A partir disso, o *ser beltronense* (e/ou paranaense) implica na admissão de que este espaço, esta condição de nascimento ou pertença, é definidora da *verdade interior*, do segredo mais íntimo, é atribuidora de diferenças *ontológicas* em relação a quem não nasceu ou não pertence a este espaço. É interessante assinalar que durante as entrevistas com os migrantes gaúchos ou catarinenses, a maioria se identificou – mesmo após muitos estarem no Paraná a mais de cinquenta anos – enquanto gaúchos ou catarinenses. Entretanto, demonstraram um grande apego e pertencimento a Francisco Beltrão, ao Paraná, ao território da morada, ao território onde estão seus filhos e amigos, onde gostam do clima e da vegetação, por exemplo. Portanto, embora tenham sua condição territorial de nascimento o Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, o sentimento de pertencimento a Francisco Beltrão e, por extensão, ao Paraná, foi muito grande. É inerente a sua condição de *ser territorial*, de ter uma identidade que o identifica como “gaúcho paranaense”, “gaúcho criado no Paraná”. Também, aqueles descendentes de migrantes gaúchos e catarinenses (uma nova geração e nascida no Paraná) se identificaram com a identidade paranaense, mas que está permeada pelo processo

²¹⁴ Entretanto, é importante perceber os *conflitos* em torno da construção da identidade gaúcha no município e, portanto, do símbolo materializado e que referencia essa cultura como o símbolo da cuia territorializado no centro da cidade de Francisco Beltrão. Verificamos que o Jornal de Beltrão de 19/12/1993 trazia uma pequeníssima nota sobre a rápida depredação do símbolo recém inaugurado da cultura gaúcha. A matéria trazia o seguinte texto: “Vândalos – ou invejosos? Estão arrancando as letras da cuia inaugurada nesta semana no calçadão” (p. 20). Ou seja, o processo de construção da identidade territorial gaúcha, também esteve permeado por resistências que se expressaram por *oposições* à territorialização material e simbólica de uma cultura, de um modo de vida, de visões de mundo, de uma “política” das relações sociais. Há outras identidades subalternas e/ou silenciadas que emergiram (e emergem) através da resistência, através da contraposição como nessa ocasião.

histórico de re-territorialização de seus pais e avós, pela “cultura gaúcha” e com forte descendência étnica italiana, alemã e polonesa.

Assim, podemos dizer que a identidade beltronense (e paranaense) é uma identidade territorial *híbrida*, pois convergem, contrastam, *interagem* e *fundem-se* elementos da “cultura gaúcha” re-territorializada no Paraná durante o período de migração/colonização, e das novas relações estabelecidas no novo território, isto é, da *fusão* dos “hábitos gaúchos” participantes da cultura imigrante européia e das novas relações econômicas e políticas que foram sendo estabelecidas. Por isso, apresentamos a seguir um fragmento de uma música de um compositor beltronense que retrata alguns aspectos do Sudoeste paranaense:

Quero-quero voa baixo
Mas seu canto é alto pra me acordar
Eu quero uma erva da boa
Um chimarrão à toa na varanda

Lá no alto daquele morro, no Sudoeste do Paraná (...)
Vejo o céu avermelhado, pinheiral molhado da geada
E já cedo estou cantando dando até inveja na cigarra
Ei moço lá naquele morro, subindo a estrada já dá para avistar
Uma paisagem tão bonita, lá no Sudoeste do Paraná.
(Bira).

O fragmento da música apresenta elementos importantes para a construção e representação do território e dos *sujeitos* que habitam, que fazem e são feitos no/do Sudoeste do Paraná. Verifica-se a utilização na letra de elementos da cultura gaúcha como “erva boa” e o “chimarrão”, que identificam os sujeitos do território pelos costumes praticados e apropriados. Também, são apresentados elementos físico-naturais que ajudam a afirmar e a identificar de *onde* se está falando, ou seja, apresenta-se uma caracterização material e simbólica dos elementos que compõem a paisagem como “quero-quero”, “morros altos”, “céu avermelhado”, “pinheiral molhado da geada” e “cigarra”.

A construção da identidade territorial beltronense é produto, assim, de um processo histórico de re-territorialização dos migrantes gaúchos e catarinenses que re-construíram os hábitos, os costumes, os valores e os “*geosímbolos*” materializados na cultura, nesse território. De acordo com Haesbaert (2006a, p. 71), “o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geosímbolos mais que a fronteiras,

inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos do espaço homogêneo e contínuo da ‘ideologia geográfica’”.

O território beltronense é, portanto, permeado por “geossímbolos”, como aqueles que apresentamos através do símbolo do trabalho e do “pioneiro”, da religiosidade, do apego à terra, do *mito* do gaúcho, além das ideologias que sustentam e são sustentadas por esses símbolos, pelos discursos que são materializados através das práticas materiais e encarnados nos sujeitos através das representações, das visões de mundo, dos valores etc. É, portanto, a partir dessa rede de múltiplos símbolos e de múltiplas ideologias que foi e é construída a identidade territorial beltronense.

OS PERÍODOS, OS SENTIDOS E AS REDES SOCIAIS DAS MIGRAÇÕES

Através de um recorte temporal de um pouco mais de cem anos (1900-2008), discutimos a produção de um território tendo como elemento central as migrações e as mudanças significativas tanto para a atração, o reordenamento e a expulsão de população.

Por um lado, o recorte temporal e espacial permitiu construir uma análise com maior abrangência, demonstrando as continuidades, as des-continuidades e os múltiplos aspectos da mobilidade espacial da população, com diferentes sujeitos, com condicionantes e motivações singulares, com funcionalidades distintas do território que participaram em cada pedaço de espaço e de tempo, isto é, em cada período dos contextos e das relações de solidariedades e conflitualidades. Por outro lado, essa duração de tempo e de espaço pode não proporcionar uma visão mais detalhada e com maior ênfase sobre alguns aspectos da migração, como, por exemplo, um maior desdobramento de compreensão da transterritorialidade migratória, que um estudo com pequeno recorte temporal e espacial talvez pudesse proporcionar.

Também, outro aspecto que talvez pudesse ser melhor explorado diz respeito a problematização das migrações através da compreensão das redes sociais que apreende as solidariedades e os conflitos, isto é, as relações de poder exercidos na trama reticular produzida por migrantes e não-migrantes que constroem e desconstróem territórios em rede na mobilidade espacial da população. Ficam aí, algumas das possíveis aberturas e/ou possibilidades que essa pesquisa potencializou para a continuação em outro estudo.

Nesse sentido, a análise que realizamos buscou compreender em diferentes momentos históricos as variadas formas de apropriação, dominação (domínio) e uso do território, produzindo e sendo produzidas também através das migrações, pelo deslocamento de caboclos no primeiro momento; no segundo, de gaúchos e catarinenses para Francisco Beltrão; e, no terceiro momento, de beltronenses para o Centro-Oeste e Amazônia e para os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Assim, consideramos que Francisco Beltrão e o Sudoeste paranaense tiveram, ao longo deste último século, diferentes formas de uso, apropriação e dominação do território que, conseqüentemente, resultaram em distintas formas de produção/organização sócio-territorial atraindo, reordenando e expulsando população. A dinâmica populacional se apresentou desse modo, enquanto elemento inerente à transformação territorial ao longo desse *grande período* percorrido (1900 a 2008) que,

para a sua compreensão, realizamos subdivisões (períodos menores) para demonstrar as migrações e a re-funcionalização das relações sociais do território através das técnicas, da divisão territorial do trabalho e dos *projetos* políticos do Estado, *projetos* econômicos do capital e *projetos* dos migrantes, que produziram diferentes tessituras e com isso novas disposições espaciais em cada momento histórico.

No primeiro período, de 1900 a 1940, a mobilidade dos caboclos ocorreu circunscrita no interior do deslocamento territorial da frente de expansão dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o Sudoeste paranaense e Paraná, processando-se através da apropriação, domínio e uso do território através de um *tempo lento*. Houve, assim, um período hegemônico da natureza onde os caboclos desenvolveram relações de complementaridade com a floresta, utilizando seus recursos através da caça, da coleta e da pesca, tendo uma economia de subsistência apoiada no cultivo de pequenas roças, através de uma agricultura de auxílio à alimentação, ao mínimo vital. Os caboclos desenvolveram, também, nesse período, as “safras de porcos” criados fundamentalmente soltos na floresta o que proporcionou contatos com o “mundo exterior” ao território, e também da inserção do capital comercial nas relações sociais que circunscreveram.

Representações “negativas” feitas por homens do Estado (como, por gerais) e intelectuais (geógrafos, historiadores, sociólogos, economistas) inventaram uma “região inóspita” e os caboclos eram vistos de maneira pejorativa. O Sudoeste paranaense foi inventado enquanto representação do espaço por um conjunto de enunciados e clichês que buscavam enclausurar e classificar o espaço enquanto dotado de “qualidades inferiores”, para legitimar os interesses do Estado-Nação. Essa representação deixava transparecer, portanto, a necessidade de deslocamento populacional para a colonização, definindo outra função para esse espaço. A representação dessa região foi uma maneira do Estado-Nação começar a projetá-lo a partir de certas “necessidades” criadas: deslocar pessoas “dispostas” para colonizar e integrar essa região ao corpo geográfico da nação, com novas relações econômicas, políticas e culturais para o território.

O segundo período, que compreende de 1940 a 1970, foi quando houve um grande volume de deslocamentos de gaúchos e catarinenses de seus estados de origem para o Paraná, através do avanço territorial da frente pioneira. Esse deslocamento se inseriu na política estadista de Getúlio Vargas que tinha como objetivo ocupar/colonizar apropriando e dominando as áreas, discursiva, simbólica e ideologicamente consideradas “vazios demográficos” e legitimando, assim, as ações para a

materialização do novo projeto para a nação – de um novo projeto do Estado-Nação. O território nacional foi produzido enquanto um *projeto* do Estado, do qual o Sudoeste paranaense e Francisco Beltrão fizeram parte histórica e geograficamente, com ações extremamente planejadas e planejadoras. Buscou-se “descentralizar” o poder através da criação, num primeiro momento, de Colônias Agrícolas Nacionais na faixa de fronteira a Oeste do Brasil, surgindo, neste contexto, a CANGO no Sudoeste paranaense e, num segundo momento, a criação de inúmeros municípios, quando foi criado Francisco Beltrão. Esse processo se desenvolveu de maneira ambígua, pois objetivou a efetiva nacionalização das fronteiras do Estado-Nação com um projeto político-disciplinar de colonização, como a expansão territorial da fronteira agrícola e, portanto, com vistas ao desenvolvimento econômico e “racional” dessas regiões em que o Sudoeste paranaense se constituiu em uma delas.

Para isso, deslocavam-se migrantes e com eles novas relações foram sendo estabelecidas no território, criando uma nova forma de produção/organização sócio-territorial amalgamando novas normas, objetos e ações. Inseriu-se, também, o capital monopolista e uma “nova racionalidade” eminentemente capitalista no território. O Estado mediava os migrantes criando representações do lugar “Francisco Beltrão” e da região “Sudoeste paranaense”, inferindo “positividades” como forma de atrair os gaúchos e catarinenses. A propaganda da doação de terras (nem sempre de fácil acesso e nem sempre doadas) representada por um discurso simbólico e mobilizador, aguçava o sonho/desejo/necessidade/cobiça desses migrantes em busca de terras, de recursos, de novas oportunidades, de reprodução social enquanto produtores rurais, mas também que aparecia enquanto “fuga” de um território em busca de esperança em outro, de destruição de um território para a reconstrução de outro. Essas relações, nesse sentido, fizeram parte de um conjunto de motivações gerais das quais participaram, nas trajetórias individuais e/ou familiares com maior ou menor ênfase, condicionantes econômicos, políticos e culturais que se deram no interior de uma multidimensionalidade, multiterritorialidade e multitemporalidade, na mobilidade gaúcha e catarinense.

Durante a análise das trajetórias espaciais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para Francisco Beltrão, constatamos que as motivações foram várias: de doença, familiares, de “fuga”, de interesses/recursos econômicos como madeira e terras, de aspectos culturais para a reprodução da cultura da uva em terras com morros, de aventurar, do sonho etc. No entanto, essas motivações e/ou interesses que despertaram a mobilidade estiveram, como tentamos apreender e demonstrar, permeadas por redes

sociais, teias de relações reticulares entre familiares, entre amigos, entre migrantes e não migrantes que possibilitaram ou não a inserção do migrante no novo território: no auxílio financeiro, na indicação do novo lugar para morar, da nova cidade para migrar, na ajuda durante a travessia, nas estratégias e recursos disponibilizados, nas relações familiares no novo território que possibilitaram a reterritorialização. Contudo, essas redes sociais na migração também ajudaram a compreender/demonstrar os conflitos nas relações em função de terras, para visualizar os sujeitos e grupos hegemônicos no processo, das intencionalidades/interesses nas ações, das relações de poder que permearam as relações sociais entre migrantes e não migrantes, entre os territórios de origem e de destino na migração.

Logo, a transterritorialidade se apresentou enquanto essa dimensão tensa na mobilidade em que o migrante não se reconhece mais com o território de origem e nem com o de destino. Há uma tensão, como demonstramos a partir de alguns depoimentos, em que o migrante não sabe mais se é deste ou daquele território. Parece que é uma condição em que o sujeito pertence a dois territórios (na ausência e na presença) ao mesmo tempo que não pertence a nenhum deles, a partir do embaralhamento das referências espaciais e dos vínculos que foram acionados/destruídos entre os vários territórios. A transterritorialidade implicou na perda de território e de relações que acabaram embaralhando as referências espaciais dos sujeitos, se constituindo como uma dimensão *tênue* de pertencer entre o aqui e o lá, de viver e experimentar a dimensão *fronteira* entre os territórios de origem e de destino na migração.

Também, nesse período, deram-se os encontros e desencontros identitários entre *estabelecidos* (gaúchos e catarinenses) e *outsiders* (caboclos) através da expansão de novas relações sociais, sobretudo, com o encontro de duas “racionalidades” distintas. Como procuramos demonstrar, na frente pioneira tivemos a inversão de valores e *posições* sociais e territoriais em relação ao território em disputa, pois os estabelecidos (que em nosso caso eram os caboclos) viraram *outsiders* e os *outsiders* (em nosso estudo, os migrantes gaúchos e catarinenses) se tornam *estabelecidos*. Com isso, a mudança de *posição* no território é importante para legitimar e materializar determinadas relações e determinados *projetos*. Os novos projetos, sobretudo, impostos pelo Estado, pelo capital e desenvolvidos em parte pelos gaúchos e catarinenses no território, acabaram criando hierarquias entre os grupos e sobrepondo relações sociais e territoriais em que, em pouco tempo, o padrão sócio-territorial baseado na produção para subsistência, através da relação de complementaridade com a floresta, foi

substituído pelo novo padrão sócio-territorial territorializado pelos novos atores que se impuseram como hegemônicos, como “superiores”, com valores morais, culturais, políticos e econômicos “acima” daqueles praticados pelos caboclos. Foi a partir desse “encontro de dois mundos” que o caboclo foi perdendo seu território e as suas relações cada vez mais foram sendo transformadas passando a participar de um dos pólos de uma oposição, e como “inferiores”. Isso desencadeou encontros identitários, étnicos e de visões de mundo construídas em torno de preconceitos, de novas estéticas, da centralização de uma concepção e prática de trabalho.

No terceiro período, que abrange os anos entre 1970 a 2008, desenvolveram-se as crises territoriais oriundas da “crise agrícola” que se processava com a inserção da “modernização da agricultura” em Francisco Beltrão, Sudoeste paranaense e Paraná. Foi nesse momento que processaram profundas alterações no uso e na apropriação do território a partir de intencionalidades (novas dominações) com o desdobramento da “modernização da agricultura” que muitas vezes se impôs para os pequenos agricultores perversa e seletivamente, resultando em muitas migrações e des-territorializações. Através da “territorialização” de uma nova técnica e de uma nova divisão territorial do trabalho, houve uma re-funcionalização do território que colocou em *marcha* muitos pequenos agricultores através da precarização e da desterritorialização de suas relações sociais em Francisco Beltrão, como em parte importante do Sudoeste paranaense e também em boa parte do Paraná.

Assim, nesse período, houve também o desdobramento concomitante da industrialização em Francisco Beltrão que acabou absorvendo muitos pequenos agricultores e os transformando em mão-de-obra urbana. A cidade cresceu, novas funções foram sendo criadas e um novo modo de vida se territorializou como hegemônico, isto é, o modo de vida urbano-industrial mas que não deixou de contar com elementos também participantes de um “mundo rural” trazidos pelos migrantes do campo para à cidade. Assim, a cidade se tornou *híbrida* a partir de um imbricamento das relações oriundas do campo, trazidas pelos migrantes, e das novas relações desenvolvidas a partir da urbanização e da industrialização. Também houve, a partir disso, muitas migrações de origem rural e de destinos rural e urbano, como para a região metropolitana de Curitiba, para os estados do Rio Grande do Sul (especialmente para a cidade de Porto Alegre), para Santa Catarina (sobretudo para Joinville e Florianópolis), para o estado de São Paulo (cidade de São Paulo, sobretudo) e para as regiões Centro-

Oeste e Norte do Brasil, sendo que estas tiveram fluxos migratórios com destinos principalmente rurais em função da expansão da fronteira agrícola.

Esse movimento desencadeou uma multipolarização das migrações e dos fluxos migratórios, dos quais participaram como pontos de atração cidades pólos de industrialização e regiões onde a fronteira agrícola avançava sob a mediação do Estado, que nesse momento se dava pela política intervencionista/expansiva do regime militar visando ampliar com a migração também de sulistas, a integração espacial e econômica do país no Centro-Oeste e Norte do Brasil. Por isso, foi neste contexto que se inseriu a migração de paranaenses de Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense para Apuí no estado do Amazonas. Procuramos compreender que para além de elementos gerais de mercado de atração (como cidades pólos de industrialização) e em regiões de expansão da fronteira agrícola, estiveram presentes as redes sociais, tramas de relações de solidariedades, de conflitualidades e de poder que acabaram construindo vínculos, contatos e apoios que possibilitaram a mobilidade.

Através da teia social, migrantes de Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense se deslocaram para Joinville, em Santa Catarina, e foram trabalhar em indústrias, construindo novas relações e mantendo outras com o território de origem criando, assim, um território-rede pelo volume de influências, de fluxos de informações e da mobilidade que ocorre anualmente através das visitas, das confraternizações entre parentes e amigos através dos jogos de futebol. Foi perceptível, através desse fluxo migratório, a construção duradoura de relações entre os dois territórios (Francisco Beltrão e Joinville) demonstrando os vínculos fortes que envolvem familiares, amigos e o território de origem e de destino.

Também, procuramos compreender um fluxo migratório direcionado pelo Estado, através da prefeitura municipal de Francisco Beltrão e pelo INCRA, que, tentando aliviar tensões no interior do processo da “crise agrícola” que se desdobrava no território a partir da inserção da “modernização da agricultura”, acabou expropriando e desterritorializando muitos pequenos agricultores que foram “convencidos” e/ou mobilizados a migrar para a fronteira agrícola da Amazônia, mais precisamente na localidade de Apuí, que estava em expansão. Foram prometidas terras, financiamentos e ajuda na instalação. No entanto, tendo apenas conseguido ganhar a terra e devido à falta de ajuda, a maioria acabou retornando. Como demonstramos durante a análise, essa migração – deslocamento de ex-agricultores e/ou agricultores em face perversa de expropriação – fazia parte de interesses específicos de pecuaristas e de madeireiros na

Amazônia interessados em mão-de-obra para “limpar” essas terras. Para isso, Estado e capital agiam e convergiam interesses, aliviando tensões, ocupando, usando e desmatando a Amazônia para a reprodução dos seus projetos políticos e econômicos.

Ainda nesse período também foram construídos em Francisco Beltrão monumentos e mobilizados recursos ideológicos, simbólicos e materiais, para a construção da identidade territorial beltronense, buscando se legitimar através de discursos que procuraram impor “verdades absolutas”, “inquestionáveis”, em torno do trabalho, da religiosidade (sobretudo, apoiada na ideologia da Igreja Católica) e do “gaúcho”, formatando a figura do “pioneiro”, sujeito de “elevado valor moral” no interior do território e que reproduziu interesses específicos do grupo hegemônico local, composto por médicos, dentistas, grandes proprietários de terras, comerciantes, donos de indústrias, dentre outros, que procuram materializar e simbolizar “naturalizando” uma determinada ordem e impor um caminho “certo”, o do “progresso” e do “desenvolvimento econômico” para o município. Ora, a identidade territorial beltronense foi construída no processo histórico da migração para mobilizar determinadas ações dos sujeitos e “naturalizá-las”. Ademais, houve disputas pela legitimidade e pela hegemonia identitária entre a identidade de “pioneiros”, “gaúchos” e “paranaenses”. É claro que elas convergem e contrastam de acordo com os interesses em jogo, mas que buscam também, no interior de uma disputa, apresentar-se como a identidade hegemônica no processo de deter o poder simbólico do território, de impor uma determinada forma de ver e de ser dos habitantes, controlando, agenciando e modelando o sujeito territorial e o território.

Ainda no período que se inicia em 1970, transformações, em nível cultural, com a globalização, com novos valores sendo difundidos num mundo urbano-industrial e moderno, acabaram transformando as relações desenvolvidas, por exemplo, pelo CTG “Recordando os pagos”, em Francisco Beltrão, que acabou sendo deslocado e perdendo, em parte, sua hegemonia, pela força de atividades que acabam sendo criadas e agenciando maior público. A partir dessas transformações externas e internas ao e no território, a ideologia do gaúcho com o mito do gaúcho também acabaram sendo modificadas no contexto e perdendo um pouco da sua afirmação e identificação cultural e política com o município.

Logo, desencadearam-se disputas entre a identidade gaúcha dos migrantes que chegaram ao município com as novas gerações nascidas em território paranaense; a identidade gaúcha perde em parte a afirmação identitária pela sua negação por uma

identidade “mais” paranaense, de jovens, por exemplo, que buscavam afirmar uma identidade territorial do Paraná. Assim, no interior do processo identitário beltronense, construíram-se disputas e foram mobilizados recursos simbólicos que acabaram produzindo e destruindo fronteiras simbólicas e materiais no território, demonstrando que as identidades estiveram sempre presentes e participam diretamente da produção do território, da forma e do conteúdo que este foi e é re-produzido constantemente.

Sobretudo, podemos dizer que cada período apresentou *sentidos* para migrar, condicionantes, motivações e significados múltiplos que foram se desenrolando a partir de contextos das trajetórias, da produção do território, das identidades, dos projetos, das técnicas, dos sonhos. A mobilidade espacial da população foi sendo *grafada* no território geográfica e historicamente a partir de vários sentidos, que procuramos trilar a na análise que pretendeu ouvir os migrantes e apreender os significados que os motivaram e que os moveram para realizar mudanças de relações e de territórios em suas vidas. O que apreendemos no decorrer da pesquisa é que a mobilidade de homens e mulheres implica um conjunto de elementos que vão dos mais gerais aos mais singulares, numa trama de relações sociais que faz de cada migrante um indivíduo inserido num conjunto de situações que podem possibilitar ou impossibilitar a mudança de lugar. A análise e a discussão dos contextos em que Estado e Mercado de Trabalho acabam atraindo ou expulsando os migrantes, faz parte de uma grande teia de funções e de inter-relações que levam, movem e deslocam os sujeitos a partir das relações de interdependência de um migrante com um não migrante, com um familiar, com um amigo... Por isso, cada período possibilitou compreender a trama entre Estado, Mercado e Migrantes, caracterizando-se as diferentes relações, territórios e identidades.

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou *reaprender* que toda migração deve ser apreendida como uma rede em constante movimento, em que operam forças externas (Estado, capital) e forças internas (amigos, familiares), que possibilitam e/ou impossibilitam o deslocamento e que interagem com o sujeito inserido e interdependente na teia social, com sua função social (como o trabalho), mas também com seus anseios e com seus sonhos, que podem ser ou não realizados através da mobilidade espacial.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1981.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 2 ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Preconceito contra origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTTS, Alecsandro JP. (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, pp. 71-88.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. *Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio*. Tese de Doutorado em Geografia. USP: São Paulo, 2006.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. São Paulo: Círculo do livro, 1945.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação Social*. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ARAÚJO, F. G. de. “Identidade” e “território” enquanto simulacros discursivos. In: ARAÚJO, F. G. de. HAESBAERT, R. (Org.). *Identidade territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.
- _____. Narrativas e imagens da transformação da natureza, territórios e fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar. ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005, pp. 6-20.
- ASSESOAR. *História do ASSESOAR*. Grafitt: Francisco Beltrão/PR, 1998.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Nova Cultural: São Paulo, 1988, (Coleção: Os Pensadores).
- BASTIDE, Roger. *Brasil, Terra de Contrastes*. 7 ed. São Paulo: Difel, 1976.

BAUMAM, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a.

_____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K. et al (Org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Geociências, PPG, 1983, p. 1-21.

_____. *Amazônia*. Ática: São Paulo, 1990.

BECKER, Olga Maria Schild. O significado das migrações em sociedades periféricas: comentários a partir do caso brasileiro. *Revista Geográfica*. N. 104. México, julho/dezembro, 1986.

BENSA, Alba. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 39-76.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. In: CARVALHO, Márcia Siqueira de.; FRESCA, Tânia Maria. (Orgs.) *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. Londrina: Edições Humanidades, 2007.

BERRY, John W. Migração, aculturação e adaptação. In: DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de. (Orgs.). *Psicologia, e/imigração e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, pp. 11-25.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BÍBLIA. Segunda Epístola aos Tessalonicenses 3, 7-12. São Paulo: s.n., 1958.

BIRA, U. *Casinha Branca*. (mimeo).

BITTENCOURT, Gilson Alceu; BIANCHINI, Valter. *A agricultura familiar na Região Sul do Brasil*. DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais. Santa Catarina, 1996.

BLOEMER, Neusa M. Sens. *Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BONETI, Lindomar Wessler. *O Significado histórico do levante armado dos colonos do Sudoeste do Paraná Ocorrido em 1957*. 2. ed. UNIJUÍ: Ijuí, 1997. (Cadernos UNIJUÍ)

- _____. *A Exclusão Social dos Caboclos do Sudoeste do Paraná*. In: Os caminhos da Exclusão Social (Org.). ZARTH, Paulo. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.
- _____. *Formação e Apropriação do Espaço Territorial do Sudoeste do Paraná*. In: ALVES, Adilson Francelino; FLAVIO, Luiz Carlos; SANTOS, Roseli Alves dos (Org.). *Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento*. Unioeste: Francisco Beltrão, 2005.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória & sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: SP. T.A. Editor, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. Efeitos do lugar. In: _____ (Coord.). *A miséria do mundo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, pp.159-175.
- _____. *O poder simbólico*. 2. ed. Lisboa; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOYER, Véronique. O Pajé e o Caboclo: de Homem a Entidade. *Revista Mana – Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, v. 5, n-1, p. 29-56, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRUM, Argemiro Jacob. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- _____. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. IPEA: Rio de Janeiro, 1999. (Texto para Discussão nº 621)
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2003.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 4 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARNEIRO, David. *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1972.

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6 ed. São Paulo: Paz e terra, 1999b.
- _____. *O poder da identidade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Perseu Abramo, 2006.
- _____. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- _____. O território na transição da pós-modernidade. *GEOgraphia*, nº 2 (Ano I). Niterói: Pós-graduação em Geografia, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O Sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n.1, p.87-98, jan./mar. 1970a.
- _____. Cidade e região no Sudoeste Paranaense. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 3-155, 1970b.
- _____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 5 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, pp. 77-116.
- _____. Monumentos, política e espaço. *Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 15 de fevereiro de 2005, vol. IX, núm. 183. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-183.htm>>. Acesso: 15/12/2007.
- CÔRTEZ, Geraldo de Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.
- COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens: sua historia e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982
- CTG Recordando os Pagos. *Histórico de fundação*. Francisco Beltrão, 2000. (mimeo)
- CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
- D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismos no Brasil*. RJ: Pallas, 2001.

DAMATTA, Roberto. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. SCHULER, F. L.; BORDINI, M. da G. (Orgs.). *Cultura e identidade regional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 21-36.

DEBIAGGI, Sylvia Dantas. Introdução. In: DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de. (Orgs.) *Psicologia, e/imigração e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, pp. 11-25.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro, Editora 34, 1997.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso; ou processo como ideologia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

_____. O mito do progresso. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 77, março 2007, pp. 73-89.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.

_____. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Vol I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.

_____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FAZITO, Dimitri. A Análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Ouro Preto: ABEP, 2002.

FERES, João Bosco. *Propriedade da Terra. Opressão e miséria – o meio rural na História social do Brasil*. Amsterdam: CEDLA, 1990.

FERREIRA, Ademir Pacelli. *O Migrante na Rede do Outro*. Rio de Janeiro, Te Corá, 1999.

_____. O imigrante no espaço urbano: impasses, estranheza e psicose. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2001, Nº 94 (24). Disponível em <<http://www.ub.es/>>. Acesso em 01/09/2008.

_____. A psicanálise no terreno do outro. In: NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 155-162.

FERREIRA, Assuéro. Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão. *Revista de economia política*, v. 6, n.1, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

- _____. *Isto não é um cachimbo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Vigiar e punir*. 29 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- _____. *A ordem do discurso*. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- _____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3 ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GALETTI, Lyliá da Silva Guedes. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese (doutorado em história), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo-USP: São Paulo, 2000.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GERHARDT, Marcos. Imagens, natureza e colonização no Sul do Brasil. In: ARRUDA, Gilmar. ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005, pp. 77-96.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- _____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GNACCARINI, José César. O rapto das donzelas. *Tempo Social: Revista de Sociologia*. São Paulo, vol.1, n. 1. p. 149-168, 1989.
- GOETTERT, Jones Dari. A festa: espaço de múltiplos tempos. *Caderno Prudentino de Geografia*. N. 21. Presidente Prudente: AGB, 1999, pp. 135-145.
- _____. “O vôo das pandorgas”: migração sulista para Rondonópolis – MT. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia – FCT-UNESP, 2000.
- _____. Aos “vadios”, o trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. *Revista Formação*. N. 9. V. 2. Presidente Prudente: PPGG-UNESP, 2002a, pp. 251-286.

- _____. Migrantes, trabalho e representações. In: GOETTERT, Jones Dari; FERREIRA, Ivanildo José (Orgs.). *Migrantes em Rondonópolis: o fazer, o lembrar e o falar*. Rondonópolis: Centro de Direitos Humanos Simão Bororo, 2002b, pp. 149-169.
- _____. Lugares Amaldiçoados, Perdidos e Tristes: “Pedaços” de uma Geografia das Migrações no Brasil. *Revista Cosmos*. Ano I, vol. I, nº 1. Presidente Prudente: FCT – Unesp, 2003, pp. 14-16.
- _____. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia – FCT-UNESP, 2004.
- GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê, 1983.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar, 1986.
- GOMES, Paulo Cezar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____. HAESBAERT, Rogério. O espaço na modernidade. *Terra Livre*. São Paulo, Ano 5, v. 1, n. 1. Jan-Jun/1988, pp. 21-45.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. Campinas: IE/UNICAMP. 2002b.
- GREGORI, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço & debates*. n.16, v. 5, 1985, p. 109-120.
- HAESBAERT, Rogério. *Latifúndio e Identidade Regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto Editora, 1988.
- _____. *“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade*. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.
- _____. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- _____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. *Revista Território*, ano III, nº 4, jan./jun. 1998a, pp. 55-71.

- _____. Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos de Mercosul. In: STROHAECKER, T. M. *et al.* (Orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre, AGB (Seção Porto Alegre), 1998b, pp. 59-68.
- _____. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Z. CORRÊA, R. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, pp. 169-190.
- _____ & BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. Identidade e Migração em áreas Transfronteiriças. *Geographia*, Niterói, v. 5, pp. 45-65, 2001a.
- _____. Território, Cultura e Des-territorialização. In: ROSENDHAL, Z. CORRÊA, R. (Orgs.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001b, pp. 115-144.
- _____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D., SPÓSITO, E. S., SAQUET, M. (Orgs.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Unioeste: Francisco Beltrão, 2004.
- _____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005a, pp. 6774-6792.
- _____. Migração e Desterritorialização. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005b, pp. 35-46.
- _____. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. *Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005c.
- _____. *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.
- _____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton *et al.* *Território, Territórios*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b.
- _____. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006c.
- _____. Questões sobre a (Pós) modernidade. In: _____. *Territórios alternativos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006d, p. 51-76.
- _____. *Territórios Alternativos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006d.
- _____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. de.

- HAESBAERT, R. (Org.). *Identidade territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007, pp. 33-56.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. pp. 103-133.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- _____. *A produção do espaço capitalista*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2000.
- HISSA, Cássio Eduardo V. *A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006, p. 49-111.
- HOBSBAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. HOBSBAWN, Eric. RANGER, Terencer. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 9-24.
- _____. RANGER, Terencer. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa: dicionário eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979a.
- _____. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b.
- _____. *A luta pela terra*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Estado e Capitalismo*. 2 ed. Brasiliense: São Paulo, 1989.
- IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social*. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

- _____. *As Migrações e as Transformações na estrutura produtiva e fundiária no Paraná*. Secretário de Estado do Planejamento. Curitiba: Fevereiro, 1983.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- KAYSER, Bernard. O Geógrafo e a pesquisa de campo. *Seleção de Textos* n° 11. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1985.
- KLAUCK, Samuel. A fronteira do Oeste do Paraná: narrativas de desbravamento, imaginários e representações. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005, pp. 243-278.
- KLEINKE, Maria de Lurdes *et al.* Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. *Anais do 2º Encontro Nacional Sobre Migração - Perspectivas regionais da dinâmica migratória no Brasil*. Ouro Preto, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KRUGER, Nivaldo. *Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho é fé*. Posigraf: Curitiba, 2004.
- LACOSTE, Yves. A pesquisa e trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. *Seleção de Textos* n° 11. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1985.
- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1953.
- LANGER, Protasio Paulo. Conhecimento e Encobrimento: o discurso historiográfico sobre a Cclonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste paranaense. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 3, p. 71-93, 2007.
- LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse da terra no Sudoeste Paranaense*. Editora Grafit, 3ª ed. Francisco Beltrão PR, 1998.
- LEÃO, Igor. Os anos 80 e o Paraná. *Análise Conjuntural*. Curitiba: IPARDES, v. 13, n. 7-8, p. 17-20, jul./ago. 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986a.
- _____. *Sacralização da política*. 2. ed. Papirus: São Paulo, 1986b.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- LA BLACHE, Vidal de. *Princípios de Geografia Humana*. 2 ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

- LOBATO, Monteiro. *Jeca Tatu*. 35 ed. LR Editores: São Paulo, 1973.
- _____. *Urupês*. 28 ed. Brasiliense: São Paulo, 1982.
- LE BRAS, Hervé. *A invenção das populações: biologia, ideologia e política*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000, pp. 11-62.
- MAACK, Reinhard. *Geografia física do estado do Paraná*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (Org.). *Fronteiras e Espaço Global*. AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, pp. 41-49
- MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, nativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, J. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 231 - 232.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- _____. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: Zouk, 2003.
- MAGALHÃES, Marisa Valle *et al.* O Paraná e a versão do crescimento populacional: o papel da migração. *Anais do IV Encontro de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro, 1984, v.4, p. 1989-2016.
- _____. *O Paraná e as migrações – 1940 a 1991*. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado), UFMG/CEDEPLAR.
- _____. *O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram*. Belo Horizonte, 2003. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR, UFMG.
- MARIANO, Neusa de Fátima. *Fogão de Lenha – Chapéu de Palha: jauenses herdeiros da rusticidade no processo da modernização*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.
- MARTINE, George. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Rio de Janeiro: IPEA, janeiro de 1994. (Texto para Discussão, 421).
- _____; BESKOW, Paulo R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. (Org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987, pp. 19-39.

- MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. *Migrantes*. São Paulo: Contexto, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. *Expropriação e Violência. A questão política no campo*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *Não há terra para plantar nesse verão*. Petrópolis: Vozes, 1986a.
- _____. *Os camponeses e a Política no Brasil*. 3. ed. Vozes: Petrópolis, 1986b.
- _____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. Hucitec: São Paulo, 1997.
- _____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTINS, Paulo Soderó. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. In: VIEIRA, Célia Guimarães *et al.* (Orgs.). *Diversidade biológica da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, pp. 369-384.
- MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba, 1986.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (I-Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MASSEY, Doreen B. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. SP: Papirus, 2000, pp. 176-185.
- _____. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MATOS, Ralfó; BRAGA, Fernando. Redes sociais, redes territoriais e migrações. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú-MG – Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004*.
- MENDES, José Manuel Oliveira. O. O desafio das identidades. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 503-540.
- MENEZES, Frederico Lucena. Migração: uma perspectiva psicológica, uma leitura pós-moderna ou, simplesmente, uma visão preconceituosa. In: CUNHA, M. J. C.; GURAN, M.; HASSE, G.; MENEZES, F. L.; STEVENS, C. M. T.; *Migração e Identidade: olhares sobre o tema*. São Paulo: Centauro, 2007.
- MONBEIG, Pierre. *O Brasil*. 5 ed. Tradução de Hélio de Souza e Gisela Stock de Souza. São Paulo: Difel, 1975. (Coleção “Saber Atual”)

MONDARDO, Marcos Leandro. *As migrações e as transformações territoriais na Comunidade Barra do Rio Tuna – Francisco Beltrão – PR*. Francisco Beltrão/PR, 2005. Monografia (Bacharelado em Geografia)-Unioeste, Francisco Beltrão, 2005.

_____. Uma Caracterização Geral do Processo de Urbanização do Sudoeste do Paraná - Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidade de Barcelona, vol. XI, núm. 239, 15 de maio de 2007a. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-239.htm>

_____; GOETTERT, Jones Dari. Frente de expansão e frente pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v.1, n.2, p. 1-128, 2007b. Disponível em <http://www.okara.ufpb.br>.

_____; BACKES, Thaine Regina. As migrações e as transformações territoriais no Sudoeste do Paraná. *Faz Ciência*, v. 9, p. 35-58, 2007c.

_____. Estudos migratórios na modernidade e na pós-modernidade: do econômico ao cultural? *Terra Livre*, v. 2, p. 51-74, 2007d.

_____. Faces e contra-faces da relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão/PR. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v.3, n. 5, p. 114-137, fev. 2008a. Disponível em: www.campoterritorio.ig.ufu.br.

_____. A mobilidade gaúcha e catarinense para o Paraná: das redes de relações sociais à transterritorialidade. *Anais I Seminário Regional de Pesquisas e Programas de Pós-Graduação em Geografia – Centro Oeste e Triângulo Mineiro*. Goiânia: PPGG/UFG; ANPEGE, 2008b.

_____. O território e suas dimensões política, cultural e econômica: um exercício analítico no Sudoeste do Paraná. *Caminhos da Geografia* (UFU. Online), v. 9, p. 42-52, 2008.

_____. Da fronteira a “fronteriça”: observações do eu e do outro na (di)visão entre Brasil e Paraguai. *BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Corvilhão (Portugal), v. 2009, pp.1- 23, 2009.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: _____ (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Vozes: Petrópolis-RJ, 1982.

_____. A diferença e a geografia: o ardid da identidade e a representação da diferença na geografia. *GEOgraphia*. Revista do Departamento de Geografia da UFF, Niterói: ano I – nº 1, 1999.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Eduem, 1994.

- NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: Typografia d' A República, 1903.
- NASCIMENTO, Flávio. Antônio da Silva. *Aceleração temporal na fronteira: estudo de Rondonópolis-MT*. São Paulo, 1997. 326f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra – representações do brasileiro – (1870/1920)*. São Paulo: Annablume, 1998.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Apresentação ou de “na prática a teoria é outra” para a teoria na prática não pode e não deve ser outra. *Seleção de Textos* nº 11. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1985.
- _____. *A agricultura camponesa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. BR – 163 Cuiabá – Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR – 163*. Brasília: CNPq, 2005, pp. 60-169.
- OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado em História. UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, São Paulo, 1999.
- OLIVEN, Ruben George. A fabricação do gaúcho. *Cadernos CERU*. N. 1. São Paulo: USP, 1985, pp. 79-91.
- _____. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BOLLNOW, Otto Friedrich. *O homem e o espaço*. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec: Curitiba, 1981.
- PAULA, Zueleide Casagrande de. A relação antagonista entre homem e natureza no processo de colonização/(re)ocupação no Norte Paranaense. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005, pp. 279-312.
- PEDONE, Claudia. El potencial del análisis de las cadenas y redes migratorias em las migraciones internacionales contemporáneas”. CATAÑO, J. G; LÓPEZ, C, M. (Eds), *Actas Del III Congreso sobre la Inmigración en España. Contextos y alternativas*. Granada: Laboratorios de Estudios Interculturales, Vol. II, 2002, pp. 223-235.
- _____. El trabajo de campo y los métodos cualitativos: necesidad de nuevas reflexiones desde las geografías latinoamericanas. *Scripta Nova. Revista Electrónica de*

Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 57, 1 de febrero de 2000a. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-57.htm>> acesso em 25/09/2008.

_____. Globalización y migraciones internacionales: trayectorias y estrategias migratorias de ecuatorianos en Murcia, España. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 69 (49), 1 de agosto de 2000b. Disponível em: <<<http://www.ub.es/geocrit/sn-69.htm>>, acesso em 25/09/2008.

_____. “*Tu siempre jalas a los tuyos*”: cadenas y redes migratórias de las familias ecuatorianas hacia España. Tese de Doutorado. Universidade Autônoma de Barcelona: Barcelona, 2003.

PELIANO, José Carlos. *Acumulação de Trabalho e Mobilidade do Capital*. Brasília, Ed. da UNB, 1990.

PERROT, Michele. *Corpos Subjugados*. In: _____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião. *Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, pp. 97-110.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, vol.5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geografia está em crise. Viva a Geografia! In: MOREIRA, Ruy (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. Vozes: Petrópolis-RJ, 1982.

POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. *Experimental*, n. 2, p. 11-24, março, 1997.

_____. As migrações no mundo globalizado: recentes mudanças e tendências. *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

_____. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (org). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (Orgs.). *Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995, pp. 9-21.

- RANDOLPH, Rainer. *Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo?* Revista GEOgraphia – Ano 1, nº 2, Departamento de Geografia, Niterói, 1999.
- RATZEL, Frederic. Geografia do homem. In: MORAES, A. C. R. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
- RAVENSTEIN, E. G. *As leis da migração*. In: MOURA, Hélio. A. de (Org.). *Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise*. Fortaleza: BNB-ETENE, 1980. pp. 19-88. Tomo. 1.
- RECH, Maria Helena Bortolon; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. No fio do discurso: análise do discurso sobre o trabalho no artigo opinativo do Jornal correio riograndense. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 5, n. 2, p. 267-293, jan./jun. 2005.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 15-38.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- ROCHA, Márcio Mendes. A (in)determinação da noção de mobilidade nas ciências humanas. *Boletim de Geografia*. Universidade Estadual de Maringá. Ano 16, v. 1, 1998, pp. 06-16.
- SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SALIM, Celso A. “*Migração: o Fato e a Controvérsia Teórica*”. In: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais, vol. 3, São Paulo, ABEP, 1992. pp.119-144.
- _____. A questão dos brasiguaios e o Mercosul. In: PATARRA, Neide (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995, pp. 144-159.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.
- _____. *Pensando o espaço do homem*. Hucitec: São Paulo, 1982.
- _____. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 15-20.
- _____. *Espaço e Método*. 4 ed. Nobel: São Paulo, 1997a.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo - Globalização e Meio Técnico - Científico Informativo*. 3 ed. Hucitec: São Paulo, 1997b.

_____ *et al.* *O papel ativo da Geografia: um manifesto*. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

_____. *O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. *Território, Territórios*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____ & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. *Redes, sociedades e territórios*. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, pp. 51-78.

SADER, Emir. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto alegre/RS: EST Edições, 2003.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A (Orgs.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Fco Beltrão: Unioeste, 2004, pp. 121-147.

_____. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria, E. B.; WHITACKER, Arthur M. *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 157-186.

_____. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARAMAGO, José. *As pequenas memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998.

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo : CEM, ano XIII, número especial, jan./2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. *Redes, sociedades e territórios*. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, pp. 29-50.

SILVA, Armando Corrêa da. *O espaço fora do lugar*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 257-260.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. *Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira*. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SILVA, Maria Augusta da. O desenraizamento e a memória nas práticas, ações e representações do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST. *Ágora*. Universidade de Santa Cruz do Sul; Departamento de História e Geografia. Vol. 2, n. 2- Jul./dez de 2006, pp. 67-86.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. pp. 73-102.

SILVEIRA, María Laura. *Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999a.

_____. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Território*, nº 6, LAGET/UFRJ, Garamond, Rio de Janeiro, jan./jun. 1999b, p. 21-28.

_____. Diferencias regionales en el territorio brasileño: perspectiva diacrónica y sincrónica. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de julio de 2007, vol. XI, núm. 244. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-244.htm>>. Acesso em 15/10/2008.

_____. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003, pp. 408-427.

_____. Brasil: mão-de-obra, mãos e obras. *Conferencia apresentada no XVI Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos e XVI Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos*. UFGD, Dourados, 2008.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1981.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

- _____. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Porto. n. 48. v. 1. p.11-32, 1997.
- _____. *Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro*. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de Setembro de 2004. Disponível em: www.ces.uc.pt. Acesso: 12/09/2007.
- _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SOUZA, Candice Vidal e. *A Pátria Geográfica*. Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- SOUZA, Marcelo José Lopez de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 5 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, pp. 77-116.
- SOUZA, Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. Vozes: Petrópolis, RJ, 1980.
- STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná: Do século XVI à década de 1950*. Londrina: ed. UEL, 2002.
- SUERTEGARAY, Dirce M. A. Pesquisa de campo em Geografia. *Geographia*. Niterói, Revista de Pós-Graduação em Geografia, Ano IV – Nº 7, 2002.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SWAIN, Tânia Navarro. *Fronteiras do Paraná: da colonização à migração*. IPARDES, Curitiba, 1992, pp. 19-37.
- TAVARES DO SANTOS, José Vicente. *Colonos do Vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *Matuchos: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- TEIXEIRA, Luiz Antonio. Da raça à doença em Casa-grande e senzala. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. IV(2), pp. 231-43, 1997.
- TRINDADE, E. M. de C.; ANDREAZZA, M. L. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.
- TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*. Revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, 2008, pp. 199-218.

- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.
- VAINER, Carlos B. *A violência como fator migratório. Silêncios teóricos e evidências históricas*. Revista Travessia, São Paulo. Maio/Agosto/1996, pp. 05-14.
- _____. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 251-274.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. v. 10. Rio de Janeiro: José Olympio, 27 de janeiro de 1944a, p. 271.
- _____. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 18/08/1933 de 1944b, v. II, p. 117.
- VÁZQUES, Adolfo Sanches. *As idéias estéticas de Marx*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1994.
- VELHO, Otavio. *Frente de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2 ed. Editora Vicentina: Curitiba, 1987.
- _____. *História do Paraná*. 6 ed. Editora Gráfica Vicentina. Curitiba, 1988.
- WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Ano XI, nº 2, 1949, pp. 159-217.
- WOODWARD, Kaathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. pp. 7-72.
- WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. *Série Antropologia*. Brasília: Universidade de Brasília, n. 87, 1990.
- _____. *Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos no sul e sitiantes no nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: EDUNB, 1995.
- ZAAR, Miriam H. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 94 (88), 1 de agosto de 2001. Disponível em (<http://www.ub.es/geocrit/sn-94.htm>). Acesso em 15/05/2008.

Jornais

Jornal de Beltrão. Edição Especial. Francisco Beltrão, 20/12/ 1952.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 25/08/1967.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 24/02/1967.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 14/05/1968.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 13/07/1968.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 22/06/1968.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 02/12/1969.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 20/05/1969.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 27/07/1969.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 27/07/1970.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 29/04/1971.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 08/05/1971.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 08/04/1970.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 05/08/1970.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 18/04/1981.

Jornal Tribuna do Sudoeste. Francisco Beltrão, 15/08/1981.

Jornal do Paraná. Pato Branco, 17/01/1981.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 22/06/1979.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 05/10/1986.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 15/10/1990.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 20/04/1991.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 12/11/1991.

Jornal de Beltrão. Edição Especial. Francisco Beltrão, 13/12/1991.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 26/11/1991.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 13/03/1992.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 27/11/1992.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 4/12/1992.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 11/12/1992.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 23/04/1993.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 14/11/1993.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 18/12/1993.

Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 19/12/1993.
Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 30/07/1994.
Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão, 04/02/1995.
Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão, 21/02/1995.
Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão, 01/04/1995.
Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 12/08/1995.
Jornal de Beltrão. Francisco Beltrão, 27/07/1996.
Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão, 02/02/2000.
Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão, 04/12/2001.

Relatórios da CANGO (Disponibilizados por Jahyr de Freitas Júnior).

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1941.

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1941.

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1942.

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1942.

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Conselho de segurança Nacional. Comissão Especial de Fronteiras. Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1942.

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Colônia Agrícola General Osório, maio de 1955.

Relatório da CANGO. Divisão de terras e Colonização. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1955.

Carta (Disponibilizada por Jahyr de Freitas Júnior).

Jahyr de Freitas. Barracão, 2 de Março de 1944.

Entrevistas

Abílio Faquinelos (82 anos, agricultor aposentado). Dourados/Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 05/08/2008.

Adolfo João Pedron (85 anos, comerciante aposentado). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 17/01/2008.

Alcides Sestempf (55 anos, agricultor). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 17/01/2008.

Alfredo Antonio Presente (63 anos, agricultor aposentado). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 22/01/2008.

Amábili Rosseto (82 anos, comerciante aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 17/01/2008.

Amélia Maria Santos (89 anos, agricultora aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 26/01/2008.

Ana Bocchi Macagnam (80 anos, professora aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 15/01/2008.

Angelina Pedron. Francisco Beltrão (81 anos, comerciante aposentada). Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 17/01/2008.

Antonio Matos (57 anos, agricultor aposentado). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 21/02/2008.

Antonio Mendes (76 anos, agricultor aposentado). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 11/04/2008.

Delina Pagnhol (78 anos, agricultora aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 07/02/2008.

Dozolina Bertaiolle (67 anos, cozinheira aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 16/01/2008.

Edinei Matos (39 anos, operário). Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em Francisco Beltrão em 19/04/2008.

Elza Comunello (87 anos, agricultora e comerciante aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 09/04/2008.

Florinda Cobo Viera (87 anos, comerciante aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 20/01/2008.

Francisco Vicente Kurt (81 anos, agricultor aposentado). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo 17/03/2008.

Gema Dilsa Pramim (86 anos, agricultora e comerciante aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 25/01/2008

Glauco Olinger (foi administrador da CANGO na década de 1950). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Protasio Langer em agosto de 2004.

Hiolanda Tibola Luza (82 anos, agricultora aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 17/01/2008.

Iduir Bortot (57 anos, comerciante e professor). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 02/04/2008.

Ione Simão Lopez (55 anos, “do lar”). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo. 23/01/2008.

Jahyr de Freitas Júnior (60 anos, professor). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 31/01/2008.

João de Melo (45 anos, “catador de papel”). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 26/04/2008.

Josefina Maria Maffessoni Mezzomo (78 anos, comerciante aposentada). Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 18/01/2008.

Leonel Viera Klump (73 anos, agricultor e operário aposentado). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 16/01/2008.

Lúcia Mendes (67 anos, agricultora aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 11/04/2008.

Luis Almeida da Silva (37 anos, operário). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 15/03/2008.

Maria Amélia Panhan (86 anos, agricultora aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 12/02/2008.

Mario Uliana (55 anos, agricultor). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 19/08/2008.

Nair Pilati (77 anos, agricultora aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 03/04/2008.

Neusa de Lima (61 anos, agricultora aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 05/02/2008.

Otília Antonello (83 anos, agricultora aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 19/03/2008

Paula Faria (92 anos, agricultora aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 08/01/2008.

Pedrinho dos Santos (55 anos, agricultor aposentado). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 22/04/2008.

Pedro Miller (59 anos, agricultor aposentado). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 15/02/2008.

Pedro Mariano Bandeira. (87 anos, agricultor aposentado). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 16/04/2008.

Plácida Adria (77 anos, professora aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 16/01/2008.

Salvador Verdi da Costa (56 anos, agricultor e operário aposentado). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 08/01/2008.

Terezinha Gerusa Prim (59 anos, agricultora aposentada). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 15/04/2008.

Walter Roberto Marschner (pesquisador da ASSESOAR e professor). Francisco Beltrão. Entrevista concedida a Marcos L. Mondardo em 11/04/2008.

Censos do IBGE

IBGE. *Censo industrial de 1960: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. v. 3 – Tomo 7.

_____. *Censo comercial e dos serviços de 1960: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. v. 6 – Tomo 10.

_____. *Censo agrícola de 1960: Paraná e Santa Catarina*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. v. 2 – Tomo 12.

_____. *Censo demográfico – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. v. 1 – Tomo 19.

_____. *Censo industrial – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. v. 4 – Tomo 19.

_____. *Censo agropecuário – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 3 – Tomo 19.

_____. *Censo comercial – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 6 – Tomo 19.

- _____. *Censo dos serviços – Paraná – 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. v. 7 – Tomo 19.
- _____. *Censo agropecuário – Paraná – 1975*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. v. 1 – Tomo 18.
- _____. *Censo agropecuário – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 2 – Tomo 3.
- _____. *Censo demográfico – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v. 1 – T. 4, 5 e 6.
- _____. *Censo comercial – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. v. 4 – Nº 20.
- _____. *Censo dos serviços – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. v. 5 – Nº 20.
- _____. *Censo industrial – Paraná – 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. v. 3 – Nº 20.
- _____. *Censo agropecuário – Paraná – 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Nº 22.
- _____. *Censos econômicos de 1985 – municípios: Região Sul – Indústria, Comércio e Serviços*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. v. 4.
- _____. *Censo demográfico – Paraná – 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Nº 20.
- _____. *Censo agropecuário – Paraná – 1995/96*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Nº 20. (CD ROM).
- _____. *Censo demográfico – Paraná – 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. (CD ROM).
- _____. *Censo demográfico – Paraná – 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD ROM).
- _____. *Censo demográfico – Paraná – 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, s/d. v. 1. Tomo 14.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)